UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA

Programa de Pós-Graduação em História

Decifrando a Revolução Bolivariana

Estado e luta de classes na Venezuela contemporânea

Danilo Spinola Caruso

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de doutor em História, sob a orientação da Professora Doutora Virgínia Fontes

2017

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C328 Caruso, Danilo Spinola.
Decifrando a Revolução Bolivariana - Luta de classes na Venezuela contemporânea / Danilo Spinola Caruso. – 2017.
500 f.
Orientadora: Virginia Fontes.
Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.
Bibliografia: f. 481-500.

1. Venezuela. 2. Operários. 3. Bolívar, Simón, 1783-1830. I. Fontes, Virginia. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Virgínia Fontes (Orientadora – UFF)

_____

Profª. Drª. Carla Cecília Campos Ferreira (UFRGS)

_____

Prof. Dr. Carlos Walter P. Gonçalves (UFF)

_____

Prof. Dr. Raphael Lana Seabra (UnB)

_____

Profª. Drª. Tatiana Silva Poggi de Figueiredo (UFF)

Na política, o real é o que não se vê.

(José Martí)

Em vez de levar a juízo o marxismo por atraso ou indiferença em relação à filosofia contemporânea, seria o caso, antes, de levar a juízo esta última por deliberada e medrosa incompreensão da luta de classes e do socialismo.

(José Carlos Mariátegui)

A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso, precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só podem ser o resultado de um longo e penoso processo de desenvolvimento.

(Karl Marx)

"Oligarcas temblad, ¡Viva la Libertad!"

(Ezequiel Zamora)

À minha querida vovó Maria,

que tanta falta faz aos que ficaram.

AGRADECIMENTOS

Sou profundamente agradecido:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por haver fornecido os subsídios necessários para a conclusão desta tese.

À minha querida amiga na academia e orientadora na vida, Virgínia Fontes, por tudo que me ensinou e pelo companheirismo comigo nas horas difíceis desses quatro anos de trabalho. Um beijo no coração, Virgínia!

Aos meus colegas da turma da pós-graduação (e agregados): Andrezinho, Thiago, Veridiana, Flávio, Rejane, Demian, Marília, Pedro, Igor, André Guiot e Lineker. Valeu, gente, pelas aulas complementares (*y otras cositas más*) nos bares da Praça São Domingos. Sobrevivemos, meus queridos!

Aos professores Marcelo Badaró e Raphael Seabra, pelas luzes que lançaram para essa pesquisa no momento do Exame de Qualificação. Muito obrigado!

Ao meu amigo João Braga Arêas, que esteve comigo em Caracas, quando toda essa aventura começou. Um abraço forte, querido!

Aos colegas pesquisadores *bolivarianos*, Mariana Bruce e Vicente Ribeiro, pelo apoio e pela amizade. *¡Alerta, alerta, alerta que camina! ¡La espada de Bolívar por la América Latina!*

Aos amigos de militância (e de farra também, né? Porque ninguém é de ferro...), que acompanharam de perto a maluquice que é militar e fazer doutorado ao mesmo tempo, justo quando o Brasil ficou de pernas para o ar... Um abraço fraterno e revolucionário para Dodora, Marina, Leonardo Peixe, Roberto Preu, Raul, Mineiro, Nair, Drica,

Paulinha Roots, Thaís, Érica, Thiago, Dayana, Sãozinha, Jussara, Gíglio, Lia e Leandro. E também para os companheiros Zezinho, Raquel Giffoni, Jerônimo e Júlio Araújo. A luta continua!

Aos colegas do IFRJ, que seguraram as pontas para que eu pudesse fazer meu doutorado! Valeu gente!

À Vanessa, que esteve ao meu lado na maior parte desse caminho.

E um abraço muito especial para meus amigos venezuelanos, que não só me acolheram, como também me ensinaram muito e viverão para sempre em minha memória e meu coração. *Mis queridos, un beso y un abrazo de este brasileño que ahora también es un poco venezolano (¡y de 23!)! Muchas gracias Zuleika, Juan, Gustavo, Daniel, Leonardo Bracamonte, Gavazut, Stalin, Carlos, Gonzalo, Elvin Jones, Nicmer, Alexander, Lucero, Yukency y Yuneski. ¡Hasta la victoria, siempre! ¡Venceremos!*

Finalmente, à minha querida família, com quem sempre posso contar, e que me apoiaram nesse período em que tanto precisei. Em especial para minha mãe e meu pai, que me ajudaram tanto!

RESUMO

Esta tese apresenta o processo histórico de formação das classes sociais e do Estado venezuelano, a partir das condições do capitalismo dependente e da estrutura socioeconômica petroleiro-rentista, para em seguida propor uma interpretação marxista da Revolução Bolivariana, focalizada nas condições da luta de classes na Venezuela contemporânea. São analisados os fatores pelos quais o *chavismo* passou a aglutinar as lutas fragmentadas das camadas subalternas, verificando-se as disputas ocorridas no interior do campo revolucinário pela *direção política* do processo de transformações da sociedade. As caracteríticas do governo de Hugo Rafael Chávez Frias – suas mudanças ao longo do tempo; os fatores que explicam suas vitórias / avanços e suas derrotas / recuos; etc – são analisadas à luz das reconfigurações na estrutura de classes a partir do processo bolivariano, verificando como se criaram as condições para a ascensão política dos grupos que atualmente disputam o poder na Venezuela, já na gestão de Nicolás Maduro Moros. Por fim, a tese apresenta também um estudo de caso, focalizado na região industrial de Guayana, ao leste do país, visando aprofundar a análise e verificar a validade das hipóteses centrais apresentadas para o conjunto do processo.

Palavras-chave: Venezuela – Revolução Bolivariana – movimento operário – bolivarianismo

RESUMEN

Esta tesis presenta el proceso histórico de formación de las clases sociales y el Estado venezolano, a partir de las condiciones del capitalismo dependiente y de la estructura socioeconómica petrolero-rentista; a continuación, proponemos una interpretación marxista de la Revolución Bolivariana, centrada en las condiciones de la lucha de clases en la Venezuela contemporánea. Son analisados los factores por los cuales el *chavismo* vino a unir las luchas fragmentadas de las clases subalternas, verificandose los conflictos que se producieron dentro del campo revolucinário, acerca de la *dirección política* del proceso de transformación de la sociedad. Las caracteríticas de gobierno de Hugo Rafael Chávez Frías – sus cambios en el tiempo; los factores que explican sus victorias / avances y sus derrotas / retrocesos; etc – se analizan a la luz de las reconfiguraciones en la estructura de clases, producto del proceso bolivariano, comprobando cómo se crearon las condiciones para el ascenso político de los grupos que actualmente compiten por el poder en Venezuela, ya en la gestión de Nicolás Maduro Moros. Por último, la tesis también presenta un estudio de caso, centrado en la región industrial de Guayana, al este del país, con el objetivo de profundizar la análisis y comprobar la validez de los supuestos básicos para el conjunto del proceso.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem da população urbana em relação à população geral .. p. 61
Gráfico 2 – Percentual de votação nas eleições parlamentares venezuelanas (1958 – 1988) ..... p. 93
Gráfico 3 – Número de protestos populares na Venezuela ..... p. 167
Gráfico 4 – Volume de produção da indústria privada (índice geral) ..... p. 263
Gráfico 5 – Salário médio (1998-2013) ..... p. 287
Gráfico 6 – Volume de vendas do comércio interior (1999-2012) ..... p. 288
Gráfico 7 – Importação de bens de consumo (milhões de dólares) ..... p. 290
Gráfico 8 – Cotação do dólar paralelo em bolívares (cf.: *Dolar Today*) ..... p. 325
Gráfico 9 – Índice de preços ao consumidor (1998-2015)..... p. 326

LISTA DE QUADROS

Esquema geral das principais correntes sindicais venezuelanas ..... p. 360

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição das exportações da Venezuela (1920-1935) ..... p. 55
Tabela 2 – Investimentos da NED e da USAID na Venezuela ..... p. 193
Tabela 3 – Índice da produção da indústria privada por setor ..... p. 262
Tabela 4 – Junta Diretiva da SIDOR (2007) ..... p. 397

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Plan Nacional Simón Bolívar – *Primer Plan Socialista* ..... p. 234
Figura 2 – Estrutura gerencial das indústrias de Guayana (cf.: Primer Plan Socialista) ..... p. 408

LISTA DE SIGLAS

AD – *Acción Democrática*

ALCASA – Alumínios del Coroni S.A.

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

BCV – Banco Nacional da Venezuela

CADAFE – *Compañía Anónima de Administración y Fomento Eléctrico y sus Empresas Filiales*

CADIVI - *Comisión de Administración de Divisas*

CAP – Carlos Andrés Pérez

CANVAS – *Center of Applied Non Violent Action & Strategies*

CC – *Consejos Comunales*

C-CURA – *Corriente Clasista, Unitaria, Revolucionaria Y Autónoma*

CNE – *Consejo Nacional Electoral*

CNV – Constructora Nacional de Válvulas

COPEI – *Comité de Organización Política y Electoral Independiente*

CTR – *Colectivo de Trabajadores en Revolución*

CTU – *Comités de Tierras Urbanas*

CTV – *Confederación de Trabajadores de Venezuela*

CVG – Corporación Venezolana Guayana

INVEVAL – *Indústria Nacional Venezolana Endógena de Valvulas.*

DISIP – *Dirección General Sectorial de los Servicios de Inteligencia y prevención*

EPS – *Empresas de Producción Social*

FBT / FSBT – *Fuerza Bolivariana de los Trabajadores / Fuerza Socialista Bolivariana de los Trabjadores*

FEDECÁMARAS – *Federación de Cámaras de Comercio y Producción*

IRI – *International Republican Institute*

LCR – *La Causa Radical*

LOCC – Ley Orgánica de los Consejos Comunales

LOT – *Ley Orgánica del Trabajo*

MAS –*Movimiento al Socialismo*

MBR-200 – *Movimiento Bolivariano Revolucionário 200*

MEP – *Movimiento Electoral del Pueblo*

MIR – *Movimiento de Izquierda Revolucionária*

MTA – Mesa Técnica de Água

MUD – *Mesa de Unidad Democrática*

MVR – *Movimiento Quinta Republica*

NDI – *National Democratic Institute for International Affairs*

NED – *National Endowment for Democracy*

PCV – *Partido Comunista de Venezuela*

PDVSA – *Petróleos de Venezuela S. A.*

PPS – *Primer Plan Socialista*

PPT – *Pátria para Todos*

PRV – *Partido de la Revolución Venezolana*

PSUV – *Partido Socialista Unido de Venezuela*

RCTV – *Radio Caracas de Televisión*

SIDOR – *Siderúrgica del Orinoco*

UBV – *Universidade Bolivariana de Venezuela*

UBE – *Unidades de Batalle Electoral*

UCAB – *Universidad Católica Andrés Bello*

UCV – *Universidad Central de Venezuela*

UNE – *Unión Nacional Estudantil*

UNETE / UNT – *Unión Nacional de los Trabajadores*

UPM – *Unión Patriótica Militar*

URD – *Unión Republicana Democrática*

SUMÁRIO

Introdução ..... p. 15

Capítulo 1 - Luta de classes, Estado e formação da sociedade venezuelana ..... p. 24

1.1 - Bolívar e a Revolução de Independência ..... p. 26
1.2 - A longa luta pela centralização política venezuelana ..... p. 32
1.3 - Fundamentos de uma economia política do petróleo e da dependência ..... p. 39
1.3.1 - O papel da renda da terra no capitalismo periférico ..... p. 44
1.4 - A consolidação da Venezuela petroleiro-rentista ..... p. 53
1.5 - As ditaduras petroleiras ..... p. 63
1.6 - O Pacto de Punto Fijo ..... p. 79
1.7 - Cultura popular e imaginário nacional na Venezuela petroleira ..... p. 83
1.8 - A Democracia *Puntofijista* ..... p. 92
1.8.1 - O projeto da *"Gran Venezuela"* ..... p. 95
1.8.2 - Crise e *"Abertura Petroleira"* ..... p. 103
1.9 - O *Caracazo* ..... p. 110
1.10 - O *4 de Febrero* ..... p. 118

Capítulo 2 - O MBR-200 e o nascimento do *chavismo* ..... p. 121

2.1 - O MBR-200 e o pensamento bolivariano ..... p. 126
2.1.1 - A influência do marxismo ..... p. 138
2.2 - Limites e potencialidades da proposta bolivariana ..... p. 139
2.3 - Rumo ao poder ..... p. 145

Capítulo 3 – Decifrando o governo Chávez (1999-2005) ..... p. 163

3.1 - A Constituição Bolivariana e o "Período de Transição" (1999-2001) ..... p. 168
3.2 - A radicalização do processo bolivariano (2001-2005) ..... p. 191
3.2.1 - Golpe e contra-golpe em abril de 2002 ..... p. 197

3.2.2 - O Paro Petrolero e as primeiras experiências de controle operário p. 209
3.2.3 - As Missões Sociais ..... p. 217
3.2.4 - O *"Plan Guarimba"* e o Referendo Revogatório ..... p. 223
3.2.5 - O Socialismo do Século XXI ..... p. 228

Capítulo 4 – Decifrando o Governo Chávez (2005-2012) ..... p. 231

4.1 - Os Conselhos Comunais ..... p. 235
4.2 - O PSUV ..... p. 244
4.3 - A Reforma Constitucional de 2007 ..... p. 248
4.4 - Em busca de um novo modelo econômico ..... p. 259
4.4.1 - As ocupações de fábricas e a política de nacionalizações ..... p. 268
4.5 - Cooperativismo, "Economia Social" e o surgimento das Comunas ..... p. 292
4.5.1 - As *Comunas* ..... p. 301
4.6 - O avanço da oposição antichavista ..... p. 311
4.7 – A crise pós-Chávez..... p. 319

Capítulo 5 - O movimento operário bolivariano e as experiências de controle operário nas indústrias siderúrgicas de Guayana..... p. 336

5.1 - O movimento sindical durante o governo Chávez ..... p. 340
5.2 - A cogestión revolucinária nas empresas estatais ..... p. 361
5.2.1 - A *cogestión* na CADAFE ..... p. 361
5.2.2 - A *cogestión* na Alcasa ..... p. 368
5.3 - A nacionalização da Sidor e o *Plan Guayana Socialista* ..... p. 395

Conclusão ..... p. 431

Bibliografia ..... p. 459

INTRODUÇÃO

As forças que movem as revoluções residem nas contradições que se manifestam no desenvolvimento da história. Porquanto houver homens e mulheres que tomem consciência dessas contradições – seja pela razão, pela teoria ou mesmo pela *paixão*, como dizia Mariátegui – e estejam dispostos a lutar contra elas, persistirá o impulso que leva novos e antigos revolucionários de volta à batalha, não importando quão difíceis sejam as circunstâncias. Persistirá a força que, tal brasa que recusa se converter em cinzas, atravessa gerações e faz os povos erguerem novamente suas bandeiras, em meio a quantos foram os mortos e os escombros. Essa tese trata de um novo capítulo dessa mesma trama, que insiste em ser continuamente reencenada.

Acreditamos que a história apresenta, de alguma maneira, uma condensação que faz com que certos acontecimentos sejam inquestionáveis. No dia 27 de fevereiro de 1989, por exemplo, milhões de trabalhadores venezuelanos ganharam as ruas, numa insurreição que posteriormente seria considerada o início da Revolução Bolivariana. Podemos tecer todo tipo de considerações quanto a esse episódio; mas, em relação ao fato em si, não há discussão: iniciou-se uma grande revolta popular naquele dia, e ponto final. As dificuldades aparecem quando se questiona os fatos a partir do processo histórico que os contextualiza (o que os motivou aqueles trabalhadores insurretos? Por que motivos e métodos a rebelião foi debelada? Qual o significado histórico que ela teria nos anos subsequentes? Etc.). Sabemos que o *fazer historiográfico* é, sempre, um ato político, porque o historiador sempre olha o passado com base nas subjetividades em disputa no presente; mas, quando se busca uma interpretação historiográfica sobre o próprio *tempo presente*, é preciso um cuidado redobrado. A vivência do calor dos acontecimentos pode tornar mais rica a análise historiográfica, mas não pode afastá-la da busca pela máxima objetividade possível.

O objeto deste trabalho é o processo da Revolução Bolivariana. Ao longo do trabalho de pesquisa, tivemos que reestruturar nossa abordagem repetidas vezes, desde a elaboração do projeto inicial, em 2012, até a presente redação. Não poderia ser diferente, dada a intensidade com que novas problemáticas se impuseram, revelando questões que, mesmo quando já se manifestavam de forma embrionária, se tornaram mais claras com o passar do tempo. Confrontamos todas nossas hipóteses iniciais com as evidências colhidas no trabalho de campo e na discussão bibliográfica, e não nos furtamos em abandona-las ou reformula-las sempre que necessário. Não partimos de

julgamentos pré-concebidos, nem nos orientamos no sentido de comprovar pontos de vista concebidos *a priori*, ignorando os fatores que apontassem em outra direção. Os alicerces conceituais que embasaram nosso olhar não nos impediram de considerar também outras visões e outros autores, cujas análises são calcadas em pressupostos teóricos distintos dos nossos. Dialogamos com diferentes formas de abordar os mesmos problemas, e nos transformamos ao longo do processo, tal qual o próprio objeto também se transformou. Desde o início, porém, estava claro o caminho que pretendíamos seguir: analisar a sociedade venezuelana em transformação a partir das determinações impostas pelo seu movimento concreto, dado pela *luta de classes* – essa *objetividade não-sensível* do real, dada por relações sociais concretas que os indivíduos estabelecem entre si, e que tantas vezes é convenientemente olvidada.

Para orientar o leitor na leitura deste trabalho, é importante deixar claro alguns elementos centrais de nossa análise. Em primeiro lugar, é preciso ter presente que a Revolução Bolivariana, como todo processo revolucionário, é prisioneira de seu *tempo*. Ocorreu em um mundo praticamente unipolar, dominado por uma única superpotência irradiadora de uma visão-de-mundo que, podemos dizer, busca abertamente caracterizar a si mesma como um *pensamento único*, que desautoriza cotidianamente a discussão de qualquer alternativa, qualquer projeção de futuro distinta ao capitalismo – ou, melhor dizendo, à sua forma atualmente dominante, isto é, o capitalismo neoliberal. Um mundo em que todos os adversários do capital *teriam sido* derrotados, e nada restaria à humanidade senão adaptar-se, sem contestações, a uma nova realidade na qual todos os aspectos da experiência social humana e da natureza podem (ou mesmo *devem*) ser mercantilizados e colocados a serviço da acumulação. É claro que aqui e ali se ergueram novos adversários (como o Levante Zapatista, no México), bem como se mantiveram de pé outros velhos conhecidos (como a Revolução Cubana); no entanto, seria na Venezuela que ocorreria a principal experiência revolucionária desse início de milênio. Contra tudo e contra todos, de forma isolada e quase *quixotesca*, milhões de venezuelanos enfrentaram o fatalismo do pensamento único, reafirmando que os homens e as mulheres, afinal, ainda preservam dentro de si um desejo de liberdade e a vontade de serem senhores e senhoras de seu próprio destino. Contra essa ousadia, mobilizaram-se todas as armas: assassinatos; prisões; manipulações midiáticas; cooptações governamentais; golpes militares; sabotagens econômicas; violências de Estado. E, mesmo assim, o processo seguiu e segue adiante, em meio a muitas derrotas, mas também importantes vitórias.

Deve-se também atentar para o fato de que o processo bolivariano está intimamente ligado às contradições específicas da sociedade venezuelana, e só a partir delas pode ser compreendido. Como em qualquer país da periferia do capitalismo, o desenvolvimento histórico da Venezuela apresenta características facilmente identificáveis em muitos outros países; mas também apresenta aspectos muito singulares. Os elementos culturais de seu povo; a maneira como as relações capitalistas de produção se consolidaram no país; suas formas de Estado e seus diferentes sistemas políticos; tudo, enfim, precisa ser considerado. Sem mergulhar na história pregressa da Venezuela, é impossível realmente apreender as determinações que deram movimento à Revolução Bolivariana. Por isso, recomendamos ao leitor o abandono de certos *modelos apriorísticos* de revolução, supostamente aplicáveis a qualquer realidade nacional. É verdade que o sistema capitalista tem contradições fundamentais, contra as quais qualquer processo revolucionário precisa se enfrentar; no entanto, a *forma* como se dá esse enfrentamento só pode advir de condições históricas concretas. O acúmulo dado pelas lutas do passado – que iluminam (e muito) as lutas do presente – não se traduz em *dogmas* irretocáveis, capazes de conduzir triunfalmente os trabalhadores à sua emancipação. Fosse assim, certamente o capitalismo já teria sido superado.

Recomendamos também que o leitor procure identificar, nas próximas páginas, os *sujeitos históricos* fundamentais do processo. Desde já, achamos por bem *limpar o terreno*, deixando claro aqui do que tratamos: nossa abordagem não confunde o processo histórico da Revolução Bolivariana com governos ou grandes líderes. É evidente que o governo de Hugo Rafael Chávez Frias constitui elemento central de nosso tema, mas de forma alguma o define por si só. Como indivíduo e como presidente, Chávez tomou decisões tanto em favor como contra a transformação radical da sociedade venezuelana; trilhou caminhos que ora apontavam para o socialismo, ora desviaram-se dele. Foi, sem dúvida, um ator importantíssimo, sempre no centro do turbilhão; mas, ao mesmo tempo, foi também *produto* do processo revolucionário, com todas as suas contradições. O *chavismo*, portanto, é apenas *parte*, não o *todo*. Além disso, salientamos também que qualquer pré-julgamento das personalidades históricas fundamentais da Revolução Bolivariana só levará o leitor a conclusões apressadas e/ou simplistas (esperamos que, ao final da leitura deste trabalho, fique claro que este não foi o caminho que buscamos trilhar).

A Revolução Bolivariana não apresentou desde sempre um cariz socialista. Ao contrário, se considerarmos aquele que é quase unanimemente tido como seu marco

inicial – a insurreição popular do *Caracazo*, em 1989 – verificaremos que o processo nasceu de um enfrentamento difuso contra as políticas neoliberais, sem um caráter abertamente anti-capitalista. O termo "Revolução Bolivariana", por sua vez, só emergiu posteriormente, quando o conjunto fragmentado das lutas sociais dos trabalhadores passou se unificar em torno da liderança de Chávez, quase dez anos depois do *Caracazo*. E, finalmente, foi só a partir de 2005, com a reivindicação da bandeira do *Socialismo do Século XXI* pelos atores fundamentais do processo, é que se iniciaram questionamentos mais profundos e concretos em relação à ordem do capital. Ao longo de todo este caminho, diferentes concepções teóricas e referenciais de luta foram sendo agregadas, sem que jamais se estabelecesse uma *ortodoxia* que delimitasse claramente as fronteiras que separavam os revolucionários dos não-revolucionários. Tal característica trouxe muito da riqueza do processo bolivariano; mas também implicou em importantes limitações. Particularmente, é preciso ter presente que a *direção política* das transformações em curso nunca pôde se estabelecer muito claramente (mesmo com as inflexões centralizadoras que, particularmente a partir de 2006, o governo Chávez passou a empreender). Aqui é preciso, novamente, distinguir o *governo Chávez* do *processo bolivariano* como um todo; em relação a este último, nunca se estabeleceu uma direção clara que apontasse para um modelo definido de socialismo que se desejava implantar.

É essencial ressaltar também a heterogeneidade que marcou as forças políticas em disputa. É claro que a Revolução Bolivariana foi marcada pela oposição fundamental entre *chavistas* e *antichavistas*; mas nenhum desses dois campos se constituiu como um todo monolítico. Particularmente, é preciso atentar para as muitas diferenças existentes nas fileiras revolucionárias (dentro e fora do governo), e para o fato de que os atores fundamentais do processo modificaram ao longo do tempo suas concepções prévias e mesmo o horizonte de objetivos que pretendiam alcançar.

Em parte, essa questão se relaciona à incipiência da tradição socialista internacional no que diz respeito à teoria da *transição*. O próprio Marx, a esse respeito, ofereceu apenas alguns apontamentos, geralmente relacionados à análise das experiências e das tarefas revolucionárias de seu tempo – já que, pelos termos do próprio materialismo histórico, a teorização das questões referentes à *construção do socialismo* só pode ser feitas a partir da análise das experiências *concretas* de tomada do poder pela classe trabalhadora, as quais continuam, até os dias de hoje, muito escassas (não esquecendo, a este respeito, que o chamado "socialismo real", paradigmaticamente

representado pelos modelos implantados no Leste Europeu, redundou em formas burocráticas de "capitalismo de Estado" que não representaram, na prática, o exercício *efetivo* do poder pelos trabalhadores). De modo que, mesmo no âmbito do marxismo, há ainda um longo caminho a percorrer no que tange à discussão teórica acerca da transição, isto é, da *construção do socialismo* em si. De modo inverso, grandes avanços se realizaram no que diz respeito à compreensão, por exemplo, do capital e de seu desenvolvimento ao longo do tempo; do caráter ontológico do ser social; dos problemas referentes ao Estado e à tomada do poder; da compreensão da questão da ideologia; etc. Partiremos em nossa análise desse acúmulo já realizado; mas, a partir dele, penetraremos em um campo no qual há muitas perguntas ainda sem resposta.

No caso venezuelano, concepções muito diferentes de socialismo digladiaram-se no interior do campo chavista, cada uma implicando em diferentes estratégias de transição. E essa disputa, como veremos no decorrer das próximas páginas, se *materializou* em diferentes grupos específicos que disputaram a direção do processo, ao mesmo tempo em que enfrentaram a oposição antichavista. Pretendemos demonstrar ao leitor que, nessa intensa disputa política, surgiram setores no campo bolivariano cujo projeto de poder, em muitos aspectos, não se diferencia *em essência* daquele defendido pela oposição. Essa similitude não necessariamente estava dada desde o início; mas, à medida em que novas relações de poder se estabeleceram no país, derivadas dos confrontos que se sucederam, torna-se inescapável concluir que no seio do próprio chavismo emergiram grupos que, desde suas posições no interior dos aparelhos de Estado, passaram a agir em função de interesses contra-revolucionários, a despeito de sua retórica supostamente socialista. Ao mesmo tempo, demonstraremos também que todo esse processo deixou como legado grandes massas organizados e dispostas a lutarem por uma real emancipação dos trabalhadores, as quais seguem incansáveis em sua luta.

Em resumo, a análise que apresentamos nesse trabalho narra um entrechoque de forças que envolveu fundamentalmente três elementos: i) as forças da oposição antichavista que, comprometidas com a *agenda* neoliberal, tentaram interromper o processo bolivariano pela força ou, pelo menos, limitar o exercício da democracia às formas tradicionais de representação política, consagradas pelo pensamento liberal e institucionalizadas na maior parte das repúblicas ditas "democráticas" do sistema capitalista; ii) os setores à esquerda que apoiaram o chavismo, e que se organizaram pela base tanto entre as frações mais precarizadas da classe trabalhadora (no campo e

nas cidades) quanto no operariado industrial e nas baixas patentes militares; e iii) um setor também ligado ao chavismo, porém formado por militares de mais alta patente e grupos de origem sindical que se apoiaram no processo bolivariano para ascender a posições de poder no Estado, visando perpetuar a si mesmo como uma nova fração de classe dominante. Em comum, o primeiro e o último desses elementos apresentam a disposição de perpetuar as formas dependentes e altamente exploratórias do capitalismo rentista venezuelano, baseadas na perpetuação das trocas desiguais com o mercado mundial, sustentadas economicamente pelo saqueio das riquezas naturais do país, em benefício de poucos.

Para comprovar essa hipótese fundamental, dividimos nossa análise em cinco capítulos. O capítulo 1 apresenta as características fundamentais da formação histórica da Venezuela. Obviamente, para que não fugíssemos de nosso tema, nossas pretensões não poderiam deixar de ser modestas em relação a essa questão: focalizamos fundamentalmente os elementos essenciais que, ao nosso ver, são necessários para a compreensão do atual processo bolivariano, e que dão sustentação à nossa argumentação subsequente. É importante que o leitor não estranhe o recuo cronológico aos primórdios da independência do país, posto que ele se justifica na medida em que o chavismo chegou ao poder através do recurso à reinterpretação do legado das lutas sociais e revolucionárias do século XIX, adaptando-as às contradições da Venezuela contemporânea. Em seguida, analisamos a conformação do moderno Estado-Nacional venezuelano, nos marcos do capitalismo periférico dependente que, no caso da Venezuela, se traduziu em uma estrutura socioeconômica *petroleiro-rentista*. Finalmente, tratamos da ascensão e crise da chamada *Democracia de Punto Fijo* (1958-1998), cujo ocaso se anunciou com a insurreição popular conhecida como *Caracazo* (1989) e com as sublevações militares de 1992 – que trouxeram para o centro da *arena* política do país o *Movimiento Bolivariano Revolucionário 200* (MBR-200), liderado pelo então Tenente-Coronel Hugo Rafael Chávez Frias.

No capítulo 2, analisamos as origens do MBR-200 e sua ideologia *bolivariana*, procurando trazer à tona os fatores, objetivos e subjetivos, que levaram o movimento a aglutinar as formas fragmentadas de luta dos trabalhadores em uma alternativa política unificada em torno da liderança de Hugo Chávez, até sua vitória eleitoral nas eleições presidenciais de 1998. Apontaremos também algumas das contradições existentes entre os objetivos proclamados pelo chavismo, à época, e os meios pelos quais esperava-se atingi-los. Para o leitor pouco familiarizado com os referenciais ideológicos

bolivarianos, este capítulo oferecerá importantes subsídios para uma compreensão do *fenômeno chavista* que vá além das análises simplistas, presentes tanto na mídia quanto em parte da bibliografia sobre o tema, que tentam caracterizar o governo Chávez a partir de chaves interpretativas pouco precisas – tais como o *populismo* (em suas muito distintas concepções), *caudilhismo*, etc.

Os capítulos 3 e 4 dedicam-se à análise geral dos 14 anos de governo de Hugo Chávez (1999-2013), avançando ainda sobre os anos iniciais do atual governo de Nicolás Maduro. Analisamos primeiramente o período 1999-2005, que é marcado pelo conflito fundamental entre a oposição antichavista e o conjunto do campo bolivariano. É o momento do auge das mobilizações populares em sua luta contra o neoliberalismo e contra os modelos tradicionais de representação política, sustentados pelo pensamento liberal. Também é nesse período que se iniciam as primeiras experiências de ocupação de fábricas e terras pelos trabalhadores organizados, as quais viriam a impor ao governo uma inflexão decisiva à esquerda. O *chavismo* gradativamente evolui de uma posição crítica ao neoliberalismo, em favor de políticas econômicas neokeynesianas, para uma radicalização crescente que primeiramente assumiu um caráter nacionalista e/ou anti-imperialista, para ao final do período finalmente reivindicar a bandeira do *Socialismo do Século XXI*. Ao mesmo tempo, neste período o governo também iniciou amplos programas sociais, que resultaram numa efetiva redistribuição da renda petrolífera que elevou em geral as condições de vida e de acesso ao consumo dos trabalhadores. Do lado da oposição antichavista, verifica-se um conjunto de tentativas golpistas e/ou sabotadoras, sucessivamente derrotadas pelo movimento popular bolivariano. Ao final, a oposição recuou continuamente na *guerra de posições* que se verificava na sociedade civil,[1] chegando ao ano de 2005 enfraquecida e fragmentada.

Em seguida, nos debruçamos sobre o período 2006-2015, que se inicia com a tentativa de supressão das diferenças do campo bolivariano, a partir de iniciativas de caráter centralizador implementadas pela alta cúpula do governo chavista. Essa inflexão centralizadora, no âmbito do Estado e dos partidos que davam sustentabilidade política ao governo, se traduziu em um progressivo cerceamento do amplo debate que, no período anterior, encontrava relativo espaço para se realizar. No âmbito da sociedade política, ocorreram tentativas mais ou menos explícitas de *tutelamento* dos movimentos de base, de modo a suprimir parte de sua autonomia, cercear as vozes dissonantes e

[1] Aqui nos referimos ao conceito de Guerra de Posições tal como apresentado por Grasmci nos Cadernos do Cárcere (particularmente os parágrafos 7 e 24 do caderno 13). Ver GRAMSCI (2000).

unificar o conjunto das forças bolivarianas em favor de uma linha política ditada diretamente pelo governo. Em parte, essa estratégia visava concentrar os esforços no sentido de promover transformações sociais mais agudas na sociedade, visando superar as formas capitalistas de Estado e produção; mas também resultaram, ao mesmo tempo, na ascensão de setores do chavismo defensores de modelos de "socialismo" calcados na prevalência do Estado sobre as formas organizativas próprias dos trabalhadores. Durante este período, Chávez iniciou um amplo processo de expropriações, ampliando a intervenção estatal na economia e abrindo espaço para algumas experiências de controle operário da produção – as quais, contudo, não conseguiram suplantar as forças contrárias, manifestadas dentro e fora do governo. Seguiram ocorrendo progressos no âmbito social; porém, no âmbito econômico, o país viu fortalecer a dependência em relação à indústria petroleira, à medida que as intervenções do Estado no setor produtivo não apresentaram resultados satisfatórios. Do lado da oposição antichavista, continuaram ocorrendo toda sorte de sabotagens, especialmente no campo econômico; ao mesmo tempo, o período assistiu a uma reorganização dos setores da direita política, que começam a se recuperar do recuo ocorrido no período anterior. Ao final, a polarização entre chavistas e antichavistas tendeu a *dividir ao meio* a sociedade venezuelana – o que se traduziu eleitoralmente na difícil vitória de Nicolás Maduro nas eleições presidenciais de 2013, ocorridas logo após a morte de Chávez.

Ao final do capítulo 4, alguns dos elementos centrais que sustentam nossas conclusões já estão delineados; mas ainda restava nos aprofundar nas contradições fundamentais do processo bolivariano, que afloraram justamente no momento em que se colocaram em xeque as relações de produção capitalistas, particularmente no âmbito da produção industrial. Para dar maior concretude a nossas hipósteses, no capítulo 5 nos aprofundamos na análise do movimento operário venezuelano, apresentando também um estudo de caso centrado nas transformações ocorridas na região metalúrgica de Guayana, no estado Bolívar (ao leste do país). Foi em Guayana que ocorreram as mais avançadas experiências de controle operário das indústrias venezuelanas – e onde, por isso mesmo, foram mais significativos os conflitos envolvendo a oposição, os setores *burocratizados* do governo e as tendências de esquerda do campo chavista, apoiadas na ascensão do movimento operário. Analisamos com profundidade o modelo da *cogestión revolucionária*, que em tese deveria constituir-se na mais avançada experiência de transformação nas relações produtivas, mas que também reafirmou antigas práticas, típicas da Venezuela pré-Chávez. Ao focalizar essa experiência, nosso objetivo

fundamental é traduzir, através de exemplos concretos, as dificuldades gerais do processo bolivariano, que apresentamos nos capítulos anteriores. É claro que, como qualquer estudo de caso, o que realizamos aqui também guarda especificidades que não podem ser automaticamente generalizadas para os demais setores da economia. Contudo, acreditamos que, em seus aspectos mais importantes, as lutas ocorridas em Guayana ajudam a clarificar de forma geral as forças políticas de classe que incidiram sobre o processo bolivariano como um todo, definindo seus rumos.

Esperamos que, ao final da leitura, o leitor encontre subsídios que o auxiliem a compreender a atual crise social e econômica da Venezuela. A identificação dos erros cometidos, assim como dos acertos, servirá para uma análise mais objetiva e relativamente desapaixonada do processo, necessária para compreender a Revolução Bolivariana para além das muitas interpretações simplistas que predominam no debate sobre o tema, tributárias da intensa polarização política existente em relação ao *chavismo* (tanto dentro quanto fora do país). Fundamentalmente, esperamos contribuir para que as transformações ocorridas sejam avaliadas criticamente, visando reconstituir as bases sociais que, na Venezuela (como também em outros países) seguem na luta pela democracia e pelo avanço rumo à construção de uma sociedade emancipada, que supere as contradições do capital. Se nosso trabalho puder contribuir para essa necessária reflexão, consideramos que atingimos os objetivos que nos propusemos.

CAPÍTULO 1

Luta de classes, Estado e formação da sociedade venezuelana

Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechálas. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.
(Walter Benjamin, 1940)

A *catástrofe* e o *progresso* como duas faces de uma mesma moeda. Poucas imagens poderiam ser mais adequadas para representar a formação das modernas nações latino-americanas. Aqui, *povoamento* significou também genocídio; *progresso*, a escravidão; *cidadania*, a exclusão. No processo de consolidação do sistema capitalista mundial, a América Latina se conformou como parte da "metade" subdesenvolvida e dependente, em função da herança colonial. Os séculos de subordinação às Metrópoles fizeram com que parte significativa do excedente gerado nas colônias fosse inevitavelmente apropriado pela burguesia mercantil atlântica (na forma de lucro) ou pelas Coroas Ibéricas (na forma de impostos). A produção em geral sofreu restrições, de modo a se adequar a interesses externos e tornar a economia colonial *complementar* a das monarquias europeias. Dessas circunstâncias, originou-se uma elite econômica cujos interesses se articulavam de forma subordinada aos interesses de burguesias estrangeiras, reproduzindo a relação de dependência ao longo da história, sob modalidades sempre renovadas. Este fato, somado à brutal concentração de riqueza gerada pela escravidão e pelo latifúndio, constituiu a dupla-chave do subdesenvolvimento latino-americano: dependência externa e enorme concentração de renda.

Neste contexto, talvez a principal especificidade da Capitania-Geral da Venezuela tenha sido o fato de ter-se constituído como uma área relativamente marginal

em relação à empresa colonial espanhola. A região não possuía metais preciosos, e seus indígenas não apresentavam formas de exploração do trabalho semelhantes às encontradas pelos espanhóis nos impérios Inca e Asteca (as quais puderam ser adaptadas à empresa colonial, na forma da *Encomienda*). Durante algum tempo, na Venezuela, a única atividade econômica relativamente lucrativa para os europeus era o apresamento de índios para exportação às regiões mineradoras do oeste. Só posteriormente, à medida que escasseavam os indígenas e crescia a população mestiça, iniciou-se uma economia agroexportadora mais significativa, baseada em produtos como o açúcar e o tabaco (posteriormente, também o cacau). Por volta do século XVII, a Capitania tornou-se próspera o suficiente para financiar a importação de africanos, que foram introduzidos no trabalho como escravos.

Apesar desse desenvolvimento, os navios espanhóis continuaram dando pouca atenção ao comércio com a região, de modo que os *criollos* venezuelanos negociavam seus produtos quase livremente com contrabandistas ingleses, franceses e holandeses. Foi somente em princípios do século XVIII, sob o risco de perder sua colônia para estrangeiros e em virtude do gradual esgotamento das regiões mineradoras, que a Coroa Espanhola criou a *Companhia Guipuzcoana*, que deveria monopolizar o comércio dos gêneros agrícolas exportáveis da Capitania-Geral da Venezuela. Contudo, a implantação tardia do *exclusivo* comercial não foi bem aceita pelos latifundiários locais, acostumados a comercializar livremente seus produtos; quanto mais estes se valorizavam no mercado internacional, maior se tornava o sentimento autonomista – também fortalecido pelas restrições impostas pela Coroa espanhola para a ascensão dos *criollos* enriquecidos aos cargos mais valorizados da administração colonial.

Em fins do século XVIII, a combinação da *plantation* para exportação com a produção interna de alimentos e a pecuária extensiva fez das colônias da Venezuela e da Nova Granada (atual Colômbia) as mais equilibradas e prósperas da América Hispânica, (à frente das regiões mineradoras, outrora mais ricas). Não por acaso, quando sopraram os ventos do Iluminismo, foi nessas colônias que floresceram os primeiros e principais movimentos de conspiração anti-colonial, que confluiriam para a Revolução liderada por Simón Bolívar, em princípios do século XIX.

Simón Bolívar, o Libertador, é o personagem central não somente da independência da Venezuela, mas da própria idiossincrasia nacional venezuelana. Seu nome e imagem fazem parte da paisagem de praticamente todas as cidades do país, marcando inevitavelmente a memória de qualquer um que visite o visite. O exame da

herança histórica de Bolívar, no entanto, é tarefa das mais desafiadoras, dado o monumental acervo de fontes referentes a ele e as múltiplas interpretações acerca de seu legado. Obviamente, foge ao escopo deste trabalho o aprofundamento nesse debate; mas é necessário tratar de alguns traços essenciais de sua personalidade e suas ideias, assim como da Guerra de Independência comandada por ele, posto que essa herança histórica foi resgatada como base ideológica que consolidou a liderança do presidente Hugo Chávez (1998-2013) no atual processo da Revolução Bolivariana. Tal necessidade é ainda mais preemente porque, muitas vezes, toma-se o bolivarianismo como um discurso vazio de conteúdo, utilizado apenas como objeto de retórica política. Ainda hoje, o termo *Revolução Bolivariana* não tem plena aceitação nem na mídia e nem em grande parte da literatura especializada, sendo usual a grafia entre aspas. A este respeito, István Mészáros afirmou

> *The Economist*, de Londres, recusa-se a procurar o sentido da expressão Revolução Bolivariana, apesar do fato de que a liderança política da Venezuela, com suas consistentes referências ao projeto inacabado da época de Simón Bolívar, estar empenhada em pôr em movimento uma transformação de longo alcance no país. Na verdade, uma transformação que ainda repercute em todo o continente e gera reações significativas também em outras partes da América Latina. Com uma intenção insultuosa deliberada, *The Economist* coloca sempre entre sarcásticas aspas a palavra "bolivariano" – como se tudo o que fosse bolivariano devesse ser considerado obrigatoriamente absurdo. (MÉSZÁROS, 2006)

Ressaltamos, porém, que vamos nos ater apenas às questões essenciais para a análise que desenvolveremos no decorrer deste trabalho. Fundamentalmente, tentaremos fornecer os subsídios básicos necessários para o o leitor não familiarizado com o tema.

1.1 - Bolívar e a Revolução de Independência

Numa sociedade marcada historicamente pelo processo de mestiçagem, que tingiu a estrutura de classes de enormes diferenças culturais e étnicas, o Libertador passou a ser identificado com o próprio processo de formação da *Nação*, no sentido moderno do termo – isto é, uma comunidade de indivíduos que veem a si mesmos como portadores de uma cultura nacional em comum, identificada com um determinado território e um determinado Estado. Segundo Carla Ferreira,

> Bolívar encarna um guerreiro que busca criar uma nacionalidade através do vínculo com o território e com um projeto próprio anticolonial. Anuncia o nascimento de uma pátria que se define fundamentalmente como comunidade daqueles que nasceram naquela terra (e não predominantemente definida pelo idioma, cultura ou etnia específica), incluindo os índios, os negros, os mestiços. (FERREIRA, 2006: 31-32)

Mas, antes de se tornar *herói* e ícone latino-americano, o Libertador foi um homem de seu tempo. Órfão de pai e mãe aos nove anos, teve sua formação fortemente influenciada pelo grande educador e filósofo venezuelano Simón Rodríguez, que se tornou seu tutor na infância.[2] Anos depois, já adulto, Bolívar reencontraria seu tutor em Paris, em 1804, quando viveram juntos a conjuntura política do período, frequentando reuniões secretas, lojas maçônicas e festas da alta corte parisiense. Por esta época, Bolívar já era profundo conhecedor de Montesquieu, Voltaire e Rousseau, além de também haver lido Locke, Condillac, Buffon, D'Alembert, Helvetius, Hobbes e Spinoza (idem, ibidem, 2008: 58). Outra personalidade importante que se tornaria amigo de Bolívar e influenciaria suas ideias foi o cientista prussiano Alexander von Humboldt, que havia regressado de uma expedição científica à América Espanhola, e que compartilhava das mesmas ideias liberais e da crítica ao despotismo espanhol. À Bolívar, Humboldt teria relatado as imensas potencialidades naturais das colônias espanholas, acrescentando que o país estava *maduro* para a independência, embora não houvesse quem pudesse liderá-la.[3]

---

[2] Segundo Masur, (2008: 45), Simón Rodríguez era um homem que *"había leído todos los libros de filosofia caídos em sus manos: Spinolza, Holbach y sobre todo Rousseau. Su gran ambición era convertirse en el Jean-Jacques de Sudamérica"*. De fato, Rodríguez levava uma vida rústica – ou *natural*, como convinha a um seguidor das ideias de Rousseau – quando foi designado, pelo cabildo de Caracas, professor da *Escuela de Lectura y Escritura para Ñinos*, em 1791. Logo se destacou como reformador do sistema educacional da colônia, escrevendo um importante estudo crítico sobre o tema, em 1794. Porém, num contexto político marcado pelas Revoluções Francesa e Haitiana, foi acusado de participar de conspirações contra a Coroa espanhola. Inocentado por falta de provas, preferiu assim mesmo se exilar em 1797, adotando o nome de Samuel Robinson. Desde então, viveu em diferentes países, fundando escolas, escrevendo e divulgando ideias revolucionárias. Segundo Mészáros (2006), o tutor de Bolívar teria chegado a frequentar, em Paris, reuniões das primeiras sociedades socialistas secretas, fundadas pelos herdeiros do jacobinismo radical no início do século XIX. Parte dos biográfos de Bolívar sustentam que Rodríguez, um convicto rousseauniano, teria feito mais do que simplesmente fornecer uma educação formal a Bolívar. Segundo Masur (2008: 45), *"No existe prueba definitiva de que este visionário reformador y luchador haya aplicado a Bolívar las teorias de Emile, pero es indudable que puso a Rousseau em contacto com el joven. Ciertamente los puntos de coincidência com Emile son notables; Bolívar era huérfano, condición requerida por Rousseau; también era rico, sano y furte. Rodríguez, que en esse entonces vivió em San Mateo com Bolívar, pudo expornelo a la influencia de la naturaleza e inmunizarlo de la del mundo exterior. Em todas as cartas y escritos de Bolívar, ningún autor es mencionado tantas veces como Rousseau. Em su confessión a Simón Rodríguez, Bolívar afirma com toda claridad: 'He transitado el caminho que usted me há señalado'. Para luego agregar: 'Usted há moldeado mi corazón para la libertad y la justicia, para lo grande y lo hermoso'"*.

[3] Outra personalidade que certamente influenciou Bolívar foi Napoleão Bonaparte, personagem central de seu tempo. Segundo seus próprios relatos posteriores, Bolívar nutria por Bonaparte um misto de admiração e repulsa: admirava sua glória e conquistas militares, e principalmente o apoio popular que detinha; no entanto, considerou sua coroação como Imperador uma traição aos ideais revolucionários que legitimavam este mesmo apoio popular. Bolívar chegou a recusar um convite do embaixador espanhol, para assistir à coroação de Bonaparte em Notre Dame – embora, ao que parece, tenha assistindo a cerimônia anonimamente, sem se misturar aos cortesãos (MASUR, 2008: 60-61)

Segundo Carla Ferreira, a melhor interpretação realizada sobre Bolívar é a fornecida pelo historiador venezuelano J. L. Salcedo Bastardo, que procurou relacionar os elementos comuns existentes entre o *homem*, o *pensamento* e a *ação*. Segundo a definição de Bastardo, seriam traços genuinamente bolivarianos a repugnância à tirania e a defesa intransigente da independência nacional e de um governo efetivamente democrático (FERREIRA, 2006: 30). Nesta definição, o Libertador aparece como um republicano alinhado às tendências revolucionárias mais radicais de sua época, diferenciando-se, portanto, da maior parte dos "ilustrados" hispânicos de princípios do século XIX, para os quais a igualdade civil – e, principalmente, a igualdade *política* – era geralmente vista como uma excrescência, que mal podia ser adotada entre os brancos, e muito menos entre estes e os *pardos*.

Para Bolívar, no entanto, todas as classes sociais deveriam ser incorporadas à República, a ser formada pela totalidade da população como cidadãos *plenos*, com os mesmos direitos – posição que ele defendeu de forma contundente durante a Revolução da Independência, e que pode ser vista em seu famoso *Discurso al Congreso Constituyente de Bolivia* (1825)

> Se han establecido las garantías más perfectas: la libertad civil es la verdadera libertad; las demás son nominales, o de poca influencia con respecto a los ciudadanos. Se ha garantizado la seguridad personal, que es el fin de la sociedad, y de la cual emanan las demás. En cuanto a la propiedad, ella depende del Código Civil que vuestra sabiduría debiera componer luego, para la dicha de vuestros ciudadanos. He conservado intacta la Ley de las leyes – la igualdad –, sin ella perecen todas las garantías, todos los derechos. A ella debemos hacer los sacrificios. A sus pies he puesto, cubierta de humillación, a la infame esclavitud.[4]

[4] Percebe-se aqui a influência de Rousseau no pensamento de Bolívar. Para o filósofo francês, era em função da preservação da propriedade que se impunha aos homens o respeito às leis (portanto, o fundamento em si da propriedade não podia ser questionado); no entanto, Rousseau era radicalmente contrário a concentração da propriedade em poucas mãos. Talvez como nenhum outro grande filósofo antes de Marx, Rousseau denunciou o fenômeno da alienação e da desumanização do homem, causado pela grande transformação histórica de seu tempo – isto é, o advento do sistema capitalista, que dissolvia a "condição média" dos indivíduos e gerava pobreza de um lado e concentração de riqueza de outro. No entender de Rousseu, a desigualdade econômica decorria dos valores degenerados e artificiais de uma civilização que afastava o homem de seu estado *natural*. Neste sentido, o enquadramento de Rousseau na tradição contratualista liberal constitui um equívoco, pois o Contrato Social que ele propunha tinha características bastante específicas: não se tratava de um acordo entre partes contratantes individualizadas, no qual o indivíduo alienaria sua liberdade, em favor do Estado reificado, detentor do monopólio da força; mas sim da alienação da liberdade natural – entendida como a submissão ao puro impulso do apetite, sendo equivalente à condição de escravidão – em favor de um corpo moral e coletivo. Em outras palavras, o Contrato Social rousseauniano só se legitimava porque "cada um, dando-se a todos, não se dá a ninguém" (ROUSSEAU, 1999: 21). O Soberano era, portanto, um ser coletivo, portador da Vontade Geral, e só a partir de sua constituição seria possível alcançar a *liberdade moral*, na qual os indivíduos *se submetem às leis que eles mesmos prescrevem, tornando-se verdadeiramente senhores de si mesmos*. Tais ideias transparecem no discurso de Bolívar, onde a propriedade aparece não como um direito *natural*, mas *civil*, posto que dependeria da aprovação de um Código que ainda estava por ser

István Mészáros argumenta que Bolívar identificava a República com um processo de transformações sociais efetivas, que pode ser medido por suas propostas em favor da repartição de terras e da abolição da escravatura – objetivos nunca cogitados, por exemplo, pelos "pais fundadores" dos EUA, exaltados pela historiografia liberal como os criadores das "democracias modernas".

> Para provar com ações a validade de seus princípios e crenças profundos, [Bolívar] não hesitou nem por um instante em libertar todos os escravos de suas propriedades em sua determinação de dar uma base social tão vasta quanto possível à luta por uma emancipação completa e irreversível do domínio colonial profundamente instituído. Em seu magnífico discurso no Congresso de Angostura, em fevereiro de 1819, destacou a libertação dos escravos como a mais essencial de suas ordens e decretos, afirmando que: "Deixo à vossa soberana decisão a reforma ou a revogação de todos os meus estatutos e decretos, mas imploro a confirmação da liberdade absoluta dos escravos, como imploraria pela minha vida e pela vida da República." (MÉSZÁROS, 2006)

Obviamente, a demanda pela igualdade civil e política entre brancos, *pardos*, negros e indígenas constituiu também uma necessidade *prática* da Guerra de Independência. O *Ejército Libertador* de Bolívar, embora comandado pela elite *criolla*, consistiu na realidade em um corpo principal regular, auxiliado por um sistema de milícias formadas majoritariamente por elementos oriundos das camadas subalternas – desde indígenas e negros em busca de liberdade, até os mestiços em geral e as esposas e companheiras desses soldados. A Reforma Agrária proposta por Bolívar também se relacionava com essa questão, posto que o que se propunha era a distribuição de bens aos militares do *Ejército Libertador*, como compensação pelos infortúnios da Guerra.

No entanto, mesmo que justificada como uma *reparação* por serviços prestados – que beneficiava, sobretudo, os líderes militares locais, e não o conjunto do campesinato – a *Ley de Repartición de Bienes* de Bolívar teve um forte impacto social, dado o caráter mestiço do *Ejército Libertador*. Muitos dos chefes das milícias populares advinham de fato das camadas subalternas, constituindo-se como lideranças político-militares do campesinato. Não por acaso, os generais da elite *criolla* procuraram toda sorte de subterfúgios legais para impedir a aplicação da lei e manter o conjunto dos não-brancos alijados de qualquer possibilidade de acesso à terra.

> Bolívar hablaba de los militares porque estos eran en su mayoría integrantes de la clase mas desposeída, el campesinado nacional. Sin embargo, no faltaron las trampas

---

elaborado. Era neste sentido que, falando às classes proprietárias, Bolívar propunha "sacrifícios" em favor da igualdade.

> leguleyescas de algunos connotados generales, conocedores de las leyes, tales como el General Santander, para dar al traste con las súplicas de Bolívar, se inventaron la entrega de unos bonos adquiridos a precio irrisorio por los generales y así los grandes fundos y bienes confiscados a los españoles pasaron a manos de los grandes burócratas y caudillos de la emancipación (PINTO, 2005).

O fato é que, para além das influências de pensadores radicais do pensamento iluminista, Bolívar era também possuidor de profundo senso prático – ou, como afirma Mészáros, de um grande "senso de proporção – virtude absolutamente vital para qualquer um e, em especial, para todas as figuras políticas importantes, que têm o privilégio em nossas sociedades de tomar decisões que afetam profundamente a vida de inúmeras pessoas" (MÉSZÁROS, 2006). Para o Libertador, os princípios ideológicos não poderiam prevalecer se em contradição com as condições sociais concretas. Sua posição acerca do federalismo, por exemplo, é indicativa dessa característica: nas palavras de Ferreira, o Libertador considerava o federalismo uma "teoria pouco prática que certos bons visionários tentaram impor a um país despreparado para ela, levando-o à beira da ruína" (FERREIRA, 2006: 32). Após a derrota definitiva das forças espanholas, e frente às tendências conflitivas que emergiam no interior das sociedades recém-libertadas e ameaçavam a união territorial dos novos Estados sul-americanos, Bolívar passou a defender formas centralizadas de governo, que primavam mais pela busca da estabilidade política do que pela participação democrática. Assim, o texto constitucional proposto para a Bolívia, por exemplo, previa a figura de um Presidente vitalício, com faculdade para eleger seu sucessor.

Medidas como essa são objeto de controvérsia até os dias de hoje na historiografia acerca de Bolívar: tratavam-se de uma questão pragmática, à qual os ideais do Libertador precisaram se curvar, ou expressavam uma tendência autoritária tipicamente *criolla*, já manifesta imediatamente após a vitória contra as tropas realistas? Não é nosso propósito nos aprofundar neste debate, mas achamos correto identificar, em Bolívar, a percepção de que os princípios liberais podiam ser reivindicados unicamente para atender a interesses particularistas, e não aos ideais efetivamente republicanos que deveriam orientar o processo revolucionário de libertação das colônias – como ocorria, por exemplo, com a reivindicação dos proprietários de escravos do direito à propriedade como justificativa para a manutenção da escravidão.

Uma carta escrita ao general Santander, em 1820, é bastante emblemática da forma como, em Bolívar, os ideais revolucionários se misturavam com questões de ordem prática:

> As razões militares e políticas para que eu ordenasse o aproveitamento de escravos são por demais óbvias. Necessitamos de homens robustos e fortes, acostumados à inclemência e à fadiga, de homens que abracem a causa e a carreira com entusiasmo, de homens que vejam sua causa identificada com a causa pública e nos quais o valor da morte seja pouco menos que o de sua vida.
> As razões políticas são ainda mais poderosas. Declarou-se a liberdade dos escravos de direito e de fato. O Congresso teve presente o que disse Montesquieu: *Nos governos moderados a liberdade política torna preciosa a liberdade civil; aquele que está privado desta última ainda está privado da outra; vê uma sociedade feliz, da qual não é mesmo parte; encontra a segurança estabelecida para os outros e não para ele. Nada aproxima tanto à condição de animais como o ver-se sempre homens livres e não o ser. Tais pessoas são inimigas da sociedade e seu número seria perigoso. Não se deve admirar que nos governos moderados o Estado tenha sido conturbado pela rebelião dos escravos e que isto tenha raras vezes sucedido nos Estados despóticos*. (Bolívar, cf. PINSKY, 2011: 66)

Para além da evidente preocupação em evitar grandes rebeliões de escravos, vemos que Bolívar reivindicava as ideias de Montesquieu para afirmar que a liberdade política e o estabelecimento de um governo moderado só seriam possíveis a partir do estabelecimento da liberdade civil. Quando, porém, os oligarcas pretenderam objetar a abolição por motivos mesquinhos e particularistas, Bolívar não hesitou em contrariar a crítica de Montesquieu aos governos despóticos, legislando unilateralmente a partir de sua condição de chefe militar.

> Em 1820, frente ao Congresso de Angostura, Bolívar reclama mais de uma vez a libertação dos escravos e o cumprimento da lei de repartição da terra. Os proprietários habilmente evadem a questão argumentando que é preciso esperar até que "los infelices esclavos adquieran luces morales y la instrucción necesaria". As gestões são inúteis. Sob essas condições, Bolívar, na condição de Presidente da República e Chefe Supremo do Exército, resolve continuar legislando de fato e promulga o *Decreto de Confiscación de la hacienda Ceiba Grande y la libertad de sus esclavos*, em 23 de outubro de 1820 (FERREIRA, 2006: 30)

A nosso ver, em Bolívar a apropriação dos ideais iluministas se orientava por dois princípios fundamentais, aos quais *tanto a teoria quanto a prática* deveriam se subordinar: em primeiro lugar, o precursor e intransigente anti-imperialismo, baseado no respeito à soberania dos povos e na busca de uma convivência harmoniosa entre eles; e em segundo lugar, à ideia de que o *universal* deveria prevalecer sobre o *particular*. A maior parte da elite *criolla*, por outro lado, colocava em primeiro lugar seus interesses particularistas, de ordem principalmente econômica; para defende-los, estava disposta a se aliar a forças externas, representadas pelos grandes impérios em ascensão no período pós-colonial (especialmente a Inglaterra e, depois, os EUA). De sorte que a união contra os exércitos espanhóis não eclipsou as posições antagônicas nas fileiras latino-

americanas: abolição *versus* escravatura; federalismo (particularista) *versus* centralismo (universalista); idealismo (mistificador) *versus* realismo (prático). Por esta razão, Maza Zavala lembra que a Guerra de Independência é interpretada por alguns estudiosos venezuelanos como uma "luta de castas e classes, mais propriamente como conflito interno que como guerra internacional" (ZAVALA, 1988: 236).

Não surpreende, portanto, que Bolívar, tão logo se consolidou a ruptura com a Metrópole e apesar de sua liderança inconteste na Guerra de Independência, tenha sofrido um crescente isolamento político por parte das elites oligárquicas, até finalmente morrer solitário no exílio. Para István Mészáros, o principal problema foi

> o profundo contraste entre a unidade política dos países latino-americanos defendida por Bolívar e os componentes profundamente adversários/conflituosos dos seus microcosmos sociais. Como os seus microcosmos sociais estavam despedaçados por antagonismos internos, os mais nobres e eloquentes apelos à unidade política só podiam ter êxito quando se tornasse grave a ameaça feita pelo adversário colonial espanhol. Mas, só por si, esta ameaça não podia remediar as contradições internas dos microcosmos sociais existentes. (MÉSZÁROS, 2006)

No período imediatamente pós-independência, as oligarquias *criollas* passaram a implementar toda sorte de subterfúgios para diluir ao máximo as propostas igualitárias contidas no projeto independentista. Assim, em 1821 e 1830, por exemplo, foram aprovadas leis que negavam ou dificultavam ao máximo a abolição da escravatura (proclamada por Bolívar em decretos de 1816, 1818 e 1820). Da mesma forma, impediu-se a aplicação das leis referentes à repartição das terras; finalmente, rejeitou-se a proposta de um governo centralizado em favor de um federalismo frouxo, controlado por *caudillos* locais – o que, ao fim e ao cabo, resultou na fragmentação da nação latino-americana em diversos países, e estes em agrupamentos regionais frouxamente associados. Na Venezuela, a propriedade da terra não foi tocada, e a escravidão continuaria juridicamente vigente até 1854, sendo abolida somente mediante indenização aos antigos proprietários (ZAVALA, 1988: 235). Além disso, o período pós-independência acabou resultando num aumento geral dos impostos, justificados pelos governos com base na crise econômica que decorreu dos muitos anos de guerra (FERREIRA, 2006: 66-70).

1.2 - A longa luta pela centralização política venezuelana

Uma importantíssima herança das Guerras de Independência, na Venezuela, foi a conformação de um enorme contingente popular armado. Com a consolidação da

independência, o *Ejército Libertador* se fragmentou em inúmeros destacamentos armados autônomos, formados por brancos, *pardos*, negros e indígenas, onde não era muito evidente a diferença entre civis e militares (característica dos Estados Modernos). Por esta razão, o poder coercitivo dos governos centrais não se baseava na *existência de um Exército organizado sob seu estrito controle*, mas sim em *pactos circunstanciais estabelecidos entre o governo e os chefes militares locais* (FERREIRA, 2012, p. 121, nota 105). Com o tempo, entre as camadas subalternas, foi se percebendo o engodo por trás das novas formas de trabalho estabelecidas – como a *peonaje*[5] – que mantinham os trabalhadores sob controle das oligarquias, em condições análogas à escravidão. À medida que foram sendo negadas as expectativas de emancipação e melhoria de vida dos trabalhadores, inúmeras revoltas populares começaram a eclodir.

Em meados do século XIX, essas revoltas geraram um contexto de crise que acabou canalizado pelo Partido Liberal, onde despontava a liderança do então comerciante Ezequiel Zamora. Membro de uma família de militares que havia participado da Guerra de Independência, Zamora era um representante de uma fração da classe dominante ligada ao comércio, que pouco tinha a perder com medidas radicais como a repartição das terras e a liberdade dos escravos. Em 1846, como reação às fraudes eleitorais que impediram a vitória do Partido Liberal, estoura a Revolução Camponesa, liderada por Zamora com base nas palavras de ordem: "eleição popular", "princípio alternativo", "ordem" e "horror à oligarquia" (ZAVALA, 1988: 237). O movimento pregava a reforma agrária, a democracia efetiva e a definitiva libertação de todos os escravos – em outras palavras, reivindicava a efetivação dos decretos assinados por Bolívar, juntamente com o aprofundamento das formas de participação política.

Embora tenha sido derrotada em pouco mais de um ano, a Revolução Camponesa deu lugar à *Primeira Autocracia Liberal* – período em que José Tadeu Monagas, um caudilho com inclinações progressistas, dominou a política venezuelana. Ezequiel Zamora, que havia sido preso após a Revolução Camponesa, foi incorporado ao Exército e atuou em inúmeras ações militares contra as oligarquias locais. Quando um golpe oligárquico depôs Monagas, iniciou-se a *Guerra Federal* (1859-1863), um conflito sanguinário de tipo total, que, segundo alguns estudiosos, resultou na morte de mais de 200 mil pessoas (FERREIRA, 2006: 86). À frente de um exército de

[5] Forma de trabalho na qual os camponeses são formalmente livres, mas mantidos ligados aos latifundiários por dívidas oriundas da cessão de lotes de terras para subsistência individual ou pela remuneração do trabalho através de "fichas" para a compra de produtos nos armazéns dos grandes proprietários (onde os preços são sempre muito altos).

camponeses – inflado em função do fim da escravidão – Zamora foi proclamado *General do Povo Soberano*, se tornando rapidamente a principal liderança anti-oligárquica. Nas palavras de Maza Zavala (1988: 241), Zamora converteu-se "no caudilho de camponeses e habitantes das planícies, na esperança dos despossuídos e no terror dos oligarcas". Sob seu comando, a província de Coro foi tomada e constituída como um Estado autônomo, ao qual deveriam ser somadas, através de um pacto federativo, as demais vinte províncias que então formavam a República da Venezuela.

A partir de Coro, foram declarados os objetivos da Federação:

> A abolição da pena de morte, liberdade absoluta de imprensa, de trânsito, de associação, de representação e indústria; proibição perpétua da escravidão, inviolabilidade do domicílio, da correspondência e dos escritos privados; liberdade de cultos, inviolabilidade da propriedade, direito voluntário de residência, independência absoluta do poder eleitoral, eleição universal, direta e secreta, administração de justiça gratuita, abolição da prisão por dívida, igualdade de todos os cidadãos perante a lei, tratamento oficial único de "cidadão" e "*usted"* [pronome de tratamento que trazia uma igualdade maior que o tradicional *señor*]. (ZAVALA, 1988: 240-241)

Para além dos direitos políticos presentes neste programa, a causa da Federação significava, para as camadas subalternas que a apoiaram, a possibilidade de transformar a estrutura opressiva da sociedade venezuelana da época, melhorando suas condições de vida. Nas províncias liberadas pelo exército de Zamora, foram editadas leis de grande impacto social, dentre as quais podemos destacar: a Reforma Agrária, estabelecendo uma propriedade comum da terra em um raio de cinco léguas ao redor de cada povoado; a eliminação do sistema de cobrança pelo arrendamento da terra para fins agrícolas ou pecuários; a fixação da jornada de trabalho para os *peones*; e a exigência de que os donos de rebanhos reservassem 10 vacas para as terras comuns, visando o fornecimento de leite gratuito para os pobres.[6] Vale lembrar que, entre os amigos próximos de Zamora, estava um grupo de socialistas utópicos franceses, exilados na Venezuela após a Primavera dos Povos de 1848; ao participarem da Guerra Federal, este grupo de socialistas procurou formar um exército revolucionário no interior das tropas federalistas (FERREIRA, 2006: 116, nota 96). Aos poucos, a liderança de Zamora passou a não interessar nem mesmo às frações oligárquicas que apoiavam a causa da Federação, para as quais o federalismo consistia tão somente

[6] Anos depois, Hugo Chávez reivindicaria essas medidas para afirmar de que as lutas lideradas pelos próceres da formação da República da Venezuela (particularmente a trindade formada por Bolívar, Rodríguez e Zamora) não implicavam somente na independência e na constituição de direitos civis formais, mas também na realização de reformas sociais profundas no país (CHÁVEZ FRIAS, 2013: 52-53).

> no domínio regional e local de caudilhos, êmulos dos senhores feudais da Idade Média, proprietários de extensas terras nas quais exploravam a força de trabalho de camponeses vinculados pela lealdade pessoal ou por condições similares às das servidão e amos da política em sua província e cantão, enquanto o poder central era exercido pelo caudilho principal diretamente, ou através de um testa-de-ferro investido da presidência da República (ZAVALA, 1988: 242).

Não surpreende, portanto, o fim trágico do *General do Povo Soberano*, traído e assassinado a mando de lideranças oligárquicas federalistas, em 1860. Três anos depois, a Guerra Federal chegou ao fim, mas deixou como resultado a destruição das forças militares ligadas às oligarquias, substituídas por um "contingente formado por setores camponeses, desvinculados delas" (MARINGONI, 2004: 132). O programa radical da Federação, porém, sofreu um inevitável revés com a morte de Zamora, não resultando em modificações substanciais nas estruturas sociais e políticas da República; tampouco se logrou a efetivação de instituições políticas estáveis, de modo que os conflitos internos entre federalistas e conservadores – cada vez mais indiferenciados uns dos outros – continuaram ocorrendo até 1870, quando ascendeu ao poder o caudilho Antonio Guzmán Blanco.

Segundo Emílio Terán Montovani, Gusmán Blanco fora

> uno de los lideres da revolución federal, quien con sus ideales ilustrados planteaba una revolución capitalista al estilo de los Estados Unidos, y llegaría al poder à raíz de la Revolución de Abril de 1870 que éste lideraria. Promoviendo su visión secular modernizadora, Guzmán Blanco representaria el inicio de una nueva dinâmica en el país, en la cual el "progresso" a la venezolana tendría nuevos rieles para circular, y los conservadores no lograrían poner nuevamente a uno de los suyos em la Presidencia, evidenciando el inicio de uma transición política nacional. (MONTOVANI, 2014: 92)

Embora se declarasse federalista, Guzmán Blanco governou o país de forma autocrática até 1888[7]. Durante este período, o "Autocrata Civilizador" – como viria a ser conhecido – ordenou reformas modernizantes e centralizadoras, legislando em matéria civil, mercantil, penal e militar: criou um sistema monetário; instituiu o ensino público obrigatório e gratuito; organizou a fazenda; regularizou o crédito público; fomentou a construção de algumas linhas férreas; criou um serviço oficial de estatística e censos; promoveu mudanças urbanísticas em Caracas; e, finalmente, promoveu avanços na agricultura (cujos principais produtos de exportação, a partir do século XIX,

[7] Na realidade, o governo de Guzmán foi relativamente intermitente. Ele governou o país de 1870 a 1877; depois entre 1879 até 1884; e finalmente entre 1886 e 1888. Nos interstícios, outros caudilhos federalistas ocuparam temporariamente o poder, embora Guzmán Blanco permanecesse como a personalidade política central do país.

eram o café o cacau). Em suma, Guzmán Blanco buscou consolidar um Estado moderno na Venezuela, cuja economia deveria integrar-se ao mercado capitalista mundial.

Segundo Carla Ferreira, foi durante o período do gumanzismo que se inaugurou "a efetiva construção de uma ideologia bolivariana de Estado" (FERREIRA, 2006: 156), a qual seria utilizada para justificar a centralização política que se tentava implantar. Além de nomear a moeda nacional como "Bolívar", Guzmán Blanco mandou erguer estátuas do Libertador, criou feriados nacionais referentes a ele e reformou uma igreja para que se transformasse no *Pantheón Nacional*, para onde foram transladados os restos mortais de Bolívar, Zamora e outros próceres da República. Também foi durante seu governo que se publicou, pela primeira vez, a monumental documentação referente à vida pública e privada do Libertador. Com base nela, historiadores dedicaram-se à tarefa de deificar o personagem histórico, colocando-o acima de toda a sociedade, como um símbolo de conciliação nacional. Neste processo, ocultaram-se as contradições entre Bolívar e as elites oligárquicas, interessadas em manter inalteradas as estruturas político-sociais excludentes. Como relata Ferreira,

> Predomina, a partir de então, a figura de Bolívar como "Pai da Pátria", como um referente óbvio, sobre o qual não é mais necessário deter-se para reivindicar-lhe essa ou aquela qualidade. A figura de Bolívar converte-se em um eco presentemente repetido, porém cada vez mais despido de periculosidade para a ordem vigente. Emerge um Bolívar descarnado, uma efigie reverenciada como se, figurativamente, se tratasse de, pela repetição, arrancar-lhe todo o poder efetivo. É o "Pai da Pátria", portador das qualidades unificadoras para harmonizar os conflitos entre seus "filhos" e para atender às exigências de construção do Estado nacional como instituição inquestionável da organização social segundo os preceitos republicanos, liberais, do capital. (FERREIRA, 2006: p. 172)

A construção dessa *ideologia bolivariana de Estado* correspondeu ao processo mais geral ocorrido no pensamento liberal-burguês, que eclipsava certas ideias *incômodas* do Iluminismo, afim de consolidar a afirmação da moderna sociedade do capital. Da mesma forma como Bolívar fora *esterilizado*, ocultando-se seus ideais mais radicais, saía de cena também a herança do pensamento de Rousseau e Diderot, por exemplo, e com ela toda a crítica à propriedade e à alienação perante o Estado; também não mais se falaria da oposição entre o *bem geral* e o *bem particular*, e nem muito menos do caráter limitado da democracia nos marcos dos sistemas representativos-parlamentares (tal como apontava Rousseau). Concomitantemente, fortalecia-se a crítica liberal ao Terror revolucionário – que, em Bolívar, se expressou na proclama *"Guerra a*

Muerte", de 1813[8] – e, principalmente, à radicalidade do jacobinismo tardio (herdeiro da *Conjuração dos Iguais*, de Graco Babeuf) e dos primeiros movimentos socialistas. No lugar dessa tradição mais radical, impôs-se um liberalismo que, de forma mistificadora, *cindiu* os terrenos da política e da economia, resguardando à esta última as condições necessárias para a manutenção da propriedade e da auto-valorização do capital.

Num processo semelhante, o *bolivarianismo de Estado* não apresentava características românticas opostas aos valores da modernidade (tal como se vê no pensamento *rousseauniano*), nem tampouco o *igualitarismo* de Simón Bolívar e muito menos a radicalidade do socialismo utópico, perceptível nos movimentos liderados por Zamora. Convertera-se o Libertador em um símbolo nacional que serviria à apologia da ordem, da centralização política e do necessário apaziguamento dos conflitos sociais em prol da *modernização* do país (traduzida, na prática, na integração subordinada ao capitalismo, então em plena expansão imperialista). Consequentemente, o processo de construção do moderno Estado venezuelano não tocou em condições fundamentais do subdesenvolvimento do país, como a questão da terra e a dependência externa. Como resultado, as condições de exploração do trabalho seguiram praticamente inalteradas, condenando os trabalhadores à miséria.[9] A economia continuou atrelada à agricultura de exportação de gêneros agrícolas, que era financiada pela burguesia exportadora e atraía todos os excedentes de capital disponíveis, ficando os ganhos divididos entre fazendeiros e exportadores.

> El ambivalente discurso latinoamericano sobre la modernidad, que rechaza la dominación colonial pero internaliza su misión civilizadora, ha adoptado la forma de un proceso de autocolonización que asume formas diferentes en distintos contextos políticos y períodos históricos. (CORONIL, 2013: 120)

Apesar dos esforços de Guzmán Blanco, a centralização política não se consolidou. Os grandes proprietários rurais continuavam expandindo suas propriedades de terra e se envolvendo em divisões e disputas oligárquicas, enquanto as finanças

---

[8] A "Guerra a Muerte" (isto é, "guerra *até* a morte"), foi uma proclamação onde Bolívar deixava claro que, no contexto da Guerra de Independência, não haveria nenhuma tergiversação em relação aos que se colocassem contrários – ou mesmo omissos – em relação a causa da Revolução. O texto da proclama termina com as seguintes palavras: "Españoles y Canarios, contad con la muerte, aun siendo indiferentes, si no obráis activamente en obsequio de la libertad de la América. Americanos, contad con la vida, aun cuando seáis culpables" (ver em FERREIRA, 2006: 31)

[9] No final do século XIX, a população total da Venezuela soma 2,4 milhões de pessoas, das quais 2 milhões era formada por trabalhadores rurais não-proprietários, submetidos a condições de trabalho semifeudais no campo. (ZAVALA, 1988: 251)

públicas entravam em colapso, expondo o país à cobrança – eventualmente armada – por parte dos grandes impérios europeus.[10] Entre 1899 e 1900, o caudilho Cipriano Castro desafiou as oligarquias e tomou o poder, com base em um exército formado por pequenos proprietários e trabalhadores rurais pobres da província de Táchira, nos Andes venezuelanos. Essa província era formada principalmente por camponeses e proprietários médios, criadores de café e gado, que conformavam uma população etnicamente diferenciada em relação à maior parte do país. A geografia de Táchira impunha limites naturais à expansão das propriedades de terra; consequentemente, o incremento da produção agrícola tendia a ser mais intensivo, o que resultava em um crescimento econômico relativamente maior que o do resto do país. Porém, em virtude do isolamento geográfico, os proprietários andinos tendiam a ficar excluídos da participação no poder – situação que, com Cipriano Castro, foi resolvida pelo recurso às armas (ZAVALA, 1988: 252).

O processo, que ficou conhecido como a *Revolução Restauradora*, levou os andinos aos principais postos da burocracia estatal e militar, e significou mais um passo no sentido da superação do caudilhismo regional e consolidação da centralização do poder. Entretanto, mais uma vez, as estruturas sociais de exploração do trabalho não foram alteradas. Segundo Maza Zavala, Cipriano Castro

> Não era um perigoso revolucionário anticapitalista, anti-imperialista ou pró-socialista; sequer cometeu durante seu governo reformas progressistas em favor do povo. O regime agrário injusto, semi-feudal (...) não sofreu modificações durante o período 1899-1908. A burguesia comercial e usurária também gozou de privilégios (...). Embora o movimento andino de 1899 tenha correspondido, de certo modo, a interesses de classe média e de campesinato próspero, não se propôs nos fatos políticos e administrativos levar a cabo uma revolução democrático-burguesa. (ZAVALA, 1988: 255)

Àquela altura, devido às jazidas de petróleo descobertas em fins do século XIX, a Venezuela entrava no raio de interesses e influência dos Estados Unidos e das empresas petrolíferas internacionais. Porém, o governo de Cipriano Castro, ainda que autoritário e voltado para o benefício dos "andinos no poder", a seu modo era também um governo nacionalista. Logo que assumiu o poder, Castro confrontou a *New York and Bermudez Corporation*, interessada na exploração do maior lago de asfalto do mundo, localizado na Venezuela. Contrariada em seus interesses, a empresa patrocinou, em 1902, uma insurreição oligárquica, vencida rapidamente pelas tropas de Castro. Logo depois, porém, o país foi atacado por potências imperialistas europeias. Navios de

[10] Em 1899, a dívida pública venezuelana atingiu o equivalente a quatro vezes o orçamento público nacional (ZAVALA, 1988: 250)

guerra ingleses, alemães e italianos atacaram navios mercantes, portos e fortalezas do país, chegando a desembarcar tropas na região costeira de La Guaira (próxima à capital, Caracas) e ocupar as alfândegas. O objetivo declarado era forçar, pela via das armas, o pagamento da dívida pública e uma "reparação" por danos provocados a cidadãos de seus países nas guerras civis venezuelanas (ZAVALA, 1988: 253); mas, obviamente, as potências europeias estavam também interessadas em uma mudança no regime, promovendo a ascensão de um governo mais alinhado com seus interesses.

Encurralado, Castro nomeou o embaixador estadunidense em Caracas, Herbert Wolcott Bowen, como mediador do conflito. É importante lembrar que, no último quartel do século XIX, os EUA havia superado a crise pós-Guerra de Secessão, iniciando uma expansão imperialista orientada fundamentalmente para o continente americano. Baseados na *Doutrina Monroe*, os EUA denunciaram o imperialismo especificamente *europeu* para, de forma mais ou menos aberta, impor *o seu próprio*. Na partilha do mundo entre as potências imperialistas, a América caberia aos EUA. A intermediação estadunidense fez com que as potências europeias fossem afastadas; o governo Castro, porém, foi submetido a "um processo de julgamentos, reclamações, ameaças de invasão norte-americana à Venezuela, campanha mundial imperialista contra o governo (...) e conspiração para derrubá-lo" (ZAVALA, 1988: 253). Em 1908, essa campanha desestabilizadora finalmente levou à queda de Castro. Ascende ao poder Juan Vicente Gomez, cujo primeiro ato no governo foi pedir a "proteção" militar estadunidense, oferecendo em troca a abertura incondicional do país ao capital estrangeiro e a exploração do petróleo pelas grandes companhias petrolíferas internacionais. Iniciava-se assim uma cruel ditadura, e com ela o nascimento da Venezuela moderna, parida nos marcos da *dependência* e da exploração do petróleo.

Antes de avaliar o papel do petróleo na conformação da Venezuela moderna, é necessário traçar as linhas gerais de como funciona o mercado mundial petroleiro, e como se integram a ele os países periféricos exportadores. Trataremos à seguir de algumas bases conceituais que consideramos imprescindíveis para a continuidade de nossa análise, retormando em seguida a formação histórica da Venezuela que culmina no advento da Revolução Bolivariana.

1.3 - Fundamentos de uma economia política do petróleo e da dependência

De maneira geral, os autores venezuelanos que se debruçaram sobre o tema do petróleo (ver, dentre outros, CORONIL, 2013; BAPTISTA, 2010; MOMMER, 2010; e

ÁLVAREZ JR, 2014) partem do conceito da *renda da terra*, que em Marx foi trabalhado no livro III d'O Capital. Para entender a concepção marxiana deste conceito, porém, é necessário apontar sucintamente o que Marx entendia por capital e seu processo de reprodução e acumulação.

Em si, o capital é um tipo específico de relação social, que historicamente surgiu da separação em larga escala dos produtores diretos (isto é, os trabalhadores em seu conjunto) e os meios de produção e subsistência, que foram apropriados pelos capitalistas na forma de propriedade privada. Nessas condições, o trabalho humano – que é a única força social capaz de criar valor – é transformado em mercadoria, na forma de *força de trabalho*, a qual é comprada pelos capitalistas e posta para interagir, sob seu controle, com os meios de produção e a natureza em geral. Parte do valor criado nessa interação é consumida pelos próprios trabalhadores, na forma de salários, assegurando sua reprodução enquanto força de trabalho subordinada ao capital. A parte excedente – o mais-valor – é apropriada pelos capitalistas de diferentes formas, conforme a posição que ocupam e as funções que exercem no sistema como um todo.

Cabe ao capitalista industrial (ou *capital funcionante*) promover, através da exploração do trabalho transformado em mercadoria, a criação de todo o mais-valor gerado pelo sistema capitalista. Dessa massa de mais-valor criado, o capital funcionante apropria-se de uma parte, na *forma* de lucro. Outra parcela, que também aparece na forma lucro, é apropriada pelo *capital mercantil*, no âmbito da circulação de mercadorias. Nesses dois casos, o valor passa por metamorfoses, apresentando-se ora como capital-dinheiro, ora como capital-mercadoria ou como capital-produtivo.[11] Mas há outras formas pelas quais parcelas da mais-valia são apropriadas pelo capital sem passarem por nenhuma metamorfose. Isso acontece na forma de *juros* e *renda*.

No primeiro caso, o capital aparentemente se autoexpande na forma dinheiro. Na verdade, o que ocorre é que um capitalista – o *capital portador de juros* – adianta somas de capital a outro capitalista – o capital funcionante – que tem a responsabilidade de se

[11] Marx analisa essas metamorfoses de forma simplificada no livro I d'O Capital, expressando-as através da fórmula básica D-M-D' – na qual D representa o capital na forma dinheiro, que é trocado por mercadorias M e, após o processo produtivo, novamente trocado por dinheiro, com o acréscimo do mais-valor (D'). No livro II a fórmula se expande, de modo a dar conta das trocas mercantis que, embora não produzam mais-valor, também fazem parte do processo geral de acumulação capitalista. Assim, por exemplo, no caso do capital-dinheiro, a fórmula aparece como D-M...P...M'-D', onde D representa o *quantum* de valor original, que é trocado por M, isto é, mercadorias de mesmo valor (D=M); após o processo produtivo P, temos um novo *quantum* de valor (criado pelo trabalho), incorporado ao conjunto das mercadorias produzidas (M'), que finalmente são trocadas por uma quantidade equivalente de dinheiro (D').

relacionar diretamente com o trabalho e explorá-lo com o objetivo de criar mais-valor. O capital portador de juros é sempre um proprietário de grandes quantidades de valor na forma dinheiro; geralmente conformam os bancos, fundos de investimento, etc, mas nada impede que esse capitalista também seja uma empresa e, como tal, atue como capital funcionante em um ou mais setores da economia. De todo modo, o que caracteriza o capital portador de juros é a *propriedade pura* em larga escala ou, em outras palavras, os proprietários de grandes quantidades de valor (ou trabalho humano) em sua forma mais abstrata, representada pelo dinheiro em si mesmo. Esses capitalistas, na prática, não interagem diretamente com o trabalho, já que repassam essa função para o capital industrial ou funcionante; mas, na medida em que o fazem, impulsionam a expropriação de trabalho e, consequentemente, a criação global de massas de mais-valor. Além disso, nas condições de concorrência e concentração de capitais do sistema capitalista, o capital portador de juros acaba por controlar as *condições sociais de produção*, sem as quais nenhum capitalista industrial consegue se manter no mercado. Esse é o motivo que permite a ele se apropriar de uma parcela do mais-valor gerado, que a ele retorna na *forma* do pagamento de juros.[12]

O segundo caso de acumulação sem metamorfose do valor é a *renda*. A renda também advém da apropriação, na forma dinheiro, de parte do mais-valor total criado pelo sistema. Mas, neste caso, a apropriação deriva da propriedade privada que certos capitalistas possuem da terra e/ou de outros recursos naturais, sem os quais a produção é impossível. Quando inseridos no modo de produção capitalista, tais recursos da natureza funcionam como *meios de produção não produzidos*. Como afirma Baptista,

> aquí es preciso entender de qué se habla: la expresión "renta", en este caso, no es el término general para denotar cualquier género de ingresos, tal y como se la emplea en cualquier libro de texto contemporáneo (v. The New Palgrave Dictionary). En el presente contexto esa expresión tiene un significado mucho más limitado y rico al mismo tiempo, a saber, el que sirve para nombrar la clase de remuneración a la que tiene derecho el propietario de unos medios de producción no producidos, cuando esos

[12] Para o capital portador de juros, a fórmula aparece na sua forma mais fetichizada e alienante, como dinheiro que gera mais dinheiro (D-D'). No entanto, os juros não surgem como uma criação do dinheiro em si, mas sim como uma consequência do processo global de produção capitalista; portanto, a fórmula aparente D-D' precisa se desdobrar na fórmula mais complexa D-d-m...P...m'-d'-D'. Nesta fórmula, D é o valor, na forma dinheiro, adiantado pelo capital portador de juros para o capital funcionante; d é o valor em dinheiro trocado pelo capital funcionante por mercadorias (m) de igual valor (incluindo a força de trabalho), as quais ele colocará para interagir na produção P; m' é o conjunto de mercadorias criadas no processo produtivo, nas quais já estão incorporadas o mais-valor; d' representa o mesmo *quantum* de valor de m', mas na forma dinheiro; e D' é o retorno do dinheiro adiantado no início do processo, acrescido dos juros. É fundamental, aqui, perceber que os juros dependem do trabalho tanto quanto o lucro do capitalista industrial (ou, em outras palavras, os juros são apenas uma parcela da divisão global dos valores criados na produção capitalista).

> medios son parte de una relación económica, valga llamarla así para no incitar equívocos, moderna.(BAPTISTA, 2005)

O valor da renda, portanto, não deriva diretamente da natureza, mas do fato de que essa natureza entra em interação com um determinado modo de produção criador de valor. A renda capitalista, portanto, depende da existência do sistema capitalista como um todo.

> Como el valor no se deriva de la naturaleza, sino de la sociedad, las rentas pertencen a la distribuición de la plusvalia, no a su creación. Pero en la medida en que la produción supone el uso de recursos naturales, las diferencias intrínsecas entre ellos afectan diferencialmente la productividad del trabajo humano y, por tanto, la rentabilidad del capital. De ahí que las rentas representen una deducción de las ganancias de los capitalistas que va a parar a las manos de los propietarios de la tierra en virtud de que poseen un factor natural de producción. Las rentas dependen, por tanto, de la existencia de plusganancia y de la institución de la propiedad privada de la tierra (CORONIL, 2013: 89)

Vejamos mais de perto como isso ocorre no caso dos proprietários de petróleo. Embora a extração e o refino do petróleo sejam uma atividade industrial em si, sua lucratividade depende também (e fundamentalmente) da captação de parte da mais valia global produzida no mercado capitalista, auferida pelos proprietários devido a sua condição de monopolizadores de um recurso natural escasso e de importantíssimo valor-de-uso no sistema capitalista global. Juridicamente, o cálculo dessa renda começou a ser estabelecido nos EUA, no final do século XIX, quando o petróleo começou a ser explorado em larga escala neste país e se iniciaram os conflitos entre os proprietários de terra (e, consequentemente, dos recursos de seu subsolo) e a grande indústria petroleira, que se desenvolvia na época. Chegou-se ao entendimento de que os proprietários e a indústria extrativista deveriam dividir igualmente entre si os lucros da exploração do produto. Como à época o lucro da indústria petroleira da Pensilvania girava ao redor de 25% do preço comercial, estabeleceu-se um pagamento de *royalties* aos proprietários da terra na proporção de um barril para cada oito barris extraídos (uma vez que a metade de 25 é 12,5, ou 1/8). Essa proporção foi regulamentada em 1932, numa legislação que tratava o petróleo como um “capital natural” que se “depreciava” com o tempo – isto é, que se esgotava a medida que a extração esvaziava os poços (CORONIL, 2013: 92).

Rapidamente, o petróleo passou a ser explorado em todo o mundo, mas a produção dos EUA serviu de padrão internacional para os preços, devido à importância deste país como produtor e consumidor do produto.

> Por ser el petróleo, desde siempre, un objeto mercantil propio del comercio mundial, hay que desprender del funcionamiento y prácticas de dicho ámbito las referencias de medida. Esas referencias, en lo concreto, no son otras que el caso de la explotación petrolera en EE. UU., cuya significación e importancia como productor y consumidor son determinantes en la integración del mercado. Se quiere decir que las condiciones de explotación del recurso en su interior sirven bien como patrón referencial, toda vez que a las mismas se las puede tomar como las "peores" condiciones productivas del mercado. Sea suficiente decir en este último respecto que, para el año 2000, la producción de petróleo por pozo en el mundo era de unos 75 barriles por día; en Venezuela esa magnitud era de unos 150 barriles/día, mientras que en EE. UU. era de 10,9 barriles/día (BAPTISTA, 2005)

Ocorre que, à exceção dos EUA, em todas as demais nações o petróleo é considerado propriedade pública, cabendo aos Estados-Nacionais – teoricamente representando o conjunto da população de seus países – o papel de "proprietários-privados" do recurso. A princípio, isso em nada modifica a lógica básica do conflito de interesses que se estabelece entre as empresas extratoras e os proprietários do recurso. No caso das grandes petrolíferas internacionais, o lucro depende do grau de monopólio que cada uma exerce sobre o produto, assim como da diferença de produtividade que obtém em comparação com a produção dos países consumidores (especialmente os EUA). Assim, além da qualidade / quantidade de óleo e das características físicas de cada poço (tais como profundidade, pressão, etc., que também incidem na produtividade), devem ser levadas em consideração as vantagens em relação aos custos de produção, como mão-de-obra, impostos, etc, além dos custos de transporte até os centros consumidores. Para os proprietários – sejam eles privados (como nos EUA) ou Estados-Nacionais (como no resto do mundo) – o mais importante é o estabelecimento de altos impostos e *royalties*, principalmente se esses impostos puderem ser acordados pelo conjunto dos países exportadores. Às empresas, ao contrário, interessa o menor pagamento possível de *royalties* e impostos; além disso, como agem premidas pelos imperativos da concorrência – já que seu lucro, como vimos, depende da parcela do mercado mundial controlada por elas, assim como da produtividade que alcançam em cada poço – as empresas tendem a priorizar a maximização dos lucros no curto prazo, em relação ao controle dos preços internacionais do petróleo. Diferentemente, para os Estados-Nacionais em geral (em particular no caso dos países exportadores), o volume de produção é importante, mas relativamente secundário em relação à manutenção dos preços e da carga fiscal sobre a exploração.

Obviamente, a manutenção de altos preços do petróleo beneficia também o conjunto das empresas exportadoras; mas, para elas, tudo depende do *market share*: de nada adianta o preço do barril subir, se a participação no mercado cair demais. Por isso,

do ponto de vista da empresa que explora o recurso (do qual não é proprietária), é crucial manter um certo nível de produtividade, assim como "boas relações" com os Estados-Nacionais que, em teoria, representam os proprietários.

1.3.1 - O papel da renda da terra no capitalismo periférico

Numa primeira abordagem, a diferença entre o *centro desenvolvido* e a *periferia subdesenvolvida*, no sistema capitalista mundial, reflete o momento em que se consolidaram, em cada país, relações sociais de produção efetivamente capitalistas. Os países centrais foram aqueles onde a maturação dessas relações se deu de forma pioneira. Neste sentido, os primeiros dentre eles foram Inglaterra e a França; logo depois, vieram os países onde este processo se deu ainda na fase do *capitalismo concorrencial* – caso, dentre outros, dos EUA, da Alemanha, da Itália e do Japão.[13] A maior parte dos demais países faz parte de um grupo mais amplo, nos quais formas de trabalho pré-capitalistas ainda vigoravam (e, muitas vezes, eram hegemônicas) quando já se consolidava, nos países centrais, o *capital monopolista*.

Contudo, é preciso ter claro que, seja nos países centrais ou nos periféricos, o desenvolvimento do capitalismo como um todo, com todas as relações sociais que o determinam, se deu a partir de um mesmo e único mercado global capitalista em formação, ao qual praticamente todos os países se integraram a partir relações econômicas, políticas e culturais. De modo que o surgimento do centro e da periferia são aspectos de uma mesma *totalidade*, isto é, do surgimento do sistema capitalista global. Os centros capitalistas avançados, ao se desenvolverem em permanente integração comercial e política com o restante do mundo, tornaram-se os núcleos ao redor dos quais passaram a orbitar as diferentes economias nacionais, logo subordinadas. Com o advento do capital monopolista, após o desenvolvimento tecnológico e a extrema concentração de capitais nas últimas décadas do século XIX (no que se convencionou denominar *Segunda Revolução Industrial*), tornou-se inescapável a todas as nações periféricas a influência crescentemente *intrusiva* do imperialismo, o qual condicionava as condições internas de desenvolvimento ao mesmo tempo em que se adaptava a elas.

---

[13] O caso dos EUA é bastante específico, pois embora tenha passado, ainda no século XVIII, por um processo revolucionário pioneiro que rompeu os laços coloniais e estabeleceu condições para um acelerado desenvolvimento industrial capitalista (especialmente no norte), a escravidão foi mantida em diversos estados até o final da Guerra de Secessão (1860-1865).

Como lembra Michel Löwy, Marx havia intuído essa característica do desenvolvimento global do capitalismo, ao analisar a forma como ramos distintos da produção – como a agricultura e a indústria, ou o capital e a renda fundiária – se entrelaçavam a partir de um polo dominante (LÖWY, 1998: 73). Mas, escrevendo antes da grande expansão imperialista, não pôde dar conta da análise dos problemas ligados à expansão mundial do capital. Tal tarefa veio a ser realizada posteriormente, e talvez o mais significativo e influente esforço neste sentido veio a ser feito na Rússia, por Lênin e Trotsky, através da *teoria do desenvolvimento desigual e combinado.* Os fundamentos dessa teoria foram desenvolvidos de forma relativamente descontinuada, ao longo da obra desses autores. No caso de Trotsky, as primeiras formulações aparecem em 1906, quando ele analisa o desenvolvimento capitalista da Rússia a partir de sua inserção no sistema capitalista mundial, dominado pelo capital imperialista; em textos posteriores, ele identificou como, nos países periféricos, as relações capitalistas de produção se conformaram com base em uma *combinação* entre elementos precedentes e forças modernizantes (tanto internas quanto externas), num complicado equilíbrio onde o *novo* e o *arcaico* não conformaram um dualismo mutuamente excludente, em que o triunfo do primeiro implicava necessariamente na supressão do segundo – tal como ocorreu nos países pioneiros, nos quais a burguesia, em aliança com as camadas subalternas, conduziu processos revolucionários contra os interesses da aristocracia agrária dominante.[14] Neste sentido, o dito "modelo clássico" de Revolução Burguesa constituiu uma exceção, que só ocorreu mais claramente no caso francês e, com características aproximadas, na Inglaterra e nos EUA.[15] À exceção desses países pioneiros, em todos os demais a generalização de relações capitalistas de produção se deu a partir de um processo no qual as classes dominantes agrárias se *articularam* com a burguesia urbana ascendente, de maneira a *evitar* uma explosão revolucionária "de tipo francês". Esta forma *combinada* foi, na verdade, predominante na expansão das relações de produção capitalistas na maior parte do mundo.

---

[14] Sobre o desenvolvimento da teoria do desenvolvimento desigual e combinado na obra de Trotski, ver LÖWY, 1998).

[15] Obviamente, as Revoluções Inglesas do século XVII e os processos revolucionários ocorridos nos EUA – isto é, a Revolução Americana de 1776 e também a Guerra Civil (1860-1865), que derrotou o modelo aristocrático e escravocrata do sul – guardam especificidades que diferem do caso francês. Mesmo assim, pensamos ser possível agrupá-los, dado o fato de que nesses três países a ascensão da burguesia foi marcada por um processo revolucionário armado, com participação popular (seja contra o sistema colonial e as formas de trabalho que ele relegou, como nos EUA, ou na forma de guerras civis de características religiosas, como no caso inglês).

Nos países centrais relativamente retardatários – como a Alemanha e a Itália – a aliança entre a burguesia ascendente e as elites agrárias tradicionais não foi quebrada, e as transformações econômico-sociais foram controladas "de cima para baixo", através do Estado. Para tanto, foi formulado um projeto modernizante de cunho nacionalista, através do qual as camadas subalternas foram atraídas e seus elementos mais combativos *esterilizados*. A participação dos trabalhadores, nestes casos, foi apenas *passiva*, isto é, exerceram pressões que precisaram ser acomodadas no conjunto das transformações impostas pelo alto, mas nunca apresentaram maior autonomia nem muito menos protagonismo na condução do processo, e não foram capazes de romper a aliança estabelecida entre a burguesia urbana e as elites agrárias.

O ponto importante a ressaltar é que, nesses países europeus relativamente retardatários, a ação *intrusiva* de grandes grupos monopólicos estrangeiros foi significativamente menor, já que o processo de concentração de capitais – que resultaria na expansão imperialista – ainda estava em maturação. Tanto a Alemanha quanto a Itália tiveram a possibilidade de formar, de forma acelerada, *seus próprios grupos monopólicos*, através da ação centralizadora do Estado. Essa circunstância é radicalmente distinta dos países periféricos, especialmente aqueles de passado colonial. No caso da América Latina, por exemplo, a colonização legou uma estrutura de classes na qual as frações dominantes, fossem oligarquias agrárias ou burguesias comerciais, se dedicavam a atividades ligadas à exportação e, portanto, realizavam seus lucros no exterior; em geral, essas frações se encontravam em posição subalterna e dependente em relação a burguesias estrangeiras mais poderosas, cuja base nacional encontrava-se nos países centrais. Rui Mauro Marini resume essa característica do desenvolvimento histórico do capitalismo nos países dependentes.

> Em contraste com o que ocorre nos países capitalistas centrais, onde a atividade econômica está subordinada à relação existente entre as taxas internas de mais-valia e de investimento, nos países dependentes o mecanismo econômico básico provém da relação exportação-importação, de modo que, mesmo que seja obtida no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo, mediante a atividade de exportação, e se traduz em rendas que se aplicam, em sua maior parte, nas importações. A diferença entre o valor das exportações e das importações, ou seja, o excedente passível de ser investido, sofre, portanto, a ação direta de fatores externos à economia nacional. (MARINI, 2012: 50-51)

Neste sentido, a dinâmica capitalista criou o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido como dois componentes de uma mesma totalidade. Como indica Vânia Bambirra, "o 'atraso' dos países dependentes foi uma *consequência* do desenvolvimento

do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a *condição* desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais" (BAMBIRRA, 2013: 44). Em outros termos, o atraso da periferia é a contraparte necessária do desenvolvimento capitalista acelerado do centro, como um processo que se retroalimenta. Resulta daí, aliás, a manutenção da *colonialidade* que caracteriza a maior parte dos países subdesenvolvidos, isto é, a produção e reprodução de um padrão civilizatório subalterno, condenado a emular imperfeita e precariamente as formas civilizatórias originárias dos países centrais.

Tais condições deram formas específicas à dominação de classe no capitalismo periférico, porque os imperativos intrínsecos da acumulação de capital entraram em interação com fatores históricos pré-existentes e com elementos extra-econômicos de cada situação concreta. O que a parte periférica absorve do sistema capitalista mundial são seus traços estruturais e dinâmicos essenciais, comuns a qualquer sociedade capitalista; contudo, à esses traços se superpõem diferenças, dadas pelos antecedentes históricos e pela forma como cada país se integrou ao mercado mundial capitalista. Em geral, as burguesias nacionais latino-americanas, dependentes de fatores externos à economia nacional e pressionadas de baixo pelas camadas subalternas, foram levadas a não romper com a dominação estrangeira e, pelo contrário, colocar-se sob sua tutela, sob distintas formas de subordinação e/ou associação. Como resultado, as classes trabalhadoras nos países periféricos são submetidas a uma "apropriação dual do excedente econômico" (FERNANDES, 2005: 341), que atende tanto aos grupos dominantes internos quanto às burguesias das nações capitalistas hegemônicas. Isso gerou uma depressão do valor dos salários, uma extrema concentração de riqueza e a persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho, o que só pôde ser mantido através de uma "associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia" (idem, ibidem: 340) – isto é, uma forte tendência de hipertrofia dos fatores sociais e políticos da dominação burguesa, para além de seus fatores "puramente econômicos".

Esses elementos políticos hipertrofiados se compatibilizaram com os interesses do capital monopolista internacional, cujas bases estavam bem assentadas nos países centrais. Neste sentido, as classes dominantes periféricas foram "parceiras" da expansão do capitalismo imperialista. Em suas bases nacionais, cumprem as funções repressivas necessárias para garantir a acumulação e expansão do capital não só *internamente,* mas também no sistema capitalista como um todo. Em outras palavras, as burguesias periféricas e suas formas mais ou menos autocráticas de dominação constituíram e seguem constituindo uma sólida defesa do capitalismo, não apenas no âmbito local, mas

também no global. Em seu processo de ascensão à condição de classe dominante, não estavam apenas consolidando vantagens de classe relativas; estavam lutando simultaneamente por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo.

O papel da natureza e da renda da terra tem sido muitas vezes negligenciado tanto nas análises sobre a formação nacional dos países periféricos, quanto nas análises da formação histórica do capitalismo, entendido em sua totalidade. A diferença entre centro e periferia relaciona-se também com uma divisão internacional do espaço ou, mais especificamente, das formas como o capital se apropria do espaço – isto é, da terra e de seus recursos naturais – na acumulação capitalista global. Marx fez questão de frisar, logo no primeiro capítulo d'O Capital, que não é possível entender a acumulação de capital sem levar em consideração o papel da natureza na conformação do valor de uso das mercadorias.

> O homem, ao produzir, só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria. E mais. Neste trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais. O trabalho não é, por conseguinte, a única fonte dos valores-de-uso que produz, da riqueza material. Conforme diz William Petty, o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra (MARX, 2002: 65).

O espaço geográfico muitas vezes é analisado por historiadores e cientistas sociais como *"un escenario inerte sobre lo cual tienen lugar los acontecimentos históricos, y la naturaleza como el material pasivo con el cual los seres humanos construyen su mundo"* (CORONIL, 2013: 62). No entanto, as formas como o espaço e natureza são socialmente apropriados e transformados estão ontologicamente relacionadas ao metabolismo do capital e às divisões (entre países, classes, indivíduos, etc) que ele gera. Abstrair-se dessa questão significa aproximar-se das análises econômicas de tipo neoclássico, nas quais a materialidade do mundo real, concreto, aparece como uma *externalidade* que simplesmente não é levada em consideração, como se a economia se desenvolvesse em um mundo onde os recursos são supostamente infinitos e as consequências ambientais – ou, melhor dizendo, socioambientais – da acumulação podem (e mesmo *devem*) ser convenientemente olvidadas.

Em Marx, ao contrário, está claro que a natureza e os homens fazem parte de um todo indivisível. O homem, através do trabalho, introduz *finalidades* à natureza, que se torna complemento ou extensão do mundo humano, deixando de ser mera paisagem passiva e indiferente a ele. Ao mesmo tempo, ao mudar o mundo, o homem também muda a si mesmo, para adaptar-se ao mundo transformado por sua atividade. Assim,

modifica-se o mundo e o homem pela ação do trabalho, mas sem que homem e natureza sejam considerados coisas "separadas". Não se trata nem de um *mecanicismo* – isto é, de mera adaptação do homem a forças externas – nem de um *finalismo* – no qual o homem distante manipula e propõe arbitrariamente finalidades para o mundo exterior. Em outras palavras, os *objetos* não estão "dados, imediatamente, nessa natureza inalterável, sempre igual a si mesma, alheia ao movimento da história" (FREDERICO, 2009: 197).[16] A suposta "eternidade" e imutabilidade da natureza, que sobreviveria eternamente igual a si mesma, torna-se uma impossibilidade a partir da ação transformadora dos seres humanos – o que é dramaticamente perceptível nos dias de hoje. Portanto, quando falamos aqui no papel da natureza e do espaço na análise do desenvolvimento do capitalismo, não estamos nos referindo a *objetos naturais*, mas sim a *objetos sociais*.

O desenvolvimento histórico do capitalismo, absorvendo e produzindo as periferias do sistema, constituiu diferentes formas de lidar com o espaço geográfico e os recursos naturais de que ele dispõe.

> Es evidente que todas las naciones se ubican en el espacio y se constituyen mediante relaciones específicas con el mundo natural. Sin embargo, la relación de las naciones con la naturaleza cobra una particular significación en los países que dependen de la producción de productos primários, mercancías cuya ventaja comparativa en el mercado internacional por lo general si deriva de una combinación de factores naturales y trabajo barato, y no de una productividad social mayor. (CORONIL, 2013:68)[17]

O papel da exportação de produtos naturais (seja por extrativismo, agricultura, mineração, etc), nos países periféricos, foi desde sempre central na conformação de suas respectivas sociedades. Isso quer dizer que nessas áreas o peso relativo da renda da

---

[16] Como aparecem, por exemplo, no empiricismo de Feuerbach, que na verdade é incapaz de captar não só os elementos não-sensíveis do real – como o *trabalho abstrato*, o *valor*, etc (que também são objetivações da atividade humana e, portanto, existem, embora não sejam sensíveis) – como também os próprios elementos sensíveis, na medida em que não lhes capta o movimento, as transformações, e toma por *real* o que é impressão superficial e transitória.

[17] Henri Lefebvre chegou a conclusões semelhantes, mostrando como o sociometabolismo do capital impôs diferentes maneiras de lidar com o espaço e a natureza: "O modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza. (...) O modo de produção projeta essas relações no terreno, o qual reage sobre elas. Sem que haja correspondência exata, definida de antemão, entre as relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais). Não se pode afirmar que o modo de produção capitalista tenha, desde o início, "ordenado", por inspiração ou inteligência, sua extensão espacial, destinada a se entender em nosso tempo ao planeta inteiro! De início, houve utilização do espaço existente (...) Contudo, um espaço novo se constituiu no século XX, à escala mundial; sua produção, não terminada, continua. O novo modo de produção (a sociedade nova) se apropria, ou seja, organiza para seus fins, o espaço preexistente, modelado anteriormente. Modificações lentas penetram uma espacialidade já consolidada, mas às vezes a subvertem com brutalidade (caso dos campos e paisagens rurais no século XIX). (LEFEBVRE, 2006: 13)

terra, conforme entendida por Marx (isto é, da terra em si e dos recursos naturais de que ela dispõe), foi relativamente maior na acumulação de capital e, consequentemente, na conformação das classes sociais e dos Estados-Nacionais.

> La formación del latifundio como estructura socioeconómica propia de la dinámica de la división "centro-periferia", se orienta a un crecimiento en el control y dominio de la naturaleza, que establece los pilares del extractivismo dependiente contemporáneo (...) El "extrativismo" (...) debe ser definido en su lógica moderno/colonial como un fenómeno histórico de control y conversión de la naturaleza en mercancía – comodificación –, administrado centralizada y monopólicamente por Estados y/o empresas capitalistas, y orientado primordialmente al mercado mundial bajo el esquema de la división internacional del trabajo, que tiene a extraer de manera masiva y creciente los llamados "recursos naturales" de la mano de la expansión global del capital (MONTOVANI, 2014: 79)

É óbvio que a natureza é "mercantilizada" tanto na periferia quanto no centro; mas a questão aqui é o peso relativo dessa mercantilização em um caso e outro. Nos países periféricos em geral, em comparação com o centro, a captura da renda da terra foi mais importante no desenvolvimento capitalista, condicionando a organização das atividades econômicas como um todo e, consequentemente, o Estado. A especificidade venezuelana, neste quadro, está relacionada ao recurso natural específico cuja exploração gerava essa renda – o petróleo –, que modificou *quantitativa* e *qualitativamente* o papel exercido pela renda da terra neste país.

Em temos quantitativos, porque o volume de riqueza captada como renda, no caso do petróleo, é enorme – superando rapidamente, e com folgas, a que anteriormente era captada através da exportação de gêneros agrícolas (como o café e o cacau, principais produtos primários de exportação da Venezuela no período pré-petroleiro). E, em termos qualitativos, pela especificidade de que, formalmente, sempre foi o Estado – e não a oligarquia fundiária – o "proprietário" do petróleo e, por isso, o captador e distribuidor da riqueza decorrente de sua exploração. Se, em todos os países, o Estado sempre exerceu um papel econômico central no desenvolvimento histórico do capitalismo, na Venezuela a *forma* como esse papel foi exercido guardou (e guarda até os dias de hoje) características próprias, decorrentes do peso do petróleo na economia e do fato de que este recurso sempre ter sido considerado "propriedade privada" do Estado – mesmo quando, no período anterior à nacionalização do produto, sua exploração era feita apenas através das petrolíferas internacionais, na forma de *enclaves*.

Neste sentido, desde o início da exploração petrolífera, o Estado venezuelano aparece como um ator central e relativamente autônomo da economia venezuelana.

Cabe a ele o papel principal no que diz respeito tanto à acumulação de capital através da renda, como também através dos juros, já que foi através da mediação do Estado, redistribuindo as divisas geradas pela exploração petrolífera, que se conformou o moderno capital portador de juros venezuelano.

> En Venezuela, el concurso del sector público a la formación o consolidación de los grupos [dominantes] ha venido, como en otras latitudes, por la via de las finanzas. (...) El Banco Central, obra del Estado, los bancos hipotecarios, estimulados por el sector oficial, las emisiones de bonos a cargo de organismos públicos y la promoción de empresas como las Entidades de Ahorro y Préstamos y las Bolsas de Valores, han facilitado la labor del capital privado en la órbita financiera (...) Fue el Estado el que suscribió los capitales para el financiamento de organismos que parecían dudosos en un primer momento. Al Estado correspondió animar el mercado de capitales lanzando a él copiosos paquetes de papel negociable en la bolsa. Si algún Estado merece la denominación de Providencia – como lo llamaban para repudiarlo los teóricos liberales – es este de Venezuela, alfa y omega de la acumulación e de la concentración. (RANGEL, 1972: 119)[18]

A questão é como caracterizamos o Estado venezuelano, sem cairmos nas tentações de reificá-lo acriticamente (como ocorre na maioria das análises que se baseiam em pressupostos teóricos liberais). Um passo fundamental neste sentido foi dado por Marx já em 1848, no Manifesto Comunista (MARX e ENGELS, 2010). Ao desmascarar a aparente fratura entre "público" e "privado", supostamente ocorrida com o capitalismo, Marx reafirmou correlação – ou, mais ainda, a *unidade* – entre Estado e sociedade civil, salientando o caráter de classe do Estado burguês. Assim, criticou tanto a concepção jusnaturalista liberal – na qual o Estado aparece como um ser autônomo, que "organiza" a sociedade e é *sujeito* da concertação social – quanto a visão hegeliana, que pressupunha no Estado o *locus* da ação universalista, contraposta aos particularismos que caracterizariam a sociedade civil burguesa. Na verdade, quando acompanhamos o processo intelectual de Marx, percebemos que ele primeiramente buscou compreender o Estado; mas, ao fazê-lo, percebeu que isso era impossível sem compreender a sociedade civil. Essa chave intelectual continua, nos dias de hoje, sendo tão verdadeira quanto o era no século XIX.

Marx nunca formulou uma Teoria do Estado porque o Estado é uma relação *concreta* de forças – econômicas, sociais, culturais, etc – que se modificam ao longo do

---

[18] Referindo-se ao período pós-1958 – quando finalmente se implementaram na Venezuela formas de governo representativo – Luiz Vargas e Cristina Nuñes (2010: 102) afirmam que *"El gobierno venezolano no es solamente una figura politica, juega un papel en la economía y no precisamente el que le asigna el modelo liberal, de árbitro entre llos intereses particulares, porque constituye un actor esencial, como propietario de los hidrocarburos. Los partidos que se disputan el controle del gobierno, además de las funciones administrativas propias de la dirección del Estado, se pelean también por la prerrogativa de manejar el poder económico derivado del ingreso"*

tempo; uma teoria geral do Estado fatalmente resultaria em um formalismo a-histórico que não corresponderia ao seu pensamento. Como "condensação" de forças e relações concretas, o Estado está sempre em movimento, sempre em transformação, e por isso sua conceituação depende da análise das relações sociais reais que os indivíduos e classes estabelecem, ao longo do tempo, em cada sociedade nacional. O que Marx nos legou foi uma *teoria* e uma *metodologia* de investigação dialética – o materialismo histórico – através das quais podemos compreender o Estado, partindo da compreensão da sociedade.

Com Antonio Gramsci, a concepção marxista de Estado e sociedade civil atinge nova complexidade, correspondente às transformações ocorridas nos países mais desenvolvidos da Europa. Se em Marx a sociedade civil burguesa (*bürgerliche Gesellshaft*) correspondia ao conjunto das relações sócio-econômicas, nas quais se assentam os interesses individuais e a dominação do capital, em Gramsci o conceito de sociedade civil ganha um caráter distinto: trata-se da esfera onde a *hegemonia* é organizada e disputada, a partir da ação de organismos privados.[19] Para Gramsci, a distinção formal entre Estado e sociedade civil é apenas metodológica; na práxis social, o Estado é "ampliado", agregando aparelhos privados responsáveis pela articulação de projetos políticos classistas que viabilizam o controle sobre a *sociedade política*, isto é, o aparato propriamente estatal. Assim, dá-se no âmbito da sociedade civil, para além do processo de luta de classes, uma intensa disputa de visões de mundo, no qual certas frações buscam a direção sobre os grupos aliados e o domínio sobre as frações de classe inimigas. Isso se realiza quando projetos de poder particulares são consensuados e apresentados como expressão dos interesses nacionais.

Seguindo o caminho aberto por Marx e Gramsci, Nicos Poulantzas reafirma o fato de que qualquer delimitação "topológica" dos limites entre Estado, economia e a sociedade em geral só tem sentido enquanto abstração. Para ele, as relações de classe

---

[19] O conceito de hegemonia aparece inicialmente nos debates soviéticos travados nos primeiros anos da Revolução de 1917. Naquele momento, discutia-se a necessidade de uma política de *frente única* que representasse uma aliança entre o campesinato russo e o operariado urbano, liderado pelo Partido Bolchevique. Gramsci, seguindo a mesma linha de Lênin, acreditava que o apoio do campo não poderia (nem deveria) ser obtido com base na coerção, mas sim com consentimentos às aspirações dos camponeses, mesmo se elas não estivessem presentes no projeto original dos bolcheviques. A hegemonia, portanto, era pensada a partir da perspectiva de direção de uma classe sobre outra aliada, através de convencimento e concessões materiais. Mais tarde, já no período do cárcere, Gramsci reelabora o conceito, para aplica-lo não somente às relações entre classes aliadas, como também para explicar o caráter de domínio exercido pelas classes dominantes sobre as classes subalternas. A hegemonia então passa a incorporar *tanto uma função coercitiva quanto também uma dimensão de convencimento* – sendo que este último varia conforme o grau de incorporação, pelo conjunto da sociedade, das visões-de-mundo e dos valores das classes dominantes.

perpassam os tecidos do Estado, ao mesmo tempo em que o Estado *media grande parte das relações sociais*; neste sentido, as lutas de classes constituem o Estado como "condensação material de uma relação de forças entre classes" (POULANTZAS, 2000: 197). Quanto mais avança o processo de concentração de capitais, mais o Estado intervém e se *capilariza* por toda a sociedade, controlando inúmeros aspectos que se tornam imprescindíveis para a reprodução social. Neste sentido, Estado e economia não constituem espaços diferentes, com contornos delimitados, que eventualmente se interpenetram.

Esta concepção nos auxilia a combater dois graves equívocos teóricos: 1) a concepção economicista, que vê o Estado como mero "reflexo" das relações sociais de produção, as quais possuem um movimento autosuficiente, invariante e governado por leis próprias; e 2) a ideia correlata de que o Estado, *"separado"* das relações sociais de produção, também tem suas "leis próprias", podendo inclusive intervir na economia, desde o "exterior", para transformá-la revolucionariamente.

> A separação do Estado e do espaço de reprodução, específico ao capitalismo, não deve ser tomada como efeito particular de instâncias essencialmente autônomas e compostas de elementos invariantes (...) Esta separação não nos deve levar a crer em real exterioridade do Estado e da economia, como se o Estado só, do exterior, interviesse na economia. *Esta separação é a forma precisa que encobre, sob o capitalismo, a presença constitutiva do político nas relações de produção e, dessa maneira, em sua produção.* A separação do Estado e da economia e a presença-ação do Estado na economia, que não passam de uma única e mesma figura das relações do Estado e da economia sob o capitalismo, atravessam embora modificadas, toda a história do capitalismo, todos os seus estágios e fases: pertencem ao duro cerne das relações de produção capitalistas (POULANTZAS, 2000: 17-18).

Portanto, analisar o Estado é analisar o próprio desenvolvimento histórico da acumulação de capital, determinado pela luta de classes. Esse é o caminho que pretendemos trilhar, tomando como base o que já expusemos sobre as características específicas do desenvolvimento capitalista na periferia e dos fundamentos da indústria petroleira.

1.4 - A consolidação da Venezuela petroleiro-rentista

Quando Juan Vivente Gomez ascende ao poder, em princípios do século XX, o Estado-Nacional venezuelano ainda estava por se consolidar. Segundo Fernando Coronil, o aparato estatal era

> tan débil y precario como institución nacional que su estabilidad y legitimidad estaban constantemente en riesgo. Carente de Ejército nacional y de una burocracia eficiente, en un país endeudado que no contaba con una red nacional de caminos ni con un sistema eficiente de comunicaciones, el Estado aparecía como un proyecto no cumplido cuya forma institucional seguía limitada a bolsones de poder, y que ejercía parcial dominio sobre el territorio de la nación y escasa influencia sobre los ciudadanos. (CORONIL, 2013: 123)

O início da exploração petrolífera se confunde com o processo de consolidação do moderno Estado-Nacional venezuelano, justamente porque, no âmbito político, o petróleo legitimou o discurso da centralização do poder pela ditadura *gomezista*: se o petróleo era uma "riqueza nacional", seria papel do Estado centralizado resguardá-lo *"eternamente para la nación"* (CORONIL, 2013: 128). A partir de então, o Estado e a estrutura de classes venezuelana se conformaram fundamentalmente a partir do acesso à renda do petróleo e do controle sobre como essa renda era redistribuída na sociedade. A centralização política e a transição da economia agrária para a petroleiro-rentista foram parte de um mesmo processo, levado à cabo de forma autocrática e particularista, e contando com o apoio militar e financeiro do capital estrangeiro – especialmente estadunidense.

> El arduo establecimento de la autoridad estatal tuvo íntima relación con la explotación petrolera. A lo largo del siglo XIX el frágil Estado venezolano, crónicamente asaltado por caudillos regionales, fue incapaz de imponer su controle sobre el fragmentado territorio nacional. Solo cuando se transformó en mediador entre la nación y las compañias petroleras foráneas, a principios del siglo XX, fue que el Estado adquirió la capacidad política y los recursos financieros que le permitieron aparecer como un agente independiente capaz de imponer su dominio sobre la sociedad. De ahí que el propio Estado se haya originado como un conjunto de prácticas, instituciones e ideologías de gobierno en el curso de las pugnas relativas a la regulación de la producción petrolera y el control del dinero procedente de ella. (CORONIL, 2013: 40)[20]

Descoberto em finais do século XIX, o petróleo venezuelano era explorado através de um modelo de concessões territoriais dadas a cidadãos residentes no país – as quais, invariavelmente, eram depois repassadas às petrolíferas estrangeiras,

[20] Embora Coronil faça muitas referências a conceitos marxistas em sua análise, ele não os toma como base fundamental de sua análise do desenvolvimento histórico da Venezuela. Quando ele afirma, por exemplo, que o Estado venezuelano pôde se constituir como um *"agente independiente capaz de imponer su dominio sobre la sociedad"*, recai em concepções reificadoras do Estado que, como já afirmamos, não norteiam nosso entendimento sobre as relações entre Estado e sociedade civil. A nosso ver, o que ocorreu na realidade é que, com o início da exploração em larga escala do petróleo, conformou-se uma "fração burguesa de Estado" cujo *lugar na produção* consiste, justamente, no controle sobre as formas de captação e distribuição da renda petrolífera, e que se relacionou organicamente com as demais frações burguesas dominantes que existiam no país (ligadas ao latifúndio, ao comércio e aos bancos comerciais). Portanto, não se trata de um Estado que atua como *agente independente*, mas sim de um Estado que, como qualquer outro, tem seus *tecidos* perpassados pela luta de classes, e que apenas *aparentemente* atua de forma autônoma.

principalmente inglesas, estadunidenses e holandesas. As vantagens comparativas apresentadas pela Venezuela para os negócios petroleiros – tais como a proximidade em relação ao principal centro consumidor; a qualidade / quantidade do óleo; as excelentes características físicas dos poços; o baixo custo da mão de obra; os impostos reduzidos; etc – rapidamente fizeram do país um verdadeiro paraíso para as companhias petrolíferas estrangeiras. Em apenas 15 anos de exploração em larga escala, o petróleo venezuelano evoluiu de uma participação residual para a quase monopolização das exportações (ver tabela 1), levando a Venezuela a se tornar o maior exportador e o segundo maior produtor mundial de petróleo (atrás apenas dos EUA). Praticamente toda a produção e exportação do produto eram controladas por subsidiárias de petrolíferas internacionais, com destaque para a *Creole* (*Standard Oil of New Jersey*), a *Shell Oil* (*Royal Dutch Shell*) e a *Mene Grande* (*Gulf*) – que, juntas, eram responsáveis por 98% das exportações do produto (SEABRA, 2012: 55). Isso representava um montante de lucros tão grande que, em 1949, 48% dos ingressos por dividendos da *Standard Oil* tinham origem nas atividades da *Creole* na Venezuela (SALAS, 2014: 308).

Tabela 1 – Composição de Exportações 1920-1935
(milhares de bolívares)

Anos	Totais	Petrolíferas	%	Café e cacau	%	Outras	%
1920	173,3	3,1	1,7	100,7	58,1	69,5	40,2
1925	373,1	173,9	46,6	155,2	41,6	44	11,8
1935	528,9	455,3	86,1	37,7	7,1	35,9	6,8

Fonte: BAPTISTA, 1991

Essa espantosa riqueza não significou, porém, o desenvolvimento do país. Isso porque, do ponto de vista da acumulação interna, o que importava não era o total exportado, mas sim a parte do valor das exportações que, via Estado, reingressava no país como fluxo de renda. Em outras palavras, a magnitude da renda petroleira tinha pouco a ver com o desenvolvimento da atividade petroleira *em si* (que inclusive, como veremos, permaneceu pouco integrada com os demais setores econômicos) e sim com a rentabilidade que a terra poderia oferecer nas relações com as empresas petrolíferas

estrangeiras. Em outras palavras, o que importava era a capacidade de pressão que o governo venezuelano pudesse exercer sobre essas empresas – capacidade que era obviamente reduzida, dada a subordinação do governo aos interesses imperialistas estrangeiros.

Contudo, devido ao enorme volume das reservas de petróleo e com o aumento da demanda pelo produto nos anos 1930 e 1940, houve um consistente fluxo de divisas para o interior do país, que foi canalizado para a conformação de um vigoroso e extremamente concentrado setor bancário. As famílias tradicionais da burguesia nativa, de origem oligárquica e/ou comercial (como os Vollmer, os Zuloaga, os Mendonza, etc), já possuíam alguns pequenos bancos comerciais desde o período pré-petroleiro; mas, com o aporte da renda petrolífera, os depósitos bancários deram um enorme salto.

> Como la Venezuela del petróleo borró de su diccionario financiero la palabra déficit – cada ejercício cerraba com superavit – la renta petrolera llevada a las arcas de la banca hizo entre nosotros el papel que em Europa jugó la deuda pública. Aquellos depósitos del gobierno, muchos de los cuales no se mobilizaban porque había recursos suficientes para atender los imperativos del gasto ordinário, permitieran elevar las operaciones del préstamo o del antecipo más allá de lo que se hubiese sido factible em otras condiciones. Espoleada por esta situación, la banca contó con los caudales necesarios para impulsar por la vía del crédito la formación del capital en el comercio, la especulación con terrenos, las construcciones y algunas ramas manufatureiras. (RANGEL, 1972: 90)

O setor bancário nacional manteve-se em constante crescimento e concentração, a despeito das fragilidades da economia venezuelana. Isso se devia ao fato de que seu crescimento não estava relacionado ao estabelecimento de uma indústria sólida sob bases nacionais (como ocorreu na maior parte dos países), mas sim à captação das divisas geradas pela exploração do petróleo. Em outras palavras, a acumulação do capital portador de juros venezuelano apenas secundariamente dependia do *capital funcionante* local; o mais importante era a captação de mais-valor proveniente do mercado internacional, através da *renda da terra*.

Os créditos oferecidos pelo setor bancário favoreceram a concentração de capitais também em outros setores, como o comércio e o ramo imobiliário, resultando na constituição de uma economia extremamente oligopolizada. A decadência do campo e a crescente urbanização abriu brechas para o estabelecimento de um setor industrial incipiente, geralmente coligado ao grande capital bancário e especializado em bens de consumo não-duráveis (como têxteis, cigarros, cerveja, papel, laticínios, sabão, calçados, etc). Posteriormente, também cresceram os setores de transportes, serviços e

principalmente a construção civil, estimulada tanto pelo gasto público quanto pela diversificação dos investimentos da burguesia local.

A manutenção deste sistema possibilitou uma política cambiária que artificialmente valorizava a moeda local (o bolívar) em relação ao dólar.

> Cuando 95% del ingresso en divisas proviene de una renta internacional – y no de exportar bienes com valor agregado nacional – encontrar una tasa de cambio que expresse la productividad de la economia real no es una tarea fácil, ya que el ingresso rentístico no es consecuencia de los niveles de produtividad alcanzados por el aparato productivo del país que percebe dicha renta. El Estado-propietario recibe unos dólares del resto del mundo que no tienen una contrapartida en el esfuerzo productivo interno, por lo que su decisión de repartilos a través del mercado puede cumplirse a una tasa de cambio que se fija sin tener em cuenta la productividad real del aparacato productivo (ALVAREZ JR, 2014: 327)

Obviamente, o câmbio sobrevalorizado ameaçava as oligarquias agroexportadoras; mas, como vimos, os interesses do *centralismo* se consolidaram rapidamente quando a exploração das enormes jazidas de petróleo veio a ocorrer; por isso, do ponto de vista do exercício do poder, não havia maiores imperativos para a adoção de uma política de defesa dos interesses agroexportadores. Em consequência, a valorização do câmbio levou à ruína boa parte dos fazendeiros, muitos dos quais tiveram suas propriedades leiloadas ou simplesmente preferiram hipoteca-las e migrar para setores onde houvesse oportunidades maiores e mais seguras de lucro, tais como o ramo bancário, imobiliário e, principalmente, o comércio de importação – estimulado tanto pela abundância de divisas, fornecidas pelo Estado, quanto por acordos que foram selados com os EUA, mediante os quais este país se comprometia em não promover leis que taxassem a importação do petróleo venezuelano, em troca da livre entrada dos produtos estadunidenses na Venezuela.

Conformou-se assim a experiência venezuelana de modernização capitalista, na qual

> De uma oligarquia rural agrária tradicional associada a uma burguesia comercial que juntos controlavam de forma restringida as estruturas de poder do Estado, houve uma transferência sem rupturas para novos atores. Os setores do comércio de importação e exportação associado às transnacionais petroleiras, secundados por um não pouco expressivo setor imobiliário que crescia acompanhando a vertiginosa urbanização do país e setores médios não proprietários vinculados aos serviços estatais, em outras palavras, uma significativa burocracia, convertiam-se paulatinamente em candidatos a controlar as estruturas de poder do país. (FERREIRA, 2012: 45-44)

Diferentemente de alguns países latino-americanos, nos quais os processos de modernização capitalista se legitimaram com base em uma industrialização por

substituição de importações, na Venezuela a estrutura de poder, conformada pela centralização do Estado ligada à exploração petroleira, era refratária à adoção de quaisquer propostas industrializantes mais consistentes.

> El patrón de acumulación del capital, em uma economia nacional, lo determinan el tipo y la dominación de clase sobre las relaciones sociales existentes em el país, las características propias de la estrutura económica y la lucha entre esas clases y sus direcciones políticas y sociales para apropriarse, modificar y controlar la superestrutura política, em concreto, el régimen político y el gobierno, herramientas com las cuales garantizar e imponer por la fuerza un determinado consenso social" (CARCIONE, 2014: 288)

Se no Brasil, por exemplo, o setor rural era complementar à industrialização do país, forjando um *compromisso* entre as frações rurais e urbanas da burguesia dominante,[21] na Venezuela a indústria petroleira se estabeleceu como uma economia de *enclave*, sem maiores relações com o meio rural, abandonado ao latifúndio improdutivo. Mais ainda: a hegemonia incontestável dos setores ligados ao petróleo e ao comércio importador fez da destruição da agricultura venezuelana *um fator a mais para sua própria acumulação*. Isso porque, dentro dos campos petrolíferos – verdadeiras concessões de soberania nacional para o capital estrangeiro, com fronteiras delimitadas e controladas pelas empresas – vigorava uma rede própria de distribuição de gêneros alimentícios importados (além de outros produtos), que eram subsidiados com o dinheiro do petróleo. Os pequenos camponeses da vizinhança eram proibidos de comercializar ao redor dos campos, mesmo quando gozavam da preferência dos consumidores em relação aos produtos importados. Essa política levou ao desaparecimento das feiras populares ao ar livre, que foram substituídas por mercados

[21] No Brasil, desde a Revolução de 30, estabeleceu-se um *compromisso* entre as frações dominantes, que garantia a defesa dos interesses fundamentais das oligarquias primário-exportadoras e da burguesia industrial urbana, então ainda incipiente. Através da ação do Estado, garantiu-se a inviolabilidade da propriedade da terra e a defesa dos preços dos produtos primários exportáveis; ao mesmo tempo, as divisas oriundas das exportações foram utilizadas na concessão de vantagens comparativas para o investimento no setor secundário, que também contou com a participação estatal direta na indústria de base e na modernização da infraestrutura. A manutenção da extrema exploração do campo era funcional ao esforço industrializador, já que garantia o fornecimento dos gêneros alimentícios para o consumo interno, permitindo a contenção dos salários no meio urbano. Além disso, o Estado também mantinha o rígido controle sobre as massas trabalhadoras, proibindo a organização das massas camponesas (gradualmente integradas ao esforço modernizante, através de múltiplas formas de *proletarização* ou *semiproletarização* forçada), intervindo nos sindicatos operários urbanos e concedendo direitos materiais e simbólicos (ainda que de forma limitada e segmentada) aos trabalhadores que aderissem ao oficialismo. Com variações, modelos semelhantes foram aplicados no México, Argentina, Chile e Uruguai. Em todos eles, o capital estrangeiro, que visava ampliar suas bases de extração de mais-valia e controlar fatias do mercado interno dos países periféricos, também foi chamado a participar desse esforço modernizador, seja na forma de investimentos diretos ou se associando às burguesias locais (ver, dentre outros, OLIVEIRA, 2003; BAMBIRRA, 2013).

fechados e modernos, controlados pelo capital local em associação com o capital estrangeiro.[22] Posteriormente, essas frações burguesas associadas expandiram seus negócios importadores para além das fronteiras dos campos petrolíferos, sempre utilizando parcelas da renda petroleira auferidas através do Estado. Tal modelo impôs um padrão de consumo de gêneros básicos baseado em produtos enlatados e semi-industrializados vindos dos EUA – os quais se generalizaram primeiro entre os empregados da indústria petrolífera (os quais gozavam de prestígio e serviam de *modelo* da "Venezuela Moderna"), mas depois se espalharam por todo o país.

Mesmo quando se desenvolveu uma indústria alimentícia local, produtora de mercadorias similares às importadas, a falta de complementaridade com o meio rural se manteve, posto que essas indústrias importavam (e seguem importando) grande parte de seus insumos, mantendo-se dependentes da renda petrolífera e da valorização do câmbio; além disso, a associação com grupos estrangeiros e com o capital bancário local fez com que esses setores já nascessem fortemente monopolizados. Dessa maneira, as melhores terras seguiram concentradas nas mãos de proprietários mais próximos ao regime, ao mesmo tempo em que a produção agrícola seguiu desestimulada – tanto no caso das exportações (devido ao câmbio valorizado e às melhores possibilidades de lucro proporcionadas pelo comércio de importação), como no caso da produção visando o mercado interno (já que era mais barato importar os gêneros de primeira necessidade). Não havendo uma oligarquia rural politicamente forte e interessada em reverter esse quadro, a hegemonia dos setores comerciais e bancários se estabeleceu de forma praticamente incontestável.

Em países como o Brasil, a Argentina e o Chile, as atividades primário-exportadoras estavam sob controle de frações locais da burguesia. É verdade que suas oligarquias exportadoras estavam geralmente subordinadas a burguesias estrangeiras, financiadoras da produção e controladoras da comercialização internacional dos produtos primários produzidos; mas, ao menos, a propriedade da terra e o controle *direto* da produção não era exercido pelo capital estrangeiro, o que abriu possibilidades de diversificação econômica nesses países. No caso do Brasil, por exemplo, as oligarquias exportadoras, ao sabor das oscilações dos preços do café, tinham a possibilidade de investir parte de seus excedentes em atividades produtivas voltadas

[22] Como exemplo, podemos citar a primeira cadeia moderna de supermercados da Venezuela (originalmente chamada *Todo*, e depois *Cada*), que foi financiada por investimentos do grupo Rockefeller (ver SALAS, 2014: 275)

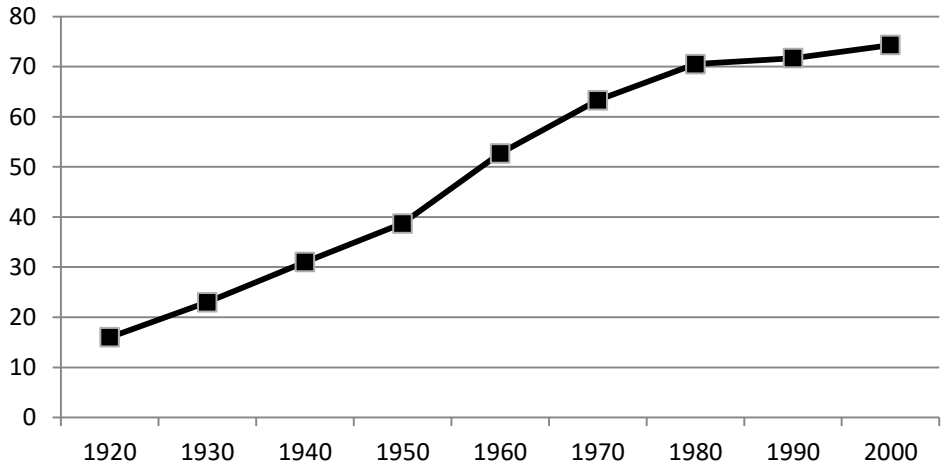
para o mercado interno, visando atender a parcela da população que não tinha capacidade de importar bens de consumo. Assim, conformou-se uma industrialização leve incipiente, que possibilitou o surgimento de um mercado e uma infraestrutura interna relativamente mais organizados, além de uma mão-de-obra mais qualificada e uma burguesia industrial pequena, porém existente. Com variações, o mesmo aconteceu na Argentina, Chile e Uruguai. Posteriormente, quando esses países iniciaram seus esforços de industrialização por substituição de importações, o próprio capital estrangeiro foi estimulado a participar, posto que havia um mercado interno relativamente organizado e atrativo, além de políticas protecionistas que salvaguardavam os interesses dos investidores estrangeiros interessados na produção para o mercado interno.

Nenhuma dessas condições se verificou na Venezuela. Em primeiro lugar, porque a atividade produtiva exportadora estava sob controle direto do capital estrangeiro (na forma de *enclave*), e este não tinha interesse em diversificar seus investimentos para o mercado interno, devido não só à lucratividade muito maior do setor petrolífero, como também em função da ausência de uma infraestrutura urbana minimamente atrativa, que só tardiamente se conformou no país. Além disso, o predomínio político da burguesia comercial importadora, cada vez mais indistinguível em relação às frações rurais, bancárias e imobiliárias, impediu a adoção de qualquer tipo de protecionismo ou desvalorização cambial – condições necessárias para um esforço sustentável de industrialização. A permanência deste quadro acabou interessando também às camadas médias, que foram estimuladas a importar toda sorte de bens de consumo, associados à cultura estadunidense e ao ideal de *modernidade*. Tornaram-se, assim, defensoras do livre comércio e da manutenção do câmbio sobrevalorizado, forjando uma complementaridade de interesses entre elas próprias, a burguesia importadora, a burocracia de Estado e o capital estrangeiro.

Assim, conformou-se uma sociedade em que não havia forças políticas capazes de ameaçar a reprodução do modelo petroleiro-rentista. Em consequência, como lembrou o economista Celso Furtado (que realizou importantes pesquisas no país para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL) – "se se permitisse o jogo espontâneo das forças do mercado, a Venezuela tenderia a se transformar numa economia principalmente monoprodutora, com grande parte de sua população desempregada ou subempregada e com uma moeda ainda mais sobrevalorizada" (FURTADO, 2008: 54).

A decadência do setor rural e o estímulo representado pela atividade petroleira geraram um processo desordenado de expropriação dos trabalhadores e êxodo rural, conforme se vê no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Porcentagem da população urbana em relação à população total da Venezuela



Fonte: CORONIL (2013: 169), para os anos 1920-1940; CEPAL – Base de dados CEPALSTAT, para os anos 1950-2000.[23]

Tal processo incidiu diretamente na estrutura de salários. Como lembra Furtado,

> em nenhuma parte as taxas de salários são estabelecidas em função da produtividade relativa do setor, mas da produtividade média da economia considerada em seu conjunto (...) quando não existe excedente de população, ao elevar-se a produtividade num setor suficientemente importante para afetar a média, tende a elevar-se a taxa de salários, mesmo com atraso. Em uma economia subdesenvolvida, a pressão do excedente de mão-de-obra impede que esse mecanismo funcione espontaneamente. Caso haja ação sindical ou governamental tendem a se formar grupos privilegiados dentro da classe assalariada (FURTADO, 2008, 46).

Esse foi, justamente, o caso da parcela dos trabalhadores empregados na indústria petrolífera, "que obtêm salários superiores (cinco vezes mais altos ou até mais) do que a média de salários do resto da economia. Além do que, obtêm benefícios sociais (férias, aposentadorias, serviços médicos e educacionais, etc.) que raramente se encontram no resto da economia" (MORAES, 2011: 177, nota 134). Assim, paralelamente à permanência do latifúndio no campo, surgiram cidades extremamente desiguais, nas quais a especulação imobiliária empurrava para as favelas (ou *barrios*,

[23] Ver http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp, acesso em 20 de janeiro de 2016

como são chamadas na Venezuela) um enorme contingente de trabalhadores, precariamente empregados no setor Secundário incipiente ou no "inchado" e subcapitalizado setor Terciário.[24]

Em resumo, a estrutura de classes na sociedade venezuelana caracteriza-se (até hoje) pelo domínio dos grandes bancos e da burguesia comercial (cujos negócios se estenderam gradativamente para outros setores, como construção civil, indústria, transportes, etc). Tais setores se associaram à burocracia responsável pela captação e distribuição da renda petrolífera (a qual, na Venezuela, reproduziu-se historicamente como uma autêntica "fração burguesa de Estado", graças à sua proximidade com as petrolíferas internacionais), ao mesmo tempo em que controlam todos os demais aparelhos de Estado. Socialmente, este padrão de industrialização e concentração de capitais resultou num processo de *proletarização*[25] e urbanização que se deu de forma desordenada, com múltiplas distorções. Os lucros da burguesia importadora eram sustentados principalmente por uma pequena burguesia com relativo poder aquisitivo, que era formada pela burocracia de Estado e das indústrias, por profissionais liberais, intelectuais, pequenos e médios proprietários no setor comercial, etc.

Abaixo desta camada intermediária, configurou-se uma classe trabalhadora extremamente segmentada: a parcela que permaneceu no campo foi mantida em condições pobres ou miseráveis; a classe operária fabril era reduzida, e se dividia entre uma pequena parcela qualitativamente diferenciada, que conseguia empregar-se no setor petroleiro ou em outras empresas estatais e montadoras multinacionais que, como veremos, se instalaram no país no pós-Segunda Guerra Mundial; e uma outra parte, menor remunerada, se empregou na construção civil, nos transportes ou nas indústrias locais. A maior parte da força de trabalho urbana, porém, era constituída por um imenso contingente de trabalhadores precários, alocados instavelmente no subcapitalizado e inchado setor terciário, mantendo-se dependente de políticas assistencialistas e dos

---

[24] À época da ditadura gomezista, 85% da população era ainda formada por trabalhadores rurais, que viviam em condições pobres ou miseráveis. A maior parte desse contingente praticava uma economia de subsistência em minúsculos lotes de terra, conhecidos na Venezuela como *conucos*. Para complementar a renda, os *conuqueiros* eram obrigados a trabalhar como "peões" nas fazendas, onde muitas vezes eram remunerados com "fichas" – às quais, obviamente, só podiam ser trocadas nos armazéns dos próprios fazendeiros, onde os preços eram muito superiores aos do mercado, mantendo os trabalhadores presos à fazenda, por endividamento (ver em ZAVALA, 1988: 266). Em 1920, a renda per capita do país era de apenas US$ 433,00, menos da metade da média latino-americana (US$ 1.040,00) e cerca de seis vezes menor do que a média dos países centrais (US$ 2.700,00); a esperança de vida oscilava entre 31 e 34 anos, e o analfabetismo atingia 75% da população (FERREIRA, 2012: 43-44).

[25] Por *proletarização* queremos designar o processo de produção social de massas expropriadas, "necessitadas da venda de sua capacidade de trabalho e, deste ponto de vista, disponíveis sem a utilização de coerção direta pelo capital que as explora" (FONTES, 2010: 64-65).

subsídios estatais para o consumo (que também atendem setores mais favorecidos). Em maior ou menor grau, todas a sociedade mantive-se dependente em relação à renda do petróleo, seja para manter os lucros (no caso dos grupos dominantes) ou para garantir a sobrevivência (no caso dos trabalhadores mais pobres).

Completando este quadro, o próprio aparato estatal também se tornou completamente dependente da renda petrolífera, na medida em que, para atender os interesses dos grupos dominantes, os impostos foram mantidos em patamares muito baixos. De maneira geral, carga fiscal na Venezuela era equivalente a de menos da metade ou mesmo da terça parte do que se observa em outros países da América Latina; a poupança real gerada pelo sistema econômico também se revelou muito reduzida, raramente ultrapassando a taxa de 12%, excluindo-se o petróleo (FURTADO, 2008: 121)[26].

1.5 - As *ditaduras petroleiras*

Conforme mencionamos anteriormente, para Florestan Fernandes (2005: 340) a periferia do capitalismo é marcada por uma "associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia". Isso ocorre porque um modelo de dominação minimamente mais democrático, semelhante ao que historicamente se desenvolveu nos países centrais (em períodos diferentes, conforme cada caso), requer o rompimento com a dominação imperialista externa, sem o qual a margem de manobra das burguesias periféricas é muito estreita – já que elas estão submetidas tanto a constrangimentos vindos *de cima* (isto é, do capital imperialista, que se apropria de parte do excedente produzido no país) quanto *de baixo* (isto é, das camadas subalternas superexploradas).[27] Contudo, do ponto de vista burguês, o rompimento com o imperialismo se inviabiliza nos marcos do capitalismo dependente, na medida em que se conforma uma identidade entre o capital monopolista internacional e as burguesias periféricas locais, no que diz respeito aos interesses *essenciais* da acumulação (ainda que possam haver divergências *secundárias*); por isso, na periferia, as burguesias só podem pretender realizar uma "Revolução Democrática" que, para as demais classes, apresenta-se como uma autêntica *contrarrevolução preventiva*. Nessas condições, o *idealismo burguês* é "posto de lado,

[26] A título de comparação, em um país da Europa Ocidental, por exemplo, cerca de metade da renda nacional é composta pelo somatório da carga fiscal com a poupança líquida; no Brasil, poupança média girou historicamente em torno de 36% da renda (FURTADO, 2008: 121).

[27] No caso de países em que as oligarquias rurais mantiveram-se como fração importante das classes dominantes (como o Brasil), as burguesias urbanas também ficaram sujeitas a pressões que vinham do setor rural, baseado na permanência do latifúndio e de formas pré-capitalistas de trabalho.

com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo democrático-burguês mais ou menos congruente" (FERNANDES, 2005: 345).

Florestan salienta que isso não denota uma *fraqueza política* das burguesias periféricas, porque elas mantém forte poder econômico, social e político, controlando a maquinaria do Estado nacional e contando com suporte externo para modernizar as formas de socialização, cooptação, opressão e repressão, típicas da dominação burguesa. Justamente por isso, impõem seu poder "sem rebuços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesma em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado *nacional* e *democrático* em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva" (idem, ibidem: 346). De modo que a periferia submetida ao desenvolvimento capitalista duplamente articulado – isto é, internamente sujeita ao desenvolvimento desigual e externamente sujeita à dominação imperialista – só pode dar lugar a governos despóticos, *mesmo quando apresentam instituições formalmente consideradas "democráticas"*. Na verdade, como afirma Florestan, na periferia as instituições liberal-democráticas representam, no máximo, uma "*ficção legal* útil" (idem, ibidem: 352), que obscurece seu caráter violento e contra-revolucionário.[28] Conforme as circunstâncias, a "máscara" cai e as características autoritárias apresentam-se abertamente, na forma de regimes ditatoriais.

Fernando Coronil, embora partindo de referenciais teóricos distintos, chegou a conclusões semelhantes no que toca ao desenvolvimento do Estado e das formas históricas de dominação na Venezuela. Para ele, o quadro sócio-econômico inaugurado pela ditadura *gomezista* marca toda história venezuelana, mesmo após o estabelecimento de regimes representativos. Em outras palavras: a estrutura básica implantada durante a ditadura de Gomez, de caráter centralizado e autoritário, não foi substancialmente alterada ao longo da história do país, mas sim *reafirmada sob modalidades diferentes*.

> Los recuentos dominantes, resueltos a indicar una ruptura entre la dictadura gomecista y los regímenes después establecidos, han escamoteado hasta qué grado el Estado

[28] Deve-se ressaltar que, mesmo no chamado Primeiro Mundo, a democracia política nunca foi aspiração propriamente *burguesa*; quando muito, a burguesia buscou impor formas mais ou menos controladas de representação, sempre garantindo que estas não representassem nenhum perigo para a propriedade e para as formas sociais de apropriação do sobre-trabalho. Portanto, os déficits democráticos na periferia não devem ser identificados como simples sinais de fraqueza política da burguesia, posto que em todo o mundo foi a organização das massas trabalhadoras que impulsionaram o desenvolvimento dessas instituições.

> contemporáneo se sustenta en una estructura construida durante aquella. Sin embargo, la "democracia moderna" de Venezuela, construida febrilmente en oposición a la "dictadura primitiva" de Gómez és, de hecho, su antítesis, la otra cara de la misma moneda (CORONIL, 2013: 115).

Durante 35 anos, o *status quo* do sistema petroleiro-rentista foi garantido pelo aparato policial e militar da ditadura gomezista. Entre 1914 e 1918, alguns caudilhos com inclinações liberais tentaram conformar seus próprios exércitos para derrubar o governo; mais tarde, em 1929, surgiram guerrilhas rurais, lideradas por grupos revolucionários formados no exílio. Nas duas oportunidades, porém, os movimentos não conseguiram contar com a participação efetiva da população e, por isso, foram facilmente derrotados (ZAVALA, 1988: 273). Outras manifestações importantes contra o regime se deram na forma de greves. As primeiras ocorreram entre 1918-1920, no esteio da Revolução Russa. Em 1925, uma grande greve ocorreu no setor petrolífero, na qual os trabalhadores obtiveram alguns ganhos – que, no entanto, não foram estendidos para os demais setores. Nessa época, o movimento operário venezuelano, praticamente restrito aos campos petrolíferos (controlados com mão de ferro pelas multinacionais) não possuía autorização para formar sindicatos; além disso, não existia nenhuma organização anarquista (como as que marcaram o sindicalismo brasileiro de princípios do século XX), e o comunismo também era incipiente.[29] Nessas condições, os sindicatos venezuelanos, desde seu nascedouro, tenderam a apresentar um cariz abertamente reformista e conciliatório (MORAES, 2011: 186).

Na burocracia de Estado, algumas vozes dissonantes criticavam o regime, reivindicando ao menos um melhor sistema de tributação no setor petrolífero, assim como a utilização da renda do petróleo para desenvolver o país e diminuir o abismo social que separava a elite do conjunto das classes trabalhadoras.

> Vale citar a este respeito as atuações do ministro do Fomento, doutor Gumercindo Torres. Em 1920, o honesto e capaz funcionário preparou um projeto de lei de hidrocarburantes que foi aprovado pelo Congresso, mediante o qual aumentaram apreciavelmente os impostos, se reduziram a área máxima das concessões e a área total de concessões que uma companhia podia ter para serem exploradas num prazo de três anos e se abreviou o término das concessões: de 50 para 30 anos. Essa lei foi repelida pelas empresas petroleiras, que se valeram de toda sorte de meios para lograr sua reforma, o que se deu em 1922, quando o Congresso aprovou uma nova lei redigida pelos advogados das petroleiras, e o ministro Torres saiu da pasta do Fomento. (ZAVALA, 1988: 260)[30]

---

[29] A primeira célula do Partido Comunista da Venezuela (PCV) só seria criada em 1931, sob a liderança de Gustavo Machado.

[30] Gumercindo Torres foi o criador da expressão "*sembrar el petróleo*", que se tornou uma bandeira onipresente no debate político venezuelano, sendo utilizada ao longo do tempo por governos de todos os

Na medida em que o movimento operário era ainda incipiente, coube aos estudantes o papel de vanguarda na luta contra a ditadura. Em 1928, uma importante revolta estudantil iniciou um ciclo de manifestações de rua, nas quais participaram também trabalhadores, intelectuais liberais e oficiais das forças armadas. Este movimento gerou uma renovação política no país, com o surgimento de novas lideranças que ficaram conhecidas como a "Geração de 28". Em resposta, o governo estabeleceu alguns benefícios aos trabalhadores, como a jornada de trabalho de 8 horas e meia (que poderia ser prorrogada com acordo entre as partes); no entanto, como não foram criados órgãos para fiscalizar e determinar a aplicabilidade desses benefícios, na prática eles rapidamente se tornaram letra morta.

Paralelamente, Gómez também reprimiu duramente os protestos, e as principais lideranças estudantis da "Geração de 28" acabaram exiladas. Mesmo assim, desde o exterior, esses grupos conformaram as agremiações partidárias que, posteriormente, se tornariam as mais importantes da Venezuela: a *Acción Democrática* (AD), fundada por Rómulo Betancourt (que se situava mais à esquerda, com aproximação aos movimentos populares e sindicais); o *Comité de Organización Politica y Electoral Independiente* (COPEI), de cariz social-cristão e liderado por Rafael Caldera; e a *Unión Republicana Democrática* (URD), de Jovitto Villalba, que representava a direita liberal. Novos protestos de rua ainda explodiriam no país em 1930, na data do centenário da morte do Libertador Simón Bolívar; porém, novamente o governo conseguiu sufocar violentamente a revolta popular.

Foi somente após a morte de Juan Vicente Gomez (1936) que houve espaço para uma lenta abertura do regime. Esse processo, por um lado, estava relacionado ao fato de que a renda petrolífera havia gerado uma sociedade mais complexa, que demandava – mesmo entre os setores dominantes – uma repartição da renda petroleira, extremamente concentrada no período *gomezista*. Mas, além disso, havia também a pressão do movimento de massas, em ascensão no país após a morte do ditador. Visando garantir a ordem, membros do *establishment* de Gómez optaram por realizar eleições indiretas em

---

matizes ideológicos (incluindo o chavismo contemporâneo). A ideia é que as riquezas geradas pelo petróleo poderiam ser "semeadas" no país, gerando desenvolvimento econômico em outros setores da economia. As próprias companhias petrolíferas internacionais se apropriariam dessa consigna, utilizando-a em suas peças de propaganda visando criar um nexo entre o desenvolvimento da indústria petroleira e o progresso da nação (SALAS, 2013: 276).

abril de 1936, as quais resultaram na vitória do ex-Ministro da Guerra e da Marinha, Eleázar Lopez Contreras (1936-1941)[31].

Uma vez eleito, Contreras editou imediatamente um decreto suspendendo garantias constitucionais, passando em seguida a dissolver violentamente as manifestações de rua. A reação popular veio na forma de uma grande mobilização – dirigida pela Federação dos Estudantes –, que chegou a reunir mais de 40 mil pessoas em frente ao Palácio de Miraflores – seguida de uma grande greve no setor petroleiro.

> En la medida en que estos nuevos actores urbanos se convertían en una fuerza política más organizada, sus demandas de reformas sociales fundamentales y de elecciones universales directas adquirieron una resonancia mayor y empezaron a ganar a los trabajadores más radicales del sector petrolero. En deciembre de 1936 estos trabajadores organizaron en el estado Zúlia una huelga que se convertiría en un hito de la historia venezolana. Las demandas por mejoras en los pagos y en las condiciones de trabajo y a favor de la creación de un sindicato galvanizaron a la población, conformándose así un movimiento de apoyo nacional a la huelga. Para tratar de neutralizarlo, López Contreras se mostró dispuesto a satisfacer de modo parcial las demandas salariales, pero rápidamente utilizó la Ley Lara, una norma contra las organizaciones comunistas que había sido sancionada en 1936 por un Congreso gomecista, para disolver los grupos de izquierda. (CORONIL, 2013: 179)

A greve petroleira de 1936 estendeu-se por 37 dias, e foi fundamental para o fortalecimento da organização operária. Durante o movimento paredista, realizou-se o I Congresso de Trabalhadores da Venezuela, o qual resultou na fundação da *Confederación Venezolana del Trabajo* (CVT), declarada ilegal já no ano seguinte (ROSA, 2014: 28). Seguiu-se uma onda repressiva que se abateu sobre lideranças estudantis, operárias e todas as figuras minimamente democráticas do governo, e que baniu entidades populares recém-criadas, como a União Nacional Estudantil (UNE); por outro lado, o governo aboliu a tortura e implementou alguns avanços trabalhistas, visando garantir um mínimo de apoio popular ao regime (MARINGONI, 2004: 910). Paralelamente, em 1938, Contreras negociou com os EUA um tratado comercial nos moldes mencionados anteriormente: o governo estadunidense se comprometia a não votar leis que taxassem a importação do petróleo venezuelano; em troca, a Venezuela garantia a livre entrada dos produtos estadunidenses em seu mercado (SEABRA, 2012: 62). Na prática, tal acordo colocou por terra qualquer possibilidade de que as mudanças

[31] Durante a ditadura de Gómez, não se permitiu a existência de nenhuma organização de massas. No entanto, havia um arremedo de sistema eleitoral, no qual os homens maiores de 21 anos elegiam representantes para os conselhos municipais e estaduais, os quais elegiam os legisladores nacionais que, finalmente, elegiam o presidente. Na prática, a eleição recaía sempre em Gómez, e somente com sua morte houve a abertura para a eleição de outros nomes (CORONIL, 2013: 178)

no regime resultassem em uma industrialização do país, mediante um processo de substituição de importações.

Contreras foi sucedido (também por eleições indiretas) por Isaías Medina Angarita (1941-1945), também ex-Ministro da Guerra e da Marinha. Mais jovem e sem laços pessoais com o regime político de Gómez, Angarita tinha um compromisso mais forte com o processo de abertura política (CORONIL, 2013: 180). Seu governo restabeleceu a liberdade de imprensa e de organização e anistiou presos políticos, legalizando partidos e sindicatos – a única proibição mantida foi em relação aos comunistas, o que permitiu ao governo continuar reprimindo (e eventualmente expulsando do país) os opositores mais radicais, fossem comunistas ou não. Contudo, parte dos militantes do PCV participaram dos partidos consentidos, como o *Partido Republicano Progresista* (PRP) e o *Partido Democrático Venezolano* (PDV); outras forças à esquerda se aglutinaram em torno da AD, de Rómulo Betancourt, que logo se tornou o mais forte partido político do país. Segundo Seabra,

> Durante o período de clandestinidade as lideranças [da AD] buscaram organizar camponeses, o proletariado em formação, terminou por atrair também grande parte da classe média profissional. A atração dos setores médios da sociedade venezuelana não se deu ao acaso. No exílio na Costa Rica entre 1932 e 1936, Rómulo Betancourt colaborou ativamente com o Partido Comunista, demonstrando um claro giro à esquerda. Ao retornar à Venezuela já estava convencido de que o comunismo não era adequado ao país, pois provocaria represálias das companhias petroleiras e do governo dos Estados Unidos. Embora se negasse a colaborar com Medina Angarita, o nascente partido político tendia a posições reformistas e moderadas, o que permitia a incorporação de amplos setores dos grupos subalternos venezuelanos em sua organização. (SEABRA, 2012: 65-66)

Para Maringoni, a AD "tentava desde o início demarcar fronteiras com o conservadorismo, num tempo em que o nazi-fascismo dominava a Europa, ao mesmo tempo que repudiava qualquer interação com os comunistas" (MARINGONI, 2004: 92). O governo de Angarita, por sua vez, apresentou propostas de redistribuir a renda petroleira, numa conjuntura aberta pelos sucessos da nacionalização do petróleo no México (1938) e pelas possibilidades de negociação abertas pela Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, tomou algumas medidas progressistas, como um Imposto Sobre a Renda e uma nova Lei de Hidrocarburetos (1943), a qual elevava os royalties de 9% para 16,66% e unificava todas as concessões sob um regime único (LANDER, 2005: 50); logo depois, editou a Lei Agrária (1945), que limitava o tamanho das propriedades fundiárias, fossem elas pertencentes aos oligarcas ou às empresas petrolíferas internacionais. Devido a essas medidas, o governo passou a receber o apoio dos

comunistas, que tiveram seu partido legalizado em 1945 e passaram a controlar a maior parte dos sindicatos (MORAES, 2011: 199).

Durante esse período, a burguesia local também buscou se organizar melhor. Já em 1936, surgiram quatro novas câmaras de comércio.[32] Esse ímpeto organizativo arrefeceu quando o governo Lopes Contreras reprimiu duramente a atividade sindical. Mas, quando Medina Angarita promoveu uma abertura política e novas leis intervencionistas, as frações burguesas dominantes retomaram suas articulações, conformando aquela que permanece, até hoje, como o mais importante organismo empresarial da Venezuela: a *Federación de Cámaras de Comercio y Producción* (Fedecámaras), uma "associação nacional e suprassetorial que congregou as diversas câmaras de natureza local ou regional e de caráter setorial" (idem, ibidem: 178).[33] Além da contraposição à ascensão dos trabalhadores, havia ainda outros fatores que levaram ao surgimento desse órgão. Em virtude da Segunda Guerra Mundial, havia uma conjuntura de altíssima demanda por petróleo, porém combinada com uma crise do comércio de importação / exportação; isso implicava a necessidade de reestruturar a economia, promovendo um novo equilíbrio de poder que precisava ser politicamente articulado entre as diferentes frações burguesas. A ideia central era aproveitar os recursos provenientes do petróleo para o financiamento de atividades produtivas mais diversificadas; para isso, a Fedecámaras buscava construir canais mais organizados e sistemáticos para a participação empresarial na elaboração das políticas econômicas de Estado. Também se opunham às novas leis aprovadas pelo governo, defendendo o cancelamento dos controles de preços, câmbio e importações, e a repressão aos sindicatos e aos movimentos sociais.

Medina Angarita indicou para sua sucessão o embaixador da Venezuela nos EUA, Diógenes Escalante, que havia se comprometido com o estabelecimento do sufrágio universal e tinha, por esta razão, o apoio da AD. No entanto, Escalante faleceu antes de sua indicação pelo congresso nacional, abrindo a possibilidade de um novo golpe, liderado por Lopez Contreras. Diante da possibilidade de uma nova ditadura de

---

[32] Na Venezuela, historicamente, o setor comercial foi o que mais se organizou em câmaras de defesa de interesses corporativos. Os mais antigos organismos deste gênero datam de 1894, quando foram criadas as câmaras das cidades de Caracas, Maracaibo, Valência e Puerto Cabello (MORAES, 2011: 179).

[33] Hoje em dia, a Fedecámaras conta com seções especializadas em 13 setores económicos: Comércio e Serviços; Indústria; Construção, Turismo, Financeiro, Seguros, Agrícola, Pecuária, Mineração, Energia, Transporte, Telecomunicações e Meios de Comunicação (ver em www.elmundo.com.ve/firmas/moises-bittan/fedecamaras--68-anos--de-progreso-y-bienestar.aspx acessado em 13 de julho de 2014). Os setores bancários, seguros, construção e petrolífero só passaram a fazer parte da organização em 1960, quando definitivamente a Fedecámaras assumiu um caráter de "associação de cúpula" (MORAES, 2011: 178).

cunho personalista, conformou-se a *Unión Patriótica Militar* (UPM) – uma junta formada por jovens oficiais, liderados por Marco Pérez Jimenez, que contava com o apoio das petrolíferas internacionais e da Fedecámaras.[34] Para legitimar a tomada do poder por via armada, a UPM aproximou-se da AD, única organização popular que se mantinha independente em relação ao governo e distanciada dos comunistas. Assim, em 1945, a aliança AD-UPM promoveu um golpe contra o governo Medina Angarita, num processo que ficou conhecido como "Revolução de Outubro". Rómulo Betancourt, liderança da "Geração de 28", foi alçado à posição de presidente interino, inaugurando uma breve experiência de governo civil – respaldada por uma junta militar – conhecida como *Triênio Adeco* (1945-1948).

O protagonismo na "Revolução de Outubro" fez da AD o primeiro partido de massas da história da Venezuela. Seu programa previa a institucionalização de um sistema representativo-parlamentar liberal, com a exclusão progressiva da intervenção política militar. A AD defendia também a Reforma Agrária, o ensino público gratuito, a instituição de direitos sociais e previdenciários e a liberdade para a organização sindical na cidade e no campo. Parte dessas promessas foi efetivamente cumprida: uma nova Constituição, terminada em 1946, instituiu o voto secreto e direto, sem distinção de sexo. Seguiram-se eleições diretas, nas quais a AD apresentou como candidato o educador e escritor Rómulo Gallegos – que, segundo Maringoni, era uma espécie de "unanimidade nacional, reserva moral do país" (MARINGONI, 2004: 92). Gallegos venceu o pleito com 74% dos votos válidos, e seu breve governo instituiu algumas medidas de caráter social – como a redução (por decreto) dos aluguéis e o controle estatal da oferta de alimentos. No plano econômico, embora não houvesse um projeto industrializante claro, o governo deu mostras de que pretendia iniciar um período *desenvolvimentista*, através de um amplo programa de construção de moradias populares e do incremento em 700% do orçamento do Ministério do Fomento (FERREIRA, 2012: 48).

Contudo, estava estabelecido que o projeto da AD não implicava no rompimento com os interesses do capital monopolista estrangeiro. O próprio Betancourt deixou isso

---

[34] Segundo Coronil (2013: 181), a UPM era formada por oficiais de média graduação, que haviam recebido treinamento no exterior e se formado em ideologias desenvolvimentistas, segundo as quais caberia aos militares um papel relevante nos grandes projetos nacionais. Sentindo-se marginalizados pelas *"camarillas"* que lideravam o Exército, a UPM aspirava acelerar o ritmo das reformas políticas e da promoção profissional no meio militar. Seus manifestos denotavam um misto de retórica patriótica com clamores pela moralização das estruturas de Estado; mas também se comprometiam com a convocação de eleições diretas por sufrágio universal (compromisso que depois seria traído por Marco Pérez Jimenez).

claro em seu primeiro pronunciamento após a tomada do poder: "respeitaremos as concessões e contratos outorgados a investidores estrangeiros. A Venezuela necessita do aporte de capitais importados para desenvolver seus veios inéditos de riqueza e para continuar a exploração dos que estão em pleno funcionamento" (R. Betancourt, cf.: MARINGONI, 2004: 95). Além disso, o governo reconciliou-se também com o latifúndio, revogando a Lei de Terras de 1945 para brecar as lutas no campo – onde o campesinato, tomando a lei como parâmetro, ocupava terras e realizava uma progressiva repartição *de baixo para cima* da propriedade rural.

Em seus discursos, a AD fomentava uma "mobilização *emocional* das massas contra os inimigos da 'revolução'" (SEABRA, 2012: 68, grifos meus), mas não sua organização em aparelhos autônomos, capazes de traçar objetivos táticos e estratégicos e de identificar os inimigos que a estes objetivos se contrapunham. Na prática, o governo interferia nos movimentos sociais e sindicatos, reprimindo e desmobilizando aqueles que não pudessem ser controlados.[35] Apesar disso, a conjuntura foi de crescente mobilização, com o fortalecimento da atividade sindical e do movimento estudantil.[36] Em 1947, fundou-se uma nova central sindical – a *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV) –, sob o comando de lideranças *adecas* moderadas. Aos poucos, diferentes setores da sociedade e correntes políticas reconheceram a legitimidade do novo governo – dentre elas, a *Unión Nacional Estudantil*; as correntes políticas social-cristãs, agrupadas principalmente no COPEI, de Rafael Caldera (mas também na URV, de Jóvito Villalba); os sindicatos controlados pela AD; as organizações empresariais e os professores universitários. Mesmo o PCV, entendendo que era necessário garantir a existência de instituições democráticas estáveis, acabou por apoiar mais ou menos tacitamente os governos Betancourt e Gallegos.

---

[35] O historiador Domingo Maza Zavala traça um quadro severo das perseguições políticas do período. Segundo ele, "as liberdades, direitos e garantias foram restringidos, de fato ou de direito, ao longo dos anos 1946 e 1947: dirigentes políticos e sindicais de esquerda foram encarcerados, jornais de orientação democrática, não ligados ao governo, foram fechados, foram ameaçados de detenção policial aqueles que, de uma ou outra maneira, defendessem o governo deposto, praticaram-se algumas torturas em presos políticos, os funcionários e colaboradores mais destacados do governo de Medina foram presos e desterrados (...) Um numeroso grupo de pessoas, real ou supostamente vinculadas aos governos anteriores, foram submetidas a julgamento de responsabilidade civil e administrativa e muitas foram sentenciadas com a perda de seus bens, notando-se casos de injustiça e retaliação política ou pessoal" (ZAVALA, 1988: 299).

[36] Em 1945, o número total de sindicatos urbanos na Venezuela era de apenas 215, com um total de 25 mil trabalhadores sindicalizados; três anos depois, a quantidade de sindicatos havia saltado para 1.047, com quase 140 mil trabalhadores membros. No meio rural, eram 53 sindicatos (com menos de 4 mil membros) em 1945; e mais de 500 (com cerca de 40 mil membros) em 1948. (CORONIL, 2013: 188).

Ao mesmo tempo, ocorria uma reorganização e expansão do capital monopolista estadunidense, após o término da Segunda Guerra Mundial, e a Venezuela chegou a receber algum investimento externo no setor não-petroleiro de sua indústria (geralmente, em associação com capitais locais). Em 1946, o governo Gallegos criou a *Corporación Venezolana de Fomento* (CVF), banco estatal de desenvolvimento voltado para oferecer empréstimos de longo prazo para projetos de grande envergadura, visando estimular a indústria de calçados, têxteis, alimentos, bebidas, mineração, etc. O órgão também estimulou iniciativas industriais do Estado, nos setores de indústrias básicas e construção civil, e aportou capitais para a criação de bancos de investimento de capital aberto (*investments banks*).[37] Porém, uma vez que os acordos comerciais de 1938 não foram revistos, os esforços industrializantes rapidamente naufragaram, fortalecendo as pressões para que a escassez de gêneros de consumo fosse resolvida através da importação de produtos dos EUA, facilitada pelas divisas acumuladas pela Venezuela durante a guerra. O incremento na oferta de produtos reduziu os preços e, com isso, aumentou os salários reais, angariando apoio popular ao governo.[38]

Em 1948, o governo Gallegos encaminhou uma reforma na lei de hidrocarbonetos. Foi instituído "o que ficou conhecido como *fifty-fifty*, que garantia ao Estado uma participação nos lucros nunca menor que 50% e que terminaria sendo o padrão assumido pelos outros países produtores" (LANDER, 2005: 50). O caráter da nova legislação é motivo de controvérsia. Segundo a interpretação tradicional – que ainda hoje é hegemônica na literatura e ensinada nas universidades (MOMMER, 2010: 107) –, o *"fifty-fifty"* representava uma grande inovação nacionalista, que teria levado o

---

[37] O caso do banco *Cavendes* é particularmente ilustrativo desse processo de concentração de capitais e de formação de novos tipos de sociedades financeiras complexas, nos quais *"se dan así la mano el capital público y el capital privado, las finanzas extrangeras y las finanzas criollas* (...) *junto a la Shell participan en sus acciones* [isto é, das ações do *Cavendes*] *la Mobil y la Phillips Petroleum. Están, en la misma condición, el Manufacturer Hannover Trust de Nueva York, el Banco de Paris y de los Países Bajos, la Fidelity International Co. y la Italian Economic Co. en la más completa combinación de ese capital transumante que desde las grandes ciudades del imperialismo se derrama sobre el mundo. Todos los grandes grupos financieros del país tienen allí su representación calificada. Vollmer-Zuloaga comparece a través de la Eletricidad de Caracas, de Cementos Carabobo, de Cerámica Carabobo y de la Cervecera Nacional entre otras compañías suyas que son accionistas de "Cavendes". El grupo Mendoza comparece en las personas de Papelera Industrial, Protinal, Sherwin-Williams y Compañía Venezolana de Acciones Industriales que en conjunto poseen 15.000 acciones. El grupo del Banco Unión concurre mediante acciones que pertenecen a dicho banco, a Telares de Maracay y las empresas menores de su imperio financiero. El grupo Phelps está personificado en Mavesa, poseedora de 2.000 acciones. El grupo Domínguez ha entregado su representación a "Coinasa", su compañía adminsitradora de inmuebles. La familia Blohm confió su personería en "Cavendes" a los Telares de Palo Grande.*" (RANGEL, 1972: 100)

[38] O salário real médio diário aumentou de 7,15 bolívares em 1944 para 11,71 bolívares em 1948 (CORONIL, 2013: 188).

governo Gallegos a entrar em rota de colisão com as petrolíferas internacionais e com o governo dos EUA; esse teria sido o motivo principal do golpe de novembro de 1948, que deu fim à curta experiência democrática do *Trienio Adeco* e instaurou a violenta ditadura de Marco Pérez Jimenez (1948-1958).

A obra essencial, criadora dessa tradição interpretativa, é o clássico *"Venezuela: política y petróleo"*, escrito pelo próprio Rómulo Betancourt no exílio, após a derrubada de Gallegos. Quando novamente se reinstalou no país um regime representativo-parlamentar, após 1958, a versão de Betancourt acerca do acordo *"fifty-fifty"* se tornou uma espécie de *"bien comun de todos los partidos democráticos y de la democracia venezolana en su conjunto"* (MOMMER, 2010: 107). Mais recentemente, porém, diversos autores contestaram essa "versão oficial" da lei de hidrocarbonetos de 1948. Zavala (1988: 302) lembra que diversos estudiosos alertaram, à época, que a fórmula adotada não garantia ao Estado essa divisão; além disso, havia a acusação de que "o governo de então teria firmado um compromisso, em nome do Estado, de que não se modificaria o regime de impostos sobre o petróleo sem o prévio acordo das companhias do ramo" – o que, na prática, resultava numa transferência da soberania venezuelana sobre seus recursos naturais.[39] Para Bernard Mommer, a obra de Betancourt propositalmente não se aprofundava na análise da política petroleira anterior à 1945; dessa maneira, evitava ter que admitir que, na prática, a lei aprovada em 1948 representava um retrocesso.[40] Miguel Tinker Salas também se pronuncia na mesma direção: analisando fontes documentais do próprio governo estadunidense (incluindo documentos recentemente desclassificados do Departamento de Estado), ele apresenta evidências de que governo da AD não representava nenhum perigo para os EUA – ao contrário, devido a sua política de perseguição aos comunistas e de rejeição às propostas de nacionalização do petróleo (levadas à cabo na Bolívia, em 1937, e no México, em 1938), a AD constituiu-se, na verdade, em um aliado estratégico dos EUA. Ainda que houvesse um setor minoritário do partido, à esquerda, que defendesse pautas mais

[39] É bem verdade que, durante o *triênio adeco*, as concessões territoriais às empresas petrolíferas foram interrompidas, com base na política proclamada de "Não mais concessões!"; contudo, como essa consigna não foi consagrada em nenhum texto legal, nada garantia que ela permaneceria inalterada no futuro.

[40] Pela lei de 1943, estabelecida pelo governo Medina Angarita, o Estado venezuelano mantinha a soberania no estabelecimento dos *royalties*, com o intuito de chegar a uma divisão dos ganhos na proporção de 60:40 em favor do Estado venezuelano. A proposta de Betancourt (que selou o novo acordo com as petrolíferas antes que Gallegos fosse eleito presidente), consagrava como "participação do Estado" a metade da soma de *todos* os impostos (impostos de exploração, *royalties*, impostos municipais, imposto sobre a renda, etc). Isso fez com que, ao final, a Venezuela ficasse presa a uma fórmula que a obrigava a compartilhar com as empresas diversos impostos que, originalmente, eram inteiramente apropriados pelo Estado. (ver MOMMER, 2010: 106-107 e CORONIL, 2014: 191).

radicais em termos de redistribuição da renda do petróleo e defesa dos interesses nacionais contra o imperialismo, de maneira geral a AD era um partido de conciliação de classes, cujos setores à direita e ao centro defendiam os interesses do capital estrangeiro ao mesmo tempo em que acenavam à burguesia interna, com a defesa de políticas desenvolvimentistas e da possibilidade de *domesticação* do movimento sindical, impedindo a ascensão do comunismo.

A documentação das agências governamentais estadunidenses indica que a embaixada em Caracas já havia antecipado o golpe em dezembro de 1947, mas não recebeu nenhuma diretriz dos EUA no sentido de participar dele. Mais ainda: o governo estadunidense chegou a cooperar com o governo de Gallegos, no sentido de encontrar possíveis conspiradores.[41] Os órgãos diplomáticos e de inteligência dos EUA informavam em seus próprios documentos que o golpe teria sido promovido por uma aliança entre militares e *"hombres de negócios conservadores y ricos, industriales, grandes terratenientes, algunos empleados guvernamentales y profesionales"* (SALAS, 2013: 315-316).

A nosso ver, ainda que alguns setores ligados ao capital estrangeiro possam ter colaborado com o golpe, sua motivação foi fundamentalmente *interna.* O Triênio Adeco representava a possibilidade de *modernização das disputas de poder entre as frações dominantes*, isto é, de sua canalização através de instituições representativas liberal-burguesas, sem entrar em choque com bases fundamentais do modelo petroleiro-rentista. No âmbito *interburguês*, essa proposta podia interessar a determinadas frações burguesas ascendentes; contudo, deixava sem maiores margens de ação os setores tradicionais da burguesia, que por sua pouca base social ficariam prejudicadas nas disputas pelo poder por via eleitoral. A AD, ao contrário, era um partido que tinha inserção social, fato que certamente incomodava as diferentes frações da burguesia dominante; embora perseguisse os comunistas, o governo *adeco* cortejava o movimento sindical, estimulando uma organização de tipo classista com a qual a burguesia local só havia lidado através de governos autoritários.

O golpe que deu fim à curta experiência do *Triênio Adeco* constituiu fundamentalmente uma reação à organização popular crescente do período, mas *também*

[41] Segundo Salas, o FBI e o Departamento de Justiça dos EUA investigaram exilados venezuelanos, concluindo que vários cidadãos dominicanos e estadunidenses participavam de um plano de adquirir armas visando a derrubada do governo Gallegos. O acesso a essas armas teria sido suprimido, mas os envolvidos não foram levados a julgamento porque a publicidade poderia ser *"perjudicial para las relaciones interamericanas"* (SALAS, 2013: 316)

à forma como a cúpula partidária da AD utilizava essa mobilização popular de forma funcional a seu projeto particularista de poder, no qual frações poderosas da burguesia nativa e das Forças Armadas não estavam incluídas. Isso era intolerável, porque significava a possibilidade de perda mais ou menos gradual do controle do Estado e, consequentemente, da renda petroleira. A direita social-cristã acusava a AD de manipular os resultados das urnas de modo a concentrar todo o poder, alijando os demais partidos; por sua vez, os setores militares da UPM – a quem, em última instância, a AD devia o poder que lhe caíra em mãos – estavam descontentes com o papel minoritário que lhes coube no novo regime. Finalmente, é preciso lembrar que setores extremistas da direita em geral estavam alarmados com a esquerda radical da AD, que à época era acusada de formar milícias armadas.[42] O fato é que, fora a AD e o setor dos trabalhadores cooptado por ela, as demais forças políticas do país não estavam comprometidas com a manutenção do novo regime.

> Provavelmente as classes dominantes nacionais abrigaram temores pela continuação de um regime de liberdades políticas e sindicais, de ascensão das massas, de orientação populista, que seguramente teria em sua gestão regular de afetar desfavoravelmente os privilégios e interesses mais injustos, as posições mais extremas de concentração de riqueza, renda e bem-estar e propiciar uma abertura à elevação sócio-econômica da maioria. É claro, em todo caso, que para o capital estrangeiro era mais confiável e desejável um regime militar de direita, como o que se originou no golpe de 1948, que um constitucional democrático, sem ser radical, sequer reformista avançado. (ZAVALA, 1988: 303)

Isolado de todas as forças políticas organizadas, e sem o apoio dos setores mais combativos da classe trabalhadora (desmobilizados ou perseguidos durante *Trienio Adeco*), Gallegos caiu sem opor nenhuma resistência significativa. Instalou-se no poder uma Junta Militar presidida pelo Ministro da Defesa, Carlos Delgado Chalbaud, que inicialmente garantiu a permanência de alguns partidos, como a URD e o COPEI, e também admitiu a existência de alguma atividade sindical. Contudo, a AD estava terminantemente banida, assim como o PCV (que viria a ser proibido em 1950); a CTV, assim como todos os sindicatos ligados à AD ou ao PCV, foram dissolvidos. Chalbaud defendia uma saída para a crise através das eleições presidenciais de 1952, na qual provavelmente ele próprio se lançaria como candidato. Seu nome era consensual entre as Forças Armadas e mesmo entre os partidos permitidos pelo regime, o que nos

[42] Se essa acusação foi verdadeira, tais milícias não foram capazes de expressar a menor resistência ao golpe, que se instalou com extrema facilidade. Porém, como veremos adiante, anos depois as correntes mais radicais da AD formariam o *Movimiento de Isquierda Revolucionária* (MIR), dissidência que tomou o caminho da luta armada.

permite admitir que havia razoáveis chances dele ser eleito. No entanto, em 1950, Chalbaud foi sequestrado e assassinado, provavelmente a mando de outro oficial da UPM, Marco Pérez Jimenez, que passou a presidir interinamente o governo. A partir daí, há uma virada autoritária no regime: os resultados das eleições constituintes de 1952 (as quais deram ampla vitória à URD, de Jóvito Villalba) foram desautorizados e Jimenez foi oficialmente empossado como presidente. Estava aberto o caminho para uma ditadura que durou até 1958, marcada pelo retorno e aprofundamento da tortura, das prisões arbitrárias e do enriquecimento descarado dos governantes e de grupos empresariais mais próximos ao governo.

A brutalidade do regime foi contrabalançada por uma conjuntura particularmente favorável: os EUA buscavam repor suas reservas estratégicas de petróleo, utilizadas durante a Segunda Guerra; além disso, havia a Guerra da Coreia, a reconstrução da Europa e a nacionalização do petróleo iraniano. Todos esses fatores proporcionaram o fortalecimento das exportações venezuelanas, inundando a economia com divisas. Isso gerou um crescimento exponencial dos bancos venezuelanos, que concentraram ainda mais seu capital e diversificaram seus negócios, atuando na área de seguros, hipotecas e na compra de ações e títulos de todas as mais importantes empresas produtivas ou de serviço do país.

Iniciaram-se também esforços de industrialização mais consistentes, com a conformação de um setor minerador e siderúrgico relativamente pujante, dominado por grandes estatais. Boa parte da produção nesses setores foi destinada à exportação, compatibilizando-se com o modelo primário-rentístico já existente no ramo petrolífero; mas parte também foi utilizada como base para o estabelecimento de outros ramos industriais. Àquela altura, o mercado interno já se tornara mais atrativo para o investimento estrangeiro, o que resultou na instalação de algumas empresas multinacionais em setores como fármacos e bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos. Tudo isso contribuía também para ampliar consideravelmente o tamanho relativo do operariado fabril venezuelano, controlado com mãos de ferro pelo regime.

Contudo, dada a facilidade nas importações e ao fato de que não havia uma indústria de peças e/ou insumos industriais, as empresas multinacionais instaladas neste período vieram na forma de *maquiladoras*, que até os dias de hoje apenas *importam* e *montam* suas mercadorias no país, não as *produzindo* de fato e, portanto, não se integrando ao restante da economia.

> En Venezuela, las industrias processadoras como tal son muy pocas. Las industrias acá son ensambladoras y empaquetadoras. Por ejemplo, una indústria farmaceutica en Venezuela es una indústria ensembladora de pastillas, porque todos los princípios activos, todos los princípios químicos vienem de Francia, de los EUA, de otros países. Y con estos princípios activos acá simplesmente se hacen las pastillitas, se meten en un paquete, se ponen en un cartón, le meten un nombre e se ponem en la calle. Realmente fabricar medicamentos en Venezuela, no se fabrican. (...) Realmente fabricar automobiles en Venezuela no se fabrican, porque aqui no hacemos motores de combustión interna, no hacemos alternadores, no hacemos diferenciales. Aqui no hacemos ningún de los componentes de un automobile, todo esto se importa. (Luiz Enrique Gavazut Bianco)[43]

A penetração do capital estrangeiro em investimentos diretos conformou um fenômeno distinto do verificado em outros países latino-americanos, como o Brasil, o México, a Argentina (e, em menor escala, o Chile e o Uruguai). Na Venezuela, embora houvesse a participação de capital bancário local nessas novas empresas, não houve uma associação com *burguesias industriais* nacionais, posto que elas eram praticamente inexistentes nesses setores. O país manteve, assim, sua característica de economia de enclave, na qual,

> o maquinário para a instalação de indústrias (...) chega não como mercadorias, mas como investimento do capital estrangeiro. (...) não cabe falar em um processo de conversão das mercadorias-maquinário em capital-maquinário, pois, desde o início, o maquinário já chega como capital estrangeiro. Nesses casos, a presença do capital estrangeiro tem que ser tomada como um dado da industrialização; é um componente desde o início intrínseco a ela, e, portanto, não tem sentido falar de um processo de desnacionalização da indústria (...). As poucas indústrias nacionais existentes estão em condições de sobreviver somente enquanto algum moderno consórcio estrangeiro não esteja interessado em desalojá-las através das condições superiores de concorrência de que dispõe (BAMBIRRA, 2013: 168-169).

Apesar desses problemas, o crescimento do PIB foi bastante consistente, atingindo uma média de 7% no período 1950-1959 (ZAVALA, 1988: 308). Contudo, no biênio final da ditadura, os preços internacionais do petróleo sofreram uma brusca oscilação. Em 1957, devido ao fechamento do canal de Suez, houve uma elevação dos preços conciliada com um salto nas exportações venezuelanas; a reabertura do canal no ano seguinte, porém, gerou um excesso de petróleo no mercado que derrubou os preços internacionais. Neste quadro, os produtores independentes dos EUA passaram a pressionar seu governo para que se impusessem cotas para o petróleo importado. Ante essa possibilidade, uma onda crescente de *anti-americanismo* se espalhou pela

---

[43] Luis Enrique Gavazut Bianco é coordenador do *Movimiento de Batalla Social Punta de Lanza* e pesquisador convidado do *Ministério del Comércio* da Venezuela. A declaração foi dada em entrevista ao autor, em janeiro de 2015.

Venezuela. Jimenez ameaçou rever os acordos fiscais mantidos com as petrolíferas internacionais; além disso, anunciou planos de construir uma refinaria estatal – o que contrariava a política petrolífera defendida pelos EUA, baseada na iniciativa privada – e empreendeu esforços para comprar armamento sofisticado da Itália, Inglaterra e França.

A imprevisibilidade de Jimenez passou a ser vista com inquietação pelo governo dos EUA, que passou a articular a transição para um novo regime na Venezuela. O país enfrentava uma rápida deterioração econômica, causada tanto pela queda dos preços do petróleo quanto pelo recuo do investimento externo (já que o capital monopolista internacional entrara num ciclo de retração, visando a maturação dos investimentos realizados no período anterior). Como consequência, explodiu uma grave crise fiscal no Estado Venezuelano, agravada pelos investimentos públicos realizados ao longo do período ditatorial. A burguesia local viu estancar suas possibilidades de expansão, com o recuo das facilidades financeiras até então concedidas à indústria e às importações; ao mesmo tempo, "a voracidade de enriquecimento ilícito dos homens do governo e dos favoritos do ditador diminuía as possibilidades de apropriação do excedente pelos receptáculos do capital privado" (ZAVALA, 1988: 328). Finalmente, o surgimento de um setor industrial público mais vigoroso e complexo que o setor privado – algo que se desenhava no final do regime de Pérez Jiménez (RANGEL, 1972: 98) – era visto como uma ameaça pelo empresariado venezuelano em geral. Ao mesmo tempo, a crise econômica gerava um descontentamento popular crescente, causado pela retração dos investimentos em políticas assistencialistas e de incentivo à pequena burguesia. Todo esse quadro fez com que o apoio à violenta ditadura se deteriorasse rapidamente. Já em 1957, a Igreja Católica pronunciou-se em favor da democratização do país; logo depois, também a Câmara de Comércio de Caracas passou a se opor ao regime estabelecido.

Logo, células clandestinas do PCV aproximaram-se de setores militares, conformando o que ficou conhecido como *Junta Patriótica* (a qual se aproximaram, logo depois, o COPEI, a AD e a URD). Os contornos finais para a queda de Pérez Jimenez, porém, seriam delineados fora do país. Em dezembro de 1957, Rómulo Betancourt (AD), Rafael Caldera (COPEI) e Jóvito Villalba (URD) encontraram-se em Nova York com o Diretor-chefe de Assuntos da América Latina do Departamento de Estado dos EUA, Maurice Bergbaum.[44] O encontro visava conciliar os interesses dos três partidos, de forma a evitar o sectarismo que caracterizou o *Triênio Adeco* e

[44] Sobre a participação do Departamento de Estado dos EUA no encontro de Nova York, ver http://venezuelanalysis.com/news/3096 - acessado em 15 de agosto de 2013.

conformar um *Bloco de Poder* estável. O PCV, obviamente, fora excluído dessas negociações; contudo, o partido também apoiava o estabelecimento de uma normalidade democrático-burguesa, e sua atuação no meio militar foi decisiva para isolar definitivamente os setores partidários do regime.

Finalmente, a *Junta Patriótica* convocou uma greve geral para 21 de janeiro de 1958, a qual foi duramente reprimida pelo governo. Os conflitos ganharam as ruas da capital, gerando um saldo de cerca de 300 mortos (MARINGONI, 2004: 121). No dia 23 daquele mês, Jimenez abandonou o país, rumo à República Dominicana, criando um ambiente de instabilidade política que se estendeu até o final da década de 1960.

1.6 - O *Pacto de Punto Fijo*

Após o *23 de Enero* de 1958, a *Junta Patriótica* entregou a presidência interina para o contra-almirante Wolfgang Larrazábal. O governo provisório, embora possuísse significativo apoio popular, estava longe de representar uma hegemonia que contemplasse as diferentes forças políticas do país. Havia organizações de esquerda organizadas e independentes, com penetração no meio militar. As próprias Forças Armadas, por sua vez, se dividiam entre correntes conservadoras (que consideravam Larrazabal muito próximo das ideias da esquerda), e grupos nacionalistas radicais, que rejeitavam a dominação do capital estrangeiro e da burguesia local a ele associada. Ambos os lados promoveram levantes militares nos meses que sucederam o *23 de Enero* (MENDES, 2012: 62-63; FERREIRA, 2012: 125). A posição do PCV oscilou: originalmente, o partido apoiava a constituição de um regime representativo-parlamentar, com a instituição do sufrágio universal e de amplas garantias democráticas (chegou a apoiar Larrazabal nas eleições presidenciais de 1958, contra os candidatos dos partidos tradicionais AD e COPEI); contudo, o partido foi sendo isolado e perseguido pelos setores mais moderados e conservadores, e o regime político instaurado revelou-se muito limitado no que diz respeito à garantia dos direitos políticos e às formas de representação. Neste quadro, a partir de 1961, o partido optou pelo apoio a levantes militares (nos quais participavam células comunistas) e, finalmente, pela guerrilha armada.

De outro lado, situavam-se o COPEI, a URD e os setores majoritários da AD, em aliança com o capital estrangeiro e com os setores moderados das Forças Armadas. Essas forças haviam se conciliado definitivamente em uma reunião ocorrida no balneário das Ilhas Margueritas, em outubro de 1958, numa chácara de Rafael Caldera

denominada *Punto Fijo*. Ali se deu prosseguimento aos acordos de Nova York do ano anterior, visando aparar as diferenças entre esses partidos e delinear os contornos gerais do regime representativo a ser implantado. Os três candidatos mais fortes às eleições diretas que se convocariam naquele ano – o contra-almirante Wolfgang Larrazabal, representando o governo provisório; Rómulo Betancourt, pela AD; e Rafael Caldera, pelo COPEI – assinaram conjuntamente um documento, que ficou conhecido como "Programa Mínimo de Governo" ou *Pacto de Punto Fijo*. Mais do que estabelecer os marcos políticos do novo regime, o *Pacto de Punto Fijo* representava o compromisso das principais forças políticas de impedir que a queda de Pérez Jimenez redundasse em transformações mais radicais, que extrapolassem os interesses das frações burguesas dominantes e do capital estrangeiro.[45]

O documento acordado em *Punto Fijo* deixou claro que a conjuntura insurrecional de janeiro de 1958 não poderia ter outro desfecho, a não ser a conformação de um sistema político de tipo representativo liberal, no qual o Estado *"reconoce la función primordial que cumple la iniciativa privada como factor de progreso y la colaboración en este mismo sentido de las inversiones extranjeras"*. Sob a justificativa de evitar o estabelecimento de novos governos de cunho personalista, os partidos reunidos em *Punto Fijo* acordaram a implantação de um regime eleitoral no qual o eleitor votaria em listas fechadas, nas quais a ordem dos candidatos era previamente definida pelos partidos. A *"defensa del orden constitucional"* deveria ser garantida, com o compromisso de se tomar *"enérgicas medidas"* contra o que chamaram de *"actividades antidemocráticas"*. Finalmente, como medida social de maior impacto, aparece a bandeira da Reforma Agrária, reconhecida como um instrumento de transformação econômica do país; porém, os candidatos se

[45] A possibilidade da conjuntura pós-*23 de Enero* caminhar para um processo revolucionário mais radical pode ser avaliada a partir de um evento específico ocorrido no dia 13 de maio de 1958, quando o vice-presidente dos EUA, Richard Nixon, visitou o país. A visita gerou revoltas que deram provas inequívocas do sentimento anti-imperialista existente entre os setores populares de Caracas. Segundo o relato do sociólogo e historiador Pedro Rodríguez Rojas, *"ese día hubo dos ataques: en la mañana y al mediodía, la limosina Cadillac en la que transportaban al vice presidente de los Estados Unidos y al canciller García Velutini, la atacó los manifestantes que esperaban al visitante desde su arribo en Maiquetía así como a lo largo de la avenida Sucre. En la noche, cuando el presidente de la Junta de Gobierno, contralmirante Wolfgang Larrazabal, regresaba a Miraflores después de entrevistarse con Nixon en la sede de la embajada de los Estados Unidos, situada en la La Florida, un grupo atacó con piedras la limousina Cadillac en la que se trasladaba Larrazabal. Nixon es recibido por las manifestaciones más violentas que se hayan visto en Caracas: se salva milagrosamente, como él lo confesará en su libro Seis Crisis. La tensión llega a tal extremo que hay amenazas de invasión por los marines"* (ver ROJAS, 2008, em de http://www.aporrea.org/ideologia/a56675.html, acessado em 12 de julho de 2014)

comprometiam a promover uma reorganização do regime de propriedade da terra que *"garantizará y estimulará la propiedad privada"*.[46]

Este grande pacto também se estenderia ao meio sindical. Após a queda de Jimenez, foi criado o Comitê Nacional Sindical Unificado (CNSU), numa tentativa de reunir todas as correntes sindicais (inclusive os comunistas), que se encontravam desarticuladas após os anos de ditadura (ver ROSA, 2014: 30). No âmbito dessa grande frente, o PCV chegou a aceitar um acordo assinado em abril de 1958, denominado *Avenimiento Obrero Patronal*, que previa a limitação das reivindicações salariais, visando garantir a estabilidade política para a constituição de uma democracia de tipo parlamentar-burguês (FERREIRA, 2012: 52). Logo depois, a CTV foi refundada pelas lideranças sindicais da AD, que chegaram a participar das negociações de *Punto Fijo*, dialogando com a Fedecámaras. Os representantes patronais garantiram o reconhecimento dos sindicatos, que seriam estruturados em torno da CTV; em troca, os sindicalistas *adecos* se comprometiam com uma atuação moderada, que excluísse os comunistas (ver ROSA, 2014: 31).

As eleições presidenciais acabaram vencidas por Rómulo Betancourt (49,2% dos votos), que até aquele momento contava com o apoio da esquerda radical não-comunista, ainda alocada na AD. Esses setores alimentavam a esperança de que Betancourt poderia levar mais adiante a conjuntura revolucionária que se seguiu ao *23 de Enero*;[47] no entanto, rapidamente o presidente eleito se inclinou para uma posição pró-EUA,

> permitindo e estimulando o maior enriquecimento da burguesia, reafirmando as garantias efetivas ao capital estrangeiro, propiciando a conciliação entre os organismos

[46] A citações referem-se à "Declaración de principios y programa mínimo de gobierno suscrito por el Sr. Rómulo Betancourt, el contralmirante Wolfgang Larrazabal y el Dr. Rafael Caldera, candidatos a la presidencia de la República, en la sede del Consejo Supremo Electoral el día 6 de Diciembre de 1958", retirada da base de dados da Universidade Simón Bolívar (http://www.cs.usb.ve/), acessado em 15 de setembro de 2015.

[47] À época, Betancourt ainda era visto como uma liderança de esquerda de caráter "não-alinhado", injustamente derrubado por um golpe militar imperialista em 1948. Não por acaso, a Venezuela foi o primeiro país visitado por Fidel Castro, poucos dias após a vitória da Revolução Cubana. Desembarcou em Caracas na data simbólica de 23 de janeiro de 1959 (aniversário de 1 ano da derrubada de Pérez Jimenez), sendo recebido com entusiasmo por estudantes e trabalhadores. No entanto, seus discursos anti-imperialistas não poderiam estar mais em desacordo com a posição que tomaria Betancourt em seu governo. O rompimento entre os dois seria sacramentado em 1961, em um discurso proferido por Fidel Castro em Havana, quando já estava claro o afastamento entre Betancourt e os setores à esquerda. O líder cubano deixava claro que, para o imperialismo, "interessa um governo que garanta os lucros de seus monopólios. Por isso, para ele tanto faz que seja um Pérez Jimenez ou um Rómulo Betancourt"; e complementou: "quem permanece alheio à perseguição iniciada pelo traidor Rómulo Betancourt contra os operários e contra os estudantes na Venezuela – esses mesmos operários e estudantes da Venezuela que nos defendem – é um cúmplice daquela opressão" (Fidel Castro, cf: LÖWY, 2012: 291-292).

> empresariais e sindicais, procurando isolar e segregar toda orientação radicalizante de seu partido e exaltando os valores normativos e operativos da democracia convencional burguesa. (ZAVALA, 1988: 330)

Em 1961, em meio a uma conjuntura recessiva que aguçou o descontentamento das massas, o governo Betancourt passou a reprimir duramente o movimento sindical e popular; como resultado, a ala esquerda da AD rompe com o partido, fundando o *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR), de orientação cubana. Juntamente com o PCV – que àquela altura defendia a luta armada – e com o apoio do almirante Larrazabal, fundou-se o Conselho de Libertação Nacional, visando a derrubada do governo. Ainda em 1961, uma rebelião militar apoiada pelo PCV foi reprimida com extrema violência na cidade de Barcelona, enquanto manifestações estudantis em Caracas entraram em choque com a polícia. Betancourt respondeu com a ocupação dos campos petrolíferos pelo Exército, a suspensão das garantias constitucionais por tempo indeterminado e o fechamento dos jornais de esquerda e das universidades. No ano seguinte, novas rebeliões militares, novamente apoiadas pelo PCV, ocorreram em Carúpano e Puerto Cabello. A repressão deu um salto: Puerto Cabello chegou a ser cercada e bombardeada pela Força Aérea, resultando num saldo de 400 mortos e 700 feridos (MARINGONI, 2004: 124). Um processo de "caça às bruxas" foi instaurado nas Forças Armadas, empurrando a esquerda definitivamente para a clandestinidade e, finalmente, para a guerrilha rural (onde chegam a realizar algumas ações importantes em 1963).

Contudo, a partir do ano seguinte, iniciou-se um período de recuperação econômica que, conciliado à baixa densidade populacional do campo – resultado de décadas de abandono da agricultura – resultou na incapacidade de constituição de uma base social de apoio à guerrilha. Nas cidades, uma política de *desaparecimento* de ativistas e estudantes passou a ser adotada, como forma de isentar a polícia da necessidade de admitir a detenção de presos políticos. O PCV, frente ao isolamento da guerrilha, respondeu com um recuo, até romper definitivamente com os grupos armados em 1967. Algumas cisões do PCV (como o *Partido de la Revolución Venezolana* (PRV), de Douglas Bravo[48]) e do MIR (como o *Bandera Roja*) permaneceram nas

[48] Segundo Bravo, a cisão que deu origem ao PRV não estava relacionada somente à divergência em relação à estratégia da luta armada. Ele afirma que seu grupo fora expulso do PCV "porque reivindicávamos os elementos teóricos de Simón Bolívar, de Simon Rodrigues, de Ezequiel Zamora e de outros pensadores venezuelanos, cujos postulados se chocavam com os da ortodoxia do pensamento soviético. Nós publicamos um documento chamado *Marxismo-leninismo-bolivariano*, no qual, pela primeira vez, se colocou o problema da nacionalização do pensamento revolucionário" (Douglas Bravo,

serras ao oeste do país ao longo dos anos 1970, mas já sem condições de ganhar as massas para a causa revolucionária. A derrota definitiva veio a ocorrer no governo de Rafael Caldera (1968-1972), que implementa uma política de "pacificação", legalizando todas as forças de esquerda que abandonassem a luta armada (incluindo o próprio PCV, que passa a participar das eleições).

1.7 - Cultura popular e imaginário nacional na Venezuela petroleira

Toda essa conturbada série de eventos ocorreu paralelamente a importantes mudanças sócio-culturais na Venezuela. Desde meados dos anos 1950, cresceram as pressões políticas para acabar com a autonomia dos campos petroleiros. Tais pressões vinham desde manifestações populares, que questionavam o saqueio das riquezas do país em favor de um pequeno grupo de privilegiados, até reclamações de frações mais frágeis da burguesia comercial local, que se ressentiam do monopólio do comércio interno dos campos exercido por outras frações mais poderosas. Também os sucessivos governos militares venezuelanos se preocupavam com o fato de que os campos petrolíferos, onde se concentrava a riqueza do país, assumiam uma existência cada vez mais alheia à cultura cívico-nacional.

As próprias multinacionais do petróleo perceberam que sua atividade gerava grandes expectativas entre a população, e que por isso não poderiam se preocupar apenas em influir nas perspectivas de seus empregados diretos: era necessário também "fincar raízes" na própria sociedade venezuelana, construindo um modelo de "cidadania corporativa" que se estendesse para além dos campos de petróleo. Esse processo começou com o aproveitamento de venezuelanos em cargos mais altos das empresas petrolíferas, antes restritos a funcionários estrangeiros. Surgia assim a *"gente del petróleo"*, uma tecnoburocracia local formada em universidades dos EUA e criada sob inspiração de um modelo fordista de produção, com a exaltação dos valores da "iniciativa individual", "perseverança", "trabalho duro", "lealdade à empresa", "meritocracia", etc. Logo as casas dos campos petrolíferos foram vendidas aos empregados, permitindo que as vilas fossem incorporadas às cidades e bairros circunvizinhos (SALAS, 2014: 291).

---

cf: MARINGONI, 2004: 126). Deve-se ressaltar essa questão porque, como veremos, à época em que Hugo Chávez organizava seu movimento clandestino nas Forças Armadas, ele manteve contato com Douglas Bravo e certamente foi influenciado pelas ideias que norteavam o PRV.

Embora tenha permanecido muito nítida a separação sócio-cultural entre os empregados nas indústrias petroleiras – que apresentavam expectativas de vida guiadas, em grande parte, pela cultura estadunidense – e a massa pauperizada no entorno, a contratação de venezuelanos de classe média deu *materialidade* à ideia de que o êxito econômico das companhias era expressão dos "interesses nacionais" da Venezuela. Para os setores médios incorporados à indústria petroleira, que incorporavam um estilo de vida e visões de mundo que deveriam servir de exemplo e de aspiração para o restante da população, as subsidiárias estrangeiras eram as agentes por excelência da modernização e do progresso do país. Assim, a *gente del petróleo* servia de parâmetro a partir do qual os demais setores da sociedade se comparavam para medir seu próprio status.

A ampliação deste processo criou uma relação intrincada entre os aparelhos de Estado e a indústria petroleira, tal como

> una puerta giratória similar a la que existía en los Estados Unidos donde administradores de la compañía asumían cargos guvernamentales y donde ex funcionários del gobierno obtendrían empleo em la compañía assegurando así los intereses de la compañía (...) Las compañías preveían que los recién contratados membros del personal professional y administrativo serían importantes abogados para las compañías extrajeras ante toda la sociedade y su presencia defenderia a las empresas extranjeras de críticos nacionalistas (SALAS, 2014: 271)

A relação simbiótica entre as petrolíferas internacionais e o Estado venezuelano era tão grande que, durante o governo Truman, quando os EUA ameaçaram taxar a importação de petróleo para proteger seus produtores locais, a *Standard Oil* participou diretamente de um novo acordo comercial entre os dois países, selado em Washington com a participação pessoal de Nelson Rockfeller e do presidente da *Creole*, Arthur Proudfit. No final das negociações, a Venezuela manteve sua condição de exportadora de petróleo para os EUA, mas reduziu as taxações tarifárias sobre todo um conjunto de bens importados. Para os EUA, o acordo era estratégico também por servir de exemplo para outros países petroleiros.

> A pesar de la crítica de los productores de petróleo en Texas, Estados Unidos negoció un nuevo convenio con Venezuela, assegurando la continuidade de los viejos aranceles sobre bienes exportados de Estado Unidos incluyendo carros, rádios, televisores, aviones y camiones, ofreciendo ventajas para "prácticamente todo grupo importante de exportadores norteamericanos" (SALAS, 2014: 319)[49]

[49] O trecho entre aspas, citado por Salas, refere-se a documentos editados pelo próprio Departamento de Estado dos EUA.

Paralelamente, os gigantescos Departamentos de Relações Públicas das subsidiárias petrolíferas foram acionados para apresenta-las como defensoras dos interesses do país, consubstanciados na manutenção de um padrão de consumo e de um modelo de vida identificado com o *moderno* (e que, de fato, atendia aos interesses imediatos das camadas médias e dos grandes grupos comerciais venezuelanos). Assim, numa gigantesca operação ideológica, a continuidade da dependência econômica do país, com a reprodução e o aprofundamento do rentismo petroleiro, se transfigurou e foi apresentada como uma política garantidora do "progresso" da nação. Para tanto, os departamentos de RP das petrolíferas atuavam em áreas que iam muito além da defesa de seus interesses corporativos imediatos: promoveram inúmeras campanhas publicitárias; editaram periódicos; produziram conteúdo "jornalístico" e programas de rádio e T.V.; financiaram pesquisas; realizaram convênios educacionais com universidades estadunidenses; ofereceram bolsas de estudo no exterior; financiaram artistas e escritores; etc. (SALAS, 2014: 276-282). Não é exagero afirmar que tais publicações, campanhas publicitárias e programas educacionais cumpriram um papel importante na edificação da própria identidade nacional venezuelana, na medida em que davam destaque ao folclore do país, às tradições, diferenças regionais, etc, sempre cuidando para vincular a indústria do petróleo aos – supostos – interesses nacionais. Ao mesmo tempo, a bandeira do liberalismo econômico era constantemente ressaltada, como uma defesa da Venezuela contra "ameaças externas", representadas por políticas protecionistas que defendiam os "ineficientes" produtores locais de petróleo dos EUA e do Oriente Médio.

Diferentemente do Brasil, por exemplo, onde o discurso nacionalista das décadas de 1930 a 1950 foi associado à criação e defesa de grandes empresas estatais, na Venezuela foram as petrolíferas estrangeiras que ocuparam este lugar no imaginário popular, sendo apresentadas como os agentes que retiraram o país do "atraso" em que ele se encontrava até o século XIX. O petróleo – isto é, a chegada das companhias estrangeiras – significou um "novo tempo", uma nova era na história venezuelana, e qualquer crítica a essas ideias (presentes inclusive nos manuais escolares) era atacada como "retrógrada", "ignorante" ou "xenófoba" (SALAS, 2014: 277).[50]

[50] Além dessas operações ideológicas, é necessário ressaltar também o papel das petrolíferas internacionais na colaboração com os órgãos estatais de vigilância e repressão política. As companhias estrangeiras desenvolveram aparatos internos de segurança (como a *Oficina de Servicios Industriales* da

Assim, podemos dizer que o petróleo não apenas moldou o caráter rentístico da economia venezuelana, estabelecendo as posições de domínio e subalternidade entre classes e frações de classe, como também consubstanciou as diferenças regionais do país, estabeleceu concepções de trabalho, tempo, valores, padrões de consumo e comportamento. Em outras palavras, o *modo de vida petroleiro*, que nasceu nos campos, *transbordou* para o restante da sociedade, tornando-se um paradigma, um ideal para toda a sociedade venezuelana (ainda que obviamente inatingível para a maior parte da população). Neste processo, o capital estrangeiro participou até mesmo da construção do imaginário nacional e, ao fazê-lo, logrou identificar a ideia de *progresso* com o que era, na realidade, a manutenção da subordinação do país aos interesses imperialistas.

Entretanto, o *american way of life* da *gente del petróleo* e das camadas médias, com sua cultura do automóvel e seus supermercados (e, posteriormente, shopping centers), conviveu (e convive até hoje) com outros elementos e tradições culturais autóctones, que geralmente remetem à Venezuela pré-petroleira e ao passado rural do país, com sua música, culinária e expressões artísticas *llaneras*. Dentro desse universo cultural, cabe destacar aqui a herança histórica de Simón Bolívar, que foi absorvida pela cultura popular na forma de um símbolo da luta contra as oligarquias e o imperalismo – o que entrava em contradição com a ideia de uma "Nação Petroleira" na qual o Estado e certos grupos sociais confundiam-se simbioticamente com empresas estrangeiras, implicando em exclusão social e na perda de soberania do país. Neste sentido, constituiu-se na cultura nacional venezuelana, especialmente entre os setores populares, a ideia de que o país não superou sua condição semicolonial e, por isso, a Revolução liderada por Bolívar estaria *inconclusa*, sendo necessário *retomar* seu projeto revolucionário.

Essa ideia, quando apropriada pelas frações de classe dominante, funcionou principalmente para justificar projetos de *modernização* e desenvolvimento econômico. Vimos como o governo de Antonio Gusmán Blanco (1870-1888) iniciou essa tradição, inaugurando o que podemos chamar de *Bolivarianismo de Estado* (e que, em parte da historiografia venezuelana, é conhecido como *"Culto à Bolívar"*). Desde então, Bolívar se tornou marca indelével da política venezuelana, sendo usado para ampliar o apoio a todo tipo de projeto, seja ele de cunho conservador ou liberal, autoritário ou democrata

---

Creole, por exemplo, que era dirigida pelo ex-agente da CIA Philip Agee). Tais órgãos recolhiam informações sobre os trabalhadores e compartilhava-as com militares, com a polícia venezuelana e com a Segurança Nacional (SALAS, 2014: 311).

(MENDES, 2012: 133). Durante a ditadura de Juan Vicente Gomez (1908-1936), o *Bolivarianismo de Estado* se aproximou mais claramente da apologia de regimes autoritários, tese que recebeu um tratamento acadêmico a partir da publicação do livro *Cesarismo democrático* (1911), de Laureano Vallenilla Lanz – autor comprometido com o regime gomezista. Nessa obra, Vallenilla defendeu a hipótese de que as nações latinoamericanas, por sua própria formação histórica permeada por conflitos internos, demandariam a existência de um governo forte e centralizado, sob autoridade de um "ditador necessário". Para tanto, Vallenilla recuperava algumas medidas de Bolívar (como, por exemplo, a Constituição da Bolívia, já citada anteriormente) para, de forma anacrônica, realizar a apologia de regimes ditatoriais (QUINTERO e ACOSTA, 2007: 33).

A herança bolivariana, porém, ganha inevitáveis contornos disruptivos quando apropriada pelas camadas subalternas (apesar dos esforços oficialistas em apresentar Bolívar como um símbolo da *ordem*, seja ela qual for). O observador externo não deve subestimar o peso, no imaginário popular venezuelano, das interpretações que apresentam o Libertador como um líder que visava uma sociedade mais igualitária. Essa memória foi reivindicada – e continua sendo até hoje – por toda sorte de movimentos contestatórios radicais ou abertamente revolucionários – a começar pelas guerras civis do século XIX, lideradas pela figura radical de Ezequiel Zamora,[51] chegando até o século XX, com a reivindicação dos próceres da República pelo PRV de Douglas Bravo.

Independentemente das múltiplas interpretações acadêmicas acerca do personagem histórico Simón Bolívar, é inegável que permaneceu bem forte na cultura popular venezuelana a interpretação do Libertador como um *herói dos mais pobres, oposto ao domínio das oligarquias* – foi neste sentido, inclusive, que ele serviu de referência para outros líderes revolucionários latino-americanos, como José Martí, Augusto César Sandino, Fidel Castro, Ernesto *Che* Guevara, dentre outros, e também a toda uma tradição literária latino-americana, ligada ao socialismo (desde Gabriel Garcia

[51] No caso desses conflitos, como lembra Carla Ferreira (2006: 124), "a classe dos soldados era composta por camponeses pobres, ex-escravos restritos à terra pelo processo de endividamento, a maior parte deles analfabeta. A esse público se menciona diretamente o nome de Bolívar. Seria demasiado inferir que a razão para isso era o fato de Bolívar gozar de prestígio entre esse extrato social dos mais expropriados? A julgar pela multidão de homens e mulheres, de todas as cores e classes, que afluiu às ruas de Caracas para receber (...) as cinzas do 'Libertador', e às menções ao Decreto de 1816 nas petições de escravos registradas no Ministério de Interior e Justiça, não nos parece exagero essa dedução".

Marquez até Pablo Neruda).[52] Em termos metodológicos, é difícil precisar a força dessa interpretação entre as camadas subalternas venezuelanas, mas é facilmente perceptível, para qualquer um que visite o país, que se trata de uma herança ideológica bastante difundida entre os mais pobres.

Isso pode ser avaliado pela forma como o Libertador é retratado na música popular. Tomemos como exemplo Ali Primera (1941-1985), conhecido como *"El cantor del Pueblo"* e considerado um dos mais importantes compositores da música popular venezuelana (senão o primeiro dentre eles). Ali dedicou diversas canções ao Libertador e às revoluções do século XIX; em suas músicas – que mantém um forte apelo, mesmo 31 anos após sua morte – as lutas do século XIX também aparecem como processos *inconclusos*; mas, neste caso, não porque não teriam resultado em uma nação centralizada de forte desenvolvimento econômico, mas fundamentalmente porque não

[52] É surpreendente, por outro lado, que uma das mais conhecidas biografias *anti-bolivarianas* foi produzia justamente por Marx, em seu artigo *"Bolívar y Ponte, Simón",* de 1856, produzido sob encomenda para Charles Dana (editor do jornal *New York Daily Tribune*, que à época pretendia publicar uma nova enciclopédia – a *New American Cyclopedia* – e encomendou a Marx o verbete sobre Bolívar). No artigo, o Libertador aparece como um típico representante da aristocracia *criolla*, com moral suspeita (chegando a ser retratado como covarde, mentiroso, desertor e conspirador) e dotes limitados como militar (segundo Marx, as vitórias de Bolívar deviam-se muito mais ao auxílio de tropas européias do que às próprias forças americanas mobilizadas por Bolívar). O "bolivarianismo", por sua vez, é retratado como uma ideologia libertária limitada, que se resume às lutas de libertação nacional sem, no entanto, alterar profundamente as estruturas sociais (sendo a libertação dos escravos motivada muito mais pelo desejo de usá-los nas batalhas visando diminuir seu número, de modo a impedir uma "haitinização"da Venezuela). Marx negou o caráter libertário das guerras lideradas por Bolívar, a ponto de designar a independência da Colômbia e Equador como a *conquista* (e não a *libertação*) de Nova Granada. O texto também apresenta um certo mecanicismo ausente nas demais obras maxianas, porque dá a entender que a origem de classe de Bolívar faria dele, *inevitavelmente*, um instrumento das oligarquias (as quais pretenderiam somente livrar as colônias do imperialismo espanhol para entregá-las ao imperialismo inglês). As críticas contra esse artigo de Marx começaram pelo próprio Charles Dana, que se recusou a publicá-lo sob o argumento de que o texto era preconceituoso e carente de fontes objetivas. De fato, Marx cita ao final do artigo apenas três obras, todas publicadas em Londres; duas delas consistem em memórias de oficiais ingleses que haviam participado do Ejercito Libertador de Bolívar (especialmente a do general Ducoudray-Holstein, que na verdade orienta quase todo o texto de Marx; mas também a do coronel Gustav Hippisley), e uma terceira que aparece com a notação bibliográfica mal citada. Desde então, o referido artigo foi utilizado pela direita reacionária (sobretudo na própria América Latina) para: i) desqualificar o próprio Marx; ii) apresentar o marxismo como oposto aos valores, às tradições e à cultura dos povos latinoamericanos; e iii) demonstrar que o marxismo distorce a realidade, a história, para forçar a visão da luta irreconciliável de classes como único modo possível de explicar os acontecimentos presentes e passados. Autores marxistas posteriores se dedicaram a contextualizar a biografica marxiana de Bolívar. À época, Marx se encontrava no exílio e passava por extremas necessidades financeiras; por isso, tudo indica que tenha escrito o artigo às pressas, visando receber logo o pagamento por ele. Os generais cujas memórias foram consultadas por Marx são notórios desafetos de Bolívar (Ducoudray chegou a ser expulso das fileiras patrióticas, e Hippisley trocou ásperas correspondências com Libertador, nas quais reclamava de aumento do soldo e promoção na hierarquia). Além disso, é possível que o texto também tenha sido influenciado por um eurocentrismo, derivado da visão hegeliana dos "povos sem história". O fato é que os historiadores marxistas que se dedicaram ao tema são quase unânimes em considerar a biografia de Bolívar um dos piores textos de Marx (a tal ponto que, na segunda edição em russo das obras de Marx, datada de 1959, já aparece uma crítica a respeito desse artigo). Sobre o tema, ver QUINTERO & ACOSTA (2007), e FERREIRA (2006).

lograram a emancipação do povo venezuelano e latino-americano em geral, que permanece subordinado ao imperialismo e ao domínio das *oligarquias* locais contemporâneas. Apresentaremos aqui – como forma de explicitar ao leitor não-venezuelano a força do que chamaremos, a falta de um termo mais preciso, de *bolivarianismo popular*[53] – uma das composições mais conhecidas de Ali Primera: *Canción Bolivariana*, de 1980. Nesta canção, na qual o autor mistura trechos melódicos com outros declamados na forma de poesia, Ali Primera narra um diálogo fictício entre um *niño venezuelano* e o Libertador. A longa citação se justifica, posto que é particularmente reveladora do *corte de classe* existente nas disputas de sentido acerca de Simón Bolívar, na Venezuela atual:

> *Niño: "No es verdad Simón Bolívar, que al hacer tu juramento histórico en Monte Sacro, no pensastes que tu brazo hoy se sintiera cansado, de tantos que se han colgado para escudarse en tu nombre."*
> *Bolívar: "Hay razón en lo que dices. Yo frente a Simón Rodriguez juré liberar a mi pátria, y tal vez por inocência no la soñe governada por indignos de mi herencia."*
> *Niño: "Al pueblo tratan de quitarle la memoria (...) y la doctrina latino-americana, que acrisolastes en tu carta de Jamaica, le han disminuido su esencia patriota y libertaria. ¡Ah! si vieras el destino de los pueblos que liberó tu espada, su mayor libertad es la de morirse de hambre, pisoteados por la bota norteña, sobre la que nos alertates."*
> *Bolívar: "Los Estados Unidos parecen destinados por la Providencia a plagar la América de miserias en nombre de la libertad."*
> *Niño: "Hoy acudimos a tu idea visionaria, al anti-imperialista pensamiento de tu frente, (...)*
>
> *Y Bolívar sonreido*
> *y lleno de comprención*
> *le saltaba el corazón*
> *por lo que estaba escuchando.*
> *Y mirando fijo al niño*
> *del escolar sin escuela*
> *dijo: Toma mis espuelas*
> *que hay que jinetear de nuevo*
> *tú te vas de pueblo en Pueblo*
> *a despertar a la gente*
> *que alzen más y más la frente*
> *para merecer la gloria*
> *de hacer de nuevo la historia*
> *liberando al oprimido*
> *que si el pueblo está dormido*
> *nunca ganará la gloria.*
>
> *Niño: "Bolívar, en Birongo, allá por Barlovento, hay una plazita con tu nombre, y prohiben visitarla sin camisa. Para que veas que nuestras leyes las dictan los de frac y de levita, en contra de los descamisados.*
> *Bolívar: "... y se olvidan que yo usé camisa prestada cuando estuve en Santa Marta..."*
> *Niño: "Y lo peor es que a mi Pueblo ya lo estan dejando sin Bolívar."*
> *Bolívar: "¿Lo están dejando sin dinero carajito?."*
> *Niño: "Sin conciencia Libertador, sin conciencia. El pueblo en su engano cree que la alta burgesía, va a llevarte flores al Panteón Nacional cada Aniversario de tu muerte."*
> *Bolívar: "Y entonces ¿a que van, pequeño compatriota?."*

[53] Para mais detalhes sobre as apropriações do legado de Simón Bolívar pelas classes subalternas, ver FERREIRA (2006).

Niño: "A asegurarse que estes bien muerto, Libertador. Bien muerto...
(...)
Bolivar: "El resultado es claro. La burgesía es hija de la colonia y vice-versa, la opresión está reunida en maza, bajo un solo estandarte. Si la lucha por la libertad se dispersa, no habra victoria en el combate"
Juntos: "que si la lucha se dispersa, no habra victoria popular en el combate."

Bolívar bolivariano
no es un pensamiento muerto
ni mucho menos un santo
para prenderle una vela
Un niño de Venezuela
tuvo un encuentro con él
oigan sonar sus espuelas
va cabalgando otra vez,
oigan sonar sus espuelas
va cabalgando otra vez.

De uma forma irônica, Primera fala de uma burguesia que leva flores ao túmulo de Bolívar, mas apenas para "*asegurarse que estes bien muerto*". Denuncia assim as disputas existentes no país pelo significado histórico do Libertador: de um lado, o herói dos *"descamisados"*; de outro, o símbolo esvaziado de conteúdo, exaltado por uma burguesia *"indigna de sua herancia"*, que tenta apagar da memória popular a *"esencia patriota y libertaria"* de sua Carta de Jamaica. A burguesia venezuelana, "filha da colônia e vice-versa", é claramente associada ao imperialismo – que, na canção, é *atualizado* por Primera, com a citação de uma das frases mais conhecidas de Bolívar, escrita em carta de 1829 ("*Los Estados Unidos parecen destinados por la Providencia a plagar la América de miserias em nombre de la libertad"*). Contra este inimigo, o compositor faz referência ao internacionalismo inerente à concepção revolucionária bolivariana, lembrando que a vitória é impossível se a luta se dispersar. Finalmente, a canção termina com uma exaltação à continuidade da Revolução iniciada pelo Libertador: Bolívar convida o menino a cavalgar "*de pueblo en pueblo*", "*a despertar a la gente*", para lutar "*bajo un solo estandarte*" contra a opressão.

Temos, portanto, uma relação complexa entre dois universos sócio-culturais essencialmente venezuelanos e contraditórios entre si: o *american way of liffe* corporificado nas camadas médias e altas (e nos sonhos de consumo dos mais pobres), e o bolivarianismo anti-imperialista presente na cultura popular. Trata-se de um embate ideológico que perpassa toda a sociedade venezuelana, e não diz respeito somente aos sentidos referentes ao *passado*, mas fundamentalmente a uma disputa acerca dos projetos para o *futuro* do país.

Esta circunstância é particularmente importante na análise histórica das Forças Armadas da Venezuela, uma vez que, desde a Revolução Restauradora (1899-1900), o

Libertador foi proclamado como seu patrono máximo e inquestionável – fato que trouxe importantes especificidades para os militares venezuelanos. Como vimos anteriormente, Cipriano Castro tomara o poder em 1900 com base em um Exército sem laços orgânicos com a elite oligárquica dominante. Este corpo militar, ao se constituir como Forças Armadas da Venezuela, precisou formular "uma doutrina, indispensável à formação de uma instituição dotada de hierarquia e disciplina, e que não poderia ser encontrada na tradição militar caudilhista, antiprofissional por natureza" (MENDES, 2012: 130-131). Na medida em que a Revolução Restauradora apareceu como um movimento anti-oligárquico, foi possível a Castro apresentar seu exército andino como herdeiro do *Ejercito Libertador* de Bolívar – ainda que quase um século de guerras civis separassem um do outro, e que houvesse enormes diferenças entre o processo da Revolução Restauradora e as Revoluções de independência nacional. Segundo Mendes,

> a instituição passava a estar mais forte e irreversivelmente colada ao projeto de construção da moderna nação venezuelana e, portanto, via-se contagiada pelo intenso debate em torno do conteúdo desse projeto (...). Logo, em praticamente todos os momentos de crise atravessados pelo Estado desde então, a instituição emergiu como um ator político central. O segundo resultado, atrelado a essa condição de protagonista, é a convicção de que o exército – como herdeiro da glória dos pais da pátria – tem a capacidade e o dever de refundar a república quando as forças civis não são mais capazes de sustenta-la. Deve, portanto, não apenas participar do debate político cotidiano como, em momentos extremos, assumir o controle do Estado. Esse é um raciocínio presente, em maior ou menor grau, em cada uma das correntes que se formaram no interior do exército venezuelano ao longo do século XX. (MENDES, 2012: 131)

Neste sentido, a reivindicação doutrinária de Bolívar trouxe, para o *interior* do aparato burocrático-militar, as disputas de sentido a respeito da herança bolivariana e, por consequência, a respeito do papel do Exército venezuelano. Tal fato se torna ainda mais importante quando levamos em conta que, historicamente, o oficialato militar venezuelano é relativamente mais permeável à participação de elementos oriundos das classes trabalhadoras, dada sua formação relativamente desconectada de laços com as frações dominantes do país. Como destaca o filósofo Juan Miguel Dias Ferrer, estudioso da formação do Exército venezuelano, as Forças Armadas deste país

> são forças bem diferentes daquelas que pertencem ao Cone Sul, pois são forças armadas que conservaram muita mobilidade social das camadas humildes da população, não são forças armadas que se converteram numa casta à parte, independente da sociedade. (...) O Exército venezuelano se fazia herdeiro das tradições bolivarianas, de um Exército libertador, o que é um fator ideológico muito poderoso. (Juan Miguel Díaz Ferrer, cf.: ALMADA, 2007: p. 112 – 113)

Essas questões são extremamente relevantes para a compreensão, por exemplo, da relativa *permeabilidade* das Forças Armadas Venezuelanas à penetração de movimentos contestatórios e/ou revolucionários – inclusive com a participação de células comunistas. Como veremos no decorrer deste trabalho, essa questão precisa ser pontuada para a compreensão da atual Revolução Bolivariana, na qual despontou a liderança incontestável de um militar – o tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frias – e a referência ao projeto revolucionário *inacabado* de Bolívar e Zamora.

1.8 - A *Democracia Puntofijista*

A patir da segunda metade dos anos 1960, com o enfraquecimento das forças de esquerda, a AD e COPEI passaram a dominar completamente as eleições no novo sistema representativo *puntofijista*. Em termos gerais, a disputa partidária não modificava o sentido geral da reprodução social, pois tratava apenas de resolver quem seriam os *operadores* de um mesmo programa, calcado nos pressupostos da dependência do petróleo, da abertura às importações e da continuidade das concessões estrangeiras e das políticas assistencialistas. Havia diferenças nas políticas industriais, que refletiam as disputas de *direção* entre as frações burguesas locais, sempre influenciadas pela ação de interesses externos; mas, no que tange a *dominação* de classe em geral, AD e COPEI conformavam um único e amplo *partido orgânico da burguesia venezuelana* – no qual, em tese, o primeiro representava a "ala esquerda" e o segundo a "ala direita" (eventualmente, a URD era convidada a participar, como sócia menor, da estrutura de poder montada).[54]

Devido ao sistema de listas fechadas, os candidatos eleitos se submetiam às decisões das lideranças partidárias, pois temiam perder sua vaga nas listas das eleições seguintes (os partidos praticamente não apresentavam nenhuma democracia interna). Como os eleitores só votavam nas listas, era comum que desconhecessem até mesmo o nome dos parlamentares eleitos (JONES, 2007: 88); além disso, o controle centralizado

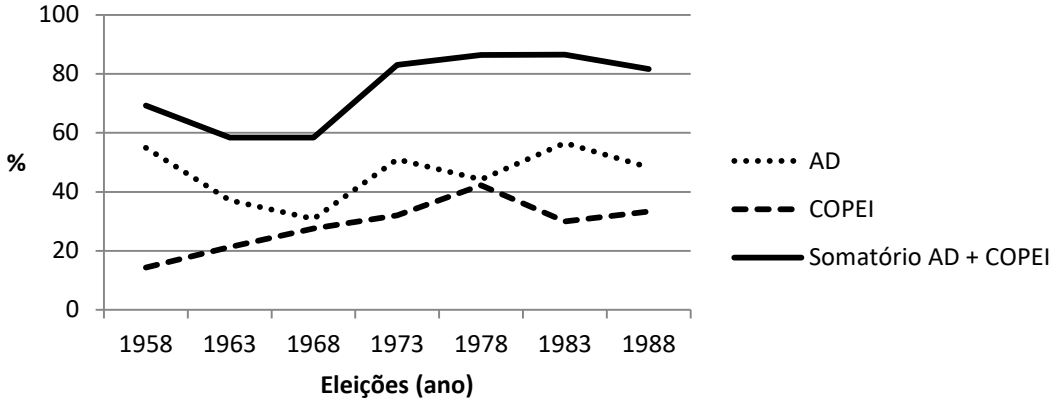
[54] Aqui nossa referência fundamental é Antonio Gramsci, para quem a noção de partido não remete diretamente às agremiações eleitorais que participam dos sufrágios. Eventualmente, tais agremiações podem atuar como *partidos*, no sentido que Gramsci dá ao termo; mas, na maioria das vezes, representam apenas instrumentos da "política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas", classificada por ele como "Pequena Política" (GRAMSCI, 2000: 21). Neste âmbito, estariam em disputa apenas questões parciais, que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida de poder, a qual não se pretende modificar em essência. Para Gramsci, a noção de *partido* engloba qualquer organismo responsável por tornar hegemônico um projeto particularista de uma ou mais frações de classe, articulando-o junto ao Estado para torna-lo a representação de uma suposta vontade nacional-popular; neste sentido, AD e COPEI faziam parte de um mesmo *partido orgânico*, entendido como um complexo mais amplo.

da política era reforçado pelo fato de que os governadores de estado eram indicados pelo Executivo Federal, assim como os integrantes da Suprema Corte e os juízes de todo o poder Judiciário. Por todas essas razões, desde a primeira eleição o sistema se mostrou bastante polarizado entre os partidos mais fortes – no caso, a AD e o COPEI. Nas palavras de Octavio Amorim Neto,

> não é à toa que uma singular combinação de história organizacional e incentivos eleitorais deu vez, na Venezuela, a um dos mais disciplinados sistema de partidos do mundo contemporâneo, denominado pelos próprios venezuelanos de *partidocracia*. A disciplina parlamentar era tão forte na Venezuela que eram raras as votações nominais no Congresso, pois quase não havias dúvidas a respeito de como votaria cada deputado. Por isso, a grande maioria das decisões tomadas em plenário era feita por meio de votação simbólica (NETO, 2002: 254-255).

No gráfico 2, podemos avaliar a evolução da votação nesses dois partidos ao longo da democracia *puntofijista*, e a forma como eles acabaram polarizando o sistema eleitoral.

Gráfico 2 Percentual de votação eleições paralamentares venezuelanas



Fonte: Neto (2002)

O resultado deste sistema foi uma concentração de poder verdadeiramente sufocante, como relata o jornalista Bart Jones:

> A influência dos dois partidos estendia-se para abarcar, aparentemente, todos os aspectos da sociedade. Se alguém desejasse um emprego como professor, precisava conhecer um dos chefes locais dos partidos. Algumas escolas até dividiam seu espólio – o diretor do período matutino era um "adeco" e o do período vespertino, um "copeyano". Os que não pertenciam a nenhuma das duas legendas tinham poucas chances de serem contratados. A mágica do sistema consistia em distribuir uma quantidade de apadrinhamentos e benefícios em volume suficiente para manter sob controle as insatisfeitas classes desfavorecidas. Em cada eleição, a AD e o Copei

> atiravam aos moradores dos *barrios* migalhas, distribuindo, por exemplo, latas de tinta para que embelezassem a fachada de seus barracos de alvenaria. Durante umas poucas semanas, as pessoas sentiam-se agraciadas. O governo ainda distribuía milhares de postos de trabalho improdutivo e de baixa remuneração. Alguns dos agraciados passavam o dia todo na entrada de prédios oficiais, que chegavam a contar com oito ou dez porteiros para cada porta. Ou então essas pessoas nem mesmo apareciam para trabalhar. Esse sistema criou uma das burocracias mais infladas e ineficientes da América Latina. (JONES, 2007: 89)

O controle do sistema político venezuelano pela burocracia partidária da AD e do COPEI se fortaleceu ainda mais em 1968, a partir de um acordo segundo o qual os partidos concordaram em repartir as direções da Câmara dos Deputados e do Senado, assim como as presidências das comissões legislativas, de acordo com os resultados obtidos nas urnas. Paralelamente, a burocracia da AD controlava também a CTV, impedindo a ascensão das tendências da esquerda do movimento sindical. Para tanto, conspirava também a legislação que, desde os anos 1940, atribuía aos sindicatos a contratação de pessoal; dessa maneira, a CTV dava preferência nas contratações aos trabalhadores filiados ou eleitores da AD ou do COPEI, preterindo os que se aproximassem de movimentos sociais ou partidos de esquerda, especialmente os comunistas. Como salienta Moraes (2011: 181), tais políticas serviram "para excluir e isolar os comunistas e todas as tendências da esquerda revolucionária por meios de golpes e exigências governamentais para a criação de associações diferentes das já existentes e estabelecer uma certa harmonia entre K e T [capital e trabalho]". Tendo 90% de seus recursos fornecidos pelo Estado (além de receber dinheiro dos partidos e até mesmo da central sindical estadunidense, *American AFL-CIO*), a CTV era nada mais do que uma correia de transmissão dos interesses dos partidos e de grupos empresariais. Conformou-se assim o que Maringoni (2004: 104) classificou como "a mais eficiente democracia de fachada do continente sul-americano", cuja existência só era possível devido aos dólares do petróleo.

Paralelamente, desde princípios dos anos 1960 intensificou-se a organização do empresariado venezuelano. Como salientam María Pilar García-Guadilla e Ernesto Roa Carrero,

> Este tipo de organizaciones aumentaron substancialmente entre 1962 y 1964. El Catálogo de Organizaciones de Acción Social del DVC de 1968 destaca la existencia de 209 organizaciones asistenciales, de bienestar social, educacionales, asistenciales y culturales relacionadas con el sector empresarial. Esta proliferación de organizaciones sociales, que integrarían la sociedad civil venezolana de aquella época, contradice la creencia, extendida y plasmada en la literatura, acerca de la debilidad e incipiente desarrollo de dicha sociedad civil en las décadas de los sesentas y setentas así como

> también su permeación por el Estado y por los partidos políticos. (...) Durante la década de los setenta se acentúa el crecimiento cuantitativo de organizaciones sociales adscritas al sector empresarial. La Carta de Maracaibo de FEDECAMARAS destaca la existencia de más de 300 organizaciones de "acción social del empresariado" para el año 1980. (GARCÍA-GUADILLA & CARRERO, 1997: 9)[55]

Em relação ao petróleo, gradativamente se fortaleceu a bandeira da nacionalização, inicialmente sinalizada principalmente pela AD. Em 1960, num contexto ainda marcado pela queda da ditadura de Pérez Jimenez, o governo *adeco* de Rómulo Betancourt criou a *Corporación Venezolana de Petróleo* (CVP), que seria um embrião para a estatização do controle sobre a exploração do produto. No mesmo ano, a diplomacia venezuelana teve atuação de destaque junto aos países do Oriente Médio, na criação da OPEP. A partir daí, abriu-se a possibilidade do "controle soberano dos países produtores sobre os volumes e preços de referência fiscal como via para maximizar as rendas fiscais petroleiras". (LANDER, 2005: 51). Posteriormente, o governo *copeiano* de Rafael Caldeira (1969-1973) aprovaria leis que sinalizavam para a redução das transnacionais a um papel efetivo de operadoras, reservando ao Estado o controle sobre os volumes e preços de referência fiscal. A nacionalização tornava-se, assim uma tendência defendida por todo o espectro político-partidário venezuelano. A questão era o modelo a ser implantado, que não estava claro.

1.8.1 - O projeto da "Gran Venezuela"

Até meados do século XX, as velhas estruturas de Estado, baseadas em *"reglas atrasadas, lentas, muy relactivas al orden primário de uma sociedad com sobrevivências culturales y sociales del passado"* (DUNO, 1975: 72), eram geralmente controladas pelas famílias tradicionais, alinhadas ao Copei. Neste contexto, certas frações emergentes da burguesia venezuelana viram no apoio à AD uma forma não só de combater o comunismo, como também de defender seus interesses perante esses setores tradicionais. A AD buscou representar, no campo simbólico, a "modernização" das estruturas de Estado, superando as práticas viciadas herdadas do passado caudilhesco e ditatorial. Os aparelhos de Estado deveriam ser reformados para se adaptar ao dinamismo do capital monopolista estrangeiro. As velhas empresas deveriam

---

[55] Além dos aparelhos privados voltados para a defesa de interesses empresariais, também foram criados órgãos de pesquisa – como o *Instituto Venezolano de Análisis Económico y Social* – e outras organizações voltadas para o desenvolvimento de "actividades sociales y de servicios a la comunidad", como o *Instituto Venezolano de Acción Comunitaria* (IVAC), e o *Dividendo Voluntario para la Comunidad* (DVC) (GARCÍA-GUADILLA & CARRERO, 1997: 8)

ser substituídas por grandes corporações, que conjugariam três elementos: (a) o financiamento estatal; (b) a direção econômica e tecnológica das multinacionais; e (c) a mediação de frações burguesas emergentes, formadas por uma nova geração de empresários e executivos do setor financeiro que mantinham laços estreitos com o capital internacional, e que se identificavam com a proposta "modernizadora" da AD. Assim, a bandeira da reforma do Estado refletia também uma recomposição entre as frações dominantes, na qual novos grupos ascenderiam ao poder sem, contudo, deslocar completamente os grupos tradicionais.

Essa recomposição se daria sem maiores sobressaltos, porque durante boa parte do período da *democracia puntofijista* a economia venezuelana apresentou um consistente crescimento econômico.[56] Contudo, o país não modificou sua matriz industrial primário-exportadora. Cresceram os setores médios com maior poder de compra; mas, na medida em que a indústria local não se desenvolveu no mesmo ritmo, a maior demanda por consumo foi saciada principalmente pela importação, mantendo inalteradas as bases político-econômicas do modelo petroleiro-rentista. Apesar do estabelecimento de certa diversificação industrial, via de regra o fluxo de capitais oriundo da renda petroleira fomentava a cultura do enriquecimento fácil através do investimento na própria indústria petroleira, na construção civil, no comércio de importações e/ou em atividades meramente especulativas. Os trabalhadores mantiveram-se como sócios menores do sistema; houve alguma melhoria de vida com a expansão da indústria; contudo, a maior parte seguiu empregada de forma precária no setor de serviços, mantendo-se dependente de políticas assistencialistas e de subsídios do Estado nos gêneros de primeira necessidade.

No governo de Rafael Caldera (1969-1973) – primeiro presidente eleito pelo COPEI, com apenas 29,1% dos votos (a menor margem de todo o período *puntofijista*) (NETO, 2002: 257) – a insatisfação com a crescente desigualdade social se manifestou na forma de difusos protestos populares. Estes se dividiram entre greves, manifestações de rua (protagonizadas principalmente por estudantes, professores, servidores públicos e trabalhadores urbanos precarizados), movimentos rurais e atos de guerrilha (que ainda resistia no interior). Segundo Margarita Lopez Maya (2003),

[56] Considerando também os 10 anos da ditadura de Pérez Jimenez, a média de crescimento ao longo das décadas 1950, 1960 e 1970 foi de 6,5% ao ano (MORAES, 2011: 227).

> para el primer cuatrimestre de 1972, la ciudad de Caracas parecía un polvorín por la movilización sin solución de continuidad de liceístas y universitarios. Estas movilizaciones eran acompañadas o complementadas en ciertos momentos por asaltos guerrilleros, que le daban un carácter profundamente violento a la atmósfera del día a día.

Visando conter as manifestações e enfraquecer a luta armada, o governo propôs, em 1973, uma reforma na Lei Orgânica do Trabalho (LOT), que resultou em duas importantes conquistas: a equiparação das condições dos trabalhadores rurais e urbanos (em relação à jornada de trabalho, aviso prévio, férias e auxílio aposentadoria); e a criação de uma indenização por antiguidade em caso de demissões (MORAES, 2011: 228). No entanto, seria um acontecimento externo que modificaria substancialmente a conjuntura, favorecendo o sistema *puntofijista*: em 1973, em virtude da Guerra do Yon-Kippur, os preços do petróleo disparam, chegando a triplicar em apenas um ano, e continuando em ascensão até o final da década. No mesmo ano, é eleito presidente Carlos Andrés Perez, pela AD.

Perez (ou "CAP", como era chamado) fora Ministro do Interior no governo Rómulo Betancourt, apoiando decididamente a suspensão dos direitos constitucionais após o levante de Puerto Cabello, em 1962. Sob seu governo (1974-1978), o país viveria o auge do sistema *puntofijista*, sustentado pelo aumento dos ingressos petroleiros e por uma enorme emissão de títulos de dívida pública, os quais seriam respaldados pela dramática ascensão dos preços do petróleo – que se supunha duradoura, após a conformação da OPEP (1969) e da demonstração da capacidade conjunta dos países exportadores do Oriente Médio em atuarem para elevar os preços do produto, durante a Guerra do Yon Kippur. Tudo indicava que era o momento de um grande salto, que na Venezuela deveria se consolidar com a efetiva nacionalização da produção petroleira.

Com base nessa crença, Pérez apresentou o *V Plan de la Nación* (também conhecido como o projeto da *Gran Venezuela*). Tratava-se de um esforço mais sistemático de substituição de importações, sustentado por grandes projetos de desenvolvimento finaciados por títulos públicos. Em apenas quatro anos, a dívida pública venezuelana decuplicou (MARINGONI, 2004: 107), e houve um grande aumento da participação do Estado nas inversões brutas no país – de 32%, durante o quinquênio 1970-1975, para 53,2% no período 1976-1980 (BATTAGLINI, 2011: 139). Além disso, implantaram-se políticas creditícias e certo nível de protecionismo (ainda que em setores já dominados pelas multinacionais).

Apresentado como uma iniciativa de caráter nacionalista, na verdade o projeto da *Gran Venezuela* tinha como pressuposto uma reforma do Estado que, na prática, adequou suas instituições aos interesses do capital estrangeiro e de determinadas frações burguesas locais emergentes, associadas a ele. Os grupos tradicionais já tinham seus negócios estabelecidos e, por isso, tendiam a apresentar menor *adaptabilidade* aos padrões de acumulação mais modernos; havia, porém, uma nova geração de burocratas e empresários ligados à AD com grande trânsito entre as multinacionais, que se sentiram confiantes para alçar voos mais altos a partir da chegada de Carlos Andrés Pérez ao poder.

> La realización de esta fórmula requiere uma "burguesia de Estado" audaz, futurista y capaz de saltarse la estructura tradicional del Estado para crear um aparato estatal que, em su rama productora, se acople a la nueva etapa sin control social ni político de los partidos ni de la opinión nacional. Estos grupos no necesitan capacidade financiera propia, ni capacidad técnica, sino audácia y capacidad mediadora entre el Estado y las transnacionales. Esta és la razón por la que hombres como Pedro Tinoco, representante de conocidos intereses transnacionales y colocado al frente de la Reforma Administrativa del Estado, pueden jugar um papel más importante que los grupos económicos más poderosos (...) Paradójicamente, surge un nuevo tipo de poder muy similar al que el trotskista Rakovsky señalava em los primeros tiempos del stalinismo. Este, embajador de la Unión Soviética em Paris en 1926, denunciaba la aparición em Rusia de una nueva propriedad privada consistente en la posesión del poder de Estado. "La burocracia posee al Estado en propriedad privada", añadia. Algo así esta ocoriendo en Venezuela, sólo que la "posesión del poder de Estado" llevará a incrementar las fortunas personales o de grupo. (DUNO, 1975: 83)[57]

A "modernização" conduzida pelo governo CAP desdobrou o Estado em dois: um "político-social", que conserva a estrutura formal dos partidos, a assistência social, a divisão de poderes, etc; e outro, que se apresenta como o "Estado financeiro-produtor", funcionando como a cabeça de *holdings* financeiros, fora do alcance dos partidos, do debate parlamentar e da opinião pública (DUNO, 1975: 84). As estatais e empresas mistas eram estimuladas a atuar segundo critérios de rentabilidade empresarial, sob o argumento de que o setor estatal não podia permanecer como apêndice da administração pública burocratizada.[58] Neste sentido, o projeto da *Gran Venezuela* pressupunha

---

[57] A respeito dessa nova "burguesia de Estado", Fernando Coronil (2013: 312) afirma: *"Estos empresários, en especial Pedro Tinoco y Carmelo Lauría, influyeron sobre las políticas de Pérez (como la nacionalización del petróleo y hierro, el V Plan y el plan de reforma administrativa) y contribuyeron a construir importantes proyectos económicos que vinculaban al Estado con el capital extrangero y nacional. Aunque los grupos y empresas establecidos siguieron beneficiándose de los proyectos estatales y del gasto durante el gobierno de Pérez, lo cierto es que fueron desplazados por los nuevos grupos de su exclusiva posición previa de privilégio, desde la cual habían ejercido influencia sobre la política del Estado."*

[58] Obviamente, quando convinha aos interesses do capital estrangeiro e das frações locais associadas, todos os princípios de "eficiência" eram desprezados. Foi o caso das estatais do setor siderúrgico, as quais

políticas de nacionalização, mas desde que as empresas estatais e mistas funcionassem com *autonomia* perante o poder público, particularmente os Ministérios, o Legislativo e a *Controladoría General de la República*. Portanto, o que estava em jogo era uma nova configuração dos aparelhos econômicos de Estado que, ao mesmo tempo em que recompunha as posições de poder entre os grupos dominantes, "blindava-os" em relação aos canais políticos formais nos quais as camadas subalternas poderiam, em teoria, reivindicar suas demandas e interesses.

A despeito disso, o *boom* petroleiro e os grandes projetos industriais permitiram uma relativa melhora de vida das classes trabalhadoras, enquanto as camadas médias alcançavam níveis de consumo inimagináveis para um país subdesenvolvido. O Estado quase não cobrava impostos, e mesmo assim podia fornecer crédito fácil ao setor empresarial, melhorar os serviços públicos, implementar programas sociais, investir nas indústrias estatais, etc. Um clima de otimismo e conciliação nacional ganhou o país, favorecendo a derrota definitiva das forças de esquerda (inclusive dentro da AD) e permitindo ao governo "CAP" remodelar o Estado e a indústria petroleira em outros termos.

Com base nos princípios de "autonomia" das funções produtivas do Estado, uma nova geração de empresários ocupou os postos-chave da administração estatal, promovendo a nacionalização da indústria petroleira com criação da *Petróleos de Venezuela S. A.* (PDVSA), em 1976. O modelo de exploração do petróleo implantado reservava à estatal o monopólio da produção e distribuição interna do produto; porém, ao mesmo tempo, impunha a participação de entes não-estatais em certos serviços e tarefas, o que abriu as portas para as petrolíferas internacionais continuarem participando dos negócios, integradas à PDVSA na condição de empresas mistas.

> Com o argumento de perturbar o menos possível a atividade da indústria, as filiais operadoras foram agrupadas, subordinadas à recém criada casa matriz, não foram mais do que uma réplica das transnacionais nacionalizadas. Com exceção de poucos gerentes estrangeiros, continuaram nos seus cargos diretivos aquelas pessoas que até o dia anterior representavam no país os interesses das transnacionais. (LANDER, 2005: 53)

As multinacionais petrolíferas conservaram o controle absoluto dos direitos de comercialização externa do petróleo (que é a parte do negócio que requer menor investimento e dá maior lucro). Além disso, as empresas mistas adotaram padrões

---

foram orientadas a fornecer certos insumos para as empresas multinacionais e associadas a preços abaixo dos custos de fabricação.

tecnológicos fornecidos pelas transnacionais, dificultando o desenvolvimento local de tecnologia relacionada ao setor e consolidando a dependência em relação ao capital externo. Finalmente, no caso das plantas que foram efetivamente expropriadas, estabeleceu-se o pagamento de vultuosas indenizações, apesar dos antigos proprietários já terem recuperado cerca de oito vezes e meia os investimentos realizados no país nos dez anos anteriores à nacionalização (BATTAGLINI, 2011: 149). Não surpreende, portanto, que

> Las transnacionais petroleiras no se opusieran en esta oportunidade, ni formularan ningún reparo a la "Ley de Nacionalización" propuesta finalmente por el gobierno CAP (...) En esto se percebe muy claramente que la propuesta "nacionalizadora" hecha por CAP era el produto de um acuerdo político al cual habían llegado los factores de poder articulados al proyecto de la Gran Venezuela mucho antes, inclusive, de que aquel asumiera formalmente la Presidencia de la República (BATTAGLINI, 2011: 145-146)[59]

A remuneração pelos *serviços* prestados pelas transnacionais – comercialização, assistência tecnológica, etc – não estava associada de nenhuma maneira ao volume da produção e das exportações, abrindo espaço para distorções, favorecimentos, corrupção, etc. Além disso, pelo fato da tecnologia empregada nas empresas mistas ser fornecida pelo capital estrangeiro, as petrolíferas mantiveram o controle sobre a formação de recursos humanos, empregados não só nas empresas mistas, como muitas vezes na própria PDVSA. Na prática, todo o corpo burocrático da PDVSA advinha dos mesmos estratos sociais que a antiga *gente del petróleo* empregada nas subsidiárias internacionais; porém, na condição de funcionários públicos, viram-se com a vantagem de serem ainda mais autônomos em relação ao restante da máquina estatal – que, anteriormente à nacionalização, tinha como uma de suas funções principais justamente a fiscalização das atividades petroleiras. Essa transformação foi assim descrita por Francisco Mieres:

> Cuando estaban aqui los gringos con sus sombreros de corcho y sus campos alambrados y sus distracciones exclusivas, sus policías privados y sus privilegios irritantes, todo el mundo estaba en contra la presencia de estos extrangeros que nos oprimian, nos segregavan pese a ser, nosostros, una mayoría y ellos una minoría; es decir, era la presencia del blanco explotador, de la filial de una empresa foránea transnacional que succionaba lo fundamental de nuestro petróleo. Había, pues, una reacción del obrero

[59] Declarações das próprias petrolíferas internacionais deixam clara a confiança na manutenção de seus interesses, no contexto da nacionalização promovida pelo governo *CAP*. Um boletim da Shell do primeiro trimestre de 1974, citado por Pedro Duno (1974: 54), afirma que *"la nacionalización no solo és posible sino deseable (...) estamos seguros que dentro del nuevo esquema que el país elija, nosotros continuaremos contribuyendo al desarrollo de la indústria petrolera em Venezuela más allá del presente siglo"*.

> petrolero, de las autoridades, del pueblo, contra esa situación. Esto era lo que animaba la lucha contra el imperialismo en forma abierta y lo que hacia de la nacionalización, justamente, una consigna clave, fundamental.
> Pero cuando se hace ahora esta nacionalización trunca, de estatización, más aparente que real, para las "12 familias" y no para los 12 millones de venezolanos, para los 12 grupos que controlan las finanzas y la economia del país, la nacionalización se envuelve y enmascara en la dependencia tecnológica que sustituye la vieja dependencia operativa y exibe la virtud terrible de no sentirse (ver: ZAVALA, 2003: 12-13)[60]

Essa percepção é compartilhada por Edgardo Lander (2005:53), que lembra que "assim que o investidor passa também a ser um ator nacional e, por conseguinte, público, a capacidade de vigilância e controle do poder executivo nacional começa a debilitar-se de imediato". Tal fato, porém, foi eclipsado devido aos altos preços do petróleo naquela época, que inundaram a Venezuela de recursos e deram a falsa impressão de que a criação da PDVSA havia inaugurado uma nova era de soberania e progresso do país. Miguel Tinker Salas (2014: 334) lembra que

> Después de la nacionalización de la indústria, los partidos políticos y los principales intelectuales, incluyendo los izquerdistas, em su mayor parte, perdieron interés em los asuntos del petróleo. Por su parte, los diretores de la empresa comenzaron cada vez más a ver los políticos y la población, em general, como uma fuerza potencialmente perturbadora. Más aún, cummpliendo com el discurso de la modernización que enmarcó las primeras interaciones con las empresas extrangeras, los ejecutivos de PDVSA se presentaron como un modelo de eficiência y éxito, contrastando com una burocracia gubernamental corrupta e ineficiente.

A autonomização da tecnoburocracia da PDVSA consolidou aquilo que Domingos Maza Zavala denominou de

> una anticonsciencia, un pensamiento subordinado, sometido, alienado, automatizado con computadoras que funcionan y si manejan desde afuera del país y todo ello forma parte de la organización transnacional incrustrada en Petróleos de Venezuela. Entonces, cabe plantearnos: ¿És ésto un proceso de nacionalización? (...) Las cosas siguen peor que antes, porque las compañias ex-concesionárias (...) hacen un buen negocio: se evitan los problemas laborales, los problemas fiscales, los problemas politicos, la relación con el Estado, y se toma el excedente sin costo mediante las negociaciones con la Casa Matriz, con Petróleos de Venezuela (ZAVALA, 2003: 10-11)

A corrupção cumpriu um papel fundamental nessa nova conformação da *gente del petróleo*, aproximando a tecnoburocracia da PDVSA aos grupos dominantes estrangeiros e nacional-associados. Com o tempo, popularizou-se na Venezuela a expressão *"caja-negra"*, para se referir aos negócios – convênios, contratos de

[60] À época, segundo Domingo Alberto Rangel (1972: 120), os grupos financeiros mais poderosos do país eram, em ordem de importância: Vollmer-Zuloaga; Banco Unión; Mendoza; Boulton; Polar; Delfino; Phelps; Blohm; Tamayo; Neuman; Domínguez; e Sosa Rodríguez. O Banco Unión era controlado pela família Salvatierra. Já o grupo Polar, embora apareça na lista como um grupo autônomo, era também controlado pela família Mendoza.

assistência técnica, acordos de comercialização, etc – assinados em segredo no âmbito da estatal. Como muito didaticamente expôs Pedro Duno (1975: 58), o ambiente de corrupção generalizada imprimia ao funcionalismo público *"una dialectica que impele a escalar, obliga a perder escrúpulos"*. Os "novatos" nos altos postos de Estado, quando honestos, eram pouco a pouco convidados a participar no círculo socialmente superior dos corruptores, com convites para restaurantes, visitas a casas de praia, festas, etc; à medida que a amizade se instala, a aproximação se estendia à família do "novato", e por vezes surgia o oferecimento de dinheiro emprestado para resolver problemas cotidianos. Quando a convivência no círculo superior se torna um hábito, impõem-se a necessidade de incorporar novas fontes de renda, e o círculo da corrupção *absorve* mais um integrante em sua ciranda. A partir daí, as negociações passam a ser mais diretas e claras: fala-se logo de porcentagens e de formas de pagamento.

> Una comissión se puede recibir en efectivo (ésta es siempre la forma ideal) o, en una transferência a una cuenta en un banco extrangero (Suiza, Beirut, Bahamas, Gran Caimán, Tel Aviv, son lugares donde las "facilidades" son óptimas). Los políticos utilizam las cuentas numéricas o marcada com uma clave, el banco responde por el absoluto secreto de la operación: Ud. ordena: 'deposite 350.000 mil dólares norteamericanos em Crédito Suizo Zurich, cuenta Janson'. Su nombre no aparece em ninguna parte. Una vez que el banco avisa el cliente, en Caracas, que la cuenta Janson recebió la cantidad acordada, el Presidente del Instictuto Autónomo firma el contrato o el Ministro firma la licencia. A su vez, quien paga tiene outra cuenta 'anónima'. Entonces, la operación queda formalmente así: la cuenta nº. 234-789 BC del Banco de Tel Aviv pago a la cuenta JANSON del Crédito Suizo, la cantidade de 350.000 dólares." (DUNO, 1975: 55-56).

Esse processo gestou o que Edgardo Lander denominou de "um movimento subversivo no interior da indústria (...) Um movimento que dá as costas para o país, destinado a menosprezar o aporte fiscal da indústria nacionalizada e torna-la autônoma e independente do controle do seu dono legítimo [isto é, o conjunto da população, teoricamente representado pelo Estado]" (LANDER, 2005: 52). A independência da PDVSA tornou-se tão grande que, quando a demanda por petróleo começou a cair, na conjuntura mundial recessiva do início dos anos 1980, a empresa simplesmente desrespeitou a política defendida pela OPEP – isto é, recusou-se a diminuir a produção para manter os preços do petróleo a níveis sustentáveis para as economias dos países produtores – e adotou unilateralmente a estratégia de "aumentar a produção, conquistar fatias do mercado e reduzir prejuízos, algo que apenas beneficiaria as empresas privadas que a controlavam na prática" (MENDES, 2012: 87). Além disso, para fugir das

obrigações fiscais da Venezuela, a PDVSA começou a exportar capitais, adquirindo ou associando-se a empresas no mercado europeu e estadunidense.

Esta política levou à diminuição da apropriação da renda petroleira pelo Estado, numa conjuntura marcada pela explosão da dívida pública e pela queda dos preços do petróleo. O resultado foi o colapso da economia. O Estado se viu incapaz de rolar a dívida pública, cortando investimentos em todas as áreas. Já no final do governo CAP, programas sociais começaram a ser extintos, os setores médios perderam capacidade de consumo e o preço interno da gasolina precisou aumentar. Veio o governo *copeiniano* de Herrera Campíns (1979-1984), que não encontrou outra saída a não ser efetuar uma grande desvalorização do Bolívar, em 28 de fevereiro de 1983 – data que ficou conhecida como *"Viernes Negro"*.

1.8.2 - Crise e "Abertura Petroleira"

O modelo de desenvolvimento dependente da renda petroleira demonstrava seus "pés-de-barro". Em 1985, já no governo *adeco* de Jaime Lusinchi (1984-1988), uma reformulação na legislação trabalhista praticamente cancelou as conquistas da legislação de 1973; por outro lado, a queda generalizada do nível de vida aumentou a pressão social por reformas políticas: criou-se uma *Comisión para la Reforma de Estado* (COPRE), formada por 35 membros nomeados pelo presidente – dentre os quais figuravam políticos, militares, líderes sindicais, tecnocratas, sacerdotes, professores universitários e empresários (MENDES, 2012: 90). A reforma resultou na adoção de eleições diretas para prefeitos e governadores, e na abolição do sistema de listas fechadas. Isso deu oportunidade para o crescimento de novos partidos de esquerda, surgidos após a derrota da guerrilha na década de 1970.[61]

Um deles era o *Movimiento al Socialismo* (MAS), formado por ex-militantes do PCV liderados por Teodoro Petkoff. Partindo da crítica ao burocratismo soviético, o MAS pregava a via democrática ao socialismo, através da aceitação das instituições da democracia parlamentar liberal-burguesa. Embora apresentasse em sua origem propostas reformistas relativamente radicais, o MAS acabou seguindo os passos da socialdemocracia europeia, perdendo gradativamente seus referenciais classistas até assumir bandeiras neoliberais, já na década de 1990. Assim, o espaço institucional à

[61] Vale lembrar que alguns setores da esquerda – como o PRV e o *Bandera Roja* – ainda insistiam na luta armada, mantendo pequenos grupos no meio rural ou tentando conformar células revolucionárias dentro das Forças Armadas.

esquerda veio a ser ocupado principalmente pelo partido *La Causa Radical* (LCR), criado em 1971 por Alfredo Maneiro, Pablo Medina e outras lideranças históricas do PCV.

Com crescente incidência no meio operário – principalmente na região metalúrgica de Guayana – podemos dizer que o *Causa R* constituiu uma experiência de organização inédita na Venezuela. Como indica Margarita Lopez-Maya, as lideranças da LCR concebiam a fundação do partido não como o começo de um movimento revolucionário, mas, ao contrário, como o *resultado* de um movimento revolucionário em certo grau de desenvolvimento. Neste sentido, a LCR afirmava

> que era necessário dar conteúdo político à assombrosa e espontânea capacidade de mobilização das massas, bem como participar das infinitas e variadas formas do movimento popular com a convicção de que essas massas resolveriam por si mesmas o assunto de sua direção política. Em vez de partir de uma estrutura política dada, devia-se confiar em que o movimento popular tomaria em suas mãos a tarefa de produzir em seu seio uma nova liderança. Essa construção de uma vanguarda ligada ao movimento de massas, surgida de sua prática e experiência, era também, para Maneiro, uma construção ideológica. (LOPEZ-MAYA, 2009: 120)

Com base nessas convicções, o LCR buscou uma maior aproximação com os movimentos sociais, sindicais e estudantis. Em 1979, venceu a AD no importante sindicato da *Siderúrgica del Orinoco* (SIDOR), na região de Guayana; também tentou – sem o mesmo sucesso – interceder junto ao movimento estudantil e as associações de bairro. No entanto, o desempenho eleitoral da LCR ao longo dos anos 1980 não foi tão bem sucedido, na medida que a adequação às vicissitudes eleitorais levou o partido a adotar algumas posturas centristas (idem, ibidem: 128). Foi somente na década de 1990, com o agravamento da crise, que a LCR passou a apresentar um crescimento mais significativo, impulsionada pela ascensão dos movimentos sociais (até a emergência do movimento bolivariano de Hugo Chávez, a LCR se consolidou como a principal agremiação de esquerda do país).

Ao mesmo tempo, as frações burguesas dominantes também buscaram construir suas próprias respostas à crise. Uma grande quantidade de associações liberais se conformou no período, defendendo um discurso voltado para a crítica à corrupção, ao inchaço do Estado e a sobrevalorização da moeda. O sistema político *puntofijista*, passou a ser classificado como excessivamente centralizado, paternalista, populista, clientelista e burocratizado, o que geraria, segundo o discurso empresarial, um *"excesso*

de controles administrativos y la restricción de las iniciativas privadas" (GARCÍA-GUADILLA & CARRERO, 1997: 5).

Quase todos os novos Aparelhos Privados de Hegemonia[62] surgidos no período tinham como "antecedente ideológico" o Grupo Roraima, um *think-tank* formado em 1985 por empresários e intelectuais orientados por ideias neoliberais[63]. Para o Grupo Roraima, o intervencionismo estatal não foi suficiente para produzir riquezas, e a moeda sobrevalorizada tornava impossíveis as exportações e a concorrência com os produtos importados. O grupo propunha uma estratégia denominada *"Venezuela Productiva*", que, segundo García-Guadilla e Carrero (1997: 10), se baseava na redução da participação do Estado no setor produtivo (o que, implicitamente, significava a defesa da privatização das empresas estatais), no estímulo à concorrência, na liberalização do comércio e no fim dos subsídios e das medidas protecionistas. No documento *"Proposición al País: Proyecto Roraima, Plan de Acción"*, o Grupo Roraima expressa assim as bases intelectuais que embasam suas propostas, claramente influenciadas pelo pensamento neoliberal:

> Os princípios que regem os eventos econômicos tendem a ser leis naturais, regem tanto para o setor público quanto para o setor privado, para os países capitalistas e para os socialistas, não podem ser nacionalizados e não se modificam diante do resultado das eleições. (...) A decisão nacional de fortalecer o sistema democrático assinala-nos a necessidade de desenvolver um sistema integral de liberdades, já que só garantindo a liberdade econômica se pode preservar a liberdade política. Esta é uma correlação fundamental, onde há democracia e liberdade há também alguma forma de economia de mercado. (...) O país requer nesta etapa uma nova mentalidade: os distintos setores devem converter-se em sócios para a realização do desenvolvimento; para a criação de um novo aparato produtor, público e privado, eficiente e independente, sadiamente financiado e gerenciado pelos inúmeros profissionais e técnicos que estão preparados e dispostos a serem úteis ao país. (Grupo Roraima, apud MENDES, 2012: 91).

Pela primeira vez, o Estado não era apontado pelo discurso empresarial como a *solução* dos problemas do país, e sim como sua *causa*. Considerado autoritário e

---

[62] Como é comum na obra de Antonio Gramsci, o conceito de Aparelhos Privados de Hegemonia não foi rigidamente definido. Dadas as condições nas quais ele escreveu sua principal obra (os Cadernos do Cárcere), vários de seus conceitos estão, por assim dizer, *espalhados* ao longo de seus escritos, e foi a tradição gramsciana posterior a responsável por sistematizá-los e sintetizá-los. No caso dos APH's, podemos definí-los como os organismos sociais "privados" da sociedade civil, voltadas à propagação de idéias e conformação de visões-de-mundo compatíveis com os interesses das frações de classe que o controlam. São "privados" no sentido que se mantém relativamente autônomos em relação ao Estado *stricto sensu*, e porque a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva; contudo, tornam-se parte do "Estado Ampliado", na medida em que são parte integrande das relações de poder da sociedade, formulando consensos que orientam – sempre conforme os interesses de classe – a ação dos aparelhos estatais e as políticas públicas em geral.

[63] E. Roa Carrrero e M. P. García-Guadilla apresentam empresários ligados aos setores de mídia, telecomunicações, bancos e comércio de importação e exportação como os mais importantes do grupo (ver GARCÍA-GUADILLA & CARRERO, 1997: 9, nota 14).

ineficiente, ele deveria ser combatido e esvaziado em favor da "sociedade civil", apresentada como uma comunidade apolítica de indivíduos desvinculados de interesses de classe. Para corroborar com este discurso, foram criadas também algumas agências estatais voltadas para a divulgação do ideário neoliberal. A mais importante delas foi a *"Venezuela Competitiva"*, órgão criado e financiado pelo Estado em 1993, mas que supostamente funcionava de forma "independente" e "apolítica". Dentre suas funções, figuravam programas de capacitação e apoio às empresas; organização de exposições intinerantes e encontros anuais; edição de publicações específicas para a disseminação das ideias neoliberais; além de programas educativos, que constituíam o foco principal do órgão (GARCÍA-GUADILLA & CARRERO, 1997: 15).[64]

Do ponto de vista das frações dominantes – sempre associadas ao capital estrangeiro e à tecnoburocracia da PDVSA –, as indústrias estatais eram *ativos* que deveriam ser preservados da *contaminação* representada pela dívida-pública. Em outras palavras, "a conta" a ser paga pelo endividamento seria repassada para o conjunto da sociedade – incluindo as frações subalternas da burguesia local –, enquanto os grupos dominantes "abandonariam o barco", levando consigo as antigas estatais, já devidamente privatizadas e, portanto, desvinculadas do ônus da dívida. Além disso, as privatizações impossibilitariam de vez qualquer possibilidade das camadas subalternas, por via político-institucional, influir nos negócios petroleiros e nas demais atividades primário-exportadoras.

Enquanto os grupos dominantes buscavam impor uma saída para a crise pela via neoliberal, as condições de vida das camadas subalternas deterioravam-se de forma dramática. Entre 1980 e 1997, a pobreza cresceu de 17,65% para 48,33%, enquanto que a pobreza extrema saiu de 9,06% para 27,66%; no mesmo período, a renda média anual caiu do equivalente a US$ 5.345,00 para US$ 3.049,00. Os 5% mais ricos, que em 1979

---

[64] Paralelamente, a agenda neoliberal propunha também ações sociais e/ou comunitárias – sempre de caráter fragmentado e nunca antissistêmico – e subsídios diretos para os pobres. Neste sentido, o empresariado venezuelano criou e financiou a atuação de diversas organizações que, sob a justificativa de desenvolver os valores da "cidadania", da "democracia" e da "liberdade", serviam como difusoras do pensamento neoliberal nos bairros periféricos e favelas. Dentre essas organizações, destaca-se a *Escuela de Vecinos*, criada em 1986 para intervir no crescente movimento de bairros que, como veremos, explodiu nas periferias venezuelanos ao longo dos anos 1980 e 1990 (e que constituiriam, posteriormente, a principal base social de sustentação do chavismo). Outras organizações importantes foram a *Queremos Elegir* – criada em 1991, com o objetivo de "democratizar o sistema eleitoral", em sintonia com a agenda política do Grupo Roraima – e o *Centro de Divulgación del Conocimiento Económico* (CEDICE) – *think-tank* que atuava junto ao setor universitário, às organizações comunitárias, os meios de comunicação e a juventude profissional e política (GARCÍA-GUADILLA & CARRERO, 1997: 12-15). O CEDICE existe até hoje na Venezuela, sendo ligado ao *Center for International Private Enterprise* (CIPE), organização estadunidense financiada pelo *The National Endowment for Democracy* (NED) (ver http://www.cipe.org/about/partners, acesso em 25 de setembro de 2014).

tinham uma renda equivalente a 41,58 vezes a renda dos 5% mais pobres, aumentaram sua parcela com o aumento nessa relação para 53,11 vezes. A inflação atingiu os dois dígitos em 1984 (12,16%), chegando a 84,47% em 1989 (LOPEZ-MAYA, 2009: 25-30). Além disso, metade da população urbana vivia fora do mercado formal de habitação (FERREIRA, 2012: 88).

Diante dessas condições, os trabalhadores precarizados começam a se organizar no que ficou conhecido como *Movimientos de Vecinos* ou *Movimientos de Barrio* (isto é, de favelas). A característica fundamental desses movimentos era sua horizontalidade, funcionando através de formas de *assembleísmo popular*. A partir dessas assembleias de bairro, com a participação direta e protagônica dos trabalhadores mais precarizados do país, marchas e protestos foram convocados e projetos políticos debatidos; como consequência, cresceram gradativamente os enfrentamentos com o aparato repressivo do Estado. Em muitos desses movimentos atuavam militantes da LCR e de organizações de esquerda egressas da luta armada (caso do *Ruptura*, braço político legal do PRV). No entanto, na maior parte dos casos essa dinâmica era incentivada pela ação de uma vanguarda política nascida das próprias comunidades, não ligada organicamente a nenhum partido. Dessas experiências, a mais importante foi o *Movimiento Desobediencia Popular*, que chegou a estabelecer 10 núcleos só em Caracas, onde realizavam trabalho político de base, editavam jornais comunitários e panfletos insurrecionais, além de promover ocupações de espaços abandonados nas favelas, visando a conformação das chamadas *Casas Culturales* (que se tornaram espaços para atividades políticas).

Entrevistando Roland Denis e Emanuel *"Manolín"* Martínez, ex-militantes do *Desobediencia* e do PRV-Ruptura, a historiadora Carla Ferreira destacou a importância da utilização de elementos do *bolivarianismo popular* no trabalho de politização promovido entre a população mais pobre, recuperando símbolos nacionais como Bolívar e Zamora – os quais eram de fácil identificação pelos trabalhadores, que os viam como "heróis do *povo*". Embrionariamente adotada pelo PRV, essa linha política preconizava a utilização de elementos simbólicos da cultura popular para fomentar laços de identidade entre os trabalhadores, fragmentados em inúmeras organizações de caráter territorial. Se a princípio essa estratégia funcionou principalmente como pretexto para a aproximação junto aos setores populares, com o tempo

> converteu-se em um fator para a constituição de uma identidade dos moradores das favelas caraquenhas. Todas as atividades dedicadas a investigação de "lo nuestro" proporcionadas pela política do PRV-Ruptura junto aos jovens das comunidades segregadas territorialmente na cidade cumpriu um papel talvez inadvertido por esta organização política e pelo *Desobediencia*. Manolín enfatizou em seu relato sobre o *Proceso* a importância que teve para ele e seus companheiros "los símbolos", a valorização da bandeira nacional, da história do bravo povo, o conhecimento sobre a geografia do país e seus líderes heróicos. Se o grupo folclórico, as atividades esportivas e as visitas para conhecer lugares históricos era um pretexto para os militantes, não o foi para aqueles jovens ávidos por se tornarem visíveis por meio do vínculo de sua própria história com a do *bravo pueblo* e seus heróis. (FERREIRA, 2012: 115)

A piora nas condições de vida levou a uma inevitável deterioração da legitimidade das instituições da "democracia" *puntofijista*. Uma atmosfera de tensão, marcada pelo recrudescimento da repressão de Estado, anunciava a irrupção de grandes manifestações populares. Já em 1984, um comboio de ônibus transportando estudantes da *Universidad Central de Venezuela* (UCV), acabou sendo alvo de disparos feitos pela Guarda Nacional, ao ficar retido em uma parada em Hoyo de la Puerta; o incidente – que ficou conhecido como *Masacre de Tazón* – fomentou uma renovação na *Federación de Centros Universitarios* da UCV, afastando a burocracia ligada aos partidos tradicionais e promovendo a ascensão de um movimento estudantil universitário hegemonizado por organizações políticas de esquerda e militantes independentes (FERREIRA, 2012: 101).

Três anos depois, na cidade de Mérida, um incidente típico da violência urbana – a morte do estudante Luis Carballo, assassinado a tiros por um conhecido advogado da cidade (que se irritara ao ver o estudante urinando em frente à sua residência) – foi suficiente para provocar cinco dias de distúrbios generalizados, com saques, depredações à sede da AD, barricadas nas ruas, confrontos com a polícia e incêndios de ônibus e armazéns militares. Ao final, restou um saldo de 20 feridos e mais de 500 presos. Como indica Margaritha Lopez-Maya,

> Os distúrbios de Mérida foram protagonizados tanto pelos estudantes como pela gente comum da cidade, que tinham muitos motivos para suspeitar de que a justiça não seria aí aplicada, visto que acontecimentos desse tipo costumavam ficar impunes se o autor do delito fosse alguém com influência nas instâncias do poder. O assassinato de Carballo suscitou quase imediatamente protestos estudantis também nas cidades de Trujillo, Maracay, Barquisimeto e Caracas. A repressão de que o governo lançou mão para controlar os protestos foi violenta, provocando novos protestos estudantis, em uma espiral que parecia inextinguível. Em declarações à impressa, o governador do Estado e o reitor da ULA reconheceram que a falta de fé na justiça e a impunidade do crime foram os detonadores da explosão. Em contraste, o governo nacional considerou os acontecimentos de Mérida como obra de grupos da extrema-esquerda, que orquestravam um "*plano nacional de agitação*" com o fim de provocar uma explosão social e pôr a perder a democracia (LOPEZ-MAYA, 2009: 49)

No ano seguinte, uma chacina contra pescadores no povoado de El Amparo, na fronteira com a Colômbia, chocou o país. Militares do Comando Especial de Contra-Insurgência José Antônio Páez (CEJAP) assassinaram 16 pescadores pobres, tentando em seguida encobrir a operação, anunciando para a imprensa que se tratava de guerrilheiros colombianos. A farsa, sustentada até o fim pelo governo, acabou desmascarada por jornalistas e lideranças políticas de esquerda, gerando imediato impacto na opinião pública e novas manifestações de descontentamento em relação ao sistema político do país – agora não apenas em virtude dos problemas econômicos, mas da própria imoralidade que impregnava os aparelhos de Estado e apartava o cidadão comum do exercícios de seus direitos mais fundamentais.

> Os sucessos de Mérida e de El Amparo serviram para pôr frente a frente as pessoas e a realidade de um Estado que se eximia de algumas de suas obrigações mais caras em relação à população, revelando assim a dimensão moral da crise: a justiça não estava sendo ministrada para os setores subordinados e, além disso, o poder estava sendo exercido de maneira arbitrária e sem freios contra os mais humildes, violando cláusulas vitais da relação entre um Estado que se pretendia *democrático* e os setores populares. É ilustrativo que os protestos suscitados tenham sido liderados por atores distintos dos tradicionais partidos, pondo em ação modalidades de protesto até então pouco convencionais, e que depois iriam generalizar-se. (LOPEZ-MAYA, 2006: 52)

As eleições de 1988 acabaram vencidas por Carlos Andrés Perez, que retornou ao poder como uma promessa de recuperação da bonança de princípios dos anos 1970. Em seu primeiro pronunciamento após a vitória eleitoral, Pérez criticou as alternativas até então tomadas para a crise, que se baseavam no tratamento isolado de cada país em relação ao problema da dívida. Imediatamente, iniciou uma verdadeira turnê internacional: visitou países do Oriente Médio; foi a Washington; esteve no Brasil (onde propôs a formação de um bloco de países devedores); realizou reuniões com banqueiros internacionais na Suíça; etc. Tais ações, “geraram grande expectativa entre os venezuelanos, que esperavam ansiosos a nova proposta do presidente para enfrentar a crise” (idem, ibidem: 46).

No entanto, ao regressar ao país, Pérez anunciou que o governo iria simplesmente recorrer ao FMI para renegociar à dívida, submetendo o país a todas as exigências do fundo e aderindo sem restrições ao que viria a ser conhecido como o *Consenso de Washington*. Basicamente, as medidas a serem tomadas seriam:

> a) restrição do gasto fiscal; b) restrição dos níveis de salários; c) unificação do regime cambial com paridade unitária e flutuante; d) taxas de juros flexíveis e aumento imediato dos níveis das taxas de juros reguladas; eliminação dos créditos com taxas preferenciais para a agricultura; estabelecimento, o mais rápido possível, de taxas de juros para o mercado; e) redução do controle de preços; f) protelação de programas de investimentos de baixa prioridade; g) redução de subsídios; h) introdução de um imposto sobre vendas; i) reajuste das tarifas dos bens e serviços providos por empresas estatais, incluindo os preços dos produtos derivados de petróleo no mercado interno; j) reforma no regime comercial, incluindo a eliminação da maior parte das isenções nas tarifas e liberação das importações; k) suspensão das restrições às transações internacionais, incluindo o investimento estrangeiro e a repatriação de dividendos. (idem, ibidem: 23-24)

Embora alguns programas de combate à pobreza também fossem previstos (como políticas de distribuição de cestas básicas, por exemplo), o fim dos subsídios ao consumo – justificado com base em um estudo do Banco Mundial, que afirmava que os pobres consumiam apenas 40% dos bens subsidiados pelo governo (MORAES, 2011: 240) –, combinado com o aumento das taxas de juros e tarifas públicas, o fim do controle de câmbio e a liberação dos preços (particularmente dos combustíveis, o que resultou num imediato aumento das passagens), fez com que os trabalhadores vivenciassem imediatamente uma brutal perda de poder aquisitivo, criando um clima de desespero. O resultado foi um levante popular de enormes proporções, que entraria para a história do país e marcaria o início do atual processo bolivariano.

1.9 - O *Caracazo*

O segundo governo Carlos Andrés Pérez (1989-1992) representou a primeira tentativa mais consistente de repactuar as bases da dominação na Venezuela através da adesão à chamada agenda neoliberal. Mas, a despeito dos esforços realizados pelas associações empresariais no âmbito da sociedade civil, o fato é que não só os trabalhadores, como também as frações mais frágeis da burguesia não estavam suficientemente convencidos da justeza dos valores e das medidas neoliberais. É preciso lembrar que Pérez não fora reeleito em 1989 a partir de uma plataforma política claramente identificada com o neoliberalismo (que propusesse a redução do Estado, a eficiência da iniciativa privada, a exaltação da concorrência, etc.); ao contrário, esperava-se que, em seu segundo governo, houvesse uma retomada das políticas adotadas no primeiro, baseadas fundamentalmente no papel do Estado no oferecimento de serviços públicos e no estímulo à economia através de subsídios aos trabalhadores e ao empresariado em geral. Neste sentido, o recurso ao FMI e a implantação da agenda neoliberal foram vistos pelas camadas subalternas como uma ação unilateral, que traiu

os compromissos firmados em campanha.[65] Mesmo as relações entre o governo e seu próprio partido se deterioraram rapidamente: lideranças políticas da AD queixaram-se do caráter excessivamente tecnocrático do gabinete presidencial; e a burocracia sindical da CTV considerou o pacote de medidas neoliberais como uma "agressão" à classe trabalhadora (LOPEZ-MAYA, 2009: 47). Tudo isso poderia ser superado se a nova política econômica tivesse sido um sucesso; mas, num país como a Venezuela, a "redução do Estado" proposta pelo FMI resultou catastrófica para as camadas subalternas – na verdade, tratava-se de *reorientar o papel do Estado*, que passaria a financiar diretamente o capital financeiro com os recursos retirados de programas sociais e de investimentos diretos no setor produtivo, além da dívida pública (tudo isso conciliado à política de privatizações).

Portanto, ao contrário do que ocorreu em outros países da América Latina, onde foi possível estabelecer um relativo consenso em torno do neoliberalismo (consenso este que, ressalte-se, não prescindiu de medidas coercitivas), na Venezuela foi praticamente impossível atingir níveis satisfatórios de convencimento em torno do chamado "Estado mínimo". Dada a dependência generalizada de toda a sociedade em relação ao petróleo (e, portanto, ao Estado), essa proposta não encontrou eco, gerando um *vácuo* político que durou quase toda a década de 1990. Qualquer recuo do Estado na manutenção desse sistema era muito imediatamente percebido como uma ameaça, não só pelos trabalhadores, mas também por frações mais frágeis da burguesia e pelas classes médias. Por isso, não havia um *chão social* que legitimasse o discurso neoliberal; ao contrário, a vivência cotidiana demandava justamente o oposto – isto é, o fortalecimento (e não o recuo) da ação estatal em todos os interstícios da reprodução social. Mesmo assim, as políticas neoliberais continuaram sendo adotadas, sem que houvesse níveis aceitáveis de consenso social a respeito delas. O resultado foi um turbulento período de *crise de hegemonia*, marcado por múltiplos levantes populares, dois golpes militares, um processo de *impeachment* e uma crescente mobilização e organização popular.

O marco incontestável dessa crise deu-se em 27 de fevereiro de 1989, quando milhões de trabalhadores pauperizados ganharam as ruas por todo o país e iniciaram o

[65] Situação distinta, por exemplo, da ocorrida no Brasil, em 1989, quando o candidato Fernando Collor de Mello, a despeito de certos componentes mistificadores de seu discurso eleitoral (calcados principalmente no *moralismo* da "perseguição aos corruptos"), era corretamente identificado como defensor dos valores e das políticas neoliberais (tais como as privatizações, a exaltação da iniciativa privada, etc). Em trabalho anterior, procuramos mostrar como, no Brasil, as transformações no mundo do trabalho, através das políticas de reestruturação produtiva, criaram entre os trabalhadores um cotidiano de trabalho mais fragmentado e individualista, facilitando a assimilação do discurso e dos valores neoliberais (CARUSO, 2009).

que ficou conhecido como *Caracazo* ou *Sacudón*: uma gigantesca insurreição que durou uma semana. Tudo começou a partir de um protesto estudantil contra o aumento dos preços das passagens, que rapidamente ganhou apoio entre os trabalhadores e evoluiu para um levante generalizado, marcado por depredações, barricadas, marchas, saques e confrontos com as forças repressivas do Estado. Para Humberto Gómez Garcia, escritor e historiador venezuelano, o *Caracazo* constituiu

> una insurección popular que fue lavada en sangre (...) un dato histórico, porque se produce una ruptura com el modelo de dominación colonial; se produce uma ruptura con el modelo imperante, petrolero-rentista; con el modelo de dominación de los partidos, con la llamada democracia representativa. Quer decir, Venezuela se divide en dos, por así decirlo, con el Caracazo.[66]

O número de mortos e feridos permanece impreciso. Oficialmente, o governo da época reconheceu 277 mortos; para Margarita Lopez-Maya (2009: 65), o número mais próximo da realidade é o apresentado pelo Comitê de Familiares das Vítimas de Fevereiro-Março de 1989 (*Cofavic*) e pela Rede de Apoio pela Justiça e pela Paz, que contabilizaram 396 mortos; no entanto, Maringoni (2004: 114) ressalta que os centros médicos deram relatos de um total entre 1000 a 1500 mortos; e Roland Denis – que à época era militante social e participou ativamente dos protestos – defende que não menos de 5 mil pessoas pereceram ao longo daquela semana (DENIS, 2001: 16). O total de feridos é muito difícil de precisar, mas o próprio governo reconheceu que o número ultrapassa os três dígitos. Bart Jones (2007: 145) cita as palavras de Charles Hardy, um padre católico que então trabalhava na Venezuela como missionário: "De repente, roubar macarrão passou a ser um crime punido com pena de morte" (JONES, 2007: 145). Houve também milhares de prisões, com relatos de torturas no caso dos militantes mais ativos.

Segundo Carla Ferreira, há praticamente "uma unanimidade em torno do caráter espontâneo do *Sacudón* e da ausência de uma direção política centralizada nos eventos de 27 de Fevereiro" (FERREIRA, 2012: 98). De fato, não é possível apontar nenhum comando minimamente centralizado, que direcionasse ou planejasse a ação das massas, e tanto o governo quanto os partidos políticos de esquerda e os movimentos sociais organizados se surpreenderam igualmente com o rigor, o tamanho e a fúria dos protestos. Entretanto, essa espontaneidade não deve ser confundida com irracionalidade; ao contrário, havia uma "racionalidade inequívoca" (FERREIRA, 2012: 105) nas ações,

[66] Humberto Gómez García, escritor venezuelano, em entrevista ao autor em janeiro de 2006.

que se voltaram prioritariamente contra empresas que, por diferentes motivos, eram vistas como particularmente responsáveis pelos problemas enfrentados pela população. Estabelecimentos comerciais que fecharam as portas nas semanas anteriores ao *Caracazo* – esperando a liberação dos preços anunciada pelo "pacote" de Carlos Andrés Pérez – foram os primeiros a sofrerem saques e depredações; o mesmo ocorreu com as empresas de transporte público que desrespeitaram o limite estabelecido pelo governo para o aumento do preço das tarifas (as quais tiveram seus veículos incendiados (LOPEZ-MAYA, 2009: 58, 61)). É preciso lembrar também que muitos dos que se somaram aos protestos eram pessoas ligadas aos *movimentos de barrio* que cresceram enormemente ao longo dos anos 1980; neste sentido, o espontaneísmo e a falta de comando não significava ausência de consciência e organização, mas sim uma *opção deliberada* pela ação direta, sem a intermediação de partidos e outras instituições da "democracia" *puntofijista*.

> Poco a poco los intentos de algunos por conjugar una cierta coherencia en la acción y un sentido menos inmediatista a lo que se buscava, empezaron a alcanzar sus objetivos. De pronto el cansancio ante al puro desorden motivado por la euforia expropriadora estimuló la reunión de pequeños grupos que en minutos escogían un determinado proceder para encaminhar de forma más contundente y eficiente la acción de la multidutd. Bastaba con que los acuerdos rápidamente sean logrados para que la actividad masiva empieze a tomar un nuevo cariz hasta arropar con su ejemplo el movimiento de una infinidad de seres quienes, en la medida en que descubrían la posibilidad de darle un sentido constructivo a su violencia, a la vez comenzaban a producir palabras, actos concretos y puntuales, con un nível cada vez más racional de acción y organización. Se convocava a la acción de solidariedad con el herido, a la distribuición equitativa de lo expropriado guiando la movilización hacia un destino sobradamente político (en algunas partes de balbuceaba la ideia de dirigirse contra el palacio presidencial).
> Tales grupos organizadores en algunos casos tendían a disolverse entre la multitud, pero a su vez ellos mismos se multiplicaban hasta produzir una cadena interminable de negociaciones de acción que en la medida en que pasaban las horas iban conviertiendo el desorden del saqueo indiscriminado en una multitud movilizada y convertida en una fuerza poderosa. És decir, en colectividades aún fragmentadas en momentos y espacios muy dispersos debido a las características de la rebelión en curso, pero con capacidad de crear sus próprios procedimientos de autorganización que les permitía darle una mayor direccionalidad estratégica a su acción, lo que necesariamente iba engendrando una cierta consciencia de su poder transformador (DENIS, 2001: 16-17)

Na madrugada do dia 28, quando já havia inúmeros relatos de mortos em confronto com a polícia, o Exército foi chamado às ruas. Um novo componente rapidamente se instalou, tensionando a balança de poder.

> Manolín [isto é, Emanuel Martínez, ex-militante do PRV-Ruptura] relatou que ele mesmo, após reunir-se com alguns camaradas da militância e com seu irmão, decidiu *bajar* nos dois dias para tentar intervir politicamente e ordenar a ação da multidão.

> Contou que houve uma quebra total de hierarquia naqueles dois dias até ser decretado o toque de recolher. Os militares e policiais designados para conter a multidão sentavam-se às mesas com grupos de pessoas que nunca haviam visto antes, mas que eram parte da militância política que procurava organizar a ação, e queixavam-se em atitude quase desesperada frente sua impotência para impor a ordem. O povo estava armado e em ação direta autônoma com uma determinação que restava incontrolável tanto pelas forças do Estado quanto pelos militantes políticos. (FERREIRA, 2012: 107)

Segundo Maringoni, alguns oficiais – como o major Francisco Árias Cárdenas, que mais tarde se revelaria participante das organizações bolivarianas clandestinas do Exército – deram ordens a seus subordinados de não participar dos massacres que se iniciaram, à medida que crescia a repressão aos protestos (MARINGONI, 2004: 113). E há relatos de militares que chegaram a participar dos saques, em evidente quebra de hierarquia.

> [Os militares] buscavam as lideranças de cada foco de ação para entrar em acordo e coordenar os saques. Em uma fábrica de chocolate onde a população retirava sacos de açúcar, por exemplo (...) os militares entraram em negociação para que fossem os soldados que entrassem na fábrica, buscassem os sacos de açúcar e distribuíssem o produto. As pessoas aceitaram e começaram a formar filas. Os soldados traziam o produto e o distribuíam. Isso se passou também em outras fábricas. (FERREIRA, 2012: 107).

Em outras situações, os agentes da repressão participavam com protagonismo no saqueio generalizado.

> Os policiais identificavam-se com os saqueadores. A maior parte deles veio também dos *barrios*, contando com magros salários e não tendo recebido nada nas últimas semanas devido à disputa com os patrões. Em número muito menor que o de saqueadores, permitiram que a multidão pilhasse as lojas. E, ainda, à medida que as horas transcorriam, muitos deles passaram para o lado dos saqueadores. Grupos com homens armados, entre os quais alguns policiais uniformizados, com o rosto coberto por lenços, chegavam em caminhões ou mesmo em veículos policiais, a fim de levarem embora todo o estoque de um ou outro estabelecimento. Alguns repórteres viram policiais dispararem bombas de gás lacrimogêneo contra certos grupos para mantê-los afastados das lojas que pilhavam. Também dispararam aleatoriamente contra saqueadores que fugiam deles. (JONES, 2007: 145)

A rebelião continuava crescendo e se espalhando por outras cidades. No final da tarde do dia 28, o governo entrou em rede nacional de TV e rádio, decretando Estado de Sítio, com toque de recolher e suspensão das garantias constitucionais. Foi a senha para que a dura repressão se transformasse em uma autêntica política de Terror, com franco-atiradores, execuções sumárias, rajadas de metralhadora contra multidões, sítio militar aos bairros pobres, disparos contra residências e edifícios da periferia, etc. A rebelião continuou agregando grandes multidões no dia 1º de março, mas começou a arrefecer a

partir de então. Muitos resolveram ficar em suas casas, com medo, e as ruas foram entregues a bandos armados que continuaram a perpetrar saques e depredações, em confronto com as forças repressivas.

> As noites de 1º para 2 de março e de 2 para 3 foram um pesadelo que aterrorizou os setores populares de Caracas. Invasões policiais a residências e tiroteios em algumas zonas periféricas, incêndios ocasionais e aparecimento de cadáveres jogados na rua ao fim do toque de recolher são algumas das histórias contadas. No dia 3, e com mais resolução no dia 4, sinais de uma volta à normalidade começam a insinuar-se: camelôs que saem às ruas, funcionários que começam a limpar, comerciantes que voltam para pôr novamente em ordem seus negócios. Entrementes, os cemitérios se enchiam de gente que esperava enterrar seus mortos. A imprensa continuou informando sobre a ação de franco-atiradores e a resposta dos soldados e da polícia, em bairros do oeste da cidade, conquanto já não houvesse mais saques. Em cidades principais e secundárias do país, relatou-se normalidade e o tímido recomeço das atividades urbanas para o dia 3. Em algumas cidades, como Maracaibo e São Felipe, reduziu-se ou suspendeu-se o toque de recolher na noite de 3 de março. (LOPEZ-MAYA, 2009: 64-65)

À insurreição generalizada seguiu-se um período de ascensão das lutas sociais, com registros crescentes de greves e protestos. Tornou-se comum dizer que, na Venezuela pós-*Caracazo*, o povo ganhou as ruas para nunca mais delas sair: segundo Lopez-Maya (2008: 155), de outubro de 1989 até setembro de 2005, ocorreram 15.611 protestos em todo o país, sem contar as greves e paralizações de trabalho. Isso significa que, neste período, houve uma média de 2,67 protestos por dia (incluindo finais de semana e feriados).[67] Para Roland Denis, o *27 de Febrero*

> dejó sembrado un código subterráneo de lucha y el germén de una compreensión radicalmente distinta del status político que habrá de jugar la mayoría popular (...) la violencia colectiva y "espontánea" se convertió en una forma recurrente de lucha entre las comunidades (más que todo periféricas de las grandes ciudades) y grupos protestantários (preferencialmente estudantiles). Ella fue tomando la forma de una respuesta automática ante las injusticias y arbitrariedades que se sucedían contra una población cada vez más golpeada en todos los índices de calidad de vida. La violencia de calle era su imagen, la piedra y el control momentáneo del espacio su instrumento de lucha más comun, y el combate contra la pobreza su principal razón de ser. (DENIS, 2001: 18)

---

[67] O levantamento de Lopez-Maya se baseia nos dados de duas organizações: a Organização Não Governamental PROVEA, surgida como consequência do *Sacudón*; e a Base de Datos El Bravo Pueblo (BDEBP), ligada à Universidade Central da Venezuela, que compilou registros de protestos desde o estabelecimento do sistema *puntofijista* (ver LOPEZ-MAYA, 2008: 154-155). Lopez-Maya lembra que a Venezuela *puntofijista* sempre fora marcada por intensos protestos populares, e portanto os anos 1990 representam muito mais a retomada de uma tradição do país do que propriamente uma exceção: *"la protesta es um fenómeno permanente em nuestra sociedade, y constituye uma equivocación que distorsiona el análisis exagerar la supuesta pasividad de sectores populares durante períodos prolongados, como sugiere alguna literactura. Lo que sí cambia, sin embargo, es la función de la protesta em la dinámica social"* (LOPEZ-MAYA, 2008: 169)

Até a CTV se viu obrigada a convocar uma greve geral (pela primeira vez desde o *Pacto de Punto Fijo*, em 1958), à qual aderiram trabalhadores da recém-privatizada CANTV (ex-estatal de telecomunicações), funcionários do governo, estudantes, professores, trabalhadores de hospitais e até mesmo policiais. A revolta dos trabalhadores cobrava seu preço, e o governo foi obrigado a ceder. Em 1990, é realizada uma reforma na Lei Orgânica do Trabalho (LOT), capitaneada no Congresso pelo veterano político da Copei, Rafael Caldera. O resultado da reforma deixou transparecer o novo equilíbrio existente na correlação de forças políticas. Por um lado, a nova legislação reduziu a jornada de trabalho semanal, incrementou o pagamento percentual por horas-extras e trabalho noturno, aumentou a participação dos trabalhadores nos lucros, ampliou o direito a férias e, finalmente, proibiu que os direitos trabalhistas pudessem ser negociados nos acordos coletivos (MORAES, 2011: 242). Por outro lado, os intelectuais orgânicos das frações burguesas, através da Fedecámaras, produziram inúmeros documentos com artigos alternativos ao projeto de Rafael Caldera. A entidade patronal se mobilizou principalmente contra a lei que proibia demissões sem justa causa – primeiro, tentaram impedir sua aprovação; depois, buscaram garantir que ela não funcionasse na prática (estratégia que acabou se revelando bem sucedida). Em muitos casos, a entidade conseguiu descaracterizar as leis ao impor termos ou lacunas cuidadosamente pensadas no texto (o texto da lei estabelecia, por exemplo, aumentos salariais quando houvesse "aumento notório" do custo de vida, mas nunca se definiu o que seria "notório" (MORAES, 2011: 243)). As frações burguesas também conseguiram impedir que fossem nomeados juízes especiais para analisar os casos de demissões; toda a fiscalização em relação ao cumprimento da LOT foi colocada a cargo de comissões tripartites (sem poder judicial) envolvendo governo, representantes do Trabalho e do Capital. Na prática, essas comissões colocavam a decisão sempre a cargo do Ministério do Trabalho, que desempatava as votações opostas entre as duas outras partes. Além disso, era comum que o trabalho das comissões demorasse muito, fazendo com que os trabalhadores acabassem aceitando acordos com os patrões, com perda de direitos.

Enquanto os aparelhos privados de hegemonia burgueses pressionavam o Legislativo e redigiam artigos, leis, substitutivos e outros documentos, a burocracia sindical da CTV não propôs um artigo sequer para a nova regulamentação trabalhista, e ainda obteve do governo a aprovação do direito à reeleição dos membros dos comitês executivos dos sindicatos, aprofundando ainda mais o burocratismo que caracterizava a entidade (MORAES, 2011: 243). Nessas condições, o quadro social permaneceu

dramático: o PIB havia recuado 8,1% ao final do ano de 1989, quando a inflação atingiu o recorde de 81%. Mesmo assim, o governo manteve-se fiel à cartilha neoliberal, beneficiado pela alta dos preços do petróleo ocorrida entre 1990 e 1991 (proporcionada pela Guerra do Golfo). Iniciou-se então um amplo programa de desregulamentação bancária e privatizações, as quais atingiram o sistema de portos, uma importante empresa aérea (VIASA), três bancos públicos e, finalmente, o setor petroleiro, através da *flexibilização* dos contratos estabelecidos com as petrolíferas internacionais (MARINGONI, 2004: 114, 118). À essa altura, falava-se abertamente da *internacionalização* da PDVSA, que seria totalmente desvinculada do Ministério das Minas e Energia e, na prática, funcionaria como uma empresa autônoma e privada.

Em novembro de 1991, enquanto o governo enfrentava denúncias de corrupção na imprensa e nos meios político-jurídicos, novos protestos contra o aumento no custo de vida resultaram em 20 manifestantes mortos (MARINGONI, 2004: 119). A popularidade de CAP despencou definitivamente. Entre os meios militares e governamentais, começaram a circular rumores de um golpe militar.

> Mesmo entre muitos cidadãos comuns, circulavam rumores sobre um golpe (...) "Todo mundo está falando sobre isso", afirmou a um repórter um vendedor de cachorros-quentes de Caracas. O país estava com os nervos à flor da pele. No final de novembro, o ministro da Educação cancelou as aulas nas escolas e universidades públicas do país todo, durante dois dias, após violentas manifestações estudantis. Depois, cancelou-as por prazo indeterminado, prazo esse que se estenderia por várias semanas. Pérez não deu importância aos tumultos e desprezou os boatos sobre um golpe. Ele considerava a mera menção da palavra um "insulto à sociedade venezuelana". (JONES, Bart, 2007: 160)

A tranquilidade de Pérez talvez se devesse à confiança na lealdade de seu Estado-Maior. De fato, a alta oficialidade das Forças Armadas não conspirava contra seu governo, embora estivesse ciente da existência de insatisfações e possíveis movimentos conspirativos entre as baixas patentes. Havia suspeita de infiltração, no meio militar, de movimentos políticos radicais, herdeiros da guerrilha dos anos 1960 (como o PRV e o *Bandera Roja*); e era possível que alguns oficiais estivessem em contato com esses movimentos.[68] Embora convencido da existência de células subversivas desde o final dos anos 1980, o Estado-Maior ignorava sua extensão e o potencial dessas organizações; mesmo assim, redobrou-se a vigilância e o cerco sobre

[68] Já à época se suspeitava do provável envolvimento em atividades subversivas do Tenente-Coronel Hugo Rafael Chávez Frias – ex-professor da Academia Militar e conhecido por sua oratória bolivariana. Como, porém, nunca foram produzidas provas contundentes contra ele, o máximo que ocorreu foi sua transferência para postos militares longínquos, de modo a reduzir sua influência no meio militar.

os suspeitos. Como num jogo de xadrez, cada lado disponibilizava suas peças, esperando o momento certo do ataque. Em 1992, um grupo de conspiradores entendeu que não era possível esperar mais, e resolveu tentar sua sorte.

1.10 - O *4 de Febrero*

Na noite de 3 de fevereiro de 1992, enquanto o presidente Carlos Andrés Pérez retornava de uma viagem a Davos, na Suíça, o Ministro da Defesa Fernando Ochoa Antich foi informado da possibilidade de um golpe. Ordenou então a ocupação do Aeroporto Internacional de Maiquetía, onde recebeu o presidente e o informou da situação; Pérez, no entanto, acreditou tratar-se de mais um boato e sem tomar maiores providências rumou para a residência oficial em La Casona, na região leste de Caracas. Contudo, por volta das 23h, militares rebeldes iniciaram uma sublevação em Maracaibo, ocupando instalações petrolíferas, delegacias, o quartel-general da Guarda Nacional, o escritório da polícia política venezuelana (a *Dirección General Sectorial de los Servicios de Inteligencia y prevención* – Disip) e a mansão do governador. Pouco depois, seria a vez da base aérea de La Carlota, em Caracas, ser invadida por outro grupamento militar. Com a certeza de um golpe em andamento, Pérez abandonou a residência presidencial momentos antes dela também ser atacada. Rumou ao Palácio de Miraflores, que logo foi cercado por rebeldes. Iniciaram-se então intensos combates.

Ao todo, cerca de 6 mil soldados (quase todos pertencentes a tropas de elite) participavam da sublevação, sob o comando geral do tenente-coronel Hugo Rafael Chávez Frias. Segundo o relato posterior dos insurretos, o objetivo era sublevar os principais quarteis, ocupar os centros de governo e instaurar um governo provisório, que ficaria responsável por convocar uma Assembleia Constituinte; Pérez deveria ser capturado e julgado por corrupção, assassinato de manifestantes, responsabilidade pela fome da população e entrega das riquezas do país a empresas estrangeiras. Haveria também um braço civil no movimento, organizado pelo partido La Causa Radical, que deveria comparecer em locais determinados e receber armas dos rebeldes.

Diversos problemas, contudo, impediram o sucesso da operação. O movimento foi denunciado ao Ministro da Defesa momentos antes de começar, o que permitiu às tropas legalistas impedir a captura do presidente e a sublevação do importante Forte Tiúna, principal unidade militar de Caracas. Paralelamente, Chávez não conseguiu estabelecer um centro de comunicações no Museu Militar, próximo a Miraflores,

ficando alheio aos acontecimentos e impedido de comandar a operação. Finalmente, a sublevação civil não ocorreu, por motivos até hoje não muito claros.[69]

Com todos esses problemas, o presidente Carlos Andrés Pérez conseguiu, sob intenso tiroteio, escapar do cerco ao Palácio Miraflores e chegar até a sede da Venevisión – principal canal de TV da Venezuela, pertencente ao Grupo Cisneros. Por volta da 1h da manhã do dia 4, ele entrou no ar denunciando a tentativa de golpe. Aos poucos, autoridades políticas e empresariais se apresentaram nas transmissões, prestando solidariedade ao presidente. Foi ficando claro que os rebeldes haviam fracassado, faltando apenas debelar os últimos focos de combate: a residência presidencial em La Casona, a base aérea de La Carlota, o Museu Militar e os quarteis de Maracay, Valência e Maracaibo. Chávez foi localizado e pressionado para dar ordem aos rebeldes para que se rendessem; no entanto, como as linhas de comunicação com alguns combatentes haviam sido cortadas, Chávez negociou então uma aparição rápida na TV, onde faria um breve comunicado conclamando a rendição dos rebeldes. A proposta foi aceita e, às 12h do dia 4 de fevereiro, o então desconhecido militar entrou ao vivo em cadeia nacional de TV, trajando seu uniforme de paraquedista. Foram poucas palavras, de improviso, num pronunciamento de pouco mais de um minuto:

> Primero que nada quiero dar buenos días a todo el pueblo de Venezuela, y este mensaje bolivariano va dirigido a los valientes soldados que se encuentran en el Regimiento de Paracaidistas de Aragua y en la Brigada Blindada de Valencia. Compañeros: Lamentablemente, por ahora, los objetivos que nos planteamos no fueron logrados en la ciudad capital. Es decir, nosotros, acá en Caracas, no logramos controlar el poder. Ustedes lo hicieron muy bien por allá, pero ya es tiempo de reflexionar y vendrán nuevas situaciones y el país tiene que enrumbarse definitivamente hacia un destino mejor. Así que oigan mi palabra. Oigan al comandante Chávez, quien les lanza este mensaje para que, por favor, reflexionen y depongan las armas porque ya, en verdad, los objetivos que nos hemos trazado a nivel nacional es imposible que los logremos. Compañeros: Oigan este mensaje solidário. Les agradezco su lealtad, les agradezco su valentía, su desprendimiento, y yo, ante el país y ante ustedes, asumo la responsabilidad de este movimiento militar bolivariano. Muchas gracias.

---

[69] Gilberto Maringoni teceu alguns comentários sobre a polêmica que ocorreu posteriormente ao levante, a respeito de seu isolamento em relação a forças civis: "Douglas Bravo acusa Chávez de defender um conceito de ação política 'sem a participação da sociedade civil'. Diz ter colocado, diante do tenente-coronel, a necessidade da realização de uma 'greve geral, com participação ativa do povo, para gerar uma ação de massas prévia ou simultânea à rebelião militar'. O ex-guerrilheiro classifica a ação de 'militarista e não militar', e que o comandante rebelado quer os civis aplaudindo 'mas não participando'
Chávez, por sua vez, reclama do fato de que os revoltsosos terem 'ficado sós, como peixe sem água', motivo que o levou a anunciar sua rendição. Se é verdade que não houve appoio popular explícito de imediato, também é fato que ninguém foi às ruas manifestar seu entusiasmo pelo 'sistema democrático' que estaria em perigo" (MARINGONI, 2004: 146). Segundo Chávez, a LCR havia se comprometido a apoiar o *4 de Febrero*, mas retirou o apoio às vésperas do levante, em uma reunião da Direção Geral (cuja decisão não foi passada para o MBR-200) (HARNECKER, 2004: 32)

Era uma declaração de rendição, do comandante de uma desastrada tentativa de tomada do poder, derrotada em cerca de 12 horas. No entanto, a forma altiva como Chávez se referiu ao seu movimento e aos seus soldados, e o fato de assumir publicamente a responsabilidade pela ação – sem demonstrar arrependimento – tornou-o um ícone instantâneo. Como todo o país estava atento à televisão (era a hora do almoço), acompanhando o desenrolar da crise, a aparição de Chávez se tornou um daqueles fatos históricos que ficam marcados para sempre na memória coletiva, do tipo em que todos se lembram de onde estavam e o que faziam no momento em que ocorreu.

Imediatamente após o curto pronunciamento, Chávez e outras lideranças do movimento foram levados para o quartel-general da Inteligência Militar, onde passaram duas semanas incomunicáveis, isolados do resto do mundo. Sem que soubessem, não se falava em outra coisa por todo o país: quem seria o comandante de boina vermelha e feições mestiças? Quem eram aqueles soldados (quase todos jovens), que tentaram derrubar um presidente detestado pela população, e que evocavam o nome do herói nacional Simón Bolívar para justificar seus atos?

CAPÍTULO 2

O MBR-200 e o nascimento do *chavismo*

Conforme vimos anteriormente, as Forças Armadas Venezuelanas diferem de suas congêneres do Cone Sul em função de uma série de características, tais como a herança ideológica bolivariana, a relativa abertura da oficialidade às classes baixas e a aproximação entre setores nacionalistas e organizações da esquerda armada. A geração de militares formada na década de 1970 – da qual fazia parte o futuro presidente Hugo Rafael Chávez Frias – apresentou especificidades que a tornaram particularmente crítica em relação aos problemas da corporação e do país como um todo. Pela primeira vez, os militares tiveram acesso a uma formação de nível superior mais completa, através do *Plan Andrés Bello* (1971): um programa de modernização da velha Academia Militar venezuelana, através do qual os oficiais receberam formação de graduação e pós-graduação em Ciências e Artes Militares. Chávez especializou-se em Direito Constitucional (uma das matérias obrigatórias do programa), lendo diversos autores nas áreas de Ciências Humanas e Filosofia. Em 1974, participou de uma visita militar oficial ao Peru, para as comemorações dos 160 anos da Batalha de Ayacucho. Na ocasião, os jovens oficiais venezuelanos tiveram a oportunidade de conhecer pessoalmente o general Juan Velasco Alvarado, que implantara no Peru um governo de cariz nacionalista, estatizando o petróleo e dando início a um processo de Reforma Agrária.[70] Na ocasião, estavam presentes também militares panamenhos, leais a Omar Torrijos, e chilenos, que haviam acabado de derrubar o governo democrático do presidente Salvador Allende. Para os oficiais venezuelanos, foi uma experiência que marcou em seu imaginário o contraste entre os "exércitos golpistas" (Chile) – que atuavam a mando do imperialismo estadunidense – e os "exércitos nacionalistas" (Panamá, Peru) – que rechaçavam o golpe chileno e defendiam a soberania da América Latina, colocando-se ao lado dos *"interesses do povo"*.

[70] Como relata Bart Jones, Chávez e outros cadetes venezuelanos se encontraram com Velasco Alvarado em uma recepção, ao final da viagem. Na ocasião, "Velasco entregou duas publicações aos cadetes: O Manifesto do Governo Revolucionário das Forças Armadas do Peru e um livreto azul com os discursos de Velasco, denominado La Revolución Nacional Peruana (A Revolução Nacional Peruana). O encontro deixou sua marca em Chávez. 'Depois de ouvir Velasco, devorei os livros, chegando até mesmo a decorar quase por inteiro alguns dos discursos', contou mais tarde. Nos anos seguintes, manteve o pequeno livro azul junto de si. As autoridades acabaram confiscando-o, junto com outros livros, quando Chávez lançou sua própria tentativa de golpe, 17 anos mais tarde." (JONES, 2007: 70)

Deve-se ressaltar que experiências progressistas protagonizadas por militares não podem ser consideradas estranhas à história da América Latina. Como lembra Richard Gott,

> La historia de Latinoamerica durante las décadas de 1970 y 1980 estuvo tan dominada por la proliferación de dictaduras militares de derecha, que resulta fácil olvidar la existencia de otra tradición; de hecho, en muchas ocasiones, tanto en el siglo XIX como en el XX, han surgido oficiales radicales con los intereses del pueblo del corazón, dispuestos a combatir a los terratenientes locales o a los capitalistas extrangeros (GOTT, 2006: 92)

Chávez, em particular, já era adepto do *torrijismo* mesmo antes da viagem ao Peru, porque se tornara amigo de um dos filhos do presidente panamenho, que ingressara na Escola Militar venezuelana (já que o Panamá não possuía instituição semelhante) (HARNECKER, 2004: 20). Além disso, também recebera influências políticas do meio familiar: seu irmão mais velho, Adán, ingressara com 16 anos no MIR, e depois no Ruptura (braço político legalizado do PRV). Embora Chávez só tenha tomado conhecimento das atividades clandestinas do irmão muito mais tarde, conversava muito com ele e o considerava sua grande influência política (JONES, 2007: 93). Além disso, Chávez era um leitor contumaz; chegou a montar uma pequena biblioteca pessoal com livros apreendidos pelo Exército junto à guerrilha venezuelana (dentre os quais se destacavam livros sobre marxismo e História da Venezuela). Tornou-se admirador de Che Guevara e Mao Tsé-Tung (HARNECKER, 2004: 16, 23), e deixou registrado em seus diários que pretendia dedicar sua vida à Revolução (JONES, 2007: 80).

Foi a partir desse conjunto de influências que, em 1977, Chávez (à época um jovem de 23 anos) tentou conformar um grupo político no interior do Exército – o Exército de Libertação do Povo da Venezuela – ELPV (MARINGONE, 2009: 86). A iniciativa não foi adiante, mas, a partir dos anos 1980, outros grupos e movimentos conspiratórios se formaram nas Forças Armadas, em resposta ao contexto de crise econômica, à corrupção generalizada, à crescente ameaça de perda da soberania em relação ao petróleo (representadas pelas políticas de "abertura petroleira") e também por questões de ordem corporativa.[71] Como vimos no capítulo anterior, o PCV alimentou,

[71] Seabra lembra que muitos jovens eram atraídos aos movimentos clandestinos devido a insatisfação "em relação à subordinação das Forças Armadas ao controle civil do *puntofijismo*. A promoção militar era realizada, sobretudo, pela confiabilidade política ou pelo cultivo de relações pessoais, em detrimento do mérito militar" (SEABRA, 2014: 88).

por bastante tempo, a ideia da formação de uma Frente Militar de Carreira no interior do Exército, e várias organizações da luta armada dos anos 1960 / 1970 mantiveram esforços de infiltração no meio militar. Paralelamente, outros movimentos surgiam por iniciativa dos próprios militares, dentre esses os mais importantes foram a *Alianza Revolucionária de Militares* (ARMA), liderada por Willian Izarra, e, posteriormente, o *Movimento Bolivariano Revolucionário-200* (MBR-200), de Hugo Chávez.[72]

Chávez foi professor da Escola Militar Venezuelana, o que o colocou em uma posição ideal para disseminar suas visões políticas e identificar, entre os oficiais mais jovens, aqueles que poderiam ser recrutados para compor uma nova organização. Esta veio a surgir por ocasião das comemorações do bicentenário do nascimento de Simón Bolívar, em 1982, quando Chávez e outros oficiais de alta patente fundaram o núcleo da organização com a qual promoveriam, 10 anos depois, uma sublevação militar. O nome original do grupo era *Ejército Bolivariano 200*[73]; como relata o próprio Chávez, foi necessário um longo debate interno para que o termo *Revolucionário* fosse acrescentado ao nome da organização, e somente após a insurreição popular do *Caracazo*, em 1989, que o termo *Ejercito* foi substituído, surgindo o nome *Movimiento Bolivariano Revolucionário 200* (MENDES, 2012: 127).

Desde o início, Chávez buscou aproximação com diferentes organizações civis de esquerda, geralmente próximas à tradição marxista. Chegou a conhecer pessoalmente Alfredo Maneiro, ex-militante histórico do PCV e fundador do partido *La Causa Radical*;[74] também se aproximou do famoso guerrilheiro venezuelano, Douglas Bravo, criador do PRV.

> Os dois homens [Chávez e Bravo] criaram uma relação de intimidade, mas uma relação sobre a qual os venezuelanos pouco sabem. Mesmo alguns dos co-conspiradores de Chávez dentro das Forças Armadas a ignoravam. Chávez percebeu que, se descobrissem a respeito de sua aliança com o comunista Bravo, ficariam descontentes. Durante algum

[72] William Izarra era piloto da Força Aérea venezuelana. Em 1978, fora enviado para aperfeiçoar sua formação em Harvard. Acabou aproveitando a oportunidade para estudar obras de autores marxistas, aproximando-se do trotskismo. Ao regressar à Venezuela, estava convencido de que o país necessitava de um levante civil e militar (semelhante ao movimento que havia derrubado a ditadura de Marco Pérez Gimenez, em 1958). Entrou em contato com o guerrilheiro Douglas Bravo, e chegou a criar células revolucionárias nas Forças Armadas (JONES, 2007: 88). Posteriormente, aproximou-se de Hugo Chávez e passou a integrar o MBR-200.

[73] O número 200, obviamente, se referia ao bicentenário do nascimento de Bolívar.

[74] Chávez tinha 25 anos na ocasião. Tempos depois, já presidente da República, narraria o encontro: "Lembro-me de Maneiro quando me disse muito claro: 'Chávez, conseguimos o quarto pé da mesa'. Ele se referia à classe operária – o pé em Guayana –, aos setores populares, aos intelectuais, à classe média e à Força Armada, que era o quarto pé. E acrescentou: 'Vou lhe pedir apenas algo: você tem que se comprometer comigo em que qualquer coisa que formos fazer aqui; não é para agora, é para médio prazo, para uma década'" (Hugo Chávez, cf.: HARNEKER, 2004: 25).

> tempo, ele viu-se obrigado a levar uma vida dupla, não apenas nas Forças Armadas, mas também dentro do próprio movimento conspiratório, escondendo suas relações dos que acabariam por afastar-se, caso descobrissem com quem mais ele mantinha ligações. E conseguiu fazer isso formando pequenos "círculos", células cujos membros não conheciam a identidade dos integrantes de outras células. Muitos desses membros-soldados não tinham ideia de que Chávez confabulava com um comunista como Douglas Bravo. Um membro que participou da fundação do movimento de Chávez nas fileiras militares, José Urdaneta Hernández, só descobriu a esse respeito no começo dos anos 1990. "Se tivesse sabido dessas relações, eu nunca teria ficado ao lado dele no movimento", afirmou Urdaneta em 2005. "Chávez, desse ponto de vista, era um homem perspicaz; ele fazia um jogo com a gente – ele sabia quem era quem. Ele navegava por essas águas." (JONES, 2007: 97-98)[75]

Segundo Bart Jones (2007: 135), "Chávez admirava Che, mas sabia que o revolucionário de Cuba nunca seria aceito dentro das Forças Armadas ou mesmo entre a maior parte da população em geral". Neste sentido, a opção pela inspiração bolivariana guardava um pouco de pragmatismo, na medida em que serviria para a difusão de ideias políticas radicais dentro do Exército sem, no entanto, identificar o movimento com o marxismo. Como afirmou o próprio Chávez:

> Mantive uma relação com o movimento (e com Bravo) em um nível mais pessoal. Continuei a agir com um perfil nacionalista de inspiração bolivariana e percebi que isso conseguia ter penetração nas Forças Armadas, que isso caía como uma semente em solo fértil. Por outro lado, se a gente falasse sobre ex-guerrilheiros, a conversa não avançava, não havia discussão. Havia uma rejeição natural, e isso principalmente devido à formação militar. (Hugo Chávez, cf.: JONES, 2007:98)

A aproximação com os civis sempre foi problemática, devido às desconfianças de parte a parte: Chávez se preocupava com as disputas internas das organizações, pois tinha medo de se aproximar de uma facção e ser denunciado por outra; as lideranças civis, de sua parte, tendiam a enquadrar os militares na condição de "braço armado" do movimento de massas, priorizando a luta política (HARNECKER: 2008: 26-28). Outro foco de tensão era a infiltração de militantes do *Bandera Roja* entre as baixas patentes, que não reconheciam a liderança dos oficiais e disputavam com eles o controle do movimento subversivo, particularmente após o *Caracazo* de 1989 (JONES, 2007: 159). De maneira geral, os oficiais do núcleo principal do MBR-200 não concordavam com a linha estratégica defendida pelas organizações revolucionárias tradicionais, como o PRV, considerando-as muito próximas do paradigma guerrilheiro dos anos 1960, o qual não contava com apoio da população (idem, ibidem: 118). Aos poucos, Chávez foi se afastando dessas organizações e se aproximando do partido *La Causa Radical*, que a

[75] Pode-se supor que a influência para essa forma organizativa vinha da própria luta armada, cujo *modus operandi* era estudado pelos militares.

seu ver tinha uma presença mais sólida nos sindicatos e nos movimentos sociais de base.

De todo modo, a diferença fundamental entre as organizações civis e o MBR-200 dizia respeito à orientação ideológica: enquanto as primeiras seguiam a tradição marxista latino-americana, com o recurso apenas ocasional às lutas e personagens históricos da Venezuela, os oficiais do MBR-200 definiam-se fundamentalmente como *bolivarianos*, isto é, como um grupo revolucionário baseado no pensamento do Libertador, Simón Bolívar; de seu tutor, Simón Rodriguez; e de Ezequiel Zamora, herói dos liberais na *Guerra Federal* (1859-1863). Como afirmou Chávez, em 1992, "*nos hemos atrevido a invocar un modelo ideológico autóctono y enraizado en lo más profundo de nuestro origen y en el subconsciente histórico del ser nacional*" (CHÁVEZ FRIAS, 2013: 42). O estudo aprofundado dessa herança histórica e a difusão dos valores bolivarianos dentro da corporação constituía grande parte do trabalho do MBR-200, através do qual se realizava o recrutamento de novos soldados e oficiais para a causa. Chávez, em particular, era reconhecidamente uma espécie de "especialista amador" em Bolívar: leu boa parte da enorme bibliografia sobre ele, incluindo muitos de seus escritos; sabia inúmeras de suas frases de cor, e citava-o em todas as oportunidades em que tinha chance de fazê-lo; divulgava suas ideias na Academia Militar e entre seus subordinados; distribuía livros sobre o pensamento bolivariano; e chegou a pintar, pessoalmente, a imagem de Bolívar nos muros dos quarteis em que servira (JONES, 2007: 100).

Além disso, Chávez também se interessou por estudar o pensamento e a vida de Ezequiel Zamora, personagem histórico com o qual se considerava ligado por linhagem familiar.[76] Se comparado com Bolívar – "herói nacional" inconteste da Venezuela –

[76] Ao estudar sua genealogia, Chávez descobriu ser trineto de Pedro Pérez Peréz – coronel que lutara ao lado de Zamora, no século XIX – e bisneto de Pedro Pérez Delgado – guerrilheiro conhecido como *Maisanta*, que lutara contra a ditadura de Juan Vicente Gomez (1908-1935). A história de *Maisanta* se tornou uma verdadeira obsessão para Chávez. Em sua infância, ouvira que seu bisavô era um assassino cruel e um ladrão; esta visão começou a mudar quando, em 1974, leu uma biografia de *Maisanta*, escrita por José León Tapia. Para Tapia, *Maisanta* fora, na verdade, um guerrilheiro que se levantou contra as desigualdades e opressões de sua época; sua má-fama havia sido deliberadamente criada pelas oligarquias, para distorcer a reputação de sua luta (como já havia ocorrido, anteriormente, em relação a Zamora). Desde então, Chávez iniciou uma exaustiva investigação histórica, chegando a refazer os passos de seu bisavô pelos *llanos* venezuelanos, entrevistando pessoas idosas que ainda se lembravam dele. Chegou a encontrar dois filhos do guerrilheiro, já bem idosos e há muito desaparecidos. Em um dado momento de sua pesquisa, penetrou inadvertidamente em território colombiano, sendo confundido com um espião e capturado. Posteriormente, quando se encontrava preso (após a tentativa de golpe de 1992), recebeu a visita de um dos netos de *Maisanta*, que lhe presenteou com um medalhão que pertencera ao guerrilheiro, e que fora passado para seus descendentes de geração a geração. Chávez passou a usar o

Zamora era relativamente desconhecido das massas venezuelanas, e sua memória viria a ser resgatada pelo movimento bolivariano (e por Chávez, em particular). Ao contrário do Libertador, que era um filho da aristocracia *criolla*, Zamora era de origem humilde e sempre mantivera estreitos contatos com o campesinato venezuelano. Para Chávez, o herói da Guerra Federal representava o protótipo de seu ideal de integração civil-militar.

> Zamora sonhava unir civis e soldados em seu projeto. Em um famoso retrato do herói combatente, feito depois de uma vitória sua em Santa Inés, Zamora é retratado usando dois chapéus, um sobre o outro, de uma forma pouco usual: o primeiro é um chapéu-coco comum, o segundo, um quepe militar. Juntos simbolizavam seu desejo de unificar as Forças Armadas e a sociedade civil. Quando jovem, Chávez, então um pintor entusiasta, costumava fazer cópias dessa imagem. Anos mais tarde, enviou cartões de Natal enfeitados com um desenho do rosto de Zamora. (JONES, 2007: 103)

A opção pelo resgate da ideologia bolivariana serviria mais tarde para promover uma aproximação com as massas, já que dialogava com o *"bolivarianismo popular"* que, como vimos anteriormente, era presente no imaginário das camadas subalternas. Mas, para além disso, o que pretendiam os oficiais do MBR-200, ao se voltarem ao estudo do pensamento bolivariano de princípios do século XIX? Tratava-se apenas de um "verniz" ideológico, utilizado para esconder as intenções subversivas do movimento? Ou, ao contrário, do recurso a um conjunto de ideias que poderiam contribuir *concretamente* para a emancipação da classe trabalhadora venezuelana?

2.1 - O MBR-200 e o pensamento bolivariano

Já afirmamos que muitos analistas estrangeiros tendem a menosprezar aprioristicamente o bolivarianismo, como uma ideologia exótica sem profundidade, um mero recurso de retórica populista aceito passivamente pelas massas, que não tem maior importância para explicar o processo de transformações iniciado na Venezuela, na passagem do século XX para o XXI. De fato, até a ascensão do chavismo, as mobilizações populares iniciadas com o *Caracazo* não se referenciavam a nenhum pressuposto ideológico previamente estabelecido. Segundo Roland Denis (uma das lideranças do *Desobediencia Popular*),

> la historia o más bien el pasado, tiene un peso muy relativo y hasta fugaz dentro de los referentes ideológicos que alimentaban la rebelión de calle. Para ella lo más importante estaba y está centrado en la inmediatez del presente, no sólo porque es la pobreza y el reconocimiento de la vangabundería de los dirigentes del puntofijismo la causa que en

---

medalhão como uma espécie de amuleto pessoal, símbolo da continuidade entre sua luta e as do passado (JONES, 2007: 45-46, 207).

> todo momento mueve los hilos de la protesta, sino que en la medida en que ella ha ido tomando cuerpo, igualmente ha ido construyendo un discurso democrático propio, deslastrándose completamente del viejo patrioterismo retórico, incluso de su alienante conexión con el socialismo marxista-leninista. Ha cambiado los mitos del pasado o las ortodoxias totalitarias, por la construcción de un suelo político y cultural absolutamente inédito, que no se reclama heredero de nadie sino de su propia construcción. La democracia regida por el poder popular, por sus nacientes valores civilizatorios y por el modo de resistencia que le era específico desde la mañana del 27-F, son el único manantial de su soberanía y de sus sueños emancipatorios. (DENIS, 2001: 39)

O próprio Denis, porém, salienta que, do ponto de vista do MBR-200, a revolta popular expressava *"una identificación con la historia o conciencia histórica que no manejaba"* (idem, ibidem), e neste sentido o movimento procurou, através da recuperação das chamadas "*Tres Raíces*" – isto é, Simón Bolívar, Samuel Robinson e Ezequiel Zamora (ou, antes, a *interpretação* da herança histórica desses personagens, realizada pelo movimento) – contribuir para dar *forma* e *conteúdo* à crítica ao sistema *puntofijista*.

> El chavismo por el contrario introduce un tipo de conciencia histórica que retrocede en los tiempos para buscar allí las fuentes de sentido de su propia rebelión. Crecido dentro de los muros cuartelarios que albergan toda la mitología patria, de sus héroes y leyendas, su dedicación está centrada en rescatar nuestra condición de ser como república, el ideal primario y constitutivo hecho trizas por los conductores de lo que llamaron tercera o cuarta república. Naturalmente Bolívar tiene que ser revivido, pero ya no sólo como ejemplo o como símbolo, sino como pensamiento guía de la nueva gesta emancipatoria. (DENIS, 2001: 40).

A nosso ver, pensar o bolivarianismo apenas como uma retórica pragmática significa *não entende-lo.* Mais ainda, significa desprezar a existência real de um bolivarianismo popular que, ainda que não tivesse motivado ou servido de referência ideológica para as insurreições populares iniciadas com o *Caracazo*, de fato estava (como está até hoje) presente na cultura de massas venezuelana. Foi precisamente esse um dos principais fatores que permitiram ao MBR-200 (e a Chávez, em particular) aglutinar ao seu redor a revolta latente das camadas subalternas, promovendo – a seu modo – uma *unidade* entre as múltiplas e fragmentadas organizações populares de luta do país, dando-lhes um sentido histórico mais claro e centralizado. É preciso lembrar ainda que o MBR-200 não foi o primeiro movimento revolucionário venezuelano que conscientemente "convocou o passado" para dar coerência e legitimidade às lutas do presente. Para ficarmos apenas nos exemplos mais recentes, podemos lembrar que o PRV, de Douglas Bravo (que manteve contatos com Chávez em princípios da formação

do MBR-200[77]), também reivindicou as raízes históricas das lutas do *Bravo Pueblo*, assim como o movimento *Desobediencia Popular*, que em seu trabalho de base buscou o recurso aos próceres da nação para estabelecer um vínculo com as comunidades periféricas.[78]

Talvez possamos afirmar que o recurso ao passado de lutas incrustrado na cultura popular, mais do que mera contingência do processo venezuelano, constitui um imperativo universal, assinalado por muitos autores, inclusive no âmbito do marxismo. Em suas Teses sobre a História, Walter Benjamin já havia apontado nessa direção, ao afirmar que

> o passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? (...) Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso. (BENJAMIN, 1987: 223)

Na mesma linha se pronunciou István Mészáros.

---

[77] Margarita López-Maya sustenta, inclusive, que o discurso do MBR-200 refletia a influência do PRV, que desde os anos 1970 já vinha discutindo a importância de articular politicamente a herança histórica de Rodriguez, Bolívar e Zamora (MAYA, 2003: 108).

[78] Obviamente, o recurso ao ideário bolivariano não explica, por si só, a simpatia quase imediata que se estabeleceu entre as massas pauperizadas e os oficiais do MBR-200 que se insurgiram no 4 de Febrero. Para além do fato do presidente Carlos Andrés Pérez ser detestado pela maior parte das camadas subalternas, Roland Denis (2001: 31) menciona outros fatores que foram igualmente importantes, e que não podem ser desprezados: *"¿Y por qué esa empatía directa y sin necesidad de explicaciones entre golpe y subversión social? Primero porque quienes lo ejecutaron eran jóvenes oficiales. La regla básica del modo de resistencia naciente desde el 27-F se repetía; las bases, el mundo subordinado a los altos estratos deslegitimados se rebelaba, expresando con toda violencia su antagonismo hacia ellos. En segundo lugar, sus discursos no eran de defensa al orden sino de libertad; la identidad nacional constitutiva, condensada en la épica bolivariana, vuelve a emerger de manera volcánica inspirada en las palabras de los insurgentes. Y tercero, Arias, Chávez, como el resto de los comandantes golpistas eran hombres del pueblo; la identidad de clase también ayudó muchísimo en este caso. Enfin, el sentimiento generalizado era que las armas de la república volvían a ser nuestras, y detrás de ellas la imagen de un hombre fuerte que se había responsabilizado personalmente por los hechos sucedidos. Una inmensa franja de la subversión social comenzaba desde entonces a identificarlo como su líder indiscutible."* Margarita Lopez-Maya (2009: 209) lembra que Chávez nasceu em um pequeno povoado do estado Barinas, longe das regiões mais dinâmicas do país; sua aparência e suas maneiras conferiam a ele "uma aura de *llanero*, figura evocativa na cultura popular de imagens de caráter heroico e indômito, mas também de indisciplinado e irreverente, cuja origem remonta às lutas pela independência política do país". Além disso, seu discurso era marcado por três elementos fundamentais que inegavelmente fortaleciam a ideia de um diálogo horizontal que cativava seus interlocutores: a *informalidade*, o *humor* e o *estilo pedagógico* (idem, ibidem: 212), características que seriam mantidas e reforçadas em suas aparições públicas posteriores, já como presidente do país. A este respeito, acrescentamos também um breve comentário sobre a duração reconhecidamente longa de seus discursos, quando já ocupava o cargo de Presidente da República. A nosso ver, isso está relacionado ao caráter pedagógico da comunicação de Chávez com as massas, na medida em que ele se esforçava por *explicar* as medidas a serem tomadas (e não somente *anunciá-las*, como é mais comum nas democracias representativas liberais).

> Só se poderão instaurar feitos radicais duradouros, *cumulativamente* e de forma conscientemente sustentada, sobre uma apropriação significativa da tradição progressista que precedeu as tentativas em curso e se manteve apontando para a mesma direção, apesar de todas as adversidades. (MÉSZÁROS, 2006)[79].

A nosso ver, as camadas subalternas da América Latina não podem emancipar-se, constituindo-se soberanamente como *classe para si*, a menos que superem a condição de subalternidade cultural, econômica e política, inscrita desde a colonização e mantida pela dependência. Uma nova identidade emancipada necessariamente será herdeira de todas as lutas e movimentos do continente que se voltaram contra essa condição de subalternidade e opressão.

> Não podendo ser simplesmente cancelado, o passado continua aberto e inquietante, porque nele permanecem injustiças e virtualidades que não puderam se realizar. Quer dizer, existe "um futuro esquecido no passado" que é necessário resgatar e redimir. [Walter] Benjamin mostra, portanto, a necessidade de construir uma narrativa onde os mortos possam continuar a ser ouvidos, reivindicando suas aspirações. (SEMERARO, 2009: 22)

No caso da Venezuela, é evidente que a reivindicação do ideário bolivariano só foi importante porque resignificou essa herança, e não simplesmente afirmou o passado, de forma anacrônica, como norteador da luta do presente. Não se tratava de buscar as respostas de Bolívar para as contradições de sua própria época, mas sim de trazê-lo do século XIX para, idealmente, "dialogar" com ele e identificar suas possíveis respostas para os dilemas atuais. Este tipo de indagação ao passado pode parecer um mero romantismo ingênuo, especialmente para a tradição do materialismo histórico (que, por seu caráter dialético, está sempre orientado para um *projeto de futuro*); no entanto, segundo Walter Benjamin,

> Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. (BENJAMIN, 1987: 224)

O MBR-200 reinterpretou o passado venezuelano de um ponto de vista com o qual as camadas subalternas puderam se identificar e, mais que isso, encontrar

---

[79] Publicado originalmente em *Margem Esquerda*, n.8, São Paulo: Boitempo, 2006. Disponível em https://blogdaboitempo.com.br/2014/03/05/bolivar-e-chavez-o-espirito-da-determinacao-radical/, acesso em 08 de julho de 2016.

referenciais que legitimassem suas lutas contemporâneas. O recurso à História era justificado a partir da percepção de que "*nuestros pueblos se han ido alejando cada vez más de sus raíces históricas, allí donde seguramente se encuentran las claves para descifrar el terrible enigma que nos mantiene en un ir y venir por el abismo de la historia, ya a las puertas del siglo XXI*" (CHÁVEZ FRIAS, 2013: 41). Não se tratou de *inventar* um passado, mas de sistematizar uma *determinada forma de apreendê-lo* que dialogava com as massas, posto que, ao menos em parte, já estava presente entre elas (ainda que de forma desarticulada ou, mais precisamente, de forma *politicamente* desarticulada). Nesse processo de *atualização*, os referenciais de luta bolivarianos foram *reconstruídos* sobre novas bases: se o imperialismo espanhol não existia mais, o imperialismo estadunidense tomou-lhe o lugar; se a escravidão havia ficado no passado, a exploração do trabalho foi recomposta em outras bases; se as oligarquias certamente não eram as mesmas, a dominação de classe se mantinha; e se os *criollos* traíram a Revolução da Independência, seus descendentes traíam a "democracia" do presente.

Por outro lado, até que ponto esse recurso ao passado não trouxe também – como uma espécie de "preço a pagar" – o esvaziamento de sentido e de conteúdo dos sujeitos históricos do presente? Para Roland Denis, o discurso bolivariano compôs *"una arboleda ideológica que vacía de sentido fundante el presente y sacraliza la palabra como la obra de los héroes de un pasado que aún ronda dentro de la conciencia colectiva*" (DENIS, 2001: 40). Se é assim, caberia questionar sobre o que teria ocorrido, caso o *chavismo* não houvesse capitalizado a revolta popular nos termos de sua ideologia bolivariana. Contudo, não nos propomos a falar da História do que *poderia ter sido*, mas sim do que *foi* (ou do que assim supomos). Neste sentido, afirmamos que o bolivarianismo do MBR-200 de fato "unificou" e deu um sentido político claro à ação das massas, que se encontravam em estado de sublevação latente, porém divididas em suas formas de organização. Mas, ao mesmo tempo, ressaltamos que esse recurso contribuiu para colocar Chávez rapidamente no centro das atenções, eclipsando outros agentes e sujeitos históricos importantes e contribuindo para "personalizar" o processo em sua figura. O fato é que Chávez se tornou o líder intelectual do movimento, porque era o principal conhecedor e porta-voz entusiasta da narrativa que rapidamente se tornou dominante entre os participantes daquele processo de lutas. Talvez possamos dizer que Chávez via a si mesmo como parte integrante dessa narrativa, como personificação da mesma – assim acreditaram milhões de venezuelanos, para os quais não só Chávez era sincero em suas convicções (um genuíno *militar bolivariano*), como encarnava em sua

pessoa os heróis que resgatava do passado. De todo modo, deve-se levar em conta também que o discurso chavista, ao longo do processo bolivariano, modificou-se ao sabor das mobilizações e da conscientização popular. Neste sentido, embora Chávez tivesse características inegavelmente personalistas, não foi o único "dono" da narrativa e da ideologia bolivariana, nem seu único porta-voz.

O documento que melhor define as raízes ideológicas reivindicadas por Chávez para o MBR-200 é o chamado *Libro Azul*, escrito por ele em 1991, às vésperas do *4 de Febrero*. Nas palavras de Chávez, tratava-se de *"un folleto muy modesto, pero ahí estaban ya planteadas las líneas gruesas de lo que hoy es ya, ahora sí, 20 años después, el Proyecto Nacional Simón Bolívar"* (CHÁVEZ FRIAS, 2013: 33).[80] Partindo da máxima de que a sociedade latino-americana possuiu suas próprias especificidades e, portanto, só poderá emancipar-se com base em um projeto original,[81] o *Libro Azul* previa um horizonte de transformações de 20 anos, desde o início do processo revolucionário até a efetiva construção de uma sociedade democrática e solidária – a chamada *"Utopia Concreta Robinsoniana"*, calcada nas palavras de Rodríguez: *"no es hacer cada uno su negocio, i pierda el que no este alerta, sino pensar cada uno en todos, para que todos piensen en él. Los hombres no están en el mundo para entredestruirse, sino para ayudarse"* (p. 61).

Neste sentido, o MBR-200 pautava-se na intenção de *"abrir el compás para la participación de la sociedade civil venezolana en el difícil proceso de la definición y construcción del modo de vida solidario."* (p. 62). Tal objetivo deveria ser alcançado a partir de uma Assembleia Nacional Constituinte, que instituísse *"una profunda participación de la sociedad civil, a través de diversos mecanismos de democracia directa"* (p. 65). Em substituição ao Estado fortemente centralizado – que caracterizava a Venezuela desde o início da exploração do petróleo – o MBR-200 resgatava as propostas federalistas de Zamora, e propunha uma *"equilibrada y policéntrica*

---

[80] As próximas citações baseiam-se no *Libro Azul*, que utilizaremos nos próximos parágrafos como base para a análise da proposta do MBR-200. No trecho citado, Chávez faz referência ao Projeto Nacional Simón Bolívar, que foi o programa apresentado por seu governo após sua reeleição em 2006 (quando o chavismo já havia reivindicava a bandeira do *Socialismo do Século XXI*).

[81] Aqui é evidente a inspiração na conhecida máxima de Simón Rodríguez, expressa em *Sociedades Americanas* (1828): "*La América española es original. Originales han de ser sus instituciones y su gobierno. Y originales, los medios de fundar unas y otro. O inventamos o erramos. La América no debe imitar servilmente, sino ser original."*. Essa ideia também fora reivindicada diversas vezes por Bolívar, como por exemplo em um trecho de seu *Discurso ante el Congreso de Angustura* (também citado no *Libro Azul*), no qual o Libertador afirmava: *"Tengamos presente que nuestro pueblo no es el europeo ni el americano del norte, que más bien es un compuesto de África y América, que uma emanación de la Europa"*.

arquitectura de poder" (p. 66), na qual o Estado deveria constituir uma *unidade*, mas não como uma *concentração*. Distribuído de maneira harmônica no território nacional, o Poder seria dividido em cinco: Executivo, Legislativo, Judiciário, Eleitoral e Moral – sendo os dois últimos extraídos diretamente das concepções expressas por Bolívar em seu discurso de Angustura (1819) e na Constituição da Bolívia (1826).

Para o MBR-200, o Poder Eleitoral

> será el componente político-jurídico que permita a los ciudadanos ser autênticos depositarios de la soberanía, cuyo ejercicio estará realmente, entonces, en manos del pueblo. El Poder Electoral se extenderá por todo el sistema socio-político de la Nación, estableciendo los cauces para una verdadera distribución policéntrica del poder, desplazando fuerzas hacia la periferia e incrementando la capacidade de decisión y la autonomía en las comunidades y en los municipios. El Poder Electoral será ejercido por los ciudadanos de manera directa a través de las asambleas electorales, em las cuales participarán libremente todos los venezolanos en edad electoral (electores). (p. 70)

O documento previa a formação de Conselhos Eleitorais em níveis municipais, estaduais e federal, que deveriam funcionar em independência absoluta em relação aos partidos políticos. Sob a responsabilidade destes conselhos, estaria a fiscalização dos funcionários eleitos pelo povo, assim como a promoção de consultas populares diretas – tais como os referendos, plebiscitos, a revogação e aprovação de cargos e atos públicos locais e nacionais (conforme a jurisdição de cada conselho) – e a promoção das eleições dos ocupantes dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Moral, sempre de forma universal, direta e secreta. (p. 71).[82]

Implicitamente, o Poder Moral aparece como uma tentativa de institucionalização da ideia da *Educação Moral*, de inspiração claramente rousseauniana, que estava presente nas propostas políticas tanto de Bolívar quanto de seu tutor, Simón Rodríguez.

> Constituyamos este aerópago para que valga sobre la educación de los niños, sobre la instrucción racional; para que purifique lo que se ha corrompido de la República; que acuse la ingratitud, el egoísmo, la frialdad del amor a la Patria, el ocio, la negligencia de los ciudadanos, que juzgue de los delitos de corrupción, de los ejemplos perniciosos; debemos corregir las costumbres con penas morales, como las leyes castigan los delitos con penas aflictivas, y no solamente lo que choca contra ella, sino lo que las burla, no

[82] O documento não explicita como se distribuiriam as responsabilidades entre os Conselhos Eleitorais e os demais Poderes. Não está claro, por exemplo, se uma decisão do Judiciário poderia ser revista por uma consulta promovida por um Conselho Eleitoral, ou se os diferentes níveis do Poder Legislativo ficariam submetidos aos seus respectivos conselhos.

> solamente lo que las ataca, sino lo que las debilita, no solamente lo que viola la Constitución, sino lo que viola el respeto público. (p. 72)[83]

Para o MBR-200, os Poderes Moral e Eleitoral constituiriam em seu conjunto um quarto poder "neutro" – e neste ponto o documento faz uma referência explícita à ideia do *Pouvoir Neutre*, de Benjamin Constant (p. 73). Tal Poder Neutro proporcionaria uma racionalidade adequada ao funcionamento dos demais poderes clássicos, proporcionando o equilíbrio, o respeito às leis e a estabilidade do sistema social. Para tanto, o Poder Moral contaria com uma estrutura representada pela *Fiscalía*, a Controladoria e a Procuradoria Federais da República, os quais deveriam ter seus membros eleitos por voto universal, direto e secreto.

Todas essas propostas têm por pano de fundo a crítica à proposta liberal de uma democracia de tipo representativo.

> Desde esta perspectiva, la llamada "democracia representativa" no ha sido más que un artificio a través del cual se ha dominado a nuestros pueblos. Ya lo señalaba el Libertador: "Por el engaño se nos ha dominado más que por la fuerza". El Proyecto Nacional Simón Bolívar debe romper los límites de la farsa representativa, para avanzar hacia la conquista de nuevos espacios participativos en una primera fase de su desarrollo. En efecto, los gobiernos y los partidos populistas predican la participación con el concepto de "propina", de forma tal que la condenan a ser fin de sí misma, con limites tan estrechos y rígidos que impiden a la sociedad civil intervenir en la toma de decisiones de política, "quién obtiene qué, cuándo, cómo". Como consecuencia de esto, los pueblos no pueden tomar parte en el diseño y/o selección de planes y proyectos que jalonan su marcha histórica. De esta manera, nuestros pueblos han sido condenados a "participar" en su propia destrucción, en el manejo de su miseria creciente, en el "control" de las hambrunas y las enfermedades que azotan a casi 300 millones de latinoamericanos. Han participando cavando la tumba histórica en la cual pretenden los sectores dominantes enterrar las esperanzas de la América morena. La democracia popular bolivariana rompe con este esquema de engaño y vasallaje, para llevar los límites de la acción (p. 76-77)

Para o MBR-200, uma sociedade efetivamente democrática deveria permitir o questionamento constante das próprias instituições de participação, o que implicitamente significa a defesa de um *poder constituinte permamente*.

> El pueblo como depositario concreto de la soberanía debe mantener su fuerza potencial lista para ser empleada em cualquier momento y en cualquier segmento del tejido político, para reparar daños a tiempo, para reforzar algún desajuste o para producir transformaciones que permitan el avance del cuerpo social en la dirección estratégica autoimpuesta. (p. 77)

---

[83] A premissa do aprendizado como veículo para alcançar o autogoverno (através de um grande Projeto de Educação Popular), é embasada em Simón Rodríguez, que afirmou: *"Napoleón quería gobernar al género humano, Bolívar quería que se gobernara por sí, y yo quiero que aprendan a gobernarse"* (p. 82).

Para além das transformações nas instituições políticas, o documento fala também de mudanças nas estruturas econômicas. Sempre se baseando nos próceres nacionais, ressalta que a *Revolução Política* da Independência não seria completa sem uma *Revolução Econômica* – que teria levado, na Revolução da Independência, ao choque entre Bolívar e as oligarquias dominantes da época.

> La América española pedía dos revoluciones a un tiempo, la pública y la económica. Las dificultades que presentaba la primera eran grandes, el general Bolívar las há vencido, ha enseñado o excitado a otros ha vencerla. Los obstáculos que oponen las preocupaciones a la segunda son enormes. El general Bolívar emprende removerlos, y algunos sujetos, a nombre de los pueblos, le hacen resistência en lugar de ayudarlo.(Simón Rodríguez, cf.: p. 91)[84]

No entender do MBR-200, Rodríguez, Bolívar e Zamora falavam de um projeto de sociedade que não deveria buscar apenas metas *"desarrollistas"*, medidas por critérios econométricos. A retomada do ideário bolivariano é apresentada pelo MBR-200 como um passo no caminho de uma ruptura estrutural, e não de uma via meramente reformista. Neste sentido, *"la disposición a romper definitivamente con tres siglos de dominación y colocar la primera piedra para la construcción del primer edificio lleva ya una carga significativa de movimiento y acción hacia el logro de profundas transformaciones estructurales"* (p. 87). Tal objetivo não seria levada à cabo pela ação de uma vanguarda ou de "grandes líderes", mas sim pela participação protagônica das massas,[85] as quais teriam a missão histórica de retomar e concluir o processo

---

[84] Para reforçar essa posição, o documento cita ainda outra afirmação de Rodrígues, que remete à ideia de uma Reforma Agrária: *"Una revolución política pide una revolución económica. (...) Si los americanos quieren que la revolución política, que el peso de las cosas ha hecho y que las circunstancias han protegido, les traiga bienes, hagan una revolución económica y empiécenla por los campos."* (Simón Rodríguez, cf.: p. 91). Também são feitas referências explícitas a Zamora, que aparece no conjunto do texto como o referencial mais importante no que diz respeito à necessidade de luta contra as oligarquias, inimigas do projeto revolucionário. O documento recupera a Revolução Camponesa 1846, quando o *General del Povo Soberano* convocou seus contemporâneos a *"Seguir adelante con una imperiosa necesidad, para quitarnos el yugo de la oprobiosa oligarquía y para que opóngase quien se opusiere, y cueste lo que costare, lleguemos por fin a conseguir las grandes conquistas que fueron el lema de la independência"* (cf.: p. 51). Também são feitas referências explícitas às medidas sociais tomadas em Barinas, no contexto da Guerra Federal (1859-1863), que discutimos anteriormente (ver capítulo 1, p. 16). Finalmente, o documento faz também referência ao *Discurso al Congreso Constituyente de Bolivia*, de Simón Bolívar (1825), que exaltava a igualdade como a "Lei das Leis" e a propriedade como um direito *civil*, e não *natural* (tal como vimos no capítulo 1).

[85] Novamente, o documento remete à Bolívar para embasar essa posição. No entender do MBR-200, Bolívar tinha consciência de que a História não era feita pelos "Grandes Homens", mas pelas massas em movimento. Isso estaria explícito em vários de seus discursos, como por exemplo o Manifesto de Carúpano, de 1814: *"Es una estupidez maligna atribuir a los hombres públicos las vicisitudes que el orden de las cosas produce em los Estados, no estando en la esfera de las facultades de un general o magistrado contener en un momento de turbulencia, de choque, y de divergencias de opiniones el torrente de las pasiones humanas que, agitadas por el movimiento de las revoluciones, se aumentan en razón de la fuerza que las resiste"* (p. 87). Também é citado um trecho do discurso de Angustura, de

revolucionário inacabado da Independência, enfrentando nesse processo os inimigos oligárquicos da emancipação dos povos do continente.

> Simón Rodríguez invocaba la revolución económica como una necesidad para colorar la revolución política dirigida por Simón Bolívar. La primera no llegó ni siquiera a iniciarse. Los logros de la segunda fueron prontamente anulados por la acción de los gobiernos oligárquicos. (p. 92).

Percebe-se que, embora o MBR-200 fosse um movimento conspirativo sem capilaridade para além da caserna, suas bandeiras se vinculavam à realidade concreta da onda crescente de protestos, greves e marchas que marcaram a Venezuela ao longo dos anos 1980 e 1990, e que eram organizados com base em um *assembleísmo popular* cuja característica principal era justamente a aversão aos partidos tradicionais e a exigência de formas diretas e horizontais de exercício da política. Como lembra Lopez-Maya (2009: 310), desde meados dos anos 1980 os movimentos sociais da Venezuela já demandavam uma profunda reforma do Estado, de modo a se alcançar uma democracia mais "profunda" e "integral". Já o governo de Jaime Lusinchi (1984-1989) havia sido pressionado a empreender reformas nas instituições de Estado. Após os eventos do *Caracazo* e do *4 de Febrero*, a pressão se tornou muito maior, perpassando a sociedade e se materializando na bandeira da convocação de uma Assembleia Constituinte, que passou a ser defendida por praticamente todos os movimentos sociais, independentemente de suas pautas específicas.

> Ningún intento de manipulación mediática pudo lograr criminalizar la virulencia de la protesta y generar un rechazo activo y efectivo hacia ella; impotencia del sistema que redundó directamente en una probada incapacidad para resquebrajar ideológicamente el procezo mediante el cual comenzara a consolidarse un nuevo ideario politico centrado en el estímulo y exaltación del protagonismo colectivo por en cima de cualquier otro agente político que quiera atribuirse el derecho a la representatividad popular. De esta forma, comenzó a disolverse con rapidez creciente el referente partidocrático (indistintamente de su signo ideológico) y se inicia una profunda reinterpretación del princípio democrático alrededor del rescate de la soberania popular, ya no como atributo metafísico en manos del legendario pueblo-nación, sino como principio legitimador de las practicas políticas alternativas de la misma protesta y de las distintas versiones programáticas sobre las cuales se concretaba el deseo de construir un nuevo orden socio-político. Esa vaga idea que empezó a girar alrededor del rescate de la soberanía

---

1819, onde novamente Bolívar ressalta a necessidade de transformações estruturais, nas quais os "Grandes Homens" são apenas parte de um processo muito maior: *"Un hombre, ¡y un hombre como yo! ¿Qué diques podría oponer al ímpetu de estas devastaciones? En médio de este piélago de angustias, no he sido más que un vil juguete del huracán revolucionario, que me arrebataba como una débil paja. Por otra parte, siendo vuestras funciones la creación de un cuerpo político y aún se podría dejar la creación de una sociedad entera rodeada de todos los inconvenientes que presenta una situación, la más singular y difícil, quizás el grito de un ciudadano pueda advertir la presencia de un pe1igro encubierto o desconocido"*. (p. 89)

> popular, es el mito-fuerza que cimentó el renacimento de la voluntad constituyente en el país (DENIS, 2001: 18)

Portanto, o MBR-200 respondia aos problemas do país através de propostas *consonantes à luta prática das massas trabalhadoras*. Isso é extremamente relevante para a compreensão da identificação que crescentemente se estabeleceu entre as massas trabalhadoras e o "comandante" Hugo Chávez Frias: não se tratava apenas de uma questão de carisma pessoal ou de identidade com o ideário do bolivarianismo popular; fundamentalmente, *os trabalhadores se reconheceram nas propostas apresentadas*. O mérito de Chávez e do MBR-200, em princípios dos anos 1990, estava na sensibilidade de captar essa demanda e conseguir operacionaliza-la na forma de um programa político legitimado pela recuperação das lutas históricas do país, e apresentado através de uma ousada proposta de futuro: a refundação da República e a superação dos limites da dita "democracia representativa".

Um outro documento interno do MBR-200, tornado público após o fracasso da sublevação de 4 de fevereiro de 1992, propunha claramente:

> La Convocatoria a un Referéndum Nacional para REVOCAR el mandato al Presidente de la República, a los Parlamentarios que componen el Congreso Nacional y a los integrantes de la Corte Suprema de Justicia, Consejo de la Judicatura, la renovación general del Poder Judicial, así como la renuncia del Consejo Supremo Electoral, devolviendo de esta manera la soberanía a su propio elemento: AL PUEBLO VENEZOLANO. Este referéndum Nacional automáticamente debe considerar la convocatoria a una Asamblea Nacional Constituyente en la cual se defina a través de una nueva Carta Magna el modelo de sociedad hacia el cual debe enrumbarse la Nación Venezolana y en el cual no puedan participar ninguno de los responsables de la destrucción de la República.[86]

A formação em Direito Constitucional e a experiência como professor tornavam Chávez particularmente preparado para liderar um projeto político dessa natureza.

> Os documentos do MBR-200 sobre a ANC são bastante numerosos. (...) Em 1994, foram elaborados não menos que sete documentos sobre a Constituinte, incluindo-se mesmo um anteprojeto de Constituição Nacional. (...) Para o MBR-200, na história do país os setores populares sempre foram excluídos e apenas uma vez houve uma genuína "Constituinte popular": a de 1846, em Barinas, com Ezequiel Zamora, que fora precedida de levantes populares em mais da metade do território venezuelano. O MBR-200 procurava reeditar essa situação; por isso, tinha entre suas táticas a de estimular e conduzir o protagonismo popular como meio de fortalecer e acelerar um "*processo constituinte*" que promovesse uma tal assembleia. (LOPEZ-MAYA, 2009: 149-150)[87]

---

[86] Ver em http://www.notiactual.com/insurgimos-4-febrero/, acessado em 08 de julho de 2016.

[87] Lopez-Maya lembra que em setembro de 1995, "após a celebração de uma *Assembleia Nacional Pró-constituinte Popular*, reapareceram algumas propostas específicas de modificação da Constituição Nacional. Entre elas, distinguiram-se o sistema parlamentarista de governo, os direitos políticos para os militares e a criação do Poder Moral. No documento desta assembleia, eram criticadas as propostas de

Havia entre os membros do MBR-200 uma preocupação explícita de que a convocação da ANC não fosse vista como um fim em si mesma, um ato *pontual*. Como relatou Chávez posteriormente, "começamos a falar de 'processo constituinte' e não apenas de Assembleia Constituinte. Uma das importantes lições que aprendemos do ocorrido na Colômbia [em 1990] foi que não houve um processo: foi um fato pontual, que chegou a ser dominado pelo Estado, pelo Poder constituído. Realmente não houve autonomia do Poder Constituinte" (Chávez, cf.: HARNECKER, 2004: 42). Por esta razão, continua Chávez, "traçamos uma metodologia para explicar o processo constituinte e para que nosso povo não se limitasse a ver a Assembleia Constituinte como a meta, como o fim" (idem, ibidem: 49).

Mas, quando Chávez fala em "povo venezuelano" e "democracia popular", a quem está se referindo? Ellen Wood afirma que, no pensamento liberal, o *povo* não é definido "tal como o fora no *demo* ateniense, como uma comunidade ativa de cidadãos, mas como uma coleção desagregada de cidadãos privados cujo aspecto político era representado por um Estado central distante" (WOOD, 2011: 189). Ou seja, no discurso liberal, o "povo" nada mais é do que uma comunidade imaginária de indivíduos atomizados, despolitizados, supostamente iguais entre si, desvinculados de interesses de classe e distantes do exercício direto do poder. Ao não explicitar os conflitos e as contradições classistas que dão sentido ao metabolismo da sociedade, o termo "povo", na concepção liberal, acaba se referindo apenas ao conjunto de uma população submetida a um Estado-Nacional, que geralmente (mas nem sempre) compartilha de valores culturais em comum, como a língua, a religião, etc.

Tais problemas, a rigor, podem ser encontrados no discurso *chavista*. Mas, neste caso, é importante frisar que a ideia de "povo" é apresentada como *uma construção histórica que contrapõe dominantes* e *dominados* (como na oposição entre "povo" e "oligarquias", como aparece na imagética *zamorana*).

> No mesmo texto [de 1993], Chávez perguntou: "quando existe o povo?", ou seja, partia-se do pressuposto de que ele era uma construção histórica. Segundo o documento, a multidão se convertia em povo quando compartilhava costumes e se comunicava entre si, conformando um "espírito coletivo". Os "interesses de classe" dos grupos dominantes os obrigavam permanentemente a combater a experiência histórica que poderia levar à ameaçadora conformação de um povo. O MBR-200, ao contrário,

---

Constituinte dos outros atores políticos, por considerar-se que não refletiam as aspirações do povo, mas sim que exprimiam os interesses de partidos e grupos" (LOPEZ-MAYA, 2009: 150). Isso mostra que a proposta de uma nova ANC tinha respaldo entre a população.

> pretendia dar continuidade ao processo de constituição popular que tivera início a partir da agitação política nacional no início dos anos 1990. (MENDES, 2012: 145)

Havia um sentido *implicitamente* classista quando Chávez afirmou, nos documentos escritos após a sublevação militar de 1992, que "o povo soberano deve se transformar no objeto e no sujeito do poder. Chegamos a um ponto de não retorno e não nos é permitido retroceder. Para os revolucionários esta opção não pode ser negociável" (Chávez, cf. MÉSZÁROS, 2011: 830). Contudo, a expressão permanece relativamente vaga: além de não apontar o que tem em comum os setores explorados da sociedade – isto é, sua posição nas relações de produção, como classe trabalhadora – também não dá conta de expressar a heterogeneidade que sempre caracterizou (e continua caracterizando) as camadas subalternas. Em seus discursos, no entanto, Chávez fazia questão de atentar para essa questão.

> Chávez se dirige a partes específicas del pueblo de manera directa, en un discurso que incluye la amplitud de las diferentes luchas y organizaciones. Aquí, lo contrario de pueblo es *oligarquía*. El pueblo se conforma por los pobres, desempleados, trabajadores, estudiantes, jubilados etc., que son tomados en cuenta en su diversidad y los que, según Chávez, fueron agentes de cientos de "micro revoluciones" en los años ochentas y noventas (...). E incluye también a indígenas y afro-venezolanos, que miran atrás a siglos de opresión y lucha. Mientras la oposición y sus medios construyen demarcaciones racistas y clasistas, en tradición colonial euro céntrica, Chávez no habla por ellos si no se suma a ellos. Frente a la acusación que él y sus seguidores son una chusma, contestó: "sí, somos la misma 'chusma' que siguió a Bolívar" (...). Con su constante referencia positiva a la herencia indígena y africana de Venezuela, Chávez contribuye de manera central al empoderamiento de la población en causa. (AZZELLINI, 2010: 187)

2.1.1 - A influência do marxismo

Como vimos, Chávez havia lido autores marxistas durante sua juventude, tanto em função de sua influência familiar quanto da aproximação com organizações da esquerda venezuelana. Essa proximidade com o marxismo se aprofundaria no período carcerário: em 1992, o líder do MBR-200 recebeu, em sua cela na prisão de Yare, a visita do professor Jorge Giordani, da Universidade Central da Venezuela. De orientação marxista, Giordani era doutor em planificação pela Universidade de Sussex, onde fora orientado por István Mészáros. Ao se encontrar com Chávez, presenteou-o com a obra *Para Além do Capital*, que se tornou sua principal leitura enquanto esteve preso, e que viria a acompanha-lo em muitas aparições públicas após sua eleição para presidente. O próprio Giordani se tornou uma forte referência intelectual para Chávez, chegando a orientá-lo em uma dissertação de mestrado em Ciências Políticas, concluída

na prisão (Giordani viria a ser, posteriormente, o principal ministro do governo Chávez, assumindo a pasta estratégica do Planejamento). Só mais tarde, à medida que se aprofundava o processo bolivariano e conforme o governo foi tendendo à esquerda, Chávez passou a tornar públicas suas influências marxistas, fazendo referências, em seus discursos, a autores como Marx, Lênin, Gramsci, dentre outros.[88]

2.2 - Limites e potencialidades da proposta bolivariana

As posições críticas às instituições representativas liberais renderam a Chávez a acusação, por parte de seus detratores, de *populismo*. Contudo, nos documentos do MBR-200, Chávez utiliza justamente o termo "populistas" para qualificar os políticos e partidos tradicionais do sistema *puntofijista*, defensores de modalidades representativas que afastavam os cidadãos do exercício do poder (CHÁVEZ FRIAS, 2013: 41). Eles seriam os verdadeiros "populistas", no sentido atribuído pelo senso-comum – isto é, referente à ideia da *manipulação* da consciência e dos votos dos mais pobres, visando um projeto de poder. Uma real soberania "dos de baixo" só poderia ser atingida através de formas de participação política direta (como consultas populares e plebiscitos), de modo a carregar efetivamente a democracia de um sentido social: não mais uma forma de governo supostamente legitimada por uma maioria de indivíduos indiferenciados, mas sim *o exercício do poder pelo "povo"* (trabalhadores)*, contra as "oligarquias"* (a burguesia minoritária).

A crítica fundamental do MBR-200 – que remete às origens *rousseaunianas* do bolivarianismo – aparece em documento escrito por Chávez no cárcere, em 1993.

> Com o aparecimento dos partidos populistas, o sufrágio foi convertido em uma ferramenta para adormecer o povo venezuelano com o fim de escravizá-lo em nome da democracia. (...) A única coisa que os venezuelanos teriam que fazer seria ir às urnas eleitorais e esperar que tudo fosse resolvido sem o mínimo esforço popular. (...) Assim, o ato de votar foi transformado no começo e no fim da democracia. (...) (Chávez, cf.: MÉSZÁROS, 2011: 829).[89]

---

[88] Como lembra o sociólogo Emir Sader, "Hugo Chávez sempre disse que sua leitura fundamental nos anos de prisão foi *Para Além do Capital* (...) A penúltima vez em que pude estar com Hugo Chávez foi por ocasião do Fórum de São Paulo, durante a campanha eleitoral do ano passado [2012]. No ato de encerramento, no Teatro Tereza Carreño [em Caracas], Chávez tinha um exemplar do livro de Mészáros consigo e propôs a um idoso venezuelano, que havia recém conseguido se alfabetizar, que um dia lesse *Para Além do Capital* (...) No seu programa *Alô Presidente*, ele comentava que estava lendo autores como Gramsci, Rosa Luxemburgo, além de, sempre, Marx, Engels, Lenin, Trotski. Leituras que ele fazia nos constantes voos que realizava." Ver http://blogdaboitempo.com.br/2013/03/06/chavez-leitor-de-meszaros/, acessado em 16 de outubro de 2014.

[89] É preciso ressaltar que a ideia da representação política só foi mistificamente associada à ideia de "democracia" muito tempo após o seu surgimento. Como lembra Ellen Wood, até o último quartel do século XVIII, as instituições representativas eram claramente vistas como "um meio de conter revoluções

No mesmo texto, Chávez apresenta a proposta do MBR-200 para superar o problema.

> O conceito de democracia *participativa* será transformado numa forma na qual a democracia baseada na soberania popular se constitui como *protagonista* do poder. É precisamente nestas fronteiras que temos que traçar os limites do avanço da democracia bolivariana. Então nós deveremos estar muito perto do território da *utopia*. (Chávez, cf.: MÉSZÁROS, 2011: 830)

A nosso ver, a grande dificuldade em fazer do *povo* o "objeto e o sujeito do poder" é que essa consigna é incompatível com a continuidade da reprodução ampliada do capital. Uma verdadeira democracia necessariamente se confunde com a luta pela superação do capitalismo, porque este, através de limites determinados por instituições jurídicas de Estado, *esvazia o exercício da política* no que tange aos imperativos econômicos, impedindo uma *real disputa pelos rumos da reprodução social*. Se os trabalhadores permanecem expropriados de qualquer meio de produção e/ou subsistência, e a propriedade privada e o "mercado livre" mantém-se de forma pétrea e imutável nas Constituições e nos Direitos Individuais, a exploração do trabalho pelo capital *aparece* como determinada por mecanismos econômicos impessoais – ainda que, na realidade, a aparente "autonomia" da esfera econômica seja uma mistificação, já que o funcionamento do econômico permanece regido por leis *socialmente determinadas* (e *politicamente instituídas*), que estabelecem a alienação dos trabalhadores em relação aos meios de produção e aos produtos de seu trabalho. Esse foi, historicamente, o segredo que possibilitou a eliminação dos critérios censitários de renda e a expansão do

---

já em andamento, não permitindo que ultrapassassem limites aceitáveis" (WOOD, 2011: 198). Assim foi, por exemplo, com a convocação dos Estados Gerais na França em 1789, que visava justamente a neutralização de revoltas populares latentes. István Mészáros (2009: 98), salienta que a crítica do sistema parlamentar segundo uma perspectiva radical não começou com Marx, posto que já se encontrava vigorosamente expressa nos escritos de Rousseau, que caracterizava o recurso à representação política como uma decorrência do "arrefecimento do amor à pátria", da "atividade do interesse privado", da "imensidão dos Estados", das "conquistas" e do "abuso do governo" (ROUSSEAU, 1999: 113-114). Referindo-se ao parlamentarismo inglês, Rousseau afirmou sarcasticamente que "o povo inglês pensa ser livre mas está redondamente enganado, pois só o é durante a eleição dos membros do Parlamento; assim que estes são eleitos, ele é escravo, não é nada. Nos breves momentos de sua liberdade, pelo uso que dela faz bem merece perdê-la" (idem, ibidem: 114). É claro que, posteriormente, ocorreu a generalização do sufrágio na escolha dos deputados representantes (que não existia na época de Rousseau); mas a crítica rousseauniana se dirigia contra a ideia *da representação em si*, posto que a liberdade individual não poderia ser alienada: "A soberania não pode ser representada pela mesma razão que não pode ser alienada; consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade não se representa: ou é a mesma, ou é outra – não existe meio termo. Os deputados do povo não são, pois, nem podem ser, os seus representantes; são simples comissários, e nada podem concluir definitivamente. Toda lei que o povo não tenha ratificado diretamente é nula, não é lei" (ROUSSEAU, 1999: 114).

direito ao voto: não haveria problema em universalizar as formas de participação política, desde que a extração do sobretrabalho não fosse determinada por elas (WOOD, 2011). Em outras palavras, a universalização dos direitos políticos só ocorreu após a garantia de que as instituições que governam a produção e a acumulação – isto é, as instituições "econômicas" fundamentais – seriam mantidas *fora do alcance* da política *considerada* "legítima". Assim, nas "democracias" liberais, os trabalhadores teriam direito ao voto desde que aceitassem sobreviver da venda de sua força de trabalho aos capitalistas, sem contestarem a propriedade dos meios de produção e as regras (supostamente) "impessoais" e "apolíticas" do *mercado*; seriam considerados cidadãos, desde que aceitassem, como uma fatalidade inescapável, a continuidade dos processos de expropriação e acumulação, que advinham *naturalmente* da mercantilização de todas as relações sociais (sejam as estabelecidas pelos homens entre si, sejam a que se estabelecem entre eles e a natureza, ou com o Estado e as demais instituições sociais). No capitalismo, os trabalhadores expropriados não podem jamais questionar os fundamentos de sua própria expropriação, nem muito menos modifica-los. Neste sentido, não poderiam propor uma nova forma de reprodução social, mas apenas *adaptar-se a ordem existente, controlada pelo capital e orientada para a valorização do valor*. Dessa forma, porquanto durar o capital, nenhum verdadeiro protagonismo político dos trabalhadores é possível, mas apenas uma disputa pelas instituições que legitimam a exploração de classe.

O *calcanhar de Aquiles* do programa do MBR-200 é que a realização de uma democracia *realmente* protagônica, mais cedo ou mais tarde, esbarraria na questão das relações produtivas, o que imporia a radicalização do processo revolucionário ou seu retrocesso. E o MBR-200, embora afirmasse que a *Revolução Política* deveria ser seguida por uma *Revolução Econômica*, nunca definiu os termos em que essa última se daria, a não ser de forma muito genérica, sem apontar para transformações estruturais nas formas de subordinação do trabalho ao capital. Ora, nos marcos de uma "democracia" que não questiona a dominação *político-social* no âmbito do trabalho, a economia seguirá perpetuamente seu curso, mantendo seus fundamentos básicos e aprofundando suas contradições, a despeito do resultado de qualquer eleição, aliança partidária, "política de bastidores", ou mesmo de mecanismos de participação direta, se esta participação for mantida dentro dos limites impostos pela cisão liberal mistificadora entre os âmbitos do *econômico* e do *político*. Uma real *soberania popular* implica necessariamente na contestação dessa cisão, recuperando – e transformando – o caráter

político do metabolismo econômico. Por isso, a proposta do MBR-200 só poderia ter dois destinos possíveis: ou assumiria a ruptura com as relações sociais de produção capitalistas, ou sacrificaria a soberania popular, sendo *reabsorvida* pelo Estado Burguês, que mantem a acumulação e a exploração de classe "fora do alcance" dos canais *legítimos* (ou "legalizados") de ação política. Como veremos no decorrer de nossa argumentação, a tensão entre essas duas posições veio a se tornar a tônica do processo bolivariano.

Por outro lado, no caso específico da Venezuela, não basta aos grupos dominantes "blindar" as estruturas sociais de produção em relação à participação política formal; é preciso também, de seu ponto de vista, impedir que essa participação permita aos cidadãos opinar sobre como devem ser exploradas as reservas petrolíferas do país, e como a renda decorrente dessa exploração é distribuída. Trata-se de uma questão econômica que não pode ser resolvida "naturalmente" a partir dos mecanismos supostamente "impessoais" ou "apolíticos" do mercado, porque cabe ao Estado negociar, junto às empresas internacionais, a parcela da renda petrolífera que cabe ao país, assim como os mecanismos de sua distribuição na sociedade. Neste sentido, na Venezuela petroleira, o caráter *político* das relações econômicas é relativamente mais evidente, transparecendo mesmo quando as estruturas sociais de produção não são questionadas.

Até o advento do atual processo bolivariano, essa questão havia sido *resolvida* (do ponto de vista dos grupos dominantes) através do recurso à governos ditatoriais ou à formas de "democracia" burguesa que mantinham o *isolamento* das decisões referentes ao petróleo. Isso se verificou ao longo do desenvolvimento do sistema *puntofijista*, moldado desde o início em função dessa necessidade. A "nacionalização" do petróleo, promovida pelo governo *adeco* de Carlos Andrés Pérez (1974-1978), também se inseriu nessa lógica, já que as decisões referentes ao petróleo foram passadas a uma camada tecnocrática, empregada na PDVSA, que passou a administrar a produção de forma cada vez mais independente em relação aos demais aparelhos de Estado e à própria sociedade em geral; quando adveio a crise do endividamento, nos anos 1980, os grupos dominantes deram um passo além, passando à estratégia de privatizar a empresa e desestruturar a OPEP. Pretendiam, dessa maneira, que as imensas reservas petrolíferas do país fossem entregues de forma direta, sem intermediários, ao capital estrangeiro e aos grupos dominantes locais associados a ele. Ainda por cima, a privatização do

petróleo venezuelano permitira às petrolíferas internacionais um controle mais efetivo sobre os preços internacionais do produto.

Para os EUA, portanto, era importante que as instituições políticas venezuelanas permanecessem mais ou menos como estavam. E é justamente neste ponto que a proposta bolivariana, embora não colocasse em pauta a transformação das relações sociais de produção, assumiu um caráter de ruptura com o sistema global de dominação capitalista. Ao reafirmar o caráter *político* das decisões referentes ao petróleo e pregar a participação popular nessas decisões, o MBR-200 inevitavelmente se colocou em rota de colisão não somente com a burguesia local – para a qual o controle sobre o petróleo era vital para a manutenção do processo de acumulação *interno* – como também com o imperialismo estrangeiro, tendo em vista a importância do país no equilíbrio de forças globais do sistema capitalista. É neste sentido que o bolivarianismo, mesmo partindo de concepções relativamente mistificadas de *democracia* e *soberania popular*, apresentava de forma subjacente um caráter anticapitalista, que muito rapidamente veio a se manifestar.

Por fim, é necessário problematizar a proposta de distribuição policêntrica do poder, diminuindo a distância entre o *povo* e as instâncias decisórias. Essa proposta não constitui uma tarefa fácil de se realizar na Venezuela, uma vez que entra em choque com o *centralismo* inscrito no controle da PDVSA e da renda do petróleo por parte do Estado. Por ser historicamente centralizada na cúpula estatal, a renda do petróleo impôs formas institucionais que só funcionaram de forma estável na medida em que conseguiram unificar e homogeneizar *o conjunto da ação estatal*, em seus diversos aparelhos, sub-aparelhos e níveis de administração (municipal, regional, etc). Desde o início da exploração do petróleo venezuelano, isso só foi possível através do estabelecimento de regimes ditatoriais ou de formas representativas de governo muito limitadas e centralizadas.

Tanto é assim que a Venezuela nunca apresentou períodos de estabilidade institucional sob modalidades burguesas tradicionais de representação política – e isto vale, inclusive, para o período pós-1958, se considerarmos as enormes limitações do sistema representativo inaugurado pelo *Punto Fijo* (tais como o voto em listas fechadas, as votações simbólicas no Congresso, a nomeação de governadores pelo Executivo Federal, etc). No *puntofijismo*, cabia aos partidos apenas cumprir o papel de manter a ilusão da "participação democrática" e da "alternância do poder", mas sempre recorrendo aos mesmos artifícios de clientelismo e assistencialismo para garantir o

consentimento das massas. E, mesmo assim, o sistema nunca pôde abrir mão do rompimento com as regras estabelecidas em favor do exercício arbitrário do poder, em caráter de exceção (ao longo do *puntofijismo*, o Estado de Sítio foi decretado 21 vezes (BAPTISTA, 2011: 52)).

Resulta surpreendente que, no meio acadêmico venezuelano, exista certa bibliografia que, por um tempo, tendeu a considerar a Venezuela pós-1958 como um país excepcionalmente estável no contexto latinoamericano, onde – graças ao petróleo – a "democracia" tenha sido possível, em meio um continente coalhado de ditaduras.

> Se argumentaba que su *sólida democracia*, aceitada por la renta petrolera del Estado, había permitido establecer y consolidar canales de mediación y representación eficientes que *conjuraban el conflicto social* pronunciado y/o violento. Los venezolanos eran diferentes al resto de América Latina ya que parecían haber superado la continua turbulencia sociopolítica de otras sociedades. Esto llegó a manifestarse en el mundo académico con la aparición de alguna literatura que sostenía la condición de excepcionalidad de la sociedad venezolana en relación con el resto de América Latina. (LOPEZ-MAYA, 2006, grifos meus)[90]

A pergunta que deve ser feita, a esse respeito, é de que "democracia" esta tradição acadêmica estaria falando. É verdade que o sistema de *puntofijo* constituiu uma forma de mediação política que, por alguns anos, se manteve relativamente estável – mas apenas *relativamente*, já que não podemos esquecer que se trata de um período em que houve diversas insurreições militares, longos anos de luta armada e uma enorme quantidade de protestos, além de toda sorte de desrespeitos aos direitos humanos. Mas, de todo modo, a relativa estabilidade da "democracia" de *Punto Fijo* não se devia a nenhuma excepcionalidade social, econômica ou cultural que tornasse a sociedade venezuelana mais *"naturalmente"* democrática; ao contrário: a Venezuela é tão desigual e conflituosa como qualquer país latinoamericano. A diferença, neste caso, é a concepção limitada de democracia desta tradição acadêmica venezuelana, que ao avaliar a relativa estabilidade institucional do *puntofijismo*, deduziu daí que o país era

[90] Como exemplo deste tipo de interpretação, Lopez-Maya (2006) cita as realizadas por Juan Carlos Rey, Moisés Naím e Ramón Piñago. Vale lembrar ainda que, para os Estados Unidos, a suposta *excepcionalidad venezolana* servia para fins de propaganda, no turbulento contexto da Guerra Fria. Miguel Tinker Salas lembra que essa interpretação tinha a intenção de *"preveer una alternativa a los modelos socialistas y radicales en América Latina durante los años sesenta y setenta"*. Por isso, os Estados Unidos foram *"fuerte exponente del modelo excepcionalista venezolano. Dicho modelo ponía énfasis sobre el rol de dos partidos democráticos que alternaban el poder y la inclusión de fuerzas opositoras en el gabinete del partido gobernante. Los partidos supervisaron la transición pacífica de poder e ingresos petroleros quitativamente distribuidos para evitar los extremos de la izquierda o de la derecha"* (SALAS: 2012:100).

"compatível com a democracia". Na verdade, o que deveria se concluir é que o *puntofijismo*, com todas suas enormes limitações, era *a única forma possível* de democracia, nos marcos do modelo petroleiro-rentista. Qualquer "excepcionalidade democrática" e/ou estabilidade institucional da Venezuela desaparece tão logo se coloque em questão o controle sobre a renda do petróleo – e, mais ainda, quando se apresenta qualquer possibilidade de sua redistribuição de forma mais justa ao conjunto da população. *Punto Fijo*, portanto, foi um pacto que *limitou o alcance e a efetividade das instituições democrático-burguesas*, de modo a garantir o controle sobre os subalternos e, ao mesmo tempo, delinear os espaços de disputas entre as frações dominantes da burguesia, na forma de um *consórcio* extremamente centralizado.

Quando, a partir de 1985, vieram reformas parciais que acabaram com as listas fechadas nas eleições legislativas e instituíram a eleição direta para os cargos de governador, romperam-se as *correias de transmissão* do poder de Estado, que partiam da cúpula controladora da renda petroleira e se distribuíam de forma consorciada entre todos os aparelhos estatais. A abertura nas formas de representação, exigida pela pressão popular, entrou em contradição com os mecanismos centralizados de controle da renda do petróleo, levando automaticamente o país a uma crise institucional que, em seguida, evoluiu para uma crise de hegemonia de largas proporções.[91] Portanto, a *divisão policêntrica do poder*, proposta pelo MBR-200, só poderia se efetivar mediante uma transformação estrutural no *centralismo* inscrito desde sempre no Estado petroleiro-rentístico venezuelano.

2.3 - Rumo ao poder

[91] O cientista político venezuelano José Carlos Rey teria chegado, após o Caracazo de 1989, a conclusões que se aproximam das que desenvolvemos aqui. Comentando as ideias de Rey, Lopez-Maya afirmou que *"la lógica de la democracia venezolana implicaba el fortalecimiento de grandes y pocas organizaciones partidarias, organizadas vertical y autoritariamente, que por medio de una relación entre ellas propia de un juego de no suma-cero buscaron desde 1958 en adelante – con bastante éxito – la estabilidad política. Los signatarios de los pactos constitutivos de la democracia venezolana temían que si no se canalizaban las demandas del pueblo a través de estas organizaciones, y de esa manera, se produciría un desbordamiento que acabaría con el sistema, o lo haría inmanejable e incontrolable. El juego de no suma-cero fue posible gracias a la renta petrolera del Estado. Así, pues, la democracia venezolana, según Rey, implicaba la desmovilización y no participación de las masas."* No entanto, Rey teria afirmado, ainda segundo Lopez-Maya, que de fato a democracia *puntofijista* seria caracterizada como um período de *passividade* das massas – algo que não encontra respaldo na investigação empírica (LOPEZ-MAYA, 2006). Além disso, a nosso ver o papel do petróleo encontra-se "invertido" na análise de Rey: não é que a renda petrolífera tenha possibilitado *"el juego de no suma-cero"*, mas sim que o fato da renda ser centralmente controlada através do Estado implicou historicamente na constituição de formas institucionais igualmente centralizadas, nas quais o poder era *consorciado* pelas diferentes frações burguesas, independentemente do partido que estivesse no poder. Qualquer elemento fora do "consórcio" é imediatamente neutralizado, sob pena de trazer instabilidade para o sistema político.

Muitas vezes, o acaso conspira em favor de transformações mais profundas da dinâmica social. Aparentemente, nenhum membro do governo CAP supôs que o breve pronunciamento em rede nacional de TV concedido a Chávez, ao final da frustrada aventura golpista, faria dele uma das personalidades políticas centrais do país, transformando a derrota militar em vitória política.

> Quatro meses depois [do *4 de Febrero*], pesquisas de opinião davam ao até então obscuro tenente-coronel encarcerado uma altíssima popularidade: 64,7% da população o consideravam uma pessoa confiável para dirigir dos destinos do país, colocando-o à frente de muitas lideranças conhecidas, como o próprio ex-presidente Rafael Caldera. (...) Anos depois, o ministro do Planejamento, Jorge Giordani, se recordaria desta fala na TV: "eu nunca ouvira falar em Chávez, até aquele pronunciamento. Era algo inédito alguém, na Venezuela, dizer 'eu sou responsável' por alguma coisa. O usual é que não se assumam responsabilidades". (MARINGONI, 2004: 144)

Uma expressão em especial, proferida logo no início do pronunciamento de 1992, foi destacada e se tornou um emblema político no país: o *"Por Ahora"*.[92] Para os setores populares organizados, em luta contra as medidas impopulares do segundo governo de Carlos Andrés Pérez e contra o já falido *puntofijismo*, aquela expressão serviu de enorme estímulo: no *Caracazo* de 1989, estavam sozinhos; agora, a impressão era a de que tinham aliados dentro das Forças Armadas, o que mudava completamente a correlação das forças políticas.

> De pronto el odio social mil veces manifestado hacia las cúpulas del orden constituido se sitió acompañado por un factor de fuerza esencial; al menos una parte importante de las Fuerzas Armadas – y que todos entendimos que no había quedado extirpada con la caída de los alzados – estaban de nuestro lado. A pesar del fracaso militar de la operación rebelde, de un momento a otro la autoestima subversiva creció en forma exponencial. El apoyo que recibió el golpe entre los susurros de la calle se dejó sentir de inmediato, condicionando el discurso oportunista de algunos parlamentarios. Era al propio tiempo un apoyo que fortalecía el sentimiento antisistema, le daba un gran espaldarazo a la resistencia civil, y sin duda un visto bueno a los idearios políticos que comenzaba a transmitirse sin nada de televisión pero con mucha labia y mucho papel. (DENIS, 2001: 31)

Em novembro de 1992, enquanto estava na prisão, Chávez recebeu informações de que um novo levante militar estava sendo arquitetado; chegou a gravar clandestinamente um comunicado à população, e recebeu equipamentos de comunicação por rádio. Desta vez, haveria uma maior participação de altos oficiais, cabendo o comando da operação ao brigadeiro-general Francisco Visconti Osório e aos

---

[92] Como vimos no capítulo 1, Chávez iniciou seu pronunciamento afirmando que *"lamentablemente,* por ahora*, los objetivos que nos planteamos no fueron logrados"*.

contra-almirantes Hérman Grüber Odreman e Luis Cabrera Aguirre; também se esperava uma maior participação de movimentos civis, e por isso o levante foi programado para se dar à tarde, visando dar chance à população de ganhar as ruas em defesa dos conspiradores. Finalmente, o controle sobre a comunicação de massa foi considerado prioritário, para evitar o isolamento dos rebeldes.

A nova insurreição iniciou-se no dia 27 de novembro, com a tomada das bases aeronáuticas Arágua, Libertador e Maracay, o que garantiu uma posição de supremacia aérea aos rebeldes. Também tomaram a antena que enviava o sinal de três dos principais canais de TV do país, e em seguida dominaram – após intensos combates – a sede do Canal 8 (estatal). Imediatamente, colocaram no ar uma gravação, mas neste momento começaram os problemas.

> um vídeo gravado por Grüber, no qual anunciava a rebelião e convocava o país a aderir, não chegou a ser exibido. Em vez disso, foi ao ar um vídeo gravado por Chávez alguns meses antes, na prisão. Pior do que isso, exibiu-se outro vídeo com homens mascarados que davam declarações usando um linguajar grosseiro e violento. Eles conclamavam os venezuelanos a usarem tacos, garrafas e armas caseiras, a fim de derrubarem o governo. Poucos atenderam ao chamado. A imagem daquelas figuras semelhantes a bandidos serviu apenas para assustar a população, que ainda não superara a onda de violência do Caracazo. Até hoje, os rebeldes não sabem dizer como aquele vídeo acabou indo ao ar. (JONES, 2007: 203)

Houve focos de participação civil, através de organizações políticas e populares armadas – algumas das quais atacaram quarteis e tomaram o controle de certas regiões periféricas (FERREIRA, 2012: 110). No entanto, a participação efetiva do Exército era vital para o sucesso da operação, e este se encontrava dividido: havia pelo menos três organizações rebeldes diferentes, que não conseguiram coordenar suas ações e deixaram os insurgentes sem o crucial apoio por terra, necessário para tomar Caracas e libertar os militares bolivarianos da prisão em Yare. Pouco tempo depois, as tropas legalistas conseguiram enviar caças para atacar os militares rebelados – que, em represália, iniciaram um bombardeio em Caracas, contra o quartel-general da Disip (a polícia política venezuelana) e o Palácio Presidencial de Miraflores. O presidente Carlos Andrés Pérez novamente conseguiu escapar e chegar à sede da Televen (que se mantinha no ar) antes dos rebeldes. Em cadeia nacional, denunciou a nova tentativa golpista, e novamente recebeu o apoio da maior parte do meio político e empresarial. Sem força militar por terra, os rebeldes não tiveram outra alternativa a não ser se entregar.

O fracasso da nova sublevação militar levou a uma reconfiguração das estratégias do movimento bolivariano. Como vimos, a conjuntura *pós-Caracazo* era de intensos protestos e mobilização das camadas subalternas; contudo, faltava aos trabalhadores capacidade de agir organicamente, em termos táticos e estratégicos, para transformar a *força política potencial* da classe trabalhadora – em estado latente de sublevação, porém dispersa em diferentes movimentos e organizações – em *força política concreta e unitária*. Partidos de esquerda, como o Causa R e o MAS, buscaram se apresentar como polos capazes de aglutinar os novos atores sociais em torno de um projeto político de transformação do país; no entanto, a maior parte dos trabalhadores rejeitavam as instituições partidárias tradicionais e o sistema *puntofijista* como um todo (o que posteriormente se explicitou no abstencionismo nas eleições de 1994). Assim, embora os partidos de esquerda também experimentassem um crescimento no período, o elemento *novo* – e mais importante – ocorria *fora* da instituicionalidade: tratava-se do fortalecimento dos movimentos comunitários e do surgimento de novos coletivos políticos, centros culturais e, em alguns casos, até mesmo novas organizações urbanas armadas (BAPTISTA, 2011: 112).

Já em 1991 (antes, portanto, do aparecimento público do MBR-200 na cena política nacional), havia sido fundada em Caracas a *Asamblea de Barrios*, que chegou a reunir mais de 200 dirigentes comunitários e/ou políticos de diversas favelas da capital. Basicamente, a *Asamblea* deveria coordenar o questionamento popular ao governo CAP e ao sistema *puntofijista* como um todo. Funcionando até 1993, a *Asamblea de Barrios* convocou massivos atos unitários, incluindo marchas em solidariedade aos militares bolivarianos presos. Dialogando com este processo, a Causa R conseguiu eleger Aristóbalo Isturiz como o primeiro *alcalde* negro do Município Libertador de Caracas. Em seu governo (1993-1996), foram estimuladas formas comunitárias de organização e participação popular direta, que aproveitavam os coletivos populares já existentes. Isturiz incentivou a formação de *Coordinadoras Culturales* nas áreas periféricas, às quais seriam repassadas verbas para que a própria comunidade, de forma direta através de assembleias, desenvolvessem atividades culturais, esportivas, debates, fóruns, festivais, etc. (BAPTISTA, 2011: 114). Também impulsionou a formação das Mesas Técnicas de Água (MTA) nas paróquias Antímano e El Valle, que visavam encontrar soluções para os problemas críticos de saneamento básico nessas comunidades, através do diálogo entre os moradores e a Hidrocapital, empresa responsável pelo fornecimento – naquele momento, mais de 30% da população de Caracas não estava conectada à rede

de água potável, o que representava mais de um milhão de pessoas que só tinham acesso ao serviço através de caminhões ou com tubulações clandestinas (idem, ibidem: 144). As experiências pioneiras do governo de Aristóbalo Isturiz (que, mais tarde, participaria do governo Chávez) prenunciavam as reivindicações pela descentralização da administração pública e promoção de novas formas de participação política, o que mostra que a proposta do MBR-200 vinha de encontro a uma demanda para a qual as classes trabalhadoras já buscavam atender à sua própria maneira, e que encontrava ressonância em governos de esquerda eleitos nos anos 1990.

Paralelamente, personalidades de proa da intelectualidade e da política venezuelana conformaram uma nova Frente Patriótica, semelhante à que promovera a queda de Marco Pérez Gimenez, em 1958. Sob a liderança do empresário e ex-militante do PCV Luis Miquilena, e contando com a participação de ex-guerrilheiros (como Douglas Bravo e Lino Martínez, do PRV), militares reformados (como William Izarra) e intelectuais (como Manuel Quijada[93]), a nova Frente se formou após o *Caracazo*, e rapidamente se tornou uma força política em ascensão no país, participando da sublevação militar de 27 de novembro de 1992.

Miquilena se tornaria um personagem importantíssimo na formação do *chavismo*. Nascido em 1919, iniciou suas atividades políticas muito jovem, durante a ditadura de Juan Vicente Gomez (quando viveu a primeira de muitas prisões). Tornou-se sindicalista e liderança do PCB, e esteve no grupo que apoiara o governo de Isaías Medina Angarita (1941-1945), opondo-se ao golpe civil-militar que levaria a AD ao poder. Foi preso mais uma vez na ditadura de Marco Perez Jimenez, sofrendo toda sorte de torturas em 7 anos de cárcere. Quando o regime caiu, foi libertado e iniciou uma bem-sucedida carreira como empresário do ramo editorial, fundando o periódico *El Clarín* e outras publicações, quase sempre afins ao PCV.[94] Participou das negociações em torno do *Pacto de Punto Fijo*, e em 1961 se elegeu deputado constituinte pela URD, de Jovito Villalba; posteriormente, afastou-se da URD para participar da fundação do MAS, apoiando a candidatura do jornalista José Vicente Rangel à presidência da República em 1973 e 1978. Nos anos 1980, em contato com Pablo Medina, chegou a

[93] Constitucionalista oriundo do estado venezuelano de Nueva Esparta, formou-se em Jurisprudência pela Universidade de Roma, Itália (1964) e em Ciências Políticas e Direito pela Universidade Central da Venezuela (1962). Participou, do levante cívico-militar 1962 na Marina de Puerto Cabello, razão pela qual pelo qual foi preso (depois asilou-se na Itália). Voltaria à Venezuela durante o governo de Luís Herrera Campins, quando foi nomeado Ministro de Fomento.

[94] Também investiu em propriedades rurais no estado Barinas, desenvolvendo algumas atividades agropecuárias. (ver http://www.el-nacional.com/politica/Fallecio-Luis-Miquilena-veterano-politico_0_964103817.html, acesso em 07 de dezembro de 2016)

emprestar um escritório onde se realizaram algumas reuniões clandestinas do MBR-200 com a Causa R; Miquilena, porém, não participara dessas reuniões, e só veio a conhecer Chávez pessoalmente quando este esteve preso em Yare, após o levante militar do *4 de Febrero*.

Pessoa de muitos contatos e com forte tino para articulação política, Miquilena acabou se convertendo em "um importante mentor político e em uma figura paternal responsável por ajudar a concretizar as aspirações revolucionárias de Chávez" (JONES, 2007: 196).[95] Miquilena romperia muito cedo com o chavismo, tão logo o processo bolivariano se radicalizou; mas, até esse rompimento, cumpriu um papel fundamental, porque Chávez era um desconhecido fora do meio militar, e não possuía o *know-how*, os recursos materiais e a rede de relações políticas necessárias para reconstruir seu movimento sobre novas bases, após o fracasso da insurreição de 1992. É certo que Chávez tinha contato com algumas organizações, mas a esquerda em geral o via com desconfiança, e ele também não possuía nenhuma intermediação com o meio empresarial ou com a imprensa. Seria Miquilena o principal responsável por suprir essas lacunas, ao conhecer Chávez na prisão e pô-lo em contato com a Frente Patriótica e outras lideranças políticas.[96]

Aos poucos, Chávez se tornou um polo aglutinador para a esquerda venezuelana, inicialmente entre setores não comprometidos com os principais partidos existentes (como a LCR e o MAS). Além dos membros da Frente Patriótica – como Miquilena e Lino Martínez – também veio a conhecer um importante grupo de intelectuais críticos à agenda neoliberal de Carlos Andrés Pérez – do qual fazia parte, dentre outros, Héctor Navarro,[97] J. J. Montilla[98], Carlos Lanz[99] e Jorge Giordani (que, como vimos, se tornou

---

[95] De nosso ponto de vista – e levando em consideração eventos posteriores, que trataremos no próximo capítulo – o mais correto seria dizer que Miquilena ajudou a concretizar as aspirações *eleitorais* de Chávez, mas não um tipo qualquer de ruptura revolucionária.

[96] Quando Chávez saiu da prisão, Miquilena o acolheu não só politicamente, mas inclusive no âmbito pessoal (chegou a emprestar um automóvel e até mesmo um pequeno apartamento, onde Chávez morou por alguns meses). Também foi importante na promoção da Frente Pró-Constituinte, particularmente na tarefa de arrecadar fundos para a campanha.

[97] Doutor em Engenheria Elétrica pela Universidade de Manchester (Inglaterra) e professor da Universidade Central da Venezuela. Membro ativo da comunidade acadêmica venezuelana, coordenador de programas de pós-graduação e integrante do conselho editorial de diversas revistas científicas.

[98] Professor titular de agronomia da Universidade Central da Venezuela.

[99] Sociólogo e importante quadro do marxismo venezuelano dos anos 1960, Carlos Lanz será um dos personagens centrais do último capítulo dessa tese. Na juventude, participou da luta armada nas organizações FALN e PRV; preso pelo regime *puntofijista*, rompeu com o marxismo-leninismo e com a linha *foquista* da guerrilha, passando a reivindicar as raízes históricas do processo revolucionário na Venezuela, com influência do marxismo crítico de Mariátegui; também se aproximou de correntes conselhistas inspiradas por autores como Anton Pannekoek e Herman Gorter, até finalmetne se reivindicar gramsciano. Posteriormente, militou no movimento operário e em outros movimentos sociais,

uma referência teórico-ideológica fundamental para Chávez, colocando-o em contato com o marxismo contemporâneo). Desses primeiros encontros viriam a maior parte do núcleo central que, posteriormente, assumiu os cargos mais importantes do governo Chávez.[100] A tarefa daquele momento, porém era a reconstrução do MBR-200.

A popularidade de Chávez continuava aumentando cada vez mais. Embora estivesse preso, era presença constante nos veículos de comunicação de massa, que disputavam a curiosidade da população com reportagens e entrevistas gravadas secretamente com o líder do levante bolivariano. Deve-se ressaltar que, até aquele momento, a orientação política de Chávez não era clara, e por isso a grande mídia venezuelana ainda não havia assumido uma posição abertamente oposicionista em relação ao movimento bolivariano, como viria a fazer mais tarde. Já o governo CAP, talvez por considerar que a população rejeitaria um personagem envolvido numa ação golpista, pareceu não perceber que a exposição na mídia contribuía para a gestação de uma nova liderança política no país.

> O governo continuava politicamente surdo e mudo. Chávez foi enviado para uma cadeia localizada a poucos metros do Panteão Nacional, onde seu herói, Simón Bolívar, estava enterrado. Chávez não deixou escapar o simbolismo. Desde o começo de seu período na prisão, invocara o Libertador como a luz guia de sua rebelião. "O verdadeiro autor dessa libertação, o real líder dessa rebelião é o general Simón Bolívar. Com suas incendiárias palavras ele me iluminou o caminho", afirmou Chávez a um jornalista do *El Nacional* que conseguiu entrevistá-lo em San Carlos. Chávez contou que freqüentemente olhava pela janela na direção do Panteão e dos restos mortais de Bolívar. O jornalista bateu uma foto de Chávez parado, com ar sereno, diante da janela. (JONES, 2007: 191)

Quando finalmente o governo percebeu em Chávez uma ameaça política, tomou a decisão de eliminar a cobertura jornalística sobre o líder rebelde, enviando censores da polícia política – a Disip – para as redações da grande imprensa (idem, ibidem, 191-192). Os jornalistas passaram a se rebelar contra a censura e atacar ainda mais

---

através dos quais publicou cerca de 50 livros sobre temas como controle e autogestão operária, contrainteligência e meios de informação, transição ao socialismo, agroecologia, Economia Política e Educação comunitária.

[100] Miquilena tornou-se Ministro do Interior e Justiça; Lino Martínez se tornou Ministro do Trabalho; Héctor Navarro passou pelo Ministério da Educação e Energia; J. J. Montilla foi Ministro de Produção e Comércio e de Agricultura e Terras; Giordani foi Ministro do Planejamento; Lanz integrou a equipe do Ministério da Educação, e depois passou por outros ministérios (em 2004, foi designado responsável pelos programas de cooperativismo do governo, e depois ocupou a presidência da estatal produtora de alumínio *CVG-Alcasa*, experiência da qual trataremos no próximo capítulo). Já Douglas Bravo, que já havia rompido com Chávez por ocasião do *4 de Febrero*, viria a formar uma oposição de esquerda, em seu novo partido *PRV-Tercer Camino*.

Aproximou-se de Chávez quando este esteve preso em Yare, e passou a integrar o Estado-Maior do MBR-200. Depois,

veementemente o governo, encurralando-o com uma onda de denúncias de corrupção.[101] Pérez afundou na crise: seu partido, a *Acción Democrática*, sofreu uma derrota histórica nas eleições legislativas de 1993, e seus quadros ameaçaram entregar os cargos caso o presidente não renunciasse.[102] Ao mesmo tempo, movimentos sociais organizaram gigantescos "*cacerolazos"* ("panelaços"), exigindo a renúncia. Neste quadro, os partidos não-alinhados ao *Pacto de Punto Fijo* pressionaram a Suprema Corte do país, para que se abrisse um processo contra Pérez – o que veio a acontecer em maio de 1993. No dia seguinte, o governo chegou ao fim, com a votação de um impeachment no Senado.

O Congresso elegeu então o parlamentar Ramón José Velásquez como presidente interino, com a responsabilidade de conduzir o país às eleições presidenciais, a serem realizadas em dezembro de 1993. A Venezuela vivia, contudo, uma atmosfera de muita tensão. Atentados terroristas prenunciavam a possibilidade de um novo golpe (dessa vez perpetrado pelas altas esferas militares conservadoras), enquanto a Disip promovia uma espionagem descontrolada sobre a sociedade organizada. Três cartas-bomba foram enviadas à sede da Conselho Supremo de Justiça; outros artefatos explodiram em diversos pontos de Caracas, incluindo um carro-bomba no estacionamento de um centro comercial (Lopez-Maya, 2009: 101).

> Aos desequilíbrios econômicos, fiscais e sociais que afligiram a sociedade venezuelana na última década, somavam-se agora as ações de forças anárquicas e de outras que sentiram ameaçados os privilégios que haviam obtido a partir da decomposição social e política dos últimos anos. Estas forças pugnavam por acentuar a desestabilização da sociedade, com o propósito de provocar uma solução violenta e, com ela, possivelmente melhorar suas condições de sobrevivência nos anos seguintes. (LOPEZ-MAYA, 2009: 101)

Neste contexto, o veterano político do Copei, Rafael Caldera, identificado com a pacificação da guerrilha nos anos 1970 e com a tentativa de reforma da Lei Orgânica do Trabalho, em 1990, conseguiu apresentar-se como a única solução política *segura*, capaz de pacificar o país. Vivendo um ostracismo político, Caldera renasceu após o *4 de*

---

[101] À medida em que sua popularidade ruía, Pérez foi acusado de ter trocado por dólares cerca de 250 milhões de bolívares, de uma conta secreta do governo, destinada ao setor de segurança nacional. Após a desvalorização da moeda nacional promovida pelo próprio governo (cerca de 88%), o dinheiro foi reconvertido em bolívares, valendo-se do novo câmbio mais alto. O esquema teria rendido algo entre 3 e 10 milhões de dólares (JONES, 2007: 205-206).

[102] Embora ainda fosse o maior partido da Câmara dos deputados, a AD caíra de 48,3% das cadeiras (1988) para 27,6%; os partidos oposicionistas MAS, Causa R e Convergência somaram 45,3% dos votos, enquanto o Copei (também em franca decadência) atingira 27,1% (NETO, 2002: 256)

Febrero, quando se opôs à suspensão das garantias constitucionais decretada por Carlos Andrés Pérez. Em um discurso inflamado no Congresso Nacional, afirmou que

> O país está esperando outra mensagem e quero dizer (...) ao senhor presidente da República que (...) é difícil pedir ao povo que se imole pela liberdade e pela democracia, quando pensa que a liberdade e a democracia não são capazes de dar-lhe de comer e impedir a alta exorbitante do custo de vida, quando não tem sido capaz de colocar um fim definitivo à chaga terrível da corrupção que, aos olhos de todo o mundo, está consumindo a institucionalidade venezuelana. (...) O golpe militar é censurável e condenável de todas as formas, porém seria ingênuo pensar que se trata somente de uma aventura de poucos ambiciosos que, por sua conta, se lançaram precipitadamente, sem perceber onde estavam se metendo. Há um entorno, um mal de fundo, há uma conjuntura muito grave no país e, se esta situação não for enfrentada, o destino nos reserva mais e maiores preocupações (Rafael Caldera cf.: MARINGONI, 2004: 147)

Vendo a oportunidade de galgar novamente a presidência, Caldera apresentou-se como uma figura paternal, capaz de reconciliar uma nação cada vez mais polarizada. Com essa bandeira, mais a promessa de uma ampla reforma constitucional (que nunca veio a realizar), Caldera se desfilia do Copei cria um novo partido – a *Convergencia Nacional* – com o qual vence as eleições presidenciais com o apoio do MAS (àquela altura convertido à ideia da "Terceira Via"). O novo governo, porém, viu-se desde o início diante de uma crise econômica de enormes proporções. As desregulamentações promovidas por Carlos Andrés Pérez levaram à bancarrota o Banco Latino, segundo maior do país.[103] Para evitar o colapso do setor financeiro, o governo gastou cerca de 10 bilhões de dólares (ou 50% do orçamento do país) no salvamento dos bancos.

Sem saída, Caldera acabou por igualar-se a seu antecessor, contrariando promessas de campanha e recorrendo ao FMI. A guinada à direita foi capitaneada pelo Ministro do Planejamento, Teodoro Petkoff (do MAS), que, após flertar com a socialdemocracia, acabou por aderir "de corpo e alma" ao neoliberalismo. Sob a batuta de Petkoff, foi lançado um novo pacote econômico, denominado *Agenda Venezuela*. O receituário era conhecido: aumento dos preços do petróleo e derivados no mercado interno; liberação do controle de preços de produtos e tarifas; desvalorização da moeda; câmbio flutuante; aumento das taxas de juros; aumento de impostos; privatizações; contra-reformas no sistema de benefícios sociais; pequenas políticas sociais

[103] O Banco Latino era um típico representante das novas modalidades de acumulação surgidas no âmbito financeiro, a partir do neoliberalismo. Pouco depois de eleito, Pérez nomeou Pedro Tinoco como chefe do Banco Central da Venezuela. Tinoco, como vimos, havia participado da Reforma de Estado no primeiro governo CAP, e era então presidente e maior acionista do Banco Latino, então uma instituição financeira de médio porte. Dada a proximidade do governo, que garantia um fluxo constante de petrodólares, o Banco Latino se tornou um dos maiores do país. Em seu conselho diretor, constavam nomes como Francisco Pérez, irmão do presidente, e Ricardo Cisneros, membro da poderosa família que controlava as principais empresas de mídia do país. (JONES, 2007: 215).

compensatórias e focalizadas; e a criação de um fundo de proteção bancário. A essas medidas se somaram um conjunto de reformulações privatistas na PDVSA, que se convencionou chamar de *Abertura Petrolera*.

> Seguindo a mesma orientação doutrinária do programa de ajuste, a política de *Abertura* estabeleceu para a área petroleira a transferência, do setor público ao privado, das atividades conexas e medulares da indústria nacionalizada em 1976. Essa política inseria-se em uma nova visão da relação do Estado venezuelano com a OPEP e com o papel de ingerência dessa organização no mercado mundial de hidrocarbonetos. Durante o governo de Caldera, defendeu-se — segundo promovia a própria gerência da *Petróleos de Venezuela S.A.* (PDVSA) — a tese de que os preços internacionais do petróleo deviam ser fixados pelas leis de mercado, sem interferência dos governos nem dos países produtores e consumidores. Isso provocou uma relação assaz conflituosa com os outros países membros da OPEP, relação que se agravaria ainda mais por causa da expansão da produção venezuelana, folgadamente superior às cotas ajustadas no seio da organização. (LOPEZ-MAYA, 2009: 24)

Na prática, a "Abertura Petroleira" se caracterizou por novos tipos *flexibilizados* de contratos, assinados entre a alta gerência da PDVSA e as subsidiárias internacionais. Em geral, tais contratos ampliavam as margens para as cotas de produção e para a participação acionária do capital estrangeiro, tornando o Estado venezuelano um sócio minoritário nos negócios; também diminuíam o pagamento de *royalties* e reconheciam a arbitragem internacional nas questões referentes ao petróleo (RIBEIRO, 2009: 93). Paralelamente à proliferação desses novos contratos, uma intensa campanha de propaganda construiu uma narrativa que buscava impor à opinião pública uma contraposição entre a "eficiência técnica" da PDVSA e a burocracia "partidarizada" do Estado. O exercício da *política* era, dessa maneira, apresentado como prejudicial à racionalidade supostamente neutra dos negócios petrolíferos; por isso, para o bem da empresa, ela deveria ser *blindada* em relação ao Estado, de modo que seu corpo técnico tivesse "autonomia".

O que se escondia por trás deste discurso é que a PDVSA assumia um funcionamento cada vez mais indistinguível das petrolíferas internacionais, abrindo mão de seu papel como "proprietária" das riquezas petrolíferas do subsolo venezuelano em favor de seus interesses como empresa exploradora. Como vimos no capítulo anterior, no ramo petrolífero os interesses dos proprietários e dos exploradores do recurso geralmente conformam um jogo de soma zero, onde o benefício de um lado significa o prejuízo do outro. Para uma parcela da sociedade venezuelana – mais rica, voltada para si mesma, pouco integrada com o resto do país e culturalmente "cosmopolita", "norteamericanizada" – interessava que a PDVSA operasse definitivamente como uma

multinacional petrolífera como outra qualquer (o que, de fato, poderia significar o fortalecimento da empresa). Já para um amplo e difuso conjunto de frações de classes *mais abaixo*, composto não só pelas massas trabalhadoras como também por parte considerável da pequena-burguesia, da oficialidade militar e das frações burguesas mais frágeis, a PDVSA deveria atuar fundamentalmente como representante dos proprietários do petróleo – isto é, o conjunto dos cidadãos, teoricamente representados pelo Estado – e não como mera exploradora do recurso.

Àquela altura, os técnicos da PDVSA passaram a seguir os parâmetros utilizados na exploração do Mar do Norte britânico (a região produtora de petróleo mais liberal do mundo), prometendo não cortar um único barril de produção de petróleo – e, com isso, desconhecendo completamente a políticas de cotas da OPEP. A adesão ao pensamento neoliberal e ao "cosmopolitismo" (isto é, ao sentimento de *não-pertencimento* à sociedade nacional venezuelana) era tão poderosa que não consideravam a possibilidade das reservas petrolíferas serem utilizadas como uma alavanca para o desenvolvimento do país – por exemplo, com a exigência de transferência de tecnologia e/ou de compra obrigatória de equipamentos de produção nacional. Ao contrário: o petróleo venezuelano era apenas um recurso que não só poderia como mesmo *deveria* ser explorado livremente por qualquer um, com objetivo de lucro, e a única vantagem de um país em possuir recursos naturais era a de atrair investimentos externos. Neste sentido, quanto mais baixos os níveis impositivos e a rigidez fiscal, melhor.

> PDVSA se había fortalecido lo suficiente como para asumir ya públicamente un rol político preponderante y sus dirigentes estaban convencidos de que había llegado el momento para implementar su agenda "liberal". El liberalismo, en el contexto de las políticas petroleras internacionales, debe entenderse en su concepción revolucionária originaria, basada en el reemplazo de las manos visibles del terrateniente por las manos invisibles del mercado. Como sus antepasados, los liberales en la actualidad quisieron debilitar el poder de los "terratenientes" (es decir, de los Estados nacionales soberanos) de restringir el aceso del capital (es decir, de las compañías petroleras internacionales). Es este poder de restringir el acceso al yacimiento lo que constituye la base del terrateniente, privado o público, para poder recaudar una renta. El objetivo para los liberales es "la tierra para quien trabaja" o, para ser más preciso, "los minerales para los mineros". Ellos desean que los recursos naturales sean considerados no sólo como un don libre de la naturaleza, sino un don libre de la naturaleza a las compañias productoras y los consumidores. "Libremente" se refiere así a la eliminación de la obligación de pagar renta. (MOMMER, 2010: 327)

A pergunta que deve ser feita é: o petróleo venezuelano é um bem livre da natureza *para as companhias e os consumidores internacionais*? Para Mommer, responder afirmativamente essa pergunta, como fazia a *"gente del petróleo"*, significa

corroborar com o *"imperialismo en su más antigua definición: la conquista de tierras extrangeras y de sus recursos naturales"* (MOMMER, 2010: 328) – conquista essa que, devemos acrescentar, historicamente sempre contou com o apoio de elites locais que se beneficiaram do saqueio das riquezas naturais do país. O discurso dos técnicos da PDVSA, amplificado pela mídia e compartilhado por grande parte da classe média, era o de que a globalização teria tornado desimportante a questão da *propriedade* dos bens naturais (isto é, sua defesa como bens naturais *nacionais*), e por isso era comum encontrar profissionais que concordavam com a ideia de que perseguir maiores volumes de produção era mais importante do que a defender os preços de um recurso natural não-renovável – algo que não faz o menor sentido em termos da economia política do petróleo, se falamos do ponto de vista dos proprietários (ou, melhor dizendo, se consideramos que *todo o povo venezuelano* é proprietário das riquezas minerais do subsolo do país, e não somente a pequena parcela da sociedade que servia de cabeça de ponte para os interesses do capital estrangeiro).

Para tentar seduzir as camadas subalternas, foi realizado todo um esforço de relações públicas e propaganda política, recheado de muita ideologia e contradições. Com o barril de petróleo venezuelano sendo negociado a cerca de US$ 7,00, afirmava-se que a queda nos preços não era ruim, porque seria compensada pela conquista de mais mercados pela PDVSA, gerando um saldo positivo; mas, ao mesmo tempo, defendia-se a máxima de que era melhor o Estado gastar um dólar na PDVSA do que a esta pagar esse dólar em impostos, já que era necessário garantir a "competitividade" da empresa (MOMMER, 2010: 334). Como num enredo surrealista, tudo se passava como se coubesse ao país servir à estatal, e não o contrário. Assim, "proteger a PDVSA" – o "orgulho da nação" – significava protegê-la *enquanto empresa*, a ser desligada do Estado e tornada definitivamente autônoma.

Mesmo levando em conta toda a propaganda ideológica implantada no país, é razoável supor que, quando se passou a falar abertamente na privatização da estatal, grande parte dos venezuelanos percebeu a medida como uma enorme ameaça. E não era para menos: quanto mais avançava o processo de privatização da empresa, menos renda o Estado captava e mais se aprofundava o colapso geral dos serviços públicos, das políticas assistencialistas e da distribuição de divisas para pequenas e médias empresas. Era como se, gradativamente, *a fonte secasse*, ameaçando o conjunto das camadas subalternas e das frações burguesas mais frágeis. Deve-se sempre levar em consideração que o peso relativo da indústria petroleira na economia venezuelana só tem similar com

o de alguns poucos países, quase todos no Oriente Médio, sendo muito maior do que o de outros exportadores latino-americanos (como o México, o Equador ou a Colômbia). A privatização da empresa não ameaçava somente setores empresariais que dependiam de divisas para tocar seus negócios, mas toda a sociedade que, de uma forma ou de outra, depende da renda petroleira.

> Cuando se tomó la decisión de redistribuir la renda petroleira en la economia, no fué solamente a los empresários, a los productores, a los comerciantes (...) sino que además la renta petrolera se redistribuió a la sociedad en general, a toda la población, através de una estructura casi que infinita de subsidios y al mismo tiempo atraves del empleo público y del gasto público. (...) Entonces, tu no puede dejar de redistribuir la renta petrolera, porque se conforma toda una estructura clientelar en torno al Estado, que és el grande repartidor de renta y la población se acostumbra a esto, y toda la estructura, no solamente económica sino de la sociedad en general, gira en torno a esto. La gente se vulve dependiente o hiperdependiente del petróleo. (Luís Enrique Gavazut Bianco[104])

Portanto, a possibilidade da privatização da indústria petroleira promoveu uma fratura no tecido social venezuelano, que *grosso modo* opôs dominantes e dominados, colocando em lados opostos o pensamento nacionalista – em seus mais diferentes matizes, incluindo o nacionalismo militar – e os interesses do imperialismo internacional, que claramente jogavam à favor da privatização. Como, porém, quase todas as forças político-partidárias estavam mais ou menos alinhadas com a continuidade da Abertura Petroleira, gerou-se um enorme *vácuo* no campo oposto – que viria a ser ocupado por Chávez e seus companheiros bolivarianos.

Libertados em março de 1994, como parte da política de *pacificação* prometida pelo governo Caldera, os militares do MBR-200 iniciaram uma transformação em sua estrutura organizativa, que de um movimento militar clandestino foi aos poucos se convertendo em um movimento de massas. Núcleos de militantes – denominados *Círculos Bolivarianos* – começaram a se espalhar pelo país, a princípio formados principalmente por oficiais aposentados, mas gradativamente atraindo também lideranças civis comunitárias. O ingresso na organização incluía um "compromisso bolivariano", no qual o neófito se comprometia a ser "honesto, trabalhador, humilde e solidário" (LOPEZ-MAYA, 2009: 150). O funcionamento das células buscava emular as formas horizontais de participação que caracterizavam o *assembleísmo* dos movimentos sociais surgidos no período. Logo se formaram *Coordinadoras Bolivarianas*, que agrupavam os círculos nos níveis municipal e regional (em todo o país, chegaram a se formar 151 *Coordinadoras*). Em setembro de 1995, os Círculos

[104] Entrevista em janeiro de 2015.

Bolivarianos promoveram uma Assembleia Nacional Pró-Constituinte Popular, na qual foram apresentadas diversas propostas de modificações constitucionais; no ano seguinte, conformou-se um diretório nacional formado dois ex-oficiais das Forças Armadas, um ex-policial e dois civis.[105] Também se organizaram círculos de estudos e cursos de história nacional e internacional.

> Os militantes do MBR-200 reuniam-se para a leitura e a discussão política e ideológica. Na contracorrente da formação militar de seus dirigentes mais antigos, e reconhecendo a dificuldade que isso encerrava para eles, a organização buscava ser horizontal em tudo e fazer desvanecer em seu seio as hierarquias militares. Com frequência, eram convocadas assembleias (municipais, estaduais e nacionais) para colher as diversas opiniões, sobretudo as que deviam alimentar a elaboração do *Projeto Nacional Simón Bolívar*. (LOPEZ-MAYA, 2009: 151)[106]

O procedimento interno das assembleias e reuniões do MBR-200 era semelhante ao que já havia ocorrido em outras experiências (como nos primórdios da LCR): geralmente, cada questão era debatida até que se chegasse a um consenso, evitando as votações (LOPEZ-MAYA, 2003: 108). Contudo, o processo de ampliação do movimento e de aproximação com a esquerda partidária foi muito difícil, como relataria Chávez anos depois.

> Eu não era querido por muitos setores de esquerda, ou pelo menos por seus dirigentes principais. (...) A esquerda mais leal a seus princípios também se confrontava comigo, incluindo o PCV. Lembro-me, por exemplo, de que uma vez um grupo de trabalhadores convidou-me para uma reunião no Parque Central para preparar a passeata do "1º. de Maio" – uma passeata alternativa à da CTV com a CUTV e todos esses movimentos de esquerda, o Partido Comunista e outros. Bem, havia chegado a essa reunião e me sentei em um assento qualquer. Todos os dirigentes que estavam na mesa principal viram que eu havia chegado, mas não me cumprimentaram. (...) Então, enquanto os membros da mesa falavam, alguém gritou: "Bem, e vocês não vão cumprimentar o comandante Chávez, que está aqui?", e se ouvem alguns aplausos. Só então esses dirigentes deram-me as boas-vindas. (...) Soube que, em uma assembleia desses pequenos grupos de esquerda, concluía-se que Chávez representava uma liderança messiânica, contrário ou prejudicial ao movimento de massas. (...) Não nego minhas culpas, seguramente também as tenho, mas eu era rejeitado, era condenado por esses setores. Isso explica que eu circulasse por entre alguns militares da reserva e alguns dirigentes, que não eram de partidos políticos, como Luis Miquilena, Manuel Quijada e outros mais, não muitos. (...) Diante dessa realidade, nossos dirigentes locais, em quase todos os estados, nasceram do enfrentamento não só com a direita, mas também com a esquerda. Nosso movimento MBR-200 nasceu confrontando-se com o MAS, com a Causa R, chocando-se com todos esses grupos. (Hugo Chávez, cf.: HARNECKER, 2004: 65-68)

---

[105] Entre os militares, estava o futuro *canciller* Luis Afonso Dávila; o policial era Freddy Bernal, que depois se elegeria *alcalde* do município Libertador de Caracas.

[106] Os atritos entre civis e militares, decorrentes da horizontalidade e da quebra da hierarquia no movimento, eram trabalhados pedagogicamente entre as lideranças a partir do ideal da *integração civil-militar*, presente no componente *zamorano* do movimento.

Por ocasião das eleições de 1995, ocorreu uma importante cisão: algumas lideranças do MBR-200 – como Francisco Árias Cárdenas (que, embora não fosse tão conhecido publicamente, dividia com Chávez o posto de principal líder do movimento) – preferiram se aproximar da Causa R e se apresentarem como candidatos (Cárdenas chegou a ser eleito governador do estado de Zúlia); já Chávez lançou uma campanha defendendo o abstencionismo, por não considerar as instituições do *puntofijismo* realmente democráticas.

> Nós estávamos chamando à abstenção ativa. Lembro-me de que nossa palavra de ordem era: "Por enquanto por ninguém, Constituinte já!". Andrés Velásquez e Pablo Medina [da Causa R] diziam que eu estava interferindo no desenvolvimento político com essa posição de chamamento à abstenção, que eu não entendia de política e uma série de outras coisas. A figura que eles dispunham era a de Árias Cárdenas. Ele, sim, era inteligente, era o verdadeiro líder, Chávez era um louco. Estou te falando da Causa R, o movimento político que, diríamos, estava mais próximo de nós, porque todos os líderes históricos do MAS estavam com Caldera. (Hugo Chávez, cf: HARNECKER, 2004: 66)

Nos documentos produzidos pelo MBR-200 neste período, buscava-se apresentar o *4 de Febrero* não como uma intentona militar, mas como uma *insurgência popular* que deveria apressar o processo rumo a conformação de uma nova Assembleia Constituinte (LOPEZ-MAYA, 2009: 150). No entanto, aos poucos, prevaleceu a ideia de que a melhor maneira de atingir este objetivo era convertendo o movimento em um partido político, de modo a disputar as eleições e, a partir daí, apresentar a proposta de dissolução do Congresso e convocação da Constituinte. A questão foi colocada em votação e aprovada em uma assembleia nacional do MBR-200, em 1997, às vésperas das eleições presidenciais e legislativas do ano seguinte.

Para concretizar a nova linha política do movimento, constituiu-se um novo partido, que serviria como *braço eleitoral* do MBR-200: o *Movimiento Quinta Republica* (MVR) – o nome escolhido evidenciava imediatamente para a população a profundidade das transformações que estavam sendo propostas.[107] Contudo, a estrutura

[107] Tradicionalmente, a historiografia venezuelana dividia a história política do país em quatro experiências republicanas: a primeira iria de 19 de abril de 1810 (data da primeira Declaração de Independência de Venezuela) até a derrota das forças independentistas lideradas por Francisco de Miranda, em julho de 1812; a segunda cobriria a primeira campanha militar de Bolívar, iniciada em março de 1813 e encerrada com a derrota para as forças espanholas, em 1815; a terceira abrange o período da definitiva e vitoriosa campanha de Bolívar, desde 1816 até a Independência, em 1823; finalmente, a quarta seria equivalente a todo o período pós-independência. Portanto, ao se denominar "Movimento Quinta República", o movimento bolivariano explicitamente se propunha a se igualar a momentos basilares da história do país.
Vale lembrar ainda que a legislação eleitoral proibia a utilização de qualquer referência a Bolívar nos nomes dos partidos; no entanto, em espanhol, a sigla MBR e MVR possuem a mesma pronúncia, o que facilitou ainda mais a difusão imediata do novo partido.

interna do MVR era radicalmente diferente daquela que o MBR-200 vinha gradualmente desenvolvendo, a medida em que o movimento ampliava suas bases sociais.

> Existe uma grande diferença entre o MBR-200 como organização política e o MVR como partido político. (...) Passado o golpe [de 1992] e o período do cárcere, enquanto o MBR-200 adotava uma estrutura horizontal e menos centralizada cujo objetivo primário era a difusão do projeto político, formação e conscientização política da militância, o recém-criado MVR era uma estrutura vertical e centralizada cujo objetivo exclusivo era a conquista eleitoral, principalmente de Chávez, distanciando-se de qualquer tipo de formação político-ideológica e sem espaços de debate e preparação do programa. (SEABRA, 2014: 94)

Segundo Lopez-Maya, a conformação de uma estrutura mais centralizada no MVR foi uma opção *consciente* dos líderes do MBR-200, visando

> proteger a la todavía frágil organización política de las vicisitudes de la campaña electoral, pues algunos dirigentes consideraban que de entrar en la competencia electoral provocaría el ingreso de un nuevo aluvión de militantes y simpatizantes, quienes no compartían los ideales ni los intereses de los bolivarianos. Esto desdibujaría el movimiento en su orientación ideológica. Por otra parte, la estructura electoral sería un instrumento agil y ideóneo para ocuparse de todas las actividades conectadas con la campaña, drenando del partido las seguras tensiones que se suscitarían en la construcción de alianzas políticas, en las decisiones en torno de cargos, en la recolección de dinero para la campaña, etc.
> De esa manera, en un princípio el MVR fue concebido como una *herramienta de la organización* para incorporar a personalidades independientes y otros grupos con distintas ideologias y posiciones politicas cuyos únicos puntos en común con el MBR-200 eran su apoyo al candidato presidencial Chávez.
> (...)
> Sus creadores no pensaban utilizarlo como espacio de discución y formación de militantes, ni incorporale estructuras y procedimientos democráticos. Más bien serviría para tomar decisiones acertadas y rápidas relacionadas con la actividad electoral, estando en su cúspide personas de la mayor confianza del candidato, seleccionadas por él mismo (LOPEZ-MAYA, 2003: 109-110, grifos meus)

Chávez passou a percorrer o país, em campanha para a presidência da República. O programa apresentado era vago o suficiente para que a coligação recebesse apoio – e financiamento – de setores do empresariado (FERREIRA, 2012: 136)[108]. Em termos

[108] Dentre os grupos que financiaram a campanha do Polo Patriótico, figurava inclusive o conglomerado midiático de Gustavo Cisneros (*El Universal*). Seabra (2014: 107) lembra que não houve nenhum comprometimento formal da candidatura com esses grupos, que não tiveram representantes nomeados para nenhum cargo ministerial ou público. Neste sentido, o financiamento se explicaria muito mais pela prática (relativamente comum em eleições na América Latina) dos grandes grupos econômicos financiarem todas as candidaturas, de forma a estabelecer um "compromisso velado" com a totalidade do espectro político em disputa. Por outro lado, o escritor e historiador Gerónimo Pérez Rescaniere recorda que a burguesia venezuelana tinha representantes confiáveis no Palácio Miraflores, em posições estratégicas. A *Secretaria de la Presidência*, por exemplo, foi entregue ao jornalista Alfredo Peña, que era uma espécie de *"cuota de poder dada (...) al magnate televisivo Gustavo Cisneros. Que esté al tanto de todo lo que se hace en el Palácio de Miraflores y tenga una línea de acceso directo al presidente"*

econômicos, Chávez não fazia nenhuma referência a mudanças radicais nas relações sociais de produção; havia uma crítica contundente ao neoliberalismo, mas em favor de uma proposta difusa, que a rigor se enquadrava nas teorias *neodesenvolvimentistas*, defendidas à época pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). De "radical", a proposta apresentava tão somente a rejeição das medidas recessivas e da tutelagem do FMI, em favor de um modelo expansionista, baseado na participação do Estado como indutor do desenvolvimento. Além disso, o MVR defendia a orientação da economia não para o pagamento das dívidas externas, mas sim para o pagamento das "dívidas sociais", apresentado como *necessário ao desenvolvimento*.

De todo modo, as bandeiras mais importantes da candidatura Chávez, responsáveis por levá-lo à vitória, diziam respeito fundamentalmente a duas questões. Em primeiro lugar, sua posição em relação ao petróleo, frontalmente contrária à chamada *Abertura Petrolera*, então implantada pelo governo Caldera (dos candidatos que viriam a se confrontar nas eleições de 1998, Chávez foi o único que sempre apresentou claramente essa posição, o que contribuiu para conciliar os setores populares com parte das classes médias e das frações minoritárias da burguesia, que passaram a apoia-lo). A segunda questão, sempre presente no discurso *chavista*, era a disposição em transformar radicalmente as instituições políticas, através da convocação de uma Assembleia Constituinte e da refundação da República.

À medida que se aproximavam as eleições, forças partidárias de esquerda começaram a aderir à candidatura do MVR. O primeiro partido a declarar publicamente o apoio foi o PCV; posteriormente, também se aproximaram o *Pátria para Todos* (PPT),[109] e o *Movimiento Electoral del Pueblo* (MEP)[110]; finalmente, também o MAS[111] aderiu, conformando o que ficou conhecido como o novo *Polo Patriótico*. De outro lado, tanto os adversários de Chávez quanto os principais órgãos de imprensa o estigmatizaram como autoritário, promovedor de violência, antidemocrático ou mesmo fascista. Buscava-se criar um clima de medo, indicando que caso o Polo Patriótico

---

(RESCANIERE, 2011: 367). Luis Miquilena – que até 2001 foi o principal articulador político do governo e controlador *de fato* do MVR – também cumpria o papel de ponte com o meio empresarial e financeiro.

[109] O PPT é uma cisão do LCR, surgida após o mal desempenho do partido (cuja burocracia assumia posições cada vez mais centristas) nas eleições de 1995.

[110] O MEP era uma cisão da AD, formada por um setor do partido um pouco mais à esquerda, que resolveu se aproximar do chavismo.

[111] O MAS fazia parte do governo Caldera, e oscilou entre o apoiar as candidaturas de Salas Romer (que terminou em segundo lugar) ou do *adeco* Cláudio Fermin. No entanto, à medida que Chávez disparava nas intenções de voto, o partido optou por apoia-lo.

vencesse as eleições o país poderia se encaminhar para um clima de terror e/ou uma guerra civil. As acusações se baseavam tanto no fato de Chávez haver liderado uma tentativa de golpe de Estado, como também no estilo de seus discursos. Segundo Lopez-Maya (2009: 196), Chávez teria afirmado que "*varreria a Ação Democrática da face da Terra*", e que se vencesse as cabeças dos *adecos* e *copeianos* seriam "*fritas em óleo*"; ainda segundo Lopez-Maya, também teria afirmado que os que se opusessem à convocação de uma Constituinte iriam para a prisão. No âmbito das Forças Armadas, Chávez era extremamente popular entre as baixas patentes, mas estava longe de constituir uma unanimidade entre os oficiais mais graduados – o general Rubén Rojas Pérez (genro do presidente Caldera) chegou a afirmar que o Exército não poderia aceitar a vitória de um candidato que havia encabeçado um golpe militar (idem, ibidem).

Nada, porém, modificava as tendências assinaladas pelas pesquisas, que confirmavam o favoritismo do Polo Patriótico. Às vésperas da eleição, a AD e o Copei abriram mão de suas candidaturas em favor de Salas Römer (que concorria pelo *Proyecto Venezuela*, um dos novos partidos surgidos nos anos 1990), visando unificar todas as forças anti-Chávez em torno do candidato com mais chances de vitória. Mesmo assim, Chávez foi eleito presidente com a consagradora votação de 58,7%, contra apenas 35,7% obtido pelo segundo colocado. O Polo Patriótico também elegeu oito governadores (igualando-se à AD em número de estados) a maior bancada no Congresso (com cerca de um terço do Senado e da Câmara). Iniciava-se assim uma nova fase do processo bolivariano.

CAPÍTULO 3

Decifrando o Governo Chávez (1999-2005)

Quando Chávez ascendeu ao poder, ao final de 1998, a cesta petroleira da Venezuela estava sendo comercializada ao preço irrisório de US$ 7,66 por barril. Nominalmente, era o preço mais baixo dos 50 anos anteriores – o que autoriza especular que, em termos relativos, nunca na história do país o petróleo havia sido vendido a preços tão baixos. E, se levarmos em consideração a diminuição da captação da renda petroleira pela PDVSA – fruto dos contratos *entreguistas* promovidos pela política da *Abertura Petroleira* – temos configurado um verdadeiro saqueio, com consequências socioeconômicas nunca vistas por gerações. O déficit fiscal do país atingiu o recorde de 5%, com o colapso dos serviços públicos, dos subsídios e das políticas assistencialistas. Com isso, 44,76% dos venezuelanos não contavam com renda suficiente para satisfazer suas necessidades básicas (18,89% sequer chegavam a satisfazer suas necessidades alimentícias, situação que, se prolongada no tempo, levaria a um inevitável e insólito decréscimo populacional). Segundo a ONG PROVEA, 15% da população se enquadrava na condição de *pobreza atroz*, isto é, viviam ao relento sem acesso a nenhuma política social; a mortalidade por desnutrição dobrou no período 1993-1997, e o desemprego aberto rondava os 10% (sendo que metade da população economicamente ativa encontrava-se no setor informal). Dos estudantes que concluíam o curso superior, 80% vinham da educação privada, e 70% dos que ingressavam a educação primária não chegavam a concluir o oitavo ano. A média de vida do estrato V da população (o mais pobre) era 12 anos inferior a dos estratos I e II, e 30% da população não tinha acesso a nenhum serviço de saúde. (LOPEZ-MAYA, 2009: 189-190).

As parcelas mais precarizadas das camadas subalternas viviam em territórios urbanos não regularizados, cujas ruas muitas vezes não tinham nomes nem numeração oficial (e, nos mapas oficiais, simplesmente apareciam como “áreas verdes”, como se lá não vivesse ninguém). Muitos trabalhadores sequer possuíam os documentos básicos de comprovação de cidadania – e por isso desenvolviam formas próprias de organização social e de atuação política, relativamente *fora* dos mecanismos formais de participação institucional.

> No es por juego al localismo ya que de hecho las comunidades con frecuencia cada vez mayor no son ¨locales¨ sino colectividades autocentradas en una diversidad amplísima de identidades culturales, de género, de etnia, de clase, etc. Es por la simple razón que

> en sociedades como la nuestra, y muy particularmente la nuestra, el cuestionamiento al orden se desarrolla básicamente a partir del trabajo concientizador y protestatario que generan las distintas vanguardias sociales forjadas alrededor de las periferias de los núcleos sociales excluidos de los sistemas de reconocimiento y ascenso social (la carta de ciudadanía que la mayoría no tiene): lugares estables de trabajo, sistema escolar y universitario, sindicatos, asociaciones civiles, ligas empresariales, gremios profesionales, federaciones agrarias, agrupaciones culturales, partidos políticos, etc, y en general de los mercados laborales y asociativos tradicionales (cuantas veces hemos repetido que nos hemos convertido en una sociedad de vendedores y revendedores de ¨pantaletas¨, y sumémosle dos coletillas desconcertantes: con el más alto índice de analfabetismo funcional del continente, y el más bajo en cuanto al desarrollo asociativo de la sociedad civil. Ellas hablan por sí solas) (DENIS, 2001: 23-24)

Como vimos, o MBR-200 experimentou, nos anos 1990, a tentativa de evoluir de um movimento conspirativo, formado por células militares, para um movimento de massas, com relativa penetração em setores populares e com formas novas e mais horizontais de organização. Malgrado as diferenças que imediatamente se manifestaram entre os setores militares e civis que ingressaram no movimento, a abertura do MBR-200 se deu em um momento de ascensão das lutas populares e, neste sentido, potencialmente poderia constituir um *agente coletivo organizado* – um *partido* – capaz de aglutinar o conjunto dos trabalhadores e dar uma direção política unitária às lutas fragmentadas que surgiam no país.[112] Entretanto, a *capilaridade* do movimento no tecido social não foi profunda o suficiente para isso, e mesmo a discussão sobre o processo de transição que se pretendia realizar permaneceu muito abstrata e imprecisa. Além disso, a decisão de criar uma organização paralela, com vistas à disputar as eleições (o MVR), acabou interrompendo prematuramente o desenvolvimento do MBR-200 como um partido orgânico das classes trabalhadoras.

É verdade que, em termos eleitorais, o MVR pareceu representar uma iniciativa muito bem-sucedida, garantindo um impressionante saldo de sete vitórias contundentes logo nos três anos posteriores a sua fundação.[113] Mas, se a ideia era manter o movimento bolivariano de base como *dirigente* político-ideológico do processo, na prática o que ocorreu foi o contrário: à medida que se impuseram as tarefas urgentes de

---

[112] Sob certo sentido, o MBR-200 apresentou, ao menos em um curto período (mais ou menos entre 1994 e 1998) uma dinâmica semelhante à proposta por Alfredo Maneiro para a formação da LCR – isto é, um movimento orgânico das massas organizadas, a partir do qual elas próprias dariam a direção do processo, e não uma vanguarda previamente organizada em um partido (ver capítulo 1, p. 83). Maneiro faleceu em 24 de outubro de 1982, ainda no nascedouro da LCR e do MBR-200, e antes do grande salto na organização dos trabalhadores venezuelanos, que se deu nos anos subsequentes.

[113] O Polo Patriótico, criado e liderado pelo MVR, sagrou-se vencedor das eleições presidenciais de 1998; do plebiscito pela convocatória de uma nova Constituinte (1999); das eleições da ANC (1999); do plebiscito pela aprovação da nova Constituição Bolivariana e dissolução dos Poderes da IV República (1999); e, finalmente, das novas eleições convocadas para recompor os cargos de Presidente, deputados e governadores locais (2000).

governar o país e fazer avançar o processo constituinte, as decisões mais importantes foram passadas diretamente ao MVR, cuja estrutura interna era centralizada e sem espaços para o debate e participação orgânica da militância na elaboração do programa.

Estabeleceu-se então a tarefa contraditória de se levar adiante um processo que se pretendia revolucionário sem que houvesse, em estado razoável de maturação, um *partido revolucionário* – e aqui nos referimos especificamente ao conceito de partido proposto por Antonio Gramsci. O que acabou ocorrendo foi um descompasso entre o desenvolvimento do *programa* e a composição do *partido* que, em tese, deveria constituir sua expressão concreta, materializada na participação orgânica dos trabalhadores.

> A Revolução Bolivariana chegou ao governo sem um partido revolucionário autêntico, senão com um partido eleitoral, o MVR, que por isso mesmo nunca se colocou a tarefa da formação político-ideológica, de discussões internas sobre o programa e a nomeação de candidatos a cargos públicos, da formação de quadros políticos e de intelectuais orgânicos e os parcos vínculos com as comunidades e demais movimentos sociais e sindicais, que eram mobilizados majoritariamente na forma de Batalhões Eleitorais (...) Podemos elencar entre seus problemas na construção hegemônica alternativa o oportunismo de certos indivíduos que ao se abrigarem sob a figura de Chávez e do MVR apenas os instrumentalizavam como trampolim para o carreirismo político e, portanto, lograr cargos parlamentares e administrativos. (SEABRA, 2014: 145)

A ausência de um partido revolucionário orgânico contribui para personificar a direção política do processo em sua liderança máxima. Assim, em função da "crescente centralidade de Chávez como figura de unidade e de direção imprescindíveis ao processo (...) em determinados momentos o *chavismo* se confunde e até mesmo se choca com o *bolivarianismo*, entendido como a totalidade do processo em marcha" (SEABRA, 2014: 95). É claro que, para isso, concorreram também outros fatores importantes, como a identidade "de classe" que se estabeleceu entre as camadas subalternas e o líder do movimento bolivariano. Já mencionamos que Chávez é indiscutivelmente um "homem do povo", com o qual os trabalhadores rápida e naturalmente se identificaram em termos culturais e afetivos. A origem humilde, a cor da pele, o modo de falar, as expressões e referências presentes em seus discursos (que remetem aos esportes de massa, à música popular, aos hábitos da população mais pobre, etc), são fatores que não devem ser ignorados. Como afirma a pesquisadora da Universidad Central de Venezuela, Beatriz Fernández Cabrera,

> en un primer momento la multitud apoya al líder desde una afectividad y una sensualidad colectiva que los identifica. (...) La emotividad existente en el nexo que

> establecen los sectores populares con Hugo Chávez es indiscutible. Identifican en él al 'hombre de la esquina', en gran medida parecido a ellos, en la forma de cantar, de pronunciar el idioma inglés, en el humor que expresa. Admiran en el líder los recursos expresivos, incluso los autoritarios; además de la forma pedagógica en la que les transmite la historia, la geografía y la política. Consciente o inconscientemente los sectores populares se han identificado con él" (ver CABRERA, 2011).

Porém, a própria pesquisadora adverte que *"los sectores populares aceptaron el notable eco a las consignas políticas de Hugo Chávez en 1998, las cuales se empalmaron con sus necesidades y problemas"*, e que as bases chavistas "s*e va transformado de una masa que delega la defensa de sus intereses, a una que entra organizadamente en el juego de las relaciones de poder"* (idem, ibidem). Essa ressalva é sumamente importante, porque a ênfase em *superestimar* as razões de cunho afetivo que aproximam Chávez das massas se deve, muitas vezes, ao interesse subjacente de *obscurecer as razões efetivamente políticas* que solidificaram a conformação do campo chavista.

> El chavismo no es ajeno para nada a esta historia. Hasta cierto punto y por todos los testimonios ya revelados, el movimiento insurgente que encabeza Hugo Chávez en el 92 no es más que la versión militar de la misma historia. Lo cual no tiene nada de descabellado ni de asombroso ya que los puentes entre el movimiento revolucionario y el cuerpo militar que tuvieron lugar en principios de los años sesenta, al igual que en el mundo civil, siguieron su curso, adoptando características muy distintas de acuerdo a las épocas, pero cruzados con la misma voluntad de enfrentamiento y beligerancia originales. Podemos decir por tanto que el chavismo, y en concreto la historia del MBR.200, no es más que la historia de un grupo más de los tantos bolsones de resistencia que quedaron marginados y encerrados en sus propias utopías liberadoras. (DENIS, 2001: 36)

De 1999 em diante, o *chavismo* passou a pautar cada vez mais o processo bolivariano como um todo. Porém, isso não significa que os trabalhadores tenham assumido uma postura *passiva* frente ao governo. Steve Ellner comentaria o fato em 2008, quando Chávez já se encontrava há quase uma década no poder:

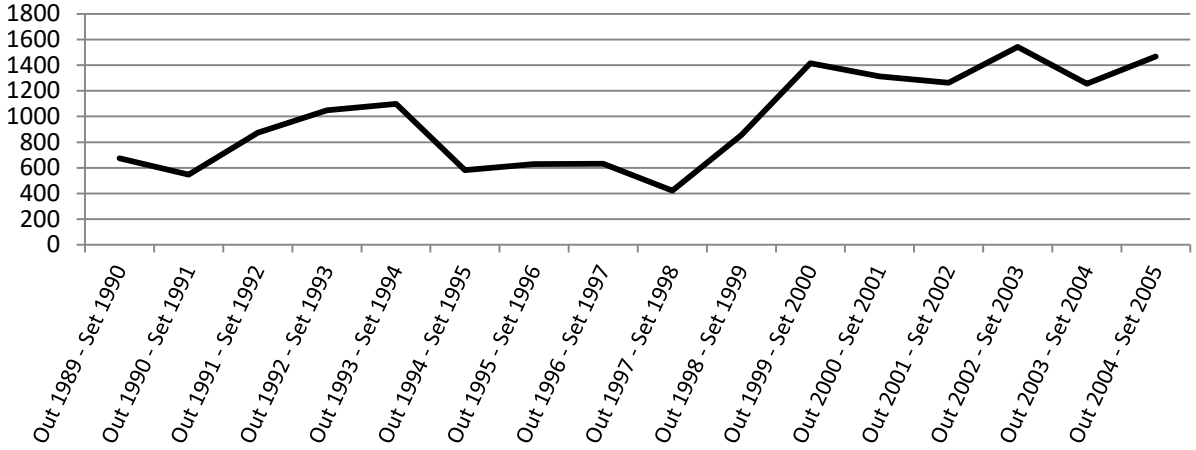
> Contrario a la afirmación de los adversarios de Chávez, quienes reducen el fenómeno chavista al caudillismo, un gran bloque del movimiento no sigue ninguna línea política y se consideran a sí mismos como la columna vertebral del movimiento. Estos "independientes" son particularmente combativos dentro de la confederación sindical chavista, la UNT (Unión Nacional de Trabajadores), y asumen posiciones que no siempre coinciden con las posiciones oficiales de los políticos del MVR. (...) Los analistas políticos necesitan ubicar a estos independientes en una posición central dentro del modelo ideado para describir el chavismo. Los "independientes" y los líderes de los partidos políticos abarcan dos formas distintas de hacer política que están constantemente em conflicto. Ambas corrientes señalan ciertas afirmaciones hechas por Chávez para vindicar sus respectivas posiciones. (ELLNER, 2008)

Na mesma linha também se pronunciaria Dick Parker, salientando a *falta* – e não a *existência* – de uma liderança efetiva no processo bolivariano.

> Cambiar los patrones de funcionamiento básicos de una sociedad no es nada fácil, ni tampoco es posible lograrlo a corto plazo. Es todo un proceso y, para quienes pretendamos construir um socialismo que tenga como elemento central de su definición una profundización de la democracia, los tiempos pasan por los ritmos del movimiento popular. Hace falta un liderazgo efectivo, sensible a estos ritmos, pero no hay atajos. (PARKER, 2007).

O número de protestos ocorridos na Venezuela, a partir da ascensão de Chávez, comprova que sua vitória eleitoral deu novo impulso à chamada *política de calle* (LOPEZ-MAYA, 2010), como pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Número de protestos populares na Venezuela



Fonte: Provea (cf.: LOPEZ-MAYA, 2006)

Cruzando os dados da ONG de defesa dos direitos humanos PROVEA e da Base de Dados Bravo Pueblo, da UCV, Lopez-Maya informa que, durante o segundo governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), um em cada três protestos ocorridos na Venezuela foram reprimidos pelo Estado; com Rafael Caldera (1994-1998), a repressão arrefeceu um pouco, mas mesmo assim se manteve alta (um a cada seis protestos). Com Chávez, porém, o número de protestos reprimidos caiu bruscamente: um a cada 24, entre 1998 e 1999; um a cada 28, entre 2001 e 2002; e um a cada 36, entre 2002 e 2003. O número de mortes registradas em protestos também caiu para uma média de uma ocorrência por ano – excetuando-se desse total os mortos dos dias 11, 12 e 13 de abril de 2002 (período

do golpe de Estado contra Chávez, para os quais não há dados confiáveis e nem é possível apontar com claridade o governo responsável, se o governo *de fato* de Pedro Carmona Estanga ou o governo *de direito* de Chávez, que havia sido derrubado).

A título de comparação, somente em 1992 houve 26 mortes registradas em protestos na Venezuela, todas em atos inicialmente pacíficos (isto é, nos quais os participantes demonstraram clara intenção de se manifestar por meios não-violentos). (LOPEZ-MAYA, 2009: 81-80). Vale ressaltar ainda que, desde o *Caracazo*, os protestos por motivações políticas ou civis crescem em número e chegam a conformar mais de 1/3 das manifestações, especialmente nos períodos entre 1986 e 1992 – época das reformas trabalhistas e da luta contra o governo CAP – e entre 1998 e 1999 – momento da eleição de Chávez e da promulgação da nova Constituição Bolivariana. Para Lopez-Maya (2006), *"si bien las condiciones socioeconómicas son el caldo donde se cultiva el malestar y/o los sentimientos de indignación moral e injusticia, serán, en definitiva, causas de índole sociopolítica, las que impulsarán la movilización, la sostendrán en el tiempo y moldearán sus características."* O avanço dos trabalhadores no sentido de dar a suas manifestações um caráter *propositivo* – e não apenas *reivindicativo* – podem ser comprovados logo em princípios do governo, quando Chávez fez o chamado à convocação de uma nova Assembleia Constituinte.

3.1 - A Constituição Bolivariana e o "Período de Transição" (1999-2001)

No mesmo dia em que foi empossado presidente da República, Chávez cumpriu sua principal promessa de campanha, decretando a realização de um referendo, em abril de 1999, sobre a convocação de uma nova Assembleia Constituinte. Aprovada a consulta, foram eleitos 131 deputados constituintes, dos quais 125 eram simpatizantes de Chávez (ELLNER, 2014: 148). Tratou-se de um dos momentos mais ricos do processo bolivariano, em termos de participação dos trabalhadores na condução das transformações no país. A chamada *política de calle* (LOPEZ-MAYA, 2010) deu um salto, avançando de pautas reivindicativas para assembleias de caráter propositivo. Nos três meses que duraram as discussões sobre o novo texto constitucional, os movimentos sociais, organizações civis e partidos políticos apresentaram 624 propostas à Assembleia Constituinte, das quais mais da metade foram incorporadas (SEABRA, 2014: 96). Em dezembro, um novo referendo foi convocado, no qual a população ratificou a nova Constituição com 76% dos votos. Em 2000, os Poderes da Nação foram legitimados, com novas eleições para os cargos de presidente, governadores e deputados

da nova Assembleia Nacional unicameral (que substituiu o antigo Congresso). O resultado confirmou o apoio da população à Chávez, que foi reeleito com 59,8% dos votos.[114]

Segundo Luiz Vicente Vieira,[115] o *processo constituinte* venezuelano guardou uma especificidade importante, quando comparado a outros ocorridos no continente.

> Ao inverso, por exemplo, da Constituição de Brasil de 1988 ou de Colômbia de 1991, a nova Constituição da Venezuela não se trata de uma carta que tem como objetivo a acomodação de interesses contraditórios, latentes na sociedade, mas sim, o resultado de um processo político que tentou alterar a estrutura do poder político no país. Isto é, não se trata da consolidação de um consenso objetivando a convivência pacífica entre poderes em conflito, senão a tentativa de uma alteração na essência do poder político, mediante um processo constituinte levado a cabo por uma força política hegemônica (o Polo Patriótico) (VIEIRA, 2005: 69)

Para Vieira, "a Constituição Bolivariana da Venezuela consiste na tentativa de ultrapassar o conceito do sistema representativo moderno, próprio à democracia liberal" (idem, ibidem: 70). A Carta Magna vigente até então (de 1961), não fazia nenhuma menção a formas de participação política direta, e determinava, em seu artigo 4º., que a soberania popular era exercida "mediante o sufrágio, pelos órgãos do poder público". Tal concepção é típica da maioria dos países ditos "democráticos", nos quais *identifica-se a democracia com o liberalismo* (isto é, a democracia se torna sinônimo não da participação ativa dos cidadãos, mas da ideia da *representação*). Já no caso da Constituição Bolivariana, é recuperada a concepção *rousseauniana* (presente no republicanismo de Bolívar e Simón Rodriguez) de que a soberania reside intransferivelmente no povo (art. 5), que pode exercê-la indiretamente, através do sufrágio, *mas também* diretamente, utilizando diversas formas de referendo.[116] Assim,

---

[114] Chávez venceu em todas as unidades federativas, à exceção de uma (o estado Zúlia), onde ficou em segundo lugar pela diferença mínima de 1,43%, perdendo para seu principal concorrente (o general Francisco Árias Cárdenas, ex-MBR-200 e então governador de Zúlia, que no total recebeu 37,52% dos votos). Apesar do aumento da abstenção em relação às eleições de 1998 (de 36,2% para 43,5%), em números absolutos o *chavismo* aumentou sua votação em mais de 80 mil votos – o que denota que o aumento da abstenção se deu pelo derrotismo então imperante no campo oposicionista.

[115] Professor de filosofia da Universidade Federal de Pernambuco

[116] O artigo 62 da Constituição estabelece que "Todos os cidadãos e cidadãs têm o direito de participar livremente nos assuntos públicos, *diretamente ou por meio de seus representantes eleitos ou eleitas"*; além disso, o mesmo artigo também afirma que "é *obrigação do Estado* e dever da sociedade facilitar a geração das condições mais favoráveis para sua prática" (grifos meus). Os artigos 71, 72, 73 e 74 criam quatro tipos de referendo: o consultivo, que submete questões de transcendência nacional à consulta aos cidadãos; o revogatório, que permite, após certo tempo, a revogação do mandato de qualquer representante; o confirmatório, que submete acordos, convênios ou tratados internacionais à aprovação popular; e o ab-rogatório, que pode abolir parcial ou totalmente qualquer lei ou decreto com força de lei (ver, dentre outros, SEABRA, 2014: 98; FERREIRA, 2012: 269). No total, a Constituição tem mais de 50 artigos que falam de participação popular, dos quais destacamos: o artigo 70, que trata da formação de

no novo texto constitucional, a vontade do povo deixa de estar misticamente identificada com a vontade do parlamento, porque nem a iniciativa da lei nem a decisão final sobre ela é restrita à instituição legislativa.

Vieira recupera as formulações teóricas de Carl Schmitt, acerca das características do "Estado Legislativo Parlamentar" típico das democracias liberais. Nessa concepção de Estado, o poder sempre é exercido em nome da lei, isto é, segundo uma norma impessoal, geral e *predeterminada*, na qual o ideal do individualismo burguês (a liberdade pessoal, a propriedade privada, a liberdade de contratação, a liberdade de indústria e comércio, etc) aparece como anterior ao poder político. Trata-se, portanto,

> de um modelo em que a liberdade está acima do poder político e o poder mesmo do Estado encontra-se debilitado pelo princípio da separação dos poderes, o qual cria um mecanismo tal que imuniza qualquer possibilidade de ação pública capaz, por exemplo, de intervir na lógica da economia de mercado. Pois, na separação tradicional de poderes desaparece a ideia de soberania como instância superior de decisão da comunidade. O mútuo controle de poderes substituiu a soberania por um mecanismo de tomada de decisão, negociada entre os poderes que compõem o sistema. (VIEIRA, 2005: 79)

No caso da nova Constituição Bolivariana, "o poder da lei está relativizado porque está permanentemente dependente de uma ratificação que resulta sempre de uma decisão existencial 'dos homens', que compõem o povo soberano. (...) Portanto (...), a justificativa do Estado não está exclusivamente na legalidade geral de toda a vida estatal, mas sim no consentimento permanente das pessoas enquanto povo" (idem, ibidem: 75). Daí que mesmo os dogmas econômicos – que, nas constituições liberais, são estabelecidos como *cláusulas pétreas* – "não se impõem definitivamente, mas estão condicionados a uma avaliação popular através de uma ratificação ou retificação e, inclusive, a uma rejeição dos mesmos" (idem, ibidem: 80).

Além disso, pela Constituição Bolivariana o Estado tem que ir além de *reconhecer* certos valores (como a vida, a democracia, a igualdade, etc), porquanto tem também a responsabilidade de *efetivar* esses princípios.

Assembleias de cidadãos e cidadãs e do estímulo à *economia social* (cooperativas, caixas de poupança e participação de trabalhadores e da comunidade na gestão de empresas públicas); os artigos 55, 83, 86 e 102, que tratam da participação direta na gestão pública das áreas de segurança, saúde, seguridade social e educação, respectivamente; os artigos 204 e 205, que tratam da iniciativa popular na proposição de projetos de lei; os artigos 206, 211 e 253, que estabelecem mecanismos de consulta em assuntos de interesse dos estados, sobre projetos de lei e no sistema de justiça, respectivamente; artigos 119, 123 e 125, que tratam de direitos indígenas; dentre outros.

> Na Constituição Bolivariana o poder do Estado não se restringe a zelar só pela liberdade das pessoas e a segurança de seus bens. Ao contrário do ideal do Estado Liberal de Direito, que garante a vigência dos direitos adquiridos por meio das revoluções burguesas, esta Constituição, em seu preâmbulo, determina estabelecer um "Estado de Justiça". Estado de Justiça em oposição à mera ideia de Estado de Direito significa vincular-se a valores substanciais últimos, ultrapassando o restrito conceito de garantia da vigência e de respeito a direitos formais, o que, certamente, compreende um mínimo de homogeneidade social (idem, ibidem: 79)[117]

Houve também um avanço no sentido de reduzir o poder das elites partidárias que, durante o regime *puntofijista*, praticamente controlaram o sistema político venezuelano. Além do artigo 62, que afirma ser dever do Estado "facilitar" a participação popular direta nas decisões, também foram eliminados os subsídios aos partidos políticos e imposta a realização de eleições internas nas agremiações, tanto para a seleção dos candidatos aos cargos representativos quanto aos postos de direção partidária. O alcance efetivo dessas medidas, porém, evidenciou divergências importantes no campo bolivariano, que se manifestaram já durante o processo constituinte: vários líderes nacionais do MVR (incluindo o então senador William Izarra) defenderam a autonomia das assembleias partidárias nas instâncias paroquiais,[118] que deveriam constituir a base para a tomada de decisões nos partidos; tal proposta, porém, foi barrada pelo setor moderado do chavismo, liderado por Luís Miquilena, que argumentava ser impraticável esse tipo de dinâmica (ELLNER, 2014: 238).

Outro ponto polêmico dizia respeito às Leis Habilitantes, um mecanismo de centralização das decisões que já existia na Constituição de 1961, e foi mantido na nova Carta Magna. Segundo o artigo 203, a Assembleia Nacional pode, em situações de emergência, delegar ao Executivo Federal a faculdade de ditar decretos com força de lei, conforme diretrizes, propósitos e marcos de matérias aprovadas por 3/5 dos deputados, durante um prazo fixado por lei. O problema é que o texto não normatiza o que seriam "situações de emergência", abrindo caminho para uma concentração de poder na cúpula do Estado, nas circunstâncias em que o governo tenha maioria

---

[117] Na mesma linha, Seabra (2014: 98) argumenta que "a democracia prevista na refundação da república não é apenas o desfrute de maiores liberdades civis e políticas, mas também o estabelecimento de uma ordem social tendente à justiça e à igualdade social". É neste sentido que a nova Constituição "atualiza a cobertura dos direitos humanos; incorpora os direitos indígenas e ambientais; reafirma o controle do Estado sobre as riquezas energéticas e estratégicas; garante aos militares o direito de voto; reduz a jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais; garante a indenização do trabalhador quando o empresário romper o contrato de trabalho; incorpora donas de casa e trabalhadores da economia informal ao sistema de seguridade social; e confere a saúde, educação e aposentadoria como dever do Estado" (idem, ibidem: 96-97).

[118] As paróquias são uma espécie de divisão administrativa existente nas cidades venezuelanas, aproximadamente equivalente ao que no Brasil denominamos "bairros".

suficiente na Assembleia Nacional. Como veremos, isso de fato veio a ocorrer diversas vezes no governo Chávez, quando Leis Habilitantes foram aprovadas sem que fosse consensual a existência de uma "situação de emergência" – nessas ocasiões, mesmo quando o *conteúdo* das leis foi considerado progressista pelo campo chavista, houve críticas por sua aprovação por meio desse preceito constitucional, já que ele inviabilizava o aprofundamento do debate e retirava o protagonismo dos setores populares organizados (além de legitimar as críticas da oposição, que justamente acusavam o governo de ser excessivamente centralizador e autoritário). Houve ainda outros artigos aprovados que também revelaram uma maior centralização do poder no Executivo.[119]

Mas o problema principal é que muitos avanços contidos no texto constitucional não chegaram a se efetivar na prática. O exemplo mais importante é o das *Assembleas de Ciudadanos y Ciudadanas*, que segundo o artigo 70 da Constituição teriam caráter vinculante – isto é, suas decisões teriam valor de lei e deveriam ser respeitadas pelos poderes representativos em todos os níveis. Esse artigo jamais foi regulamentado, criando uma dialética complexa entre *base* e *direção*, que perpassou todo o processo bolivariano – o que Ellner denominou como as "duas estratégias" do chavismo: a *"estatista"* e a *"desde abajo"* (ELLNER, 2014: 235-258). No âmbito das lideranças partidárias do Polo Patriótico e na burocracia de Estado, prevaleceram os interesses defensores de uma via "estatista" para o processo; contudo, em certas circunstâncias a correlação de forças pendeu para os movimentos organizados de base, que lograram impor algumas de suas reivindicações (geralmente, quando conseguiam o apoio pessoal de Chávez, contra a burocracia). Pode-se dizer que esses momentos de protagonismo dos trabalhadores foram "arrancados a fórceps", e neste sentido o chamado *empoderamento* das camadas subalternas – isto é, a ampliação de sua capacidade política de impor os interesses dos trabalhadores – não deve ser superestimado: ele ocorreu de fato, mas quase sempre sob a tutela do Estado, que impôs os limites dentro dos quais os movimentos organizados tiveram liberdade para atuar. Veremos que, sempre que a *base* assumiu um grau efetivo de direção política, ultrapassando esses limites, o Estado atuou rapidamente para retomá-la; e, no caso dos segmentos das camadas subalternas com maior tradição organizativa (como os estudantes e o

[119] Um exemplo foi a questão das promoções na carreira militar, que se tornaram responsabilidade direta da Presidência, sem a participação da Assembleia Nacional, e a possibilidade do Executivo decretar a realização de uma Assembleia Constituinte (algo que, anteriormente, requeria a aprovação de dois terços do Legislativo) (ELLNER, 2013: 148).

movimento operário), muitas vezes o governo agiu de forma "preventiva", esvaziando e/ou impedindo (de forma mais ou menos repressiva) as iniciativas populares já em seu nascedouro, antes que pudessem redundar em uma descentralização *de fato* do poder.

Exemplos ocorreram logo nos primeiros anos de governo. Em dezembro de 2000, operários ocuparam as sedes de federações filiadas a CTV, reivindicando a conformação de uma *"Constituyente de los Trabajadores"* que transformasse por completo a estrutura sindical e a legislação trabalhista do país; o governo, no entanto, desautorizou as ocupações, argumentando que elas não contariam com o apoio da maior parte dos trabalhadores (trataremos especificamente desse tema no capítulo 5). Meses depois, em abril de 2001, foi a vez do movimento estudantil bolivariano ocupar o edifício da reitoria da *Universidad Central de Venezuela* (UCV), exigindo um *"proceso constituyente universitario"* que derrubasse as estruturas arcaicas e autoritárias que ainda vigoravam na universidade.[120] A ocupação visava modificar esse quadro conservador, e Chávez chegou a expressar simpatia pelo movimento; no entanto, sob o argumento da autonomia universitária, o governo não tomou nenhuma medida mais concreta. Ao final, a reitoria não atendeu a nenhuma das reivindicações dos estudantes, e ainda os responsabilizou por alguns atos de violência ocorridos na ocasião, assim como pela incursão de *grupos de esquerda* alheios ao ambiente universitário (ELLNER, 2014: 239).

Medidas como essa pareceram confirmar certas expectativas, nutridas por alguns setores das frações dominantes (e também por lideranças mais críticas à esquerda), de que Chávez era apenas uma figura excêntrica que, ainda que potencialmente "perigosa",

[120] Para entender esse episódio, é necessário lembrar que a UCV e todo o meio universitário venezuelano sempre teve um caráter abertamente elitista. Os métodos de seleção para o ingresso de estudantes não eram transparentes, sendo comum que algumas vagas fossem reservadas para os filhos das camadas mais abastadas da sociedade. Além disso, ainda vigorava o sistema de cátedras, através do qual certas "elites acadêmicas" se perpetuavam no comando dos cursos, sem espaço para debate ou eleições internas, e sem a participação discente. Até mesmo as eleições para os órgãos representativos dos estudantes (como o Diretório Central) eram "supervisionadas" pelos professores, que tomavam a frente dos processos eleitorais e da apuração dos votos. Algumas dessas características vieram a ser modificadas no decorrer do processo bolivariano (como as formas de ingresso, que se tornaram mais democráticas); mas as cátedras e a interferência docente no movimento estudantil permanecem até hoje (sob a chancela da "autonomia universitária"). Em nosso trabalho de campo, acompanhamos as eleições de 2015 para o Diretório Central dos Estudantes da UCV. Havia uma comissão eleitoral formada por estudantes eleitos; mas na prática seus integrantes funcionaram como "testemunhas" de um processo conduzido por representantes do corpo docente (não eleitos), com apoio dos seguranças da universidade. O acesso aos locais de apuração era restrito, e nem mesmo os estudantes inscritos nas chapas podiam entrar (apenas as "testemunhas" eleitas). Ainda que não tenha ocorrido nenhuma acusação formal de deturpação dos resultados, na prática o movimento estudantil é obrigado a "confiar" na lisura de um processo que na verdade é controlado pelos professores.

poderia ser mantida "nos trilhos". Analisando esses anos iniciais de governo, Ellner ressalta que

> Chávez mantuvo un diálogo con el sector privado e invitó a numerosos empresarios para que lo acompañasen en sus viajes al exterior. La dirección moderada del gobierno fue puesta en evidencia también con la selección como Ministra de Finanzas de Maritza Izaguirre, quien había ocupado la misma posición bajo el gobierno neoliberal anterior de Rafael Caldera. Posteriormente, Chávez nombró al congresista del MVR Alejandro Armas, que pertenecía a la coriente de línea blanda de su partido dirigida por Luis Miquilena, para encabezar un subcomité presidencial sobre la seguridad social que propondría la privatización del sistema de pensiones. (ELLNER, 2014: 147)[121]

O documento "*La propuesta de Hugo Chávez para transformar a Venezuela: Uma Revolución Democrática*" (publicado pelo *Ministério de Planificación y Desarrollo* em 1999) indicava que o governo apostava numa saída de cariz neo-desenvolvimentista, calcada no estímulo à iniciativa privada e no aproveitamento das "*ventajas comparativas y competitivas*" do país para produzir mercadorias capazes não só de satisfazer as necessidades dos venezuelanos como também de competir com as mercadorias estrangeiras (GUERRA, 2014: 9). O Estado deveria ser usado como promotor do desenvolvimento, da eficiência e da equidade, visando superar a o modelo concentrador de renda e poder. Já se afirmava a ideia de uma economia humanista e autogestionária, com a defesa do estabelecimento de novas formas de propriedade e associativismo (como as cooperativas), e também uma reforma tributária de caráter progressivo, capaz de desonerar o consumo e aumentar os impostos sobre a renda. Por outro lado, o governo também propunha aumentar a autonomia funcional, financeira e administrativa do BCV, e havia ainda uma grande incógnita quanto à questão do campo, já que em nenhum documento do governo ficava claro o papel que a agricultura deveria cumprir no novo modelo (idem, ibidem: 14).

Outro ponto crítico dizia respeito a um dos pilares do modelo petroleiro rentista: o câmbio sobrevalorizado, que foi mantido como principal mecanismo de controle da inflação. Segundo o economista José Guerra (2014: 12), o *Ministério de Planificación y Desarrollo* do governo Chávez partia do pressuposto de que as flutuações da moeda afetavam negativamente a população, confiscando recursos das famílias mais pobres,

[121] Deve-se ressaltar, porém, que no final das contas Chávez não veio a encampar nenhuma das políticas privatistas defendidas pela ala moderada do MVR, nem mesmo nos casos da Seguridade Social e da indústria do alumínio (cujos modelos de privatização já estavam praticamente acertados em princípios de seu governo). Além disso, ao contrário do que propunham os defensores do neoliberalismo e mesmo certos setores à direita do chavismo, o governo se recusou a diminuir os recursos destinados aos programas sociais, vindo a aumentá-los substancialmente no decorrer dos anos seguintes. (ELLNER, 2014: 149)

cujo patrimônio era denominado em bolívares; neste sentido, defendia-se o fortalecimento da moeda com base na ancoragem de um tipo de câmbio fixo, sustentado pelos dólares do petróleo. Tal política permitia não só a importação de bens de consumo, como também atendia aos interesses do setor produtivo, que era dependente da importação de máquinas, peças e insumos Mas, por outro lado, acabou por dificultar o surgimento de cadeias de produção mais complexas, ao desestimular o desenvolvimento de um setor de bens de produção, peças, acessórios, etc. Além disso, o barateamento geral dos bens de consumo importados prejudicava todos os setores industriais não-exportadores, assim como a agricultura. Em resumo, a política macroeconômica dos primeiros anos de governo centrava-se na busca pela estabilização da inflação (objetivo a ser perseguido no curto prazo), através de políticas tradicionais que tinham efeitos maléficos para o desenvolvimento da agricultura e da indústria não-petroleira (objetivo de médio e longo prazo). Deve-se ressaltar ainda que a política de valorização cambiária, a despeito do discurso nacionalista do governo, interessava sobremaneira aos acionistas estrangeiros das empresas multinacionais radicadas na Venezuela, na medida em que incrementa a exportação de capitais na forma de dividendos e lucros.[122] Na prática, a ancoragem cambial sobrevalorizada manteve-se como um dos pilares fundamentais da manutenção do país como prisioneiro da "armadilha" do rentismo petroleiro.

O *Programa Económico de Transición* (1999-2000), se traduziu na manutenção de uma política econômica ortodoxa, que apenas sinalizava para a implementação de ideias neokeynesianas (ao indicar que parte substancial do orçamento seria direcionada para a formação bruta de capital fixo público, o que teria um efeito reativador na demanda do setor privado industrial). Paralelamente, seriam criados novos organismos

---

[122] Como afima Luis Enrique Gavazut Bianco (coordenador do *Movimiento de Batalla Social Punta de Lanza* e pesquisador convidado do *Ministério del Comércio* da Venezuela), as empresas multinacionais *"tienen la necesidad de convertir sus ganancias obtenidas en bolívares por sus actividades desempeñadas en la economía nacional, a dólares para poder pagar los dividendos a sus accionistas domiciliados en el extranjero y para quienes los bolívares no tienen ningún valor de cambio realizable en sus respectivos países. (...) Una vez obtenidas las correspondientes ganancias, el problema consiste en convertirlas a dólares y repatriarlas a las casas matrices para pagar a los accionistas sus dividendos. Para ello, deben necesariamente apoderarsede las divisas que el sector exportador de la economía nacional genera, que en nuestro caso es casi únicamente el sector petrolero, perteneciente al Estado. Es así como las economías centrales del sistema-mundo viven a expensas de las economías de la periferia: por una parte, nos compran nuestras materias primas y para ello nos pagan en su moneda, que nosotros necesitamos para a su vez comprarles bienes de capital y de consumo final que ellos producen en sus economías; y luego terminan de recuperar las divisas que nos entregaron por sus compras de nuestras materias primas, a través de la repatriación de dividendos de sus filiales domiciliadas en nuestros países. Es una auténtica "centrífuga", donde la mayor parte de la riqueza de las economías periféricas, tanto real (materias primas) como financiera (divisas), va a parar a las economías centrales.* (ver https://www.aporrea.org/ddhh/a184873.html, acessado em 11 de janeiro de 2017).

de fomento, assim como títulos de "utilidades cambiárias" do BCV que funcionariam como capital fictício para financiar a indústria (idem, ibidem: 17). A partir de 2001, o governo lançou um novo plano de desenvolvimento que seguia afinado a uma política de concertação de classes, prevendo a construção de "*un sistema productivo diversificado, competitivo, abierto hacia los mercados internacionales, basado en la iniciativa privada y con presencia del Estado en industrias estratégicas, pero con apertura a la inversión privada en el desarrollo aguas abajo del tejido industrial*" (idem, ibidem: 19).

Para embasar teoricamente sua política econômica, o governo Chávez reivindicou as teses neoestruturalistas da CEPAL, desenvolvidas por economistas que procuravam (cada um à sua maneira) dar uma resposta de cariz desenvolvimentista à imposição do Consenso de Washington no continente. Uma obra, em especial, foi reiteradamente mencionada no debate venezuelano após a vitória de Hugo Chávez: "*El desarrollo desde dentro: un enfoque neoestructuralista para la América Latina*" (1991), organizada por Osvaldo Sunkel. A introdução do livro, escrita por Sunkel e Joseph Ramos, resume o que as diferentes abordagens ali presentes teriam em comum: a retomada do desafio original de Raul Prebisch, de buscar a criação de um mecanismo endógeno de acumulação, industrialização e desenvolvimento tecnológico de forma a garantir que o continente crescesse com dinamismo e competitividade. Só que, dessa vez, a orientação geral do esforço industrializador deveria ser não a *substituição de importações,* mas sim a inserção nos mercados globais através de exportações, com intervenções seletivas que buscassem aproveitar as "vantagens comparativas" de cada país. Além disso, os autores mais radicais deste grupo da CEPAL (como o próprio Sunkel), pregavam abertamente o rompimento com o FMI e suas "medidas de ajuste" de caráter recessivo. O pagamento das "dívidas sociais" deveria ser prioritário em relação ao pagamento das dívidas externas, até pelo fato de que, sem o pagamento das dívidas sociais, não seria possível a retomada do crescimento. Além disso, esses autores também falavam de reativação das reformas estruturais e do apoio à pequena e média indústria, além do setor informal. Até o surgimento da bandeira do "Socialismo do século XXI" (em 2005), o *Desarrollo Endógeno* se consolidou como a principal consigna do governo Chávez, no sentido de buscar uma sociedade mais igualitária e um padrão alternativo de desenvolvimento sustentável.[123]

[123] Em sua origem, o conceito de *desarrollo endógeno* era usado para descrever certas experiências locais ou regionais de países desenvolvidos relativamente "menos avançados", como a Itália. Tratava-se da

Na questão mais importante de todas – o petróleo – os avanços foram de fato muito tímidos nos dois primeiros anos de governo Chávez. O artigo 303 da Constituição garantiu ao Estado a totalidade das ações da PDVSA ou de qualquer outro ente que viesse a ser criado para o manejo da indústria petroleira; no entanto, o mesmo artigo excluía dessa exigência *"las filiales, asociaciones estratégicas, empresas y cualquier otra que se haya constituido o se constituya como consecuencia del desarrollo de negocios de Petróleos de Venezuela"*. Em parte, essa ressalva poderia ser justificada pelo fato de que a Venezuela não poderia manter a produção petrolífera sem o recurso das parcerias com transnacionais do setor (já que o país não possuía tecnologia própria); mas o fato é que, na prática, o texto constitucional manteve a PDVSA como uma espécie de agência licitatória de convênios com empresas privadas, que eram as que produziam o petróleo de fato.

Para Mommer (2010: 329), Chávez *"no tenía una política petrolera específica más allá de un compromisso impreciso de seguir una política nacionalista"*. Quando chegou ao poder, a PDVSA funcionava de forma praticamente autônoma em relação ao *Ministério de Energia y Minas*, já que todos os diretores da empresa eram nomeados diretamente pela Presidência da República – o que fazia com que, na prática, *"el único accionista verdadero es el Presidente, quien virtualmente no tiene apoyo institucional o estructural alguno para ejercer eficazmente esta función"* (MOMMER, 2010: 333). Em tese, deveria caber ao *Ministério de Energia y Minas* o controle e a fiscalização sobre a estatal; no entanto, o órgão se encontrava em avançado estado de sucateamento, com um reduzido quadro de profissionais pouco valorizados (a maior parte dos profissionais técnicos mais qualificados havia sido transferida diretamente para a estatal).

Diante dessa situação, Chávez nomeou para a presidência da PDVSA o Gal. Guaicaipuro Lameda, enquanto o *Ministério de Energia y Minas* foi entregue ao advogado e diplomata de orientação nacionalista Ali Rodríguez Araque.[124] Lameda não

---

criação de *enclaves* bem integrados ao sistema capitalista, os quais se basearíam no aproveitamento do "capital social" e das "sinergias" para a especialização em certos setores industriais, com a incorporação de alta tecnologia e integração competitiva no mercado global. Nessa vertente, o expoente mais debatido na Venezuela foi o espanhol Antonio Váquez Barquero, que propunha mecanismos de *desarrollo endógeno local* – os quais se enquadravam no ideário neoliberal, caracterizando o que se convencionou chamar de "acumulação flexível" (ver DRUCK, 1999). Seria no âmbito da Cepal que a ideia do desenvolvimento endógeno ganhou um novo enfoque, sendo rearticulada com vistas a conformar uma estratégia nacional de superação da crise das últimas décadas do século XX, através da reafirmação dos princípios desenvolvimentistas (ainda que relativamente alterados para se adequar à nova conjuntura).

[124] O primeiro presidente da PDVSA nomeado por Chávez foi o engenheiro químico formado pela Universidad Central de Venezuela, Hector Civaldini. No entanto, ele ficou pouco tempo no cargo, sendo substituído por Lameda já em outubro de 2000.

participara do MBR-200 e não era do círculo político próximo de Chávez; sua indicação se justificou muito mais por sua reconhecida formação técnica (era engenheiro elétrico formado com distinção na *University of the Pacific* dos EUA, e foi chefe do Escritório Central de Planificação da *Compañia Anónima Venezolana de Industrias Militares* (CAVIM)). Araque, ao contrário, era uma escolha política: filiado ao PPT, havia participado da luta armada (pelo PRV) e fora militante da Causa R, quando chegou a apoiar a insurreição militar de *4 de Febrero* de 1992; porquanto tivesse a reputação de bom negociador e criador de consensos, era intransigentemente contrário às políticas de privatização do petróleo.

Como ministro, Araque buscou retirar da PDVSA a autonomia para a condução dos contratos com as empresas estrangeiras, além de defender os *royalties* como a principal forma de garantir os ganhos do proprietário (isto é, do Estado venezuelano) na produção do petróleo. A opção pelos royalties se justificava porque outras formas de impostos podiam ser manipuladas de diversas maneiras, em favor de interesses privados. Isso porque os lucros decorrentes da extração do petróleo se diluíam ao longo da cadeia produtiva (produção, refino, transporte e vendas a varejo), através de toda sorte de manipulações contábeis desenhadas para ocultar os descontos nos preços de transferência e inflar deliberadamente os custos (idem, ibidem: 334) – o que prejudicava a captação da renda por meio de impostos. Os royalties, ao contrário, levavam em consideração apenas duas variáveis muito mais facilmente monitoráveis: o volume de produção e os preços internacionais do barril; além disso, a priorização dos royalties se compatibilizava com uma ótica nacionalista para o setor, uma vez que implicava também numa política de manutenção dos preços, e não simplesmente de incremento da produção e da conquista de mercados pela PDVSA.

Guaicaipuro Lameda, ao contrário, se alinhava com o pensamento dominante do corpo técnico-gerencial da estatal, para quem a salvação da PDVSA estava em sua conversão definitiva – quiçá através de sua privatização – em empresa transnacional, com investimentos externos, aumento no volume de produção e conquista de mercados internacionais. Sob seu comando, em 2000, a PDVSA apresentou um surpreendente aumento de 44,6% em suas despesas totais – devido principalmente à manutenção dos contratos “flexíveis” de Serviços Operativos, que haviam sido firmados com empresas estrangeiras durante o período da *Apertura Petrolera*. No total, o orçamento da PDVSA consumia cerca de 40% do gasto público do país, o que só era possível graças à enorme influência financeira da empresa, que penetrava profundamente no mundo político, na

mídia e nos formadores de opinião em geral (MOMMER, 2010: 336). A entrega dos cargos do *Ministério de Energia y Minas* a políticos do PPT e do MEP (que eram partidos pequenos, com pouca representatividade na Assembleia Nacional) contribuiu para a manutenção da influência da empresa no meio político. O lobby da PDVSA junto a membros do MVR era tão forte que em novembro de 2000, a Comissão de Energia e Minas da Assembleia Nacional foi "convencida" a defender uma nova legislação que apontasse para a baixa nas taxas de royalties.

Os eventos posteriores autorizam afirmar que Chávez, pessoalmente, era partidário das propostas de Rodríguez Araque, e que muito provavelmente a nomeação de Lameda se deveu ao fato de que, em princípios de mandato, não seria possível deslocar os grupos de poder instalados na PDVSA sem provocar uma crise política de largas proporções, para a qual o governo ainda não estava preparado. Como recorda Mommer (2010: 334), *"de muchas maneras PDVSA ha perdido control sobre si misma. (...) La compañia se ha ido estructurando en el devenir de los años preocupada, en primer lugar, por evitar que su accionista (el Estado) pueda intervenir en ella. Actuando así, se volvió más y más difícil de dirigir"*. O próprio Chávez admitiria essa fragilidade, em entrevista à cientista política chilena Marta Harnecker, em 2004.

> Certamente que administrar um Estado com o grau de complexidade, clientelismo, inoperância como o que tivemos e temos, é algo bastante complexo. Muito mais do que imaginávamos. Há uma infinidade de organizações, de organismos que desconhecíamos. Lembro-me de que pregávamos na parede um mapa do Estado para detectar as diferentes instituições e quem as controlava, e ainda continuam surgindo mais instituições. E se a isso acrescentas os procedimentos, os vícios dos funcionários públicos... Imagina que ainda não foi mudada uma velha lei que ampara o funcionalismo clientelista que foi incorporado pela AD e pelo Copei! Um ministro, ou qualquer funcionário, está impossibilitado de destituí-lo, salvo se violar a lei. Há casos em que alguns ministros exoneram funcionários e, em seguida, se vêem obrigados a readmiti-los. (...) As complicações burocráticas para fazer pequenas mudanças eram numerosas. Por quê? Porque nos deparamos com uma série de leis, códigos, regulamentos que dificultavam a adoção de medidas necessárias. (...) Também tivemos de enfrentar a cultura tradicional, a resistência à mudança. Ocorre, muitas vezes, que tu designas um bom funcionário, com boa capacidade, para ocupar um lugar que vise transformar uma instituição e acontece que a instituição acaba incorporando-o. Um exemplo é a PDVSA, essa empresa monstruosa. Ainda não fizemos nela grandes mudanças. (Hugo Chávez, cf.: HARNECKER, 2004: 74-75)

Chávez se apresentara nas eleições como o inimigo número 1 da burocracia parasitária herdada da IV República. Alçado à presidência sem um partido orgânico capaz de lhe fornecer quadros para ocupar os aparelhos de Estado, haveria de governar, em grande parte, com essa mesma burocracia com a qual havia declarado guerra – o que certamente era uma tarefa das mais difíceis. Além disso, fissuras importantes se deram

no Polo Patriótico: nas eleições de 2000, o PPT rompeu com o chavismo, alegando que o governo promovia uma política sectária, em benefício do MVR; também afirmavam que não teria sido respeitado um acordo segundo o qual, em troca de apoio nas eleições para a Presidência, Chávez apoiaria candidatos do PPT nas eleições de determinados municípios e estados (ou, ao menos, não apoiaria publicamente eventuais candidatos locais do MVR).[125]

Isso não impediu que Chávez obtivesse maioria na Assembleia Nacional,[126] mas seu próprio partido carecia de unidade e orientação ideológica clara. Até aquele momento, o MVR era dominado por uma fração moderada, liderada pelo Ministro do Interior Luis Miquilena, responsável por quase toda a articulação política do governo; foi somente a partir de 2001, com a passagem de Miquilena à oposição, que este setor do chavismo foi relativamente deslocado de suas posições no poder, em favor de lideranças favoráveis ao aprofundamento das transformações no país.[127]

---

[125] Chávez negou a existência deste acordo, embora tenha admitido que "houve sectarismo em algumas instâncias do Movimento V República. Infelizmente, esses vícios sempre estão presentes". Segundo sua avaliação, a crise com o PPT se deu "porque nem eles nem nós fomos capazes de antepor o projeto estratégico às nossas diferenças secundárias e aos conflitos regionais que foram acontecendo" (Hugo Chávez, cf.: HARNECKER, 2004: 53-54). Nas eleições locais de 2000, houve episódios em que militantes do PPT e do MVR chegaram se enfrentar em confronto físico. Nessas condições, o PPT retirou-se do Polo Patriótico, lançando candidatos próprios que acabaram não se elegendo à Assembleia Nacional – o que abriu um vácuo na base do governo que veio a ser preenchido pelo MAS (o qual, no ano seguinte, passaria à oposição). Com isso, nas votações que exigiam dois terços dos deputados – como as nomeações para o Tribunal de Contas da República, o Tribunal Supremo de Justiça e os novos Poderes Eleitoral e Moral – o governo foi obrigado a fazer acordos pontuais com a AD, o Copei e o *Proyecto Venezuela*.
No caso específico do PPT, o partido se encontrava dividido entre um setor liderado por Pablo Medina – que sempre se mostrara reticente à aproximação com o Polo Patriótico, recusando-se a participar ativamente da campanha de 1998 – e outro onde despontavam lideranças como Aristóbalo Isturiz e Maria Cristina Iglesias – que eram mais próximos ao chavismo. Neste último setor participavam militantes que, em 1992 (quando ainda estavam na Causa R), apoiaram o levante militar do *4 de Febrero*. O rompimento nas eleições de 2000 não impediu que Rodríguez Araque, por exemplo (que era filiado ao PPT), continuasse fazendo parte do governo. A partir de 2001, Medina se desliga do PPT e passa à oposição, abrindo espaço para novas lideranças que se opuseram ao golpe de 2002 e ao referendo revogatório convocado pela oposição, em 2004. Nas eleições posteriores, o PPT voltaria a compor o Polo Patriótico.

[126] O Polo Patriótico obteve 99 cadeiras parlamentares (cerca de 60%), quase todas ocupadas pelo MVR. A AD conquistou 30 deputados (18,2%) e o Copei apenas 7 (4,2%). Ver NETO, 2002 :265.

[127] Para entender a notória influência de Luis Miquilena no MVR e no governo Chávez, é necessário voltar aos primórdios do chavismo, no imediato pós-*4 de Febrero* de 1992. Vimos que Miquilena foi o principal articulador político de Chávez, desde antes de surgir a candidatura de 1998. Não foi difícil para Miquilena se tornar o controlador *de fato* do MVR, dada a inexperiência de Chávez e das demais lideranças bolivarianas, e também devido ao fato de que os setores mais organizados da esquerda tinham suas próprias organizações/partidos. Como Chávez relataria tempos depois, Miquilena foi importantíssimo na campanha de 1998 e na elaboração da nova Constituição: "começamos a nos reunir com diversos grupos e personalidades, e foi aí que Miquilena começou a atuar politicamente, porque ele é um bom político. Ele arquitetava reuniões com setores da esquerda, porque eu, às vezes, não tinha paciência para suportar as discussões intermináveis com a Causa R, com setores do MAS e com outros partidos, como o MEP. Então ele começou a dialogar como meu porta-voz e a procurar alianças. Foi assim que conseguimos formar o Polo Patriótico. Miquilena foi assumindo um papel de liderança, de direção, com grande habilidade política: infundia respeito em todos estes setores, tanto de aliados

Diante deste quadro, Chávez recorreu ao recurso das Leis Habilitantes para aprovar uma nova legislação relativamente progressista para o gás natural, em 1999;[128] mas, em relação ao petróleo, tudo indicava que, mesmo em um Legislativo dominado pelo chavismo, seria muito difícil aprovar leis que obrigassem a PDVSA a gastar menos, pagar mais impostos, aumentar as taxas de royalties e diminuir sua autonomia. Mesmo assim, Chávez sustentou politicamente a atuação do *Ministério de Energía y Minas*, cuja principal tarefa, naqueles primeiros anos de governo, era a de ao menos coletar dados básicos, destrinchando as pontas do emaranhado que havia se tornado a PDVSA.

> El gobierno venezolano, como hemos visto, estuvo luchando hasta para medir y controlar aunque fuese los volúmenes y precios. Con un éxito parcial, el Ministério de Energía y Minas, bajo la dirección de Rodríguez Araque, empezó a monitorear los volúmenes producidos en algunos campos y a rechazar los precios de transferencia, cargados por PDVSA a sus filiales extranjeras, como la base para el cálculo de las regalías. PDVSA fue así obligada a pagar regalías con base en los precios del mercado internacional. No obstante, el Ministério de Finanzas continuó aceptando los precios de transferencia en el cálculo de lo que la compañia tenía que pagar en impuestos sobre la renta (MOMMER, 2010: 331).

Para além do enfrentamento dos inimigos claramente discerníveis na máquina estatal, desejosos de manter o *status quo*, era necessário chocar-se com todo um *sociometabolismo do capital* muito específico e particularmente corruptível (porque dependente não do desenvolvimento das forças produtivas como tais, mas da captação fácil de mais-valia, através de diferentes modalidades rentísticas). Uma das particularidades da forma como a dependência se estabeleceu na Venezuela moderna (talvez a mais importante de todas, no sentido de denotar sua especificidade) reside na posição estratégica que a burocracia da PDVSA ocupa no *conjunto sistêmico* da

---

políticos quanto de possíveis aliados. (...) O mesmo com reuniões com empresários: quase sempre estava presente a figura de Luis Miquilena, fazendo *lobby*, fazendo contatos. Dessa maneira, ele se foi transformando no articulador, tanto no plano político quanto no empresarial, inclusive com ministros de Caldera. Faltando pouco para as eleições, reunimo-nos na casa de Miquilena com Maritza Izaguirre, que era a ministra de Finanças de Caldera. Diante da evidência de que eu tinha grande possibilidade de ganhar as eleições, ela quis falar comigo, para me explicar algumas coisas de economia. (...) E, mais tarde, quando assumi a presidência, eu o escolho para Ministro do Interior – um ministério essencialmente político (...) –, precisamente porque tinha o perfil, tinha experiência, gestão política. E, em seguida, em três meses, peço-lhe que vá trabalhar na Constituinte, porque eu estava demasiado atarefado com os problemas de governo, com todo o desastre que havia recebido, para me preocupar com aquele assunto. E foi assim que ele praticamente se transformou no regente da orquestra de toda a campanha constituinte, buscando recursos, elaborando listas. Teve muita influência." (Hugo Chávez, cf.: HARNECKER, 2004: 68-69)

[128] Em 1999, foi promulgada uma nova *Ley del Gas Natural*, que garantia uma taxa mínima de royalties de 20% (a qual, por intermédio dos leilões, chegou a crescer até 32%); no entanto, o setor foi totalmente aberto ao investimento privado.

acumulação de capital no país. Não são meros "operadores" da acumulação de frações dominantes locais associadas ao capital estrangeiro, porque cada posto de comando na estrutura oficial representa um ponto de onde é possível – mediante todo tipo de prática, mais ou menos ilícita – subtrair alguma parcela da renda petroleira e, eventualmente, acumular capital.[129] Na Venezuela, a "fórmula básica" da acumulação dependente dos países periféricos exportadores de matérias-primas – isto é, as trocas desiguais, historicamente reproduzidas pelo saqueio dos recursos naturais – se *diluiu ao longo da cadeia do Estado*, isto é, penetrou em todos os seus poros, aprofundando-se níveis e níveis abaixo na hierarquia, cada qual com seu quinhão. Tudo, ao fim e ao cabo, sustentado pela venda do petróleo para o benefício de interesses externos associados a alguns grupos locais. Neste sentido, para desvendar os segredos da *caja negra* da PDVSA, não bastaria exonerar um ou outro funcionário de alto escalão. Seria preciso também lançar luzes em muitos escritórios mais abaixo, dentro e fora dos campos, em cada empresa, cada setor de vendas, cada almoxarifado, cada contrato, etc. Uma tarefa extremamente difícil de se realizar por via institucional, fosse qual fosse o governo, porque os interesses encastelados na estatal se ramificavam nos próprios aparelhos de Estado que, em tese, deveriam tomar para si essa responsabilidade, em todas as instâncias (Executivo, Legislativo e Judiciário).[130]

Chávez compreendeu desde o início que seria necessário fortalecer suas posições *por fora* da burocracia e do meio político tradicional. Assim, logo em fevereiro de 1999, optou por um primeiro passo bem pragmático: recorreu ao corpo militar, setor da sociedade com o qual se sentia mais à vontade. De forma simbólica, escolheu o dia 27 de fevereiro de 1999 (10 anos após o *Caracazo*), para ordenar a conformação do *Plan Bolívar 2000*, uma força-tarefa que chegou a envolver dezenas de milhares de militares, deslocados dos quartéis para atender a população. Basicamente, como indica Seabra (2012: 99), "era um plano emergencial para a recuperação da infra-estrutura em zonas

---

[129] Além disso, a PDVSA era famosa por oferecer todo tipo de regalia a seus altos funcionários. Chávez denunciou o fato, como recorda o jornalista Bart Jones (2007: 365): "Ao preparar-se para assumir o controle da estatal, Chávez acusou os respectivos diretores de receberem 'salários obscenos que ultrapassavam a imaginação de qualquer pessoa' – pagamentos de 24 mil dólares ao mês em um país onde a maior parte dos trabalhadores ganhava 180 dólares ao mês. Ele denunciou os 'suntuosos chalés' nos Andes, 'onde eles realizam bacanais e onde o uísque corre solto'. Chávez desejava usar os lucros obtidos pela estatal para beneficiar a maioria pobre do país. 'A pdvsa é há muito tempo a galinha dos ovos de ouro', disse o ministro das Relações Exteriores do governo chavista, Luis Alfonso Davila. 'Mas hoje a galinha está comendo mais da metade dos ovos que produz.'"

[130] Vale ressaltar que essa dificuldade não ocorreu apenas na PDVSA, mas também em outras empresas públicas primário-exportadoras. No capítulo 5 mostraremos como elas se manifestaram nas indústrias básicas de Guayana.

urbanas e rurais, impulsionar campanhas de saneamento básico para combate de epidemias, prover atendimento médico, apoiar o ensino básico e incorporar as organizações comunitárias a estas tarefas, como também atender e fornecer suporte à população atingida pelas chuvas e enchentes de 1999".[131] Mais do que uma alternativa rápida para efetuar programas sociais de baixo custo, tratou-se de uma grande cartada política de Chávez, porque fortaleceu sua liderança e ascensão sobre as baixas patentes – que, em sua maioria, eram pessoas *do povo*, desgostosas com a imagem que o *Caracazo* havia deixado sobre as Forças Armadas. Muitos desses soldados vieram dos mesmos bairros em que jovens foram mortos nos levantes de 1989. Chávez procurou deliberadamente fortalecer a potencial *solidariedade de classe* entre os militares de baixa-patente e os trabalhadores precarizados das favelas e campos venezuelanos – algo que, como veremos, lhe seria enormemente útil no futuro. Além disso, tratava-se ainda de uma medida que fortaleceu o discurso bolivariano, porque era coerente com o ideal da *unión cívico-militar*, proclamado no século XIX por Ezequiel Zamora e recuperado por Chávez em seus discursos – como ocorreria muitas outras vezes em seu governo, Chávez passava a mensagem de que não possuía apenas uma *oratória* bolivariana, mas sim uma *ideologia* que de fato nortearia seu governo (como se dissesse: "não era só discurso de campanha; é *para valer*").

> Enquanto os políticos estávamos no combate político, 40 mil militares estavam em campanha, atendendo à saúde da população; abrindo estradas com as máquinas da engenharia militar; levando passageiros em aviões militares para os locais mais pobres e cobrando-lhes só o preço de custo (...) Eu disse a cada um: "Apresente-me seu plano com base em seus recursos e capacidade". E cada componente da Força Armada foi traçando seu plano. A Força Aérea e seu plano das rotas sociais: helicópteros, aviões militares viajando por onde não havia caminhos, com passageiros que carregavam sua galinha, sua caixinha. Os marinheiros e o Plano Pescar 2000: eles estiveram envolvidos com os pescadores, organizando cooperativas, reparando fossos, refrigeradores, dando-lhes cursos, etc. À Guarda Nacional demos principalmente a tarefa da segurança do cidadão, do controle da delinquência, mas também a execução de programas por todo o país, principalmente em zonas indígenas que nunca haviam sido atendidas (...) os jovens desenvolveram uma consciência social impressionante. (Hugo Chávez, cf.: HARNECKER, 2004: 85-86)

---

[131] As chuvas de dezembro de 1999 geraram uma das maiores catástrofes naturais da história da Venezuela. Durante quase uma semana, choveu torrencialmente sobre as enormes montanhas de La Guaira, no estado Vargas (nas cercanias de Caracas); no dia 15, enquanto se divulgavam os primeiros resultados do referendo daquele ano, os paredões rochosos cederam, liberando uma impressionante avalanche de água, lama e pedras do tamanho de casas, que arrastaram tudo em seu caminho. Comunidades que viviam nas encostas simplesmente desapareceram, e as cidades nos sopés das montanhas foram arrasadas. A quantidade de mortos é desconhecida, mas o mais provável é que tenham morrido entre 30 mil e até 50 mil pessoas. O Aeroporto Internacional Simón Bolívar, em Maiquetía, foi inundado por lodo e ficou uma semana fechado; a própria geografia da região se modificou, gerando a necessidade de rever todos os mapas físicos existentes.

É claro que inúmeros problemas não tardaram a aparecer, e o Plano acabou interrompido em 2001, em função de "sua improvisação, falta de institucionalização e várias denúncias de corrupção" (SEABRA, 2012: 99). *Politicamente,* no entanto, a iniciativa esteve longe de constituir um fracasso.

> O que aconteceu em 12 e 13 de abril[132] tem algo a ver com este processo cívico-militar porque, além da atenção social, além da pouca, nenhuma ou muita participação social que tenha havido nesse intercâmbio no Plano Bolívar e de suas falhas, o objetivo foi cumprido: a aliança cívico-militar. Em 12 de abril, aconteceram coisas que nunca foram vistas no país: centenas de milhares de venezuelanos desarmados, muitos deles sem direção política, sem orientação, sem um plano preconcebido – falha nossa – se dirigiram aos quartéis, realizando grandes concentrações em frente dos quartéis ou em suas redondezas. Cantavam o Hino Nacional e falavam aos soldados e gritavam para eles: "Soldado, consciente, procura teu presidente!" "Soldado, amigo, o povo está contigo!" Não apenas foram ao forte Tiúna [onde Chávez esteve momentaneamente preso], mas também a muitos quartéis em diferentes partes do país. Por que o povo se dirigiu a esses quartéis? Nunca antes havia ocorrido algo assim. E não era porque eu estivesse lá. De fato, a massa que rodeava o Forte Tiúna no terceiro dia, quando já se sabia que eu não estava presente, era impressionante: 300 mil pessoas ou mais.
> Também ocorreu em alguns lugares, como em Maracay, onde militares da brigada de pára-quedistas viram que havia gente fora do quartel, mas disseram: "Falta mais gente, falta povo para se unir a nós!", e foram aos bairros. Claro, eles conhecem os dirigentes dos bairros e esses dirigentes os conhecem, porque [no *Plan Bolívar 2000*] cada unidade militar fez seu plano e os setores foram distribuídos: ao batalhão tal corresponde o bairro tal. E nisso levam 3 anos, nesse contato em que o militar vai ao bairro tal, e assim começam a se conhecer. E o militar sabe que, indo ao bairro tal, não vai ser rechaçado como antes. Depois da matança de 27 de fevereiro [o *Caracazo*, em 1989], por exemplo, para ir a um bairro pobre, um militar tinha que se vestir à paisana, porque corria perigo, já que o povo sabia que foram os militares que o haviam massacrado. Hoje [isto é, em 2004, data do relato], um militar aparece e a população o saúda com entusiasmo e alegria. Toda essa reação não ocorreria sem esse contato profundo entre o Exército e o povo. Isso é Mao [Tsé-Tung]. Á água e o peixe. O povo está para o Exército como a água está para o peixe. Na Venezuela, hoje, temos peixes na água. Por isso a campanha contra o Plano Bolívar, para procurar dividir, quebrar a unidade. Uma boa parte dos militares está com o povo. Claro, nem todos, porque há setores militares opostos, que fazem eco ao discurso dos adversários. Qual é esse discurso? Que Chávez vai acabar com a Força Armada, porque isso afeta a operacionalidade do corpo militar, porque agora os militares andam limpando fossas, limpando ruas, ou seja, conspurcando o Plano; e isso sendo divulgado em rádio, imprensa escrita e televisão no interior e no exterior da instituição, e alguns militares se transformaram em eco disso. No entanto, a resposta é positiva ao plano." (Hugo Chávez, cf.: HARNECKER, 2004: 94-95)

Os fatores que explicam a liderança que Chávez sobre os militares de baixa e média patente extrapolam as vicissitudes da hierarquia militar. Chávez havia se convertido em símbolo e liderança de um processo muito maior do que ele, que aglutinava forças sociais muito amplas, dentro e fora da caserna. Esse fato subverteu as condições normais nas quais a hierarquia militar é constituída em favor das frações de

[132] Chávez se refere ao famoso contra-golpe de abril de 2002, que o devolveu ao poder graças à ação direta dos trabalhadores em aliança com militares bolivarianos, especialmente os de baixa patente. Trataremos desse evento mais adiante.

classe dominantes. É difícil avaliar até que ponto Chávez poderia usar essa força a seu favor para promover um golpe definitivo em seus adversários, levando o processo bolivariano a outros rumos. Mas é fato que as frações dominantes tradicionais perderam gradativamente o controle irrestrito que detinham sobre os aparelhos repressivos de Estado, onde novos atores se apresentaram. Com isso, tornou-se especialmente difícil interromper o processo bolivariano por meio da força – e os eventos de 2002, quando Chávez foi derrubado por um golpe militar e reconduzido ao poder dois dias depois, por pressão das massas – tornariam isso claro. Assim, ainda que não tenham se dado transformações significativas no âmbito das relações sociais de produção ou nos circuitos internos da acumulação de capital, as frações burguesas dominantes perderam parte importante de seu poder político. Fundamentalmente, perderam a capacidade de mobilizar os aparelhos militares de Estado de acordo com sua melhor conveniência.

Poderíamos então dizer que Chávez, à sua maneira, apresentou uma solução para o problema do *momento militar da correlação de forças*, tal como apresentado por Antonio Gramsci?[133] Não, porque Gramsci se referia à capacidade de classes ou frações

[133] Analisando a questão da correlação de forças, Gramsci considerou que cada fração de classe em busca da hegemonia passa por três "momentos" ou "degraus". O primeiro deles diz respeito às relações diretamente ligadas à estrutura, que seriam relativamente objetivas, independentes da vontade dos indivíduos e passíveis de mensuração mais exata. Nesse primeiro momento, é possível verificar se existem na sociedade "as condições necessárias e suficientes para uma transformação, ou seja, permite verificar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias" (GRAMSCI, 2000: 40). Um segundo momento é o da relação de forças políticas, isto é, o "grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais" (idem, ibidem). Este segundo momento se subdivide em três fases: primeiro se dão relações de tipo econômico-corporativo (um comerciante, por exemplo, sente que deve ser solidário a outro comerciante, assim como um fabricante a outro fabricante; mas até este ponto o comerciante não se sente solidário ao fabricante, ou seja, a unidade só se dá no nível mais homogêneo do grupo profissional). Numa fase subsequente, aparece a "consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico" (idem, ibidem: 41). Para os grupos dominantes, já se coloca a questão do Estado, mas ainda no sentido de obtenção de igualdade político-jurídica entre todos os grupos, e não no sentido de transformações profundas nas estruturas existentes (no máximo, está colocada a possibilidade de reformas). A última fase ocorre quando o grupo "adquire consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados" (idem, ibidem: XX). Este ponto assinala a passagem da ação no nível estrutural para o nível das superestruturas complexas; só então as ideologias geradas anteriormente, expressas em um partido orgânico, entram em confrontação umas com as outras até que uma delas (ou uma combinação negociada) se torne universal, impondo-se e determinando uma unidade intelectual e moral e uma unicidade econômica e política. Surge então a questão da hegemonia, na qual "o Estado é certamente concebido como um organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais'" (idem, ibidem); os interesses do grupo fundamental prevalecem sempre, mas até certo ponto, porque muitas vezes o interesse econômico-corporativo pode ser sacrificado em função do interesse maior de composição de um equilíbrio geral de forças que favoreça o domínio do grupo fundamental sobre os grupos subordinados. Finalmente, advém o terceiro momento da correlação de forças entre as classes: a relação de forças militares. Nenhuma fração de classe pode ser considerada hegemônica se outra fração ou classe adversária puder destitui-la de sua

de classes submeterem suas adversárias a seus próprios projetos históricos – ou seja, a questão do *momento militar*, em Gramsci, não se relaciona a "governos" (com todas as contradições que eles apresentam), mas a classes, isto é, se elas podem ou não se impor "militarmente" ao conjunto da sociedade. Os trabalhadores venezuelanos, enquanto classe, certamente não chegaram a ponto de impor à burguesia um projeto e um Estado que fosse expressão orgânica de seus interesses históricos. Mas, de todo modo, as características específicas do processo bolivariano, com a constituição da baixa patente militar como sustentáculo político de Chávez, trouxeram especificidades importantes em relação à essa questão.

A integração cívico-militar inscrita na proposta bolivariana não se resumiu a programas relativamente *externos* à máquina do Estado. Chávez também incorporou milhares de militares leais em diferentes níveis e âmbitos dos órgãos de Estado, tornando parte do cotidiano do país a presença militar na *sociedade política* em geral. Tal atitude não visava apenas modificar a correlação de forças, isto é, enfraquecer a influência das frações dominantes nos aparelhos de Estado; havia também uma necessidade imperiosa de ordem pragmática: eleito presidente apenas quatro anos depois de sair do cárcere, Chávez simplesmente não possuía um partido sólido o suficiente para lhe fornecer os quadros necessários à administração estatal e, mais ainda, para promover as transformações inscritas na proposta bolivariana. O presidente era um *outsider* em território hostil, inimigo da burocracia estatal que administrara o país por 40 anos, e sujeito à todo tipo de pressão do imperialismo estadunidense.

Em meio a condições tão difíceis, o recurso a soldados leais pode ter parecido uma opção mais segura, mesmo quando estes não fossem ideológica ou tecnicamente preparados para as tarefas que deveriam realizar. É indubitável que Chávez se viu obrigado a incorporar muitos altos oficiais que seguramente não compartilhavam de suas ideias, jamais participaram do MBR-200 e que não tinham nenhuma identificação prévia com a esquerda. Mesmo entre aqueles identificados com o bolivarianismo, é

---

posição pela força. Deve-se ressaltar que, ao falar do momento militar, Gramsci não se refere apenas à disputa pelo controle dos órgãos de repressão *stricto sensu*, mas também a toda uma série de ações práticas (identificação dos pontos fracos de menor resistência; execução de operações táticas imediatas; definição da linguagem que será melhor compreendida pelas multidões; etc). Neste sentido, a correlação de forças militares se apresenta tanto em termos técnico-militares, ou militar em sentido estrito (que ocorre quando os lados em disputa já possuem condições de *impor* suas aspirações, ou de tentar essa imposição); e político-militares (quando um dos lados em disputa busca desagregar a eficiência bélica do lado hegemônico). O momento decisivo dependerá da organização e preparação prévia, tornando a força "cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si" (idem, ibidem: XX). Fazendo um paralelo com as guerras, vence sempre o exército melhor preparado em tempos de paz.

certo que a maior parte era politicamente moderada, receosa ou contrária a transformações mais profundas na sociedade. Ocorreu que, para manter o controle do Estado, Chávez não hesitou em "jogar o jogo", isto é, manejou nomeações de modo a fortalecer sua posição no poder, acalmando os ânimos da alta oficialidade – esforço que, nunca é demais lembrar, não impediu que ele fosse derrubado por um golpe militar, o que demonstra o quão poderosas eram as forças com que estava lidando. No cômputo geral, Chávez se revelou um grande estrategista; porém, suas opções deixaram um resultado contraditório. Para funcionar em favor do processo bolivariano, a penetração de militares nos aparelhos de Estado dependeu fundamentalmente da perpetuação de Chávez no poder, já que era *ele* – e não outra liderança política qualquer – que tinha respaldo suficiente entre as baixas patentes para manter sob "rédea curta" os altos oficiais que, desde então, passaram a ocupar posições de poder na sociedade política.[134]

As inúmeras dificuldades políticas – que se manifestavam inclusive na base parlamentar – levaram o governo a apostar no fortalecimento das formas de organização popular de base. Já em 1999, foi retomada e ampliada para todo o país a experiência das Mesas Técnicas de Água (MTA), ocorridas no governo de Arisbóbulo Ísturiz no Município Libertador de Caracas.[135] Além disso, Chávez foi muito bem-sucedido no uso das modernas tecnologias de comunicação de massa para manter um contato direto com seus apoiadores e para estimular sua mobilização permanente. Sua principal arma neste sentido era o programa *Aló Presidente*, veiculado semanalmente, aos domingos, através do canal estatal de televisão.

> Com uma média superior a quatro horas de transmissão ininterrupta, o programa se divide normalmente em (1) prestação de contas da agenda presidencial da semana anterior; (2) anúncio de novas medidas; (3) propaganda e informação detalhada das iniciativas do governo, geralmente com participação de ministros e quadros técnicos e com indicação detalhada de como a população pode acessá-las; (4) contatos telefônicos diretos com a população e (5) variedades como sugestões de livros para leitura, divulgação de iniciativas de diversos tipos de entidades e movimentos sociais, discussão de temas polêmicos de interesse nacional e internacional. O programa é transmitido sempre de diferentes locais do país, desde uma escola situada em uma pequena localidade a um museu militar ou mesmo uma grande favela de Caracas (MARINGONI, 2004: 22)

[134] Tal questão se torna crítica quando analisamos o atual governo de Nicolás Maduro. Sem a presença de Chávez, tornou-se muito difícil impedir que os generais nos governos locais e na burocracia de Estado agisseam segundo seus próprios interesses (muitas vezes contrários aos do governo e/ou do projeto bolivariano).

[135] Como vimos no capítulo anterior, as mesas técnicas estimulavam o diálogo entre as comunidades organizadas e os órgãos e empresas responsáveis pelo saneamento básico.

Chávez estimulava, pela TV, a organização dos trabalhadores em círculos bolivarianos, associações de bairros, movimentos sociais, etc, ampliando ainda mais a organização popular que já vinha sendo construída *desde abajo* nas duas décadas anteriores. Faltava, contudo, uma maior organicidade para as forças bolivarianas, e por isso o presidente propôs, em maio de 2001, a "refundação" do MBR-200, no sentido de que este

> Se conformasse num movimento de movimentos, fosse o pólo aglutinador das forças sociais que estavam em processo, mas sem o limite do pragmatismo das disputas eleitorais. Dessa maneira, o modelo organizativo que fundou as bases do bolivarianismo, da integração cívico-militar, os *Círculos Bolivarianos*, é recriado com objetivos ampliados, que abrangem desde a difusão da nova Constituição e formação política, mas também com tarefas concretas: formar associações de bairros, cooperativas de pequenos produtores, conseguir empréstimos no banco, até creches populares. Tal como antes, são estruturas pequenas (a média era de 7 integrantes), que não possuem comando centralizado e nem se articulam permanentemente. O grande desafio era alcançar as grandes maiorias que participavam e dotar o processo de força, não apenas ideológica e política, mas também organizativa (SEABRA, 2012: 104)

No documento *"Lineamientos de Desarrollo Económico y Social 2001-2007"*,[136] apresentado pelo governo em 2001, há uma grande ênfase no tema da organização popular. O documento declara como objetivos *"incentivar las redes sociales"*, *"promover las organizaciones de base"*, *"estimular la sociedad contralora de lo público"*, *"fomentar la corresponsabilidad ciudadana"*, *"propiciar la participación ciudadana"*, etc.

> En el plano institucional se produce un avance de una lógica colectiva pública, con la recuperación del papel social del Estado y del principio de justicia distributiva, a la vez que aumentaba considerablemente el gasto social. Este hecho se refleja con claridad en la propuesta de descentralización y participación comunitaria, bajo el modelo de corresponsabilidad Estado-ciudadanía, abriendo paso al concepto de derecho social que reivindica valores como la solidaridad social y el comunitarismo. (CABRERA, 2011)[137]

Paralelamente, o governo incrementou os gastos em políticas sociais, de 8,2% do PIB, em 1998, para 12,1% em 2001. Com isso, muitos índices sociais apresentaram melhoras significativas neste período: o percentual de pessoas em situação de pobreza caiu de 55,4% para 45,5%, enquanto o de pobreza extrema caiu de 24,7% para 17,4%; o IDH subiu de 0,69 para 0,78; a taxa de alfabetização subiu de 60,12% para 67,25%

---

[136] Ver REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007, Caracas, 2001.

[137] Beatriz Fernández Cabrera é pesquisadora na área de Desarrollo Urbano-Regional do Centro de Estudios del Desarrollo (Cendes), ligado à Universidad Central de Venezuela.

(SOUZA, R. B. L. & SOUZA, N. J., 2009). A remuneração dos assalariados mais do que dobrou nos primeiros três anos de governo Chávez.[138] Também aumentou a taxa líquida de matrículas por nível de ensino, especialmente no nível pré-primário (de 39,8% para 45,3%) e secundário (47,7% para 53,7%).[139] O governo também implementou programas inovadores no setor social já em 1999, por ocasião do Desastre de Vargas. Foi selado um acordo com o governo cubano, que enviou médicos, engenheiros e outros profissionais para atuar no atendimento as vítimas, em troca do fornecimento de petróleo venezuelano para a ilha; mesmo depois dos atendimentos emergenciais, muitos cubanos permaneceram na Venezuela, atuando em políticas sociais do governo chavista (ELLNER, 2014: 161).[140]

Em novembro, sentindo-se fortalecido o suficiente para dar um passo decisivo, Chávez utilizou-se do artigo 203 da Constituição para aprovar, de uma só vez, 49 novas Leis Habilitantes – argumentando que a crise econômica constituiria uma "situação de emergência" que justificava essas leis. O novo arcabouço legal seguiu uma orientação geral de rompimento com o neoliberalismo em favor da estratégia do *desarrolo endógeno*, com ampliação da presença do Estado na economia e apoio à políticas de desconcentração de capital. Os temas das leis eram variados: cooperativas; portos; sistema microfinanceiro; sistema ferroviário; setor bancário; aviação civil; marinha; turismo; fomento e desenvolvimento da pequena e média Indústria; Estatuto da Função Pública; licitações; dentre outros. Mas seriam três dessas leis, em especial, que desatariam forças poderosíssimas contra o governo: a Lei de Pesca e Aquicultura; a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário; e a Lei de Hidrocarburantes.

Os 103 artigos da Lei de Pesca deixaram claríssimas as intenções do governo em defender a pesca artesanal, contra os interesses da pesca industrial. Salientando que a primeira gerava 40 mil empregos diretos e 400 mil indiretos, e que a segunda estava provocando um colapso ambiental na costa do principal país pesqueiro do Caribe, a nova lei reservou aos pescadores tradicionais a exploração exclusiva de sardinha, ostra/pérola, moluscos, camarões, caranguejos e demais recursos existentes numa franja

---

[138] Atribuindo-se o valor 100 para o ano de 1997, em 2001 o índice aumentou para 266,6, segundo dados da série histórica do Banco Central da Venezuela (disponíveis em http://www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp, acesso em 22 de dezembro de 2016)

[139] Segundo dados da CEPAL, disponíveis em http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=184&idioma=e (acesso em 22 de dezembro de 2016)

[140] Veremos que este tipo de acordo seria ampliado na Venezuela posteriormente (através da *Misión Barrio Adentro*), e acabaria inspirando programas semelhantes em outros países (como o *Mais Médicos*, implementado no Brasil durante o governo Dilma Rousseuf).

de 6 milhas de largura, desde o litoral. Além disso, também se normatizou as dimensões e características das embarcações pesqueiras, incidindo diretamente contra a pesca predatória praticada pela indústria.

A Lei de Terras declarava, em sua exposição de motivos, a busca pela soberania alimentar da nação e a intenção de eliminar integralmente o regime latifundiário, qualificado como um sistema contrário à justiça, ao interesse geral e à paz social no campo. A base dos 281 artigos da lei era a ideia de que a terra deveria cumprir uma função social, e que, portanto, não seriam mais admitidas as práticas de especulação com propriedades rurais. A lei instituía o Instituto Nacional de Terras (INT), que teria a responsabilidade de realizar um registro agrário geral; caberia aos proprietários apresentar certificados autênticos de propriedade, e qualquer propriedade ociosa com mais de 5.000 hectares seria desapropriada para fins de Reforma Agrária. Para as frações dominantes do país, essa lei representava um ataque direto não somente ao latifúndio, mas à própria instituição da propriedade privada.

Finalmente, os 68 artigos da nova Lei de Hidrocarburantes registravam inequivocamente a intenção de Chávez de enfrentar os interesses da *gente del petróleo* encastelada na estatal. Em primeiro lugar, a lei transferia para o Ministério de Energia e Minas todas as tarefas de fiscalização, regulação e planejamento da exploração petrolífera; além disso, todas as empresas envolvidas no negócio passavam a ser obrigadas a apresentar suas contas separadamente, demonstrando claramente *"donde se producen, efectivamente, ganancias, y donde no – una condição sine qua non para cualquier política petrolera racional"* (MOMMER, 2010: 334). Por fim, a lei garantia uma taxa mínima de royalties de 30% (com alguma flexibilidade em situações de baixa dos preços, quando a taxa podia cair até 20%, no caso de petróleo convencional, ou 16% no caso do óleo extrapesado), e também garantia ao Estado venezuelano a participação majoritária em qualquer empresa mista no setor.[141]

A reação contra as novas leis foi imediata, inclusive dentro do governo. Segundo o escritor e historiador Gerónimo Pérez Rescaniere, o então Ministro do Interior, Luis

[141] Por outro lado, a lei reduzia a cobrança de impostos sobre a renda (de 59 para 50%, no caso do petróleo convencional, ou 32%, para o extrapesado), e também garantia que nada seria revisto em relação aos acordos já existentes – de modo que, em alguns campos venezuelanos, o pagamento de royalties e impostos continuou como antes, sendo até mesmo menor do que o cobrado em campos marginais nos EUA (MOMMER, 2010: 331-332). Ao final, o saldo entre o aumento dos royalties e a diminuição dos impostos sobre a renda foi positivo para o Estado venezuelano, que passou a incrementar sua captação de renda petroleira.

Miquilena, reuniu-se com Chávez e tentou a todo custo demovê-lo da ideia de promulgar as leis tal como estavam.

> Tras los saludos, informó a Chávez que los banqueros y demás ricos iban ao golpe de Estado se esas leyes se promulgaban. Ofreció llamar telefónicamente al banquero [Ignacio] Salvatierra[142] para decirle que las leyes no eram definitivas, que se revisarían en la Asamblea Nacional. El presidente rechazó el regalo. Ni una coma se cambiaria en las leyes. (...) Con eso quedava decretada la confrontación. (RESCANIERE, 2011: 382-383)

Ante a negativa de Chávez, Miquilena abandonou o governo, juntamente com o MAS; outros nomes de alto escalão – como o presidente da PDVSA, Gal. Guaicaipuro Lameda – também deram declarações contrárias às novas leis. A intransigência da oposição e das frações dominantes em geral (incluindo a burocracia da PDVSA) em aceitar as novas leis praticamente inviabilizaram as perspectivas de concertação de classes que, até então, orientavam o governo bolivariano. Com isso, o país caminhou definitivamente para a confrontação aberta.

3.2 - A radicalização do processo bolivariano (2001-2005)

Em princípios da campanha eleitoral de 1998, Chávez foi convidado a dar uma entrevista em Miami, mas teve seu visto de entrada nos EUA negado, sob a acusação de "atividade terrorista anterior" (no caso, a participação na insurreição militar de 1992) (GOLINGER, 2004: 27). Obviamente ele receberia o visto depois de eleito presidente, entregue em mãos pelo embaixador dos EUA na Venezuela; mas as relações entre Chávez e os EUA foram tensas desde princípios do governo. Em 1999, Chávez recusou o desembarque de navios e helicópteros militares dos EUA, que supostamente vinham dar "ajuda humanitária" às vítimas do desastre de Vargas. Pouco depois, enfureceu a Casa Branca ao visitar o Iraque, em seu giro pelos membros da OPEP (Chávez tornou-se o primeiro chefe de Estado a se encontrar com Saddam Hussein, desde a Guerra do Golfo de 1990). Em abril de 2001, na reunião da *Cúpula das Américas* em Quebec (Canadá), Chávez manifestou pública e efusivamente sua oposição ao Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), e em setembro, poucos dias antes do atentado às Torres Gêmeas do *World Trade Center*, anunciou que não renovaria o acordo de cooperação militar bilateral que o país mantinha com os EUA há mais de 50 anos (o então Ministro da Defesa, José Vicente Rangel, pediu à missão militar dos EUA que

[142] À época, Ignacio Salvatierra era presidente da *Asociación Bancária de Venezuela*.

abandonasse o espaço que vinham ocupando no Forte Tiúna, em Caracas). Em outubro, Chávez foi à televisão e, ao vivo, criticou duramente os ataques estadunidenses ao Afeganistão, mostrando fotos de crianças mortas pelo bombardeio e afirmando que *"¡no se puede combater al terror con más terror!"*. Quando vieram as 49 Leis Habilitantes, a Casa Branca já estava empenhada em financiar e auxiliar nas articulações para um golpe que retirasse Chávez do poder.

Desde os anos 1990, as agências governamentais estadunidenses *National Endowment for Democracy* (NED) e *United States Agency for International Development* (USAID) financiavam diversos aparelhos privados de hegemonia venezuelanos (tais como fundações, ONG's, centros de estudos, institutos, partidos políticos, etc), com o objetivo de influenciar na política interna da Venezuela em favor dos interesses dos EUA. O dinheiro era canalizado por meio de entidades privadas dos EUA, e só então repassado para a Venezuela. Os principais organismos envolvidos foram: o *Center for International Private Enterprise* (CIPE);[143] a *American Center for International Labor Solidarity* (ACILS);[144] o *International Republican Institute* (IRI);[145] e o *National Democratic Institute for International Affairs* (NDI).[146] Cada um desses órgãos especializou-se em financiar um setor da sociedade venezuelana. Assim, o CIPE se encarregou de apoiar iniciativas de caráter neoliberal no âmbito acadêmico, (principalmente através da Fedecámaras e do CEDICE[147]); a ACILS repassava dinheiro anualmente para a CTV; já o NDI e o IRI financiaram e ofereceram treinamento para novos partidos de direita no país. Além disso, diversas organizações não governamentais de orientação conservadora receberam dinheiro dos EUA, principalmente a partir da chegada de Hugo Chávez ao poder (idem, ibidem: 172).

A NDI participou da criação do partido *Proyecto Venezuela*, de Salas Römer, que nas eleições de 1998 foi o principal adversário de Hugo Chávez. Já o IRI apostou em uma ONG conservadora denominada *Primero Justícia*, que tratava da reforma judicial e era formada por jovens lideranças de direita como Antonio Ledesma, Leopoldo López e Henrique Capriles Randowski. Transformada em partido homônimo,

---

[143] Corporação privada ligada à Câmara de Comércio dos EUA. Funciona como uma associação empresarial focada em apoiar políticas de livre mercado pelo mundo.
[144] Tronco internacional da maior central sindical estadunidense, a *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO).
[145] Órgão do Partido Republicano dos EUA, especializado em política internacional.
[146] Órgão do Partido Democrata dos EUA, especializado em política internacional.
[147] Como vimos no capítulo 1, o *Centro de Divulgación del Conocimiento Económico* (CEDICE) era um *think-tank* neoliberal que atuava junto ao setor universitário, às organizações comunitárias, os meios de comunicação e a juventude profissional e política.

a organização participou das eleições de 2000, obtendo um bom desempenho para um partido tão novo: 5 cadeiras na Assembleia Nacional, pelo estado Miranda; 23 assentos em conselhos municipais neste mesmo estado; além dos cargos de *alcaldes* dos municípios mais ricos de Caracas. Com rostos jovens, não identificados com a IV República, e recebendo recursos e treinamento canalizados pelo IRI, o Primero Justícia se tornou o mais ativista de todos os partido de oposição na Venezuela. Posteriormente, o IRI estendeu seu programa de treinamento para atender também lideranças da AD, Copei e MAS (dentre os nomes que participaram dos cursos do IRI, destacam-se Francico Áreas Cárdenas, Enrique Salas Römer, William Ojeda, Henrique Capriles e Antonio Ledesma).

Em 2001, a quantidade de dinheiro canalizada pelas agências estadunidenses deu um salto – a NED chegou a sextuplicar seus investimentos na Venezuela, alcançando o montante de US$ 877.435,00.[148] Segundo Golinger (2005: 55), já em setembro daquele ano a embaixada dos EUA em Caracas enviava sinais a Washington de que, proximamente, se produziria uma mudança política no país, na qual Hugo Chávez seria substituído por Pedro Carmona Estanga, então presidente da Fedecámaras (idem, ibidem: 55). No dia 10 de dezembro, a Fedecámaras convocou um locaute patronal contra as 49 leis, qualificadas como um ataque à propriedade privada e uma demonstração de que o governo pretendia definitivamente implantar o *comunismo* no país.

Como a CTV também aderiu à convocatória, o movimento paredista – que, segundo a Fedecámaras, atingiu cerca de 90% das atividades produtivas (ROSA, 2014: 52) – apresentou um caráter inevitavelmente ambíguo. A discussão sobre o papel do movimento sindical no processo bolivariano será objeto de análise mais detalhada no próximo capítulo. No entanto, devemos adiantar aqui que o governo Chávez jamais apresentou uma política sindical clara, e por isso sua relação com o setor mais

[148] A tabela abaixo – produzida a partir da análise de documentos oficiais dos EUA – indica o total de investimentos da NED e da USAID para "promover a democracia" na Venezuela, durante o primeiro governo Chávez.

Tabela 2 – Investimentos da NED e da USAID na Venezuela (em dólares estadunidenses)		
Ano	NED	USAID
2000	232.831	---
2001	877.435	---
2002	1.698.799	2.197.066
2003	1.046.321	8.903.669
2004	874.384	6.345.000

(FONTE: GOLINGER, 2005: 64)

organizado da classe operária sempre foi muito problemática. Embora grande parte dos trabalhadores sindicalizados apoiasse o processo bolivariano, seus órgãos de classe continuavam, em sua maioria, controlados pela burocracia sindical da IV República, inimiga de Chávez. Em 2000, o governo conseguiu aprovar, mediante um referendo, a convocação de eleições para renovar todas as direções sindicais do país. Mesmo assim, a burocracia *adeca* manteve o controle sobre a maior parte dos sindicatos e sobre a CTV, devido tanto às divergências entre os bolivarianos quanto às fraudes generalizadas ocorridas durante os pleitos. Sob a presidência de Carlos Ortega, a CTV abandonou sua postura historicamente conciliatória, entrando em rota de choque com Chávez e chegando à insólita e inédita aliança com a Fedecámaras, após a aprovação das leis habilitantes de 2001.

Para Seabra (2014: 108), a paralisação de 10 de dezembro de 2001 teve um inescapável corte de classe patronal. Já Ferreira (2012: 167) argumenta que a CTV havia conseguido recompor parte da legitimidade perdida entre os anos 1980 e 1990 – prova disso seria o "poder que demonstrou nas greves gerais que convocou e na magnitude das mobilizações da oposição desde o final de 2001 até o golpe de Estado de abril de 2002 e na paralisação que se estendeu de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003." Para a maioria dos militantes da esquerda venezuelana, no entanto, todas as greves convocadas pela oposição foram parte de uma estratégia golpista maior, que visava a derrubada do governo. Essa opinião é bem resumida na análise de Roberto López Sanchez (2012: 105).[149]

> Tanto la huelga general del 10 de diciembre de 2001, como la ejecutada entre el 8 y el 12 de abril de 2002, la de octubre de 2002, y la huelga patronal-petrolera desarrollada desde el 2 de diciembre de 2002 hasta los primeros días de febrero de 2003 (todas ellas convocadas por Carlos Ortega como presidente de la CTV), perseguían los mismos objetivos: ensamblarse en un plan general conspirativo que incluía, además de la agitación social provocada en este caso por la CTV, la participación significativa de un sector de las fuerzas armadas, los cuales en un momento determinado se levantarían en armas contra el gobierno constitucional utilizando como excusa los desórdenes callejeros y la represión gubernamental ante los mismos, como efectivamente ocurrió el 11 de abril de 2002.

[149] Roberto López Sanchez é historiador, doutor em Ciências Políticas e professor titular da Universidad del Zulia. Iniciou sua militância no movimento estudantil e participou da luta armada pela Frente Guerrillero Américo Silva; atualmente, integra o movimento sindical do estado Zúlia. Na entrevista que realizamos com Sanchez em 22 de maio de 2014, tivemos acesso ao original de seu próximo livro, no prelo. O texto se intitula "El movimiento de trabajadores en Venezuela durante la Revolución Bolivariana: 1999-2012", datado de setembro de 2012.

Independentemente das intenções golpistas da oposição, é razoável supor que, dada a magnitude dos protestos convocados por ela, houve certo grau de adesão dos trabalhadores (sejam sindicalizados ou não), principalmente nas primeiras greves e/ou manifestações contra Chávez. O governo tinha sido bem sucedido em seu intuito de recuperar os preços do petróleo, ampliando gradualmente a captação da renda petroleira; além disso, houve melhoras em termos na qualidade de vida dos venezuelanos mais pobres. Porém, a economia patinava, o desemprego rondava os 20%, e o governo não demonstrava clareza sobre os rumos da política econômica. Os incrementos nos programas sociais se davam em meio a muita improvisação e denúncias de corrupção, de modo que os avanços nos serviços públicos eram ainda muito tímidos. Por fim, havia também o problema dos índices de criminalidade, que se mantinham muito altos e criavam um clima geral de insegurança e mal-estar (devidamente insuflados pela mídia). Em suma: por mais que os setores médios claramente fossem majoritários nas marchas da oposição, a crise de fins dos anos 1990 não havia sido superada e, neste sentido, havia razões objetivas para que parcelas das camadas mais pobres da população também aderissem aos protestos. Vale lembrar ainda que, entre os setores mais organizados sindicalmente, havia a influência de partidos de oposição com alguma representatividade no meio operário, que também promoveram as manifestações contra ao governo (caso da LCR).

No entanto, os eventos posteriores confirmam que a maior parte dos trabalhadores estava ao lado de Chávez. A aproximação entre a CTV e a Fedecámaras criou um desconforto crescente, conforme as intensões golpistas da oposição se tornavam mais e mais explícitas. Ao se posicionar pela destituição de Chávez, a CTV *inadvertidamente contribuiu para politizar o movimento sindical, afastando-o das pautas puramente econômicas* (as quais, eventualmente, poderiam desgastar mais o governo e gerar maior adesão entre os trabalhadores). Neste sentido, foi o golpismo da oposição o principal responsável por eclipsar as divergências no meio sindical venezuelano em favor de uma única polarização: os que defendiam o governo *versus* os que eram contrários ou indiferentes. Em princípios de 2002, já era evidente que a maior parte das bases operárias estava disposta, a despeito da crise econômica do período, a impedir a convocação de novas greves gerais.

De todo modo, a greve de dezembro de 2001 constituiu uma vitória da oposição, na medida em que serviu para unificar o heterogêneo conjunto de forças contrárias à Chávez.

> A oposição unida e fortalecida, reconhecendo a liderança do empresário Pedro Carmona, fechou-se às negociações com o governo e passou a exigir a revogação das 49 leis aprovadas por meio da Lei Habilitante. Alguns grupos demandavam já a renúncia do presidente da República. O governo, por seu turno, endureceu ainda mais as posições assumidas antes da paralisação, negando-se a modificar ou a ceder qualquer coisa em relação às leis; ameaçou, primeiro, fechar a Assembleia Nacional caso perdesse a maioria parlamentar e, em seguida, promulgar uma lei sobre os meios de comunicação que restringisse essa atividade. Seu partido fez saber que qualquer deputado da legenda que negociasse com a oposição seria expulso.[150] Em vista das posições assumidas pelo governo e pela oposição, ia-se tornando pouco provável uma saída institucional para a confrontação crescente. (LOPEZ-MAYA, 2009: 238)

Parcelas significativas dos setores médios passaram a denunciar as supostas inclinações antidemocráticas do governo, que pareciam confirmar-se pelo recurso às Leis Habilitantes para aprovar suas políticas.

> Ao fazer aprovar importantes leis mediante uma Lei Habilitante, sem difundir nem ampliar os espaços para a participação e o debate, o governo acabou por fazer parecer justa a indignação daqueles que se sentiam atingidos, sem, por outro lado, criar as condições aos outros que se beneficiavam dessas leis de poderem inteirar-se adequadamente de seu conteúdo e, por conseguinte, defendê-las. Esse modo de aprovar leis de grande potencial de mudança para a sociedade estava em contradição com o conteúdo de democracia participativa respaldada pelas forças do governo na Constituição recém-promulgada. (idem, ibidem)

Com apoio amplo e irrestrito dos meios de comunicação privados, grandes marchas oposicionistas se realizaram nas datas históricas de 23 de janeiro (aniversário da derrubada do ditador Pérez Jimenez) e 4 de fevereiro (data da insurreição militar do MBR-200). Ambas foram respondidas por contra-marchas bolivarianas, também massivas; mas tornou-se evidente que, pela primeira vez, a oposição conseguia ameaçar o domínio absoluto que, até então, o chavismo apresentava nas manifestações "de rua". A balança parecia pender para a direita, criando um clima de tensão e enfrentamento iminente. Chávez, porém, respondeu com uma nova declaração de força e convicção: em 27 de fevereiro de 2002, destituiu da presidência da PDVSA o general Guaicaipuro Lameda – o qual teria afirmado, alguns dias antes, que *"si me sacan de aquí les paro a PDVSA"* (cf.: RESCANIERE, 2010: 386). Para seu lugar, foi nomeando o professor universitário Gastón Parra, conhecido no meio acadêmico por suas críticas à autonomia

[150] Não foi a primeira vez que o Executivo *enquadrava* o MVR. Em 2001, por ocasião das discussões a respeito da Lei de Educação, o governo "praticamente desautorizou os acordos que suas organizações partidárias haviam feito com a oposição, o que provocou a indignação dos setores da educação privada e religiosa." (LOPEZ-MAYA, 2009: 237)

da estatal e à política de Abertura Petroleira. Em cerimônia transmitida pela televisão, Parra revelou à nação alguns números da *caja negra* que o governo pretendia abrir.

> Silencioso, pensativo, el anticuado profesor – cuya figura era la antipoda de la de un terrorista – preparaba sus palavras. Iba a hablar del sistema de gastos en el que desaparecía casi 80% de los ingresos de la empresa. Dicho en números, de 52.000 millones de dólares vendidos al año en petróleo y derivados, sólo 10.000 se el entregan a Venezuela. Los otros 42.000 millones se iban en "gastos", gastos que estava prohibido revisar. (...) Sólo a través de datos de afuera del edificio de la petrolera, comparando y calculando y deduciendo a partir de cifras de México y de la Shell y las otras multinacionales del petróleo, se había podido mirar la caja negra. Comparó con México, donde para negocios iguales se gastan 12.000 millones. Por aritmética se aprecia una cifra desaparecida: 32.000 millones anuales. (RESCANIERE, 2011: 385-386)

A CTV e a Fedecámaras continuaram ameaçando cotidianamente o governo com a possibilidade de uma nova greve geral, até que, no dia 7 de abril de 2002, um fato inesperado precipitou um enfrentamento decisivo entre chavistas e a oposição. Diante da postura de altos dirigentes da PDVSA, que iam constantemente aos meios de comunicação privados pedir, sem maiores rodeios, pela paralisação da empresa, Chávez mais uma vez partiu da defesa para o ataque: em seu programa dominical, *Aló Presidente*, surpreendeu a todos quando, ao vivo, despediu sete altos gerentes da estatal. O episódio foi típico do *estilo Chávez* de se comunicar com as massas: em pleno jardim do Palácio Miraflores, o presidente pediu que seus assessores lhe trouxessem um apito; quando finalmente o apito lhe foi entregue, leu o nome de cada gerente, seguido de um sopro forte no apito e da expressão "*off-side!*"– típica do beisebol, esporte mais popular do país. Após demitir (ou "expulsar") os gerentes um a um, garantiu que não aceitaria nenhuma paralisação da empresa e que, daquele momento em diante, a estatal "deixaria de ser uma caixa-preta, um Estado dentro do Estado" (MARINGONI, 2009: 124). A demissão humilhante, pela TV, de altos nomes da "gente do petróleo" foi a gota d'água para a oposição. Dali em diante, só a derrubada de Chávez importava.

3.2.1 - Golpe e contra-golpe em abril de 2002

A CTV e a Fedecámaras convocaram uma greve geral por tempo indeterminado para o dia 9 de abril, seguida de uma grande marcha no dia 11. Líderes da oposição davam declarações à imprensa no sentido de que a greve só seria suspensa com a renúncia do Presidente da República. Praticamente todos os meios de comunicação privados recrudesceram os ataques à Chávez, alinhando-se na convocação para a marcha do dia 11 (durante praticamente três dias, os canais de TV privados veicularam

chamadas para os atos em praticamente todos os seus intervalos comerciais). A programação oficial previa que a marcha terminaria na sede da PDVSA (no bairro de Chuao, zona leste de Caracas), onde um palco se montou para os pronunciamentos das lideranças oposicionistas. A palavra de ordem "Nenhum passo atrás!", disseminada pela mídia, ganhou os setores médios e acirrou os ânimos, criando um clima de enfrentamento decisivo com o *chavismo*. Mesmo assim, o governo não fez nenhum chamado a seus apoiadores – provavelmente para evitar qualquer tipo de enfrentamento nas ruas (que potencialmente poderia virar um banho de sangue), mas também porque a alta cúpula governamental avaliava que a situação estava sob controle, já que o governo (supostamente) controlava as Forças Armadas e a paralisação convocada pela oposição não tinha grande adesão. Do ponto de vista do governo, o ideal era que a militância chavista não caísse em provocações e permanecesse em suas casas.

A despeito disso, já no dia 9 de abril simpatizantes do governo começaram a se reunir no entorno do Palácio de Miraflores. Convocados pelos movimentos bolivarianos de base, a concentração chavista se prolongou até o dia 11, reunindo milhares de pessoas. O objetivo era criar um *tapón popular* ao redor do Palácio, de modo a proteger o governo de qualquer tentativa golpista da oposição. Neste contexto, conformou-se no dia 10 de abril a *Asamblea Popular Revolucionária*, que reunia diferentes organizações de esquerda em uma grande articulação anti-golpe. Uma das lideranças desse processo, Gonzalo Gomez Freire,[151] relembra que os movimentos de base conseguiram antecipar a estratégia da oposição, preparando-se para enfrenta-la nas ruas.

> Nosostros producimos un volante en la noche, la madrugada del 11 de abril, que fue distribuyedo en los barrios de Caracas para convocar al pueblo bolivariano a mobilizarse. Nosotros teníamos un punto de vista, en este sentido, distincto al punto de vista del gobierno y del propio presidente Chávez – que, estando penetrados por dentro [por setores golpistas] en la estructura del própio gobierno del Executivo Nacional, no veían la situación como veíamos a nosotros. Mientras el gobierno y el própio Ministro de Defensa llamavan en el dia anterior a quedarnos en las casas, a no cayer en provocaciones – asegurandonos que todo lo controlavan las fuerzas armadas, que el paro patronal estaba derrocado y que lo que devía que hacer es ir trabajar –, nosotros decíamos que no. Que lo que venía era una mobilización de los sectores de clase alta y clase média, grande, importante, muy bien trabajada, y con fuerzas policiales por detrás, de apoyo, de alcaidías de los municípios donde governaba la derecha – es decir, con un aparato armado – y con sectores golpistas de las Fuerzas Armadas, traidores, algunos de los cuales estaban al lado del presidente Chávez en sus funciones ministeriales o en organismos de seguridad. Frente a eso, nosotros decimos que havia que mobilizarse de

[151] Gonzalo Gomes Freire é psicólogo. Ex-militante do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), aproximou-se do chavismo como comunicador popular, militando em meios de comunicação alternativos. É um dos fundadores do sítio eletrônico Aporrea.org, tendo participado da fundação do PSUV e das primeiras organizações sindicais chavistas. Atualmente, é membro da Coordenação Nacional do Marea Socialista.

> manera contundente porque ellos iban a tratar de llevar esta marcha a las puertas del Palácio de Miraflores y simular, frente al mundo, que el gobierno del presidente Chávez era derribado por el pueblo. Esta era la justificación para lo que havia por detrás – que era un golpe militar apoyado por el imperialismo y hasta por gobiernos, como lo de España. Algo parecido con [Fernando] De la Rua, una cosa desas lo que querían hacer, pero con un pueblo artificial. (...) Nosotros hicimos esa análisis desde ese momento, y desde ese momento así lo decimos. Nosotros sabíamos que la marcha venía para Miraflores, intuíamos que venía para Miraflores (...). Entendíamos que lo que querían era asaltar el palácio de gobierno y llevarse a Chávez de allí o mostrarle al mundo que "el pueblo venezolano se levantó contra Chávez y Chávez se tuvo que ir". (Gonzalo Gomes Freire)[152]

A análise pormenorizada de todos os acontecimentos do dia 11 de abril nos desviaria do foco deste trabalho. Mas é possível afirmar que a estratégia da oposição era, com o apoio da mídia, *simular* o ocorrido na Argentina no ano anterior.[153] O primeiro passo neste sentido foi a mudança do trajeto da marcha oposicionista, em direção à concentração bolivariana – que se encontrava a cerca de 11 km da sede da PDVSA, local previsto para o encerramento da marcha da oposição. Por volta de meio-dia, as lideranças da oposição ordenaram que as centenas de milhares de manifestantes contrários ao governo continuassem marchando até Miraflores – o que por si só poderia causar uma tragédia, uma vez que o palácio estava cercado por milhares de chavistas. Mas, além disso, batalhões da polícia metropolitana – controlados pela *Alcaldia Mayor*, governada pelo oposicionista Alfredo Peña – foram mobilizados para ir à frente da marcha, abrindo caminho. Parte da massa oposicionista conseguiu chegar a poucas quadras de Miraflores, onde cerca de 800 soldados da Guarda Nacional se esforçavam para manter as duas multidões separadas. A polícia metropolitana recusou-se a continuar avançando por ali, e bombas de gás lacrimogênio foram usadas pelos soldados para dispersar a multidão.

Alguns policiais foram então deslocados para abrir uma via alternativa a algumas quadras de distância, pela Avenida Baralt; entretanto, a concentração chavista bloqueava este caminho, no ponto em que a avenida cruzava com o viaduto conhecido como *Puente Llaguno*. Com o apoio de veículos blindados, os policiais abriram fogo contra os chavistas, iniciando um massacre; mesmo assim, a concentração não se desfez. Por volta das 15h e 30 min, em *Puente Llaguno* e outros pontos do centro da cidade, pessoas começaram a ser atingidas por disparos precisos de grosso calibre, na

---

[152] Entrevista ao autor em 25 de maio de 2015.

[153] Em dezembro de 2001, o então presidente argentino Fernando De la Rua foi forçado a renunciar, após uma onda de protestos que culminou em uma verdadeira batalha campal nas cercanias da Casa Rosada, quando a polícia foi ordenada a reprimir os milhares de manifestantes contrários às políticas neoliberais do governo.

maioria das vezes na cabeça. Logo se percebeu que havia franco-atiradores em locais estratégicos, que disparavam contra manifestantes de ambos os lados, semeando o caos pelas ruas de Caracas.

Embora os meios de comunicação privados tivessem vários jornalistas presentes nas imediações de *Puente Llaguno*, as emissoras de TV não relataram ao público que pessoas estavam sendo assassinadas; pelo contrário, continuaram convocando seus espectadores a aderir à marcha rumo ao Palácio Presidencial.[154] Às 15 horas e 45 minutos, Chávez entrou em cadeia nacional de rádio e TV, pedindo o cessar da violência e denunciando a manipulação dos acontecimentos pela mídia. Em resposta, as emissoras privadas transgrediram a cadeia nacional, dividindo a imagem de suas transmissões ao meio: Chávez continuou falando ao lado esquerdo, enquanto imagens da marcha oposicionista seguiram sendo transmitidas do lado direito; posteriormente, o áudio da transmissão presidencial foi cortado.

Por volta das 16h e 30 min, chegaram à *Puente Llaguno* alguns militantes chavistas portando pistolas e revólveres, que começaram a responder aos ataques da polícia e dos franco-atiradores, iniciando uma troca de tiros no local.

> A consecuencia de ese tapó popular que se logró hacer – no con la fuerza que hubieramos querido, porque no hube apoyo al fondo del gobierno y solamente a la última hora hube algunas convocatórias de algunos dirigentes, no de estatura nacional, sino con algun impacto local, actuando a la presión nuestra, del movimiento popular – ese tapón popular en la zona de Puente Llaguno y la Avenida Baralt le bloqueó una ruta a la policia metropolitana de Caracas, que era brazo armado del golpe, a servicio del ex-alcalde golpista Alfredo Peña. Ahí se produzco un enfrentamiento con los activistas que estaban en Puente Llaguno. Hubo una balancera desigual, por supuesto. La policia metropolitana con metralladora, fuziles, armas largas y con veículos blindados. Y la gente del movimiento popular – algunos que otros, la mayoria desarmados, algunos tenían puerte de armas, o no – con pistolas de bajo calibre. Y la marcha de la derecha un poco más abajo, digamos. La policia metropolitana iba a abrir una ruta para contribuir a llegar hasta el Palácio Miraflores, por cuanto en otras partes había estar actuando la Guardia Nacional y la derecha no havia podido flanquear esos puntos. (Gonzalo Gomez Freire)

As emissoras privadas transmitiram imagens dos militantes chavistas armados na *Puente Llaguno*, em ângulo fechado, afirmando que eles disparavam contra os manifestantes pacíficos da oposição, que supostamente se encontravam na avenida abaixo. A marcha oposicionista, porém, não havia chegado até aquele local, e os próprios canais privados dispunham de imagens em ângulo mais aberto, que

---

[154] Também os meios impressos aderiram à convocação. O principal periódico do país, *El Nacional*, chegou a fazer circular uma edição extra, na qual exibia em manchete que *"La batalla final será en Miraflores"*.

comprovavam que os manifestantes chavistas, na verdade, disparavam contra a polícia e os franco-atiradores. Essas imagens mais abertas, no entanto, só viriam a público muito tempo depois. Durante aquele dia, só foram transmitidas as imagens em ângulo fechado, juntamente com a narrativa de que os círculos bolivarianos estariam disparando contra a marcha oposicionista. Com isso, criava-se "um clima aparente de desordem e quebra de institucionalidade". (SEABRA, 2012: 109)

Enquanto isso, membros do Estado Maior das Forças Armadas, reunidos em um edifício de Chacao (bairro nobre no lado leste da cidade), requisitavam aos canais privados equipamentos de transmissão por micro-ondas, de modo a transmitir um comunicado ao vivo, em que desconheceriam o governo de Hugo Chávez. Essa transmissão não foi ao ar, porque o sinal das emissoras privadas foi cortado pelo governo, em represália ao desrespeito à cadeia nacional de rádio e TV. No entanto, horas antes um vídeo do comunicado já havia sido gravado no local, pelo jornalista Otto Neustad, da CNN. Segundo seu relato posterior, o vídeo foi gravado por volta das 14h e 30 min, como um "ensaio" para a transmissão ao vivo, que se daria depois. Durante a gravação, o almirante Ramírez Pérez citou a existência de franco-atiradores e a ocorrência de 6 mortos nas ruas; no entanto, até aquele momento, a marcha da oposição ainda não havia chegado próximo a Miraflores, e não havia relato de nenhum morto nas ruas – o que denota que, segundo o relato de Otto Neustad, aqueles militares tinham conhecimento prévio do massacre que se daria naquele dia.[155] O material gravado por Neustald foi enviado à Reuters e às emissoras privadas de TV.

Por volta das 21h, os canais privados conseguiram voltar ao ar, via satélite. Depois de transmitir imagens de tanques nas ruas e declarações de várias lideranças oposicionistas – dentre elas Luis Miquilena, que afirmou que o governo tinha as mãos sujas de sangue e que o presidente era o principal responsável pelos acontecimentos daquele dia – foi ao ar o comunicado gravado anteriormente pelos militares reunidos em Chacao. Às 22h, a polícia metropolitana invadiu a sede do canal estatal de televisão, cortando as transmissões e deixando o governo impossibilitado de falar à nação.

[155] Neustald declarou publicamente o fato dias depois, em uma conferência na Universidad Bicentenaria (ver em https://www.youtube.com/watch?v=GVH6xMDTQg0, acessado em 19 de dezembro de 2016). A Associação Nacional de Meios de Comunitários, Livres e Alternativos (ANMCLA) produziu posteriormente uma investigação pormenorizada dos acontecimentos daquele dia, a partir da análise das fotos e imagens de vídeo disponíveis, além de declarações de inúmeras testemunhas. O resultado da investigação – que deu origem ao documentário *Puente Llaguno: Claves de un masacre*, produzido pela Panafilms (disponível em https://www.youtube.com/watch?v=QPMe92zH6Ik, acessado em 19 de dezembro de 2016) – comprova que os militantes chavistas eram inocentes das acusações que foram feitas pelos meios de comunicação.

Cercado em Miraflores, Chávez recebeu do comando militar golpista a exigência de que entregasse sua renúncia por escrito, sob a ameaça de bombardeio do palácio; ele se recusou a renunciar, mas se entregou e foi levado preso para o Forte Tiúna. Os demais membros do governo também abandonaram Miraflores, rumo à clandestinidade. Às 3h e 40 min da madrugada do dia 12, o general Lucas Rincón, chefe das Forças Armadas, anunciou publicamente que o presidente havia aceitado o ultimato e renunciado.[156] Estava consumado o golpe.

Preocupados em legitimar o novo governo de transição, os golpistas insistiam na tese de que Chávez havia renunciado, apresentando como "prova" a declaração de Lucas Rincón; o problema é que, pelos termos da Constituição Bolivariana, em caso de renúncia o poder deveria ser passado para o vice-presidente – no caso, o também militar bolivariano Diosdado Cabello, que àquela altura estava escondido. Obviamente, isso não estava nos planos da coalizão golpista. Ainda na madrugada do dia 12, o empresário Pedro Carmona foi anunciado inicialmente como chefe de um "governo de transição". Para muitos oposicionistas, a melhor saída era convocar imediatamente novas eleições; no entanto, setores próximos a Carmona decidiram entronizar-se no poder, tomando medidas mais drásticas para interromper por completo o processo bolivariano.

> La oposición estaba dividida entre el grupo más cercano a Carmona, que buscaba restablecer las políticas neoliberales radicales de los años noventa y trataba de demorar al retorno al régimen democrático, por una parte, y los líderes de partidos políticos, como AD e la CTV, quienes tenían una actitud ambivalente hacia el neoliberalismo e insistían en una apariencia de procedimientos democráticos, por la otra.
> Los nombramientos de Carmona, que privilegiavan a grupos de la elite, crearon tensiones. La Marina, por ejemplo, recebió dos puestos clave en el gobierno, que incluían el Miniserio de Defensa, a expensas del Ejército que es mucho más grande pero menos prestigioso, donde Chávez tenía su mayor respaldo. (...) Además, Carmona designó a dos líderes prominentes de Copei – que incluyeron a José Rodríguez Iturbe, un miembro del derechista *Opus Dei*, como ministro de Relaciones Exteriores – aun cuando ese partido había sido reducido a un mínimo en el reciente pasado. Al mismo tiempo, Carmona no tuvo en cuenta a AD, que era igualmente antichavista, y que era hasta ese entonces el partido de oposición más grande, pero que era notorio por su tradición populista y clientelar. Inmediatamente después del golpe, Carmona y su grupo evitaron reunirse con los diputados de la Asemblea Nacional. Estaban renuentes a llegar a un acuerdo con los partidos políticos que pudieran presionar al gobierno para que hiciera conceciones referentes a los nombramientos importantes, y estaban

[156] A declaração de Rincón foi, durante algum tempo, um dos muitos mistérios ocorridos naquele dia de abril. General amigo de Chávez, fiel ao processo bolivariano e detestado pela oposição, Rincón declarou posteriormente que só anunciou a renúncia de Chávez – que na verdade não havia ocorrido – para evitar o bombardeio de Miraflores e impedir que militares leais ao presidente deflagrassem uma guerra civil. Tacitamente, sua atitude teria sido acordada com o próprio presidente deposto, que lhe dera carta branca para tomar a atitude que considerasse mais correta naquele momento. A declaração de Rincón pode ser conferida em vídeo no endereço eletrônico https://www.youtube.com/watch?v=M8ZAWErmMyU (acessado em 19 de dezembro de 2016). Detalhes sobre suas declarações posteriores podem ser vistos em http://www.aporrea.org/actualidad/n202903.html (acessado em 19 de dezembro de 2016).

> particularmente en contra de la aceptación del ex chavista Luis Miquilena como aliado. (ELLNER, 2014: 153-154)[157]

Na manhã do dia 12, Carmona foi anunciado como novo presidente da Venezuela, de uma forma que pareceu ilegítima não só aos apoiadores de Chávez, como também a alguns setores da própria oposição, para quem o golpe *"havia sido 'secuestrado' por Carmona y una pequeña camarilla que lo rodeaba."* (idem, ibidem: 154). Em cerimônia transmitida a todo o país pela TV, todos os Poderes da República foram desfeitos arbitrariamente.

> Pedro Carmona é empossado como novo presidente no dia 12 de abril de 2002. Entre os primeiros e brevíssimos decretos do "governo provisório" estavam: a designação de Pedro Carmona como presidente; o restabelecimento do nome de República da Venezuela; suspensão dos cargos de todos os deputados da Assembleia Nacional, convocando eleições para novos deputados até dezembro, que terão a faculdade de reformar a Constituição; criação de um Conselho Consultivo de 35 membros que exercerá a função de órgão de consulta do presidente; o presidente de fato assume todos os poderes; serão convocadas eleições presidenciais em 365 dias a partir dessa data; decreta-se a reorganização de todos os poderes públicos; suspende-se a validade dos 49 decretos com força de lei. Logo seriam suspensos imediatamente dois acordos internacionais: a adesão à política de cotas de produção da OPEP e o "Acordo Energético de Caracas" pelo qual eram fornecidos 53 mil barris de petróleo diários a Cuba, em compensação, eram pagos em serviços médicos, treinadores espostivos, especialistas em agronomia, turismo e educação à Venezuela. Tratava-se claramente de desmontar todo o processo bolivariano (SEABRA, 2012: 109)

Ao longo daquele dia, militares golpistas declararam abertamente aos canais privados que a destituição de Chávez fora programada com antecedência, e que apenas esperavam a resposta da "sociedade civil" para "restaurar a democracia" no país. No interior das Forças Armadas, porém, havia muitas divisões. Cerca de mil oficiais de nível médio, pertencentes à brigada de paraquedistas de Maracay e leais a Chávez, declararam imediatamente que não reconheciam o governo de Carmona; logo obtiveram o apoio de militares de outras bases, incluindo alguns oficiais de alta patente – como o influente general Raul Isaías Baduel – que exigiam a libertação imediata do presidente deposto (Chávez ficou preso por algum tempo no Forte Tiúna, sendo depois transferido para uma base naval venezuelana no Caribe). Mesmo alguns altos oficiais antichavistas,

[157] Dentre os líderes mais importantes do golpe que, depois, foram alijados da nova repartição do poder, estava o presidente da CTV, Carlos Ortega. Segundo Gerónimo Pérez Rescaniere (2011: 412), Ortega foi impedido de participar de uma reunião no restaurante do Hotel Tamanaco, na manhã do dia 12, onde se discutia o futuro do novo governo. Na ocasião, estiveram presentes, dentre outros, o empresário e presidente da Fedecámaras Pedro Carmona; o magnata das telecomunicações e mídia venezuelanas, Gustavo Cisneros; o diplomata e ex diretor do FMI, Enrique Tejera París; o professor universitário Aquiles Rodríguez Iturbe, ligado ao Copei; o presidente da Federação dos Bancos, Ignácio Salvatierra; dentre outros. Diversos analistas assinalam que grande parte do *núcleo duro* do golpe era ligada à organização de ultradireita católica *Opus Dei* (dentre eles o próprio presidente golpista Pedro Carmona).

mais moderados, consideravam um erro entregar o poder à Carmona, e por isso assumiram uma posição relativamente dúbia. Os canais privados insistiam que Chávez havia renunciado, embora não apresentassem nenhuma imagem ou documento assinado que o comprovasse; também insistiam em apontar o governo deposto como responsável pelo massacre de Caracas, sem que qualquer prova neste sentido fosse apresentada – à exceção das imagens dos chavistas armados na *Puente Llaguno*, que foram insistentemente reprisadas ao longo do dia, para acusar os círculos bolivarianos.

Aos poucos, membros do governo deposto conseguiram contato com a imprensa internacional, denunciando o golpe. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais bolivarianos começaram a se mobilizar e entrar em choque com a polícia pelas ruas de Caracas, gerando novas ocorrências fatais. Nas favelas e bairros populares da capital, espalhou-se rapidamente a informação de que Chávez não havia renunciado e que estaria preso e impedido de falar à nação.[158] No dia 13 de abril, uma multidão começou a ganhar as ruas, cercando o Palácio de Miraflores e os principais quartéis do país. Enquanto os canais privados de TV fingiam que nada de anormal acontecia no país, transmitindo desenhos animados e programas de auditório ao longo daquele dia, nos bastidores do poder já se falava de um contra-golpe em marcha, à medida que mais e mais militares se posicionavam contrários ao governo interino. Carmona chegou a sinalizar para a revogação da decisão de dissolver a Assembleia Nacional, mas já era tarde demais (MARINGONI, 2004: 42). Somando todo o país, as multidões nas ruas já era contadas na casa dos milhões. Neste quadro, oficiais de baixa patente posicionaram-se para retomar o Palácio de Miraflores. Os membros do governo golpista preferiram não resistir e fugiram, ainda durante a tarde. Aos poucos, ministros e outros quadros chavistas começaram a retornar ao Palácio, restabelecendo o governo legal. Logo em seguida, os chavistas finalmente conseguiram restabelecer o sinal do canal estatal de televisão, informando ao povo que o golpe havia fracassado, e que o governo estava se restabelecendo e empreendendo ações para o retorno de Chávez. Cerca de 500 mil pessoas permaneceram no entorno de Miraflores até chegada do presidente – o que só veio a ocorrer de madrugada, quando Chávez chegou de helicóptero, enquanto a multidão entoava gritos de *"¡Volvió, volvió, volvió!"*.[159]

---

[158] Para tanto, foi muito importante a atuação das rádios comunitárias e outros meios de comunicação alternativos – cujo desenvolvimento foi estimulado pelo governo desde 1999 – e do uso de mensagens disseminadas por telefones celulares.

[159] Tratava-se de um cântico irônico, que emulava a mesma melodia utilizada pelos oposicionistas em suas manifestações, que diziam *"¡Se va, se va, se vá!"*

Chávez adotou um tom moderado em seu primeiro pronunciamento. Segurando um pequeno crucifixo, buscou reconciliar o país e trazer de volta a normalidade. Assumiu que tinha sua parcela de culpa na polarização política, afirmou que perdoava os altos gerentes da PDVSA que haviam desatado o golpe, e pediu para que todos voltassem às suas casas. Nos dias seguintes, o governo fez várias concessões à oposição: criou uma comissão presidencial na qual membros do governo e da oposição se reuniram em "mesas de diálogo"; substituiu alguns altos funcionários de *"línea dura"* por chavistas mais moderados; e chegou a reconduzir a seus cargos os sete altos gerentes da PDVSA que ele próprio havia demitido no dia 7 de abril (ELLNER, 2014: 157). A moderação do governo, naquele momento, contrariou muitos militantes bolivarianos de base – especialmente aqueles com maior tradição organizativa, geralmente ligados a correntes trotskistas – que apoiavam o governo, mas demandavam que era o momento de radicalizar e extirpar do poder os elementos que não estivessem plenamente de acordo com o aprofundamento do processo revolucionário.

> El golpe, decimos, se prolongó más allá de su própia derrota. Incluso, la policía metropolitana continuó un tiempo, se tardó un tiempo para poder la desmantelar. No fue que imediatamente después de devolver el poder al presidente Chávez el pueblo y las Fuerzas Armadas se pudieron neutralizar todos los factores del golpismo. Seguieron actuando fuerzas, ¿no? Ya no con el control del poder. Entonces, havia tareas, de tratar de consolidar el triunfo, la recuperación del poder y la continuidad de la Revolución Bolivariana. Hicimos entonces esto encuentro nacional de organizaciones populares con Chávez, donde se planteava cual era, desde la perspectiva del movimiento popular, las tareas que tenían que llevar adelante para la radicalización, para el avance de la revolución. Ahí havia consignas relacionadas, por ejemplo, con la socialización o el control social de los medios de comunicación por el Poder Popular. Nosotros rodeamos los medios de comunicación privados, golpistas, que llamavan al golpe. Y tuvimos la intención de ocuparlos. No para destrozarlos, no para destruílos, sino para tomar en las manos de los movimientos sociales. Sectores del propio gobierno y diputados nos frenaron, deciendo que esto se vá a resolver luego al nivel judicial, que dejaramos las cosas hasta ahí... Cosa que luego no pasó, aunque más adelante le retiraron la conseción a la RCTV – pero desgrazadamente fue para la Televisora Venezolana Social – que a pesar de llamarse "social", se convertiera en una televisora del Estado, y no en una televisora de los movimientos sociales, de las organizaciones de la clase trabajadora.[160] (Gonzalo Gomez Freire)

Em parte, a moderação do governo se explica porque, apesar do retorno triunfal de Chávez ao poder, os problemas que assolavam o governo desde o início continuaram e até mesmo se agravaram após o golpe. A PDVSA se mantinha dominada por uma burocracia abertamente antichavista e poderosa o suficiente para desatar um golpe de

[160] Chávez se recusou a tomar medidas mais duras contra os meios de comunicação privados. A única exceção se deu com o canal *Radio Caracas de Televisión* (RCTV), cuja concessão não foi renovada pelo governo, em 2007 (trataremos mais adiante desse fato)

Estado após a demissão de apenas sete altos funcionários. Além disso, os deputados chavistas na Assembleia Nacional eram majoritariamente moderados, e os Poderes Judiciário e Eleitoral – que, durante o processo constituinte, haviam sido organizados pelo grupo ligado a Luis Miquilena – não estavam alinhados à proposta de aprofundamento do processo. O governo, na verdade, se via refém de um delicado equilíbrio: precisava sustentar a legalidade e a Constituição, que em última instância haviam legitimado o retorno de Chávez ao poder; porém, isso implicava no respeito à independência dos Poderes e às regras estabelecidas por lei – as quais, a despeito dos avanços realizados, não apontavam para uma inflexão radical (ou *socialista*) do processo bolivariano. O rompimento com a legalidade pré-golpe só seria possível mediante o abandono da *via institucional* (que o governo sempre defendera), substituindo-a por uma radicalização *desde abajo* – isto é, pela transformação do processo em uma autêntica revolução que, *protagonizada pelas massas trabalhadoras organizadas*, sustituíssem a institucionalidade vigente (burguesa) por uma nova institucionalidade (proletária). Ocorre que isso implicaria na perda da *direção* das transformações por parte da cúpula chavista – questão que o próprio Chávez em nenhum momento pareceu disposto a ceder. Talvez houvesse um cálculo político sincero por parte da alta cúpula chavista, no sentido de evitar "um passo maior que as pernas". Isso porque, embora os acontecimentos de 13 de abril constituíssem uma ascensão sem precedentes das massas trabalhadoras venezuelanas (ainda maior que a ocorrida na queda de Pérez Gimenez, em 23 de janeiro de 1958), seria exagero considerar que já houvesse uma situação concreta de *duplo poder*, capaz de substituir o Estado Burguês por uma *Ditadura do Proletariado* – inclusive pelo fato de que os meios de produção continuavam sob o controle da burguesia, uma vez que praticamente não haviam ocorrido transformações profundas nas relações produtivas, e não existiam formas organizativas dos trabalhadores capazes de promover um *controle operário da produção*.[161] No entanto, o fato do governo não ter aproveitado a conjuntura para

[161] Isso não significa que experiências importantes não tenham ocorrido, no âmbito das relações produtivas. A recondução de Chávez ao poder foi protagonizada por trabalhadores precarizados das favelas, aliados à baixa patente militar; mas parcelas do operariado industrial também tiveram importante participação, mobilizando-se contra a greve convocada pela oposição. Foi o caso dos metalúrgicos de Guayana, que, aos milhares, tomaram várias empresas da região e chegaram a impor ao prefeito da cidade a entrega das armas da Guarda Nacional aos trabalhadores (ROSA, 2014: 53-54). Ficava claro que, após o golpe de 11 de abril, a correlação de forças políticas no meio operário havia se modificado inequivocamente em favor do governo. Porém, é preciso frisar: o ocorrido em Guayana não pode ser generalizado para o conjunto da classe trabalhadora venezuelana. De maneira geral, não existiam conselhos de fábrica sólidos na maior parte dos setores industriais, e até mesmo os sindicatos, em sua

promover transformações mais profundas na burocracia de Estado leva a crer que o respeito à institucionalidade burguesa (repartição dos Poderes; protagonismo de formas representativas de participação política; respeito à propriedade privada; etc) foi uma *opção política deliberada*, no sentido de manter a condução do processo *pelo alto*, através do controle mais ou menos centralizado dos aparelhos de Estado. Ao invés de promover um aprofundamento permanente do protagonismo dos trabalhadores, o governo Chávez – para usar a expressividade dos ditos populares – optou por "colocar água na fervura", no afã de reduzir a polarização política no país. Se havia alguma intenção mais radical, ela era imaginada como algo que se daria num futuro mais adiante; naquele momento, apostou-se na manutenção da via institucional, com todas as contradições que ela inevitavelmente trazia consigo.[162]

---

maioria, ainda eram controlados pela oposição (trataremos dessas questões com maior profundidade no capítulo 5).

[162] Para que se tenha uma ideia dessas contradições, basta dizer que os militares envolvidos na derrubada do governo foram inocentados na Justiça, sob a alegação de que não houve golpe, mas apenas um "vazio de poder". A defesa argumentou que os militares agiram dentro da legalidade, já que o presidente "teria renunciado" – tese que não se sustenta por diversos motivos óbvios: em primeiro lugar, porque nunca se apresentou uma renúncia formal do presidente, mas apenas a declaração do general Lucas Rincón, que foi tomada como "verdade" unicamente pela proximidade deste militar a Chávez; além disso, os termos da Constituição determinavam que, em caso de renúncia, o poder deveria ter sido entregue ao vice-presidente, algo que não ocorreu; finalmente, havia todos os eventos mal explicados do dia 11 de abril, quando evidências apontaram para a participação de militares de alta patente nos assassinatos ocorridos em Caracas. Sem nos aprofundarmos na discussão sobre os fundamentos histórico-sociais do Direito, podemos afirmar que a decisão da Suprema Corte do país foi indubitavelmente *"política"*, e não *"jurídica"*.

Quanto ao que realmente aconteceu naquele dia, até hoje pairam muitas dúvidas. Em julho de 2002, enquanto a própria oposição reclamava o estabelecimento de uma Comissão da Verdade para que se apurasse os fatos, uma reportagem publicada no diário *El Nacional* afirmou que os órgãos de Inteligência conseguiram identificar sete franco-atiradores que estiveram presentes no Hotel Ausonia, no centro de Caracas (cinco venezuelanos, um colombiano e um estadunidense radicado na Venezuela); a própria polícia teria conseguido aprisioná-los, mas eles teriam sido liberados no dia 12 de abril, por ordem do governo golpista de Carmona (RESCANIERE, 2011: 405-406).

Outro fato que mostra as limitações inerentes à manutenção da "normalidade institucional" diz respeito ao destino dos militantes bolivarianos acusados dos assassinatos do dia 11 de abril. As únicas "provas" apresentadas pela acusação eram as fotos e vídeos mostrados pela imprensa – nos quais eles apareciam disparando suas armas, sem que fosse possível dizer contra quem. A defesa alegou legítima defesa, já que os militantes tinham posse legal de arma e, na verdade, atiravam contra a polícia e os franco-atiradores (nenhum dos civis mortos naquele dia se encontrava naquele local, no momento em que os militantes chavistas utilizaram suas armas). Para descaracterizar a alegação de legítima defesa, a acusação chegou ao absurdo de afirmar que não foram feitos disparos contra os chavistas concentrados na *Puente Llaguno* – algo que facilmente poderia ser desmentido por qualquer um que visitasse o local nos dias que sucederam ao golpe, já que a ponte se encontrava com evidentes sinais de tiros e havia inúmeras imagens comprovando que os chavistas foram alvejados por armas de fogo. Além disso, os exames de balística comprovaram que os mortos naquele dia foram atingidos por munição de grosso calibre, incompatíveis com as armas utilizadas pelos militantes chavistas. Mesmo assim, contra todas essas evidências, o Judiciário manteve as acusações até onde foi possível, "respaldados" pela imprensa privada (que manteve as acusações incessantes contra os círculos bolivarianos, apontados como responsáveis pelo massacre). Os militantes ficaram presos por mais de um ano, e mesmo depois de libertados não tiveram espaço nos meios de comunicação privados para dar sua versão do ocorrido.

A postura recuada do governo, longe de diminuir a polarização política do país, acabou por estimular a oposição a manter uma postura abertamente sediciosa, apostando na sabotagem econômica e na mobilização de forças civis e militares contra o governo, sempre com o apoio dos meios de comunicação privados. Já em agosto de 2002, a CTV e a Fedecámaras lançaram a campanha "*Natal sin chávez*" – que indicava claramente uma intenção golpista, a ser concretizada ao final do ano de uma maneira ainda não tão clara. No dia 21 de outubro, uma nova greve geral foi deflagrada, com a exigência de que Chávez renunciasse, convocasse eleições ou um referendo sobre seu governo.

> Fábricas, lojas e shopping centers de todo o país fecharam as portas, fazendo com que o tráfego normalmente caótico de Caracas se reduzisse a quase nada. As empresas aéreas cancelaram vários vôos domésticos devido à falta de passageiros. A maior parte dos jornais deixou de circular. As redes de televisão suspenderam a programação usual para transmitir uma cobertura ininterrupta da paralisação. Mais do que fornecer informações a respeito, os canais de televisão promoviam-na. (JONES, 2007: 432)

A oposição não conseguiu prorrogar a paralisação por mais de 24 horas. Contudo, no dia seguinte, 14 oficiais militares que haviam sido absolvidos por sua participação no golpe de abril (dentre eles o general Enrique Medina, que havia sido adido militar em Washigton) "ocuparam" a *Plaza Francia*, no bairro nobre de Altamira, na zona leste de Caracas. Diante das câmeras das emissoras privadas, argumentaram seguir o artigo 340 da Constituição – que autorizava os cidadãos a se rebelarem contra um governo considerado despótico – e declararam a praça um "território liberado". Imediatamente, a CTV, a Fedecámaras e todos os partidos oposicionistas apoiaram a "ocupação". Na manhã seguinte, milhares de pessoas se uniram aos militares rebelados. Um palanque foi armado no local, onde lideranças da oposição se declararam em desobediência civil – incluindo mais de 100 oficiais das Forças Armadas (o que poderia ser legalmente coibido pelo governo, inclusive com o uso da força, posto que se tratava de uma evidente quebra de hierarquia). Apesar disso, o governo optou por não tomar nenhuma atitude, evitando acirrar ainda mais os ânimos. Assim, a ocupação perdurou por meses, assumindo ares de festival estudantil, com pessoas acampadas, shows de música e discursos dos líderes oposicionistas (que rebatizaram o local como "Praça da Meritocracia").

Ali se conformou a *Coordenadora Democrática de Ação Cívica* – espécie de frente ampla formada por lideranças da CTV, dos partidos oposicionistas, da Fedecámaras, da PDVSA, da imprensa e de ONG's antichavistas. A Coordenadora

iniciou um recolhimento de assinaturas para exigir um referendo consultivo, visando a convocação de novas eleições (em princípios de novembro, as lideranças rebeladas anunciaram a entrega de 2 milhões de assinaturas ao CNE). Chávez, entretanto, argumentou que a Constituição garantia à oposição o direito de revogar seu mandato, desde que recolhessem assinaturas suficientes para a convocação de um referendo revogatório – o qual só poderia se dar em agosto do ano seguinte, quando se completava a metade de seu mandato. Com a ocupação dando sinais de esvaziamento, a CTV e a Fedecámaras convocaram uma nova greve geral para o dia 2 de dezembro, iniciando o que viria a ser conhecido como *Paro Petrolero*.

3.2.2 - O Paro Petrolero e as primeiras experiências de controle operário

Como a oposição conseguiria realizar uma greve geral massiva e longa, se não contava com o apoio da maior parte dos trabalhadores e mesmo de muitos empresários (obviamente interessados em aproveitar a alta temporada de natal)? No dia 2 de dezembro, boa parte do comércio – especialmente nas áreas mais populares – amanheceu funcionando normalmente. Para a oposição, a chave estaria na paralisação da PDVSA, empresa sem a qual o setor industrial não poderia funcionar, por falta de energia, e nem tampouco o setor de transportes, gerando carestia geral de bens e impedindo os empregados de comparecer ao trabalho. Seria fácil garantir a adesão dos altos funcionários da estatal, que estavam entre as lideranças da paralisação; mas, nos níveis hierárquicos mais baixos, a maior parte dos trabalhadores era contrária a greve e continuou comparecendo normalmente aos seus postos de trabalho.[163] O governo anunciou que não admitiria a paralisação da empresa, ameaçando os grevistas com medidas duras. Diante deste quadro, tornou-se evidente que a única forma de paralisar a PDVSA seria por meio de ações de sabotagem.

A primeira tentativa neste sentido se deu no Lago Maracaibo, de onde fluia os imensos navios petroleiros que escoavam cerca de um milhão de barris de petróleo por dia. Utilizando pequenos barcos, a oposição tentou fechar o canal por onde os navios petroleiros tinham que passar. A Marinha foi mobilizada e retirou os barcos do local, enequanto uma concentração grevista em frente à sede da empresa, em Caracas, foi desfeita pela Guarda Nacional, com o uso de gás lacrimogêneo. O Conselho Nacional

[163] Bart Jones (2007: 443) cita o exemplo da refinaria de Puerto La Cruz, onde todos os altos executivos da planta abandonaram seus postos de trabalho, mas entre os operadores de máquina, técnicos e mecânicos a adesão foi de apenas 20%.

Eleitoral decidiu por atender à reivindicação da oposição, aprovando a convocação de um referendo consultivo que questionasse a população se Chávez deveria ou não continuar no cargo – o que demonstra que não era verdade a afirmação, tantas vezes repetida, que o órgão não tinha autonomia perante o Executivo. Àquela altura, porém, a oposição apostava na continuidade da greve para criar uma situação de caos econômico, e por isso a decisão do CNE foi simplesmente ignorada. As lojas ainda funcionavam na maior parte do país, quando uma grande marcha oposicionista ocorreu no terceiro dia de greve, em direção ao Hotel Meliá (onde estava hospedada uma comissão da OEA, enviada para negociar o fim dos conflitos). À noite, a greve ganhou força quando Daniel Alfaro, capitão do gigantesco navio-petroleiro *Pilín León* (um monstro de metal da altura de um edifício de 8 andares), apareceu na televisão anunciando sua adesão à greve. O navio foi ancorado no Lago Maracaibo, e logo depois outros 13 navios venezuelanos e 24 navios de outros países fizeram o mesmo. Dessa forma, a greve se impunha ao país.

Enquanto milhares de oposicionistas se reuniam na costa do Lago Maracaibo, de onde se podia avistar o *Pilín León*, e outros tantos rodeavam o navio com iates, lanchas, canoas e até caiaques – tudo transmitido ao vivo pelos canais privados de TV, que praticamente suspenderam sua programação normal para cobrir a greve (inclusive com a suspensão de intervalos comerciais) – o governo ameaçou invadir o navio com o uso de força militar. Dois dias depois, um atirador arremeteu contra os oposicionistas ainda reunidos na Praça Francia, em Altamira, matando três pessoas (incluindo uma jovem estudante de 18 anos) e ferindo outras 28. O atentado foi transmitido ao vivo pelas emissoras de TV, sempre presentes no local, e foi imediatamente atribuído ao governo Chávez – ainda que nenhuma prova neste sentido tenha surgido nos dias subsequentes.[164] Com as mortes em Altamira, a greve ganhou ainda mais força (com

[164] O autor dos tiros era um cidadão português de nome João Gouveia, preso no local (ele não tentou fugir). Posteriormente comprovou-se que Gouveia, taxista de Caracas, tinha distúrbios mentais (JONES, 2007: 437). No dia seguinte ao atentado, a emissora Globovisíon transmitiu uma imagem de um ato público em Caracas, ocorrido dias antes, no qual João Gouveia aparece em meio aos espectadores, em uma posição muito próxima a do alcalde chavista de Caracas, Freddy Bernal. Para Rescaniere (2011: 429), *"aunque no constituye prueba de colusión entre el alcalde y el asesino porque cualquiera puede asistir a un acto público, la impresión de complicidad queda sembrada, involucrandose al gobierno de Chávez en su conjunto, como quién envió y armó al asesino. En los próximos días las investigaciones están en su máximo de actividad, el país conoce la pensión donde vivía Gouveia, así como detalles, muy fragmentarios, y entonces viene 'lo bueno': se sabe por datos suministrados por la Interpol, que Gouveia se encontraba en Londres el día que Bernal realizó su acto político. O sea, imágenes del aldalde y del asesino gravadas en sitios y momentos distinctos, han sido editadas en una cinta de video y transmitidas nacional e internacionalmente. Esto supera cualquier precedente mundial de uso abusivo de los medios de comunicación".*

adesão inclusive de Juízes da Suprema Corte) e foi prorrogada por tempo indeterminado. Logo duas importantes refinarias do país foram totalmente paralisadas.

O novo presidente da PDVSA, Ali Rodríguez Araque,[165] veio a público afirmar que o país se via ameçado de um desastre nacional, devido à falta de gasolina e eletricidade. O caos instalou-se definitivamente: milhares de pessoas correram aos supermercados para estocar alimentos, enquanto mais e mais estabelecimentos de comércio fechavam suas portas. As filas nos postos de gasolina chegaram a atingir 5 km de extensão, com tempo de espera de até 24 horas para o abastecimento. Começou a faltar água potável e dinheiro nos caixas eletrônicos (os bancos reduziram seu horário de funcionamento para apenas três horas). Em muitas casas, pessoas eram obrigadas a utilizar madeira para obter fogo, dada a dificuldade de se adquirir gás de cozinha. As comemorações de natal foram "oficialmente canceladas" pela Fedecámaras. O *Paro Petrolero* atingia seu objetivo de se tornar um *Paro Patronal* generalizado.

Pela primeira vez em sua história, a Venezuela descumpria seus compromissos de fornecimento de petróleo para seu principal mercado consumidor, os EUA; com isso, a captação de renda despencou, gerando problemas para o funcionamento dos serviços básicos do Estado. Nos postos de trabalho da indústria petrolífera, as tensões eram cada vez maiores, com grevistas intimidando os trabalhadores que se recusavam a aderir à paralisação, cercando as instalações e tentando impedir a entrada dos funcionários. Logo veio a público que a oposição sabotava a empresa, destruindo fios, jogando água nos tanques de combustível dos navios, roubando arquivos e componentes dos sistemas computadorizados. Além disso, os grevistas tinham acesso aos sistemas da empresa a partir de computadores remotos, através dos quais alteravam as variáveis de controle dos processos, de modo a causar explosões catastróficas se os equipamentos fossem simplesmente religados (JONES, 2007: 442). Com isso, a única forma de retomar a produção seria operando a empresa em modo total ou parcialmente manual, o que era uma operação muito difícil e de alto risco, especialmente naquelas condições.[166] A

---

[165] Em 2001, Rodríguez Araque havia deixado o Ministério de Minas e Energia para assumir a Secretaria Geral da OPEP. Após o golpe de abril, ele retornou ao governo, sendo nomeado presidente da PDVSA em substituição ao professor Gastón Parra.

[166] Chávez destacou uma equipe de *hackers* para combater os sabotadores, iniciando um confronto cibernético assim descrito por ele, em declaração à TV: "Eu não conhecia nada disso. Estou aprendendo bastante agora. Eu estava no gabinete com o ministro. Isso é um bombardeio eletrônico feito nos computadores. O sistema enlouquece, enlouquece completamente, por controle remoto. Então, um cara jovem se aproximou, um *hacker*, com um aparelho. E eu brinquei: 'Você é um curandeiro?'. Porque ele chegou com aquela aparelhagem toda. Ele respondeu: 'Há uma guerra eletrônica em andamento'. Então a luta seria de *hackers* contra *hackers*, alguns atirando daqui, outros disparando de lá. A coisa era

produção de petróleo – que normalmente era de 3 milhões de barris diários, dos quais 2,4 eram destinados à exportação – havia caído para o patamar de apenas 150 mil barris por dia (idem, ibidem: 440), o que inviabilizava a operação da maior parte das demais empresas do país.

Chávez agiu para impedir o completo colapso econômico, contactando países como Brasil, Rússia, Trinidad e Tobago, México, Colômbia e República Dominicana, que enviaram navios com combustível ou alimentos básicos como arroz, farinha, leite e carne, que começaram a faltar em toda parte. Além disso, o presidente endureceu o discurso contra os altos funcionários da PDVSA, iniciando uma demissão em massa dos grevistas. Até o final da greve, milhares de gerentes foram demitidos, o que causava dúvidas no país se, após o término do conflito, seria possível retomar as atividades normais da empresa. Finalmente, o presidente deu a ordem para a ocupação militar do *Pilín León*. Tratava-se de uma operação muito arriscada: o navio estava carregado com 280 mil litros de gasolina, e a presença de simpatizantes da oposição (que continuavam no Lago Maracaibo em suas embarcações particulares) poderia causar uma eventual troca de tiros; a tripulação grevista, por sua vez, havia sabotado o navio, deixando armadilhas que poderiam causar uma explosão verdadeiramente cataclísmica caso ele fosse religado. Argumentava-se que o governo não tinha pessoal técnico especializado para a complexa operação do petroleiro, e por isso era muito alta a probabilidade de um acidente ou uma falha operativa qualquer (por exemplo, um motor superaquecido ou uma fagulha nas tubulações e tanques). Havia ainda outro problema: para chegar ao porto, o navio precisaria atravessar o vão da imensa Ponte Gal. Rafael Urdaneta, que se extende por 8 km, na embocadura do lago; se algo desse errado e o navio colidisse com a ponte, poderia ocorrer um desastre de proporções inimagináveis.

Mesmo assim, Chávez decidiu seguir em frente. Ordenou que os militares retomassem o navio no dia 21 de dezembro, com ordem de prisão à tripulação – que se recusou a abandonar seus postos, sob a justificativa de que estavam "protegendo" a embarcação e que se recusavam a entregá-la para uma equipe substituta "sem experiência" (na verdade, formada por funcionários aposentados, dentre os quais o capitão Carlos López, que teria a responsabilidade de comandar a operação do navio).

---

impressionante. Eu tinha estudado tática de guerra durante vários anos, mas nunca imaginei que a coisa se resumiria a essa guerra eletrônica." (Hugo Chávez, cf.: JONES, 2008, 404)

> A maior parte do país grudou os olhos nos aparelhos de TV por volta do meio-dia de 21 de dezembro, quando López e os outros tentaram religar o Pilín León. Se algo desse errado, Chávez poderia ser acusado de enviar, irresponsavelmente, uma tripulação despreparada para uma missão suicida, a fim de cumprir suas metas políticas. O presidente encontrava-se em Miraflores, assistindo ao desenrolar dos fatos com nervosismo, junto com o restante do país. Ele sabia que o destino da greve e talvez de seu governo dependia daquilo. (idem, ibidem: 441)

Para delírio dos chavistas, o navio foi retomado e conseguiu ultrapassar a ponte, aliviando em parte a escassez extrema de gasolina. Faltaria, contudo, retomar a operação nas instalações da empresa, o que só seria possível com a ocupação da mesma pelos funcionários de baixo escalão, majoritariamente favoráveis ao governo. A partir de janeiro, os bolivarianos tomaram a ofensiva contra a paralisação, identificada como um locaute. Foi a luta contra o *Paro Patronal* que marcou um ponto de inflexão fundamental para os trabalhadores sindicalizados, a partir do qual eles *politizaram* definitivamente suas demandas, rompendo com o sindicalismo tradicional e iniciando autênticas experiências de controle operário. Diferentemente das mobilizações operárias tradicionais, nas quais o objetivo é paralisar as atividades para obter ganhos econômicos, o que se pretendia era *controlar a produção desde as bases, ocupando as fábricas e colocando-as em funcionamento.* Como lembra Rosa,

> Diferentemente do que aconteceu na primeira paralisação, em dezembro de 2002 a polarização política estava já bastante intensa e as verdadeiras intenções da oposição tornavam-se evidentes. Por isso, os trabalhadores tiveram, desta vez, uma atuação veemente para derrotar a nova ação patronal, ainda que sua central sindical estivesse convocando-a (ROSA, 2014: 54)

Os trabalhadores chavistas ocuparam não só a PDVSA, como também diversas outras fábricas (inclusive privadas), passando a formar conselhos operários em seu interior. Conforme o fornecimento de combustível foi paulatinamente restabelecido, graças à luta dos trabalhadores petroleiros, a produção foi sendo retomada pouco a pouco em outros setores, sem a participação de gerentes e chefes dos altos cargos hierárquicos. Em Guayana, o movimento de ocupação de fábricas foi generalizado nas indústrias básicas, como lembra Nieves Tamarone[167]

> Aqui en Guayana lo que nos afectava era el suministro de gás hacia las empresas básicas. Los trabajadores, en aquel momento, asumieron el control y fueron a Anáco,

[167] Nieves Tamorone foi militante do Partido Socialista de los Trabajadores, e depois se aproximou da corrente Marea Socialista. Moradora da região de Guayana, trabalha na principal estatal de alumínio da região (a CVG-Alcasa), tendo participado da experiência de *cogestión* implantada nesta fábrica durante a gestão de Carlos Lanz (que trataremos adiante).

> Tigre y Azoátegui, los estados en que estan esas plantas [de gás natural] para activar todas esas empresas. Y igual en las plantas de Guayana. Abrieron las puertas, liberaron las gandolas para el gás e asumieron el control. (...) Una gran parte de los gerentes, que después foran votados, se sumaron al Paro de 2002. (...) Los trabajadores ocuparan y reactivaran las empresas, y una vez que regresan esos gerentes, foran expulsados por los mismos trabajadores de las empresas. (...) Los agararon fisicamente y los empuraron, los lanzaron fuera. (Nieves Tamarone)[168]

Pouco a pouco, os trabalhadores perceberam-se capazes de gerir, através de suas próprias organizações e por sua ação direta, não só pequenas fábricas e cooperativas, mas boa parte do parque industrial do país, incluindo seu setor mais importante e complexo (o petrolífero). Graças às ocupações, o governo sentiu-se seguro para resistir às chantagens da "gente do petróleo", com vistas a exercer um controle mais efetivo sobre a PDVSA.

> Foi somente no bojo da tentativa de paralisação da PDVSA nos eventos de 2002-2003, por meio da ação enérgica dos petroleiros para tomar o controle direto sobre a produção, que, pela primeira vez na história desde a nacionalização, experimentou-se o controle da empresa para além dos grupos políticos afinados com o partido Acción Democratica. A PDVSA passaria ao controle do governo bolivariano pelas mãos da classe operária. (FERREIRA, 2012: 173)

Quanto mais se normalizava o abastecimento de combustível, mais se alastrava o movimento de ocupação de fábricas. As bases bolivarianas vislumbraram a possibilidade do processo revolucionário se aprofundar, no sentido de construir uma democracia que atingisse não somente o âmbito da cidadania política como também – como salienta Gramsci – o "campo da produção, na fábrica, onde as relações são de opressor e oprimido, de explorador a explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia" (GRAMSCI, 1977: 157). Este processo abriu uma contraofensiva política que modificou a concepção do *chavismo*, no sentido de assumir um caráter mais classista e anticapitalista (PARKER, 2007, 7).

No entanto, a experiência foi muito efêmera para produzir mudanças mais profundas e duradouras nas relações de produção. Ao final de janeiro, o *Paro* havia sido derrotado, e embora a ideia do controle operário tenha avançado no nível subjetivo, não havia ainda organização suficiente para impedir o restabelecimento das formas tradicionais de controle sobre o trabalho. O governo, por sua vez, agiu de forma semelhante ao pós-golpe de abril, priorizando a retomada da produção sob formas

[168] Entrevista concedida ao autor 9 de maio de 2015.

tradicionais e, neste sentido, *freando* o avanço da autogestão pelos trabalhadores,[169] dificultando ou inviabilizando os espaços para experimentações e restabelecendo a hierarquia na administração fabril. Logo novos gerentes foram nomeados para as empresas estatais, em substituição aos golpistas; com o tempo, até gerentes que haviam participado ativamente da paralisação foram sendo gradualmente reinseridos nas empresas.

Para Oswaldo de León,[170] mesmo entre os operários de Guayana – que possivelmente eram os que apresentavam maior tradição de luta – havia ainda uma noção muito primária sobre o que representava o controle operário, que naquele momento era ainda entendido pelos trabalhadores como a *ocupação dos cargos de gerência por trabalhadores da base* – isto é, um controle *feito por operários*, mas que não questionava as modalidades tradicionais e verticalizadas de gestão da produção:

> Creo que uno de los gran errores del gobierno en control obrero és que el gobierno no ha creído. Aunque Chávez mobilizó la clase obrera contra la Fedecámaras (...) no profundizó la lucha de clases. Una cosa és mobilizar los trabajadores, otra cosa és profundizar la lucha de clases. Creo que hubo un momento en que el gobierno, o el mismo Chávez, pusieron amarres a la confrontación que se estaba dando, aunque hube un momento bien hermoso y bien interesante en 2002 con el *Paro Petrolero*, donde los trabajadores asumieron el papel de vanguardia – increíble aqui, pelo menos, en Guayana, en todas as empresas assumieron lo control (...). Logramos asumir essa direcionalidad política, y aqui tomamos todas las bombas de gasolina, los granaderos de gasolina... logramos un control de los trabajadores en la zona. Fue un momento bien importante, que nos actuamos como clase. La clase salió a dar la batalla, a dar combate. Triunfó la clase aqui. Pero no subimos evaloar la capacidad de fuerza e de direción política y le permitimos de nuevo a la burocracia del partido y del gobierno asumir la dirección de nuevo. No nos sentimos, en verdad, clase para si. Aunque en un momento lo exercimos, luego no entendimos eso. Es una contradicción tan grande la que estoy deciendo que, en 2002, (...) los trabajadores asumieron el control completo de la petrolera. Completo. Derroca la patronal. Derroca la Fedecámaras y derroca la burocracia que estaba en la CTV. Y con toda esa victória de los trabajadores petroleros, dentro de PDVSA, después que toman a PDVSA y impulsan la posibilidad de control obrero, le regresan en todos los pontos importantes toda la gerencia, la presidencia, toda la tecnocracia. Y aceptan que tienen que prepararse para asumir los cargos de dirección. No se plantea *eliminar los cargos de dirección tecnocráticos y burocráticos de la*

---

[169] Como indica Novaes (2008: 8), "a palavra *autogestão* é extremamente polissêmica, passando por um espectro que vai desde defensores do *socialismo de mercado* até aqueles que questionam a propriedade dos meios de produção e a perda do controle do produto do trabalho numa sociedade regida pela produção de mercadorias". A rigor, só podemos falar em uma *verdadeira* autogestão em uma sociedade em que tanto o âmbito da produção quanto o da circulação estejam sob o controle consciente dos trabalhadores. Como o processo venezuelano esteve sempre muito longe desse ideal, utilizaremos o termo aqui de uma forma mais restrita, indicando apenas as formas de gestão *intrafabril* baseadas em relações democráticas e sem hierarquia.

[170] Osvaldo *"El Rojo"* León é uma importante liderança sindical da região mineradora da Guayana. Ex-militante da luta armada venezuelana (pelo Bandera Roja), empregou-se na estatal de alumínio CVG-Alcasa (onde trabalha até os dias de hoje), sendo um dos fundadadores do *Colectivo Control Obrero* (coletivo operário da Alcasa que era crítico à ortodoxia do marxismo-leninismo e defensor da organização dos trabalhadores em conselhos de fábrica, visando o controle operário da produção). Foi entrevistado pelo autor em 10 de maio de 2015.

> *empresa, sino prepararse para asumir el cargo de dirección*. (Oswaldo León, entrevista realizada em 10 de maio de 2015).

Apesar do recuo do governo em estimular a continuidade das ocupações, o movimento operário continuou vivendo um momento de grande efervescência e mobilização política, impulsionado também pela crise econômica devastadora que se seguiu ao *Paro Patronal*. A CTV, por sua participação no golpe e no *Paro*, caiu definitivamente em descrédito, impulsionando a formação de uma nova central sindical identificada com o processo bolivariano – o que viria a se concretizar em 2003, com a formação da *Unión Nacional de Trabajadores* (UNETE[171]) – cujo desenvolvimento debateremos no último capítulo, quando analisaremos o movimento operário bolivariano.

Como não poderia deixar de ser, as consequencias econômicas do *Paro* foram gravíssimas. Segundo o Banco Central da Venezuela, o PIB do país caiu 15,8% no último trimestre de 2002, e 24,9% no primeiro trimestre de 2003 (o resultado acumulado nos dois anos foi de -8,9% em 2002 e -7,8% em 2003); a produção agrícola recuou 13%; a dívida pública deu um salto (de 30,8% do PIB, em 2001, para 47,6%, em 2003); o PIB per capita desabou (de US$ 5.033,00, em 2001, para US$ 3.285,00, em 2003); e a inflação saltou de 12% em 2001 para 31% em 2002 e 27% em 2003. Em consequência, as perdas sociais foram muito sensíveis. O Instituto Nacional de Estatística da Venezuela informa que a pobreza extrema saltou de 16,9% em 2001 para 25% em 2002 e 29,8% em 2003; o desemprego disparou e a informalidade, que vinha diminuindo no país, voltou aos níveis de 1998. O índice GINI atingiu os piores índices de todo o governo Chávez.

Ainda assim, o apoio à Revolução Bolivariana não esmoreceu e, ao contrário, se aprofundou. A vitória sobre o *Paro Patronal* criou um novo ambiente em que, pela primeira vez, o governo aumentou substancialmente seu controle sobre a PDVSA, combatendo os subterfúgios pelos quais a burocracia da estatal evadia divisas e/ou concentrava renda. Dessa forma, foi possível aumentar a captação da renda petroleira e o controle sobre sua distribuição para o conjunto da sociedade. Com isso, a partir de 2003, foi possível efetivar um salto nos programas sociais, que desde então se tornaram uma marca do governo chavista.

---

[171] Em virtude da existência do partido oposicionista *Un Nuevo Tiempo* (UNT) – fundado por Manuel Rosales e outros dissidentes da AD, em 1999 –, os sindicalistas bolivarianos optaram por utilizar a sigla UNETE para designar a nova central sindical (embora também seja comum a designação da central pela sigla UNT).

3.2.3 - As Missões Sociais

Uma das principais características das políticas sociais chavistas reside no fato de que elas se operacionalizaram por fora da estrutura oficial do Estado, através da participação ativa dos cidadãos organizados nas comunidades mais pobres. Desde o Executivo Nacional, o governo fornecia verba e outros subsídios necessários para os programas (tais como espaço físico, equipamentos, profissionais, etc); mas o dia-a-dia das políticas era executado pela própria comunidade. Isso só foi possível pelo alto grau de organização política dos setores mais precarizados da classe trabalhadora venezuelana, e também pelo esforço do governo de realizar um diagnóstico da realidade social das áreas periféricas, iniciado com maior amplitude a partir de fevereiro de 2002, quando Chávez assinou o decreto 1.666. Tal decreto previa

> a formação da *Oficina Tecnica Nacional para la Regularización de la Tenencia de la Tierra Urbana*/OTNRTTU e dos *Comités de Tierras Urbanas*/CTU, com o objetivo de regularizar a propriedade da terra dos barrios a partir da *"participación protagónica de las comunidades organizadas"* (Artigo 1°) e submeter à discussão pública um projeto de lei para a regularização da propriedade da terra nos assentamentos populares para dotar o processo de uma base legal sólida (a lei foi aprovada em 2006) (BAPTISTA, 2011: 138).

Vimos que, até a chegada de Chávez ao poder, grande da população urbana da Venezuela vivia em condições de total invisibilidade civil. Era comum encontrar cidadãos pobres cujas *cedulas de identidad* – documento sem o qual não podiam votar nem tampouco participar dos programas oficiais do governo (em alguns casos, também não podiam conseguir emprego) – estavam vencidas ou perdidas. Para fazer frente a essa situação, os CTU's não só promoveram a regularização das residências, como também fizeram um levantamento do número de moradores, oficializaram os nomes e numeração das ruas e levantaram os problemas sociais de cada comunidade (inclusive em relação às pendências de ordem judicial referentes ao direito de posse). Conformados através de representantes eleitos em *Asembleas de Cuidadanos e Ciudadanas*, os CTU's fortaleceram os laços de solidariedade em cada comunidade, promovendo a aproximação de vizinhos que, muitas vezes, mal se conheciam. Além disso, a participação popular tendia a resultar em políticas mais eficientes, já que era a própria comunidade que identificava as necessidades e propunha os projetos necessários para satisfazê-las. O governo, por sua parte, promovia *talleres* explicativos – que funcionavam como uma espécie de "cursos técnicos para que aprendessem noções

básicas de engenharia e outros conhecimentos para levarem a cabo o projeto (idem, ibidem: 141). A partir de 2003, o governo também criou o *Instituto Nacional de Tierras* (Inti) e os *Comités de Tierras Rurales* (CTR), que se responsabilizaram pela legalização e distribuição das áreas rurais, promovendo a Reforma Agrária prevista na Ley de Tierras de 2001.[172]

Denominadas *"Misiones"*, os programas sociais do governo Chávez se concentraram nos problemas mais urgentes: saúde, educação, trabalho, alimentação, e moradia. Em abril de 2003, surgiu a *Misión Barrio Adentro*, através de um convênio estabelecido entre a Venezuela e Cuba (que ampliou a "importação" de médicos cubanos, já realizada desde 1999). A execução do programa se iniciava com a conformação de *Comités de Salud* nas comunidades, responsáveis por receber e fornecer as condições mínimas para a chegada de médicos cubanos às comunidades mais pobres.

> Os médicos foram recebidos como heróis nos barrios. Os moradores desses locais brigavam entre si para oferecer-lhes convites para jantar. Recebê-los representava uma honra. Em algumas áreas, as pessoas doavam tantos alimentos, que os médicos precisavam dizer-lhes para parar com aquilo. Inicialmente, os cubanos ficaram hospedados na casa dos moradores dos barrios e comandavam clínicas improvisadas em todos os tipos de local, de salas de estar a quintais de bares. Ao final, o governo construiu centenas de sobrados hexagonais de tijolo à vista; os médicos atendiam no primeiro andar e moravam no segundo. Geralmente, ficavam na Venezuela por períodos de dois anos e recebiam uma bolsa de 250 dólares mensais do governo venezuelano (JONES, 2007: 452)

Logo em princípios do programa, a Venezuela recebeu cerca de 13 mil médicos cubanos, que atuaram nas comunidades seguindo princípios de promoção da saúde e medicina preventiva. Os voluntários dos Comitês de Saúde auxiliavam na conformação dos históricos médicos de cada morador, além de receberem treinamento nas áreas de nutrição e prevenção.[173] Nos anos subsequentes, o governo expandiu o programa, com o

---

[172] Segundo Dario Azzellini (2010: 203), o Inti *"pudo recuperar 5.4 millones de hectáreas de tierra por medio de la comprobación de los títulos de propiedad y la expropiación a grandes terratenientes. 3.6 millones de hectáreas de tierra fueron distribuidas y legalizadas durante el mismo lapso de tiempo. Hasta principios de 2009, la tierra agrícola en manos de grandes terratenientes, pasó del 40% de las tierras cultivables, al 25%. En 1999, Venezuela importaba alimentos de cualquier tipo. Para el 2009 pudo cubrir las necesidades internas de arroz, maíz blanco, frutas y verduras con producción nacional. Ahora las importaciones siguen siendo altas y la soberanía alimentaria lejana, pero porque el consumo de alimentos ha aumentado fuertemente. La producción de alimentos y la industrialización diversificadas son fundamentales para obtener mayor independencia y estabilidad frente a la fluctuación de los precios del petróleo."*

[173] Neste sentido, a *Misión Barrio Adentro* apresentava uma orientação distinta das políticas privatistas na área da saúde, as quais priorizam o tratamento de doenças em consultórios e hospitais, ao invés de levar políticas de Saúde Pública às comunidades (visando, sempre que possível, *evitar que as pessoas fiquem doentes*). Não por acaso, os médicos venezuelanos – quase todos oriundos dos setores médios, que preferiam trabalhar em clínicas particulares e se especializar em procedimentos mais lucrativos,

lançamento das Misiones Barrio Adentro II, III e IV, que incorporou a construção de hospitais, clínicas populares e centros médicos especializados. Também foram criadas outras missões específicas nas áreas de saúde, como a *Misión Milagro* (que oferecia operações gratuitas para problemas de visão, que eram realizadas em Cuba), *Misión Sonrisa* (que oferecia tratamento odontológico), *Misión José Gregorio Hernández* (atendimento aos inválidos) e *Misión Esperanza* (para atender os diabéticos).

Em seguida, o governo criou a *Misión Mercal*, voltada para combater o desabastecimento e atender as necessidades alimentárias da população mais pobre. O programa se baseava na construção de uma rede de mercados e supermercados estatais sem fins lucrativos, cujos preços em geral eram entre 25% a 50% mais baratos do que os encontrados nos mercados privados (SEABRA, 2012: 121). O governo procurou priorizar, na conformação desses estabelecimentos, a compra de produtos produzidos nas cooperativas (e também nas Empresas de Produção Social (EPS), que surgiriam a partir de 2005[174]); mas grande parte das mercadorias oferecidas eram importadas de países como Argentina, Brasil, Uruguai, Equador e Colômbia.[175] As unidades da *Misión Mercal* também podiam oferecer medicamentos subsidiados (através das *Boticas Populares*, associadas à *Misión Barrio Adentro*) ou refeições gratuitas para pessoas em condições de miséria extrema. No geral, essas iniciativas apresentaram resultados muito positivos, mas também deram origem a formas de corrupção, como o desvio de produtos para serem vendidos no *mercado negro*, a preços bem maiores – prática que, como veremos adiante, se generalizariam nos anos subsequentes.

Em julho, o governo lançou a *Misión Robinson*, voltada para a erradicação do anafabetismo na Venezuela, através do método *"Yo sí puedo"*, desenvolvido pela pedagoga cubana Leonora Relys e premiado pela UNESCO. Cerca de 70 pedagogos cubanos treinaram 100.000 voluntários como alfabetizadores, que atuavam em classes que funcionavam nas próprias comunidades, com no máximo 10 alunos (que recebiam uma bolsa do governo para participar do programa). Após atingir a cifra de 1.482.533

---

independentemente de sua função social (tais como, por exemplo, a dermatologia e cirurgias plásticas para fins estéticos) – se colocaram contrários ao programa e iniciaram uma campanha de difamação dos médicos cubanos, com o apoio da indústria farmacêutica, da mídia e da oposição em geral. Quando o presidente Chávez lançou a *Misión Barrio Adentro*, apenas 29 médicos venezuelanos se disponibilizaram para atuar nas comunidades (frente aos milhares de cubanos que chegaram ao país). Mais ainda: a *Federación Médica Venezolana* (FMV) chegou a organizar uma greve contra a reorganização do sistema de saúde (AZZELLINI, 2010: 208).

[174] Trataremos das EPS mais adiante, neste mesmo capítulo.

[175] Entre 2003 e 2008, o percentual importado dos produtos da Misión Mercal variou entre 50% a 30% (SEABRA, 2012: 121).

pessoas alfabetizadas, a UNESCO declarou a Venezuela um país livre do analfabetismo, em 28 de outubro de 2005 (AZZELLINI, 2010: 217). Em outubro, o governo lançou a Misión Robinson II, destinada a promover o ensino fundamental para jovens e adultos que, por algum motivo, haviam abandonado os estudos (até então, na Venezuela, não havia nenhuma política pública voltada para atender essa população). Pouco depois, foi lançada a *Misión Ribas*, focada no ensino médio, e finalmente a *Misión Sucre*, que provia formação superior. Neste último caso, o programa se deu através de convênios com as Universidades Bolivarianas (UBV), criadas em 2003 a partir da contratação de pessoal e do aproveitamento de estruturas físicas abandonadas ou expropriadas para fins educacionais (em Caracas, por exemplo, a antiga sede da PDVSA foi transformada em um moderno campus universitário, com estrutura de esportes, alimentação e transporte para os estudantes; em Maracaibo, o mesmo ocorreu com um campus abandonado de uma universidade privada). À diferença das universidades tradicionais da Venezuela, na UBV o corpo discente é majoritariamente oriundo das comunidades mais pobres, e toda a estrutura é voltada para o atendimento de demandas sociais, desde os cursos oferecidos até às exigências feitas aos formandos, em termos de trabalhos de conclusão de curso. O governo também realizou um esforço editorial através das *Librerías del Sur*, que se disseminaram pelas cidades venezuelanas oferecendo livros de boa qualidade a preços baixos.

Outra iniciativa importante foi a de buscar uma descentralização da administração, de modo a estimular que parte crescente das decisões de Estado fosse tomada "de baixo para cima", através de canais institucionais normatizados por diversas legislações específicas. A primeira dessas legislações surgiu em junho de 2002, quando foi aprovada a *Ley de los Consejos Locales de Planificación Pública* (CLPP), que visava regulamentar o artigo 182 da Constituição Bolivariana e tinha inspiração na experiência do Orçamento Participativo, implantado no Brasil em prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores, no final dos anos 1980 (particularmente o caso de Porto Alegre-RS). Cada município tinha vários CLPPs, um para cada paróquia; seu objetivo era o de avaliar projetos comunitários e elaborar um plano de desenvolvimento municipal, tendo autonomia para decidir sobre 20% dos recursos proveninentes do *Fondo Intergubernamental para la Descentralización* (FIDES), destinado pelo Executivo Federal às administrações municipais.[176] Os moradores de

[176] Em 2006, Chávez promoveu uma alteração na *Ley del Fondo Intergubernamental para la Descentralización*, de modo a *obrigar* que as gestões municipais aprovassem seus projetos através de

cada paróquia podiam participar dos CLPPs (como voluntários) desde que representassem associações de vizinhos e/ou movimentos sociais. Porém, a presidência do órgão era sempre indicada pela alcaldia, e muitos alcaldes se recusavam a respeitar as decisões tomadas por essas instâncias (as quais não eram *vinculantes*). Outro problema é que muitas paróquias eram grandes demais, por vezes reunindo centenas de milhares de moradores, o que dificultava sobremaneira uma participação orgânica da população. Na prática, os CLPPs nunca funcionaram adequadamente, ou se tornaram braços da administração municipal.[177] Entretanto, houve um aprendizado durante essa experiência, que mais tarde seria importante para a implantação de iniciativas mais audaciosas (como a dos *Consejos Comunales*, que veremos adiante).

O governo lançaria ainda diversas outras *misiones*, como por exemplo: *Misión Identidad*, que promoveu a regularização civil dos cidadãos mais pobres, regularizando novos documentos de identidade para 12 milhões de pessoas; *Misión Guaicaipuro*, que defendia os direitos dos indígenas (demarcação de terras, apoio social e econômico, etc); *Misión Habitat* (posteriormente rebatizada para Misión Vivienda), que visava a construção de moradias populares; *Misión Negra Hipólita*, que cuidava de pessoas em situação de pobreza extrema; dentre outras. Em todos os casos, as misiones funcionaram como

> un tipo de "bypass" para el aparato administrativo de los ministerios y las viejas instituciones, que estructuralmente no estaban en condiciones de aplicar nuevas orientaciones. Muchas instituciones son fuertemente burocratizadas y tienen un gran número de empleados de los gobiernos anteriores, los cuales no están ni interesados ni son capaces de cumplir con las tareas nuevas. En algunos casos (como Barrio Adentro, por ejemplo) las misiones fueron creadas como estructuras paralelas a los ministerios, aunque formalmente les son adjudicadas; en otros casos, son realizadas por los ministerios, pero organizadas como instituciones propias, como fundaciones (Misión Hábitat, Misión Cultura, Misión Esperanza y otras.). Otras más son adjudicadas a ministerios nuevos, creados para tal efecto. Así, el Ministerio de Economía Popular fue creado después de la misión de formación laboral Vuelvan Caras, y a la Misión Mercal le siguió la creación del Ministerio de Alimentación (AZZELLINI, 2010: 204)[178]

Apesar de todos os problemas, improvisos e casos de corrupção que marcaram as *misiones*, o saldo geral foi inegavelmente positivo, não só em termos de melhorias

---

CLPPs. Até então, os recursos do FIDES eram passados diretamente aos alcaldes, que não eram obrigados a acionar os CLPPs. (MADERA, 2009: 177)

[177] O artigo 113 da *Ley de los Consejos Locales de Planificación Pública* estipulava que os alcaldes, na condição de presidentes dos CLPPs, deveriam promover *"la conformación de los consejos parroquiales y comunales"*. Na prática, não houve maior mobilização das autoridades municipais neste sentido (MADERA, 2009: 177).

[178] Trataremos especificamente da Misión Vuelvan Caras, mais adiante.

nos índices sociais, como também no sentido de promover a *cidadania ativa* das camadas subalternas da sociedade venezuelana. Chávez era imensamente popular, mas as *misiones* não foram vistas como "dádivas" do governo, porque seu funcionamento seria impossível sem a intensa e massiva participação das comunidades organizadas. Para os *chavistas* dos bairros populares, tratava-se de conquistas *do processo* bolivariano, no qual eles se viam como agentes ativos, protagonistas da Revolução. Neste sentido, ao contrário das políticas neoliberais focalizadas de combate à pobreza (que, frise-se, nunca combatem as *causas* da pobreza), os programas sociais do governo Chávez reforçaram a ideia de que a cidadania implicava em *direitos*, que constituíam uma *dívida histórica* do Estado com os cidadãos mais pobres. Neste contexto, *"la dignidad juega un papel central. El empoderamiento es ganar dignidad, es posibilidad de no perder dignidad asumiendo un papel de mendigo en los programas, es reconquistarla y fortalecerla, es transformarse en sujeto político"* (AZZELLINI, 2010: 203).

Este sentimento era "invisível" para os setores oposicionistas concentrados nas faixas de mais alta renda, que por recorrerem a serviços privados não participavam desses programas e pouco se beneficiavam deles. Em outras palavras, não constituía uma *realidade sensível* para a maior parte da classe média as grandes mudanças que ocorriam nas comunidades pobres, tanto em termos de melhoria na qualidade de vida quanto no sentido de *empoderamento* de setores antes marginalizados e tratados como cidadãos de segunda classe. As mesmas formas organizativas que, nas favelas, eram *vivenciadas* como uma experiência político-cultural libertadora, de redescoberta do mundo, nos lares da classe média se traduziam nas fantasiosas alegorias "denunciadas" dia e noite pela mídia privada (eram as "milícias chavistas", os "perigosos" círculos bolivarianos, etc). A convivência entre essas duas "realidades" diferentes – uma *vivenciada* de forma prática, e a outra *internalizada pelo consumo da informação tornada mercadoria* – chegou a níveis insólitos na Venezuela bolivariana, com a situação e a oposição parecendo viver em países diferentes, embora convivessem no mesmo território. Alheio às transformações que ocorriam entre os mais pobres, o setor historicamente privilegiado da sociedade venezuelana criava uma autoimagem de

> portadores de modernidad, libertad, democracia y paz, depositario de todo el patrimonio del saber técnico con el cual se podría salir de la barbarie. Papel que se les quiere quitar, piensan, por la vía violenta de un Gobierno populista que ha sido un fracaso técnico, que improvisa respuestas fuera del esquema institucional, que es un Gobierno sectario y corrupto, creador de divisiones en un pueblo que siempre vivió en armonía, que abusa

> del manejo de la masa desposeída como clientela política, siendo la pobre gente tan ignorante que vende hasta su alma por un voto, por cualquier favor del Gobierno, que regala los recursos a otras naciones. (CABRERA, 2011)

Essa cisão se tornou ainda maior porque a economia, de fato, não apresentava sinais de melhora (o que não poderia ser diferente, tendo em vista as consequências do *Paro Patronal*). O emprego de crescentes fatias do orçamento público em programas sociais tenderia a gerar, com o tempo, efeitos econômicos benéficos; mas a melhora na qualidade de vida dos setores mais pobres não se refletiu imediatamente nos índices economicistas de curto prazo empregados pelo discurso neoliberal, hegemônico nos meios privados de comunicação. A oposição, percebendo a realidade nacional através da intermediação da mídia, julgava que o país ia de mal a pior, e que o povo não suportava mais o autoritarismo de Chávez. Por isso, os setores oposicionaistas apostaram na continuidade dos atos de desestabilização do governo, confiantes de que contavam com o apoio da maioria da população.

3.2.4 - O "Plan Guarimba" *e o Referendo Revogatório*

Fracassadas as alternativas militares e de sabotagem econômica, a oposição venezuelana decide aproveitar-se de uma das maiores conquistas democráticas da Constituição Bolivariana: o referendo revogatório. Mecanismo único nas repúblicas democráticas do mundo, este tipo de referendo poderia revogar o mandato de qualquer representante eleito, desde que houvesse passado metade de seu mandato – o que, no caso de Chávez, significava o dia 9 de agosto de 2003. Para tanto, a oposição precisava entregar ao CNE uma petição com um número de assinaturas equivalente a 20% dos eleitores cadastrados em cada divisão eleitoral (no caso da Presidência da República, isso significava cerca de 2,4 milhões de assinaturas, à época). Conferidas as assinaturas, seria convocada uma consulta à população, na qual o mandato em questão seria revogado se: a) essa opção recebesse a maioria dos votos; e b) essa maioria excedesse, em número absoluto de votos, os recebidos pelo mandatário no momento de sua eleição. Neste caso, novas eleições teriam que se realizar em até 30 dias. Em meados de 2004, a oposição anunciou oficialmente que iniciara o processo de convocação do referendo.

O ineditismo da medida criou um impasse sobre quem deveria supervisionar o referendo, já que não havia ainda um órgão criado para isso. Coube à Suprema Corte nomear uma comissão formada por dois membros da oposição, dois do governo e um presidente escolhido no meio universitário – o professor Francisco Carrasquero (de

tendência de esquerda, mas visto como confiável por ambos os lados). A escolha do conselho foi elogiada pelos EUA e pela própria oposição, que se mostrava confiante. Alguns institutos de pesquisas projetavam uma vitória tranquila por uma margem de pelo menos dois terços dos votos; os meios de comunicação corroboravam com essa leitura, argumentando que Chávez havia "perdido o apoio" da maioria dos venezuelanos (JONES, 2007: 467-468). Os problemas, porém, não tardaram a acontecer: o Conselho considerou inválidas as 3 milhões de assinaturas entregues pela oposição, argumentando que sua coleta se iniciou em fevereiro de 2002, quando ainda não havia perpassado a metade do governo Chávez. Começaram também a surgir acusações de parte a parte: os oposicionistas acusavam o governo negar empregos, passaportes, carteiras de identidade e bolsas estudantis aos que assinaram a lista (que foi divulgada na Internet); já os chavistas disseram que muitas empresas obrigaram seus funcionários a assinarem a petição, sob pena de serem demitidos. Quando a oposição aceitou recolher novamente as assinaturas, os partidários do governo iniciaram também sua própria petição, visando revogar o mandato dos 38 parlamentares oposicionistas eleitos em 2000.

Em dezembro, Chávez denunciou em um comício que a oposição – que alegava haver conseguido 3,4 milhões de assinaturas – apresentou listas contendo nomes repetidos, pessoas não registradas como eleitores e mesmo pessoas falecidas. De fato, algumas dessas fraudes foram confirmadas no longo processo de revisão das assinaturas, que se iniciou em fevereiro de 2004. O CNE anunciou que 375 mil assinaturas não eram válidas, e outras 876 mil estavam sob suspeita, por terem a caligrafia muito parecida. Isso inviabilizaria a convocação do refererdo por uma margem de 530 mil votos; no entanto, o conselho declarou que poderia considerar as assinaturas sob suspeita, desde que os responsáveis por elas se apresentassem ao CNE. As lideranças oposicionistas recusaram-se a acatar a decisão e convocaram imediatamente uma onda de atos de "desobediência civil", que ficaram conhecidos como *Plan Guarimba.*[179] As *guarimbas* eram barricadas levantadas por grupos da oposição em avenidas importantes de Caracas, geralmente nos bairros mais ricos, com o objetivo de provocar o caos na cidade. Os prefeitos dos municípios ricos do distrito capital alegavam que os protestos eram legítimos, e por isso se recusavam a mobilizar a polícia para contê-los. Como resultado, pessoas não puderam chegar ao trabalho, bancos fecharam agências e os congestionamentos dificultaram a circulação de serviços

[179] O termo "guarimba" refere-se à "zona segura" na qual, nos jogos infantis, os participantes podem se reunir sem o risco de serem eliminados do jogo.

essenciais (como a coleta de lixo e o transporte público). O governo foi obrigado a acionar a Guarda Nacional, e logo ocorreram violentos confrontos que deixaram um saldo de 10 pessoas mortas e até 300 feridas. É sabido que os poucos manifestantes reunidos nas guarimbas provocavam a Guarda Nacional, atirando pedras, coquetéis-molotov ou mesmo efetuando disparos de armas de fogo contra os militares. Por outro lado, entidades defensoras dos Direitos Humanos – dentre as quais a Anistia Internacional – denunciaram que a repressão às guarimbas foi excessiva, com casos de espancamento, tortura e pessoas presas ilegalmente. O embaixador da Venezuela na ONU chegou a renunciar, em protesto contra as medidas repressivas adotadas pelo governo (JONES, 2007: 470). De todo modo, a adoção deste tipo de protesto denunciava que a oposição não conseguia mais mobilizar grandes massas contra o governo, e por isso seus protestos se tornavam cada vez menores e mais violentos.

O debate sobre a legitimidade dos protestos oposicionistas não pode ser feito sem considerar que a organização responsável pela coleta de assinaturas (e que também havia convocado as *guarimbas*) era uma ONG denominada *Súmate*, sabidamente financiada pelo *National Endowment for Democracy* dos EUA (GOLINGER, 2004). Maria Corina Machado, fundadora da ONG e filha de uma das famílias mais ricas da Venezuela, argumentava que sua organização era "apolítica" e "independente", e que apenas representava a "sociedade civil" em luta "pela democracia". Neste discurso, o inimigo a ser combatido era o governo supostamente "autoritário", considerado de forma apartada da sociedade civil – a qual, por sua vez, é misticamente apresentada como se fosse formada por indivíduos atomizados, desvinculados de interesses de classe, que "livremente" aderem ao ativismo (veremos mais adiante que essas características apareceram também em outros "movimentos" ou ONG's oposicionistas surgidas posteriormente, como a *No Más Chávez* e a *Manos Blancas*).

O problema é que não há nenhuma "autonomia" ou "neutralidade" dos organismos da sociedade civil em relação ao Estado e aos projetos classistas de poder em disputa. Como lembra Virgínia Fontes, a denominação de certas organizações como "não-governamentais" mais confunde do que esclarece, posto que "esquece o fato de que a contraposição fundamental a governo/público é privado/empresa e, em seguida, decreta essa diferenciação unicamente por decisão nomeadora, sugerindo uma existência idealizada, apartada tanto da propriedade privada (mercados) quanto da política." (FONTES, 2010, 230). O que está subjacente aos *movimentos* oposicionistas é uma visão liberal-burguesa de sociedade, cujo eixo central é o de estimular a

perpetuação de uma "democracia" limitada e incapaz de questionar os aspectos centrais da reprodução do sistema capitalista – algo que ia contra o aprofundamento do processo bolivariano, que justamente buscava ultrapassar os estreitos limites de participação inscritos nas formas liberais de representação política. Como argumenta Edgardo Lander, analisando a construção dessa concepção de sociedade civil na Venezuela,

> este discurso sobre la sociedad civil ha sido particularmente nítido y coherente. En los medios de comunicación se ha hecho dominante desde hace varios años un discurso antipolítico y antipartido que establece una oposición maniquea entre Estado (caracterizado como corrupto, ineficiente y clientelar) y una mítica *sociedad civil* (que incluye a los medios) entendida como la síntesis de todas las virtudes: creatividad, iniciativa, eficacia, honestidad, participación. El paradigma de los nuevos sujetos de la "democracia de ciudadanos" que debe reemplazar a la "democracia de partidos" es el *ciudadano-vecino*, concebido a partir de la experiencia de las organizaciones vecinales urbanas de clase media y clase media alta. En estas organizaciones ha sido preocupación central la defensa de la propiedad y la protección de las amenazas representadas por los excluidos. El horizonte normativo de esta idea de democracia conservadora es el de una sociedad apolítica, sin debates ideológicos, donde los principales asuntos de gobierno tienen que ver con la eficacia y la honestidad de la gestión y en la cual la participación y la toma de decisiones democráticas sobre la vida colectiva están estrechamente acotadas a los ámbitos locales. La economía debe estar vigorosamente protegida de las exigencias "demagógicas e irresponsables" que se formulan a nombre de la democracia. Toda política social y/o redistributiva del Estado es sospechosa de *populismo*. (LANDER, 2002: 113-114)

Em um país polarizado como a Venezuela, no qual as camadas subalternas viviam um processo de conscientização e organização crescente, era muito claro que as ONG's oposicionistas defendiam, na realidade, uma perspectiva de classe compatível com os interesses do imperialismo internacional – que, por isso mesmo, financiava essas organizações.

> Para Chávez e seus partidários, apenas um cego descreveria [Maria Corina] Machado como uma defensora inocente da liberdade lutando para salvar a democracia venezuelana. Pelo contrário, eles viam nela um instrumento dos Estados Unidos e da campanha desse país para tirar o presidente do poder. O NED aprovou conceder 53.400 dólares para o grupo de Machado. Chávez e seus simpatizantes não questionavam o direito de o Sumate organizar o referendo sobre o mandato presidencial. Questionavam o direito de o grupo receber dinheiro de um governo estrangeiro para fazer isso. O raciocínio era o seguinte: qual seria a reação dos norte-americanos se um governo estrangeiro ajudasse a financiar uma campanha para tirar o presidente Bush do cargo? Seria essa uma ação legal? (JONES, 2007: 471-472)

O governo abriu investigação contra Machado e outras lideranças do *Sumate*, acusando-os de conspiração e traição (o que poderia levar a uma condenação de até 16 anos de prisão). Além disso, em maio, o prefeito oposicionista do Município de Baruta, Henrique Caprilles Randowski (do partido Primero Justícia), foi detido sob a acusação

de estimular as *guarimbas* (classificadas pelo governo como *motins*) e de haver sido conivente com os ataques efetuados contra a Embaixada de Cuba, durante o golpe de 2002.[180] Essa contra-ofensiva de Chávez acabou desencadeando contra seu governo uma onda de acusações na imprensa nacional e internacional, promovendo a imagem de um governo autoritário que não admitia a existência da oposição. Quando o CNE anunciou que a retificação das assinaturas já havia ocorrido em número suficiente para a convocação do referendo revogatório, Chávez avaliou que era melhor acatar a decisão (ainda que continuassem pairando dúvidas sobre a legitimidade da petição). Seu cálculo político era o de que, se vencesse a consulta, reconquistaria definitivamente sua legitimidade, deitando por terra as intenções golpistas da oposição.

Assim, com o referendo marcado para o dia 15 de agosto, Chávez convocou a militância bolivariana a conformar o que ele denominou *Unidades de Batalla Electorales* (UBE). Segundo a proposta, cada UBE deveria ser composta por dez pessoas, as quais se comprometiam a convencer outras dez pessoas a comparecer às urnas, totalizando 100 votos em favor da continuidade do governo. A ideia teve grande aceitação, e as UBE's se espalharam pelos bairros pobres e por locais de trabalho em todo o país. A oposição também se mobilizou e, iludida pelos meios de comunicação privados e por pesquisas ilegalmente divulgadas nos dias anteriores ao referendo, dava como certo que o *sim* venceria ou que, no máximo, Chávez obteria uma vitória apertada – o que comprometeria o aprofundamento do processo bolivariano. Quase 10 milhões dos 14 milhões de eleitores registrados compareceram às urnas, em um processo que foi acompanhado por diversas entidades internacionais – dentre as quais o Centro Carter, fundado pelo ex-presidente dos EUA Jimmy Carter.

Às 4 horas da manhã do dia seguinte, o CNE divulgou o resultado: nova vitória incontestável de Chávez, que vencera com 58% dos votos (5,6 milhões) contra 42% da oposição (3,9 milhões). Líderes oposicionistas e os meios de comunicação locais

[180] No dia 12 de abril de 2002, enquanto Pedro Carmona era nomeado presidente interino, cerca de mil manifestantes antichavistas se aglomeraram diante da Embaixada de Cuba, onde supostamente alguns membros do governo deposto estariam escondidos. Câmeras de segurança e carros com placas diplomáticas fora depredados, assim como a eletricidade e o fornecimento de água da embaixada, que foram cortados. Os manifestantes afirmaram diante das câmeras de TV que impediriam a entrada de comida e água, forçando os presentes a se entregarem à multidão enraivecida. Caprilles, então prefeito de Baruta (município do distrito capital onde se localizava a embaixada) compareceu ao local e chegou a conversar com o embaixador cubano; contudo, não tomou nenhuma medida para dispersar os manifestantes e/ou impedir os ataques de pedras e ovos à embaixada (o protesto continuou durante todo o dia, até se iniciar o contra-golpe bolivariano, na manhã seguinte). Acusado de apoiar tais atos ilegais (e, posteriormente, de estimular as *guarimbas*), Caprilles enfrentou um processo legal que o levou a ficar preso por quatro meses – o que, na prática, acabou ampliando sua popularidade como uma das lideranças emergentes da oposição.

tentaram colocar em dúvida os resultados do referendo;[181] no entanto, mesmo o governo dos EUA, assim como a maior parte da imprensa internacional, reconheceram que, afinal de contas, estava comprovado que o Chávez gozava do apoio da maior parte dos venezuelanos, e que a única coisa que a oposição poderia "comemorar" era o fato de que aproximadamente 40% da população continuava contrária ao governo. Chávez, por sua vez, anunciou que a vitória sobre o referendo revogatório significava o começo de uma *"revolución dentro de la revolución".* Abria-se o caminho para uma inflexão à esquerda do processo bolivariano, no sentido do socialismo.

3.2.5 - O Socialismo do Século XXI

Em princípios de 2005, Chávez se encontrava no auge de sua popularidade, que ultrapassava as fronteiras venezuelanas e chegava a outros países (não só da América Latina, como também no Oriente Médio e mesmo em países desenvolvidos, onde seu nome era exaltado por lideranças de esquerda). Em janeiro, durante o quinto Fórum Social Mundial (realizado em Porto Alegre, Brasil), foi a liderança política mais festejada pela militância de esquerda presente.[182] Na ocasião, Chávez anunciou pela primeira vez que o processo bolivarino visava a conformação de um novo tipo de socialismo, batizado por ele como *Socialismo do Século XXI*.[183] O anúncio não veio acompanhado de nenhuma definição mais concreta do que significaria essa nova forma de socialismo, apenas deixava claro que se tratava de um novo projeto de superação do sistema capitalista que não deveria repetir os modelos pós-capitalistas implantados no Leste Europeu e em Cuba. Em novembro, Chávez voltou a se destacar na conferência da Cúpula das Américas, na Argentina, quando liderou o rechaço latinoamericano à proposta estadunidense de conformação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Na ocasião, Chávez foi ovacionado por uma multidão de mais de 25 mil pessoas, quando discursou (ao lado do jogador de futebol Diego Armando Maradona) em um evento paralelo, ocorrido em um estádio de futebol. A influência venezuelana no

---

[181] As manchetes dos jornais estampavam títulos como *"Catastrofe"*, *"El Fraude Permanente"* e *"Serias Dudas"* (JONES, 2007: 479).

[182] É digno de nota que mesmo o presidente Luis Inácio Lula da Silva, que viria a ser reeleito em 2006, chegou a ser vaiado no evento – no que foi defendido por Chávez, que declarou ser Lula "seu amigo".

[183] Na realidade, Chávez já vinha sinalizando neste sentido na Venezuela, tanto em discursos quanto em documentos oficiais. No documento *"El nuevo mapa estratégico del país"*, conformado a partir de um seminário governamental de alto nível, realizado entre 12 e 13 de novembro de 2004, o governo apresentou como objetivo *"la construcción del nuevo modelo productivo"* con el fin de *"trascender el modelo capitalista"* (o qual seria, no longo prazo, *"inviable"* e *"imposible"*). Em dezembro deste mesmo ano, em um ato público em Caracas, Chávez declarou que era necessário reconquistar o conceito de socialismo, buscando um caminho que superasse os erros do passado (LANDER, 2007c: 26)

continente já não dependia apenas dos muitos acordos de cooperação estabelecidos com países vizinhos;[184] o próprio bolivarianismo começava a se tornar relativamente influente em outros países, contribuindo para a ascensão de lideranças nacionalistas de esquerda simpáticas ao chavismo, como Evo Morales (eleito presidente da Bolívia em 2005) e Rafael Correa (eleito presidente do Equador em 2006).

Internamente, os partidos de oposição buscavam uma estratégia desesperada para impedir uma nova vitória eleitoral chavista nas eleições legislativas de dezembro de 2005. Às vésperas do pleito, os partidos AD, Copei, *Primero Justícia* e *Proyecto Venezuela*, já prevendo uma derrota acachapante, anunciaram um boicote às eleições, argumentando que o governo controlava o CNE e que o sistema eleitoral favorecia ilegalmente os partidos chavistas (o único partido oposicionista que permaneceu na disputa foi o MAS). O aparente objetivo era o de, perante a comunidade internacional, colocar em dúvida o apoio popular a Chávez e criar a imagem de que o regime não tolerava a oposição. O resultado, porém, foi um fracasso completo: as eleições foram acompanhadas por observadores internacionais e nenhuma suspeita consistente de fraude foi levantada. Formalmente, apenas 10,08% dos mais de cinco mil candidatos inscritos renunciaram a suas candidaturas; entrentanto, o chamado ao boicote fez com que muitos eleitores oposicionistas deixassem de comparecer às urnas (a abstenção foi recorde no período chavista, chegando a 25%). Como resultado, os partidos da base do governo obtiveram 100% das 167 cadeiras da Assembleia Nacional (sendo 114

[184] Desde os primeiros anos de seu governo, Chávez imprimiu à política externa venezuelana um caráter inovador e independente. Em primeiro lugar, pela aproximação a Cuba, iniciada já em 1999 e depois materializada em diversos acordos de cooperação. Em 2001, Chávez propôs que os países latinoamericanos debatessem uma *Alternativa Bolivariana para as Américas* (ALBA), em contraposição à proposta estadunidense da ALCA; a ideia começou a tomar concretude a partir da I Cúpula de Havana, em 2004, quando iniciaram-se tratados de integração que ganharam a assinatura de diversos países ao longo dos anos. No âmbito da ALBA, veio a criação do canal televisivo *Televisión del Sur* (Telesur), cujas transmissões iniciaram-se em julho de 2005 com a proposta de constituir um contraponto às agências de notícias e canais de TV privados dos países do Primeiro Mundo (posteriormente, países que não formavam parte da ALBA também se integraram à proposta da Telesur, como a Argentina e o Uruguai). Chávez também assinou diversos acordos de cooperação energética com países vizinhos mais pobres, mediante os quais a Venezuela venderia petróleo a preços preferenciais, financiados a longo prazo. Posteriormente, veio a proposta do Banco do Sul, um banco controlado por países latinoamericanos que deveria substituir o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional como principais fundos de investimento internacionais para a América Latina – proposta que acabou não indo muito adiante em função da posição do Brasil, que preferiu apostar na utilização do Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para cumprir essa função no contexto latinoamericano. A Venezuela bolivariana também criou o SUCRE, uma moeda-comum para as transações econômicas no âmbito da ALBA (através da qual as trocas eram feitas diretamente por cada país, sendo apenas a diferença paga em dólar).
Um aprofundamento na questão das relações internacionais nos afastaria do foco de nossa pesquisa; mas trata-se de tema sumamente importante para o entendimento do processo bolivariano como um todo. Para mais detalhes, ver SEABRA (2012: 124-139) e ELLNER (2014: 259-280), dentre outros.

conquistadas pelo MVR, e as demais por partidos que apoiavam total ou parcialmente o chavismo). Várias vozes importantes da oposição – como Teodoro Petkoff, ex-ministro do segundo governo de Rafael Caldera e editor do jornal *Tal Cual* – criticaram o boicote como uma estratégia equivocada, que acabou fortalecendo o chavismo.[185]

As eleições presidenciais de 2006 seriam fundamentais para sacramentar a adesão popular à proposta do *Socialismo do Século XXI*. Candidato à reeleição, Chávez venceu a disputa com 61,02% dos votos, contra 36,9% do segundo colocado – o então governador do estado Zúlia, Manuel Rosales, que concorreu pelo partido *Un Nuevo Tiempo* (com o apoio unificado de praticamente toda a oposição). Com essa vitória consagradora, abriu-se o caminho para uma nova fase do processo bolivariano.

[185] Ver artigo de Marco Aurélio Weissheimer, disponível em http://www.voltairenet.org/article132167.html, acessado em 03 de dezembro de 2017

CAPÍTULO 4

Decifrando o Governo Chávez (2005-2012)

Respaldado pelo voto popular, o governo Chávez buscou sistematizar a proposta do Socialismo do Século XXI em um documento denominado *Proyecto Nacional Simón Bolívar – Primer Plan Socialista* (PPS) – *Desarrollo Económico Y Social De La Nación 2007-2013*. Em suas 45 páginas, o PPS expõe as linhas gerais que deveriam orientar o segundo mandato, visando o aprofundamento do processo bolivariano. Sete diretrizes básicas são apresentadas como norteadoras deste esforço: i) a criação de uma *Nueva Ética Socialista*, através da refundação da Nação com base nas correntes mais avançadas do socialismo e na herança histórica de Simón Bolívar; ii) a busca da *Suprema Felicidad Social*, reivindicada pelo Libertador, a qual se basearia na construção de uma estrutura social inclusiva, englobando aspectos sociais, produtivos, humanistas e endógenos; iii) a consolidação de uma *Democracia Protagonica Revolucionaria*, que superaria a debilidade individual dos cidadãos através da construção de uma força coletiva, reforçando a independência, a liberdade e o poder originário dos indivíduos; iv) a criação de um *Modelo Productivo Socialista*, que buscará eliminar a divisão social e a estrutura hierárquica do trabalho, superando a produção de riquezas subordinada à reprodução do capital em favor da satisfação das necessidades humanas; v) uma *Nueva Geopolítica Nacional*, através de um novo modelo de desenvolvimento regional descentralizador, integrador e sustentável; vi) a transformação da Venezuela em uma *Potencia Energética Mundial*, considerando que o petróleo continuará sendo, no período definido pelo documento, um recurso decisivo para a captação de recursos do exterior, a serem utilizados para consolidar o novo modelo produtivo socialista; vii) a luta por uma *Nueva Geopolítica Internacional*, orientada para a construção de um mundo multipolar, que busque a justiça social, a solidariedade e a paz, com respeito à autodeterminação dos povos e à liberdade de pensamento.

A despeito de escrito de forma simplificada – com pequenos textos intercalados com objetivos apresentados na forma de tópicos, sem complexificar a análise das tarefas concretas para tornar realidade os princípios que norteiam o texto –, o PPS assinala uma inflexão substancial do governo em relação ao primeiro mandato de Chávez. Reivindica explicitamente o pensamento de Ernesto *Che* Guevara e sua proposta de construção do

Novo Homem Socialista.[186] Também remete a diversos fundamentos do pensamento marxiano, ainda que implicitamente (Marx não é citado no texto). Aponta, por exemplo, que a configuração de uma consciência revolucionária só poderá ser constituída através da *"dialéctica de la lucha por la transformación material de la sociedad y el desarrollo de la espiritualidad"*, deixando claro a necessidade de superar o *"estado de necesidad permanente"* que anula qualquer possibilidade de uma cidadania verdadeiramente ética (p. 5). Afirma também que *"el modo de producción capitalista no sólo estratifica a los seres humanos en categorías sociales irreconciliables, sino que impone un uso irracional y ecológicamente insostenible de los recursos naturales"* (p. 10). Ao tratar do papel do Estado, aponta que as diferenças sociais foram reproduzidas ao longo da história por um Estado *"al servicio de los intereses del capital en detrimento del trabajo"* (p. 9); por isso, o documento reivindica não somente uma reforma moral que constitua o Estado como *"espacio ético por excelencia"* (p. 5), como também uma política de

> desarrollo progresivo de la propiedad social sobre los medios de producción, la implementación de sistemas de intercambios justos, equitativos y solidarios contrarios al capitalismo, avanzar hacia la superación de las diferencias y de la discriminación entre el trabajo físico e intelectual y reconocer al trabajo como única actividad que genera valor y por tanto, que legitima el derecho de propiedad. Todo orientado por el principio de cada cual según su capacidad, a cada quien según su trabajo. (p. 9)[187]

Outro trecho que denota uma aproximação ao pensamento de Marx aparece quando o documento trata da questão da democracia e da relação dialética entre os espaços público e privado, e de como a realização individual só pode ser concretizada coletivamente.

> Los espacios públicos y privados se consideran complementarios y no separados y contrapuestos como en la ideología liberal. Es necesario que los individuos se organicen para lograr las ventajas que otorga la asociación cooperativa, es decir, transformar su debilidad individual en fuerza colectiva, teniendo en cuenta que el establecimiento de la organización no implicará menoscabo de la independencia, autonomía, libertad y poder originario del individuo. (...) El cambio debe estar orientado a poner de relieve los

[186] Ver REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA – PRESIDENCIA. Proyecto Nacional Simón Bolívar – Primer Plan Socialista – PPS, 2007, p. 6. Doravante, sempre que nos referirmos ao PPS, apresentaremos apenas a indicação da página da citação.

[187] O trecho em questão é uma evidente referência à conhecida passagem de Marx na obra *Crítica ao Programa de Gotha* (MARX, 2012: 33). O princípio "de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades" é explicitamente citado aparece diversas vezes ao longo do documento.

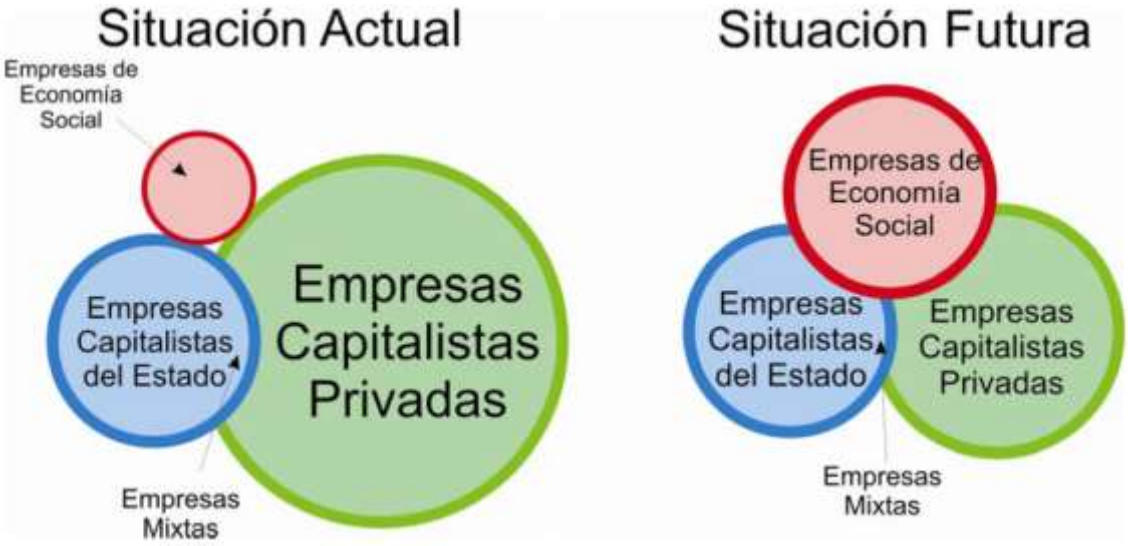
> elementos en común, que permitan construir una comunidad, no individuos aislados y egoístas atentos a imponer sus intereses a la comunidad (p. 14)[188]

O texto não chega a propor uma política ampla de expropriações visando a *eliminação imediata* do capital enquanto relação produtiva fundamental da sociedade. Em diferentes trechos do programa, fica claro que as empresas capitalistas e a propriedade privada permanecerão existindo no período. Assim vemos, na página 9, que *"las relaciones sociales de producción del socialismo están basadas en formas de propiedad social, que comprenden la propiedad autogestionaria, asociativa y comunitaria; permaneciendo formas de propiedad individual y pública"*. Em outro trecho, explicita-se que *"el Modelo Productivo Socialista estará conformado básicamente por las Empresas de Producción Social, que constituyen el germen y el camino hacia el Socialismo del Siglo XXI, aunque persistirán empresas del Estado y empresas capitalistas privadas"* (p. 20). Neste sentido, o que se propõe é que, no período de seis anos de que trata o programa, se estimule o florescimento de outros tipos de relações produtivas e propriedade, em detrimento das formas capitalistas – as quais, porém, continuarão existindo. Com isso, esperava-se construir um reequilíbrio econômico, expressado graficamente no documento através da figura que reproduzimos abaixo:

---

[188] Neste caso, há uma semelhança com a crítica realizada por Marx (em seu texto de 1843, *Sobre a Questão Judaica*) ao contratualismo liberal e às estreitas visões de *Liberdade* e *Direitos do Homem* que fundamentaram as Revoluções Burguesas e se inscreveram nas Constituições dos EUA e da França Revolucionária de 1793. Afirma Marx: "os assim chamados direitos humanos (...) nada mais são do que os direitos do membro da sociedade burguesa, isto é, do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade. (...) A liberdade equivale, portanto, ao direito de fazer e promover tudo que não prejudique a nenhum outro homem. O limite dentro do qual cada um pode mover-se de modo a não prejudicar o outro é determinado pela lei do mesmo modo que o limite entre dois terrenos é determinado pelo poste da cerca. Trata-se da liberdade do homem como mônada isolada recolhida dentro de si mesma. (...) o direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo limitado, limitado a si mesmo. (...) O direito humano à propriedade privada, portanto, é o direito de desfrutar a seu bel prazer (à son gré), sem levar outros em consideração, independentemente da sociedade, de seu patrimônio e dispor sobre ele, é o direito ao proveito próprio. Aquela liberdade individual junto com esta sua aplicação prática compõem a base da sociedade burguesa. Ela faz com que cada homem veja no outro homem, não a realização, mas, ao contrário, a restrição de sua liberdade." (MARX, 2010: 48-49).
Em relação ao tema da *democracia protagônica e revolucionária*, o documento reafirma o bolivarianismo de Chávez, remetendo às bases rousseaunianas que já apareciam nos textos do MBR-200 e que foram inscritas na Constituição de 1999: o rechaço às formas representativas de exercício de poder e delegação da soberania; a ideia de que o único soberano legítimo é um ser coletivo que exerce a Vontade Geral; a ideia de que a Justiça deve se impor ao Direito (entendendo que é justo e ético tudo aquilo que conspira em favor do Bem Comum); etc.

FIGURA 1 – Plan Nacional Simón Bolívar – Primer Plan Socialista



O texto deixa claro que o Estado permanecerá controlando as atividades produtivas de caráter estratégico, mas sem especificar quais seriam; a única menção explícita no documento diz respeito ao setor petrolífero e outras empresas estatais de produção de bens básicos, as quais seriam fundamentais para o desenvolvimento das Empresas de Economia Social devido a sua *"extraordinaria capacidad de compra y contratación"* (p. 21). A Economia Social englobariam um conjunto de iniciativas – algumas das quais iniciadas ainda no primeiro mandato de Chávez – que teriam como características

> la producción de bienes o servicios en las cuales el trabajo tiene significado propio, no alienado y auténtico, no existe discriminación social en el trabajo y de ningún tipo de trabajo, no existen privilegios en el trabajo asociados a la posición jerárquica, con igualdad sustantiva entre sus integrantes, basadas en una planificación participativa y protagónica. (p. 20)

Em que se pese o fato do programa garantir que a propriedade privada continuaria exercendo um papel importante na economia, pode-se afirmar que o PPS assinalou um ponto de não-retorno em relação às propostas relativamente moderadas do primeiro mandato de Chávez, e neste sentido sinalizou para a impossibilidade de qualquer tipo de reconciliação com os organismos tradicionais de representação dos interesses da burguesia local (particularmente a Fedecámaras). Entretanto, isso não significou um rompimento completo com os setores empresariais. A postura adotada pelo governo, desde então, foi a de abrir canais de diálogo pontuais com alguns

empresários, enquanto fomentava o crescimento de novas associações paralelas, leais ao governo – como a *Empresários por Venezuela* (Empreven).[189] Além disso, Chávez manteve uma postura muito mais cautelosa no que diz respeito às empresas privadas do setor petrolífero, as quais se faziam representar por uma nova associação civil de caráter privado, surgida em 2003: a *Asociación de Hidrocarburos de Venezuela* (AVHI), que reunia *"las más grandes empresas de exploración y producción de petróleo y gas natural en el mundo (...) los conglomerados con mayor capacidad tecnológica, operativa, gerencial y financiera del planeta"* (ARENAS, 2009).[190] Em 2005, foi criado um comitê de diálogo permanente entre a PDVSA e a AVHI, visando consolidar a proposta das empresas mistas (que foi aceita por desesseis das dezoito empresas privadas que operavam no setor). No novo modelo, as empresas privadas deixavam de ser consideradas "prestadoras de serviço", convertendo-se em sócias minoritárias nos negócios (o Estado manteve 60% da participação acionária em todas as empresas mistas).

4.1 - Os Conselhos Comunais

A partir de 2006, o governo resolveu fortalecer as instituições de participação popular direta, indo além da experiência dos *Consejos Locales de Planificación Pública* (que, como vimos, acabaram *absorvidos* pela burocracia dos governos locais). Em fevereiro daquele ano, ao render contas de seu primeiro mandato à Assembleia

[189] A Empreven foi criada em 2000, pelo advogado Alejandro Uzcátegui Paoli. Ex-membro do governo Caldera, Uzcátegui trabalhou no *Fondo de Inversiones de Venezuela* (FIV), estabelecendo laços com empresários e banqueiros venezuelanos (chegou a se tornar diretor dos bancos Venezuela e Latino, que sofreram intervenção do governo nos anos 1990). Posteriormente, se aproximou do chavismo e liderou os esforços para a criação da Empreven, que inicialmente era uma associação voltada para o financiamento de farmácias populares, e com o tempo passou a incluir também microempresários e "empreendedores" de outros ramos. A sorte da organização começou a mudar em 2002, quando Uzcátegui liderou um pequeno grupo de empresários que se posicionou contrário ao *Paro Patronal* convocado pela Fedecámaras. Desde então, a associação passou a receber o apoio explícito do governo – em evento realizado no Teatro Tereza Carreño, em Caracas, Uzcátegui foi apresentado por Chávez como representante de uma nova geração de empresários nacionalistas emergentes, e a Empreven chegou a ser agraciada com um convênio com o Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BANDES), por meio do qual recebeu um financiamento de cerca de 5 milhões de bolívares. Desde então, a associação se tornou um organismo de representação dos interesses da chamada "boliburguesia" (o conjunto de empresários que se afastou da oposição e enriqueceu durante o processo bolivariano, devido à proximidade com o governo). Em 2009, Alejandro Uscátegui – então diretor do Banco Real – se viu envolvido em um escândalo de evasão de divisas; na ocasião, o sítio eletrônico da Empreven foi retirado do ar e a associação quase foi extinta; Uscátegui fugiu do país e chegou a ser incluído na lista de foragidos da Interpol. Em 2011, porém, regressou à Venezuela e selou um acordo com a Justiça, mediante o qual pode retomar suas atividades empresariais.
(ver http://www.eluniversal.com/2010/01/24/eco_art_el-duque-de-empreven_1734136.shtml, acesso em 09 de janeiro de 2017) e ARENAS, 2009.

[190] Nely Arenas é doutora em Ciências Políticas, professora titular de Desenvolvimento Sociopolítico do *Centro de Estudios del Dessarrollo* (CENDES) da Universidade Central da Venezuela.

Nacional, Chávez fez um chamado às comunidades para que se organizassem em *Consejos Comunales*, exortando o Legislativo a aprovar uma lei que regulamentasse esse tipo de organização (MADERA, 2008: 11).[191] Após 39 dias, foi aprovada a *Ley Orgánica de los Consejos Comunales* (LOCC), que critou a figura jurídica dos Conselhos Comunais (CC) como entidades autônomas – isto é, não ligadas a nenhum governo municipal[192] –, que unificariam o funcionamento do conjunto de organizações populares de base já existentes (Comitês de Terras Urbanas, as Mesas Técnicas de Água, *Missiones*, Comitês de Saúde, Comitês de Educação, *Círculos Bolivarianos*, coletivos culturais, etc). Nos termos da lei, os Conselhos Comunais foram definidos como

> instancias de participación, articulación e integración entre las diversas organizaciones comunitarias, grupos sociales y los ciudadanos y ciudadanas, que permiten al pueblo organizado ejercer directamente la gestión de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades y aspiraciones de las comunidades en la construcción de una sociedad de equidad y justicia social» (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, *Ley de los Consejos Comunales*, Gaceta Oficial Extraordinaria nº 5.806 del 10 de abril 2006:7).

---

[191] Azzellini salienta que os primeiros *Consejos Comunales*, na verdade, já vinham se formando por iniciativa própria das comunidades organizadas (especialmente nas áreas rurais), antes mesmo do surgimento de legislação específica para tal – é o caso, por exemplo, do pequeno município de Sucre (60 mil habitantes), no estado Zulia, que contava com 36 Conselhos Comunais já em 2005. O mesmo autor apresenta a declaração de um militante de base de Caracas, Eduardo Baza, que afirma que: *"No es que salió el presidente y dijo 'aquí hay una nueva ley, de hora en adelante va a ser así'. Eso no fue así, nosotros arrancamos una tendencia que fue hasta la Asamblea Nacional a pelear por la ley de los consejos comunales y muchas de las observaciones que nosotros pedíamos que se integraran, no se integraron, pero sin embargo es una ley que nos permite dar el primer paso."* (AZZELLINI, 2010: 286) Entretanto, o mesmo autor ressalta que *"los CCs surgieran desde la base, pero su papel destacado y su crecimiento exponencial se deben a que el Estado los apoya y difunde de manera masiva"* (idem, ibidem: 285).

[192] Foi considerável o esforço do Legislativo em defender a autonomia dos CCs em relação às administrações municipais. A LOCC de 2006 revogou os artigos da *Ley de los Consejos Locales de Planificación Pública* (2002) que davam margem a interferências das autoridades municipais na conformação dos *Consejos Comunales*. Além disso, também foi aprovada uma reforma na *Ley Orgánica del Poder Público Municipal* com o mesmo sentido de suprimir as relações entre as Alcaldias e os CCs. (MADERA, 2009: 178). Também o próprio presidente Chávez, em discursos à nação, se esforçou bastante no sentido de fomentar não só a autonomia dos *Consejos Comunales*, como também sua organização em federações mais amplas, que superassem os limites de cada comunidade: *"Los Consejos Comunales [...] nacieron en lo local pero deben trascender lo local. No debemos ponerle límites a los Consejos Comunales, los Consejos Comunales son instrumentos o herramientas del Poder Popular Constituyente, [...] deben confederarse o federarse para abarcar un espacio mucho mayor, para que puedan hacer diagnósticos profundos de su área comunal, de su parroquia, de su área, de su territorio; para que puedan hacer –con base en el diagnóstico– un plan, un presupuesto participativo y para que puedan desarrollar obras de mayor envergadura para elevar su calidad de vida en lo económico, en lo social, en lo político. Y a nivel nacional, me imagino, una confederación de Consejos Comunales"* (Hugo Chávez, cf.: AZZELLINI, 2010: 284). Veremos, porém, que tudo isso não impediu que muitos *Consejos* tivessem, com o tempo, sua dinâmica influenciada (e por vezes controlada) por interesses externos, ligados à burocracia de Estado e lideranças político-partidárias.

Para Beatriz F. Cabrera, o governo se movia no sentido de

> la innovación de la fórmula bolivariana [que] consistirá en estimular las expresividades sociales culturalmente espontáneas, suministrándoles pagamento político y simbólico para obtener formas organizativas en el campo político, las cuales teóricamente deberían interactuar con las nuevas instituciones (Misiones) en la materialización de la política social del Estado. En otras palabras, quedará planteado el desarrollo del aparato público estatal sobre la base del crecimiento políticocomunitario del bloque social popular. Entendámonos: como la búsqueda y creación de las condiciones de desarrollo del poder popular como institución.(...) De esta manera, con salidas institucionales en la cotidianidad de estos territorios – consejos comunales – se facilita el proceso de transición de ese colectivo sincrético (sector popular), desposeído de las garantías reales asignadas por el sistema jurídico de derechos individuales abstractos, a un sujeto popular que participa cotidianamente en la procura de su bienestar colectivo. Se convierte en núcleo estratégico de las políticas públicas. (CABRERA, 2011)[193]

A meta apresentada pelo *Ministério del Poder Popular para la Participación y Protección Social* era a de fomentar, até 2008, o surgimento de 100.000 *Consejos Comunales*. Entrentanto, segundo dados da *Fundación para el Desarrollo y Promoción del Poder Comunal* (Fundacomunal), órgão público encarregado do desenvolvimento de formas locais de governo e produção, em meados de 2008 existiam 26.143 CCs constituídos e outros 10.669 em processo de conformação (MADERA, 2009: 179); nos anos seguintes o ritmo de crescimento diminuiu, mas se manteve até a conformação de mais de 43 mil conselhos em 2011 (CABRERA, 2011). Apesar de distante da projeção inicial, a proliferação dos Consejos Comunales foi bastante significativa, modificando concretamente cotidiano das comunidades mais pobres.[194]

---

[193] Em sentido semelhante se pronunciou Mariana Bruce Ganem Baptista (que em 2011 apresentou uma dissertação a respeito dos Conselhos Comunais no bairro *23 de Enero*), afirmando que "os Consejos Comunales/CCs são uma experiência de poder popular na Venezuela. São micro-governos locais construídos no interior das comunidades, compostos pelos próprios moradores e que possuem poder deliberativo e executivo sobre a gestão das políticas locais. Os CCs fazem parte de um projeto nacional de construção de um Estado Comunal venezuelano articulado por federações e confederações de Consejos Comunales e/ou por Comunas. É um projeto ambicioso, orientado por uma proposta para o Socialismo del Siglo XXI, de construção de uma 'democracia participativa e protagônica' e de um desenvolvimento econômico endógeno e autossustentável. Apesar de fortemente incentivado pelo presidente Hugo Chávez, este projeto encontra suas raízes em experiências e demandas existentes nas bases da sociedade desde longa data." (BAPTISTA, 2011: 130)

[194] Nas zonas habitadas por setores de maior renda (quase sempre dominadas pela oposição), prevalece a ideia de que os CCs são instrumentos de controle do governo, através da discricionalidade na cessão de recursos de financiamento; por isso, nessas áreas a formação de Conselhos Comunais foi bastante inferior. Para Azzellini (2010: 286), *"gran parte de la oposición duda de su contenido participativo y de su efecto descentralizador, y la crítica se funda en la suposición de que sirven para el control político y el desmantelamiento de las instituciones liberal-democráticas. Sin embargo, en algunos círculos de oposición de clase media, la idea fue recogida y en Caracas, Maracaibo y Valencia surgieron CCs desde las antiguas Asambleas de Ciudadanos, formadas por la oposición para derrocar a Chávez"*. A partir de 2011, a oposição muda de estratégia e organiza uma *"frente nacional de consejos excluidos"*, como forma de denunciar o favorecimento dos CCs mais acríticos em relação ao governo, com o cerceamento dos demais. (CABRERA, 2011)

Pelos termos da legislação, cada CCs deve reunir de 200 a 400 famílias no meio urbano, 20 no meio rural e 10 nas áreas indígenas. A forma de participação é sempre baseada na democracia direta, a partir da instância máxima da *Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas*, na qual podem participar todos os integrantes da circunscrição dos conselhos com mais de 15 anos de idade. A partir das assembleias, são eleitos os *voceros* (isto é, os porta-vozes) de cada comitê de trabalho, os quais abarcam distintas áreas (educação, esporte, lazer, infraestrutura, etc) e trabalham de forma voluntária, com mandato de 2 anos passíveis de reeleição (e também de revogação, por decisão da Assembleia). A primeira tarefa dos CCs é a de realizar um diagnóstico da comunidade e seu território, identificando suas características e demandas sociais. Só após esse censo inicial é definida a abrangência territorial do CC, possibilitando a convocação da primeira *Asemblea Constituyente Comunitária*, a partir da qual se iniciam a eleição dos *voceros* e comitês de trabalho. Cumpridos esses requisitos, a comunidade pode elaborar projetos e requisitar recursos públicos para a solução de seus problemas, os quais são administrados por formas de autogoverno local, também eleitas.[195] Todas as decisões tomadas pelos CCs teriam caráter vinculante, isto é, deveriam ser respeitadas, com força de lei, por todos os Poderes constituídos da República, em seus diferentes níveis.

A lei determinou que o registro, análise dos projetos e liberação dos recursos deveria se dar através de uma *Comisión Presidencial del Poder Popular* (CPPP), cujos membros eram indicados pela Presidência – o que fomentou as já recorrentes críticas de que as políticas chavistas geravam uma centralização excessiva no Executivo Federal, com o esvaziamento dos demais Poderes da República. Em 2009, porém, a lei foi modificada.

> Na Lei de 2009, a figura do CPPP foi extinta, atribuindo tais competências de registro, análise de projetos e liberação de recursos ao "Ministerio del Poder Popular con Competencia en Materia de Participación Ciudadana" (Cf. LOCC, 2009, Art. 17°). Temos, nesse caso, a *Fundación para el Desarrollo y Promoción del Poder*

[195] Originalmente, os recursos eram repassados para um *Banco Comunal* (formado por cinco *voceros*), o qual tinha grande autonomia de gestão. No entanto, essa diretriz foi modificada em 2009, devido aos inúmeros conflitos entre os *Bancos Comunais* e os CCs propriamente ditos, além de muitos casos de corrupção. Assim, os bancos foram extintos e deram lugar à *Unidad Administrativa y Financiera*, que também era formada por cinco *voceros* que tinham o acesso direto aos recursos (para executar obras, pagar empresas e/ou mão-de-obra, etc), mas com menor autornomia do que na experiência anterior dos Bancos Comunales. Além disso, nominalmente os recursos eram registrados em nome dos próprios Conselhos Comunais, e incluiu-se na legislação a responsabilização criminal por seu uso indevido (na prática, outorgando-se a responsabilidades de Funcionários Públicos para os membros da *Unidad Administrativa y Financiera*). Além disso, cada CC também deve eleger outros cinco *voceros* para formar a *Unidad de Contraloría Social*, que é responsável pela fiscalização do uso do dinheiro e do trabalho dos comitês.

> *Comunal*/FUNDACOMUNAL, órgão adstrito ao *Ministério do Poder Popular para las Comunas y Protección Social*, ao qual os CCs devem se dirigir com toda a documentação necessária (censo sócio-demográfico, história local do setor onde reside o CC, ata constitutiva do CC, documentos de todos os voceros, entre outros) para efetuar o registro oficial. A partir de 2009, com a nova Lei, além do *Registro de Identificación Fiscal*/RIF, o CC recebe carimbo, um caderno de atas, ganha personalidade jurídica e pode abrir uma conta no Banco de Venezuela para receber os recursos. (BAPTISTA, 2011: 162)

Como, porém, o Executivo controlava os Ministérios e os fundos responsáveis pelo financiamento dos projetos,[196] na prática os CCs continuaram dependentes da cúpula de Estado,[197] o que gerava problemas de burocratização excessiva e lentidão no aporte de recursos.

> En el I Estudio sobre los Consejos Comunales realizado por la Fundación Centro Gumilla, los voceros de la comisiones de trabajo de estas instancias organizativas señalaron en 58% que recibían financiamiento, mientras que 35% de los consultados respondieron negativamente. Sobre la consulta sobre si el financiamiento se otorgaba en el tiempo programado, en 51% de los casos fue afirmativo. En los casos en los cuales no llega el financiamiento oportunamente se ubica en 43%. En otras palabras, de acuerdo con la información aportada por los voceros consultados, sólo 29,43% de los consejos comunales que hacen solicitud de fondos públicos para la realización de proyectos comunitarios lo reciben a tiempo. (MADERA, 2009: 181)[198]

---

[196] Dentre as fontes de financiamentos previstas na LOCC de 2009, estavam os governos em seus diferentes níveis (República, estados e municípios); o *Fondo Intergubernamental para la Descentralización* (FIDES); o *Fondo de Desarrollo Microfinanciero* (Fondemi); empresas estatais (particularmente a PDVSA, através da *Ley de Asignaciones Económicas derivadas de Minas e Hidrocarburos Especiales*); o *Servicio Autonomo Fondo Nacional para los Consejos Comunales* (SAFONACC), órgão adstrito a Fundacomunal; além de diferentes ministérios e empresas interessadas em investir nas comunidades.

[197] A partir de 2010, num esforço de descentralização empreendido pelo governo, a maior parte das responsabilidades referentes aos CCs foi transferida para um órgão colegiado, denominado *Consejo Federal de Gobierno* (CFG). Segundo Mariana Baptista (2011: 163, nota 155), "o *Consejo Federal de Gobierno* é um órgão encarregado de planificar e coordenar as políticas e ações voltadas para o processo de descentralização e transferência de competências do Poder Nacional aos estados, municípios e às organizações de base do Poder Popular (Ley Orgánica del Consejo Federal de Gobierno/LOCFB, 2010, Art. 2°). É presidido pelo(a) Vice-presidente(a) cuja secretaria é composta por dois ministros(as), três governadores(as) e três alcades(as). Todas as decisões são levadas à plenária, espaço onde se reúnem todos os membros do Consejo, que incluem também representantes dos poderes locais (voceros de Consejos Comunales e outras organizações de base), municipais (um alcalde ou alcaldesa por cada Estado), estaduais (governadores ou governadoras de cada Estado) e federais (ministros(as) e vice-presidente(a) da República). O Consejo conta com o Fondo de Compensaciones Interterritorial/FCI destinado a financiar projetos e promover o desenvolvimento equilibrado de todas as regiões (LOCFB, 2010, Art. 3°). Os recursos destinados a esse fundo são aprovados anualmente pela Asamblea Nacional.". Na prática, o CFG não chegou a representar uma real descentralização da administração pública, tornando-se com o tempo um braço do Executivo Nacional.

[198] A *Fundación Centro Gumilla*, fundada en 1968, constitui o *Centro de Investigación y Acción Social* (CIAS) da Companhia de Jesus na Venezuela. A pesquisa em questão (de 2008) é considerada a mais ampla já realizada no país a respeito do funcionamento dos *Consejos Comunales*. Os dados referem-se a uma trabalho de campo por amostragem em mais de 1000 conselhos distribuídos por 8 regiões do país. (ver MADERA, 2008)

A mesma pesquisa aponta que quase todos os projetos aprovados se orientavam para a realização de obras: cerca de 33% dos projetos eram voltados para atender a questão da moradia; 21% para serviços de água e esgoto; 15% para pavimentação; 14% para eletrificação; 13% para a criação de instalações esportivas; 12% para a construção de sedes para os próprios CCs; 12% para obras em escolas; 10% para calçamento, passarelas e escadas; e 4% para a construção de praças e parques. (MADERA, 2009: 182). Mesmo quando não conseguiam aprovar projetos, os CCs eram importantes porque permitiam a realização de reuniões de trabalho com diferentes entes governamentais, visando a busca de soluções para inúmeros problemas comunitários (insegurança, transporte, recolhimento de lixo, infraestrutura, etc). Para 74% dos *voceros* entrevistados, os CCs mantinham boas relações com as instituições de Estado. Nos casos em que estas foram consideradas ruins, a maior parte (52%) apontava que as demandas dos CCs simplesmente não eram atendidas; outros problemas se relacionavam à lentidão nos procedimentos e à ausência de respostas por parte dos funcionários públicos encarregados de intermediar as relações com os CCs. É curioso notar que o percentual dos que apontaram como "boas" as relações entre os conselhos e a comunidade é ligeiramente menor (71%), o que indica que, na percepção dos *voceros*, as dificuldades nas relações *internas* à comunidade eram pelo menos tão grandes quanto as que se estabeleceram entre estas e o governo, em seus diferentes níveis.[199]

No caso das relações com o Estado, muitas vezes se chocavam as perspectivas da burocracia e das comunidades organizadas acerca dos mesmos problemas. Do ponto de vista da primeira, as normas jurídicas do Estado – herdadas da concepção liberal-burguesa do Direito – deveriam prevalecer sobre a nova perspectiva que emanava dos Conselhos Populares, a qual estava focada *na coletividade organizada*, e não *no indivíduo*. Tal divergência apareceu repidamente na regularização das terras e moradias, em relação aos títulos de propriedade.

> Algunos de los comités de tierra urbana de Caracas que han luchado por obtener la titularidad colectiva de la tierra que habitan se niegan a recibir viviendas y tierras con títulos de propiedad individual, ya que una vez otorgados pueden ser objeto de transacciones comerciales para beneficio individual, rompiendo el esfuerzo colectivo de formulación de los proyectos comunitarios de vivienda y hábitat que vienen desarrollando y en definitiva rompen con la noción de "comunidad" que ellos defienden. Las respuestas burocráticas de la mayoría de los funcionarios nunca han sido

[199] A este respeito, é significativo que, ante a afirmação de que "na administração dos conselhos não existe corrupção", 39% se declararam "totalmente em desacordo", e 22% "parcialmente em desacordo" (o que totaliza um total de 61%). Por outro lado, 75% dos *voceros* entrevistados afirmaram exercer a controladoria social nos projetos executados.

> receptivas a este tipo de planteamiento y la respuesta ha sido en el mejor de los casos la resolución en términos privados (CABRERA, 2011).

Também se estabeleceram disputas entre os conselhos em formação e as organizações comunitárias pré-existentes, não só os *Comités de Tierras Urbanas* e outras formas organizativas surgidas com o processo bolivariano, como também os chamados *colectivos políticos*, que atuam nos bairros periféricos venezuelanos desde os anos 1980 (especialmente no Distrito Capital, Caracas). Surgidos como reação à crise do *puntofijismo*, alguns desses *colectivos* foram fundados por egressos da guerrilha rural dos anos 1960 e 1970, que migraram para as favelas e bairros periféricos das cidades; outros surgiram por iniciativa da própria população desses locais. Com o passar do tempo, muitos deles se converteram em organizações políticas (geralmente armadas) que exercem um controle territorial nas comunidades pobres, conciliado com diferentes formas de trabalho social e atividades de formação política – que vão desde a leitura de autores marxistas até o resgate da memória de diversos revolucionários da Venezuela e de outras partes do mundo, além de lutadores sociais da própria comunidade (os multicoloridos murais com temas revolucionários, tão comuns nas favelas venezuelanas, geralmente são obra desses *colectivos*). Com o advento do processo bolivariano, praticamente todas essas organizações aderiram ao chavismo; contudo, cuidaram também de manter certa autonomia. Houve casos em que os *colectivos* procuraram aprofundar o processo revolucionário através de sua própria ação direta – como quando atacaram, com bombas de gás lacrimogênio, a embaixada do Vaticano, a residência de um diretor do canal de televisão RCTV e a sede do canal Globovisión (BAPTISTA, 2011: 180).

A disputa política nas comunidades tendeu a se tornar mais acirrada com o advento dos CCs, porque passou a dizer respeito à decisão sobre que organizações e/ou que projetos receberiam os recursos do Estado, e quais não receberiam. Em nosso trabalho de campo no bairro *23 de Enero*, na periferia de Caracas, percebemos que certos *colectivos* – especialmente aqueles que apresentam laços mais estreitos com governos e/ou burocratas de Estado – tendiam a apresentar muito mais facilidades na obtenção de recursos para seus projetos e acabavam controlando as instâncias de autogoverno local.[200] Fazer parte desses *colectivos* pode significar, inclusive, uma forma

[200] Mariana Baptista também presenciou a forma como os *colectivos* do bairro *23 de Enero* dominam muitos *Consejos Comunales*: "Na *Zona Central*, por exemplo, onde está o *Colectivo Alexis Vive*, alguns dos *voceros* principais dos *Consejos Comunales* são militantes do próprio *colectivo*. Isso se dá porque

de ascensão social, na medida em que os militantes dessas organizações recebem (principalmente dos governos locais) diversos tipos de bens que utilizam em suas atividades políticas – incluindo automóveis, celulares, equipamentos de audiovisual para meios de comunicação alternativos, espaço físico e maquinário para atividades produtivas, etc. Em tese, todos esses bens pertencem à própria comunidade; na prática, porém, como são controlados pelo *colectivo,* funcionam como propriedade particular de seus militantes – que, em troca, no momento das eleições, atuam junto às *Unidades de Batalla Electoral* (UBE) para defender as candidaturas determinadas por suas contrapartes na máquina estatal.[201] Assim, contrariamente à proposta do aprofundamentao de uma *democracia protagónica desde abajo*, muitas vezes a confluência entre os *colectivos* e os governos conspirou para fomentar uma dinâmica *desde arriba* nas comunidades mais pobres, estimulando uma postura relativamente acrítica da militância, que prioriza a "disciplina" às linhas políticas ditadas pelos burocratas e/ou políticos que garantem o fluxo de recursos para as atividades dos *colectivos* e demais projetos nos bairros.

Trata-se de uma questão complexa, que não deve ser julgada de forma apressada. É um equívoco considerar os membros dos *colectivos* como meros "aproveitadores" (ou "criminosos", tal como são retratados pelos meios de comunicação privados). Geralmente, eles possuem uma formação política consideravel e um histórico de militância revolucionária (que, não raro, antecede ao chavismo).[202] Em muitos casos,

---

com a oportunidade aberta pelos CC, há uma ampliação das frentes de batalha para obter melhorias para sua própria comunidade, então, os membros dos *colectivos* participam ativamente dos CC. Em uma reunião da *Comuna El Panal 2021*, em janeiro de 2011, que contou com a presença massiva de *voceros* e moradores da *Zona Central*, a estrutura era bastante centralizada na figura do líder do *colectivo*, Robert Longa. Como em uma palestra, ele discursava para as pessoas, atualizando-as sobre as conquistas do último ano e passando informações sobre os próximos projetos. Depois de sua longa intervenção, as pessoas tinham espaço para opinar ou fazer algumas pequenas colocações, o que torna claro como a presença do *colectivo* é marcante e decisiva no seu interior. Portanto, apesar da presença e da participação de pessoas que não necessariamente são membros do *colectivo*, a estrutura acaba ficando bastante dependente das lideranças" (BAPTISTA, 2011:177-178). A autora esclarece que situações semelhantes acontecem em diversos outros setores do bairro, controlados por outros *colectivos*.

[201] O mesmo ocorre, como veremos, no momento de eleição dos delegados de base para os congressos do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), criado por Chávez em 2007.

[202] O *Colectivo Alexis Vive*, por exemplo, surgiu como resultado das lutas contra o capital e contra o neoliberalismo no bairro *23 de Enero.* Sua origem remonta à *Cordinadora Cultural Simón Bolívar*, espaço fundado na Zona Central do bairro, em 1993, onde passaram a se aglutinar diversos movimentos sociais. Dentre eles, figurava um colectivo denominado *Travesia*, ao qual pertencia o militante internacionalista Alexis Gonzales (que, além da militância na Venezuela, chegou a participar dos processos revolucionários na Nicarágua e El Salvador). Assassinado durante o golpe de Estado de 11 de abril de 2002, Alexis Gonzales tornou-se um símbolo da luta bolivariana, razão pela qual o *colectivo* em que militava foi rebatizado como *Alexis Vive*. A partir de 2004, a organização se desligou da *Cordinadora Cultural Simón Bolívar* e assumiu um perfil próprio, reivindicando a tarefa de construir formas de poder popular.

os *colectivos* se legitimaram em seu território por terem impedido (com base na força, se necessário) tanto a penetração do narcotráfico nas favelas como as incursões da polícia – que comumente prativava extorsões e violências contra a população mais pobre.[203] Ao mesmo tempo, eles legitimam sua presença perante a comunidade porque se colocam na linha de frente de defesa do governo contra a oposição antichavista, a mídia e as ONG's financiadas pela burguesia local e/ou pelo imperialismo internacional (as quais praticamente tem seu acesso vedado nos territórios controlados por eles). Por fim, muitas vezes os *colectivos* são vistos como os principais responsáveis pelas melhorias nas condições de vida locais, não só porque efetivamente se engajam na militância com afinco, mas também porque garantem, graças às suas conexões com os aparelhos de Estado, os recursos para os projetos aprovados nos CCs (lembrando sempre que uma parte considerável desses projetos, em muitos casos, nunca chega a receber financiamento, ou os recebem depois de muito tempo de espera). Neste sentido, a presença dos *colectivos* serve para "agilizar" os trâmites burocráticos e trazer melhorias concretas às comunidades.

Por outro lado, também é verdade que se estabelece uma tensão latente entre os *colectivos* e outras organizações e/ou militantes de esquerda também revolucionários, porém mais críticos e/ou independentes em relação ao governo. Em geral, os *colectivos* argumentam que as críticas dos militantes mais independentes prejudicam a Revolução porque favorecem a oposição de direita; neste sentido, costumam defender uma atuação "disciplinada" da base, isto é, que siga as orientações que emanam do governo (ou de Chávez, em particular). Tal postura evidentemente cerceia o debate e favorece a burocratização dos partidos do Polo Patriótico; mas, no fundo, a origem do problema não está nas comunidades, mas no âmbito da *sociedade política*, onde se permite a livre atuação de burocratas que controlam os aparelhos de Estado e se utilizam dos *colectivos* para a conformação de *currais eleitorais.* Houvesse uma dinâmica realmente democrática e transparente no interior do governo e dos partidos da base chavista, os *colectivos* – que, a rigor, são formados por gente "do povo" e, neste sentido, fazem parte do "lado mais fraco" dessa trama – não teriam como se impor no debate interno às comunidades. É a ausência de um controle público na distribuição de recursos para os

[203] No bairro 23 de Enero, por exemplo, porquanto exista comércio de drogas ilícitas, é notável que o crime organizado não consegue se impor sobre as comunidades, apesar da diminuta presença policial (em muitos setores do bairro, o policiamento é comunitário, com participação dos *colectivos*). Neste aspecto, as favelas caraqueñas se diferiam muito de suas congêneres de outros países (como o Brasil), por que são as organizações políticas – e não o tráfico – que controlam o território.

programas sociais do governo que permite a imposição, em determinadas circunstâncias, de formas de participação popular distorcidas e controladas *desde arriba*.[204]

4.2 - O PSUV

Problemas como os apresentados acima colocaram na ordem do dia a necessidade de reformar a organização partidária bolivariana. Em um ato público no Teatro Tereza Carreño, em dezembro de 2006, Chávez anunciou a proposta de dissolução do Polo Patriótico em um partido único – o Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) – que deveria representar o conjunto das forças revolucionárias, incorporando os movimentos sociais e se organizando por meio de eleições internas. Contudo, como afirma Lander (2007), não se tratou de um *"llamado al início de un debate amplio y democrático sobre uno de los aspectos principales, y potencialmente más polémicos, de la construcción del socialismo del siglo XXI"*, mas do *anúncio* de uma decisão do comandante – imediatamente acatada pelo MVR, que iniciou a conformação de uma *Comisión del Partido Único*. Logo depois, Partidos como o Movimento Eleitoral do Povo (MPE), a Unidade Popular Venezuelana (UPV), a Frente Cívico-Militar Bolivariana e o Movimento de Democracia Direta (MDD) aceitaram se dissolver dentro do PSUV, ainda que não houvesse ocorrido nenhum debate mais amplo sobre as características e a linha político-ideológica que deveria orientar o novo partido.

Sintomaticamente, o *Pátria Para Todos* (PPT) e o *Partido Comunista de Venezuela* (PCV), agremiações com raízes mais sólidas e anteriores ao chavismo, recusaram a proposta e optaram por manter sua autonomia. Entre a militância bolivariana de base, porém, a criação do PSUV foi recebida com entusiasmo, e já em junho de 2007 mais de cinco milhões de eleitores se inscreveram no novo partido (ELLNER, 2014: 172). Apesar das declarações de membros de destaque do governo, que afirmavam que a linha política do PSUV seria definida diretamente por Chávez,[205]

---

[204] Atenta a essa questão, Beatriz Cabrera (2011) salienta que *"Si bien desde el Estado se promueve la participación, a contracorriente existe un relacionamiento tradicional desde ciertos ámbitos de gobierno con los sectores populares que reproduce en los espacios locales una cultural comarcal, con identidades políticas difusas que le conceden importancia a las iniciativas encaminadas a mejorar sus condiciones materiales de vida, sin que sean codificadas necesariamente desde referentes ideológicos que valoran las iniciativas al interior de ideas de la democracia y la participación correspondidas con las corrientes del pensamiento republicano popular y del socialismo."*

[205] De acordo com Edgardo Lander (2007a), o diretor geral do MVR, Francisco Ameliach, haveria afirmado que "la última palabra sobre este partido la tiene el jefe de Estado como presidente de dicha organización".

muitos militantes acreditaram na possibilidade de participação *desde abajo*, já que qualquer filiado inscrito nos *Batallones Electorales* (instância molecular de base territorial, cuja delimitação geográfica foi estabelecida pela *Comisión del Partido Único* do MVR) poderia ser eleito para participar como delegado na fundação do novo partido. Cada *Batallon* deveria conformar assembleias e promover debates entre os filiados, de modo a eleger um delegado para uma instância superior – as *Circunscriciones* – nas quais finalmente seriam eleitos os participantes do Congresso Fundacional.

Todo o processo, porém, se deu de forma muito acelerada, favorecendo que a burocracia que já dominava o MVR e o governo acabase também por dominar as instâncias decisórias do PSUV. O depoimento de Zuleika Matamoros – militante do bairro 23 de Enero e integrante da equipe da página *Aporrea.org* – é bastante emblemático da forma como o PSUV, já em seu nascedouro, apresentou as características centralizadoras que marcariam seu funcionamento nos anos seguintes:

> Vino una elección de delegados y la gente de tal funcionário público llevara sus empleados. Aqui [no 23 de Enero] llegó a pasar eso, eso lo vivi yo. Llevaban sus empleados de la nómina y en la elección votaron por lo que le dijo el consejal que estaba ahí, o la persona encargada, digamos, del poder constituído. Y nos pasaba una *planadora* terrible. (...) Lo primero que hizo el PSUV, al llamado de Chávez, era que escojeramos los delegados que iban a ir al Congreso Fundacional del partido. Entonces, cada batallon tenía un candidato. (...) La dirección provisional del PSUV, antes de su congreso fundacional, hizo esa división por território. (...) Hacíamos debate [sobre] cual era la Circunscrición, y ahí se daban disputas, porque la burocracia queria tener sus Circunscriciones como les convenía, segun el território que pensaban que tenían que dominar o dominaban. (...) Ya había disputa, mucha disputa, por la imposición de la burocracia por hegemonizar los espacios del partido. (...) No solamente era la disputa con el sector que no tenía ningun padrino de Poder Constituído, sino también entre ellos mismos existia también disputas. Nosotros, aqui en 23 de Enero, somos muy testigos de eso. (...) La primera debilidad que existía era que, apenas nosotros estábamos nos conociendo y reconociendo, en los espácios territoriales – no como vecinos, sino como parte de un partido – y entonces, de esa manera tan apresurada, montase la elección de delegados. Pasó que era la burocracia que tenía mucha más oportunidad de tener sus delegados escojidos. (...) Aqui habia una disputa entre lo que era el Alcalde Metropolitano y el Alcalde de Município Libertador. En ese entonces era [Juan] Barreto, como Alcalde Metropolitano, y [Freddy] Bernal, como Alcalde Libertador, que entre ellos mismos havia disputa. Entonces, por ejemplo, los candidatos que eran de Barreto, llevavan su gente, que votavan por ello (...) Ese ejemplo del 23 de Enero se dió al nível nacional. Por ejemplo: aqui había una consejala que era la consejala metropolitana, y la gente de su nómina estaba en sus espacios en cada Batallon. Y me recuerdo que entonces, cuando nos fuímos a la elección, ellos mismos llegavan a la gente y le tomavan fotografia (...) Tanta foto que tuviera de la gente comprometida tenía que contarse en los votos. (Zuleika Matamoros, entrevista ao autor em 31 de janeiro de 2015)

Paralelamente às intervenções burocráticas nas intâncias de base do partido, na direção provisória a influência de Chávez era incontestável: “a composição da direção do partido foi majoritariamente decidida por Chávez, que designou vários ministros e

deputados para os principais cargos do partido" (SEABRA, 2014: 146). Em agosto de 2007, em resposta a críticas de alguns deputados da Assembleia Nacional – que questionavam a possibilidade do PSUV disputar as eleições regionais do ano seguitne, na medida em que não haveria tempo hábil para o término dos debates do Congresso Fundacional – Chávez anunciou a criação de um *Tribunal Disciplinário*, a ser presidido pelo então governador do estado Miranda, Diosdado Cabello.[206] Todavia, o partido ainda estava em formação; não havia um estatuto nem nenhum documento doutrinário que pudesse embasar o funcionamento de um tribunal desse tipo. Mesmo intelectuais identificados com o chavismo – como Javier Biardieu e Reinaldo Iturriza[207] – vieram a público criticar o modo centralizado e antidemocrático como o PSUV vinha sendo conformado. Entre as principais lideranças políticas bolivarianas, porém, imperou o silêncio. Como declarou Edgardo Lander, *"ha sido notoria la ausencia de otras declaraciones críticas por parte de dirigentes y altos funcionarios del proceso bolivariano. Esto sugiere que, o bien les parece natural que se cree un Tribunal Disciplinario antes de que el partido como tal exista (...) o por cautela política, han optado por un discreto silencio"* (LANDER, 2007b). Declarações públicas de diversas lideranças políticas chavistas deixavam clara a *naturalização* da ideia de que a linha política do partido *deveria* ser ditada pelo presidente Chávez, cabendo às demais lideranças e à militância de base atuar com *disciplina* em relação à orientação vinda de cima. Qualquer crítica em relação à essa orientação era taxada de "atitude sabotadora".[208] Segundo Rafael Seabra (2014: 161), àquela altura o processo bolivariano havia entrado em uma dinâmica na qual "a dissidência e a crítica eram quase intoleráveis, de maneira que era comum catalogar as discordâncias como traição ao movimento. Era comum estigmatizar aliados políticos como o PCV ou o PPT, por

---

[206] Diosdado Cabello era um dos principais dirigentes do MVR e um dos homens mais próximos a Chávez. Tenente do Exército, fez parte do MBR-200 e participou da insurreição militar de 4 de fevereiro de 1992. Eleito deputado constituinte pelo estado Monagas, foi designado vice-presidente da República em 2001 (na Venezuela, o cargo de vice-presidente é escolhido por indicação do Presidente). Chegou a ocupar o cargo de presidente interino após a fuga de Pedro Carmona, por ocasião do contragolpe de 2002 (na ocasião, coube a Diosdado o comando da operação militar que resgatou Chávez e o reimpossou como Presidente da República).

[207] Ver http://www.aporrea.org/actualidad/a40299.html e http://www.rebelion.org/noticia.php?id=55696 (acessados em 15 de janeiro de 2017)

[208] Como deixou claro Freddy Bernal – então alcalde do Município Libertador de Caracas e integrante da Comissão Presidencial de Propulsores do PSUV – que declarou à imprensa que, se algum aspirante a militante do PSUV *"quiere sabotear el proceso de construcción del partido, irá al tribunal disciplinario y conversaremos con él, y si no cambia su actitud, tomaremos las medidas necesarias. Tendrían ellos mismos que identificarse. Ya el coordinador de la comisión, Jorge Rodríguez, dijo que la única corriente es la que dirige el presidente de la República, Hugo Chávez Frías. A aquellos que crean que pueden tener otros liderazgos les recomendaríamos que monten un partido aparte, pero dentro del PSUV no va a venir nadie a sabotear"* (Freddy Bernal, cf.: LANDER, 2007b).

não querer dissolver-se no PSUV; pressionar as forças sindicais que resistiam perder sua autonomia para formar conselhos socialistas; repreender organizações populares ou intelectuais que dissentiam das propostas e opiniões do presidente."

Em entrevista concedida em maio de 2015, Gonzalo Gomez Freire nos relatou que o PSUV, nos anos subsequentes à sua criação, nunca apresentou um funcionamento claro, previsto em estatuto. A forma como se elegem os delegados e a direção geral mudou conforme as circunstâncias, sempre com a prevalência de uma lógica *desde arriba*, defendida tanto durante o governo Chávez quanto posteriormente, com Nicolás Maduro.

> Existen corientes [no PSUV], independientemente de cuales son las posiciones oficiales de sus dirigentes en respecto a eso. En general niegan las corientes. Pero hay corientes reales que la gente sabe que están en la vida política.[209] Hay quiene, en la práctica, tiene doble militancia (...) se sabe que son ellos que están por allí. No hay ningun conflicto público con ellos, por su existéncia. (...) Los princípios y estatutos de PSUV hablan de la diversidad de pensamiento revolucionário y chavista. Y hablam de PSUV como una espécie de convergéncia y de síntesis de distinctas expresiones de pensamiento. En la práctica, la tendencia es tratar de establecer una diciplina monolítica al redor de una sola línea. Una línea que es dictada por una cúpula dirigente con muy pocos grados de consulta con los sectores de base, y incluso con los cuadros médios. Es elegida la dirección del partido, por mecanismos que algunos son cuestionables, otros no. Hay dirigentes que llegaron por un método... la llamada *cooptación*, simplesmente algunos membros de la dirección nombran a quien va hacer parte de la dirección. (...) Hay un congreso y los delegados votan, pero también en algunos casos han postergado la elección de la dirección general (...). En el Congreso último del partido, de alguna manera se presentó allí una dirección, digamos, más bien en términos de *aclamación.* Y algunos dirigentes que habían sido excluídos del partido, como Hector Navarro – que fue llamado al Tribunal Disciplinário [em 2014], pero el Tribunal Disciplinário nunca actuó, nunca cumplió con los pasos procedimentales – no pudo participar en el congreso, no pudo posturlarse para ser electo nuevamente dirigente del partido. Se arrebató su cargo en la dirección y no se permitió volver a postularse sin que hubiera tomado ninguna decisión el Tribunal Disciplinário. Una decisión totalmente arbitrária. No hubo evaluación de lo papel de los dirigentes – como lo hicieron, quien reunía las condiciones para ser dirigentes, y quiene no... Hay una tendencia de que se dá una

[209] Em outro momento da entrevista, Gonzalo Gomes destacou como exemplos a corrente Marea Socialista (agrupamento de caráter trotskista do qual ele próprio faz parte); a *Coriente Revolucionária Bolívar y Zamora* (que tem origem no movimento camponês); o MBR-200 (que seguiu existindo com um enfoque "cívico-militar"); um setor historicamente identificado com a Liga Socialista (partido político do qual fez parte o atual presidente Nicolás Maduro); dentre outras de menor expressão. Gonzalo recorda que, num momento inicial, ele próprio conseguiu ser membro da equipe política regional de Caracas, mas não como membro de sua corrente (que constituía possivelmente o agrupamento mais à esquerda do partido); outros companheiros de Marea Socialista também fizeram parte de direções regionais. Mas nunca tiveram, como corrente, a possibilidade real de participar da tomada de decisões. *"Era generalmente"* – ele afirma – *"los dirigentes nacionales, que formavan parte de esas direcciones regionales, lo que determinavan cuales eran las posiciones que se asumiran allí"*. Com o tempo, os espaços de direção foram fechados para os membros do Marea Socialista ou quaisquer outros militantes mais críticos (principalmente após a ascensão de Nicolás Maduro). Em meados de 2015, Marea Socialista abandona o PSUV e passa a postular a formação de um partido próprio; o processo de legalização do partido, porém, foi sabotado de todas as maneiras CNE (que, no entanto, se mostrou muito ágil na formalização de diversas "legendas de aluguel", inclusive no campo da oposição de direita).

> orientación y se dá una línea y una propuesta desde las principales figuras, el resto de la militáncia acorre eso, lo respalda, lo aplaude, y eso se implanta.

Por outro lado, Gonzalo Gomez ressalta que isso não impede que, na base do PSUV, exista um debate rico entre a militância.

> Lo que pasa es que, de toda manera, aún a pesar del funcionamiento del partido y da dinámica que imprime su dirección, la base comenta, conversa, discute, manifiesta cosas... Hay algunos momentos en que es posible una estructura de base dar alguna discusión, dar algun debate en algun fóro. Lo que no hay es la posibilidad de que eso sea tomado en cuenta y que tenga la posibilidad de ser tomado como parte de la orientación y de la línea del partido. Es parte de la vida cotidiana y del movimiento espontáneo del partido. Pero hay algo de eso. Yo ha ido en reuniones, invitado por sectores de base, aún sabiendo que Marea Socialista no era bien vista por la dirección. Y yo ha ido en los locales, y soy invitado a hacer exposiciones. Y a otros compañeros también. Y ha habido aplausos, hay habido felicitaciones, una cierta identidad. Pero no existe los mecanismos para que eso se pueda transformar en una participación reale en la toma de decisiones del partido. Todo está *blindado*, todo está bajo control. (Gonzalo Gomes Freire)

Aparentemente, Chávez pretendia aproveitar a conjuntura política favorável – decorrente da derrota das tentativas golpistas e do controle completo do Legislativo pelo governo – para dirimir as divergências, promover uma *aceleração* das transformações em curso e impedir que a oposição (então desarticulada politicamente) pudesse continuar sabotando seu governo. No entender de Rafael Seabra, desde o início a centralização ocorrida na formação do PSUV estava articulada à estratégia de atingir esses objetivos através de uma alteração nos marcos institucionais do processo bolivariano.

> o novo partido foi organizado da mesma manera do MVR, com caráter de urgência e improviso, sequer havia sido discutidos e redigidos os estatutos e o programa, pois seu objetivo imediato era não apenas obter consenso, mas, sobretudo, aglutinar base eleitoral bolivariana suficiente para através do Referendo de Reforma Constituicional instituir o socialismo pelo voto. (SEABRA, 2014: 145).

Como veremos, no entando, a *forma* como o governo pretendia realizar essa reforma – assim como seu *conteúdo* – encontraria mais resistência do que o previsto, o que seria determinante para a primeira e única derrota eleitoral sofrida por Chávez.

4.3 - A Reforma Constitucional de 2007

O artigo 342 da Constituição de 1999 previa a possibilidade de uma Reforma Constitucional, que deveria ser aprovada pela Assembleia Nacional e depois ratificada pelos cidadãos, através de um referendo. Em princípios de 2007, Chávez nomeou uma

comissão presidencial que se reuniu a portas fechadas e concluiu uma proposta de reforma que abarcava 33 artigos da Constituição. Em agosto, após a revisão do documento por Chávez, a proposta foi finalizada e enviada ao Legislativo, sem que se abrisse uma discussão pública mais ampla. Os deputados então acrescentaram mudanças em outros 36 artigos, totalizando uma grande transformação que incidia sobre 69 dos 350 artigos da Constituição de 1999. Ao final de outubro, o documento final (de 250 páginas) foi aprovado por 161 votos à favor e 6 abstenções,[210] sendo marcado o referendo para o dia 2 de dezembro. Dessa maneira, a população teria apenas cerca de um mês para apreciar as mudanças propostas e se decidir.

Quando se analisa o conjunto da reforma, percebe-se aspectos indiscutivelmente progressistas, no sentido ampliar direitos da classe trabalhadora e diminuir a concentração de renda e propriedade das frações de classe dominante. A jornada de trabalho, por exemplo, seria reduzida de 44 para 36 horas semanais, sendo proibida a imposição de horas suplementares ao trabalhador (art. 90); propunha-se também a criação de um sistema de seguridade social para o setor informal e para trabalhadores autônomos (art. 97);[211] reduzia-se a idade mínima para o exercício do voto, de 18 para 16 anos (art. 64); estabelecia-se a paridade de gênero nos organismos de direção e nas listas de candidatos e candidatas nas eleições (art. 67); proibia-se o financiamento de partidos por fundos do exterior de origem privada ou governamental (art. 67); proibia-se definitivamente o latifúndio e a especulação imobiliária (art. 307 e 18), estabelecendo constitucionalmente a promoção da agricultura ecológica (art. 305); por fim, o art. 318 eliminava um dos pilares neoliberais do controle do capital sobre a macroeconomia do país, ao retirar a autonomia do Banco Central e estabecer que caberia ao Presidente o poder de controlar as reservas internacionais do país (as quais seriam ainda limitadas para que o excedente fosse utilizado em projetos produtivos nacionais e internacionais). A reforma também ampliava o controle do estado sobre os hidrocarburantes presentes no seu território (art. 302 e 306), incorporando o gás natural no mesmo marco regulatório do petróleo; porém, os problemas referentes à figura-jurídica das empresas

[210] Todos as abstenções foram de deputados do partido social-democrata *Podemos*, que ensaiava um afastamento em relação ao governo.

[211] No tocante à redução da jornada de trabalho e da criação de um fundo previdenciário para os trabalhadores autônomos, deve-se ressaltar que a Constituição de 1999 já previa a seguridade social como um direito universal (art. 86), e que o Estado deveria promover a progressiva diminuição da jornada de trabalho (art. 90). O problema é que, ao longo do primeiro mandato de Hugo Chávez, nunca haviam sido aprovadas leis que garantissem esses preceitos constitucionais.

mistas – principal crítica dos setores nacionalistas à Constituição de 1999 – foram mantidos inalterados.

Talvez o aspecto mais importante da reforma, no sentido de criar um marco institucional para a construção do socialismo, diga respeito à criação de novas formas de propriedade e gestão de empresas. Na Constituição de 1999, o artigo 115 garantia que a propriedade privada era um direito, e que só poderia ser submetida à *contribuições*, *restrições*, *obrigações* ou *expropriações* em caso de interesse público, estabelecidos por lei (sendo que as expropriações demandariam também uma justa indenização). Na reforma apresentada pelo governo, o artigo modificava-se substancialmente.:

> Se reconocen y garantizan las diferentes formas de propiedad. La propiedad pública es aquella que pertenece a los entes del Estado; la propiedad social es aquella que pertenece al pueblo en su conjunto y las futuras generaciones, y podrá ser de dos tipos: la propiedad social indirecta, cuando es ejercida por el Estado a nombre de la comunidad, y la propiedad social directa, cuando el Estado la asigna, bajo distintas formas y en ámbitos territoriales demarcados, a una o varias comunidades, a una o varias comunas, constituyéndose así en propiedad comunal o a una o varias ciudades, constituyéndose así en propiedad ciudadana; la propiedad colectiva es la perteneciente a grupos sociales o personas, para su aprovechamiento, uso o goce en común, pudiendo ser de origen social o de origen privado; la propiedad mixta es la conformada entre el sector público, el sector social, el sector colectivo y el sector privado, en distintas combinaciones, para el aprovechamiento de recursos o ejecución de actividades, siempre sometida al respeto absoluto de la soberanía económica y social de la nación; y la propiedad privada es aquella que pertenece a personas naturales o jurídicas y que se reconoce sobre bienes de uso y consumo, y medios de producción legítimamente adquiridos.
> Toda propiedad, estará sometida a las contribuciones, cargas, restricciones y obligaciones que establezca la ley con fines de utilidad pública o de interés general. Por causa de utilidad pública o interés social, mediante sentencia firme y pago oportuno de justa indemnización, podrá ser declarada la expropiación de cualquier clase de bienes, sin perjuicio de la facultad de los Órganos del Estado, de ocupar previamente, durante el proceso judicial, los bienes objeto de expropiación, conforme a los requisitos establecidos en la ley.

Porquanto o caráter das novas formas de propriedade não estivesse suficientemente claro e debatido, elas apontavam para transformações de caráter socialista, principalmente quando conciliadas às mudanças propostas no artigo 70, que passava a tratar dos *"medios de participación y protagonismo del pueblo, en ejercicio directo de su soberanía y para la construcción del socialismo"*.[212] Isso porque, neste artigo, para além das formas de consulta popular e de Assembleias de Cidadãos e Cidadãs com participação direta e caráter vinculante (já previstas no texto constitucional de 1999), acrescentou-se também

[212] Na Carta de 1999, o artigo em questão falava apenas de "medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía", sem mencionar a construção do socialismo.

> los Consejos del Poder Popular (consejos comunales, consejos obreros, consejos estudiantiles, consejos campesinos, entre otros), la gestión democrática de los trabajadores y trabajadoras de cualquier empresa de propiedad social directa o indirecta, la autogestión comunal, las organizaciones financieras y microfinancieras comunales, las cooperativas de propiedad comunal, las cajas de ahorro comunales, las redes de productores libres asociados, el trabajo voluntario, las empresas comunitarias y demás formas asociativas constituidas para desarrollar los valores de la mutua cooperación y la solidaridad socialista.

Em outras palavras, a reforma consagrava constitucionalmente a organização dos trabalhadores em Conselhos Operários e Camponeses, estabelecendo ainda a gestão democrática de todas as formas de propriedade social. Como o artigo 115 estabelecia que o Estado poderia *"ocupar previamente, durante el proceso judicial, los bienes objeto de expropiación"*, isso significa que o governo teria mecanismos constitucionais para implantar imediatamente formas de gestão democrática em empresas expropriadas, mesmo antes do processo legal de expropriação e pagamento de indenizações – o que aceleraria e aprofundaria o processo de transformação nas relações produtivas (que, como veremos mais adiante, já vinha se dando pela ação direta do movimento operário, através de um processo de *ocupação de fábricas* pelos trabalhadores).

Em termos de direitos políticos, a Reforma consolidava as formas de autogoverno que vinham sendo implantadas (tais como os *Consejos Comunales*), que deveriam se converter em um novo Poder fundamental da República (o Poder Popular).[213] Contudo, a definição do novo Poder era confusa, apresentando uma gama de novas organizações populares a serem incorporadas ao Estado – tais como as "*comunas*" e o *"autogobierno de las ciudades"* – que até então ainda não haviam sido objeto de definição mais clara. Além disso, o principal problema enfrentado pelos Conselhos Comunais – isto é, sua dependência em relação à cúpula estatal – era mantido inalterado pelo artigo 156, que definia que caberia ao Poder Público Nacional a

[213] Pelos termos do artigo 136, o Poder Público passava a ser distribuído territorialmente da seguinte forma: "el Poder Popular, el Poder Municipal, el Poder Estadal y el Poder Nacional. Con relación al contenido de las funciones que ejerce, el Poder Público se organiza en Legislativo, Ejecutivo, Judicial, Ciudadano y Electoral. El pueblo es el depositario de la soberanía y la ejerce directamente a través del Poder Popular. Éste no nace del sufragio ni de elección alguna, sino de la condición de los grupos humanos organizados como base de la población. El Poder Popular se expresa constituyendo las comunidades, las comunas y el autogobierno de las ciudades, a través de los consejos comunales, consejos de trabajadores y trabajadoras, consejos estudiantiles, consejos campesinos, consejos artesanales, consejos de pescadores y pescadoras, consejos deportivos, consejos de la juventud, consejos de adultos y adultas mayores, consejos de mujeres, consejos de personas con discapacidad y otros entes que señale la ley. (Ver REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. *Anteproyecto Anteproyecto de Reforma Constitucional presentado por el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías*. Caracas, 2007)

"promoción, organización y registro de los Consejos del Poder Popular, así como el apoyo técnico y financiero para el desarrollo de proyectos socioeconómicos de la economía social, de acuerdo a las disponibilidades presupuestarias y fiscales". O texto ainda ressaltava que o aporte financeiro para o Poder Popular deveria estar em consonância com as políticas definidas pelo *Plan de Desarrollo Integral de la Nación*, cuja competência era de exclusividade do Presidente da República (art. 236). Nesses termos, a Reforma acabava não trazendo maiores avanços para a experiência concreta dos *Consejos Comunales*.

Em outros artigos, porém, havia retrocessos evidentes. A reforma aumentava significativamente a quantidade de assinaturas requeridas para a convocação dos referendos, plebiscitos e outras formas de consulta presentes na Constituição Bolviariana. Pela Carta de 1999, um Referendo Consultivo podia ser convocado desde que ratificado por 10% do número de eleitores do registro eleitoral correspondente; o Referendo Revogatório requeria 20% (com participação de no mínimo 25% dos votantes inscritos, para que o resultado fosse considerado válido); e o referendo ab-rogatório, que permitia recusar total ou parcialmente uma lei aprovada, requeria 10% (ou apenas 5%, no caso de decretos com força de lei aprovados pelo Presidente da República). Se aprovada a reforma, essas porcentagens subiriam para 20% no caso do referendo consultivo; 30% no Referendo Revogatório (com o aumento da participação exigida para 40%); e 30% para qualquer tipo de referendo ab-rogatório (seja referente a leis ou decretos presidenciais). Claramente, Chávez denunciava que, apesar de haver vencido o referendo revogatório de 2004, havia *sentido o golpe*, isto é, preocupava-se com a possibilidade da oposição utilizar-se dos mecanismos constitucionais para impedir o avanço do processo bolivariano. Contudo, na prática o governo acabou fortalecendo o discurso oposicionista, na medida em que a reforma constitucional que em teoria anunciava o Socialismo do Século XXI apareceu como um *recuo* – e não um avanço – nas formas de participação política direta já conquistadas em 1999.

É também indiscutível que a proposta do governo promovia uma concentração de poderes na Presidência da República. Em primeiro lugar, porque o mandato presidencial era ampliado de seis para sete anos, sem nenhum limite para a reeleição (até então, o presidente só poderia se reeleger uma única vez). A rigor, dar à população o direito de reeleger um presidente por um número indefinido de mandatos não conspirava contra o ideal da *democracia protagónica*; porém, deve-se ressaltar que o limite de reeleições foi mantido para todos os demais cargos (como o de governadores e

alcaldes). É como se, implicitamente, a proposta reconhecesse que a possibilidade de múltiplas reeleições era deletéria, mas que se *abriria uma exceção* para Chávez – certamente porque se imaginava que o processo bolivariano dependia de seu principal líder para seguir adiante. Como afirma Lander (2008: 145-146),

> Desde un punto de vista formal, si el argumento es que el pueblo es soberano y tiene el derecho a elegir a sus representantes por el tiempo que así lo desee, no parece haber justificación alguna para que esta medida se aplique sólo al Presidente de la República y no a los demás cargos públicos por elección popular.
> En términos más sustantivos, y en vista de que no se trata de un asunto doctrinario abstracto de la filosofía política, sino de una propuesta pensada y diseñada para una coyuntura política específica, la consolidación en el tiempo de un liderazgo incuestionado de una persona puede llegar a obstaculizar la creación de una cultura de debate plural y de profundización democrática. Con la posibilidad de la reelección indefinida del Presidente – dada la edad de Chávez – el tema de la creación de liderazgos de relevo desaparece del horizonte.

Ademais, o artigo 11 previa que o Presidente da República poderia *"decretar Regiones Estratégicas de Defensa a fin de garantizar la soberanía, la seguridad y defensa en cualquier parte del territorio y espacios geográficos de la República. Igualmente, podrá decretar autoridades especiales en situaciones de contingencia, desastres o cualquier otra que requiera la intervención inmediata y estratégica del Estado"*. O artigo 236, que mantinha o presidente como responsável pelas promoções militares em todos os níveis (algo já previsto na Constituição de 1999), estabelecia constitucionalmente a criação de uma Milícia Popular Bolivariana, ligada diretamente ao Executivo. Também se outorgava ao Presidente amplos poderes para redefinir a geografia política do país, criando novas unidades político-territoriais para as quais poderia ainda designar e remover as autoridades (art. 156).[214]

Do ponto de vista dos militantes mais fieis ao presidente, essas propostas possibilitariam a superação dos limites impostos pela permanência das divisões político-

[214] Pelos termos do artigo 156, caberia ao Executivo Nacional promover *"la ordenación y gestión del territorio y el régimen territorial del Distrito Federal, los estados, los municipios, dependencias federales y demás entidades regionales. (...) La creación, supresión, ordenación y gestión de provincias federales, regiones estratégicas de defensa, territorios federales, municipios federales, ciudades federales y comunales, distritos funcionales, regiones marítimas y distritos insulares.*
Los Estados se organizan en Municipios.
La unidad política primaria de la organización territorial nacional será la ciudad, entendida esta como todo asentamiento poblacional dentro del Municipio, e integrada por áreas o extensiones geográficas denominadas Comunas. Las Comunas serán las células geo-humanas del territorio y estarán conformadas por las Comunidades, cada una de las cuales constituirá el núcleo espacial básico e indivisible del Estado Socialista Venezolano, donde los ciudadanos y las ciudadanas comunes tendrán el poder para construir su propia geografía y su propia historia" As Disposições Transitórias da reforma já incluíam uma modificação importante neste sentido, ao acabar com a *Alcaldía Mayor de Caracas* (que contava com um alcalde eleito) em favor de um Distrito Federal, cuja autoridade máxima seria designada diretamente pela Presidência.

territoriais dadas pela institucionalidade liberal, ainda presentes na Constituição Bolivariana. Porém, em face da concentração de poderes na presidência, muitos governadores e alcaldes – inclusive da base do governo – se sentiram desprestigiados, vendo ameaçados seus próprios projetos poder (incluindo aí o desejo de também se reelegerem indefinidamente); por isso, deixaram de mobilizar esforços para a aprovação do referendo – o que acabaria tendo um impacto significativo nos resultados, dada a força de mobilização que os governos locais exerciam sobre a militância de base.

Mas talvez o ponto mais polêmico da reforma, que constituiu um dos principais focos das críticas da oposição (e mesmo de diversos setores do chavismo), dizia respeito à ampliação dos poderes do Presidente para decretar Estados de Exceção.

> En las modificaciones propuestas se suspendía en los estados de excepción el derecho al debido proceso, y el derecho a la información (art. 337). Se eliminaba igualmente el texto de la Constitución vigente de acuerdo con el cual en los estados de excepción se garantizaba el cumplimiento del Pacto Internacional de Derechos civiles y Políticos y la Convención Americana sobre Derechos Humanos (art. 339). Mientras que en la Constitución vigente se establecen límites temporales para cada uno de los tipos de estados de emergencia, en la propuesta de reforma se establecía que éstos "durarán mientras se mantengan las causas que los motivaron" (art. 338). Igualmente, se eliminaba la exigencia de que los estados de excepción fuesen sometidos al Tribunal Supremo de Justicia para que éste "se pronuncie sobre su constitucionalidad" (art. 339). (LANDER, 2008: 144)

Os deputados chavistas defendiam que essas medidas eram necessárias para impedir que a oposição promovesse novos golpes de Estado e/ou ações sabotadoras. Argumentavam que, se em 2002 Chávez pudesse intervir nos meios de comunicação e decretar um Estado de Exceção, tanto o golpe de 11 de abril quanto o *Paro Patronal* poderiam ter sido evitados.[215] Pesquisas realizadas durante aquele ano confirmavam que a popularidade do presidente mantinha-se no patamar de cerca de 60% (idem, ibidem: 134); contudo, seguramente uma grande parte dos apoiadores de Chávez também

[215] Dentre as várias declarações neste sentido, podermos citar a de Cília Flores, presidente da Assembleia Nacional, que afirmou: "Em momentos em que os mecanismos normais não são suficientes para estabelecer a ordem, como no caso de uma invasão ou golpe de Estado (...) nós, como defensores dos direitos humanos, poderemos limitar a informação para garantir esses direitos". Na mesma linha, pronunciou-se Roberto Hernandez, vice-presidente da Assembleia Nacional, em declação ao *El Universal*: "Se em 2002 pudéssemos ter suspendido esses direitos [no caso, o direito de funcionamento livre dos meios de comunicação], a situação haveria sido diferente". Também Vladimir Villegas, vice-ministro de Relações Exteriores e deputado constituinte em 1999, declarou que "Precisamente o golpe de 11 de abril evidencia a necessidade de que a informação flua sem limitações. Recordemos que, naquela oportunidade, os meios de comunicação pretendiam manter silêncio [sobre o fato de] que o cordão constitucional estava quebrado"
(ver reportagem da BBC Brasil, disponível em http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/10/071016_venezuelajardim.shtml, acesso em 16 de janeiro de 2017)

mantinha a convicção de que o Socialismo do Século XXI não deveria repetir os erros de experiências passadas, e que, portanto, seu caráter e a maneira como ele deveria ser construído demandariam um debate mais amplo e aprofundado, com participação popular *desde abajo*. O governo, porém, seguiu a mesma lógica centralizadora que já orientava a conformação do PSUV, não reservando *espaço* e *tempo* suficiente para que a militância de base conhecesse e debatesse os 69 artigos da reforma, que implicavam em uma profunda tranformação no país. De todo modo, talvez não tenha sido o *conteúdo* dos artigos propostos, mas a *forma* pela qual o governo pretendeu aprová-los que fortaleceu a sensação de que a reforma refletia uma inflexão autoritária do governo.

> Lejos de ser el producto de amplios procesos de participación popular en los más diversos ámbitos, la propuesta fue, en lo fundamental, el producto de meses de trabajo de una comisión presidencial, cuyo compromiso de confidencialidad hizo que la propuesta sólo fuese dada a conocer una vez que ésta estaba elaborada, y revisada por el Presidente "hasta la última coma". La segunda fase de elaboración, en la cual la Asamblea Nacional más que duplicó el número de artículos a modificar, tampoco puede de modo alguno ser caracterizada como de genuina participación popular. El breve tiempo en el cual se debatió la propuesta en la campaña electoral – un mes –, y el carácter referendario que la consulta asumió – a favor o en contra de Chávez – dificulto enormemente tanto el conocimiento de los contenidos específicos de la reforma y sus implicaciones, como la posibilidad de un genuino debate participativo con capacidad de incidir sobre la versión final de la propuesta. De esta manera, lejos de impulsarse el fortalecimiento de modalidades participativas de la democracia, ésta quedó en lo fundamental reducida a una dimensión plebiscitaria: votar a favor o en contra de una reforma que había sido elaborada desde arriba. Expresado en términos que han pasado a formar parte del vocablo común de la política venezolana en estos años, se fortalecía por esta vía al poder constituido en su relación con el poder constituyente. Esto fue indudablemente una fuente de malestar, una de las razones por las cuales esta propuesta, para muchos, no sólo no fue asumida como propia, sino como contraria a sus expectativas de participación. (LANDER, 2008: 136)[216]

Esses fatores favoreceram a mobilização da oposição, que sempre denunciara que Chávez pretendia, através da consigna do Socialismo do Século XXI, perpetuar-se no poder de forma autoritária e centralizada. À época, os setores oposicionistas ensaiavam uma renovação em suas táticas e atores fundamentais. A ocasião para isso se deu em princípios de 2007, quando Chávez se recusou a renovar a concessão da *Radio Caracas de Televisión* (RCTV), sob a justificativa que a empresa não cumpria a *Ley de Responsabilidad Social en Radio y Televisión*. Em tese, a concessão seria dada aos movimentos sociais para a criação da *Televisora Venezolana Social*, que deveria se

[216] Em nota, o próprio Lander faz questão de ressaltar que *"Esta percepción de déficit democrático puede ser entendida como una consecuencia de la experiencia política de estos años en que expectativas crecientes de democracia participativa se han instalado en amplios sectores de la población. Hace una década, una consulta referendaria sobre una reforma constitucional hubiese sido celebrada como una conquista democrática"*. (LANDER, 2008: 136, nota 9)

tornar um grande canal de TV comunitário e autônomo; na prática, porém, a RCTV deu lugar a um novo canal estatal de baixo orçamento, cuja qualidade era muito inferior à do tradicional Canal 8 e do canal por assinatura *Telesur*.

A atitude de Chávez contra a RCTV desencadeou uma nova onda de protestos oposicionistas, que se mobilizaram contra o que seria uma tentativa do governo de "calar as vozes da oposição" e "implantar a censura". Dessa vez, porém, os protestos não foram protagonizados por velhas lideranças da IV República e/ou militares de alta patente, mas sim por jovens conservadores, geralmente oriundos da *Universidad Católica Andrés Bello* (UCAB), que se apresentavam como "ativistas independentes" da sociedade civil. Através de novas organizações como o *Proyeto Latytud,* o *Un Mundo Sin Mordaza* e o *Movimiento Joven de Venezuela*,[217] a oposição renovou-se por meio do apelo à juventude, operacionalizado principalmente com o recurso à Internet como ferramenta de organização – graças à qual as novas organizações estudantis oposicionistas puderam estabelecer conexões internacionais com outros movimentos semelhantes ao redor do mundo, recebendo apoio direto dos EUA.[218] Conciliados aos

---

[217] Tanto o *Proyecto Latytud* (liderado pela estudante Geraldine Alvarez) quanto o *Un Mundo Sin Mordaza* (liderado pelo ex-líder estudantil Rodrigo Diamante, então já formado em Economia) tinham origem na UCAB e se formaram em resposta ao cancelamento da concessão da RCTV. Já o *Movimiento Joven de Venezuela* (liderado pelo estudante de direito Yon Goecoechea) se formou logo depois, para se contrapor à proposta de Reforma Constitucional apresentada naquele ano por Chávez.

[218] Em dezembro de 2008, na cidade de Nova York, o Departamento de Estado dos EUA promoveu a *Alliance for Youth Movements* (AYM) – uma conferência de cúpula com representantes de grandes empresas de mídia e tecnologia digital de informação, como a *Facebook, Howcast, MTV, Google, Youtube, AT&T, JetBlue, Gen-Next, Access 360 Media, ABC, Fortune Magazine, MSNBC, CNN, Webbmedia Group*, dentre outras (sobre os participantes da conferência, ver ALLIANCE OF YOUTH MOVEMENTS. Summit 2008, New York City, Howcast, 2008). Além dessas empresas, também participaram instituições como a Faculdade de Direito de Columbia e organizações como a *Hoover Institution* – think-tank da Universidade de Stanford, especializado em política externa – e a *Freedom House* – conhecida organização conservadora estadunidense, ligada ao Partido Republicano. Geraldine Alvarez, Rodrigo Diamante e Yon Goecoechea, líderes dos novos movimentos oposicionistas venezuelanos, tiveram papel destacado nessas conferências, fazendo da Venezuela um laboratório de novas formas de intervenção política imperialista que, posteriormente, seriam "exportadas" para outros países – inclusive o Brasil, onde organizações como o *Movimento Brasil Livre* (MBL) e o *Revoltados OnLine*, surgidos no contexto do golpe jurídico-parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseuf, apresentariam características semelhantes de apoio internacional e uso da Internet.

Participaram das conferências da AYM movimentos sociais de diferentes países (como Venezuela, Colômbia, Turquia, Sudão, Cuba, Líbano, dentre outros), que sempre apresentavam no uso da Internet um aspecto diferencial de sua organização. A se levar em consideração os principais palestrantes da I Conferência da AYM, tudo leva a crer que a proposta nasceu na campanha de Barak Obama à presidência dos EUA – que se destacou justamente pelo apelo aos jovens e às redes sociais (três assessores da campanha de Obama destacaram-se entre os oradores do evento: Joe Rospars, Scott Goodstein e Sam Graham-Felson). O objetivo declarado da AYM era promover a "capacitação" de jovens para o ativismo político, através do uso inovador das redes sociais e de estratégias de ativismo de rua desenvolvidas no Leste Europeu, no contexto das chamadas "Revoluções Larajas". Embora o discurso dos participantes falasse em "defesa da Democracia" e dos "Direitos Humanos", na prática discutiu-se nesses fóruns como as novas tecnologias poderiam ser utilizadas para catalisar mudanças políticas em países nos quais os interesses dos EUA estivessem, de alguma forma, ameaçados. Dessas conferências nasceria o

erros do governo, a atuação bem-sucedida dessas novas organizações oposicionistas seria fundamental para a derrota chavista de dezembro de 2007. O "não" à reforma constitucional obteve 50,65% dos votos, contra 49,95% do "sim" – diferença que, num universo de 8.926.120 participantes, representou apenas 116.868 votos (SEABRA, 2014: 160).

Chávez reconheceu a derrota, atribuindo-a principalmente ao abstencionismo nas fileiras bolivarianas. De fato, a oposição não conseguiu ampliar a votação que obtivera nas eleições de 2006, e a abstenção foi maior nos setores populares do que naqueles de classe média ou alta, dominados pela oposição (LANDER, 2008: 134). Tudo indicava que a dinâmica vertical e burocratizada da alta cúpula do governo, associada à falta de apoio dos governos chavistas locais, haviam sido determinantes para os resultados. Obviamente, também contribuiu a campanha sistemática dos meios de comunicação e a mobilização renovada das organizações oposicionistas, além de problemas de desabastecimento de gêneros que ocorreram às vésperas do referendo.[219] Também merece menção o fato de que mesmo algumas forças da esquerda venezuelana se mobilizaram contra a aprovação da reforma.[220]

Movements.org, uma organização patrocinada por multinacionais estadunidenses (como o Google, Facebook, National Geografic, dentre outras), que se apresenta como "facilitadora" de ativistas "independentes" ao redor do mundo (ver em http://www.movements.org/case-study - acessado em 30/06/2013). O que está subjacente ao discurso dos movimentos ligados ao Movements.org é a "domesticação" do ativismo juvenil, visando sua conversão em um instrumento de manutenção e aprofundamento da ordem do capital e da posição hegemônica dos EUA. O eixo central da estratégia é se aproximar da juventude (geralmente mais disposta à utilização das redes sociais) estimulando uma visão de democracia limitada e compatível com a reprodução do sistema capitalista; para tanto, o inimigo a ser combatido seriam os Estados e/ou governos supostamente "autoritários", considerados de forma apartada da sociedade civil (na qual não se identificam interesses de classe).

[219] Segundo a BBC de Londres, por exemplo, *"en 2007 ya Venezuela enfrentó un período de desabastecimiento grave, que influyó para que Chávez perdiera un referéndum para reformar la Constitución. Las colas para comprar leche jugaron su papel en el resultado electoral"* (ver http://www.bbc.com/mundo/noticias/2011/12/111215_venezuela_economia_escasez_desabastecimiento_leche_jp.shtml, acessado em 26 de janeiro de 2017). Mais adiante trataremos especificamente das causas do desabastecimento de bens de consumo ocorrido na Venezuela, durante o processo bolivariano.

[220] Por ocasião do referendo, um setor da esquerda bolivariana, ligado à *Corriente Clasista, Unitaria, Revolucionaria Y Autónoma* (C-CURA) – organização trotskista de origem sindical, liderado por Orlando Chirinos – rompeu definitivamente com o governo, declarando-se contrários à reforma e classificando Chávez como um instrumento da burguesia local e do imperialismo. É discutível o peso dessa cisão no resultado final (certamente, os erros do próprio governo tiveram uma influência muito maior na derrota); mas a pequena diferença de votos autoriza dizer que o posicionamento de todas as forças políticas da Venezuela acabou sendo relevante para os resultados. Após o referendo, a C-CURA se esforçou em apresentar a derrota do governo como uma vitória "do povo, dos trabalhadores e do processo revolucionário" (http://www.aporrea.org/ideologia/a46759.html, acesso em 19 de janeiro de 2017); mas, ao mesmo tempo, as ruas foram tomadas pela oposição, que comemorava justamente o oposto: a derrota do Socialismo do Século XXI. Com o tempo, a C-CURA alijou-se cada vez mais das massas, e hoje em dia é um grupamento com pouca influência no meio operário venezuelano (tendo inclusive se aproximado de setores oriundos da AD). No último capítulo trataremos com maior profundidade na caracterização das diferentes correntes políticas do PSUV e do meio sindical venezuelano.

Outro fato importante a ser considerado foi a maneira pela qual os artigos da reforma foram apresentados à consulta pública. A reforma foi dividida em dois blocos: o bloco A, que reunia os 33 artigos apresentados originalmente por Chávez, mais 13 propostos pela Assembleia Nacional; e o bloco B, com os 23 artigos restantes (todos propostos pelo Legislativo). Os artigos que versavam sobre os direitos sociais e trabalhistas foram agrupados no primeiro bloco, juntamente com a proposta de reeleições ilimitadas para a presidência; no bloco B estavam os artigos mais polêmicos, que diziam respeito à concentração de poderes no âmbito do Executivo Nacional. Para a oposição, tratava-se de uma estratégia do governo para se perpetuar no poder, mediante o uso dos ganhos em direitos sociais (muitos dos quais, como vimos, poderiam ser implementados nos marcos constitucionais de 1999) para a aprovação do artigo referente à reeleição, que constituiria o verdadeiro e principal objetivo de Chávez. De fato, é inegável que, nas condições concretas da correlação de forças políticas da Venezuela, os próprios chavistas consideravam que uma nova candidatura de Chávez, em 2012, era imprescindível para garantir o avanço do processo revolucionário. Após a derrota, muitos partidários do governo avaliaram que haveria sido melhor se a proposta fosse desmembrada em maior número de blocos, ou que se apresentasse um menor número de artigos no total. Também é certo que, ao menos em termos táticos, foi um erro não incluir os governadores e alcaldes na proposta de reeleições ilimitadas.

Nas semanas que sucederam à derrota, diminuiu sensivelmente o clima de intolerância à dissidência no âmbito do chavismo, abrindo-se mais espaço para o debate.

> Hasta la derrota del gobierno en el referéndum celebrado en diciembre de 2007, el movimiento chavista constantemente aplazó el debate interno y la autocrítica. En reuniones (como las de los batallones socialistas del PSUV) y las discusiones en los medios de comunicación chavistas, surgieron dos posiciones sobre los resultados electorales desfavorables de 2007. Algunos chavistas, e inicialmente el mismo Chávez, centraron su análisis en tácticas erradas, así como el exceso de confianza de los chavistas y los errores de comuncación. Ellos también culparon a una campaña de desinformación diseñada por los adversarios del gobierno. Una segunda posición hizo hincapé en las implicaciones mayores de la derrota y fue defendida por chavistas en todos los niveles, y disidentes como el diputado nacional del estado Táchira, Luis Tascón, y también intelectuales asociados con el movimiento, como Heinz Dietrich. Estos chavistas atribuyeron la derrota a errores de política y estrategia cometidos durante un período de tiempo, y particularmente a que los funcionarios chavistas electos en el escenario local y estadal no lograron garantizar la eficiencia de su gestión. Algunos chavistas críticos afirmaron que miembros de la tendencia moderada del movimiento chavista, conjuntamente con los burócratas chavistas, que temen al proceso de radicalización, habían trabajado clandestinamente contra la aprovación del referéndum. Al inicio del año 2008, Chávez modificó su posición y solicitó un debate abierto dentro de su movimiento y, por primera vez, reconoció la existencia de corrientes internas de opinión y la necesidad de aprovecharse de ellas en vez de suprimirlas (ELLNER, 2014: 173-174)

A seu favor, Chávez pôde apresentar o respeito aos resultados como prova de que, a despeito das inflexões centralizadoras ocorridas nos anos precedentes, ele continuava fiel ao princípio de que o Socialismo do Século XXI seria implantado democraticamente, respeitando-se a vontade manifesta institucionalmente pela população. Contudo, não há dúvidas de que a derrota no referendo permitiu um avanço da oposição no terreno *subjetivo*, na medida em que puderam propagar a ideia de que a maioria dos venezuelanos havia *votado contra o socialismo*. Para Pablo Cormenzana, militante da *Corriente Marxista Revolucionária* (que militava pela conformação de conselhos operários e apoiava a aprovação do referendo), a derrota significou um indiscutível revés no que tange à transformação nas relações produtivas.

> En aquel entonces pensábamos (y aún continuamos haciéndolo) que no era necesaria la reforma para avanzar en el camino hacia el socialismo, bastaba que el presidente hubiera decretado una serie de medidas revolucionarias como la expropiación de las grandes industrias, de la banca y de la tierra, acompañadas con el control de las mismas por parte de obreros y campesinos, para que la revolución hubiese dado un salto gigantesco hacia su victoria final. La correlación de fuerzas era tan favorable en ese momento para la revolución que la reacción no hubiese podido disparar un petardo siquiera para oponerse y, por otra parte, hubiera despertado una gran movilización entre las masas para apoyarlas, pero el fetiche legalista de los reformistas que rodean al presidente, aunado con su falta de confianza en la clase obrera, optaron por la vía que para ellos es más "realista". Aun así era lo que había y, como decíamos antes, su aprobación igualmente hubiera significado un avance, no tan profundo como hubiésemos querido ni como lo hubiésemos hecho nosotros, pero avance al fin. (CORMENZANA, 2009: 164)

4.4 - Em busca de um novo modelo econômico

Vimos que Chávez, inicialmente, buscou embasar sua política econômica no conceito de *Desarrollo Endógeno*, defendido por economistas neodesenvolvimentistas da Cepal. Entretanto, sempre houve uma disputa de sentido no governo, acerca do que significava – ou deveria significar – esse conceito. Na interpretação de Parker, o *desarrollo endógeno* foi utilizado principalmente como uma chave para integrar iniciativas focalizadas de *"desarrollo local sustentable"*, que vinham sendo implementadas, em uma política de Estado para o conjunto da economia nacional.

> Hay referencias a los autores [O. Sunkel, L. Vera, etc] (...) pero queremos evidenciar que no se trata ni de un "plan", ni mucho menos de una "teoría". Se trata más bien de un horizonte, una consigna que surgió en busca de una respuesta popular, aunque ya cuenta con un conjunto de reflexiones que nos pueden servir de guía. Consideramos que el "desarrollo endógeno" venezolano no es una alternativa teórica ya empaquetada como "modelo alternativo", listo para su aplicación. Es más bien una manera de referirse a la búsqueda de un camino. (PARKER, 2007: 4)

Parker toma por base o documento *Declaración de Pozo de Rosas*, elaborado pelo *Ministério de la Produción y el Comércio* em 2003, para debater as linhas gerais do governo Chávez em relação à política econômica, após a crise do *Paro Petrolero*. O texto não chegou a ser publicado e circulou de forma mimeografada, pouco antes do governo anunciar sua adesão ao conceito de *desarrollo endógeno* (das 125 páginas do documento, o conceito só aparece nas 20 primeiras, que provavelmente foram acrescentadas depois). No geral, o documento não se distancia muito da proposta cepalina defendida pelo governo Chávez em início de mandato: defendia a potencialização da indústria privada; a intervenção estatal para "formular" e "coordenar" as políticas industriais; o aproveitamento das "vantagens comparativas"; o "enfoque competitivo"; etc. Também deixa clara a defesa da propriedade e da economia de mercado.

> El Ministerio de la Producción y el Comercio, y dentro de los principios consagrados en la Constitución, ha formulado una política industrial orientada al *desarrollo competitivo* del sector en base a la *conversión de ventajas comparativas en competitivas*, que facilite los grandes objetivos estratégicos de reactivación, reconversión y la reindustrialización.(...) [con] el enfoque competitivo de cadenas productivas integradas y parques industriales. Este enfoque prevé la sustitución eficiente de importaciones y la promoción de exportaciones en el mediano y largo plazo (…) Se trata de un esfuerzo conjunto de cara al interés nacional para lograr la diversificación e integración productivas e *inserción competitiva del aparato industrial en el mercado internacional*, convirtiéndolo en motor del desarrollo económico nacional en el mediano y largo plazo. (...) La política industrial venezolana se orienta a promover un *marco competitivo* que *potencie la iniciativa privada* sin descartar la participación fundamental del estado cuando sea necesario para *corregir las imperfecciones del mercado* y en especial como formulador, ejecutor y coordinador de políticas, bajo el principio de: *tanto mercado como sea posible y tanto estado como sea necesario*. Se trata de reducir los costos de transacción e incertidumbre, promover la difusión oportuna de las nuevas tecnologías a todo el aparato productivo, fortalecer el recurso humano, *garantizar los derechos de propiedad*, dotar de infraestructura y servicios adecuados y crear o fortalecer las externalidades positivas en general (Ministerio de la Producción y el Comercio, 2003, p.3 apud PARKER, 2007: 6, grifos meus).

Segundo o documento, o governo pretendia impulsionar oito cadeias setoriais de produção: alumínio; couro-cortiça, calçados e afins; polímeros-oleaginosos-plástico; siderurgia metalúrgica; florestal; hidrocarbonetos; algodão-textil-confecção; e o setor automotivo. Parker chama a atenção que, em quatro desses setores, não há a participação de empresas estatais; nos outros quatro, o objetivo era promover a atividade privada em colaboração com as estatais. Ou seja, *"el eje central de la propuesta era crear condiciones propicias para el despliegue de la actividad privada"* (PARKER, 2007: 8). Em outras palavras, o governo seguia apostando nas mesmas

políticas econômicas de antes, como se o *Paro Patronal* simplesmente não tivesse ocorrido.

Ocorre que a intransigência da oposição e do setor empresarial deslegitimava qualquer "política industrial" no sentido tradicionalmente defendido pelos economistas neodesenvolvimentistas – isto é, que prevessem um protagonismo empresarial, em parceria com o Estado. É necessário ter presente um fato que, muitas vezes, é negligenciado pelos autores que analisam o processo bolivariano: mesmo após a derrota do locaute de 2002-2003, o conjunto das frações empresariais retomou suas atividades apenas ao nível mínimo necessário para evitar o completo colapso de seus ativos econômicos. Em outras palavras, podemos dizer que *o Paro Patronal de 2002-2003 se prolongou ao longo do tempo, através da manutenção de capacidade ociosa nas indústrias privadas e outras formas de "sabotagem" econômica*. Houve muitos casos de empresas que permaneceram fechadas, mesmo após a derrota do locaute. No conjunto, o grande capital venezuelano e seus associados internacionais se recusaram a ampliar o volume de produção de suas empresas em todo o governo Chávez.

Os dados do Banco Central da Venezuela mostram que os diferentes setores da economia apresentavam, em 2011, um volume de produção muito próximo ao de 1997 – o que não se justificaria, tendo em vista a recuperação dos preços do petróleo e a disposição manifesta do governo em estimular a iniciativa privada. Abaixo temos os dados separados por setor, seguido de um gráfico com o índice geral da produção manufatureira privada, em volume.

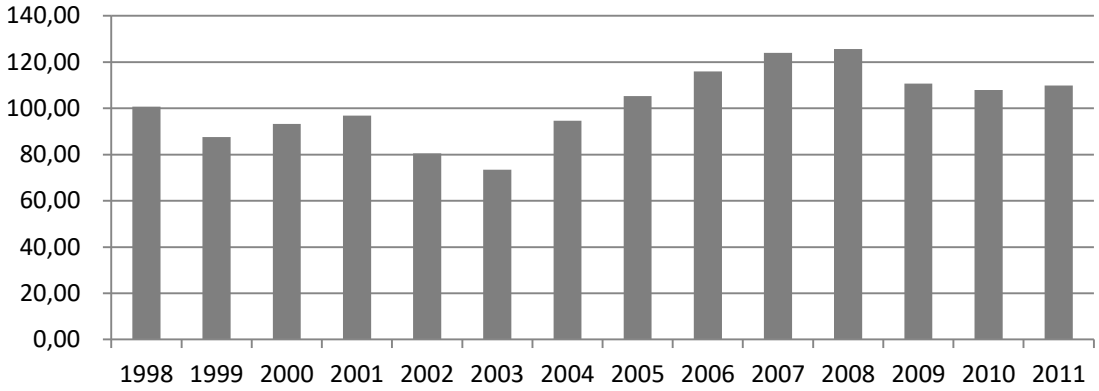
TABELA 3 - Indústria manufatureira privada
Índice de volume da produção
(Base 1997 = 100)

	Alimentos bebidas e tabaco	Productos têxteis	Vestuário	Artigos de couro e calçados	Madeira e cortiça	Papel
2011	127,71	68,30	67,88	57,90	105,43	157,56
2010	134,70	71,82	66,68	50,20	101,30	135,36
2009	126,89	67,74	55,71	59,67	117,77	127,59
2008	130,43	71,97	69,63	74,18	158,96	122,08
2007	125,29	74,81	61,19	66,20	150,99	107,01
2006	114,68	72,53	56,01	57,44	142,60	101,93
2005	102,39	69,71	53,06	62,94	150,00	92,49
2004	95,36	57,99	50,49	66,08	153,36	93,08
2003	88,08	39,37	30,70	31,79	76,20	81,11
2002	100,22	36,54	36,82	36,68	102,30	80,69
2001	107,40	50,07	79,86	60,72	98,56	86,27
2000	101,63	49,47	83,59	60,65	93,15	88,43
1999	96,32	46,86	80,47	66,20	92,17	87,01
1998	104,93	87,52	79,89	89,28	96,46	90,22

	Edição, impressão e gravações	Produtos químicos	Borracha e plástico	Minerais não metálicos	Metais comuns	Produtos de metal
2011	206,22	127,51	120,00	82,77	80,39	74,56
2010	175,22	125,44	109,77	95,84	69,94	85,62
2009	180,38	117,50	125,52	91,78	111,23	95,22
2008	198,06	123,64	155,67	146,52	181,51	116,68
2007	188,92	125,39	160,38	140,78	202,88	123,77
2006	175,29	121,80	129,00	121,23	190,37	126,34
2005	161,81	117,64	101,70	108,30	180,39	109,07
2004	140,00	107,07	87,28	99,96	179,78	82,18
2003	96,32	75,81	66,73	80,99	147,21	67,32
2002	96,10	78,22	67,74	84,65	150,04	72,67
2001	104,17	96,55	90,51	96,69	150,33	99,23
2000	97,88	93,02	85,51	89,37	158,09	89,06
1999	94,26	93,67	67,60	88,59	142,49	75,07
1998	108,65	91,59	89,76	107,15	179,38	92,60

	Máquinas e equipamentos	Máquinas e aparatos elétricos	Veículos automotores, reboques e semireboques	Móveis, industriais
2011	57,49	63,41	59,90	110,15
2010	68,23	51,65	60,46	94,28
2009	79,97	45,96	71,24	144,52
2008	94,44	45,36	73,68	162,91
2007	89,47	48,34	81,98	150,45
2006	105,45	49,62	82,10	140,27
2005	83,74	40,32	74,19	121,60
2004	72,03	33,32	54,95	96,75
2003	42,48	30,49	24,99	62,00
2002	53,70	36,72	42,13	70,54
2001	86,20	46,33	71,12	109,00
2000	83,36	58,92	57,06	113,45
1999	72,89	65,55	52,82	101,09
1998	112,29	82,17	77,66	103,45

Gráfico 4 - Índice geral do setor manufatureiro privado, em volume de produção
(base 1992 = 100)



(fonte: Banco Central da Venezuela – ver http://www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp)

Os dados mostram que só houve crescimento nos setores privados diretamente relacionados à demanda estatal ou à própria indústria petroleira (a única exceção é o setor de alimentos, bebidas e tabaco, cujo crescimento mais provavelmente se relaciona

ao aumento do poder aquisitivo do trabalhador venezuelano). A maior demanda por papel e o estímulo à indústria de gravações e impressões, por exemplo, estão diretamente relacionados ao processo bolivariano em si mesmo, já que a mobilização popular impulsionou a publicação e o comércio de livros, panfletos, apostilas, *cd's* de música popular venezuelana, etc, sendo que o próprio Estado era, muitas vezes, o principal comprador desses produtos (que depois eram revendidos nas *Librerias del Sur* ou mesmo distribuídos gratuitamente). Chegou a ser comum encontrar nas ruas venezuelanas camelôs que sobreviviam da venda de obras clássicas do marxismo e da esquerda em geral, além de exemplares da Constituição Bolivariana e pequenos livros contendo as novas leis do país (cujos compradores não eram apenas estudantes de Direito, mas todo tipo de pessoa). Além disso, o crescimento do setor petrolífero estimulou a indústria privada de produtos químicos e plástico, que apresentou um pequeno crescimento no período. Mas, mesmo nesses setores, o crescimento foi irregular: alimentos, bebidas e tabaco descresceram durante os anos do *Paro Patronal*; o setor de edições e gravações manteve-se relativamente estagnado até 2004; a indústria de papel só cresceu realmente após 2008; etc.

Em todos os demais setores da indústria privada, o retrocesso foi muito significativo. A produção de veículos chegou a cair 76% em 2003, se comparada ao volume produzido em 1997; até 2011, o setor seguiu oscilando sempre muito abaixo de da capacidade de produção apresentada antes da ascensão de Chávez. A indústria de Aparatos Elétricos perpassou quase todo o período produzindo menos da metade da capacidade de 1997 (o que contribuiu para as crises no fornecimento de energia, enfrentadas pelo governo). A produção de têxteis e vestuário descresceu em mais de 30%, sendo que em alguns anos caiu mais de 60%. O setor de Máquinas e Equipamentos apresentou uma queda de mais de 40% no período. A produção de calçados, couro, madeira, cortiça e produtos de metal permaneceu estagnada ou caiu em relação ao ano base.

Cumpre apresentar algumas observações sobre os setores de mineração e produção de metais, todos baseados fundamentalmente nas indústrias básicas da região de Guayana, no estado Bolívar, ao leste do país. No caso dos metais comuns, houve resultados positivos até 2008, quando a luta operária em Guayana finalmente conseguiu reverter a privatização da *Siderúrgica del Orinoco* (Sidor); a partir de então, porém, as diversas sabotagens contra as experiências de controle operário no setor siderúrgico levaram a produção a uma rota de queda que permanece até os dias de hoje. No caso dos

minerais não metálicos, há um momento de crescimento que coincide justamente com as experiências de controle operário e *cogestión* implementadas nas indústrias estatais de alumínio (as quais eram clientes de outras empresas mineradoras privadas); mas, quando essas experiências entram em crise, a produção neste setor começa também a retroceder.

Esses casos serão analisados com maior profundidade no capítulo 5; por ora, cumpre ressaltar os fatores que permitem aos empresários venezuelanos manter uma política de estagnação produtiva que, em outras circunstâncias, os levaria inevitavelmente à falência. Na Venezuela, isso não ocorre porque a economia é extremamente oligopolizada, com praticamente todos os setores mais importantes da indústria controlados por poucas multinacionais ou grupos de origem local. A queda nos níveis produtivos não se traduz proporcionalmente em uma queda nas taxas de lucros, porque é muito fácil ao grande capital local e estrangeiro – ou às associações entre eles – especular com os preços em seus respectivos mercados, já que os controlam em condições de monopólio. Além disso, os grupos dominantes podem simplesmente redirecionar seus excedentes de capital para a compra de ativos negociados no mercado financeiro (venezuelano e internacional). A economia e a sociedade como um todo só não entraram em imediato colapso porque a escassez de gêneros, gerada pelo parco investimento produtivo, é compensada pelo aumento das importações – as quais são intermediadas pelos mesmos oligopólios, que sempre mantém parte de seu capital no comércio de artigos importados.

> Nosotros tenemos otra característica en la economia venezolana muy terrible. No solamente tenemos una gran dependencia de la renta petrolera, sino que también todo lo que se hace aqui, todas las actividades económicas de Venezuela están cartelizadas, monopolizadas, oligopolizadas. Entonces, acá siempre es una o dos grandes empresas la que controlan la mayoria de los mercados (...) tienen por lo tanto un enorme poder de fijar el precio y de fijar la cantidad a distribuir. Por eso es que no es nada descabellado concluir que acá en Venezuela existe de hecho una Guerra Económica, dado que el fenómeno de desabastecimiento programado lo pueden hacer las empresas que quieren hacerlo, porque tienen el poder de mercado por el controle monopólico que tienen del mismo (...) en cualquier producto que tu mencione: cerveza, salsa tomate, mayonesa, harina, pasta, calzado, textiles, etc. Me interé esa semana que hay una crise de levadura, para hacer el pan. (...) Resulta que la levadura la fabrica en Venezuela una sola fábrica, una sola empresa. Toda la levadura, para todas las panaderias del país – el resto se importa de Colômbia, lo que no satisface esa empresa. Si esta empresa quiere sabotear el proceso de suministro de pan a la población, para que se moleste y viene un estallido social (...) lo que hacen es dejar de producir levadura, o desorganizar el proceso de distribuición de levadura, o dicen que hace falta no sé que cosa, que no ha llegado, etc, etc. Y comienza deliberadamente a afectar la distribuición de levadura. (Luis Enrique Gavazut Bianco)[221]

[221] Entrevista ao autor em 28 de janeiro de 2015.

O principal fator estrutural da economia venezuelana que corrobora para essa extrema concentração de capitais é a facilidade com que as grandes empresas, graças à renda petrolífera, obtêm acesso a dólares a um custo muito baixo. Mesmo durante o governo Chávez, a distribuição de divisas oriundas da renda petroleira – sem a qual a maior parte da economia simplesmente não tem como funcionar, dado o fato de que as empresas importam quase todos o seus insumos, maquinários, bens intermediários, etc – continuou extremamente concentrada. Entre 2004 e 2012, um total de 10.374 empresas receberam dólares a preços preferenciais, através da *Comisión de Administración de Divisas* (CADIVI).[222] No total, foram 1.728.376 solicitações para compra de dólares, o que resulta em uma média de 167 solicitações por empresa (ou 19 por ano). Porém, as 100 empresas que mais receberam divisas neste período tiveram aprovadas 388.529 solicitações; isso significa que, neste grupo restrito, o governo autorizou uma média de 36 solicitações de compra de dólares a cada mês, ao longo de 9 anos (ou seja, mais de 1 por dia). Dos cerca de 180 bilhões de dólares distribuídos pelo CADIVI entre 2004 e 2012, as 100 empresas que mais receberam ficaram com 45% to total – sendo que 85% delas são filiais de multinacionais estrangeiras. (BIANCO, 2014)[223]

---

[222] Desde 1996, o regime cambiário venezuelano funcionou através de um sistema de bandas cambiais controlado pelo BCV. O sistema foi mantido até 2002, e durante esse período a economia venezuelana seguiu estruturalmente muito aberta, sujeita a fuga de capitais e choques abruptos que comprometiam de uma hora para outra o controle inflacionário. Parte dessa fuga de capitais certamente se motivou por razões políticas; mas, mesmo quando o investidor não estava deliberadamente interessado em prejudicar o governo, ele evitava manter ativos em bolívar, por imaginar que mais cedo ou mais tarde o BCV seria forçado a abandonar o sistema de bandas cambiais – como, de fato, ocorreu em fevereiro de 2002, num contexto de perda de competitividade da economia, encarecimento dos produtos produzidos na Venezuela e baixo desempenho econômico, apesar dos ingressos substanciais de petrodólares. Em 2004, foi criada a *Comisión de Administración de Divisas* (CADIVI), órgão que durante o governo Chávez se responsabilizou pela venda de dólares no mercado interno, através de um sistema de câmbio fixo com taxas definidas pelo governo. O CADIVI foi extinto em 2013, no governo Maduro, para dar lugar ao *Centro Nacional de Comercio Exterior* (CENCOEX), que, no entanto, manteve uma política semelhante. A partir de 2015, a Venezuela passou a contar com um sistema híbrido, baseado no CENCOEX – que manteve a venda de divisas a preços fixos, para alguns setores – conciliado com o *Sistema Marginal de Divisas* (SIMADI), controlado pelo BCV, que implantou formas de câmbio flutuante para o restante da economia.

[223] As informações referentes aos dólares distribuídos pelo CADIVI foram compiladas (a partir de dados oficiais) pelo *Movimiento De Batalla Social Punta De Lanza*, coordenado por Luis Enrique Gavazut Bianco. Concluída em 2014, a pesquisa deu origem ao documento *"Dólares de maletín, empresas extranjeras y modelo económico socialista: un análisis inédito que le sorprenderá"*, que se tornou objeto de debate nacional na Venezuela a partir de sua publicação no sítio eletrônico *Aporrea.org*, em março de 2014 (ver https://www.aporrea.org/ddhh/a184873.html, acessado em 20 de janeiro de 2017). A solidez do trabalho motivou o convite para que Gavazut Bianco participasse de um grupo de pesquisa do Ministério do Comércio; ele também se tornou presença obrigatória nos mais importantes seminários econômicos do país, e também em entrevistas a programas de rádio e televisão nos meios de comunicação comunitários e estatais. Algumas dessas entrevistas estão disponíveis na Internet, nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.youtube.com/watch?v=DQXBau_0qyA, https://www.youtube.com/watch?v=zGPHarjd7WE e https://www.youtube.com/watch?v=bMEhKyPzwCs (acessados em 20 de janeiro de 2017).

O problema é que o governo nunca conseguiu acompanhar o destino dado aos dólares cedidos às empresas. Para Edgardo Lander (2016), "a discricionariedade com que os funcionários podem dar ou não as divisas solicitadas, fez com que a gestão das divisas se tornasse a espinha dorsal da corrupção no país." Através de esquemas muito bem estabelecidos desde a IV República – nos quais participam burocratas encastelados nos aparelhos econômicos do Estado, inclusive no governo Chávez – as empresas transnacionais, na prática, utilizam seu capital fixo apenas para justificar a obtenção de divisas a taxas preferenciais.

> Cuando analizamos el índice de producción manufaturera en volúmen del sector privado – y cuando decimos indústrias manufatureras privadas en Venezuela decimos principalmente empresas transnacionales (...) – en los últimos 15 años (...) el índice se ha mantenido horizontal, el índice de volúmen de producción. O sea, la producción no crece. El índice de volúmen solo creció en promédio, entre todos los sectores de indústrias manufatureras privadas, solo 9% en 15 años. Pero el precio, el índice de precios de este mismo sector manufacturero, cresción 1.500%, en el mismo período de tiempo. (...) En ese mismo 15 años la población venezolana ha aumentado en más de 5 millones de personas. (...) ¿Que lo que hacen aqui en Venezuela? Lo que hacen es instrumentar un mecanismo para extraer renta petrolera y fugarla, a través de fuga de capitales, al extrangero. Son una centrífuga de fuga de capitales. Ese es el rol que cumplen. (...) Mientras haiga renta petrolera y haiga la forma fácil de ellos accederen a esa renta petrolera, su objetivo – digamos, su negócio de mayor rentabilidad – simpre va ser ese. (...) Y en sector de comércio, el sector de servícios, eso es más evidente, porque tu te dedicas simplesmente a obtener dólares para importar, por el mecanismo de de la sobrevaluación de importaciones. Mecanismo que también utilizan las empresas transnacionales para fugar los capitales. Porque yo te pido a ti, como gobierno, 100 millones de dólares para importar matéria-prima; pero resulta que yo pago por ellas, a mi própia casa matriz, en realidad, 10 millones de dólares. Los otros 90 millones de dólares lo dejo afuera, pero la casa matriz dale una factura de 100 millones de dólares. Y se no pueden hacerlo a través de la casa matriz – porque tienen que pagar impuestos sobre la renta en el país de la casa matriz, etc – lo hacen a través de empresas intermediárias, *de maletín* normalmente, constituídas en paraísos fiscales. Entonces se produce la triangulación de las importaciones, no solamente de bienes de consumo final – que hacen las importadoras – sino também la triangulación se hace para bienes intermédios y matérias primas, para el caso de indústrias procesadoras (Luis Enrique Gavazut Bianco)

Afirmamos anteriormente que o locaute empresarial de 2002-2003 foi vencido graças à ocupação das fábricas pelo movimento operário bolivariano, especialmente na PDVSA, mas também no setor elétrico, nas indústrias básicas de Guayana (experiências que trataremos com mais detalhe no próximo capítulo) e em empresas privadas. Vimos também que o governo priorizou a retomada da produção das empresas estatais, reimplatando as formas tradicionais de gestão, verticalmente hierarquizadas. No setor privado, porém, a situação era distinta, porque havia muitas empresas que não retomaram suas atividades, mesmo após o término do locaute; não raro, os proprietários simplesmente mantiveram as portas fechadas, sem pagar as indenizações e demais

direitos trabalhistas devidos aos seus funcionários. Havia ainda outros casos em que as empresas retomaram as atividades, porém sem pagar os salários relativos aos dias em que as empresas ficaram paradas – o que desrespeitava a legislação, já que os trabalhadores continuaram se apresentando para trabalhar, manifestando que não haviam aderido à suposta "greve" declarada pela CTV e pela Fedecámaras.

Situações como essas deram origem a uma série de protestos que evoluíram para ocupação de fábricas no setor privado, a partir de 2003. Quase sempre, o objetivo imediato dos trabalhadores era exigir o pagamento de seus direitos relativos aos meses de dezembro de 2002 e janeiro de 2003; a ideia de tomar as fábricas e gerir a produção só veio com o tempo, quando se percebeu que essa seria a única maneira de garantir a manutenção dos empregos. Por sua vez, o governo inicialmente não tomou medidas mais enérgicas em defesa desses trabalhadores, tratando a questão como um conflito trabalhista a ser resolvido no âmbito da Justiça. É discutível se a alta cúpula bolivariana – e mesmo Chávez, em particular – acreditava na possibilidade dos trabalhadores administrarem a produção por si próprios, e até então não havia nenhuma intenção do governo em realizar uma política de expropriações em larga escala. Contudo, frente à estagnação generalizada da indústria privada e a mudança na correlação de forças políticas, após o referendo revogatório de 2004, surgiu a ideia de utilizar a pressão exercida *desde abajo* pelo movimento operário para, no mínimo, forçar os empresários a retomar os investimentos produtivos, sob pena de terem suas empresas estatizadas. Foi, de todo modo, a ação direta dos trabalhadores que *forçou* o governo nessa direção, exigindo que alguma medida fosse tomada.

4.4.1 - As ocupações de fábricas e a política de nacionalizações

A Constituição Bolivariana previa a expropriação de empresas em casos determinados por lei – por exemplo, quando do interesse nacional ou se as empresas não apresentassem níveis satisfatórios de produtividade e investimento. No entanto, Chávez manteve uma postura cautelosa em relação a essa possibilidade, durante todo o seu primeiro mandato. A primeira *nacionalização* de maior vulto foi a da *Venepal S. A.*, principal complexo industrial produtor de papel da Venezuela. Ocupando uma área total de 3.680 hectares contíguos (mais 2.000 hectares adicionais, destinados à produção agrícola) e empregando cerca de 900 trabalhadores, a empresa vinha apresentando dificuldades financeiras e operacionais desde 1997, e mesmo assim decidiu aderir ao *Paro Patronal* de 2002-2003.

> Aunque los trabajadores en la fábrica se opusieron al paro, la fábrica permaneció cerrada y perdió tanto dinero que se vio incapacitada para abrir de nuevo sus puertas. En respuesta, los trabajadores de Venepal tomaron la planta, reanudando la producción bajo un régimen altamente exitoso, pero que duró poco: el régimen de administración por parte de los trabajadores. Un acuerdo al que se había llegado con la compañía fracasó poco después, trayendo como resultado el cierre más reciente de la fábrica en Septiembre de 2004. (GINDIN, 2005)

Àquela altura, 550 trabalhadores da empresa já haviam sido demitidos, e os que restaram enviaram um informe detalhado à Assembleia Nacional, indicando que a empresa poderia ser mantida em funcionamento com o controle operário da produção (na verdade, essa já era uma realidade na empresa, com os trabalhadores que restaram). Quando os proprietários anunciaram a intenção de vender seu maquinário aos credores, Chávez decidiu encaminhar ao Legislativo um decreto de expropriação, alegando interesse nacional. A Venepal era tão importante para a economia do país que mesmo os deputados oposicionistas votaram à favor da expropriação, que se deu em dezembro de 2004. Contudo, a proposta de implantação do controle operário não foi acatada; pelos termos do decreto, a empresa – rebatizada como *Indústria Venezolana Endógena de Papel* (Invepal) – seria administrada pelo Estado, havendo apenas a promessa de que futuramente seria implantado algum tipo de *cogestión* entre os trabalhadores e o governo.[224] Em discurso à nação, Chávez deixou claro que *"la expropiación de Venepal es una excepción, no una medida política ni gubernamental. No vamos a tomar tierras; si es de ustedes, es de ustedes. Pero iremos tras las compañías que estén cerradas ó abandonadas; tras todas ellas"* (cf. GINDIN, 2005).

A criação da Invepal, porém, fortaleceu a luta dos trabalhadores que ocupavam outras empresas privadas do país, cuja situação era semelhante. Dessas lutas, talvez a mais importante era a que se dava na *Constructora Nacional de Válvulas* (CNV), localizada em Los Teques, no estado Miranda, a poucas horas de viagem de Caracas. A empresa era de propriedade de Andrés Sosa Pietri, que pode ser classificado como um

> Típico representante de la más rancia oligarquía venezolana, más comúnmente conocidos sus miembros como "Los Amos del Valle", es hijo de Carlos Sosa Rodríguez y de Yolanda Pietri Pietri y está emparentado con las familias Aspúrua, Capriles, Brillembourg, etc, la crema de la alta sociedad venezolana. Fue nombrado presidente de PDVSA el 12 de marzo de 1990, durante el gobierno de Carlos Andrés Pérez,

[224] Veremos no próximo capítulo que, nessa mesma época, a proposta da *cogestión* já vinha sendo discutida e implandata (com muitas contradições) pelo movimento operário nas empresas estatais do setor elétrico. Logo depois, uma proposta semelhante também surgiu nas indústrias de alumínio da região de Guayana, no estado Bolívar.

> permaneciendo dos años en el cargo hasta ser reemplazado por Gustavo Roosen, el último presidente de la CANTV privatizada. Presuntamente, mientras estuvo en esa función realizó excelentes negocios personales, obligando a la empresa petrolera del Estado a comprar con sobreprecio y en cantidades innecesarias las válvulas que él mismo fabricaba en la CNV. (CORMENZANA, 2009: 36)[225]

Em princípios de dezembro de 2002, a CNV deu férias coletivas aos 110 operários da empresa, visando aderir ao Paro Patronal. Quando os trabalhadores regressaram, em janeiro, foram informados que a empresa não retomaria suas atividades porque todas as encomendas da PDVSA teriam sido canceladas. Sem nenhum apoio do sindicato – então controlado pela CTV – os operários receberam apenas 30% dos salários devidos, e foram mandados de volta às suas casas. Posteriormente, porém, descobriram que um pequeno grupo de funcionários de maior escalão continuou trabalhando, visando concluir uma remessa de válvulas que havia sido encomendada pela estatal em dezembro de 2004. Ante essa constatação, cerca de 80 operários iniciaram uma ocupação nos portões da fábrica, em 15 de maio de 2003. Vale dizer que, diferentemente de outras empresas que também foram fechadas e ocupadas pelos trabalhadores (como a *Perfumes Cristian Carol*, a *Textiles Fênix*, a *CODIMA* e a

---

[225] Pode-se dizer que Sosa Pietri era um verdadeiro *intelectual orgânico* da burguesia venezuelana, nos termos definidos por Antonio Gramsci: "Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. etc. (...) Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os "prepostos" (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa. (GRAMSCI, 2000: 15). Em sua tese de doutorado, Eurelino Coelho destaca que na obra de Gramsci é possível perceber "um duplo registro para o termo intelectual orgânico. Num primeiro sentido o conceito aponta para a relação viva entre os intelectuais e a classe, os primeiros criados na medida das necessidades de sistematização e organização da 'superestrutura', necessidades que são geradas como parte do próprio desenvolvimento histórico da classe – portanto, necessidades internas ao processo de relação da classe com a totalidade. Entretanto, uma vez que tais necessidades passam a ser atendidas de algum modo, aparece o segundo sentido do conceito: orgânico é o intelectual que, ao atuar em sua própria esfera, organiza a classe porque elabora e sistematiza a superestrutura através da qual a classe vê o mundo, se reconhece, organiza sua ação política sem a qual a classe não 'se torna independente'". (COELHO, 2005: 332-333)
Sosa Pietri enquadra-se a categoria de *intelectual orgênico* porque era não só dirigente da Fedecámaras, como também um dos principais articuladores da oposição antichavista. Após a derrota do golpe de 11 de abril de 2002, procurou *"legalizar su actuación política y creó un partido llamado 'Alianza por la Libertad', del cual fue presidente, junto con otros políticos de derecha como Emeterio Gómez, Oswaldo Álvarez Paz y Agustín Berríos. (...). Sin embargo, este grupúsculo reaccionario tuvo corta vida y Sosa Pietri creó otro minipartido: 'Fuerza Liberal', el cual tenía como misión 'procurar el bienestar, progreso, seguridad, orden, organización y la mejor calidad de vida para los ciudadanos de nuestra nación, (...) sobre las bases de la democracia liberal (...). Nuestra ideología y filosofía es el liberalismo, proponiendo políticas públicas que fomenten las libertades políticas, preserven los derechos civiles y las libertades económicas'"* (CORMENZANA, 2009: 36-37).

Venepal), no caso da CNV não houve a decretação de falência; mesmo assim, os trabalhadores foram demitidos, sem receberem seus direitos.

Em um primeiro momento, a ocupação tinha um nítido caráter defensivo – nas palavras de Willian Salas, uma das lideranças do movimento, *"No nos tomamos la fábrica porque somos chavistas, sino que para luchar por empleos"* (cf.: CORMENZANA, 2009: 33). Como salienta Rosa (2014: 65), "organizar uma ocupação de fábrica não e tarefa simples. Normalmente, passados os primeiros dias, nos quais se recebe alguma cobertura dos meios de comunicação, os trabalhadores se veem isolados em sua luta, sem nenhuma atenção da imprensa ou do governo. Às vezes resistem assim por dias, meses ou anos. Com o tempo, vem o esgotamento físico e psicológico, e a tensão aumenta". No caso da CNV, no total a ocupação durou dois anos, nos quais os trabalhadores enfrentaram todo tipo de privações, além da oposição do alcalde bolivariano do município de Guaicaipuro – que se posicionou ao lado de Sosa Pietri. Em julho, a empresa acionou a Justiça para que os operários fossem retirados do local; a medida, porém, não foi cumprida graças à resistência dos trabalhadores e da comunidade local, que apoiava o movimento. Após sete meses, porém, os trabalhadores se viram esgotados física e psicologicamente, e a ocupação dos portões foi momentaneamente abandonada. Porém, pouco depois os trabalhadores descobriram que Sosa Pietri estava saqueando os estoques da empresa, apesar da existência de uma medida cautelar que proibia a retirada de qualquer material do interior da fábrica até que se desse solução aos impasses trabalhistas. Ante a denúncia dos trabalhadores, foi ordenada uma inspeção judicial para catalogar todo o estoque de mercadorias e maquinários, em fevereiro de 2005; aproveitando o momento da inspeção, e estimulados pela nacionalização da Venepal, os operários ocuparam o interior da fábrica e recomeçaram a luta, desta vez com o propósito de exigir a nacionalização da empresa e a entrega de sua gestão para os trabalhadores. Em abril, realizaram uma marcha à Assembleia Nacional, visando pressionar os deputados para que a empresa fosse declarada de utilidade pública e expropriada. Com o aval dos deputados, os operários da CNV dirigiram-se dois dias depois ao Palácio de Miraflores, onde foram recebidos pelo próprio presidente Chávez.

> Un video recordando la lucha de más de veintiséis meses de los trabajadores de la CNV por hacer respetar sus derechos fue el preámbulo al comienzo de la lectura del decreto de expropiación de la empresa por parte del presidente Chávez. Fue una lectura pausada, didáctica, como es el estilo del presidente. Preguntando, analizando y explicando cada una de las frases y palabras del documento, como para que no quedaran

> dudas de la importancia de lo que se estaba ejecutando. En la mesa que presidía el acto, junto al presidente Chávez, se encontraban un grupo de trabajadores de la recientemente nacionalizada Invepal, algunos ministros, Orlando Chirino y Marcela Máspero de la UNT, y Jorge Paredes, Antonio Betancourt y José Gregorio Quintero por los trabajadores de la empresa que estaba siendo expropiada. Los tres compañeros fueron respondiendo de una forma clara y precisa a cada una de las preguntas que les realizaba el presidente y de igual forma explicaron por enésima vez cada etapa de su lucha. Después, el presidente firmó el decreto de expropiación que daba nacimiento a INVEVAL (Industria Venezolana Endógena de Válvulas). Acto seguido le daría la orden a la ministra del Trabajo, María Cristina Iglesias, para que se encargara de ejecutar el decreto y a la Guardia Nacional para que custodiara, a partir de ese instante, las instalaciones de la empresa. (CORMENZANA, 2009: 69)[226]

Chávez empreendia naquele momento um esforço para apresentar um conteúdo concreto à sua proposta do Socialismo do Século XXI, anunciada naquele ano. Após a nacionalização da CNV, o presidente lançou uma campanha destinada a recolocar em funcionamento todas as empresas que foram deliberadamente mantidas fechadas por seus proprietários. Em seu programa na televisão, exortou a classe operária a ocupar essas fábricas, a partir da palavra de ordem *"Fábrica cerrada, Fábrica tomada por los trabajadores"*. A partir daí, o número de ocupações deu um salto no país. A *Unión Nacional de Trabajadores* (UNETE) – central sindical bolivariana que havia se conformado em 2003 – anunciou a ocupação de 800 empresas fechadas. Contudo, como lembra Azzellini,

---

[226] Orlando Chirinos e Marcela Máspero eram lideranças sindicais da esquerda bolivariana, que então se organizavam na *Unión Nacional de los Trabajadores* (UNETE). Aprofundaremos a análise do movimento sindical venezuelano no próximo capítulo. No momento, porém, cumpre ressaltar que a ocupação da CNV não havia recebido muito apoio das correntes mais importantes do sindicalismo bolivariano, inclusive daquelas mais à esquerda (como a C-CURA de Chirinos). À época, muitos sindicalistas temiam que a conformação de conselhos de fábrica fosse uma tática do governo para minar a força dos sindicatos; também acreditavam que a estatização acabaria por prejudicar as lutas operárias, já que o governo tomaria como "sabotagem" qualquer greve promovida pelo movimento operário nas empresas estatais. O único grupo que se fez mais presente na criação da Invenval foi um pequeno grupamento liderado por Pablo Cormenzana: a *Corriente Marxista Revolucionária* (CMR). No entendimento dos militantes da CMR, a ausência de apoio às lutas na CNV decorria das posições equivocados da militância chavista: de um lado, estavam os burocratas de caráter decididadamente reformista, defensores de uma política de conciliação de classes; e de outro, correntes à esquerda de orientação trotskista, as quais teriam – de acordo com a CMR – uma postura oportunista, de impedir a conformação *desde abajo* dos conselhos de fábrica para manter uma tutelagem sobre os trabalhadores a partir de suas posições de poder na estrutura sindical. A CMR também acusava o grupo de Chirinos de ter uma avaliação equivocada do governo Chávez, *tomando a parte pelo todo* – isto é, tomando os setores reformistas da burocracia de Estado como expressão de um caráter de classe burguês do governo Chávez (para a CMR, tratava-se de um governo em disputa, que tinha características nacional-populares e que, neste sentido, deveria ser defendido perante a oposição da burguesia local e do imperialismo internacional). Deve-se ressaltar, porém, que no interior da própria C-CURA também existiam diferenças – as quais vieram à público em 2007, quando houve a cisão que deu origem à *Marea Socialista*. O grupo de Chirinos passou a oposição e se opôs às políticas de nacionalização de empresas privadas (chegou a participar de marchas ao lado de grandes empresários do país, como os Machado, donos da Polar); Marea Socialista, porém, manteve o apoio crítico a Chávez, assim como à política de estatizações de empresas privadas e conformação de conselhos de fábrica.

> Ni los trabajadores tienen la fuerza, el nivel de organización y de conciencia para hacer las tomas; ni las instituciones estatales tenían suficiente compromiso para promover y apoyar las medidas anunciadas. Ni siquiera la UNT siguió su propia política anunciada de toma de 800 empresas. Sin la presión desde abajo, las iniciativas del presidente se quedarían trabadas en el aparato burocrático. (...) La mayoría de las expropiaciones son el resultado de la presión a instituciones del Estado por ocupaciones y movilizaciones. (AZZELLINI, 2009, 9)

Em 2005, o governo lançou o programa *Fábrica Adentro*, que segundo Azzellini (2010: 206) visava a *"transformación industrial y democratización de las relaciones de producción"*, através da *"formación, apoyo técnico y social de empresas privadas que introducen una cogestión y producen para el mercado nacional"*. Pelos termos do programa, o governo forneceria crédito a juros baixos às empresas que permitissem a participação dos trabalhadores na administração, nas juntas diretivas e nos lucros; além disso, a empresa não podia demitir trabalhadores, tinha que criar novos empregos e também transferir parte dos lucros (de 5 a 15%) para um *Fondo de Transformación Industrial*. Até o final de 2006, 1.520 empresas aderiram ao programa (sendo que 69 delas se encontravam fechadas à época), e 847 tiveram seus projetos aprovados e começaram a receber financiamento (idem, ibidem: 249). Porém, no sentido de promover uma transformação de caráter socialista, o programa apresentava nítidas limitações.

> Mientras muchos empresarios y, en gran parte también, la administración de las empresas del Estado, ve la cogestión en la lógica de un pacto social para evitar conflictos, crear puestos de trabajo y aumentar la producción, muchos trabajadores, y una parte de las instituciones, la ven como un paso a una transformación para un futuro control obrero de las empresas en el marco de un modelo socialista.
> Más allá de esto, la calidad de la cogestión varía de fábrica en fábrica. En algunas empresas consiste simplemente en modelos que traspasan una parte de la propiedad a los trabajadores, mediante cuotas individuales de propiedad o a través de la participación minoritaria en una cooperativa de trabajadores. Eso arrastra los trabajadores a una lógica empresarial sin darles una participación real en la toma de decisiones. Así, los trabajadores no tienen ninguna posibilidad de decidir sobre el trabajo o la producción, mientras que comparten con el dueño principal el interés de producir más valor agregado. Contar casos de cogestión como este, infla los números y las estadísticas; aunque al final trabaja en contra de una transformación de las relaciones de producción en un sentido socialista.(AZZELLINI, 2010: 249)

Paralelamente ao programa *Fábrica Adentro*, o governo lançou também a iniciativa das Empresas de Produção Social (EPS). Neste caso, o foco não estava na propriedade, mas na forma como a empresa atua, em termos de organização interna e na relação com a comunidade e o mercado. Cooperativas, empresas mistas, estatais e até mesmo empresas privadas podem ser EPS – qualificação que dá privilégios para a

empresa (como, por exemplo, nas contratações com o Estado). Para tanto, em tese, bastava que a empresa cumprisse os seguintes pressupostos: i) sua organização interna deve ser democrática, com rotação de cargos, fim dos privilégios e gradual supressão da alienação no trabalho; ii) parte dos lucros deveria ser investido na comunidade local, através da integração da EPS com os *Consejos Comunales*; iii) deveriam apoiar e fomentar o surgimento de cooperativas, criando cadeias de produção integradas à sua planta; e iv) deveriam ter sua contabilidade transparente e pública. Esses pré-requisitos, no entanto, podiam variar conforme o órgão ou aparelho de Estado ao qual a EPS estava ligada. Por exemplo: algumas EPS foram criadas com o apoio da PDVSA; neste caso, elas deveriam destinar uma parte de seus lucros a um fundo social da estatal petroleira, que teoricamente financiaria projetos comunitários. Para Azzellini (2010:242), na prática este sistema se assemelha mais a um novo imposto do que a uma integração às comunidades. Outras empresas simplesmente conseguiam, junto à burocracia de Estado, registrar-se como EPS sem cumprir os critérios exigidos.

Com essas duas iniciativas o governo anunciava o surgimento de uma "nova comunidade empresarial", formada por: empresas *cogestionadas*, nas quais a administração se dividia entre proprietários privados e trabalhadores, organizados em cooperativas; empresas *autogestionadas*, entregues diretamente aos trabalhadores, geralmente em casos de falência e/ou intervenção; e as Empresas de Produção social. O objetivo final seria o de reverter o processo de desmantelamento do parque industrial venezuelano, que vinha desde meados dos anos 1990. Entretanto, como salienta Pablo Cormenzana,

> El único elemento novedoso, por así decirlo, estaba en el hecho que en algunos casos, donde el patrón había abandonado la empresa y no tenía ningún interés en regresar a ella, el Estado asumía el papel del empresario y desarrollaba la cogestión con los trabajadores organizados en cooperativa, los casos más emblemáticos han sido los de Invepal e Inveval. Este modelo, producto de la nefasta propuesta ideológica de los sectores reformistas del gobierno, como era previsible, nunca funcionó y sólo generó contradicciones y confusión entre los trabajadores e, incluso, en el propio presidente Chávez, el cual, seguramente, debe haber pensado que finalmente había encontrado la fórmula para hacer realidad su propuesta de tener una mayor participación obrera en la revolución. (CORMENZANA, 2009: 74)

Tão logo se iniciaram as primeiras experiências nas fábricas recuperadas, as contradições entre a burocracia de Estado e os conselhos operários se fez evidente, frustrando os trabalhadores que viam a *cogestión* como um primeiro passo no sentido do controle operário das fábricas. O caso da INVEVAL é bastante emblemático: depois da

nacionalização, o Minep encaminhou aos trabalhadores o primeiro esboço de estatuto previsto para a empresa – o qual, na prática, não propunha nenhuma transformação radical nas formas de gestão, mas apenas passava a considerar os trabalhadores como acionistas.

> El ministro Elías Jaua[227] no lo pensó mucho y le encomendó la misión [de criar o estatuto da empresa] a la consultoría jurídica del ministerio. Los abogados del ministerio aplicaron lo que habían aprendido en la Universidad y recurrieron al viejo Código de Comercio, cuya última reforma data del año 1955, bajo la dictadura de Pérez Jiménez. Esta es la ley fundamental de la libre empresa y por lo tanto del capitalismo. En ella se dan las pautas a través de las cuales se conforman y por las cuales se rigen las empresas capitalistas, y era a ella a la que echaba mano la burocracia para crear las nuevas empresas que, supuestamente, debían romper con las viejas relaciones de producción capitalistas. Como no podía ser de otro modo, el modelo presentado reflejaba todas estas contradicciones ya que mantenía el formato de una típica compañía anónima: el capital representado por acciones, éstas, a su vez, otorgaban derecho a los accionistas, los cuales agrupados en la asamblea de socios representaban la máxima autoridad de la empresa, que, entre sus funciones, tenía la de nombrar a la junta directiva que debía conducir a la empresa. El mismo formato que tenía la expropiada CNV de Sosa Pietri, lo único que variaba era el nombre y los socios. Al "marxista" Elías Jaua le pareció buena esta propuesta y sin perder tiempo se la envió al otro socio, la cooperativa de trabajadores, para que la revisara. Sólo habría que agregar que las acciones estaban repartidas 51 % para el Estado, representado por el Minep, y 49% para la cooperativa de trabajadores, aunque todo el capital lo aportaba el Estado (por razones lógicas: los trabajadores no tenían ni donde caerse muertos) con el compromiso que la cooperativa lo fuera cancelando con los ingresos provenientes de la producción; que la junta directiva estaba conformada por cinco miembros: tres nombrados por el Minep y dos por la cooperativa; y que el presidente de la empresa iba a ser el trabajador Jorge Paredes, por disposición expresa del presidente Chávez. Esto último era un claro reconocimiento al liderazgo del camarada Jorge en toda la lucha que había conducido a la expropiación de la fábrica, pero también reflejaba el mensaje que Chávez quería transmitir a través del proceso de las expropiaciones y daba continuidad a la política seguida con anterioridad en Invepal, donde también se había nombrado a un trabajador, Edgar Peña, como presidente de dicha empresa. (CORMENZANA, 2009: 80-81)

Durante dois anos, os membros nomeados pelo governo para a junta diretiva da Inveval praticamente não compareceram a empresa, deixando a administração restrita a um número pequeno de trabalhadores, sem a participação dos demais. Em 2007, o modelo foi subsituído por exigência dos trabalhadores, que demandaram a propriedade social de 100% da empresa, além de mudanças na administração, de modo a envolver o conjunto dos trabalhadores através de um Conselho de Fábrica. No entanto, àquela altura a empresa apenas *sobrevivia*, à duras penas. O governo havia fornecido cursos de

[227] Elias Jaua Milano era sociólogo egresso da Universidade Central da Venezuela, onde militou pela Unión de Jóvenes Revolucionarios (UJR) (organização juvenil dos anos 1960, ligada ao Bandera Roja). Aproximou-se de Chávez durante a formação do MVR, tendo sido eleito deputado constituinte em 1999. Na época da nacionalização da CNV, ocupava o cargo de Ministro da Economia Popular, mas logo depois foi deslocado para assumir a pasta do Ministério da Agricultura e Terras (seu primeiro cargo importante, porém, foi o de Secretário da Presidência, em 2000). Atualmente, no governo Maduro, ocupa o Ministério das Relações Exteriores.

cooperativismo e mobilizado a Guarda Nacional para proteger a planta de possíveis saques; no entanto, não realizou os investimentos necessários para o reimpulso da empresa (que ficara parada por três anos e apresentava todo tipo necessidades em termos de reposição de peças, equipamentos, insumos, etc). Além disso, havia problemas com os fornecedores.[228]

Em 2007, a PDVSA anunciou que não mais compraria a produção da Inveval – o que denotou a intenção clara, por parte dos burocratas da estatal petrolífera, em sabotar a experiência de controle operário que se desenvolvia nessa empresa (ROSA, 2014: 71). As compras da PDVSA foram retomadas posteriormente, graças a mobilização dos trabalhadores, mas todos esses problemas geraram enorme desgaste e desilusão. Atualmente, os salários só são pagos em dia graças ao aporte do Estado, porque a Inveval apresenta dificuldades de todo tipo.

> A luta dos trabalhadores de Inveval em busca da implantação de um verdadeiro controle operário se mantém até hoje. A dependência para com o governo e a instabilidade das negociações com a PDVSA também são fatores que se mantiveram ao longo desses 8 anos como empresa nacionalizada. A produção tem caído (no ano de 2012, alcançou apenas 29% da capacidade, representando uma queda de 8,7% com relação ao ano anterior). E no que diz respeito à venda das mercadorias, os dados são ainda mais preocupantes: a queda foi de 170%, passando de 5 milhões de bolívares em 2011 para 1,8 milhões em 2012. (ROSA, 2014: 72)

Outras empresas ocupadas passaram por problemas semelhantes. Na indústria téxtil *Invetex*, o modelo de *cogestión* não deixou nenhuma participação acionária para os trabalhadores (49% ficou para os empresários ex-proprietários da empresa, e 51% com o Estado); não foi implantada nenhuma forma institucionalizada de participação operária na gestão, e apesar dos salários serem pagos, a empresa não funciona.

> La situación de los trabajadores de INVETEX es más precaria que la de sus compañeros de INVEPAL e INVEVAL, la de ellos es una falsa cogestión o, para decirlo más elegantemente, una cogestión a futuro (cuando algún día el Estado le traspase sus acciones a los trabajadores) ya que en la actualidad no tienen ningún tipo de participación accionaria en la empresa y, por lo tanto, en la toma de decisiones. En INVETEX estamos ante una novedosa cogestión entre empresario y Estado. Si a esto le sumamos el hecho de la heterogeneidad del grupo de trabajadores: unos son antiguos obreros de la fábrica que fueron despedidos cuando el cierre de la misma hace más de seis años, otros provienen de otras fábricas y unos cuantos de la Misión Vuelvan

[228] No passado, a matéria-prima fundamental para a produção das válvulas era fornecida pela *Aserven*, uma empresa de fundição que também era de propriedade de Sosa Pietri; com a nacionalização, a Aserven interrompeu o fornecimento, obrigando a Inveval a adquirir a matéria-prima de uma pequena fundidora privada, gerando aumento nos custos.

> Caras,[229] es decir, ninguno de ellos siente a la empresa con la misma intensidad de los trabajadores de INVEPAL o de INVEVAL que eran obreros de sus respectivas empresas, Venepal y CNV, y habían quedado en la calle por la decisión arbitraria de los dueños de estas industrias, la situación de estos trabajadores no es nada fácil. Primero no forman parte de la cogestión, por lo menos en lo inmediato, y segundo no tienen un vínculo que los una entre sí en el largo tiempo. (CORMENZANA, 2009: 93)

Outros casos de ocupação de fábrica se relacionam às mudanças no âmbito sindical, que acompanharam a decadência da CTV após o *Paro Patronal* de 2002-2003. Na *Sanitários Maracay*, por exemplo, a luta se iniciou em função do desrespeito às normas de segurança por parte dos patrões. Ante a inatividade do sindicato *cetevista*, os trabalhadores criaram um sindicato alternativo, e com muito esforço – incluindo paralisações e referendos entre os trabalhadores – conseguiram registrá-lo no Ministério do Trabalho. Os proprietários da empresa, porém, se recusaram a negociar com a nova organização, paralisando a produção e liberando do trabalho todos os gerentes e pessoal administrativo. Os trabalhadores responderam com a ocupação da fábrica em novembro de 2006, implantando formas de controle operário da produção. O caso repercutiu nacionalmente, e uma petição da Comissão Social da Assembleia Nacional foi endereçada à presidência da República, recomendando a expropriação; no entanto, o governo se recusou a fazê-lo, sob o argumento (vocalizado pelo Ministro do Trabalho, Ramón Rivero) de que a fábrica "não era de interesse nacional". Em abril de 2007, uma manifestação em prol da expropriação da empresa foi reprimida com violência pela polícia, enviada pelo governador oposicionista Didalco Bolívar; ao todo, 15 operários foram presos e 14 feridos. Em resposta ao conflito, o Ministério do Trabalho ofereceu o pagamento das dívidas da empresa com os funcionários, em troca da desocupação. A atitude do governo acabou enfraquecendo a luta pelo controle operário, fazendo com que a ocupação se encerrasse depois de nove meses. Surpreendentemente, porém, Chávez decidiu por nacionalizar a empresa cerca de três anos depois, em dezembro de 2010; mas, como àquela altura os conselhos de fábrica da empresa já se encontravam desorganizados, a nacionalização fez da Sanitários Maracay uma empresa estatal comum, sem nenhuma forma prevista de participação dos trabalhadores na gestão.

Outra experiência semelhante ocorreu na *Mistubishi Motors Corporation*. Também nessa empresa o movimento se iniciou com o rompimento com a burocracia sindical da CTV, através da constituição de um novo sindicato em março de 2003 – o Sindicato Nova Geração de Trabalhadores MMC Automotriz (SINGETRAM). Graças à

[229] A *Misión Vuelvan Caras* constituía um programa de cooperativismo criado pelo governo em 2004. Trataremos dela mais adiante, neste mesmo capítulo.

nova organização sindical, os trabalhadores começaram a acumular uma série de avanços nas convenções coletivas: além de ganhos salariais, conseguiram também conformar um Comitê de Saúde e Segurança Trabalhista e células sindicais por área, todas eleitas pela base (no total, essas formas organizativas chegaram a envolver 150 delegados, todos com mandatos revogáveis). A transnacional reagiu à crescente organização dos trabalhadores através de práticas típicas da reestruturação produtiva neoliberal, como os contratos temporários e as terceirizações. Ao final de 2008, quando os funcionários terceirizados tentaram conformar seu próprio sindicato, a empresa reagiu demitindo 135 trabalhadores temporários. Em defesa dos funcionários demitidos, o SINGETRAM iniciou a ocupação da empresa em 21 de janeiro de 2009, com o apoio de trabalhadores de outras empresas da região – como a Vivex, Polar, Macusa, Petrorinoca, Hotel Punta Palma e outras (ROSA, 2014: 84).

Em reação à ocupação, a polícia foi acionada e uma verdadeira batalha campal se iniciou nos portões da empresa, na data histórica de 23 de janeiro de 2009 (aniversário da queda do ditador Pérez Jimenez, em 1958).

> Uma juíza insistia em entrar na fábrica e acabar com a ocupação. Frente à resistência dos trabalhadores, os policiais do estado de Anzoátegui receberam ordem para atacar. Lançaram bombas e dispararam vários tiros. O cenário era de guerra. As mais de 300 cápsulas recolhidas depois do ocorrido revelaram que o armamento era letal. Os vídeos gravados pelos presentes naquela tarde envidenciaram a gravidade do confronto: a polícia atirava diretamente contra os trabalhadores. Os operários Javier Marcano e Pedro Suárez foram assassinados naquele dia e muitos outros ficaram feridos. (ROSA, 2014: 84)[230]

A reação violenta da polícia foi motivo de surpresa para os trabalhadores, que não imaginavam que o governo do estado se colocaria ao lado da empresa. Declarações do SINGETRAM informaram que, após o massacre, foram feitas acusações contra o

[230] Os vídeos gravados pelos trabalhadores foram fundamentais para desmentir as afirmações, feitas pelos gerentes da MMC Automotriz, de que foram os trabalhadores que iniciaram o confronto. Alguns desses vídeos estão disponíveis na Internet (ver os endereços eletrônicos: https://www.youtube.com/watch?v=3_3QdhMxdvw, https://www.youtube.com/watch?v=b-Mdq3VJ57w e https://www.youtube.com/watch?v=G8kUWYs-GWE, dentre outros, acessados em 23 de janeiro de 2017). Vale ressaltar que a polícia respondia ao governador do estado de Anzoátegui, Tarek Willian, que era também coordenador regional do PSUV. Foi realizada uma investigação que resultou na prisão de seis policiais (ver https://diarioeltiempo.wordpress.com/2009/02/03/seis-policias-estan-presos-por-muerte-en-mmc/, acessado em 23 de janeiro de 2017). O governador também prometera que iria indenizar as famílias das vítimas, mas isso não aconteceu (ROSA, 2014: 86). Nas eleições que se seguiram ao ocorrido, Tarek William não se candidatou à reeleição, mas continuou ocupando cargos no governo Chávez.

sindicato por parte da burocracia do PSUV.[231] Mesmo assim, a ocupação continuou por dois meses, com intensa organização dos trabalhadores no interior da fábrica. Contudo, os salários foram cortados, e os trabalhadores permaneceram isolados, sem nenhum apoio do governo. Ao final, foi feito um acordo mediante o qual os trabalhadores desocuparam a empresa, em troca da reincorporação dos trabalhadores demitidos, assim como da promessa de que a empresa interromperia as práticas de terceirização – compromisso que, mais tarde, foi desrespeitado (idem, ibidem: 87).

Situações como essas mostram que, no momento em que as frações mais organizadas dos trabalhadores – particularmente o operariado industrial sindicalizado – passaram agir com autonomia e imprimir uma radicalização à esquerda do processo bolivariano, eclodiram todo tipo de contradições e conflitos com os governos chavistas, em seus diferentes níveis (governos locais, Ministérios, Legislativo, etc). No próximo capítulo, trataremos dessas questões com maior profundidade, através de um estudo de caso; mas já podemos adiantar aqui que tanto o governo quanto a militância bolivariana careceram de *unidade* em suas ações. No âmbito da burocracia de Estado, digladiavam-se setores reformistas, que continuavam defendendo uma política de conciliação de classes, contra grupos que, porquanto se reivindicassem revolucionários, defendiam uma concepção de socialismo centralizada, que pouco se diferenciava dos modelos de capitalismo de Estado típicos do Leste Europeu (os quais, na prática, resultaram na conformação de uma nova *burguesia de Estado*, que controlava os meios de produção a partir de suas posições de poder nos aparelhos estatais). Ambos os grupos se empenhavam em deliberadamente *frear* – ou *sabotar* – as propostas de controle operário (as quais, ao menos no nível do discurso, eram defendidas explicitamente pelo presidente Chávez). De outro lado, encontravam-se os setores à esquerda com maior tradição organizativa (especialmente no meio sindical), que se tornavam cada vez mais críticos; em meio a esse conflito, o restante da militância de base, no âmbito das comunidades mais pobres, perdia protagonismo em suas manifestações, sendo

[231] Como informa um comunicado, assinado pelo sindicato e citado por Rosa (2014: 86): "Foi lançado todo o tipo de calúnia contra o SINGETRAM, dizendo que somos infiltrados do imperialismo, que somos uma máfia sindical que comercializa ilegalmente os carros, etc. Com o único propósito de isolar a justa luta dos trabalhadores de MMC Automotriz do conjunto do movimento revolucionário venezuelano. Quer dizer, se buscou criminalizar a luta e justificar, diante do povo venezuelano, as medidas contra os trabalhadores e contra os dirigentes do SINGETRAM". De fato, em finais de 2009 o *Ministério del Poder Popular para el Trabajo y la Seguridad* (MINPPTRASS) emitiu uma qualificação de demissão para os dirigentes do sindicato e outros 156 trabalhadores, sob a alegação de que eles "incorreram em falta de lealdade à empresa;" além disso, também legitimou a criação de um sindicato paralelo, que contava com o apoio de apenas 34 trabalhadores e era claramente ligado à direção da empresa (idem, ibidem: 87).

mobilizadas muito mais por iniciativa das lideranças do PSUV do que por suas próprias organizações.[232]

> Diferentes corrientes pro chavistas que se adhieren a diferentes ideologías izquierdistas empezaron a asumir una posición cada vez más crítica hacia el gobierno y por primera vez culparon al mismo Chávez por algunos errores. A la derecha del PSUV, el Partido Patria Para Todos (PPT) se separó de la coalisión guvernamental en abril de 2010 y lanzó sus própias planchas en los 23 estados para las elecciones de la Asamblea Nacional en septiembre. El PPT planteó la bandera del socialismo con eficiencia y productividad, y por lo tanto, implícitamente desaprobó el énfasis del gobierno en los objetivos sociales por encima de los económicos.
> Los disidentes de la izquierda carecen de una fuerte presencia organizacional pero articulan el descontento desde abajo. Ellos insisten en que la burocracia estatal ha sido penetrada en todos los niveles por partidarios del viejo sistema que han frenado el cambio auténtico. Un dirigente izquierdista crítico, el trotskista británico Alan Woods, quien tiene algunos seguidores dentro del movimiento obrero venezolnao, plantea la nacionalización de la banca y la planificación socialista, al mismo tiempo que envilece a quienes están en el poder. Concluye: "Chávez está solo; la burocracia es contrarrevolucionaria" (ELLNER, 2014: 178-179)[233]

As divisões no campo bolivariano impediram uma discussão nacional sobre o tema da gestão das indústrias estatais, e com isso não surgiu um modelo que unificasse as lutas do operariado venezuelano. Na prática, cada experiência de controle operário, *autogestión* ou *cogestión* permaneceu isolada, com características e dificuldades próprias. Mesmo assim, como relata o jornalista Ewan Robertson, a proposta do

---

[232] Carla Ferreira comenta a mudança no perfil das grandes mobilizações bolivarianas ao longo do governo Chávez. Lembrando ao leitor que havia acompanhado presencialmente duas manifestações populares de comemoração do contragolpe de abril de 2002, a autora comenta, em sua tese de doutorado: "os termos de comparação do perfil e caráter das comemorações em 2003 e 2010 foram inevitáveis e ilustrativos sobre as transformações operadas no interior do *Proceso* neste ínterim, particularmente no que se refere ao perfil do público mobilizado, a aspectos do discurso político e da forma como os organismos de propaganda do Estado tratavam a liderança presidencial. Em 2010, as mobilizações não assumiam a forma de grande festa popular. Mais esvaziadas e povoadas por corpos de funcionários públicos com suas camisetas funcionais, os atos de abril de 2010 chamavam mais atenção pela distribuição massiva e gratuita de lanches e bebidas do que pelo entusiasmo popular." (FERREIRA, 2012: 35).
Em nosso trabalho de campo também tivemos a oportunidade de presenciar duas grandes manifestações populares bolivarianas, ambas realizadas em 2015 (já durante o governo de Nicolás Maduro). A primeira delas foi a comemoração da queda do ditador Pérez Jimenez, em 23 de janeiro; e a segunda o Dia do Trabalhador, em 1º de maio. No primeiro caso, chamou a atenção o fato de que o tamanho da manifestação constituiu uma surpresa positiva para a militância chavista, posto que às vésperas da marcha havia dúvidas se o ato seria massivo como o de outros anos. Em um dado ponto da manifestação, onde se concentravam palcos nos quais se apresentavam artistas locais, foi interessante perceber que o momento em que a massa de militantes se manifestou com maior entusiasmo foi quando os artistas dirigiram críticas à burocracia de Estado (no caso, as manifestações foram mais intensas, por exemplo, do que as que ocorreram quando se fizeram críticas contra o imperialismo e a burguesia nacional). No caso da manifestação do Primeiro de Maio, saltava os olhos o fato de que a marcha era majoritariamente composta por funcionários públicos – inclusive, nos foi relatado que alguns chefes de repartições públicas e outros órgãos de Estado (como as escolas) fizeram certa pressão, mais ou menos velada, para que seus subordinados comparecessem ào evento.

[233] Segundo Ellner, a declaração citada de Woods foi dada ao periódico *Últimas Notícias*, em 16 de novembro de 2009.

controle operário continuou sendo empenhada pelo movimento operário, porquanto durou o governo Chávez.

> Nem todos os modelos estabelecidos desde 2005 permanecem intactos. O processo tem sido fluido e, por vezes, desigual, mas a tendência geral tem sido um crescimento dos exemplos concretos e da popularidade da ideia do Controle Operário entre a classe trabalhadora da Venezuela. Assim, em meados de 2011, apesar do número de fábricas sob Controle Operário representar apenas uma pequena parte da economia da Venezuela, a Frente Bicentenário de Sociedades sob Controle dos Trabalhadores (FRETCO) foi capaz de declarar: "Atualmente, a revolução bolivariana entrou em um ponto crítico em que a burguesia perdeu o controle sobre os explorados. Os trabalhadores têm vindo a adquirir um nível cada vez maior de consciência política e estão se organizando para responder aos ataques dos capitalistas".[234]

Em meio às idas e vindas da política econômica, a proposta das Empresas de Produção Social acabou não vingando, o que levou o governo a interromper o registro de novas EPS já em 2007 (naquele momento, havia a expectativa de institucionalizar novas formas de propriedade e gestão da produção através da Reforma Constitucional daquele ano, a qual acabou derrotada). Desde então, o termo EPS continuou a ser utilizado, mas sem que houvesse critérios objetivos e claros para designar tais empresas.[235] Das EPS que chegaram a ser criadas, a maior parte se baseava na *propriedade social direta* – isto é, eram empresas criadas pelo Estado para, em tese, serem administradas diretamente pelas comunidades locais, através dos *Consejos Comunales* (até o final de 2009, foram criadas 271 EPS's dessa forma, na maior parte das vezes na forma de cooperativas pequenas e médias); geralmente, porém, prevalecia a *propriedade social indireta*, na qual a responsabilidade administrativa e a propriedade eram apenas compartilhadas com o Estado – foram criadas 1.084 EPS dessa natureza, até 2009 (AZZELLINI, 2010: 243). O *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013* sinalizou para a construção de mais 200 fábricas socialistas, com

---

[234] No original em inglês: *"Not every model established since 2005 has remain intact and the process has been fluid and at times uneven, yet the general trend has been a growing number of concrete examples and the popularity of the idea of worker control among Venezuela's working class. Thus, despite the number of factories under worker control representing only a small part of Venezuela's economy, by mid-2011 the Bicentenary Front of Companies Under Worker Control (FRETCO) was able to declare: 'Currently, the Bolivarian revolution has entered a critical point in which the bourgeoisie has lost control over the exploited. The workers have been acquiring an ever greater level of political consciousness and are organising themselves to respond to the capitalists' attacks".*
(ver http://venezuelanalysis.com/analysis/7151 - acessado em 17/01/2014)

[235] Em 2012, Chávez realizaria uma autocrítica pública em relação a esse fato, em uma reunião ministerial transmitida a todo o país: *"A veces podemos caer en la ilusión de que por llamar, yo soy enemigo de que le pongamos a todo "socialista", estadio socialista, avenida socialista, ¡qué avenida socialista, chico!; ya eso es sospechoso. Por allá alguien le quería poner a una avenida "socialista", panadería socialista, Miraflores socialista. Eso es sospechoso, porque uno puede pensar que con eso, el que lo hace cree que ya, listo, ya cumplí, ya le puse socialista, listo; le cambié el nombre, ya está listo."* (CHAVEZ, 2012: 25)

transferência de tecnologia de países como Bielorrúsia, Rússia, Irã e Argentina, que também foram incorporadas ao conceito de EPS. Ao final de 2009, havia 80 empresas deste tipo operando, em setores como alimentos, materiais plásticos e autopeças. A participação popular, no entanto, praticamente se resumia à escolha dos trabalhadores através dos *Consejos Comunales*, e apenas para os níveis hierárquicos mais baixos. Todo o pessoal técnico e a gerência foram indicados pelo Estado. Esperava-se que, com o tempo, a administração fosse passada pouco a pouco para os trabalhadores, mas isso não veio a ocorrer.

As tensões tenderam a se aprofundar após a crise econômica mundial de 2008, que derrubou os preços do petróleo e aprofundou ainda mais os problemas enfrentados pelo já combalido parque industrial venezuelano. A resposta do governo direcionou-se inequivocamente no sentido de promover uma intervenção cada vez maior do Estado, através das estatizações (sempre mantendo centralizadas a administração das empresas, sem abrir espaço para formas de participação operária protagônica). A partir de 2009, empregou-se uma política muito mais ampla de expropriações, atingindo não somente as empresas consideradas "estratégicas" – como a *Compañía Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela* (CANTV) e a *Siderúrgica del Orinoco* (SIDOR), que já haviam sido nacionalizadas em 2007 e 2008, respectivamente – como também centenas de outras empresas menores, algumas das quais em situação pré-falimentar. Em alguns casos, a nacionalização se deu simplesmente com a compra, no mercado financeiro, da participação acionária que estava em mãos do capital estrangeiro; em outros, promoveu-se uma aquisição forçada, em virtude de irregularidaes perpetradas pelas empresas (caso que foi muito comum no ramo de alimentos, onde as empresas apresentavam más condições de armazenamento, violação de preços controlados e/ou boicote na distribuição).

Para Ellner (2014: 286), a "onda" de expropriações promovidas pelo governo Chávez não obedeceu a um esquema ideológico pré-concebido, mas sim foi uma resposta às dificuldades impostas pelo setor empresarial privado. De maneira geral, as estatizações trouxeram ganhos para os trabalhadores, em termos de salários e direitos, e foram saudadas pelo conjunto do campo chavista como um avanço revolucionário no sentido do socialismo. Porém, elas não vieram acompanhadas de transformações nas formas de participação no PSUV, nos aparelhos de Estado e nas fábricas estatizadas. Neste sentido, houve transformações nas relações de produção, mas não se aprofundou a democracia participativa e protagônica, pleiteada como base do Socialismo do Século

XXI. Além disso, da forma como foram feitas, as expropriações trouxeram também uma série de problemas, que acabaram agravando a já crítica situação econômica do país.

> El presidente Chávez expropió y nacionalizó al redor de 900 empresas, desde que comenzó la Revolución Bolivariana hasta que morió. (...) Todas esas expropriaciones y nacionalizaciones no es un asalto que le hace el Estado al dueño de esos emprendimientos, sino que tiene que pagarselo – con bonos, por ejemplo, de la deuda, del Tesoro, que tiene que honrar en el momento de su vencimiento, o tiene que pagarlo en dinero efectivo (normalmente, se son empresas extrangeras, en dólares, en divisas). Y aun así, a pesar de pagarlo, normalmente está sujeto a un proceso de indemnización (...) y también está sometido a un proceso de demandas internacionales en entes como el SIADI (...). Y Venezuela ha perdido, en alguns casos en SIADI, muchos millones de dólares, y ha tenido que honrar esos compromisos también. Si tu profundiza una situación de expropriaciones y nacionalizaciones, vá a seguir cargando a la finanza pública con un peso importante. (...) Normalmente, en lo avaluo que se hacen, la empresa que ha sido expropriada sale ganadora, hace lo "negócio del siglo" con la expropriación, porque esas maquinárias, esos activos, esas plantas de dejan ahí, practicamente ya tienen su vida util completamente consumida, o está en un estado de obsolescencia tecnolójica – en alguns casos llega a ser incluso a la chatarra. Y aún así, la avaluan como si fuesen activos plenamente operativos o con una buena vida util. Y el Estado ha pagado de esa forma. (Luis Enrique Gavazut Bianco)[236]

Quase que invariavelmente as empresas estatatizadas continuaram apresentando dificuldades financeiras e perda de produtividade. Em parte, isso de deu por *novos* problemas decorrentes das próprias nacionalizações, contra os quais o governo não teve condições de dar respostas satisfatórias. Um exemplo importante relaciona-se à questão das patentes. Diferentemente de outras experiências revolucionárias do passado (como Cuba), onde foi possível contar com a transferência de tecnologia da URSS e outros

---

[236] A bibliografia apresenta alguns dados referentes aos valores das expropriações perpetuadas pelo governo Chávez. Seabra (2014: 143-144) informa que, somente no caso da Eletricidade de Caracas, com a compra de 82% das ações da empresa estadunidense AES Corporation, o governo gastou US$ 750 milhões, e ainda assegurou aos antigos donos o recebimento dos lucros do ano anterior (no total, a nacionalização custou US$ 839 milhões); a CANTV foi estatizada após a compra de 86% das ações, ao custo de US$ 1,3 bilhão; fábricas de cimento privatizadas foram recompradas às empresas *Lafarge*, da França (US$ 552 milhões) e *Holcim*, da Suíça (US$ 267 milhões); o Banco da Venezuela, filial local do espanhol *Santander*, custou US$ 1,05 bilhão. No setor alimentício, somente em 2010 foram expropriadas 18 empresas. (SEABRA, 2014: 143-144). Segundo Ellner (2014: 178), entre 2006 e 2009 o governo gastou um total de US$ 9 bilhões com as expropriações.
O valor total das expropriações, porém, é muito difícil de se calcular, dada não só a quantidade de empresas, como também a falta de transparência nos gastos públicos e as diferentes formas de estatização realizadas. Segundo reportagem publicada no periódico *El Universal*, em 21 de janeiro de 2014, a *Confederación Venezolana de Industriales* (Conindustria) afirmou que, entre 2002 e 2013, houve um total de 1.284 intervenções do governo no setor privado (entre expropriações, compra de ações, aquisições forçadas, etc). O relatório da Conindustria afirma ainda que 40,5% das expropriações ocorreram na área de Construção, e 32,3% no setor industrial (o restante abarca empresas ligadas ao petróleo, comércio, serviços e outros). A maior parte das expropriações ocorreu entre os anos de 2009 e 2011 (ver http://www.eluniversal.com/economia/140121/gobierno-intervino-1284-empresas-entre-2002-y-2013, acessado em 23 de janeiro de 2017).

países,[237] no caso venezuelano o avanço do capital na expropriação e controle dos saberes e técnicas aplicadas à produção se encontra em um patamar muito mais avançado. Quase todas as fábricas expropriadas necessitavam repor peças e máquinas cujas patentes eram controladas por multinacionais estrangeiras, e a Venezuela não tinha condições de desenvolver tecnologias equivalentes (ao menos não em tempo hábil para contornar seus problemas econômicos); tampouco era possível, nas condições da correlação de forças internacionais, romper com os acordos de patentes sem desencadear um isolamento ainda maior do processo bolivariano. Daí que, muitas vezes, após pagar por uma planta industrial expropriada, o governo foi obrigado a desfazer-se de grande parte de seu maquinário, por não conseguir repor as peças cujas patentes eram controladas pelo grande capital monopolista internacional.

> Yo voy a poner un ejemplo pontual: el caso de *Venvidrio Compañia Anónima*, que era la antigua *Owens-Illinois Venezuela*, una empresa fabricante de vidrio, la más grande del país. (...) Esas maquinárias industriales, custosíssimas para fabricación de vidrio, son tecnologías patenteadas *Owens-Illinois*. (...) Fue imposible, totalmente imposible para Venvidrio, [adquirir] ni siquiera una tuerca, ni un suelo componente eletrectrónico, nada de lo más mínimo para los repuestos y refacciones que necesitan esas máquinária. (...) No se obtuvo nada con Illinois, nada. Entonces, los ingenieros venezolanos hicieron un esfuerzo de ingeniaria reversa y lograron fabricar con tecnología nacional algunos componentes, sobre todo electrónicos que se habían dañado, y mantener la operatividad de la empresa durante el tiempo suficiente para mantener cierto nivel de producción y al mismo tiempo llegar a una negociación con una empresa italiana con la cual se contrataron la aquisición de nuevas máquinas. (...) Ahí [isto é, nas empresas nacionalizadas] ha intervenido factores de corrupción, de mala administración, pero también factores normales, de curva de aprendizage y de sabotagen que te hacen los dueños anteriores – sobre todo si son transnacionales (...) Porque la empresa transnacinoal, al instalarse en el país, no recurre a la economia interna, a la pequeña y mediana indústria nacional, para que sean estes lo que proveen las materias primas y insumos que necesita la producción, sino que recuren a su empresa matriz, en el extrangero, o a empresas que están ubicadas en el extrangero. Incluso hay empresas que antes eran del Estado y se privatizaron, y al privatizarse, la empresa que tomó en control eliminó todas las compras a los provedores nacionales, locales, y todas las aquisiciones – hasta lo mínimo tornillo – lo hacen fuero del país, con provedores extrangeros, normalmente con provedores asociados a ellos, con su casa matriz. Cuando tu nacionalizas, parte del sabotagen también es ese: no te venden ni un tornillo, no consigues nada (...). Y entonces tiene que comenzar a construir y levantar desde zero toda una red de procura, que además tiene que ser internacional, con provedores extrangeros alternativos, diferentes de aquellos, porque los nacionales han sido desmantelados (...) A veces una empresa se para por una materia prima o un insumo que representa menos de uno por ciento de todo lo que lleva el producto final; pero, por ese uno por ciento, se te tranca todo el proceso productivo. Eso podemos entender muy facilmente en lo caso de las indústrias químicas, de procesamento químico. Alguna resina, alguno componente químico, una substancia que no llega. Yo te pongo un ejemplo concreto en que eso se sucedió: con SIDOR, una empresa emblemática de Venezuela. (Luis Enrique Gavazut Bianco)

[237] Inclusive do bloco capitalista, já que durante as reformas econômicas dos anos 1960 muitos países do Leste Europeu importaram maquinário e tecnologia de países ocidentais mais desenvolvidos. A esse respeito, ver BETTELHEIM, Charles & SWEEZY, Paul (1978), dentre outros.

Mas as indústrias não resumem todo o processo da acumulação capitalista; há ainda o capital portador de juros. Em novembro de 2009, em meio a uma crise bancária, o governo interviu em quatro bancos que se encontravam em situação de quebra; ao invés de "resgatar" as instituições através da compra de títulos e injeção de fundos – tal como previa o receituário neoliberal para casos semelhantes – Chávez optou por tomar o controle dos bancos, ordenando a prisão de mais 20 banqueiros e o sequestro de seus bens. A expropriação permitiu ao governo orientar os bancos nacionalizados para priorizar empréstimos a empresas produtivas, com taxas de juros mais baixas. No entanto, nenhuma forma de participação popular no controle sobre o capital portador de juros foi implementada. Além disso, apesar das medidas duras tomadas por Chávez, a imagem do governo saiu *chamuscada*, porque havia evidências de vínculos entre os banqueiros envolvidos no escândalo e altos funcionários do governo.

> En un esfuerzo por desplazar a la burguesía tradicional, que había intentado derrocar a Chávez en dos cosasiones en 2002, el gobierno extendió un trato preferencial a nuevos empresarios y banqueros, algunos de los cuales resultaron ser tan inescrupulosos como los peores de sus antiguos homólogos.
> (...)
> La firme respuesta del gobierno chavista a la crisis se quedó corta en un aspecto clave. La investigación del gobierno se centró en los banqueros y no en los posibles cómplices en la esfera pública, aun cuando varios de los capitalistas implicados en el caso amasaron grandes fortunas en un tiempo récord, como resultado de las opotunidades brindadas por el Estado. (ELLNER, 2014: 176-177)

Os problemas econômicos continuaram se avolumando porque, na verdade, a política de conciliação de classes reverberava no interior da própria burocracia de Estado e cobrava seu preço, impedindo que se implantassem mudanças estruturais nas relações de produção. Por isso, a despeito do avanço do Estado na participação direta na economia, o segundo mandato de Chávez chegou ao fim sem que houvesse as condições mínimas para uma verdadeira planificação socialista. Victor Álvarez Jr., intelectual marxista que havia sido ministro das Indústrias Básicas e Mineração (entre 2005 e 2006), argumenta que, com apenas 30% da economia sob controle do Estado, é *"impossible tener un plan racional de producción porque las piezas fundamentales de la economía permanecen en manos privadas"* (cf.: ELLNER, 2014: 286, nota 51). No entanto, uma participação ainda maior do Estado na economia, nas condições em que se deram as expropriações e considerando a forma como a burocracia de Estado administra as indústrias do país, poderia gerar resultados ainda piores. Para Edgardo Lander

(2016), “o governo bolivariano expandiu a esfera estatal muito para além da sua capacidade de gestão. Em consequência, o estado é agora maior, mas também mais débil e mais ineficaz, menos transparente, mais corrupto. A prolongada presença militar na gestão de organismos estatais contribuiu significativamente para estes resultados. A maioria das empresas que foram estatizadas, nos casos em que continuaram a operar, fizeram-no graças ao subsídio das receitas do petróleo”. A interpretação de Carla Ferreira vai na mesma direção, ressaltando o aprofundamento do rentismo petroleiro a partir dos governos bolivarianos.

> O *Gobierno Bolivariano* da Venezuela reativou o padrão de reprodução do capitalismo venezuelano – petroleiro e rentista – sob uma nova arquitetura distributiva da renda articuladamente a uma estratégia de diversificação dos parceiros comerciais. Isso permitiu um incremento da renda que garantiu uma estabilização mínima para os mais graves problemas de reprodução social da população trabalhadora que enfrentava dificuldades para obter os produtos básicos de subsistência, bem como um fôlego de algumas décadas para a busca de soluções mais estruturais, ao haver reorientado parte importante do destino da produção ao Oriente, região que deverá incrementar em 75% sua demanda pelo produto até 2030, segundo a OPEP. Porém, de outra parte, isso foi feito aprofundando a dependência ao petróleo e às importações, sem ser capaz até o momento de reverter o retrocesso das forças produtivas em todos os demais ramos (FERREIRA, 2013:16).

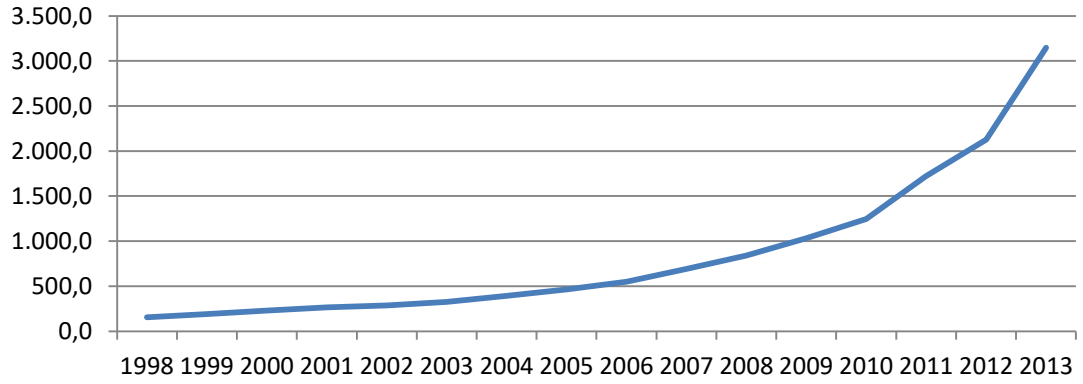
Na medida em que a economia venezuelana seguiu capitalista, as políticas pró-capital – que, no caso venezuelano, se orientam sempre em função da manutenção do rentismo petroleiro – tenderam a apresentar um resultado mais imediato, sob uma perspectiva “puramente econômica”. No entanto, se o objetivo é a construção do socialismo, seria necessário enfrentar as contradições inerentes ao investimento nos setores autogestionados, mesmo se esses não constituíssem os mais dinâmicos da economia. Em outras palavras, o Aparelho Econômico do Estado precisa ser utilizado de forma “antieconômica”, isto é, de forma que não beneficie prioritariamente a acumulação, mas sim a *transformação da base produtiva*, através da participação dos trabalhadores na gestão da produção – alternativa cujo potencial era relativamente incerto, experimental, quando medidos pela lógica pragmática e de curto prazo de boa parte dos economistas profissionais. Seria possível seguir esse caminho se a correlação de forças na sociedade e no Estado (em todos os níveis: social, cultural, etc) tivesse sido tensionada o suficiente, isto é, se houvesse um *real* questionamento dos valores, dos padrões de consumo, dos paradigmas ideológicos de felicidade e ascensão social, da economia orientada pela busca do lucro, etc. Na Venezuela, porém, avançou-se muito pouco neste sentido, a despeito do discurso chavista condenar rotineiramente o

consumismo e a visão de mundo capitalista. Segundo Lopez-Maya e Edgardo Lander (2009),

> han sido débiles los esfuerzos hasta ahora realizados para alcanzar modificaciones importantes en los valores de los venezolanos. Una sociedad rentista con una fuerte cultura política paternalista y clientelar necesita de prácticas sostenidas distintas si ha de interiorizar valores como la solidaridad y el respeto a la naturaleza. Los procesos sociales participativos, que implican la apropiación de nuevos valores que superen el consumismo típico de toda sociedad rentista, requieren de tiempo para su maduración (...) casi diez años de bolivarianismo no han podido conjurar una estructura económica que repite los mismos vicios del pasado: el crecimiento de la producción y el del consumo se alejan crecientemente uno de otro. El creciente consumo es satisfecho por la renta petrolera que financia nuestras importaciones.

É importante mencionar que o estímulo ao consumo (mas não ao *consumismo*) é justificável se levarmos em conta a situação de penúria que sempre caracterizou as camadas mais subalternas da classe trabalhadora venezuelana. Os dados demonstram que o governo foi efetivamente capaz de ampliar e democratizar o padrão de consumo dos venezuelanos, através de um aumento no salário médio muito significativo, que redundou no consequente incremento no volume de comércio interior (atacado e varejo).

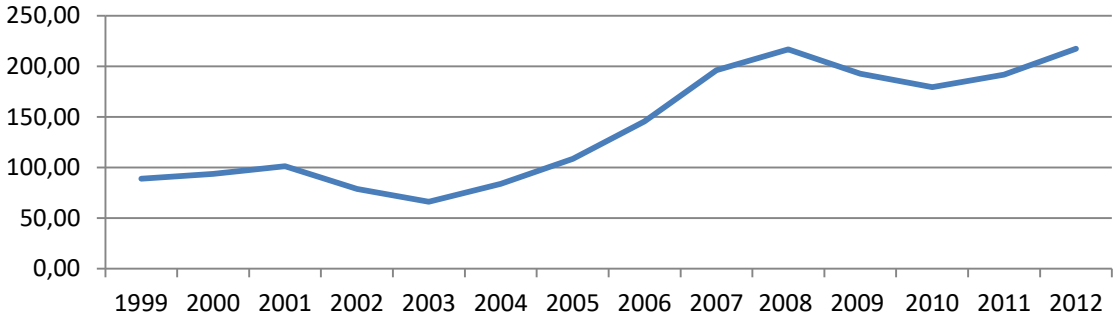
GRÁFICO 5 - Salário médio (base: 1997=100)



Fonte: Banco Central de Venezuela (ver em http://www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp)[238]

[238] Para calcular a evolução do salário-médio do trabalhdor venezuelano, o Banco Central da Venezuela utiliza o *Índice de Remuneraciones* (IRE), de acordo com metodologia proposta pelo Sistema de Contas Nacionais da Organização das Nações Unidas e por documentos da Organização Internacional do Trabalho. O índice se refere exclusivamente aos trabalhadores formalmente empregados (o que deixa de fora grande parte da classe trabalhadora venezuelana, que obtém sua subsistência no mercado informal). Segundo o próprio BCV, o IRE é *"un indicador estadístico que mide el cambio promedio de los precios del factor trabajo que aportan los asalariados en un período determinado, con respecto a los precios en el año base"* (ver http://www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp, opção de *Aspectos Metodológicos* do *Indice de Remuneraciones de los Asalariados*).

GRÁFICO 6 - Volume de vendas no comércio interior
(base: 1997=100)



Fonte: Banco Central de Venezuela (ver em http://www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp)

Os dados apresentados pelo BCV incluem não somente os salários-base, como também outros benefícios que passaram a ser implementados, tais como pagamento de horas-extras e bônos de transporte, alimentação e produtividade. O aumento no salário-médio foi sem dúvida uma das marcas mais notáveis do governo Chávez, e certamente constitui fator central de sua popularidade. Logo em 1999, Chávez promoveu um reajuste geral da ordem de 20%, através do incremento do salário mínimo de Bs100.000 para Bs120.000 e de aumentos similares para os funcionários públicos. O mesmo se repetiu em 2000, com novo aumento no salário mínimo (que passou a Bs144.000), e implementação de planos de carreira e reajustes no funcionalismo – em alguns casos, como o dos professores das Universidades Públicas, o incremento salarial total foi da ordem de 60%. Em 2001, novo aumento de 10% no salário mínimo urbano, e reajustes no setor público (20% para docentes e técnicos administrativos das universidades; 10% para na administração pública em geral; 16% para os profissionais da Saúde Pública; etc). Tais políticas não só continuaram nos anos subsequentes, como vieram a se aprofundar com a estatização de empresas privadas – já que os trabalhadores, nestes casos, obtinham mais direitos e contratos coletivos muito melhores com o governo, em comparação com o que obtinham com os antigos patrões privados (o que explica a agudização da curva do salário médio a partir de 2007 e, principalmente, 2010). Em outras palavras, a ascensão de Chávez e do processo bolivariano como um todo (incluindo a maior organização dos trabalhadores; a ação mais efetiva do Ministério do Trabalho; o fortalecimento da atividade sindical; etc) resultou em uma repactuação da relação Capital x Trabalho, em favor deste último.

Porém, dada a estagnação do setor produtivo, a maior demanda só pode ser satisfeita graças ao incremento das importações, financiadas não pelo desenvolvimento da economia interna, mas por fatores *externos* – no caso, o grande aumento da demanda internacional por petróleo (expressão do *superciclo das commodities* impulsionado pelo crescimento industrial chinês), que impulsionou os preços do produto para cima e ampliou muito a captação de renda do Estado venezuelano. Como salienta Emílio Terán Montovani (2014: 166-167),

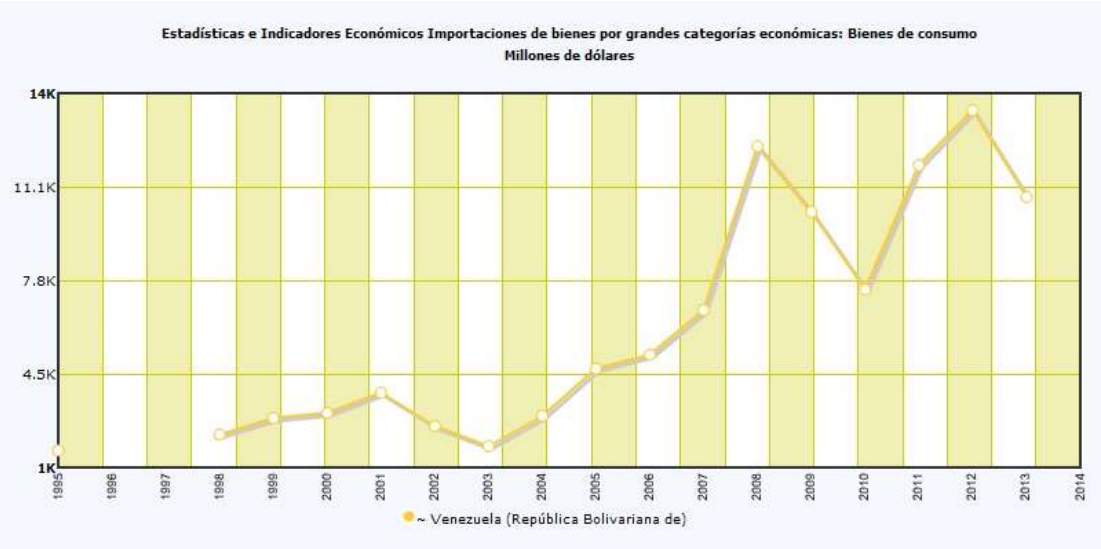
> Las medidas redistributivas del gobierno bolivariano produjeron desde 2004 enormes transferencias de circulante a los hogares, propiciando una notória espanción del consumo, que alcanzó su máximo valor historico en 2008 (...) lo cual ha venido acompañado de un incremento de las importaciones, muy marcado para el período 2003-2008 – en 2008 se registra un máximo histórico de casi 50 mil millones de dólares –, siendo que la razón importaciones-PIB, en términos reales ha pasado de 22% en 1997 a 46,7% en 2008. Posterior a ese año, luego de una caída en 2009, estás ha mantenido su comportamiento creciente hasta la fecha – un total de 46.441 millones de dólares en 2011 (...) –, aun que en términos relativos hayan bajado a poco menos de 40% respecto al PIB.
> Dentro de ese esquema, el sector terciário mentiene predomínio en la oferta interna con 54,1% (...) y en Pdvsa, que es prácticamente el motor de toda la "producción" nacional, apenas trabaja 0,90% de la "población económicamente activa" de todo el país – un total de 121.187 trabajadores y trabajadoras (...) de una P. E. A. total de 13.442.698 personas (...), que básicamente son una fuerza generadora de divisas.[239]

Dados da CEPAL (ver gráfico abaixo) mostram que a importação de bens de consumo aumentou no período 1999-2001; sofreu uma queda entre 2001-2003 (resultado da crise econômica gerada pelo *Paro Patronal*); e voltou a subir continuamente até a crise econômica mundial de 2008, que reduziu os preços do petróleo e incidiu na diminuição da capacidade venezuelana de importar bens. A partir de 2010, verifica-se nova recuperação nas importações, até o índice máximo atingido em 2013. Dali em diante, já no governo Nicolás Maduro, as importações entram em uma espiral descendente que dura até os dias de hoje. Em parte, isso se explica porque o preço internacional do petróleo tornou a cair e se estagnou em patamares muito inferiores aos do auge do chavismo – o que se explica por diferentes fatores: além da continuidade da crise recessiva mundial, houve também o início da extração de petróleo de xisto nos EUA e o aumento da produção saudita, desrespeitando as cotas da OPEP. Maduro, em princípios de mandato, viajou pelos países exportadores e tentou novos

[239] Em termos de valor, a porcentagem das exportações petroleiras no conjunto das exportações venezuelanas saltou de 79,5%, em 1999, para 94,7% em 2010. É claro esses números se devem também aos altos preços do petróleo; mas as exportações não-petroleiras tiveram um declive e continuaram concentradas em poucos produtos – apenas nove categorias representavam 63,1% do total dessas exportações (MONTOVANI, 2014: 166)

acordos para recuperar os preços, mas não foi bem sucedido.[240] Ao mesmo tempo, passou a enfrentar sucessivas crises políticas e um brutal ataque especulativo contra o bolívar (problemas que trataremos mais adiante).

GRÁFICO 7 Importação de bens de consumo (milhões de dólares)



Fonte: CEPAL (http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Economico.html?pais=VEN&idioma=spanish)

Deve ser ressaltado que a ascensão social ocorrida durante a experiência chavista não se deu apenas pela via do maior acesso ao mercado – tal como ocorreu em outros países latinoamericanos, onde governos de orientação relativamente progressista também se valeram no *superciclo* das commodities para estimular o consumo interno, através de políticas de redistribuição de renda). No caso venezuelano, houve avanços significativos nos serviços públicos, nos direitos sociais e políticos, no estímulo a formas de autogoverno e participação política direta, na difusão de formas autogestionárias de produção, etc. No entanto, não se pode também negar que, em face de múltiplas dificuldades enfrentadas, ao final do governo Chávez acabou por fortalecer a *linha de menor resistência do capital* – isto é, aquela que está "mais obviamente de acordo com sua configuração estruturante global, mantendo o controle que já exerce, em vez de perseguir alguma estratégia alternativa que necessitaria o abandono de práticas bem estabelecidas" (MÉZSÁROS, 2011: 680). Isso se traduziu na manutenção dos

[240] Vale lembrar, a esse respeito, que Chávez tornou-se uma referência política em quase todos os países exportadores de petróleo, sendo recebido com entusiasmo pelas massas em suas viagens internacionais. Neste sentido, seu desaparecimento significou também um duro golpe para a própria OPEP, já que Maduro não possuía o mesmo carisma e sua influência internacional era precária (ou mesmo negativa).

interesses ligados ao rentismo, os únicos capazes de, no curto prazo, garantir o funcionamento da economia e o aumento dos níveis de consumo das classes trabalhadoras.

Não se tratou, a nosso ver, de uma *opção deliberada* do governo, dada desde princípios do mandato. Pelo contrário: dentro dos estreitos limites herdados de uma economia historicamente dependente da exportação de um único produto, Chávez implementou políticas econômicas que de fato se orientaram no sentido de diversificar a produção industrial e agrícola venezuelana. Mas os caminhos oscilantes empreendidos – desde o apoio ao capital ao impulso à autogestão e, finalmente, às Comunas (que trataremos a seguir) – evidenciam que o governo não tinha muito claramente definidos quem seriam seus aliados e seus adversários na busca por esses objetivos (o que, de todo modo, depende de uma correlação de forças políticas muito dinâmica, que se alterou ao longo do tempo). Disso resulta que, mesmo se defrontando em vários momentos com linhas de *maior* resistência do capital – com expropriações, estímulo à organização popular, tentativas de rever as divisões político-administrativas do território, etc – o governo como um todo manteve a linha de *menor* resistência, assumindo o desgaste corrosivo dos intentos frustrados (que veio tanto pela direita quanto pela esquerda). Ao final, se viu obrigado a estimular as importações para reduzir suas múltiplas crises políticas e manter suas bases de apoio popular. Nesse sentido, foi obrigado (ou se deixou obrigar) a reproduzir o modelo petroleiro-rentista, elevando a novos patamares a já histórica dependência da economia venezuelana. Não por acaso, os setores da economia interna que mais cresceram durante o governo Chávez foram justamente o comércio importador e o setor financeiro, e o endividamento do país cresceu initeruptamente desde 1999 (MONTOVANI, 2014: 167).[241]

Haveria outro caminho? Diante da recusa da burguesia local em aumentar a capacidade produtiva e diversificar a economia do país, a única altarnativa para o governo era apoiar-se nos trabalhadores e apostar em sua capacidade de gerir a produção por si mesmos. Com muitas limitações, o governo chegou a apostar nessa alternativa, financiando e apoiando formas locais de produção autogestionada. Mas seria necessário fazer o mesmo no setor industrial, apoiando o controle da produção pelos trabalhadores para, com isso, incentivar uma cultura democrática no âmbito das relações

[241] Segundo Montovani (2014: 167), *"a pesar de la enorme liquidez, el endeudamiento ha crecido progresivamente desde 1999: la cuenta capital y financieira ha pasado de un déficit de 2.926 millones de dólares (...) en ese año [2000], a un incremento de dicho déficit en 2011 que llegó a 27.619 millones de dólares (...). La deuda pública total bruta para el cierre de 2011 representa 25% del PIB."*

de trabalho, entre os trabalhadores mais organizados. Tais medidas fortaleceriam, no campo subjetivo, o apoio às transformações estruturais na economia, enfraquecendo a burguesia e a burocracia estatal contra-revolucionária. No entanto, a postura do governo nesse âmbito foi marcada por muitas contradições, ora apoiando as iniciativas protagônicas dos trabalhadores, ora colocando-se contra elas, em favor da cúpula de Estado.

4.5 - Cooperativismo, *"Economia Social"* e o surgimento das *Comunas*

A partir de 2004, membros mais à esquerda do governo se viram com maior poder de persuasão, no sentido de imprimir propostas mais ousadas de transformações nas relações produtivas. Como vimos, o próprio Chávez já afirmava, àquela altura, que seu governo pretendia *"ir más allá del capitalismo, construyendo un nuevo sistema socio-economico, humanista, social. La economia social, no la economía del capital. Eso és perverso y es uno de los grandes culpables del los males del mundo"*. Deixava claro, porém, que essa transformação se daría aos poucos, através de um *"proceso que requiere tiempo, espacio, estratégica, táctica"* (Hugo Chávez, cf.: HINTZE, 2010).

Embora não apontasse para uma transformação de tipo socialista, a Constituição Bolivariana de 1999 continha vários artigos em defesa do que se denominou *Economia Social*[242] – ideia que foi reiterada diversas vezes não só nos discursos de Chávez, como também em uma série de legislações específicas para tal.

> En la Venezuela bolivariana se ha producido un fenomenal desarrollo de instrumentos normativos y de política con miras a constituir la economía social como un sector que podría jugar un papel relevante en una economía mixta, disputando y compartiendo espacios con la economía pública y la privada. Dentro de América Latina, es sin duda el país que más ha avanzado en tales instrumentos, con una creatividad apreciable (...). Aunque no se cuenta con datos para demostrarlo, es posible que éste sea el país que más recursos haya destinado a este tipo de políticas en términos relativos a su PBI, ingreso y población. (HINTZE, 2010: 106)

[242] Em seu artigo 184, o texto constitucional assinala que *"La ley creará mecanismos abiertos y flexibles para que los Estados y los Municipios descentralicen y transfieran a las comunidades y grupos vecinales organizados los servicios que éstos gestionen previa demostración de su capacidad para prestarlos, promoviendo (...) 3. La participación en los procesos económicos estimulando las expresiones de la economía social, tales como cooperativas, cajas de ahorro, mutuales y otras formas asociativas."* Também no artigo 308, se establece que "*El Estado protegerá y promoverá la pequeña y mediana industria, las cooperativas, las cajas de ahorro, así como también la empresa familiar, la microempresa y cualquier otra forma de asociación comunitaria para el trabajo, el ahorro y el consumo, bajo régimen de propiedad colectiva, con el fin de fortalecer el desarrollo económico del país, sustentándolo en la iniciativa popular. Se asegurará la capacitación, la asistencia técnica y el financiamiento oportuno."*

A política de fomento de uma "economia social" ou "popular", que deveria conviver e se desenvolver paralelamente ao setor privado e às empresas estatais, era relativamente inédita na Venezuela, que até então se caracterizava como um país de escassa tradição cooperativista. É verdade que houve alguns avanços nos anos 1960 e 1970, quando tanto a guerrilha armada quanto os governos da época disputaram o apoio da população rural organizando cooperativas agrícolas. No estado Lara, há o bem-sucedido caso da *Central Cooperativa de Servicios Sociales del Estado Lara* (Cecosesola), fundada em 1967 por padres jesuítas e que existe até hoje na cidade de Barquisimeto;[243] e houve também a bem-sucedida experiência da *Federación de Cooperativas de Caficulturoes de Venezuela* (FECCAVEN), que se desenvolveu ao longo de 40 anos no país, em meados do século XX. Mas, no cômputo geral, essas iniciativas constituíam uma exceção. Em 1999, havia apenas 800 cooperativas registradas na Venezuela, principalmente nos setores de finanças e transportes. No total, elas reuníam apenas cerca de 20 mil associados. (AZZELLINI, 2010: 238).

É discutível se o estímulo ao cooperativismo, em princípios do governo Chávez, apresentava um caráter contra-sistêmico; a rigor, tratava-se principalmente de uma política de combate ao desemprego, através de incentivos fiscais inscritos na *Ley Especial de Asociaciones Cooperativas*, de 2001. Para Vargas e Nuñes, porém, a opção pelo cooperativismo já denotava a intenção de "contornar" a burocracia e a burguesia venezuelana, através do financiamento de uma nova estrutura produtiva, utilizando os recursos do petróleo.

> Si el gobierno emprendía un plan de obras públicas, estaba obligado a contratarlas con empresas privadas, clientes habituales del Estado, porque eran las únicas con maquinaria y fondos suficientes como para emprender dichar obras. Siendo inimigas políticas del gobierno, no eran contrapartes confiables y los contratos las iban a fortalecer. Igual si se trataba de un plan de distribuición de alimentos para los sectores más pobres de la población, puesto que los circuitos de distribuición estaban también bajo el mismo dominio.
>
> Era necesario impulsar y fortalecer un sector económmico con vocación social, ya que la administración pública, viciada de burocratismo y corrupción, tampoco era hábil para estos emprendimientos. Originalmente, se tomó a las Fuerzas Armadas como bastión para un conjunto de programas, pero tal mecanismo sólo podía operar transitoriamente, mientras se constituía la alternativa. Fue así como el presidente resolvió promover la creación de cooperativas e hizo un llamado general, al pueblo, para organizarse, y a la administración pública, para respaldar la iniciativa popular. En el año 2001, se promulgó, mediante decreto, una nueva Ley Especial de Asociaciones Cooperativas

[243] Inicialmente criada para atuar na área de serviços funerários, a iniciativa se expandiu depois para grandes feiras agrícolas de consumo familiar, que chegaram a se espalhar para estados vizinhos, mantendo os valores cooperativistas e, em sua base territorial, respondendo bem às necessidades locais no setor de alimentos.

> (LEAC), claramente con la intención de crear un tejido de organizaciones de economía social" (VARGAS, NUÑES, 2010: 104)[244]

Em 2002, criou-se o *Ministério de Estado para el Desarrollo de la Economia Social* (MEDES), que deveria coordenar esses esforços em associação com uma série de órgãos de fomento, tais como o *Instituto Autónomo Fondo Único Social* (IAFUS), o *Banco del Pueblo Soberano*, BANMUJER, FODAMI e a *Fundación Pueblo Soberano* (HINTZE, 2010: 81). Com a inflexão à esquerda do governo, em 2004, intelectuais marxistas como Carlos Lanz e Victor Álvarez Jr. foram nomeados para a coordenação dos programas de cooperativismo.[245] Em um fórum na Biblioteca Nacional de Caracas, em 5 de outubro de 2004, Lanz declarou publicamente que as propostas neo-estruturalistas de Sunkel, então encampadas pelo governo, eram incompatíveis com a pretendida ênfase na sustentabilidade e na "economia solidária / popular", que estavam presentes na Constituição e no discurso de Chávez.[246] As críticas de Lanz se inseriam na redefinição da consigna do *desarrollo endógeno*, que passou a ser baseada "*en la prioridad de la 'economía social', la generación de fuentes de trabajo y la democratización de la producción*" (PARKER, 2007: 8). Surgia assim o que Dario Azzellini (2010: 233) descreveu como *Desarrollo Endógeno Radical* – que pode ser entendida como uma versão modificada do conceito original cepalino.

Nessa nova feição, enfatizou-se a ideia de um controle distinto dos meios de produção, com a implantação de princípios de autogestão nas fábricas e de uso mais sustentável e racional dos recursos naturais. A nova orientação econômica também se relacionava à busca por um reequilíbrio em relação ao território e à população, já que a economia de tipo rentista produziu distorções em termos regionais, seja na utilização de recursos ou no povoamento.[247] Foi com base nesses princípios que o governo criou, em 2004, o Ministério para a Economia Popular (Minep) – entregue ao professor

---

[244] Luis Vargas é engenheiro industrial, e Cristina Núñez é advogada especializada em *Trabajo Social*. Ambos são pesquisadores ligados ao Centro Internacional Miranda (CIM).

[245] Já apresentamos uma breve biografia política de Carlos Lanz (ver nota 98). Victor Álvarez Jr foi professor da Universidade Central de Venezuela (UCV) e pesquisador do Centro Internacional Miranda (CIM), tendo escrito vários livros sobre a planificação econômica do governo Chávez. Foi nomeado sucessivamente para vários cargos: Ministro das Indústrias Básicas e Mineração; presidente da *Corporación Venezolana de Guayana*; diretor da PDVSA; presidente do *Banco del Comércio Exterior*; viceministro de Industrias; presidente do *Fondo de Reconversión Industrial* e, finalmente, gerente geral de Políticas e Estratégias do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas* (CONICIT).

[246] A transcrição das colocações de Carlos Lanz nessa ocasição pode ser vista em http://www.rebelion.org/noticia.php?id=11965 (acessado em 7 de julho de 2015).

[247] Quase toda a população venezuelana vive em menos de 10% do território, na franja costeira, enquanto o resto do país (onde se encontram importantes recursos naturais), é pouco habitado.

universitário Elias Jaua Milano – e a *Misión Vuelvan Caras,*[248] voltada para a criação de novos tipos de cooperativas, sob a coordenação de Carlos Lanz.

Jaua esclareceu que, do ponto de vista do governo, o fortalecimento do Estado não era visto como *meta,* mas como *meio* para se alcançar o desenvolvimento endógeno.

> Nuestra meta es lograr que todo el circuito de *producción y comercialización* quede en manos de una o varias cooperativas para que en ningún momento los sectores oligopólicos o los grandes y medianos empresarios, que tienen una racionalidad distinta, puedan cortar el dinamismo de este proceso productivo. Primordialmente, contamos con el Estado que es, sin duda alguna, el principal mercado en este país en materia de necesidades de alimentos, de productos, de uniformes. Es la garantía, *en una primera etapa*, de la viabilidad de todas estas unidades productivas (Elias Jaua, cf.: AZZELLINI, 2010: 234, grifos meus).[249]

A *Misión Vuelvan Caras* cumpriria um objetivo mais ousado que os programas de cooperativismo até então existentes, qual seja o de "*dotar al modelo productivo con una orientación hacia la economía social, priorizando la participación económica colectiva y otorgándole un impulso al desarrollo y fomento de las políticas laborales y la seguridad social*." (AZZELLINI, 2010: 235). Basicamente, tratava-se de um programa educativo, onde trabalhadores e jovens recebiam formação política e técnica, com ênfase no cooperativismo. Ao todo, foram 72 cursos diferentes, com duração aproximada de seis meses. O público-alvo era formado principalmente por mulheres adultas desempregadas e sem formação profissional (cerca de 65% dos participantes), que recebiam uma bolsa de estudos. Alguns trabalhadores das empresas *nacionalizadas* também receberam formação técnica e política nesse programa.

O objetivo final dos cursos era a conformação de cooperativas, com apoio técnico e créditos do governo. Nos casos mais bem sucedidos, conformaram-se os denominados *Núcleos de Desarrollo Endógeno* (Nudes), que agregavam redes de cooperativas e, em alguns casos, instalações para o oferecimento de serviços públicos (especialmente na área de Saúde). A produção deveria se destinar prioritariamente para a demanda local, mas esperava-se que a iniciativa evoluísse para a produção de excedentes. A ideia era a de que, com o tempo, os Nudes dariam origem a cadeias de

---

[248] A expressão "Vuelvan Caras" – cuja tradução mais próxima no português seria "meia volta, volver" – faz referência a um episódio da Guerra de Independência, protagonizado por lanceiros comandados pelo general José António Paez.

[249] Na prática, o fortalecimento do Estado não constituiu uma "primeira etapa", supostamente preparatória para a passagem do controle da produção e da circulação diretamente aos trabalhadores. Ao contrário, asa transformações no campo da produção foram tímidas, e o controle sobre as redes de comercialização permaneceu nas mãos do capital ou do Estado, tornando-se um *lócus* fundamental onde se estabeleceram circuitos ilegais de acumulação, praticados pelas frações empresariais diretamente, pela burocracia estatal ou por uma conjugação de ambos.

produção maiores, que no seu conjunto resultariam em um novo modelo econômico, voltado para atender as *necessidades sociais* e não o lucro – ou, nos termos da Economia Política, que se priorizasse a produção de *valores de uso*, e não *de troca*.

Os resultados, porém, não foram tão exitosos assim: até 2007, foram criados 125 Nudes, mas nem todos apresentaram níveis robustos de produção e alguns simplesmente não chegaram a funcionar – os dados oficiais a esse respeito não são muito confiáveis, e seria necessária uma pesquisa mais ampla, em nível nacional, para avaliar quais Nudes podem ser considerados um sucesso e quais não são (AZZELLINI, 2010: 236-237). Também não foi atingida a meta de formação de 1,2 milhão de *lanceros* e *lanceras* (como eram chamados os participantes da missão). Já no final de 2006, as atividades da Misión Vuelvan Caras foram perdendo intensidade, com atrasos e menor oferecimento de cursos, até finalmente serem encerradas em 2007.

Parte dos problemas se explicam porque o Minep se organizou a partir de um conjunto de organismos pré-existentes, como o *Instituto Nacional de Capacitación y Educación* (INCE, fundado em 1959) e a *Superintendencia Nacional de Cooperativas* (SUNACOOP, de 1966), cujas burocracias vinham dos tempos da IV República e nem sempre apresentava uma consonância ideológica com a orientação que o governo bolivariano pretendia implementar. Havia uma superposição de órgãos para a execução de tarefas similares, de tal maneira que a operacionalização do planejamento realizado na cúpula do Estado resultava um tanto caótica.[250] Além disso, as constantes mudanças ministeriais – seja pela criação de novos órgãos ou pela nomeação de novos gestores – fizeram com que o planejamento fosse refeito a todo momento, prejudicando a continuidade das iniciativas em curso (HINTZE, 2010: 84).

Outro problema era a própria dimensão e velocidade com que se empreendia o esforço cooperativista no país, desde o Estado. Segundo Parker (2007:11), os grupos de ativismo cooperativista da Venezuela advertiram o governo de que a ideia de massificar o cooperativismo, de forma acelerada e improvisada, provavelmente resultaria em mais erros do que acertos. Segundo eles, o que experiência demonstrava é que as iniciativas

[250] No caso da Misión Vuelvan Caras, inicialmente havia a participação de vários órgãos públicos: o Ministerio del Trabajo era responsabilizado pela concessão de bolsas aos participantes e de financiamento para os projetos; o Ministério de Producción y Comercio cuidava da infraestrutura e dos insumos para a capacitação dos *lanceros* e para a conformação das cooperativas e Nudes; finalmente, o Exército e o Instituto Nacional de Cooperación Educativa (INCE) participavam das atividades de formação. Foi principalmente em virtude da falta de coordenação desses diferentes órgãos que o governo criou o Minep, para dar maior coerência ao programa. No entanto, na prática o próprio Minep não se constituiu como um órgão *novo*, mas sim como uma junção relativamente confusa de outros ministérios e órgãos de Estado anteriormente existentes, integrando suas respectivas burocracias. (HINTZE, 2010: 89).

cooperativistas mais exitosas eram aquelas que passavam por um longo processo de lutas, persistência e acúmulo de aprendizado; e, mesmo assim, a sobrevivência dessas iniciativas em uma economia sujeita às forças de mercado nunca é garantida.[251] Na maior parte das vezes, os valores do cooperativismo tradicional – como a democracia, igualdade, honestidade, transparência, etc – se perdem na exata proporção em que a experiência se consolida no mercado capitalista. No caso venezuelano, muitas cooperativas criadas durante o governo Chávez se tornaram empresas capitalistas disfarçadas, interessadas no aproveitamento das vantagens legais criadas para o cooperativismo; outras conseguiram se manter no mercado, mas desde que contando com subvenção estatal; poucas foram as que realmente mantiveram suas atividades como cooperativas de forma sustentável.[252]

O fato é que, para além da discussão sobre uma possível incapacidade intrínseca do Estado em fomentar, *desde arriba*, o cooperativismo em larga escala, não há dúvidas de que o *ritmo* imposto pelo programa redundou em diversos problemas. Demandava-se um aprendizado muito acelerado não só dos associados cooperativistas, como também dos próprios supervisores do governo, para quem a experiência era inédita e por isso demandava inúmeros ajustes para responder aos problemas que surgiam no caminho. Para Azzellini, "*el crecimiento exuberante de cooperativas hizo imposible crear, al mismo ritmo, estructuras y mecanismos eficientes para la inspección de las cooperativas y el control en el uso correcto de los apoyos gubernamentales*" (AZZELLINI, 2010: 240). Opinião semelhante apresenta Susana Hintze (2010: 85), que afirma:

> Se fijan plazos para ponerlas em marcha y generan expectativas em la población, que luego las instituciones no tienen capacidade para cumplir, ya sea por la permanencia de los problemas históricos de la estrutura de la administración pública, o porque las metas no son realistas incluso para uma aceitada maquinaria estatal (que se reconoce inexistente).

---

[251] Parker cita como exemplo o caso argentino, de tradição cooperativista muito maior do que a venezuelana, onde sempre existiram experiências exitosas (nas áreas de agropecuária, serviços públicos, financeiros, crédito, trabalho, consumo, seguros, saúde, moradia, etc). Quando adveio a abertura comercial, no governo Carlos Ménem, a maior parte dessas experiências entrou em colapso e faliu. Do lado oposto, tem-se o exemplo do País Basco, onde a *Mondragón* – uma enorme rede de cooperativas – chegou a se tornar um dos conglomerados econômicos mais poderosos da Espanha, porém atuando praticamente como uma "corporação capitalista com muitos sócios"(PARKER, 2007: 11).

[252] A própria *Ley Especial de Asociaciones Cooperativas* (2001), ainda que representasse um avanço em relação à legislação anteriormente existente sobre o tema, também apresentava algumas contradições – como, por exemplo, a permissão para que mais de uma cooperativa atuasse em uma mesma atividade, dentro de uma mesma circunscrição, o que estimulava a concorrência entre elas (VARGAS, NUÑES, 2010: 110).

Na ausência de pessoal técnico politicamente qualificado para atuar como docentes nos cursos e para acompanhar a criação dos Nudes, houve muita improvisação. O material didático, por exemplo, muitas vezes era entregue tardiamente e, em alguns casos, os alunos terminavam o curso sem receber formação político-ideológica.[253] Além disso, supunha-se que os futuros membros da cooperativa fortaleceriam seus laços de companheirismo durante sua formação nas missões – o que dificilmente ocorria, porque os cursos em si eram de duração muito curta e, como a evasão era alta, os alunos acabavam reorganizados em novas turmas *durante* a formação, desfazendo os poucos laços que se estabeleciam entre eles. Por vezes, novas turmas eram formadas por alunos que vinham de cursos diferentes, criando conflitos entre eles e inviabilizando a conformação posterior de Nudes e/ou cooperativas. Finalmente, muitos funcionários de Estado, designados para acompanhar a *Misión Vuelvan Caras*, agiam segundo seus próprios critérios e/ou objetivos pessoais (por exemplo, criando cursos ou cooperativas com uma quantidade muito grande de integrantes, para cumprir metas de emprego).

O resultado é que o potencial existente entre os próprios trabalhadores acabava não se desenvolvendo. Parker cita o exemplo das cooperativas agrícolas, onde os associados costumavam ter os conhecimentos necessários para lidar com a terra, mas não desenvolviam experiência administrativa e contábil, por exemplo. Também não estavam acostumados, após a criação das cooperativas, a elaborar projetos, solicitar financiamentos, etc. Outro problema é que nem sempre os associados compartilham dos valores culturais previstos na legislação. Quando se tratava de cooperativas que surgiam de um longo processo de luta, naturalmente se depuravam do grupo os que não compartilham dos valores de solidariedade e compromisso coletivo; diferentemente, quando as cooperativas eram formadas apenas por egressos da *Misión Vuelvan Caras* – cuja única característica em comum, muitas vezes, era a de haver participado dos cursos oferecidos na missão – geralmente não se apresentavam essas características e, por esta razão, as iniciativas fracassavam.

> Resulta particularmente instructiva la experiencia de aquellos grupos que se habían formado como Comités de Tierra para reclamar acceso a la tierra bajo las previsiones de la anterior Ley de Reforma Agraria de 1960, algunos mucho antes de que Chávez ganara la elección presidencial. Por lo prolongado de la lucha y por los reveses sufridos en el camino, suele producirse un proceso de depuración del grupo. Muchos se desaniman y se apartan en los momentos de reflujo, otros se incorporan en los

[253] A utilização de técnicos do INCE, por exemplo, conspirava para isso, já que este instituto tinha por objetivo justamente capacitar mão-de-obra para as empresas capitalistas, e não para fomentar o cooperativismo.

> momentos álgidos de confrontación. En fin, suelen persistir en la lucha los más comprometidos, los más empeñosos (tal vez los más tercos), y comparten una fuerte identidad forjada en la lucha. Es decir, el compartir esa lucha, vivir juntos los reveses y la represión (sobre todo si muere asesinado un compañero de lucha) forja una solidaridad entre los miembros del grupo que finalmente accede a la tierra, que lo coloca en una posición más favorable para enfrentar los retos de poner a funcionar la cooperativa. (PARKER, 2007: 12)[254]

Mesmo quando todos esses problemas eram superados e a Missão bem-sucedida no estabelecimento de cooperativas ou Nudes, havia ainda o problema do crédito e da cessão de terras e/ou equipamentos por parte do Estado, que nem sempre se dava a contento. Formalmente, o acesso ao crédito é feito (até hoje) com base na *Ley de Microfinanzas*, através de uma gama de bancos, empresas e outras instituições estatais (como o próprio Minep), além de governos locais e estaduais; há também créditos e condições especiais para que as cooperativas adquiram indústrias fechadas. Mas, na medida em que não houve uma nacionalização do sistema financeiro, o acesso ao crédito permaneceu muito mais fácil às empresas privadas (que, além de manterem suas relações com o capital portador de juros, também recebiam financiamentos do Estado). Assim, o conjunto da atividade econômica não pendeu para o favorecimento das formas autogestionadas de produção; na prática, a maior parte dessas iniciativas tinha dificuldade em obter financiamento do Estado e, quando conseguiam, grande parte delas se tornavam dependentes desse financiamento, o que reforçava o rentismo petroleiro. Para Hintze (2010: 97), as compras públicas e o financiamento estatal correspondiam *"más como un subsidio que como crédito que debía retornasse, en el marco de una cultura rentista, en un país con tradición clientelar del crédito del estado como una dádiva que usualmente no se cancela a pesar del discurso oficial".*

Todos esses problemas redundaram em grandes desperdícios de recursos públicos, sem que os responsáveis fossem penalizados de alguma forma e sem que o conjunto do governo e do movimento bolivariano tenha sido capaz de debater os erros da experiência, visando corrigí-los.

---

[254] Analisando as iniciativas venezulanas, Suzana Hintze (2010: 112) confirma essa tendência, lembrando que *"aquéllas* [cooperativas] *que se apoyan en experiencias asociativas anteriores y que surgen de la propia fuerza de sus integrantes son las que presentan mejores condiciones de sostenerse por sí mismas y perdurar en el tiempo. También, que el reconocimiento del valor del trabajo asociativo y la concepción sobre el sentido de la propiedad colectiva y social tienen gran peso"*. Parker ressaltou ainda que, mesmo em casos de cooperativas com histórico de lutas, não está garantido o sucesso, porque as vezes os trabalhadores se unem nos momentos de luta, mas possuem dissidências internas, dão origem a várias cooperativas atomizadas, etc.

> Las cooperativas dependían en gran parte del Estado. Los incentivos gubernamentales incluyeron generosas cantidades de créditos con términos de pago blandos y excepción de todos los impuestos. El fracaso de un gran número de cooperativas financiadas por el Estado – debido a la improvisación, o peor aún, al mal uso de los fondos otorgados – se ha traducido en la pérdida de decenas o cientos de millones de dólares. Mientras que muchas cooperativas nunca se materializaron, en otros casos los presidentes de las cooperativas terminaron apoderándose del dinero de los préstamos, o los pagos por adelantado de contratos, antes del inicio del trabajo.
> Chávez y sus seguidores generalmente atribuyeron los problemas que enfrentaban las cooperativas y los consejos comunales a la falta de consciencia de sus miembros, y como correctivo, pidieron la creación de lo que Che Guevara llamó el "nuevo hombre socialista". Sin embargo, al promover los programas sociales, el gobierno enfrenta un obstáculo práctico que los líderes chavistas no reconocen, por lo menos públicamente. Se establecieron mecanismos para controlar las cooperativas, pero no ha habido ningún caso, hasta la fecha [2014], de miembros de cooperativas penalizados por no lograr cumplir con sus obligaciones legales.
> (...)
> La discusión formal dentro del movimiento chavista es esencial para detectar y corregir los errores que son inevitables en el camino experimental hacia el cambio, llamado por Chávez el socialismo del siglo XXI. Hasta la fecha, sin embargo, los partidos pro Chávez no han logrado establecer mecanismos de discusión interna que influyan en la toma de decisiones. (ELLNER, 2014: 180-181)

De todo modo, em 2008 a *Supraintendencia Nacional de Cooperativas* (Sunacoop) confirmou um enorme crescimento do cooperativismo, apresentando o expressivo número de 70 mil cooperativas em operação.[255] Desse total, 10.122 pequenas e médias cooperativas haviam surgido a partir da *Misión Vuelvan Caras*, contabilizando 680.000 trabalhadores (AZZELLLINI, 2010: 237). O setor de serviços absorveu 49,38% das cooperativas (principalmente salões de cabelereiros, turismo, limpeza e manutenção industrial); 25,3% eram cooperativas produtivas (agricultura, avicultura, pesca, manufatura e indústria); 11,48% correspondiam a cooperativas de transporte; e 7,64% eram bancos comunais. Esses últimos foram excluídos da lei de Conselhos Comunais de 2010, o que resultou em um total, para aquele ano, de 62.000 cooperativas que efetivamente empregavam trabalhadores, num total de 2.012.784 pessoas (ou 13% da população economicamente ativa). Houve, portanto, um crescimento bastante significativo no setor, perceptível no cotidiano das cidades e no meio rural. Mas, a despeito disso, o setor autogestionado da economia permaneceu diminuto, correspondendo a apenas 2,5% do PIB em 2008.

---

[255] O número total de registros realizados na Sunacoop chegou a 262.904, mas o próprio órgão admitia que a maior parte desses novos empreendimentos não logrou manter-se no mercado, ou não cumpriu as obrigações legais para funcionar como cooperativas – isto é, funcionavam sem transparência nas finanças; tomavam decisões arbitrárias ou impunham medidas disciplinares sem base legal; não faziam assembleias para os cooperados; empregavam trabalhadores por mais de 6 meses sem integrá-los à cooperativas (como mandava a lei); deixavam de oferecer programas educativos para os sócios; etc. O órgão estatal admitia que muitos empreendimentos eram, na verdade, pequenas empresas capitalistas disfarçadas, ou empresas que só existiam no papel, servindo para desvio de verba. (AZZELLINI, 2009: 05)

> La idea inicial de que las cooperativas llegaran automáticamente a "producir para la satisfacción de las necesidades sociales" y que la solidaridad interna de las cooperativas, basada en la propiedad colectiva, "se extendiera de manera espontánea en las comunidades locales", se reveló falsa. La mayoría de las cooperativas siguieron las lógicas del capital. Se concentraron en maximizar sus ganancias sin apoyar a las comunidades adyacentes; muchas se negaron a integrar nuevos miembros a la cooperativa, y así ganar más, y algunas cooperativas se concentraron en producir para exportar antes de satisfacer intereses regionales (AZZELLINI, 2010: 240)

Os problemas levaram o governo a reformular seus programas de cooperativismo, com a promulgação de novas leis e o lançamento, em 2007, da *Misión Che Guevara* (logo rebatizada para *Che Guevara Misión Socialista*). Ao invés de cursos para a formação de cooperativas ou Nudes, o modelo passou a se basear nos *Consejos Comunales* já existentes para, a partir deles, criar *Cooperativas Comunales*. À diferença do modelo anterior, a CC aproveitava os laços de solidariedades já existentes nas comunidades organizadas, a quem cabia a iniciativa de propor projetos indicando ao Estado que tipo de cooperativas necessitam, e que trabalhadores da comunidade iriam trabalhar nelas. A Sunacoop, por sua vez, reformulou os cursos, fortalecendo a formação política – com expressa atenção para não repetir erros anteriores, identificados como semelhantes aos da experiência iugoslava do "Socialismo de Mercado". A essa altura, boa parte dos militantes bolivarianos, seja nas fábricas ou nas cooperativas, estavam conscientes de que o fato de uma empresa ter vários donos, ao invés de um só capitalista, não fazia dela uma empresa socialista; ao contrário: ao se tornarem donos das empresas onde trabalham, os trabalhadores tendiam a olhar o mundo segundo uma ótica empresarial. Por isso, mais e mais trabalhadores bolivarianos vêm rechaçando os modelos em que eles se tornam donos dos meios de produção (AZZELLINI, 2010: 241; MORENO & SANABRIA, 2006).

4.5.1 - As Comunas

Ainda que a maioria dos *Consejos Comunales* tenham resultado em melhorias nas condições de vida em seus respectivos territórios, sua abrangência geográfica é muito pequena para promover transformações mais profundas na sociedade. Houve casos em que vários CCs se articularam em projetos comuns – como ocorreu no estado Falcón, onde cerca de 400 conselhos adjacentes se coordenaram a partir de uma rede de comitês de água preexistente (AZZELLINI, 2010: 287). Mas foram casos excepcionais. De maneira geral, a iniciativa dos CCs tendeu a perder força à medida que as

necessidades mais imediatas da população – especialmente nas questões de infraestrutura – foram sendo satisfeitas. Quando, por outro lado, tarefas mais complexas se apresentavam (como as que se relacionavam ao desenvolvimento de novas unidades produtivas), os CCs não apresentaram dinamismo e participação popular suficiente.

A partir de 2007, Chávez começa a propor a ideia das *Comunas*, entendidas como um conjunto de Nudes, cooperativas e conselhos comunais, agrupados por aspectos sociais, produtivos e geográficos, de modo a conformar "eixos" de desenvolvimento endógeno de crescente amplitude territorial, voltados para abarcar cadeias completas de produção (da matéria-prima à distribuição aos consumidores finais). A ideia remetia aos artigos da Reforma Constitucional daquele ano, que davam à Presidência da República a faculdade de modificar as divisões político-territoriais do país – segundo os termos da reforma, quando um território do país estivesse completamente organizado em formas de autogoverno local, através da articulação entre diferentes conselhos comunais, o governo poderia decretar a formação de *Ciudades Comunales*, que não necessariamente precisavam respeitar os limites estabelecidos pelas divisões territorial-administrativas existentes.

Durante o juramento dos novos integrantes do Gabinete Executivo da República daquele ano, Chávez apresentou a proposta de conformar um *Estado Comunal* que, a partir de uma perspectiva de duplo poder, deveria substituir o velho Estado burocrático.

> Casi todos los Estados nacieron para detener revoluciones. Vaya qué reto el nuestro, convertir al viejo Estado contrarrevolucionario en un Estado revolucionario (...) Tenemos que ir marchando hacia la conformación de un Estado comunal y el viejo estado burgués que todavía vive, que está vivito y coleando, tenemos que irlo desmontando progresivamente, mientras vamos levantando el Estado comunal, el Estado socialista, el Estado bolivariano; un Estado que esté en condiciones y en capacidad de conducir una Revolución" (CHÁVEZ, 2008: 38).

Os próprios trabalhadores passaram a conformar comunas *na prática*, isto é, a partir da ação concreta nas bases, sem que houvesse uma lei específica para isso. O governo, por sua vez, fomentava e financiava tais experiências, levando Dario Azzellini a afirmar, em 2010 que *"las ciudades comunales son discutidas intensamente y en algunos casos ya practicadas desde abajo"* (AZZELLINI, 2010: 300). Com o lançamento da *Misión 13 de Abril* (2008), o governo procurou sistematizar esse processo, apresentando-o como o novo horizonte político de transformação socialista da sociedade venezuelana.

> Para el trabajo y la conformación de las Comunas se vislumbraron tres ejes principales: la coordinación e integración de todas las misiones; la transformación infraestructural del hábitat a través de la construcción de viviendas y en especial de espacios públicos como plazas, parques, escuelas y facilidades para deportes; y el desarrollo de una economía comunal por medio de proyectos productivos, basados en recursos y conocimientos existentes. La economía, que así surgiría, sería mayoritariamente de propiedad comunal. En los meses restantes de 2008 se aprobaron todavía 400 mio. de BsF, para un total de 127 proyectos en 47 sectores del país. La Misión 13 de Abril y algunas responsabilidades del ministerio social pasaron a formar el Ministro de las Comunas en 2009. (AZZELLINI, 2010: 301)

Chávez buscou estimular um debate nacional sobre essas experiências. Para isso, organizou um evento no dia 11 de junho de 2009, no Teatro Tereza Careño, em Caracas, o qual foi transmitido ao vivo para todo o país através do programa *Aló Presidente* (que, na ocasião, recebeu o nome especial de "*Aló Presidente Teórico"*). De forma pedagógica, Chávez expôs as bases conceituais da nova estratégia para a construção do Socialismo do Século XXI, frisando logo de início que não se tratava de um constructo a ser realizado desde Estado, mas do resultado de um movimento orgânico das massas trabalhadoras.

> La comuna debe ser el espacio sobre el cual vamos a parir el socialismo. El socialismo desde donde tiene que surgir es desde las bases, no se decreta esto; hay que crearlo. Es una creación popular, de las masas, de la nación; es una "creación heroica", decía Mariátegui. Es un parto histórico, no es desde la Presidencia de la República. La comuna es el espacio donde vamos a engendrar y a parir el socialismo desde lo pequeño. Grano a grano, piedra a piedra se va haciendo la montaña. (CHÁVEZ, 2009: 21)[256]

> Es el pueblo el que decide; es la comunidad la que decide; no somos nosotros, no es Chávez el que va a decidir. Chávez puede opinar, como cualquiera, pero son ustedes los que deciden, es el poder popular, es la democracia directa, a través de las asambleas populares, a través de la participación, el protagonismo popular". (idem, ibidem: 25)

Diferentemente das experiências anteriores de cooperativismo, as comunas não deveriam ter um alcance territorial rigidamente delimitado; ao contrário, a ideia é que seu alcance fosse crescente, com fronteiras fluidas que articulassem o *local* com um projeto global de transformação do país, construido *desde abajo*. Assim, partindo da articulação entre diversos conselhos comunais, as comunas deveriam expandir-se em confederações até o surgimento de um Estado Comunal – o que, ao menos em tese, remeteria a uma ideia compatível com a estratégia do *duplo poder*. Para isso, o presidente reivindicou uma *"visión holística"* para a proposta.

[256] O texto em questão é uma transcrição do discurso de Chávez realizado na ocasião.

> ¿Saben contra qué hay que luchar aquí? Hablando de teoría, contra la llamada visión cartesiana del mundo, que viene de aquel señor que se llamó René Descartes, que estableció el método cartesiano: dividir la realidad en partes para poder entenderla. Pero la realidad es una sola. Esa llamada especialización, esa división del trabajo conduce a la nada. (...) Aquí quiero insistir en una línea teórica: es necesario que nos armemos de la visión holística. El holismo es la visión integral. Hay que mirar la realidad completa, y asumirla como un todo. (idem, ibidem: 22-23)
>
> Entonces tiene que ser un sistema integrado de comunas, no unas comunas aisladas. Y eso es válido desde ahora mismo para los consejos comunales, que son núcleos. Ustedes saben que la célula tiene un núcleo; los consejos comunales son el núcleo de las comunas, o uno de los núcleos de las comunas. La comuna es como la célula, y las células tienen que irse ramificando, enlazando, tienen que ir formando un sistema, articulándose, para darle forma a un cuerpo. Es el nuevo cuerpo de la nación, desde abajo, desde el núcleo, que son ustedes; luego la célula, que es la comuna, que están naciendo (idem, ibidem: 34-35)

Seguindo este raciocínio, Chávez qualificou a ênfase excessivamente local como contrarevolucionária, posto que reproduziria a lógica do capitalismo, a qual

> *es en esencia la fragmentación de la sociedad, el convertir al hombre en náufrago, en un aislado, un solitario. Por supuesto que sus organizaciones – las del capitalismo – serán fragmentadoras, aisladoras, barreras para la comunicación.*
> (...)
> La Revolución debe, so pena de perecer, de ser capturada, modificar radicalmente la visión del mundo propia del capitalismo, debe emprender acciones que reconstruyan el tejido social, y para esto es principalísimo elevar lo local al nivel universal. Establecer relaciones políticas, sociales, económicas, organizativas y espirituales desde la base hasta el nivel nacional – desde el núcleo, diría yo, desde la célula hasta todo el nivel nacional.(idem, ibidem: 36-37)

Chávez apresentava a organização comunal das civilizações originárias da América como um referente histórico para as comunas venezuelanas: *"Cuando hablamos de los antecedentes de las comunas, tenemos a nuestros pueblos indígenas, sobre todo en los Andes venezolanos y en los Andes colombianos."* (idem, ibidem: 29); nessa mesma linha de raciocínio, lembrou que *"algunos estudiosos señalan incluso, que el Imperio inca tenía características socialistas."* (idem, ibidem: 31). Além disso, Chávez também fez referências explícitas à experiência das Revoluções Russa e Chinesa, citando Mao Tsé Tung, Lênin e István Mészáros. Sempre ressaltando que nenhum desses exemplos históricos deveria ser simplesmente *copiado*, mas que serviam para o aprendizado para evitar os erros ocorridos nessas experiências – e, neste ponto, fez questão de criticar o processo de burocratização que se seguiu, no Leste, à ascensão do stalinismo.

> El consejo comunal no puede ser un apéndice del Partido, estaríamos matando al bebé, estaríamos produciendo un aborto. ¿Cuál es el bebé? Los consejos comunales. Ustedes

> no lo permitan. El Partido ayuda, tiene que ayudar; el Partido impulsa, tiene que impulsar; el Partido forma cuadro. Los consejos comunales no pueden ser apéndices de las alcaldías, no pueden, no deben ser, no se dejen. Las comunas no pueden ser apéndice de las gobernaciones, ni del Ministerio de la Comuna, ni del presidente Chávez ni de nadie: son del pueblo, son creación de las masas, de ustedes.(idem, ibidem: 43)

Percebe-se no discurso de Chávez uma posição favorável à autonomia das formas organizativas dos trabalhadores, ao menos no caso das comunas (postura que o presidente não apresentava no tocante às organizações de tipo sindical).[257] E de fato, ao menos em um primeiro momento, o *modus operandi* do governo respeitou as iniciativas locais das comunidades organizadas.

> El Ministerio de las Comunas asume el acompañamiento y el apoyo de proyectos, que son elaborados y presentados por potenciales comunas. La construcción de la comuna es un proceso que tiene su inicio en la planificación conjunta a nivel superior. Las comunidades deciden ellas mismas, según sus necesidades, cuáles asuntos a nivel superior toman de manera colectiva en sus manos. Esa flexibilidad les hace posible encontrar un camino propio hacia el autogobierno. Un elemento importante en la construcción de la comuna es la integración de otras organizaciones y otros consejos, que deberían garantizar la participación y los derechos de minorías en la institución naciente. (...) hasta mediados de 2010, había, especialmente en zonas rurales, 220 Comunas y unas diez ciudades comunales en construcción. (AZZELLINI, 2010: 301-302)

As comunas vieram a ser regulamentadas a partir de 2009, com uma revisão e ampliação da *Ley Orgánica de los Consejos Comunales* (LOCC), que passou a estabelecer a autonomia das comunidades na gestão financeira dos recursos repassados diretamente pelo Executivo Federal, nos termos de um conjunto de leis que vieram a ser aprovadas no ano seguinte: *Ley Orgánica de las Comunas* (LOC); *Ley Orgánica del Poder Popular* (LOPP); *Ley Orgánica de la Planificación Pública y Popular*; e *Ley Orgánica del Sistema Económico Comunal* (LOSEC). Todo esse arcabouço legal alterava os marcos do federalismo associado à democracia representativa, já que

[257] Trataremos no próximo capítulo das relações entre a cúpula do governo (e de Chávez, em particular) e as organizações sindicais. Por ora, salientamos que o chavismo nunca apresentou uma política sindical clara, e que a tendência geral do governo foi a de defender que os sindicatos deveriam abrir mão de sua autonomia e se submeter aos ditames do partido e do governo. Entretanto, é comum ouvir de militantes bolivarianos a ideia de que Chávez, ao longo do processo, *evoluiu* em suas concepções (ainda que seus ministros não tenham acompanhado essa evolução). Como lembra Roberto López Sanchez (2012: 100), *"en el caso particular del movimiento sindical, luego de haber afirmado en 2007 que los sindicatos no podían ser autónomos y tenían que subordinarse al partido, Chávez ha dicho a partir del 2009 que 'respeta la autonomía sindical'"* (afirmação que teria sido feita, segundo Sanchez, em um pronunciamento realizado pelo presidente em 2010, durante o *Encuentro Sindical Nuestra América*, em Caracas). A despeito de declarações públicas como essa, porém, a burocracia estatal continuou intervindo nas disputas sindicais, quase sempre em favor das correntes mais acriticamente alinhadas ao governo – o que ocorreu particulamente no âmbito das empresas estatais.

transferiam competências das instâncias estaduais e municipais aos novos organismos de participação direta (SILVA, 2015: 17-18).

> Nesta medida (...), na Venezuela, passaram a conviver, paralelamente, dois sistemas de representação: um de origem na tradição liberal, outro de origem na tradição comunista (...). Essa convivência (...), não se dá, contudo, sem prejuízo para as autoridades eleitas pelos mecanismos de representação tradicional, que perdem espaço para aqueles ligados ao exercício da democracia direta. Deste modo, quando observados os novos dispositivos legislativos fica claro o objetivo de que, gradualmente, as instâncias de representação tradicional cedam às instâncias do Poder Popular em um sistema que transcende os marcos do liberalismo político. (SILVA, 2015: 18-19)

A transição de competências das instituições representativas para os organismos de participação política direta foi regulamentada posteriormente pelo governo, através de uma Lei Habilitante promulgada em 15 de junho de 2012 – a Lei Orgânica para a Gestão de Competência e Outras Atribuições do Poder Popular, cujo artigo primeiro declara: "O presente Decreto com propósito, valor e força de Lei Orgânica tem por objeto desenvolver os princípios, normas procedimentos e mecanismos de transferência da gestão administração de serviços, atividades, bens e recursos, do Poder Público nacional e das entidades político territoriais ao povo organizado". Como indica Silva (2015: 19),

> o esvaziamento dos poderes associados à democracia representativa se estabelece, todavia, sob a lógica da *restituição*, uma vez que, em um ordenamento democrático, orientado pelo conceito de soberania popular, as capacidades transferidas se originariam axiologicamente no povo. Esta intenção, por sua vez, é operacionalizada por uma dinâmica de 'Transferência de Competências', definida pelo mesmo artigo como 'processo mediante o qual as entidades político territoriais restituem ao Povo Soberano, através das comunidades organizadas e às organizações de base do Poder Popular aqueles serviços, atividades, bens e recursos que podem ser assumidos e gestionados.

Como já discutimos anteriormente, a Constituição Bolivariana, em seu art. 70, estabeleceu que as decisões tomadas em instâncias de participação direta – sejam assembleias de cidadãos ou os mecanismos de consulta, tais como os referendos – tem caráter vinculante, isto é, devem ser respaldadas pelo Poder Legislativo e Executivo, em seus diferentes níveis. A reforma constitucional de 2007 iria agregar a esse artigo as novas formas de organização comunitária, como as *comunas*, que seriam organizadas territorialmente pela presidência, em detrimento dos governos locais. Derrotada a proposta, restou ao governo Chávez buscar, através de novas leis, equacionar o tenso equilíbrio entre as decisões tomadas direta e protagonicamente pela população e as prerrogativas das instituições representativas tradicionais da democracia de tipo liberal,

nas quais a participação popular é indireta. O advento das comunas complexificou ainda mais essa tensão, já que os territórios autogestionados, por vezes, ultrapassavam as fronteiras dos municípios, estabelecendo formas próprias de governo em seu interior. Logo se manifestaram disputas entre os governos locais (alcaidias, governos estaduais, etc) e as formas de Poder Popular criadas pelas comunidades.

Pode-se dizer que a proposta do governo Chávez se compatibilizava com as formas organizativas que caracterizavam as frações mais precarizadas da classe trabalhadora, que constituíam a principal base de sustentação política do chavismo (juntamente com a baixa patente militar). Isso porque, na medida em que esses trabalhadores se organizavam muito mais a partir do território (isto é, no âmbito comunitário), e não por local de trabalho (como ocorria com os trabalhadores empregados na indústria, os quais tinham nos sindicatos sua principal forma associativa), o *duplo poder* proposto por Chávez também deveria se constituir na forma de confederações de comunas organizadas territorialmente, desde o núcleo básico dos conselhos locais até o surgimento de um *Estado Comunal*. O problema é que, diferentemente das formas de duplo poder baseadas no controle direto de meios de produção já existentes, as comunas precisariam *criar seus próprios meios de produção*, o que só poderia ser feito a partir do financiamento estatal. Como os governos locais, na maior parte das vezes, eram contrários à perda de soberania sobre os territórios adscritos ao seu raio de ação, todo o esforço dependia do apoio do Executivo Nacional. Assim, contraditoriamente, a proposta das comunas fomentou ao mesmo tempo *a descentralização e, ao mesmo tempo, a centralização do poder*, isto é, a democracia direta local e o fortalecimento da burocracia do Estado petroleiro-rentista, historicamente centralizada. O resultado foi uma dinâmica em que *novo* dependia do *velho* e, no final das contas, acabava fortalecendo-o.

> Uma vez que a legislação não esclarece quais serão os critérios para a concessão destes recursos adicionais, é possível, porém, sugerir que governo nacional possua uma ampla margem de discricionariedade em sua distribuição. Esse panorama apenas reforça o argumento original acerca do chavismo, ou seja, de que as iniciativas de fortalecimento do protagonismo popular, através da incorporação de mecanismos de democracia direta e autogestão, convivem com a predominância do Executivo ensejando a continuidade com uma tradição política caracterizada pelo centralismo e pelo hiperpresidencialismo. (SILVA, 2015: 20)

No que diz respeito ao provimento financeiro, a LOSEC definia o Poder Nacional como órgão coordenador e financiador dos projetos socioprodutivos, cabendo

ao Conselho Federal de Governo (CFG) a tarefa de "resolver os conflitos que se apresentem entre os sujeitos de transferência e os estados, municípios e órgãos do Poder Público Nacional, em relação às solicitações de transferência da gestão e administração de serviços, atividades, bens e recursos" (cf.: SILVA, 2015: 20). Além disso, o CFG também teria a responsabilidade de prover um montante adicional, através do "Fundo de Compensação Interterritorial". Os órgãos e entes do Poder Público Nacional e as entidades políticas locais deveriam entrar em acordo e adotar, nos termos da lei, "as medidas necessárias para que os sujeitos de transferência [isto é, as comunas] gozem de *prioridade e preferência* nos processos de celebração e execução dos respectivos convênios, para a transferência efetiva da gestão e administração de serviços, atividades, bens e recursos" (idem, ibidem: 19). Novamente, percebe-se na legislação um fortalecimento dos poderes discricionários do Executivo Nacional (controlador *de fato* do CFG), em detrimento dos outros entes da federação; por outro lado, nunca é demais lembrar que o sistema *puntofijista* anterior era ainda mais centralizado, na medida em que os próprios governadores eram indicados pelo presidente – neste sentido, é preciso problematizar as acusações de "centralização" comumente feitas à Chávez e à Constituição Bolivariana.

Embora os trabalhadores considerassem os Conselhos Comunais um instrumento próprio, subordinado à *base*, a dependência do financiamento estatal impedia que esses organismos se constituíssem como um "contra poder" em relação ao Estado; por isso, na maior parte das vezes, as formas locais de participação direta só poderiam conviver com (e não destruir) as instituições estatais, reivindicando apenas que elas respeitassem as posições tomadas localmente (AZZELLINI, 2010: 316). Além disso, como vimos anteriormente, em muitos casos os conselhos e cooperativas são hegemonizados por setores do *chavismo* associados à burocracia do Estado ou do PSUV (especialmente nas comunas urbanas).

Na prática, as comunas não chegaram a apresentar um *volume* e uma articulação suficiente para impulsionar uma alternativa de duplo poder. As iniciativas mais bem-sucedidas foram poucas, geralmente no meio rural, onde se desenvolveram formas relativamente endógenas de produção, que atenderam a demandas locais de subsistência das populações, mas não avançaram tanto na produção de excedentes que pudessem ser integrados à dinâmica econômica nacional. Apesar da insistência de Chávez em estimular a proposta do Estado Comunal – que ele manteve até seus últimos atos oficiais como presidente – a verdade é que, pelo menos desde 2010, tornou-se cada vez

mais comum que funcionários de alto escalão do governo viessem a público para rechaçar as políticas de cooperativismo. Do ponto de vista de Vargas e Núñez, tais críticas se motivavam não pelo desejo de corrigir os problemas, mas sim com o objetivo de impedir o avanço de alternativas de organização popular que pudessem esvaziar o poder da burocracia de Estado.

> Altos funcionários del gobierno han expresado públicamente sus críticas a las cooperativas, en forma general, sin destacar las excepciones, lanzando un manto de rechazo sobre el cooperativismo y sin analizar las causas de fondo del problema. Con esto le han hecho el juego a los intereses que quieren impedir la emergencia de estructuras organizadas, capaces de brindarle autonomía al pueblo, en la ejecución de obras públicas y otras actividades, de las cuales siempre ha medrado el sector privado, coludido con la burocracia. No han comprendido dichos funcionarios, que al cooperativismo promovido por el presidente Chávez se han integrado los más humildes pobladores del país, carentes de formación administrativa, contable, legal y organizacional, lo cual explica las fallas, junto a la tradición gestora de los agentes partidistas del pasado, que están preparados por su experiencia para secuestrar la iniciativa popular. A ello se suma la ignorancia generalizada de los burócratas, respecto al modo de organización cooperativista, que les hace difícil valorar cuando están ante una verdadera cooperativa o ante una "cooperativa de maletín", además de que los tradicionales contratistas de obras públicas, simprem tienen a mano un bien fajo de billetes para ayudar a nublarles la vista. (VARGAS, NÚÑES, 2010: 111)

Como se vê, a grande dificuldade na constituição do Estado Comunal reside no fato de que, em que se pese a ascensão aos aparelhos de Estado de novos atores políticos comprometidos com as causas populares, não houve uma tranformação estrutural do Estado que fizesse dele expressão dos interesses históricos da classe trabalhadora. Na prática, o que acabou ocorrendo foi o fortalecimento da centralização do poder em uma cúpula de governo, sitiada por uma burocracia que trabalhou muito mais em função da manutenção de seus interesses particulares, em desconexão com o processo mais amplo de transformações da sociedade. As *misiones*, *consejos comunales* e comunas claramente compunham uma tentativa de *contornar* essa burocracia, mas não puderam modificá-la em sua essência (muitas vezes, porque os próprios agentes destacados para isso não puderam ou não se propuseram a isso). Como resultado, as formas locais de organização dos trabalhadores, por mais que impulsionassem uma prática real de democracia direta e protagônica, contribuindo para a um avanço subjetivo no sentido da contestação das formas capitalistas de dominação, não dispunham de um poder *realmente* autônomo; ao contrário, dependeram sempre do aval (e do financiamento) da cúpula do Estado, controladora de um Aparelho Econômico que permaneceu relativamente "fechado" à participação orgânica dos setores subalternos organizados. O resultado foi o estabelecimento de uma dinâmica que reforçou a cultura

e a prática política *centralizadora* que historicamente caracteriza o rentismo petroleiro venezuelano.

Em 20 de outubro de 2012, duas semanas após ser reeleito para um terceiro mandato, Chávez reconheceu esses problemas em uma autocrítica pública sobre as dificuldades do governo em enfrentar os desafios do processo revolucionário.[258] Reunido com todo o ministério, defronte às câmeras dos canais estatais de TV, o presidente reiterou a aposta na experiência das comunas, associando a ideia à proposta defendida por István Mészáros, de construção de um socialismo calcado na em um planejamento econômico realizado pelos produtores diretos livremente associados, e não por uma cúpula governamental centralizada.

> Aquí tengo al [libro de] István Mészáros, el capítulo XIX, que se llama "El sistema comunal y la ley del valor". Hay una frase que hace tiempo subrayé, la voy a leer, señores ministros, ministras, vicepresidente, hablando de la economía, del desarrollo económico, hablando del impulso social de la revolución: "El patrón de medición – dice Mészáros – de los logros socialistas es: hasta qué grado las medidas y políticas adoptadas contribuyen activamente a la constitución y consolidación bien arraigada de un modo sustancialmente democrático, de control social y autogestión general".
> (...)
> Nosotros debemos territorializar (...) Ahora, compañeros, compañeras, camaradas, si este elemento no formara parte de un plan sistemático, de creación de lo nuevo, como una red (...) que vaya como una gigantesca telaraña cubriendo el territorio de lo nuevo, sino fuera así, esto estaría condenado al fracaso; esto sería absorbido por el sistema viejo, se lo traga, es una gigantesca amiba, es un monstruo el capitalismo.
> (...)
> Yo voy a tener que eliminar el Ministerio de las Comunas, lo he pensado varias veces, ¿por qué? Porque mucha gente cree que a ese ministerio es al que le toca las comunas. Eso es un gravísimo error que estamos cometiendo. No lo cometamos más. Revisemos. Firmé un decreto creando algo así como ente superior de las comunas. ¿Dónde está? No ha funcionado.
> (...)
> Seguimos entregando las viviendas, pero las comunas no se ven por ningún lado, ni el espíritu de la comuna, que es mucho más importante en este momento que la misma comuna: la cultura comunal. ¿Me explico? ¿Será que yo seguiré clamando en el desierto por cosas como éstas? Todos aquí tenemos que ver con esto, todos, desde mi persona, la Presidencia de la República; aquí en torno a Miraflores debería existir ya una comuna. Todos y todas tenemos que ver con eso; es parte del alma de este proyecto.
> (...)
> Manden a buscar la Ley de las Comunas, léanla, estúdienla. Mucha gente – estoy seguro –, no digo que ustedes, por allá, más allá, ni la han leído, porque creemos que no es con nosotros. La Ley de la Economía Comunal, mucha gente ni la ha leído, porque creemos, que no, lo mío es otra cosa, eso no es conmigo. (...) Estoy seguro de que en la mayoría de esos grandes o medianos o pequeños proyectos que estamos adelantando, desde

[258] As declarações de Chávez nessa ocasião foram transcritas e publicadas no dia 30 de outubro, com o título de *"Golpe de Timón"* (expressão que significa "guinada" ou "mudança de direção", como faz o comandante quando gira o timão de seu navio). O documento de pouco mais de 30 páginas é uma crítica contundente ao burocratismo que caracterizava o governo bolivariano; à falta de comunicação e coordenação entre os ministérios; à falta de reflexão, autocrítica e solidez teórica do conjunto dos ministros; à falta de eficiência e de transparência com o povo; à falta de participação dos trabalhadores nas decisões; etc.

> viviendas, ciudades nuevas, polos de desarrollo científicos, polos de desarrollo agrícolas, (...) no existen las comunas. ¿Dónde las vamos a buscar, en la Luna?
> (...)
> Una vez incluso mandé a sacar no sé cuántas copias, Carmen Meléndez, quiero sacarle otra vez 30 copias, le voy a regalar una copia, otra vez, a cada ministro y a cada ministra de un librito rojo de los tiempos de Mao Tse Tung sobre las comunas. Parece que nadie lo leyó porque de regreso no recibí ni siquiera una hojita de un comentario sobre el libro.
> (...)
> Bueno, la comuna, el poder popular, no es desde Miraflores ni es desde la sede del ministerio tal o cual desde los que vamos a solucionar los problemas. (...) Nos cabe una gran responsabilidad ante la historia a los que aquí estamos. Véanse las caras, véanse los ojos en el espejo cada vez que vayan al baño o a donde haya un espejo. Yo de primero.(CHÁVEZ, 2012: 10-21)

A responsabilidade por liderar essa correção de rumos, porém, ficou a cargo de outras pessoas. Pouco mais de quatro meses depois dessa reunião, Chávez sucumbiu ao câncer e faleceu. Após sua morte, o termo *"Golpe de Timón"* se tornou uma consigna da militância bolivariana mais crítica – que, em sua luta cotidiana pelo ideal de um socialismo realmente democrático e construído *desde abajo*, muitas vezes reivindica o legado de Chávez *contra* o governo de Nicolás Maduro.

4.6 - O avanço da oposição antichavista

A rigor, os resultados eleitorais das eleições parlamentares de 2005 – as quais, como vimos, foram boicotadas pela oposição – deram uma falsa impressão de que o chavismo possuía uma força eleitoral acachapante e invencível. Mas a vitória no Referendo Constitucional de 2007 levou a oposição a apostar numa possível vitória eleitoral contra o campo bolivariano. Os esforços neste sentido se iniciaram em 2008, com a conformação da *Mesa de Unidad Democrática* (MUD), coalizão que integrou mais de 13 partidos oposicionistas (incluindo AD, Copei, Bandera Roja, Primero Justícia, MAS, LCR, dentre outros).

Em fevereiro de 2009, Chávez venceu um novo referendo de reforma constitucional, que visava permitir que todos os mandatários do Executivo (Presidente, governadores e alcaldes) pudessem pleitar a reeleição por um número ilimitado de vezes (os resultados da consulta deram a vitória do "sim", por 54,85% dos votos, contra 45,14% do "não"). A relativamente pequena margem da vitória chavista, porém, não autorizava grandes comemorações, principalmente se levado em consideração o alto nível de abstenções na consulta, que chegou a quase um terço dos eleitores (29,67%). O que ficava caracterizado era que, porquanto o governo tivesse maioria de 100% no

Legislativo, a oposição ganhava terreno na "guerra de posições" que se dava na sociedade civil.

Talvez por isso, os parlamentares chavistas aprovaram uma nova lei eleitoral em 2009, visando conferir ao partido mais votado, nas eleições legislativas, um número extra de cadeiras na Assembleia Nacional. Lideranças dos partidos oposicionistas argumentaram, à época, que o dispositivo feria a Constituição, que em seus artigos 63 e 293 estabeleciam o respeito às minorias e a proporcionalidade na eleição de deputados em relação ao número de votos. Em resposta, a presidenta da Assembleia Nacional, Cilia Flores, afirmou à imprensa internacional que a nova lei *"viene a ratificar lo que es la participación y el protagonismo del pueblo"*, já que fazia com que *"los resultados se correspondan más con la intención de voto"*. Além disso, Flores também destacou que *"cuando en la Constitución se hace referencia a las minorías es a las minorías excluidas, como los indígenas y otros sectores, nunca los partidos políticos"*.[259] O fato é que a oposição, à época, não teve como debater o conteúdo da lei, já que o Legislativo era totalmente controlado pelo Polo Patriótico.

Os EUA continavam acompanhando a situação política do país bem de perto. Segundo documentos revelados em 2012 pelo grupo internacional de *hackerativismo* Wikileaks, a *Stratfor* – companhia privada de espionagem, sediada no Texas[260] – mantinha na Venezuela uma rede de informantes ligada ao *Center of Applied Non Violent Action & Strategies* (CANVAS) – organização de "ativistas internacionais" sediada em Belgrado, na Sérvia.[261] Em 2010, o CANVAS enviou à Stratfor um relatório

---

[259] Segundo reportagem da BBC de Londres, disponível em: "http://www.bbc.com/mundo/america_latina/2009/08/090731_0325_venezuela_ley_electoral_mzg.shtml, acessado em 01 de fevereiro de 2017.

[260] Dentre os clientes habituais da empresa, destacam-se grandes corporações multinacionais como *Bhopal Dow Chemical Co*., *Lockheed Martin*, *Northrop Grumman* e *Raytheon*, além de agências governamentais, incluindo o *National Security Agency*, os fuzileiros navais dos EUA e a CIA.

[261] O CANVAS surgiu de um movimento estudantil, responsável por protestos contra o governo de Slobodan Milosevic, em 2000. Após o sucesso dessas manifestações, o grupo foi procurado por ONG's e representantes do governo dos EUA – como o *National Endowment for Democracy* (NED), a *Freedom House* e o *Internacional Republican Institute* – com o propósito de criar uma organização especializada em ações globais de desestabilização política, conciliando o financiamento e a tecnologia dos EUA com a *expertise* desses estudantes. Na prática, trata-se de uma forma de "privatização" das operações de espionagem e desestabilização, que usualmente eram promovidas por embaixadas ou agências governamentais de inteligência (ver http://www.apublica.org/2012/06/revolucao-a-americana/ - acessado em 19/07/2013). Pode-se dizer que, através de organizações como o CANVAS, os EUA "fazem o trabalho sujo, sem sujar as mãos". Além disso, essas organizações conferem legitimidade às violações da soberania de outros países, na medida em que são realizadas por "ativistas independentes", oriundos da "sociedade civil", cujos *nobres* interesses invariavelmente recaem sobre valores como "liberdade" ou "direitos humanos", expostos sempre de forma abstrata ou descontextualizada. O CANVAS, por exemplo, apresenta-se como uma ONG sem fins lucrativos, que realiza "trabalhos educativos voltados para estratégias não-violentas de resolução de conflitos" (mais informações sobre o CANVAS – incluindo

sobre a situação política venezuelana,[262] no qual o governo bolivariano é apresentado como uma "democracia de fachada", que utiliza "a maior parte dos recursos para re-assegurar a reeleição por meio do controle direto sobre o poder eleitoral, o uso de propaganda estatal e uso abusivo do aparato legal". O relatório também repete as acusações de "censura" e "auto-censura", supostamente sofridas pelos meios de comunicação. Por outro lado, admite que Chávez contava com grande apoio popular, principalmente entre os mais pobres, e que haveria um elemento de "doutrinação de seguidores", posto que os chavistas, "continuamente alimentados pela propaganda estatal", são mantidos em "prontidão para agir – inclusive com ações físicas contra os grupos oposicionistas".

É claro que o CANVAS, sendo uma organização financiada por instituições conservadoras estadunidenses, precisa reproduzir a visão das mesmas sobre o governo Chávez (caso contrário, o próprio CANVAS perderia a confiança dessas instituições, não sendo mais financiado por elas). A objetividade necessária às funções de inteligência precisa se conciliar com uma *subjetividade dada a priori*, que reproduz o discurso da oposição venezuelana e do grande capital. Assim, o processo de conscientização e politização das massas trabalhadoras é visto como uma *doutrinação alimentada pela propaganda estatal* – o que remeteria ao questionamento de quem "alimenta" as visões de mundo da oposição, e se no caso dela não se trataria também de "doutrinação". Quanto à questão de estar disposto a ações físicas contra os grupos opositores, trata-se de uma consequência do acirramento da luta de classes no país; a oposição deu muitas mostras no passado (e daria outras no futuro) de ser capaz de fazer o mesmo, quando em defesa de seus interesses. De todo modo, é interessante ressaltar que a estratégia sugerida no relatório foca-se na crítica à "concentração de poderes" ocorrida no governo Chávez, que seria identificada como "importante" ou "muito importante" *pela maior parte da população* – ou seja, inclusive pelos setores chavistas. Aparentemente, o imperialismo internacional identificava nessa questão o ponto fraco do governo.

---

a relação de seus parceiros e colaboradores, como a *Freedom House*, o *International Republican Institute*, a *Albert Einsten Institution*, dentre outros – podem ser vistos numa apresentação da organização, em *slides*, divulgada pelo Wikileaks em 2012. Ver em http://wikileaks.org/gifiles/docs/5514676_canvas-introduction-.html - acessado em 02/08/2013)

[262] O documento pode ser acessado no site do Wikileaks, em: http://wikileaks.org/gifiles/docs/1116441_insight-venezuela-canvas-ramping-up-.html - acessado em 2 de agosto de 2013. No decorrer do texto, todas as citações do documento referem-se a esta referência, em tradução livre.

Vários aparelhos privados da sociedade civil venezuelana são apontados como possíveis aliados na campanha contra Chávez: a mídia; sindicatos e associações profissionais (o relatório cita especificamente "jornalistas, médicos, engenheiros e advogados"); a Fedecámaras; o Rotary Club; comunidades ligadas aos esportes (sendo citados "jogadores de beisebol nos EUA" e a "FIFA"); Igreja Católica; dentre outros. O documento cita também "proeminentes indivíduos" que poderiam servir aos propósitos da organização, como Henrique Capriles Randonski – jovem político de direita que viria a se tornar a principal liderança política da oposição venezuelana. Mas, de todos esses setores, o que merece maior atenção são os movimentos estudantis conservadores, a que já nos referimos anteriormente. À época, as três principais lideranças estudantis – Yon Goicochea, Geraldine Álvarez e Rafael Delgado (todos oriundos da Univesidad Católica Andrés Bello) – haviam se reunido em uma organização única, denominada *Manos Blancas*. Para o CANVAS, os movimentos estudantis eram a principal força política de oposição ao governo, em 2010. Os partidos oposicionistas, ao contrário, foram apresentados como "fracos", "desarticulados", "sem ideias e credibilidade" e, segundo o relatório, identificados pela população como representantes dos interesses das "ex-elites econômicas"; por isso, haveria "espaço para novas idéias e movimentos políticos", mas desde que se encontrassem caminhos para superar a falta de unidade desses partidos, que "trabalham para seus próprios interesses" e atuam em "muitas linhas".

A oposição buscava justamente essa linha de atuação, unificando-se na MUD e buscando no movimento estudantil conservador uma nova base social organizada. Os resultados das eleições de 2010 confirmaram o avanço oposicionista na disputa hegemônica: os partidos do Pólo Patriótico venceram por estreitíssima margem (48% dos votos, contra 47% da MUD), o que mostrava que o processo bolivariano caminhava para uma polarização muito acirrada, na qual metade da população se colocava *potencialmente* contrária ao governo – apenas potencialmente porque, a princípio, as eleições legislativas não tinham o mesmo caráter *plebiscitário* das eleições presidenciais e dos referendos, onde a vantagem do campo bolivariano (graças a Chávez) era maior. No âmbito parlamentar, o chavismo só se manteve com uma maioria acentuada graças à lei eleitoral aprovada em 2009; assim, embora tenha obtido apenas 1% de vantagem no voto direto, o Polo Patriótico elegeu 98 deputados, contra 65 da oposição (mais 2 deputados do partido PPT). O resultado foi considerado uma derrota do governo porque havia a pretensão de se obter dois terços da Assembleia Nacional naquela ocasião (isto é, 110 deputados).

Em 2011, Chávez lançou a *Mision Vivienda*, um dos mais importantes programas sociais de seu governo. Com a meta de construir dois milhões de novas casas nos sete anos seguintes – perspectiva que se tornou concreta em 2013, quando o governo superou o previsto para aquele ano e entregou um total de 435.440 moradias – foi o único programa social do governo Chávez que também foi bem sucedido em reativar o setor produtivo, gerando um crescimento do PIB puxado pelo setor de construção civil. Em geral, a execução das obras ficou a cargo de empreiteiras privadas e mistas, com participação do Brasil, Bielorrússia, Portugal, Cuba e Rússia. Por outro lado, o programa também resultou no aumento da dívida pública, já que foi concretizado graças a um acordo de financiamento com a China da ordem de US$ 4 bilhões.

Em junho daquele ano, Chávez surpreendeu o país ao aparecer na televisão em uma transmissão direto de Havana, em Cuba. Visivelmente debilitado, o presidente anunciou que havia acabado de passar por uma operação 20 dias antes, para a retirada de um câncer. Em 4 de julho – véspera do dia da Independência da Venezuela – Chávez protagonizou um retorno triunfal ao país, vendo aumentar sua popularidade em virtude do apoio popular à sua luta contra a doença. Ao longo de 2012, passou por novas cirurgias e começou a se ausentar por longos períodos, para realizar os tratamentos de quimioterapia em Cuba. Embora continuasse a dar a orientação política geral para o processo bolivariano – principalmente em suas aparições públicas, nas quais buscava consolidar o apoio popular à causa do socialismo – o exercício *de fato* do governo foi gradativamente passado à alta cúpula de Estado.

Em outubro de 2012, Chávez enfrentou a mais difícil de suas eleições presidenciais. A MUD rejeitou as práticas anteriores que caracterizavam os partidos da IV República, realizando um processo de eleições primárias para a escolha de um único candidato que representasse toda a oposição (algo impensável há alguns anos, e também impossível de ocorrer no Polo Patriótico, já que a escolha de Chávez era indiscutível). O vencedor das primárias da oposição foi Henrique Capriles Randowski, do Primero Justícia, então governador do estado Miranda. Durante a campanha, Capriles adotou um tom mais moderado, evitando os ataques pessoais contra Chávez e procurando caracterizar a eleição como simplesmente a escolha de um governo mais eficiente (e não um plebiscito entre contrários e favoráveis a uma "Revolução"); ao mesmo tempo, a oposição explorou a doença de seu adversário, acusando o governo de esconder o real estado de saúde do presidente. Chávez, por sua vez, manteve o tom mais agressivo que

caracterizava seus embates contra a direita, apresentando-se como o representante do socialismo e dos trabalhadores, contra o representante do capitalismo e da burguesia. Ao final da contenda, em outubro, o CNE confirmou nova vitória de Chávez, com 55,07% dos votos, contra 44,31% de Capriles (a abstenção foi de cerca de 20%).

Apesar da vitória, a diferença de votos em favor de Chávez não apenas diminuiu, como também indicou que certamente a MUD contou com uma votação significativa também entre as camadas subalternas da sociedade venezuelana – descaracterizando a polarização entre os dois candidatos como uma divisão da sociedade entre "trabalhadores *versus* burguesia". De todo modo, talvez a eleição mais importante daquele ano – considerando-se que a vitória de Chávez era previsível – ocorreria em 16 de dezembro, quando seriam eleitos os novos governadores. Era fundamental para o campo chavista vencer a disputa no estado Miranda, onde Capriles tentaria sua reeleição. Uma derrota do candidato da MUD nesse estado faria com que a coalizão oposicionista perdesse sua principal liderança (eleita em primárias), comprometendo todo o esforço que, desde 2007, vinha sendo realizado para concretizar uma vitória sobre o chavismo por via eleitoral. Neste sentido, é possível que o candidato indicado por Chávez para aquela eleição constituísse, no seu entendimento, talvez o "número 2", isto é, aquele que provavelmente teria a missão de substituir Chávez na liderança do processo, caso ele viesse a sucumbir ao câncer (possibilidade que, àquela altura, nos bastidores do poder, certamente era tida como possível e até muito provável). O nome escolhido foi o do então Ministro da Agricultura e Terras e vice-presidente executivo, Elias Jaua Milano (Nicolás Maduro, então Ministro das Relações Exteriores, assumiu o cargo de vice-presidente)

Ao longo do governo Chávez, Jaua havia sido o principal responsável, desde a alta cúpula do Estado, pelos programas de cooperativismo e as experiências de *cogestión* nas empresas expropriadas e estatais. Contra ele pesam inúmeras críticas de lideranças da esquerda operária bolivariana, segundo a qual Jaua quase sempre intercedeu em favor dos interesses burocráticos, contra a organização autônoma dos trabalhadores (a rigor, nenhum ministro chavista escapava a críticas como essas, e normalmente o único poupado dessas acusações era o próprio presidente Chávez). O certo é que Jaua tinha a chance de se tornar o substituto natural de Chávez, caso vencesse Capriles nas eleições do estado Miranda.

Porém, no dia 8 de dezembro (cerca de uma semana antes do pleito), Chávez anunciou pela televisão que precisaria realizar uma nova cirurgia em Cuba, e que se o

pior acontecesse seu sucessor deveria ser o vice-presidente executivo, Nicolás Maduro. Haveria outras opções? Seria Maduro a "primeira escolha" de Chávez? São perguntas difíceis de serem respondidas, a não ser através de conjecturas.[263] O que é certo é que: i) Chávez sabia que o campo bolivariano se autodestruiria em disputas internas, caso ele morresse sem apontar um sucessor; e ii) o *hiperliderasgo* de Chávez, tantas vezes criticado tanto pela direita quanto pela esquerda, cobraria um preço terrível com seu desaparecimento. O principal problema, evidentemente, não era a ausência de outra liderança *individual* capaz de substituí-lo. Personagem político central do país desde 1992 (e talvez de toda a América Latina, pelo menos desde 2002) Chávez seria, como indivíduo, praticamente insubstituível, quaisquer fossem as circunstâncias. O problema é que, em grande parte por responsabilidade dele próprio, não havia nenhum organismo político capaz de, *ao menos*, cumprir as funções fundamentais que ele cumpria no processo bolivariano. Note-se: sequer estamos nos referindo aqui a um *partido*

---

[263] É difícil imaginar que Chávez viajaria a Cuba a uma semana das eleições, a não ser que seu estado de saúde tornasse isso absolutamente imprescindível. Como afirmamos, no nosso entendimento Elias Jaua seria o sucessor natural de Chávez, caso ganhasse as eleições locais contra Capriles; mas, antes que se realizasse o pleito, seria muito arriscado apontá-lo como sucessor (o que aconteceria se Jaua, por acaso, perdesse a disputa contra Capriles, como de fato veio a ocorrer?). Portanto, a escolha haveria de recair sobre algum outro nome. Na alta cúpula chavista, entendemos que os únicos que estavam no mesmo patamar de Jaua eram: Jorge Giordani, então Ministro do Planejamento; Diosdado Cabello, presidente da Assembleia Nacional e ex-vice-presidente; e Nicolás Maduro, que havia acabado de deixar o Ministério das Relações Exteriores para assumir a vice-presidência executiva, no lugar de Jaua (que abandonou o cargo para disputar o governo de Miranda).

Giordani era sem dúvida um dos nomes mais importantes do governo. Ocupava o estratégico cargo de Ministro do Planejamento desde 1999, e era considerado – mesmo pela oposição (ou, ao menos, por seus membros mais sensatos) uma pessoa indiscutivelmente honesta. Além disso, no alto escalão do governo era quem tinha a melhor formação teórica. Contudo, em total contraste com a personalidade forte de Chávez, Giordani tinha um temperamento introvertido, sem as qualidades de carisma, oratória e liderança necessárias para assumir maior protagonismo no processo bolivariano – era, por assim dizer, um nome para os "bastidores", muito mais *professor* do que *político*.

Disdado Cabello era visto como um homem de *mano dura*, que sem dúvidas tinha a força pessoal e a liderança necessárias para enfrentar qualquer adversário. Militar egresso do MBR-200 e muito fiel a Chávez, não por acaso foi designado (ou *designou-se*) para substituir o programa televisivo *Aló Presidente*, cancelado após a morte do *comandante* (o programa de Diosdado, bem ao seu estilo, se chama *"Con el Mazo Dando"*, isto é, "Baixando o Porrete"). Contudo, contra Diosdado pesavam muitas acusações de enriquecimento ilícito e de comandar esquemas de corrupção que envolviam o corpo militar. Além disso, havia governado o estado de Miranda e, quando tentou reeleger-se, em 2008, foi derrotado justamente para Henrique Capriles. Por fim, estava longe de possuir o mesmo nível de formação teórico-ideológica de Jaua ou Giordani.

Maduro também não era reconhecido pela solidez de sua formação política, mas ao menos tinha um histórico de militância sindical de esquerda. Cumpriu (à sua maneira) o papel de representar o governo junto ao movimento operário, já que Chávez nunca teve uma relação orgânica com os sindicatos. Foi um dos fundadores das primeiras correntes sindicais bolivarianas; mas, eleito deputado em 1999, passou a ocupar cargos de confiança no aparato estatal, onde sempre atuou no sentido de subordinar os sindicatos à linha ditada pelo governo. Do ponto de vista de Chávez, Maduro cumpria o papel de tutelar o movimento operário para evitar que novas greves/locautes *"sabotassem"* seu governo. Além disso, era Ministro das Relações Exteriores desde 2006, o que certamente conspirou a seu favor.

Pesando todos os muitos erros e acertos do governo Chávez, ao longo de 14 anos, Maduro acabou sendo a única escolha possível.

efetivamente revolucionário, nos termos gramscianos (que, a nosso ver, constitui a grande carência do processo, no sentido de possibilitar uma transição ao socialismo); tratamos de algo que, *pelo menos*, desse uma coesão mínima para o campo chavista, tanto no interior do Estado quanto em sua heterogênea base social, e que mantivesse o processo apontado para uma direção progressista (mesmo que não revolucionária). Nem o PSUV nem qualquer outra organização bolivariana se revelaria capaz de realizar *sequer essas modestas tarefas*. Simplesmente não havia *nada* que pudesse substituir Chávez.

A esse respeito, convém mencionar a declaração de Gonzalo Gomes Freire, liderança do que, atualmente, convencionou-se denominar na Venezuela como *"chavismo crítico"* – isto é, o campo político à esquerda que, reivindicando o legado de Chávez, faz oposição tanto à direita quanto contra o *burocratismo autoritário* do PSUV.

> Chávez puede haber sido co-responsable por algunos de los problemas que se han generado. Pero, en líneas generales, Chávez avanzava, ibase adelante, iba por la izquierda. Y en las situaciones de crisis, tomava decisiones y avanzava con critérios anti-capitalistas, y apelava al pueblo organizado. Y además abria espácio democrático de participación y de consulta. Nosotros poderíamos disputar que se abriese más espácio, pero indudablemente nunca tuvimos tanta posibilidad de participación y de incidencia en las políticas de Estado en las etapas anteriores, durante la IV República. Es decir, no hay punto de comparación. Las posibilidades de incidir del movimiento popular, la clase trabajadora y los sectores campesinos, en el exercício de gobierno ha sido muchíssimo mayor con la Revolución Bolivariana. Significativamente mayor. Pero eso no ha sido suficiente, porque una cosa es incidir y tener participación, y otra cosa es ser parte del exercícios del poder, y ser parte de la governabilidad democrática como tal. Todavia, estábamos a la mitad del camino. (Gonzalo Gomes Freire)

Maduro enfrentou protestos da oposição desde janeiro de 2013, quando o Supremo Tribunal de Justícia emitiu parecer favorável a que Chávez pudesse permanecer em tratamento em Cuba, postergando seu juramento como presidente eleito (que seria realizado no dia 10 de janeiro). O presidente só retornaria à Venezuela em fevereiro, mas faleceu logo depois, em 5 de março. Conforme mandava a constituição, em caso de falecimento do mandatário eleito antes de completada a metade de seu mandato, novas eleições teriam que ser marcadas num prazo de 30 dias. A MUD apostou novamente no nome de Capriles, que em sua campanha tentou a todo custo desvincular-se do passado golpista e do ideário neoliberal, comprometendo-se a manter os programas sociais do governo (chegou mesmo a enaltecer a figura de Chávez, mas sempre recordando ao eleitor que *"Maduro no es Chávez"*). Na noite de 14 de abril, o

CNE divulgou a vitória de Nicolás Maduro, com 50,61% dos votos, contra 49,12% de Capriles.

Imediatamente, a oposição veio a público desconhecer o resultado, alegando fraude do CNE e exigindo a recontagem dos votos.[264] Capriles exortou a população a *"desatar la arrechera"* – isto é, manifestar sua raiva contra o suposto desrespeito do governo à vontade popular. O resultado foi uma onda de protestos e violência generalizada, que resultou na morte de pelo menos 9 pessoas. Membros do PSUV e a presidenta do CNE, Tibisay Lucena, sofreram ataques e intimidações em suas casas; militantes bolivarianos foram mortos a tiros nos estados Táchira, Zulia e Baruta; na capital Caracas, as sedes da emissora estatal de TV e da *Telesur* foram cercadas, com seus jornalistas sofrendo intimidações; até mesmo Centros de Diagnóstico Integral (CDI), ligados à *Misión Barrio Adentro*, foram depredados e atacados com conquetéis-molotov.[265] O governo Maduro se iniciava sob o signo da crise.

4.7 – A crise pós-Chávez

Os economistas profissionais trabalham, cada vez mais, com índices e metodologias de caráter *neoclássico,* cuja aplicabilidade depende da presunção da existência de agentes econômicos cuja "racionalidade" é supostamente invariável e dada a *priori* – no caso, buscam sempre a maximização de ganhos individuais, através de um sistema de trocas idealmente tido como *livre*. Ainda que muitos economistas critiquem este enfoque e busquem recuperar o aspecto *político* da práxis econômica, em termos gerais os órgãos oficiais e institutos de pesquisa trabalham com variáveis que só podem ser quantificadas dentro deste modelo *apriorístico*, no qual a meta final a ser alcançada pelo sistema como um todo é o "crescimento econômico". Ora, se é discutível a eficácia deste modelo para a análise de qualquer economia nacional, no caso venezuelano isso é ainda mais flagrante, já que é muito evidente que razões de ordem política modificam o comportamento dos agentes econômicos. Isso se evidencia, por exemplo, pelos momentos em que houve crises mais graves de escassez de gêneros de consumo diário na Venezuela – justamente aqueles em que havia interesse dos grupos dominantes em

[264] Que veio a ser realizada e, em junho, confirmou a vitória de Maduro por 1,5% de vantagem (ou cerca de 225.000 votos). Ver http://www.esquerda.net/artigo/venezuela-auditoria-aos-votos-confirma-vit%C3%B3ria-de-maduro/28215 (acesso em 02 de fevereiro de 2017)

[265] Ver em http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-04-16/protestos-na-venezuela-ja-fizeram-sete-mortos-e-governo-responsabiliza-oposicao, http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/nove-mortos-e-78-feridos-em-protestos-de-opositores-na-venezuela-governo.html e https://www.aporrea.org/actualidad/a203084.html (acesso em 02 de fevereiro de 2017)

causar dano à economia, visando prejudicar o governo (como, por exemplo, os meses que antecederam o referendo constitucional de 2007 e as eleições presidenciais de 2013) (ELLNER, 2014: 286).

A criação de uma escassez deliberada de bens de consumo (com consequente aumento inflacionário) se dá de diversas formas. São inúmeros os casos – sempre denunciados pelos meios de comunicação estatais e alternativos da Venezuela – de açambarcamento de gêneros por parte de grandes atacadistas na Venezuela (LANDER, 2016a); e também há o crescimento contínuo do contrabando (particularmente para a Colômbia, mas também para outros países) dos produtos que deveriam ser comercializados no mercado interno a preços subsidiados e/ou controlados pelo governo. Mas é importante acrescentar que a corrupção e desvio de produtos para o *mercado paralelo* sempre foi muito grande também nos próprios programas sociais do governo, como a *Misión Mercal*.

> No pasa un mes sin que las organizaciones de base, la contraloría social (el control efectuado por la base) o la fiscalía encuentren casos de corrupción en Mercal, lo que reduce la efectividad del programa. En la segunda mitad de 2006, las faltas de Mercal eran fuertes y notables: pollo, huevos, carne, aceite, caraotas y azúcar casi ya no se conseguían en Mercal y eran vendidos en la calle al doble o triple precio, o incluso más. En la mayoría de los casos los productos provenían de cargamentos de Mercal desviados o robados. La especulación, especialmente con carne, leche y azúcar, aumentó enormemente. Los grandes productores y mataderos redujeron su producción, la acapararon o la vendían de contrabando a Colombia. En los primeros meses de 2007 se hicieron dos leyes en contra de la especulación y el acaparamiento de alimentos. Después, se incautaron grandes cantidades de alimentos acaparados que fueron vendidos a precios regulados y se expropiaron producciones de alimentos y mataderos que habían infringido repetitivamente la ley. El gobierno hizo un llamado a los consejos comunales para controlar las tiendas de Mercal, observar a otros comerciantes y denunciar cualquier irregularidad. (AZZELLINI, 2010: 214)

Há também outros fatores que contribuem para a ocorrência de crises de desabastecimento e inflação. Dentre eles, o próprio sucesso das políticas de valorização do salário mínimo e dos programas sociais do governo, os quais constituíram "políticas públicas que ampliaram a capacidade de consumo dos venezuelanos desde 2004, e podem ser vistas como parte significativa do crescimento da inflação e, muito certamente, do desabastecimento de certos produtos de consumo corrente" (SEABRA, 2014: 163). Como a produção interna se manteve estagnada, o aumento da demanda interna, por si só, gerou também uma elevação dos preços, que o governo buscou controlar pelo aumento das importações e também pelo estímulo à diversificação e aumento da produção interna (que, como vimos, não se concretizou).

Durante o governo Chávez, o impacto da inflação sobre os produtos da cesta básica foi relativamente pequeno, já que desde 2003 os preços dessas mercadorias passaram a ser controlados pelo governo – a princípio, para enfrentar a crise econômica gerada pelo *Paro Patronal*, mas, devido à estagnação produtiva, o controle de preços foi mantido por todo o governo Chávez. Neste quadro, muitas empresas passaram a falsificar seus balanços para desviar mercadorias e vendê-las diretamente no mercado paralelo, através da ação dos *bachaqueros* – como são chamados os camelôs encontrados em quase todas as cidades venezuelanas, que vendem produtos básicos a preços muito maiores do que os estabelecidos pelo governo. Outra medida tomada para *driblar* o controle de preços é a produção de bens ligeiramente diferentes das especificações estabelecidas pela regulação, de modo a caracterizar as mercadorias como distintas daquelas cujos preços são controlados. Assim, por exemplo, as empresas do ramo alimentício diminuem a produção e distribuição de arroz, substituindo-o por *"arroz saborizado"*; a farinha de trigo desaparece no mercado e dá lugar a diferentes tipos de *"harina mezclada"* (que contém trigo, mas também pequenas quantidades de outros produtos, como sêmula); o pão passa a ser comercializado como *"pan con orégano"*; e assim por diante (BIANCO, 2016a).

Todas essas políticas foram combatidas por Chávez, enquanto ele esteve no poder. Em janeiro de 2008, em resposta a crise de *desabastecimento induzido* desencadeada pela oposição às vésperas do Referendo Constitucional, o governo anunciou a criação da Produtora e Distribuidora Venezuelana de Alimentos (PDVAL) – empresa subsidiária da PDVSA, voltada para a comercialização interna de alimentos de consumo diário. Graças aos dólares oriundos do petróleo, os preços das mercadorias comercializadas na PDVAL eram até 40% mais baratos que os encontrados nos mercados privados; entretanto, seguindo o padrão já experimentado na *Misión Mercal* e ao contrário da proposta originalmente defendida pelo governo – que era a de utilizar essa rede de distribuição para estimular o surgimento de unidades de produção endógenas, baseadas no cooperativismo – a maior parte dos produtos disponíveis na PDVAL provinha de outros países latino-americanos (SEABRA, 2014: 166). Na prática, embora a PDVAL representasse mais um avanço democrático na distribuição da renda petroleira, por outro lado ela acabou desestimulando ainda mais a produção interna, além de disputar consumidores do comércio varejista privado – o que estimulou ainda mais esses comerciantes a *compensar* a queda de seus lucros através da venda de produtos no mercado paralelo.

> Además de la dimensión política, la acción organizada para obtener más ganancia a través de toda la cadena de distribución, en el contexto de los controles de precios, ha sido en gran parte responsable de la escasez, el mercado negro y la actividad de contrabando. Ciertamente, cuanto mayor es la disparidad entre el precio regulado y el valor en el mercado de un producto determinado, más complejos y extendidos son los mecanismos ilícitos que han surgido. Con los precios de la gasolina, quizás los más baratos del mundo, el gobierno tuvo que recurrir a medidas de racionamiento en las gasolineras en los estados fronterizos para impedir el transporte ilegal a Colombia. (...) En la industria de la construcción, los mayoristas vendían cabillas de acero y cemento exclusivamente a los grandes constructores ya que era menos probable que denunciaran la violación de los precios legales que los albañiles independientes, quienes por conseguinte enfrentaban la escacez de materiales esenciales. Los mayoristas de alimentos, por su parte, vendían los productos a precios más elevados – que los legalmente establecidos –, a los abastos y supermercados, los cuales, a la vez, los vendían a vendedores ambulantes y otros cuya clientela consistía en contactos personales tales como amigos y vecinos. En algún punto de la cadena, los productos fueron acaparados para crear escacez artificial que facilitaba la venta en el mercado negro. Los "vendedores", quines compran a precio regulado y venden ilegalmente al precio del mercado, se han convertido en un componente fijo de la cadena de distribución.
> En las palabras de Arquímedes Barrios, coordinador regional de la oficina de Indepabis (Instituto para la Defensa de las Personas en el Acceso a los Bienes y Servicios, encargado de hacer cumplir la regulación de precios) en el estado de Anzoátegui: "Los grandes productores frecuentemente usan al pequeño comerciante para eludir los precios regulados. Tomaría un esfuerzo sobrehumano para que el Estado combatiera todas esas prácticas" (ELLNER, 2014: 288-298)

Durante o governo Chávez, a situação foi mantida relativamente sob controle às custas do agravamento da dependência econômica do país em relação ao rentismo petroleiro. Com seu falecimento em 2013, porém, a economia deteriorou-se muito rapidamente. Segundo Roberto Lopez Sanchez,

> Chávez tenía un mecanismo de dirección política unipersonal. Chávez tenía muchas habilidades de dirección, juntava factores muy distinctos, desde la extrema izquierda con la extrema derecha, a católicos con ateos, y el lo dirijia. Pero el error era que *Chávez lo dirijia a todos*, mas nadie. Y Chávez se morió. Y entonces esa gran *torta* de aliazas ahora no dirijen nadie. Se matiene unida milagrosamente, hasta ahora, pelo afan de conservar el poder, pero pudiera partirse *esa misma noche*, por ejemplo. (...) No hay un programa comun. Lo único programa comun es como lo peleamos para mantener el poder. Además, esa miesma dirijencia, subordinada a un esquema político unipersonal, era una dirijencia muy subalternizada. Lo que tenía Chávez a su en rededor eran *cumple ordenes*. Cumple ordenes *de ello*. Y Chávez era un tipo muy brillante porque Chávez estudiava, entrevistava con intelectuales de todo el mundo, con dirijentes políticos de todo el mundo. Ello mismo agarrava los livros que se publicava recientemente en cualquier país, en Itália, México, en Argentina... y estaba al día con toda la teoria política, económica, sociale, y Chavez trazava [suas políticas]. Pero los que estaban a su en rededor eron más bien lo que llamamos aqui: *"mandame mi comandante"*, ¿no? No tenían su propia capacidad de creación de políticas. Como no tienen ninguna capacidad de creación de políticas, desde que Chávez se morió aqui no se crea nada. (...) Lo que hacen es poner imagenes de Chávez hablando, y se trata de se inspirar en lo que dice Chávez siempre – como los sacerdotes que leen la Biblia. Y Maduro también, ha pasado los videos de Chávez. Ninguno tienen capacidad de responder politicamente a la realidad nueva. Porque Chávez le dava respuestas a una realidad especifica, pero las cosas cambian. Son parecidas pero no son exatamente iguales. Hay nuevos fenómenos,

> hay nuevos factores, nuevos actores. Eso no se puede responder con las mismas receptas de cuatros años a tras, o siete, ocho años a trás. Hay un escenário muy complicado, y por eso se comieten errores trás errores y más errores. Y el futuro de la dirección política del chavismo es incierto (Roberto Lopez Sanchez)[266].

Um dos principais fatores que denunciam a *fragmentação* da direção política do processo bolivariano foi a escalada da cotação do dólar no mercado paralelo, contra a qual o governo de Nicolás Maduro se mostrou incapaz de dar respostas efetivas. Em tese, o principal fator que justifica a alta do dólar foi a queda nos preços internacionais do petróleo, que obviamente afeta a oferta de divisas disponíveis na Venezuela. Segundo artigo publicado por Edgardo Lander no sítio eletrónico *Aporrea.org*, o preço médio do barril de petróleo venezuelano em 2013 foi de 100 dólares; em 2014, baixou para US$ 88,42; em 2015, para US$ 44,65; e, em fevereiro de 2016, o preço do barril chegou ao nível mais baixo, com um preço médio de apenas US$ 24,25. Ou seja, neste período, o preço do barril do petróleo venezuelano chegou a sofrer uma queda de –75,75% (LANDER, 2016a). Seria inevitável que a queda na arrecadação rentista levasse à restrição da distribuição de divisas pelos órgãos oficiais do governo, e consequentemente os preços do dólar no mercado paralelo aumentariam.

Entretanto, diferentes setores do chavismo, dentro e fora do governo, argumentam que a disparada do dólar no mercado paralelo foi *impulsionada deliberadamente*. Como isso se deu? Primeiramente, é preciso lembrar que, sendo ilegal, o mercado paralelo nunca poderá apresentar uma "cotação oficial" que oriente a compra e venda de dólares. Em países onde o câmbio é flutuante, é raro ocorrer da cotação no paralelo se distanciar muito daquela praticada pelos operadores de câmbio oficiais. Na Venezuela, porém, o regime de câmbio funciona através de taxas fixas definidas pelo governo, e pelos meios oficiais há muita dificuldade em se obter as divisas necessárias para quase todas as atividades econômicas do país (como vimos, os órgãos do governo encarregados de fornecer dólares no mercado interno são burocratizados, morosos e direcionados a atender prioritariamente as grandes empresas). Por essa razão, grande parte das pequenas e médias empresas recorre ao mercado paralelo para efetuar suas transações de câmbio.

Na maior parte das vezes, esses agentes econômicos não fixam seus preços de acordo com sua estrutura corrente de custos, mas pelo que imaginam que vai custar repor seus insumos no futuro, de acordo com a cotação no paralelo (vale lembrar, a esse

[266] Entrevista ao autor realizada em 22 de maio de 2015.

respeito, que a legislação na Venezuela proibe a remarcação de preços depois que os produtos são colocados à venda). Em outras palavras, os preços são modificados em função de quantos dólares esses agentes imaginam que serão necessários futuramente, para manter suas atividades produtivas e/ou comerciais. Uma vez que grande parte das atividades econômicas depende da aquisição de dólares no paralelo, mais necessário se torna estabelecer um índice de referência nesse mercado, para que as pessoas possam comprar e vender divisas. Na falta de um índice de referência, tornou-se padrão a utilização da cotação disponibilizada pela empresa *Dolar Today* – sediada nos Estados Unidos, no estado da Flórida –, que desde 2010 passou a disponibilizar na Internet uma cotação diária do câmbio paralelo na Venezuela.[267] Segundo declarações à imprensa de seus operadores, a página se popularizou e acabou se tornando um padrão de referência no país quando Chávez proibiu as casas de câmbio venezuelanas de informar publicamente os preços de compra e venda de dólares.[268]

Inicialmente, *Dolar Today* era apenas uma conta na rede social *Twitter*, mas logo se tornou um portal de notícias crítico ao governo Chávez (https://dolartoday.com/). A análise da série histórica das cotações disponibilizadas por *Dolar Today* mostra que a morte de Chávez – um fator eminentemente *político* – impulsionou uma alta do dólar além de qualquer perspectiva "puramente econômica".[269] Segundo os dados da página, nos três últimos anos do governo Chávez a cotação do dólar paralelo variou de Bs. 9,92 – em 23 de junho de 2010, quando a primeira cotação foi disponibilizada – para Bs. 21,84 – em 24 de fevereiro de 2013, última cotação apresentada antes da morte de Chávez. Ou seja, em um período de três anos, houve um aumento de cerca de 120% na cotação de *Dolar Today*. Já no governo Maduro, o valor do dólar paralelo aumentou cerca de 165% *apenas em 2013*, quando o preço médio do barril de petróleo havia caído somente cerca de 12%; no agregado dos três primeiros

[267] A *Dolar Today* foi fundada por Gustavo Díaz Vivas, oficial que se envolveu no golpe de 11 de abril (chegou a ser nomeado subchefe da Casa Militar pelo governo *de fato* de Pedro Carmona), na "ocupação" da Praça Altamira por forças oposicionistas (entre outubro de 2002 e fevereiro de 2003) e no *Paro Patronal*. Em 2005, Díaz solicitou asilo político aos EUA, depois que um automóvel de sua propriedade explodiu em um centro comercial de Caracas (os autores do atentado não foram descobertos). Ver em http://www.poderopedia.org/ve/personas/Gustavo_Diaz_Vivas, acessado em 26 de janeiro de 2017.

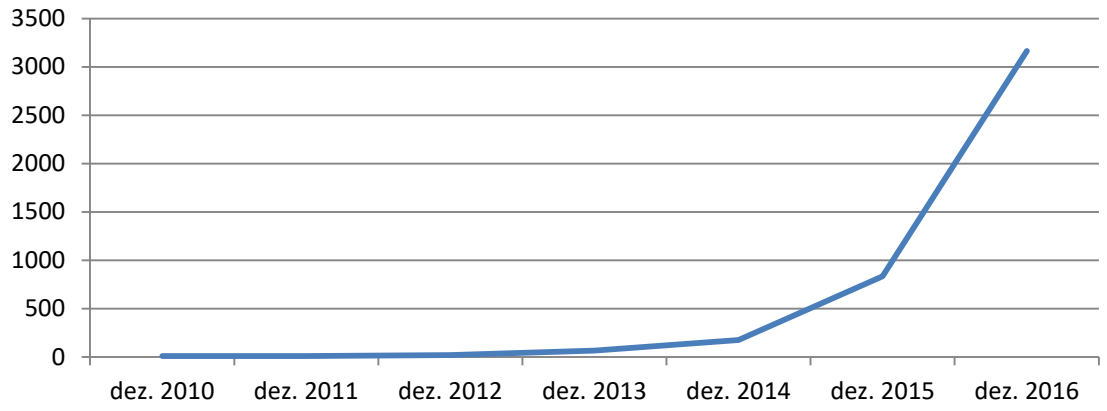
[268] ver http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/03/160224_dolar_today_quienes_son_venezuela_ps, acessado em 26 de janeiro de 2017).

[269] Ver https://dolartoday.com/historico-dolar/, acessado em 31 de janeiro de 2017.

anos do governo Maduro, o aumento foi de impressionantes 3.346%[270] – e continou crescendo, como mostra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 8 – Cotação do dólar paralelo em bolívares

(De acordo com Dolar Today)



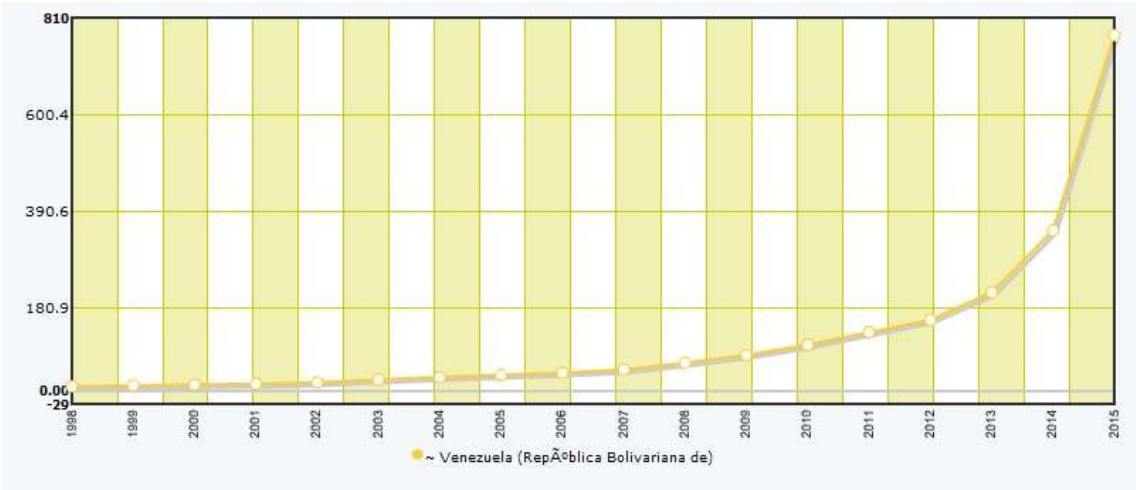
(fonte: https://dolartoday.com/historico-dolar/)

Conforme se estabeleceu uma escalada ascendente da cotação do dólar paralelo, criou-se um ciclo vicioso no qual os preços no mercado interno são sempre reajustados para cima, acompanhando a subida do dólar. Isso explica porque a *curva* inflacionária, informada pela CEPAL, apresenta o mesmo padrão da alta do dólar informada por *Dolar Today*.[271]

[270] Neste caso, tomamos como referência a primeira cotação apresentada no período Maduro, em 21 de abril de 2013(Bs. 24,18); a cotação de 31 de dezembro de 2013 (Bs. 64,1); e a cotação em 31 de dezembro de 2015 (Bs. 833,33).

[271] Oficialmente, a inflação em 2015 foi de 180,9%, sendo ainda maior no caso de alimentos e bebidas não-alcoolicas (cujos preços subiram aproximadamente 315%). Tal índice, porém, muito provavelmente está subestimado, porque os dados oficiais não são confiáveis – até pelo fato de que grande parte da economia funciona no mercado paralelo, e portanto é muito difícil estabelecer cifras mais precisas. Seguramente, a Venezuela é o país que apresenta as maiores taxas de inflação do planeta na atualidade. (LANDER, 2016a)

GRÁFICO 9 – Índice de preços ao consumidor (1998-2015)



(fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) – ver http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp?idioma=e)

Em tese, *Dolar Today* apresenta a cotação do dólar paralelo no "micro mercado" da região fronteiriça com a Colômbia. A metodologia empregada pela página se faz com base na taxa de câmbio de bolívares por pesos colombianos, na cidade colombiana de Cúcuta, na fronteira com a Venezuela. Na prática, a página divide a quantidade de pesos colombianos necessários para comprar 1 dólar (na cotação oficial da Colômbia) pela quantidade de pesos necessários para comprar 1 bolívar na cidade de Cúcuta; ao resultado, soma-se ainda um valor referente às taxas de lucro dos operadores de câmbio dessa cidade. Ocorre que, desde o ano 2000, o governo colombiano passou a permitir que, *especificamente em Cúcuta e somente nessa cidade*, as casas de câmbio negociem o bolívar a uma cotação muito menor do que a oficial. Em 22 de maio de 2015, por exemplo, as transações entre o Banco Central da Venezuela e o Banco Central da Colômbia se davam a uma cotação de 208,61 pesos para cada 1 bolívar; nas casas de câmbio de Cúcuta, porém, 1 bolívar era negociado por apenas 6,5 pesos.[272]

Os operadores de câmbio locais realizam essa transação porque, nessa cidade, o comércio de divisas é controlado por contrabandistas que vendem ilegalmente, em território colombiano, mercadorias que são compradas na Venezuela por preços subsidiados, infinitamente mais baratos do que seus similares na Colômbia. Com poucos pesos colombianos, os contrabandistas obtêm, em Cúcuta, os bolívares

[272] Dados apresentados pelo Secretario Geral e membro da Direção Nacional do partido *Patria Para Todos* (PPT), Juan Carlos Guevara, em um fórum econômico ocorrido em Caracas, no dia 22 de maio de 2015. A apresentação de Guevara está disponível em vídeo na Internet, e pode ser acessada no endereço eletrônico https://www.youtube.com/watch?v=vJZAiTWK6kg (acessado em 01 de fevereiro de 2017).

necessários para realizar as compras na Venezuela e depois revender os produtos na Colômbia – num esquema multimilionário em que participam não somente os comerciantes da cidade, mas também os militares (de ambos os países) que guardam a fronteira e também os grandes fornecedores venezuelanos que desviam seus produtos para o contrabando. A diferença de pesos colombianos perdida pelos operadores de câmbio de Cúcuta, ao venderem bolívares a uma cotação muito menor que a oficial, é recuperada depois – com sobras – graças à venda dos produtos contrabandeados da Venezuela; assim, o ciclo se fecha.

Dolar Today argumenta que a alta oferta de bolívares em Cúcuta acontece porque muitos venezuelanos vão até a cidade para trocar sua moeda nacional por pesos colombianos, os quais são usados para obter dólares na Colômbia (já que na Venezuela o acesso a dólares é muito restrito). Este movimento teria ficado muito maior após a morte de Chávez, quando disparou o fluxo de venezuelanos interessados em comprar a moeda estadunidense. Para Luis Enrique Gavazut Bianco, porém,

> la explicación más plausible es que el tipo de cambio del peso colombiano frente al bolívar (COP/VEF) en Cúcuta no obedece principalmente a la demanda de pesos colombianos por parte de los venezolanos (vendedores de bolívares), sino más bien a la demanda de bolívares por parte de los colombianos (vendedores de pesos colombianos) que quieren pasar la frontera, comprar productos regulados a precios muy bajos y devolverse para Colombia con el contrabando de extracción. Eso hace que exista un gran interés por obtener muchos bolívares a cambio de pocos pesos colombianos y por eso los cambistas de Cúcuta deprecian el bolívar en la frontera, lo cual pueden hacer a voluntad porque ejercen el monopolio cambiario en esa localidad impuesto por la fuerza y el crimen, asociado al narcotráfico, el lavado de dinero, el paramilitarismo y el contrabando. Estos son los factores que hacen que la demanda de bolívares en la frontera, lejos de apreciar al bolívar frente al peso colombiano, lo deprecie. (BIANCO, 2016b)

É importante ressaltar que a liberação do comércio de bolívares em Cúcuta não foi a única medida tomada pelo governo colombiano para favorecer o contrabando na fronteira com a Venezuela. O presidente Álvaro Uribe (2002-2010) já havia autorizado, por exemplo, a "legalização" da gasolina contrabandeada deste país, vendida na Colômbia através da denominada *Cooperativa Multiactiva de Pimpineros del Norte*.[273] Além disso, o comércio de mercadorias contrabandeadas da Venezuela é feito à luz do dia em Cúcuta, sem que as autoridades do país tomem nenhuma medida para combatê-lo. Atualmente, toda a região é dominada por políticos ligados ao contrabando – que chega a render lucros comparáveis (ou até superiores) aos do narcotráfico. É possível

[273] Ver em http://www.aporrea.org/contraloria/a193849.html, acessado em 26 de janeiro de 2017

afirmar que o governo de Uribe – e também o de Juan Manoel Santos, que mantém a mesma política na região até hoje – tivesse como objetivo tensionar as relações com a Venezuela, de modo a forçar o governo bolivariano a tomar medidas mais enérgicas (quem sabe abrindo caminho para um possível conflito militar na fronteira, que "justificasse" a intervenção dos EUA). Enquanto Chávez esteve no poder, porém, o contrabando na região foi combatido de forma mais efetiva, evitando que as tensões levassem os dois países a uma situação de enfrentamento direto. Mas, com seu desaparecimento, tornou-se praticamente impossível coibir a ação dos militares e empresários envolvidos no esquema.

Na realidade, a cotação do dólar paralelo informada por *Dolar Today* reflete um *delito*, que só é possível graças à política deliberada de especulação contra o bolívar, implementada pelo governo colombiano na região fronteiriça. Entretanto, a "metodologia" da página guarda algo de "real", porque, de fato, indica o preço pelo qual o bolívar é trocado no "micro mercado" de Cúcuta. O problema é que, no governo Maduro, o contrabando de mercadorias venezuelanas na fronteira com Cúcuta tornou-se um verdadeiro "fenômeno de massas", como informa o professor Robérto López Sanchez (que conhece bem essa realidade, por residir na zona fronteiriça com a Colômbia).

> Desde la propia PDVSA y estructuras militares se crearon mecanismos para contrabandear gasolina hacia Colombia – y hace el mar Caribe, por barco – que implica una gran ganancia para quien lo hace. Eso tiene más de cinco años, probablemente más de diez años. Tiene que ver com mafias dientro del própio Estado, tanto en PDVSA cuanto en las Fuerzas Armadas. Lo que ha habido es una *democratización* del trafico de gasolina, de pequeños traficantes que trafican con sus propios vehículos, que allá se llaman *bimbinas*, pequeños envases de plástico. (...) Y poco a poco también la política de subsidios que ha tenido el gobierno desde la época del Paro Petrolero adelante, de algunas cadenas de alimentos, como Mercal y PDVAL (...). Los jefes de esas cadenas de alimentos también, historicamente, por lo menos hace ocho años, organizan contrabando de alimentos hace Colombia porque el alimento aqui está subsidiado, son muy baratos, y allá se venden a un buen precio, tienen una gran ganancia. Ahí están tambien metidos funcionários públicos, probablemente de los Ministros de alimentación y el funcionariado de la cadena de alimentación del Estado y de la cadena privada de alimentación. Que ahora también se ha *democratizado*. Ahora hay muchos particulares, ciudadanos contrabandeando alimentos. Se ha saído totalmente del control. Yo dijo que hay ahorita como, por lo menos, 60 mil personas dedicadas al contrabando de alimentos. (...) Hay redes de financiamientos, para comprar alimentos todos los dias para vender hacia Colombia. Es una nueva profisión, que se llama aqui *bachaqueros*. Están entrando *bachaqueros* de gasolina y *bachaqueros* de alimentos, o de medicinas y incluso de otras cosas también subsidiadas, como los cauchos para vehículos, la bateria para vehículos (...), todo que sea subsidiado, cuyos los niveles de ganancias son gigantescos. Ganan como mil por ciento! Tu compra algo, y le gana en Colombia como mil por ciento. Hay cento de miles de personas dedicadas a eso, porque es un negocio extremamente lucrativo. Y el Estado no controla, el Estado no da mostra de controlar nada. La Fuerza Armada que controla la frontera, todas son un eslabón de la cadena, se integra en la

> cadena del contrabando. No la impiden, sino que la participan. (...) El mismo gobierno se ha reconocido que el 40% de la producción interna se va del país, la producción de alimentos. Que es una cantidad grande, y pudiera ser más. La fuga de productos es tan grande que antes Colombia no exportava gasolina, y hoy es un país que exporta gasolina, pero es nuestra gasolina. (...) Son cantidades significativas de productos que se van para allá. No es poca cosa. (...) Como es un negocio muy lucrativo, cada vez se incorpora más y más sectores, sectores de dentro del Estado, más sectores dentro de la ciudadania, más sectores dentro del mismo lado colombiano. Poco a poco, es una *bola de nieve* – antes era pequeña, pero ya havia contrabando; pero ahora es gigantesca y sigue cresciendo cada vez más, porque es el el negocio más lucrativo del mundo. Es más lucrativo que el narcotráfico. (Roberto Lopez Sanchez)

Quanto mais se avolumou o contrabando para a Colômbia, mais a cotação informada por *Dolar Today* passou a refletir também as expectativas de lucro de uma parcela poderosa e cada vez maior da economia venezuelana, envolvida direta ou indiretamente no desvio de mercadorias para o país vizinho (incluindo aí desde as grandes empresas de importação, produção e distribuição de bens de consumo diários até os *bachaqueros* e militares que operacionalizam o transporte das mercadorias até a fronteira). Dessa maneira, *a cotação de Dolar Today foi imposta ao ao país*, devido à influência, no conjunto da economia venezuelana, dos agentes econômicos envolvidos no contrabando – principalmente após a morte de Chávez, quando a região fronteiriça com a Colômbia se tornou, literalmente, uma *"terra de ninguém"*. Atualmente, mesmo os pequenos empresários e cidadãos comuns só conseguem obter dólares no mercado paralelo *na cotação necessária para manter os lucros dos agentes econômicos envolvidos com o esquema de contrabando*.

Em 2015, Maduro modificou as políticas cambiárias da Venezuela, mantendo cotações fixas apenas para a importação de mercadorias essenciais, e aplicando para todo o resto uma cotação flutuante que, na prática, *legalizou* os ataques especulativos contra o bolívar e sua consequente desvalorização. Mas, a essa altura, tratava-se de uma medida que apenas tornava *de direito* algo que já era praticado *de fato*. A única alternativa real para romper com o ciclo vicioso da desvalorização monetária e da inflação seria reprimir de forma sistemática o desvio de produtos controlados para o *bachaqueo*. Contudo, independentemente das intenções do governo, essa não é uma tarefa fácil, já que é muito evidente que tal nível de venda ilegal de mercadorias controladas só é possível mediante a participação ativa ou, ao menos, a conivência generalizada de muitos funcionários públicos de todos os escalões do Estado, além de militares – todos atuando segundo seus interesses particulares, sem nenhum compromisso com a Revolução Bolivariana (ou, mais ainda, com interesse deliberado de arruinar a economia do país, visando prejudicar o governo).

Mesmo com a relativa recuperação dos preços do barril de petróleo – que, em meados de 2016, estabilizaram-se próximo ao valor de 40 dólares o barril – o governo Maduro não efetivou, até o momento, nenhuma medida realmente eficaz para combater a desvalorização do bolívar, a inflação e desvio de mercadorias para o mercado paralelo. O grau de *fragmentação* da direção política do Estado, disputado por diferentes grupos que buscam maximizar seus ganhos particulares à custa do empobrecimento generalizado da população (incluindo aí verdadeiras *camarillas* formadas por militares), teve como resultado a transformação do *bachaqueo* em um novo setor da economia, cuja magnitude é difícil precisar.

> Este complexo novo setor da economia, que adquiriu um enorme peso nos últimos anos, inclui uma vasta gama de modalidades e mecanismos tanto públicos como privados. Dada a presença simultânea de uma escassez generalizada e de uma inflação desenfreada, a diferença entre o preço de venda dos produtos regulados e o preço a que os mesmos produtos são vendidos nos mercados informais pode ser de 10 para 1, de 20 para 1, e até mais. Esta atividade, que move muita gente e mobiliza muito dinheiro, opera em diferentes escalas. Inclui, entre outros casos, o contrabando de minérios, principalmente para a Colômbia, o desvio massivo de produtos das cadeias públicas de distribuição grossista, o açambarcamento por parte de agentes comerciais privados, e a compra e revenda em pequena ou média escala de produtos regulados pelos chamados bachaqueros.
> Pela sua novidade, heterogeneidade e fluidez, não existe uma caracterização confiável sobre a dimensão deste setor da economia e das suas relações com outros setores da mesma. Nesta atividade, podem obter-se rendimentos muito superiores aos dos empregados assalariados existentes no país. O que é certo é que hoje, se este setor da economia deixasse de operar de um dia para o outro, o país paralisaria. De acordo com uma das principais sondagens do país, 67% da população venezuelana reconhece que compra os produtos, total ou parcialmente, nos chamados "bachaqueros" (LANDER, 2016b).[274]

Como resultado, a economia venezuelana mergulhou em um verdadeiro caos, marcado pelo desabastecimento, perda de poder aquisitivo dos trabalhadores, filas intermináveis para a compra de gêneros básicos e agravamento generalizado da violência.[275] Os dados da CEPAL informam que o PIB venezuelano, que em 2013

---

[274] Lander faz questão de ressaltar que é muito difícil fazer uma avaliação honesta do *bachaqueo*, do ponto de vista político e ético. Isso porque, porquanto grandes atacadistas, funcionários públicos de alto escalão e verdadeiras máfias violentas participem de todo tipo de prática ilícita (como o açambarcamento, especulação, contrabando, etc), há também milhões de venezuelanos pobres que, na ausência de qualquer outra alternativa para alimentarem suas famílias, vinculam-se à enorme rede de *bachaqueo* de pequena escala, convertendo "a atividade de compra, troca e venda especulativa de produtos escassos num modo sobrevivência" (LANDER, 2016b)

[275] Lander salienta que, na atual conjuntura, há "níveis crescentes de protesto, corte de ruas e estradas, saques de estabelecimentos de comercialização de alimentos e de caminhões que transportam esses bens. (...) Não há dúvida de que no país operam paramilitares, mas é evidente que, pela sua escala, se trata de um fenómeno social de ampla base. Ao contrário da situação em fevereiro de 1989, quando o Caracazo consistiu numa explosão popular generalizada e praticamente simultânea à escala nacional, nas atuais condições, muito mais graves que as de 1989, está a ocorrer um Caracazo por partes. Em alguns casos

fechou com pequena alta de 1,3%, entrou em uma rota de queda desenfreada desde então (-3,9% em 2014; -5,7% em 2015; e -9,7% em 2016). A perspectiva de uma crise humanitária de largas proporções é uma realidade, dada a falta de alimentos e medicamentos essenciais. Segundo Lander (2016a), até 2013 a FAO atestava que apenas 6,7% da população venezuelana se encontrava em estado de desnutrição; em 2016, pelo menos metade da população foi caracterizada como extremamente pobre, e 75,6% como pobre.[276] Nos hospitais, é comum que só se possa atender os pacientes se as famílias fornecerem os produtos e alimentos necessários. Além disso, o governo se viu obrigado a efetuar racionamento de energia elétrica – durante vários meses, em 2016, a jornada de trabalho foi reduzida para quatro horas por dia, e os estabelecimentos públicos de todo o país só trabalharam dois dias por semana, com horário reduzido (enfraquecendo ainda mais a limitada capacidade de gestão do Estado). Até mesmo a distribuição de água vem sendo racionada, afetando desproporcionalmente os setores populares (idem, ibidem).

Paralelamente, a corrupção nos órgãos responsáveis pela outorga de divisas aumentou enormemente na passagem do governo Chávez para o governo Maduro. Em maio de 2013, a recém-nomeada presidenta do Banco Central da Venezuela, Edmée Betancourt, afirmou que uma cifra entre 15 a 20 bilhões de dólares foi entregue a *empresas fantasmas* – ou *"empresas de maletín"*, como são chamadas na Venezuela – apenas em 2012 (ano em que Chávez passou muito tempo em Cuba, lutando contra o câncer).[277] Em dezembro, o próprio Ministro do Interior, Justiça e Paz, Miguel Rodríguez Torres, afirmou que tais empresas receberam pelo menos 40% das outorgas de dólares naquele ano. A análise da totalidade dos dólares outorgados em 2012, porém, autoriza afirmar que uma fraude dessas proporções não poderia ser realizada somente pelas empresas privadas, e que necessariamente haveria também a participação de

---

participam grupos armados que atuam com violência. (...) Alguns dos chamados "coletivos" de origem chavista tornaram-se máfias armadas. Um contexto de impunidade generalizada em que nem os assassinatos nem a corrupção são investigados, e muito menos punidos, isto levou a uma desconfiança profunda e generalizada na polícia, no sistema judicial e na justiça. Tornaram-se mais frequentes os casos em que grupos de pessoas decidem fazer justiça pelas próprias mãos, por meio de linchamentos." (LANDER, 2016b)

[276] Os dados foram auferidos por um estudo interuniversitário realizado pela Universidade Central da Venezuela, Universidade Católica Andrés Bello e Universidade Simon Bolívar, além de outras instituições. Segundo Lander (2016a), "o governo deixou de publicar, ou só publica com muito atraso, a maior parte das principais estatísticas econômicas e sociais. Por isso, as únicas fontes atualizadas são alguns estudos universitários e sondagens privadas." Outra pesquisa – realizada pelo Instituto Venebarómetro – informou que 86,3% da população afirmou comprar menos comida do que antes, apliando-se o número de pessoas que come apenas uma vez ao dia. (idem, ibidem)

[277] Em virtude de suas declarações, Edmée Betancourt foi exonerada de seu cargo apenas três meses após sua nomeação.

bancos públicos, como o FONDEN, a *Oficina Nacional del Tesoro,* o Bandes, o Bancoex e o próprio BCV (BIANCO, 2014). De acordo com o ex-ministro do governo do presidente Chavez, Hector Navarro – o mesmo que foi levado ao "Tribunal Disciplinário" do PSUV, em 2014 – cerca de 300 bilhões de dólares foram remetidos ilegalmente para fora do país, entre 2003 e 2012.[278] Nos anos subsequentes, a falta de transparência nos órgãos públicos dificultou enormemente o acompanhamento das outorgas de divisas, mas tudo indica que as práticas de fuga de capitais continuaram e até mesmo se agravaram. Além disso, o governo não suspendeu o pagamento da dívida externa, em virtude do qual o montante de recursos disponíveis para a importação de gêneros diversos diminuiu consideravelmente.[279] Como não foi criado nenhum fundo de reserva para conjunturas de baixa nos preços do petróleo, a situação orçamentária do país se tornou gravemente desequilibrada. Ainda que a relação dívida pública/PIB possa ser considerada pequena,[280] em valores absolutos a dívida externa decuplicou entre 2008 e 2013, com forte queda nas reservas internacionais – que, em junho de 2016, representavam apenas 41% do montante de 2012.

Frente ao colapso da situação econômica, Maduro lançou vários programas de distribuição de alimentos. Contudo, tais medidas caracterizaram-se pela curta duração, ineficiência e alto grau de corrupção, além de serem focadas apenas na distribuição, sem abordar o crítico problema da estagnação produtiva do país. Ademais, os programas de distribuição de alimentos do governo – como os Comités Locais de Abastecimento e Produção (CLAP), que vendem cestas básicas subsidiadas diretamente aos cidadãos – são operacionalizados através das estruturas do PSUV, havendo muitas denúncias de que apenas partidários do governo são atendidos (LANDER, 2016a). De fato, na atualidade não há dúvidas de que o governo age com discricionariedade em suas políticas, não somente em relação a seus opositores de direita, mas também em relação aos setores críticos da esquerda chavista. Um exemplo notável ocorre com Marea Socialista, corrente declaradamente chavista, que rompeu com o PSUV em 2015 e

---

[278] Ver http://www.aporrea.org/contraloria/n282650.html, acessado em 01 de fevereiro de 2017

[279] Segundo Lander (2016a), "foi anunciado que o montante total de divisas disponível para importações não petrolíferas em 2016 será de apenas 15 mil milhões de dólares, o que representa um quarto do volume das importações de 2012. E, no entanto, o presidente Maduro informou que 'o estado venezuelano pagou nos últimos 20 meses 35 mil milhões de dólares aos credores internacionais'"

[280] Segundo dados da CEPAL, em 2015 a dívida externa correspondeu a 11,2% do PIB (não há dados da dívida interna para esse ano). Em 2014, a dívida interna correspondeu a 19,5% do PIB, e a externa a 9,0%. Não há dados disponíveis para o ano de 2016.
(ver http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Economico.html?pais=VEN&idioma=spanish, acessado em 01 de fevereiro de 2017)

procurou legalizar-se como partido independente. O CNE argumentou toda sorte de tecnicalidades para impedir o registro do novo partido, impedindo que seus militantes participassem nas eleições parlamentares de 2015.[281]

Nas eleições parlamentares de dezembro de 2015, a oposição organizada em torno da Mesa de Unidade Democrática (MUD) obteve uma vitória acachapante, com 56,26% dos votos (contra 40,67% dos partidários do governo). Graças a legislação eleitoral estabelecida em 2009 – à época, para beneficiar o PSUV – a MUD conseguiu eleger 112 deputados, contra apenas 55 do campo oficialista. Com isso, a oposição conseguiu mais de dois terços da Assembleia, permitindo a proposição de reformas na Constituição e a designação dos membros dos Poderes Judicial e Eleitoral; no entanto, o governo acionou o Supremo Tribunal de Justiça para deslegitimar os resultados do estado do Amazonas, por supostas irregularidades na eleição de deputados indígenas ligados à oposição. Com isso, a quantidade de deputados oposicionistas caiu para 109 – que, ainda assim, representam 3/5 da Assembleia Nacional (o que permite, por exemplo, que a oposição declare o presidente "incapaz mentalmente de governar").[282] Na verdade, atualmente não restam dúvidas de que tanto o CNE quanto o Supremo

---

[281] Pela legislação venezuelana, para legalizar um partido político é necessário que seus militantes apresentem três opções de nome ao CNE; cabe ao órgão verificar se não existe, no país, algum outro agrupamento político que já utilize as denominações apresentadas. Marea Socialista, porquanto seja uma corrente política pequena (se comparada ao PSUV, ao PPT e aos maiores partidos da oposição de direita), é indubitavelmente conhecida por todos os venezuelanos. Seus militantes fundaram o sítio eletrônico *Aporrea.org* (um dos portais mais acessados do país), e têm representação político-sindical em praticamente todos os estados da Venezuela. Ao pleitear sua legalização como partido, apresentaram ao CNE três opções de nomes: 1) Marea Socialista; 2) SOMOS; e 3) Marea Social. O CNE atrasou a decisão por meses, até nega-la às vésperas das eleições de 2015 (quando não haveria mais tempo hábil para nenhum recurso jurídico), sob a alegação de que os nomes apresentados não poderiam ser utilizados pela organização. Segundo declaração pública da corrente, em fevereiro de 2016, *"El abogado de MS expuso por qué el nombre Marea Socialista y los otros nombres alternativos solicitados ante el CNE no contravienen el Art. 7 de la Ley de Partidos Políticos, por cuanto no se toma el nombre de personas, ni de ningún otro partido registrado, ni de iglesias o cultos, ni contiene expresiones contrarias a la igualdad social y jurídica, ni antagónicas hacia naciones extranjeras, ni tiene relación gráfica o fonética con símbolos patrios o religiosos. Tanto el defensor de MS como las accionantes del recurso y solicitantes del nombre que intervinieron en la Audiencia, dejaron claro que Marea Socialista existe en la realidad y así es identificada por otras organizaciones del mundo político y por los movimientos sociales, e igualmente es nombrada en los medios de comunicación y por las encuestadoras de opinión."* Segundo Gonzalo Gomez Freire, *"La Fiscal no señaló ningún impedimento legal contra la denominación de Marea Socialista – dijeron – y trató de fundamentar la negativa a la concesión del nombre a la organización, basándose en su opinión personal sobre la real condición de 'socialista' de Marea, con razonamientos políticos sesgados y carentes de lógica".* Até hoje o CNE não voltou atrás da decisão, e por isso Marea não conseguiu registrar-se oficialmente como partido.
(ver http://www.aporrea.org/ideologia/n286534.html, acessado em 01 de fevereiro de 2017).

[282] É motivo de controvérsia jurídica se os 109 deputados da oposição representam ou não 2/3 da Assembleia Nacional. Isso porque a Constituição não é clara a respeito (em determinados momentos, fala em *"dos tercios de los presentes"*, e em outros *"dos tercios de los integrantes"*). Ver http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/01/160113_venezuela_mayoria_oposicion_asamblea_dp, acessado em 01 de fevereiro de 2017.

Tribunal de Justiça – ambos anteriormente reconhecidos por sua independência frente ao Executivo – tornaram-se um braço do governo.

> Sistematicamente, cada vez que o Executivo esteve em desacordo com uma decisão da Assembleia, ele pediu ao Supremo Tribunal de Justiça que a declarasse inconstitucional, o que o Tribunal fez rapidamente. A isto acrescenta-se que, em assuntos de maior importância, o governo, com o aval do Supremo Tribunal de Justiça, tem governado por decretos presidenciais. Entre estes, destaca-se o Decreto de Estado de Exceção e Emergência Económica, pelo qual são auto-outorgados ao Presidente poderes extraordinários na esfera económica e em áreas de segurança pública. Em consequência, durante os primeiros seis meses do seu mandato, a Assembleia Nacional funcionou mais como um espaço de debate político e catarse, do que como um poder do Estado com capacidade para tomar decisões efetivas sobre o rumo do país. (LANDER, 2016b)[283]

A virtual ruína da independência dos Poderes da República criou uma situação de crise generalizada na *sociedade política* venezuelana. Contudo, tanto a oposição de direita quanto o oficialismo não apresentam, atualmente, grandes diferenças em relação às saídas que propõem para a crise – o que, de certa forma, garante as condições mínimas de estabilidade para o governo (ao menos por ora) siga em frente. A chave que interliga os interesses representados tanto pela MUD quanto pelo PSUV é a exploração do chamado *Arco Minero del Orinoco*, uma gigantesca faixa territorial de 112.000 km^2, na parte amazônica do país (o que equivale a 12% do território nacional). Maduro pretende transformar a região em uma Zona Especial de Desenvolvimento Estratégico. Na prática, o projeto representa um enorme aprofundamento nas formas de saqueio das riquezas naturais do país, envolvendo cerca de 150 empresas mineradoras nacionais e internacionais (na forma de empreendimentos privados, estatais e mistos). Pelos termos do decreto que cria a Zona Especial, haverá uma "flexibilização" das normas legais e constitucionais, permitindo às empresas empreender uma verdadeira destruição ambiental e um provável genocídio dos povos indígenas residentes na região (LANDER, 2016c). Nos termos do artigo 25, todo o empreendimento será coordenado pelas Forças Armadas, as quais terão a prerrogativa de efetuar "as ações imediatas necessárias para salvaguardar o desenvolvimento normal das atividades no âmbito dos Planos da Zona de Desenvolvimento Estratégico Nacional Arco Mineiro do Orinoco" – o que inclui a suspensão de quaisquer "interesse particular, gremial, sindical, de

[283] Vale lembrar que o STJ foi completamente reformulado por decisão da Assembleia Nacional em dezembro de 2015 (quando ainda havia maioria chavista). A decisão – que claramente visava substituir algumas cadeiras do STJ por juízes subordinados ao governo – foi denunciada como irregular pela oposição e alguns juristas venezuelanos (conforme reportagem da BBC, disponível em http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/03/160303_venezuela_tsj_asamblea_nacional_poderes_a, acessado em 01 de fevereiro de 2017)

associações ou grupos”. Na prática, isso significa a suspensão dos direitos dos trabalhadores e dos indígenas, assim como o possível impedimento da atuação de jornalistas no local. Para operacionalizar o empreendimento, Maduro já anunciou a criação da Companhia Anónima Militar das Indústrias Mineiras, Petrolíferas e de Gás (Camimpeg), adstrita ao Ministério do Poder Popular para a Defesa.

CAPÍTULO 5

O movimento operário bolivariano e as experiências de controle operário nas indústrias siderúrgicas de Guayana.

Quando falamos da parcela dos trabalhadores empregada no ambiente industrial, o próprio processo produtivo cria um cotidiano mais homogêneo e disciplinado, no qual a solidariedade e as associações de classe emergem da própria organização do trabalho – o que coloca o operariado fabril, de forma mais *imediata*, em contraposição ao capital. Fora do ambiente fabril tradicional, a cooperação em torno de objetivos em comum não se afirma "naturalmente" entre os trabalhadores, isto é, não há uma *prática concreta* que faça da *cooperação* uma realidade vivida, reafirmada cotidianamente através do exercício do trabalho. Isso justificou (ao menos até meados do século XX), a suposição de boa parte da tradição marxista de que caberia ao operariado industrial, mais do que a outras frações da classe trabalhadora, o papel de *dirigir* o conjunto das camadas subalternas contra o capital (tal como previa a fórmula da *Frente Única*, defendida pelos bolcheviques na Revolução Russa).

Após a reestruturação produtiva neoliberal, porém, o espaço fabril se tornou muito mais refratário à organização dos trabalhadores (ou, ao menos, a uma organização de tipo classista[284]), o que resultou em um relativo enfraquecimento dos sindicatos e das formas tradicionais de luta protagonizadas pelo operariado fabril. No âmbito do trabalho, o neoliberalismo se caracterizou pelo deslocamento da mão-de-obra da indústria para os setores de comércio e serviços – que historicamente desfavorecem a organização sindical – e pela ampliação da parcela dos trabalhadores com contratos de trabalho precarizados e temporários. Isso resultou em uma experiência de classe muito mais fragmentada e heterogênea, deslocando as manifestações políticas das camadas subalternas para movimentos reivindicativos que se voltam principalmente contra *governos*, cobrando a resolução de problemas imediatos do cotidiano.

O processo bolivariano seguiu esse padrão, caracterizando-se principalmente por manifestações e insurreições de rua bastante heterogêneas. Como lembra Dario Azzellini,

---

[284] Em trabalho anterior, demonstramos como as transoformações ocorridas no âmbito do trabalho industrial, a partir das políticas de reengenharia e reestruturação produtiva de cariz neoliberal, focalizaram-se em segmentar os trabalhadores, dificultar sua organização de tipo sindical e descontruir os referências classistas de luta e visão de mundo em geral. Ver CARUSO, 2009.

> En el proceso de transformación participan juntos y con organizaciones propias habitantes de barrio, trabajadores, mujeres, migrantes, indígenas, afro-venezolanos, campesinos, ecologistas, LGBT y muchos más. El amplio rechazo a formas tradicionales de organización en Venezuela se debe a que estas no corresponden a la realidad de las luchas. (AZZELLINI, 2010: 185)[285]

Por sua própria natureza, esse tipo de manifestação – mesmo quando se desdobra em grandes insurreições massivas – não coloca de forma imediatamente perceptível o inimigo contra o qual se está lutando (isto é, o capital e suas formas de dominação sobre o conjunto da classe trabalhadora, inscritas nas estruturas de Estado). Mais importante ainda: ao não se manifestarem no ambiente de trabalho, disputando o controle dos meios de produção, as lutas restritas "às ruas" não apresentam uma *racionalidade* diretamente relacionada ao conflito entre Capital e Trabalho e deixam "intocadas" as relações de produção. Por isso, tais lutas não *educam politicamente* as massas para a criação de relações produtivas alternativas ao capitalismo, capazes de superar a alienação no trabalho e o sociometabolismo do capital. Neste sentido, os trabalhadores acabam se vendo em um beco-sem-saída: mesmo que apareça uma crítica "em geral" à sociedade capitalista, não se apontam formas para superá-la (as quais, inevitavelmente, haverão de lidar com a questão da alienação no trabalho).

O caso do *Caracazo* é típico: uma insurreição cujas motivações são múltiplas, desassociadas e *aparentemente* caóticas (o que não significa que tenham sido "irracionais", como salientamos no capítulo 1). O processo bolivariano seguiu o padrão fragmentado inaugurado pelo *Caracazo*, no qual os trabalhadores se organizaram em inúmeros núcleos de base locais com algumas características em comum – como o caráter assembleístico e o apoio à Chávez – mas com pouca articulação entre si e com muitas diferenças ideológicas. Para dar conta desta complexidade, algumas análises sobre a Revolução Bolivariana (DENIS, 2003; AZZELLINI, 2010) fazem referência ao conceito de *multidão*, apresentado por Antonio Negri e Michael Hardt (2001), para a análise do processo bolivarino.[286] Para Hardt e Negri, as transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo fizeram com que as lutas de tipo classista perdessem relevância, sendo substituídas pela multidão, isto é, pelo conjunto de "singularidades plurais" que se manifestam na forma de uma *diversidade de lutas organizadas em rede*

---

[285] Azzellini lembra que o reconhecimento da multiplicidade de lutas na Venezuela já era realizado, desde os anos 1970 e 1980, por várias correntes políticas que, posteriormente, participariam com protagonismo do processo bolivariano – casos, por exemplo, do PRV e do MRT (AZZELLINI, 2010: 186)

[286] Segundo Azzellini (2010: 88), o próprio Chávez, em seus discursos, também fez referências às ideias de Hardt e Negri.

– diferentes, desde esse ponto de vista, tanto da *classe* (tendencialmente "uniformizadora") quanto da ideia de *massas* (entendida como uma "unidade indiferenciada", que necessariamente demandaria um "líder" para se expressar politicamente). Em seu conjunto, as lutas expressas na multidão representariam uma resistência ao domínio do capital; mas, como não se delimitam a uma determinada posição no processo de produção, o foco da ação deixa de ser necessariamente a transformação das relações produtivas, mas sim a realização de uma *real democracia*. Assim, o "pós-fordismo" seria o momento da afirmação do *operário social*, figura na qual "os diversos fios de trabalho imaterial são tecidos". Caberia a este sujeito coletivo e multifacetado estabelecer um *poder constituinte do trabalho*, capaz de realizar: i) a autovalorização do ser humano, entendida como "o direito igual de cidadania para todos na esfera inteira do mercado mundial"; ii) a cooperação, isto é, "o direito a comunicar-se, construir línguas, e controlar redes de comunicação"; e, finalmente, iii) o poder político como "uma sociedade na qual a base de poder é definida pela expressão das necessidades de todos" (HARDT & NEGRI, 2001: 433-434).

Já afirmamos no capítulo 2 que, se entendermos por democracia a *real disputa pelos rumos da reprodução social*, então simplesmente não é possível alcança-la nos marcos de um mercado mundial regulado pelas relações de produção capitalistas, tal como supõem Hardt e Negri. Para eles, o mercado mundial aparece como cada vez mais livre e independente da ação dos Estados-Nacionais, constituindo o terreno fundamental onde a soberania pode ser conquistada pelos trabalhadores.[287] Ocorre que a permanência

[287] Talvez o mais evidente problema da análise desses autores seja a suposição de que os Estados-Nacionais tenham perdido relevância na virada do século. A nosso ver, o que vem ocorrendo é justamente o contrário: o capitalismo contemporâneo reforçou como nunca a importância e a capilaridade do Estado em todos os âmbitos da vida social. A começar pelo próprio âmbito econômico, onde o Estado é necessário para *criar contratendências em relação à queda tendencial da taxa de lucros* (POULANTZAS, 2000) – o que se expressa paradigmaticamente na transferência constante e crescente de recursos públicos para o capital financeiro, associada à participação direta do Estado em outras áreas (tais como pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, obras de infraestrutura, subsídios e reestruturações industriais; ensino e a formação profissionalizante, etc). Mas há também o papel inequívoco do Estado na *generalização do processo de expropriações* que acompanha a expansão do capital imperialista. Não se pode negar, por exemplo, o papel do Estado nas inúmeras intervenções militares imperialistas deste início de milênio (as quais, por si sós, contribuem para a elevação das taxas de lucro, além de garantir o acesso a matérias-primas estratégicas ou a áreas para a exportação de capitais); ou na criação de leis que expropriam e mercantilizam bens naturais comuns, em favor do capital; ou ainda nas diversas formas de intervenção nos espaços geográfico, militarizando áreas periféricas e criando novas oportunidades de negócios para o capital; etc. A nosso ver, Hardt & Negri não compreendem que o próprio sociometabolismo do capital implica na reafirmação do poder dos Estados-Nacionais, dividindo o mundo tanto entre países (que mantém suas "razões de Estado") como também entre o *centro desenvolvido* e a *periferia*. Como lembra István Mészáros (2011: 229), "os países capitalistas dominantes sempre defenderam (e continuam a defender) seus interesses econômicos vitais como combativas entidades nacionais, apesar de toda a retórica e mistificação em contrário". Em geral, autores como Denis (2003) e

do mercado global, nos marcos do capitalismo, implica na continuidade da submissão do homem ao fetichismo da mercadoria, impossibilitando sua real emancipação e, consequentemente, uma real democracia. Se não se pode intervir no núcleo das relações produtivas, as decisões serão sempre tomadas *a posteriori*, tratando das *consequências e dos sintomas do processo econômico, mas nunca de suas causas* – paradigma que corresponde perfeitamente ao interesse burguês, demarcado pelo pensamento liberal, de encapsular a política considerada legítima em um espaço (aparentemente) separado da economia.

É necessário, portanto, recuperar a centralidade do trabalho e das lutas de tipo classista, se se pretende realmente entender a democracia como a busca por uma real emancipação dos seres humanos. Contudo, na Venezuela, o elemento mais dinâmico do processo bolivariano foi constituído pela baixa patente militar e pelas frações precarizadas dos trabalhadores, que se organizaram de forma *comunitária*, a partir do *território* – e não dos locais de trabalho. Neste sentido, consideramos pertinente a avaliação de Amilcar Figueroa, intelectual e militante do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), para quem

> a aliança cívico-militar passou em Venezuela a jogar o rol da unidade operáriocamponesa e não poderia ser de outra forma se tomamos em conta que a indústria petroleira que produz ao redor de 35% da renda nacional, 80% do valor das exportações e 50% do orçamento público; apenas envolve umas 74.918 pessoas, somados operários e operárias de distintas qualificações, empregadas e empregados, e funcionários e funcionárias da burocracia em seus diferentes níveis (Amílcar Figueroa, 2008, cf.: SEABRA, 2014: 90)

O operariado fabril e os demais setores com maior organização sindical nunca foram capazes de exercer uma *direção* sobre o conjunto das classes subalternas – o que, ao menos em parte, se explica pelo seu reduzido tamanho relativo, decorrente do incipiente desenvolvimento industrial do país.

> Ese proceso no es un proceso de la clase obrera. Jamás ha sido un proceso de la clase obrera. La clase obrera, en un momento, ha apuntalado una direcionalidad política – en 2002, con el Paro, y en las Guarimbas –, pero ha sido un proceso fundamentalmente de las mujeres de los barrios, los habitantes de los barrios. (...) Cuando comienza a haber un sujeto verdadero del proceso revolucionário, quien asume la direcionalidad de ese proceso – o mejor, quien *ponen en los ombros* este proceso – son las mujeres, fundamentalmente de los barrios. (Osvaldo León)[288]

Azzellini (2010), porquanto façam referências às ideias de Negri e Hardt, também apontam os mesmos problemas que colocamos aqui, em relação a manutenção dos Estados Nacionais como fundamentos importantes da reprodução social – o que é ainda mais evidente no contexto venezuelano.

[288] Entrevista ao autor em 10 de maio de 2015

A ausência de uma *direção política* do operariado industrial não impediu que o processo bolivariano assumisse um caráter crescentemente classista, unificando o conjunto das classes subalternas e colocando-as em movimento em favor da construção do socialismo. No entanto, os momentos em que o operariado organizado apresentou maior protagonismo foram justamente aqueles que revelaram as maiores contradições e problemas da Revolução Bolivariana – o que denota a centralidade da questão do trabalho em qualquer processo revolucionário. Já apresentamos algumas dessas contradições no capítulo anterior, quando tratamos do processo de ocupação de fábricas iniciado após o *Paro Patronal* de 2002-2003; doravante, aproximaremos nosso foco para analisar as mais importantes experiências de controle operário que se deram na Venezuela bolivariana, as quais envolveram a parcela do operariado industrial com maior tradição de luta do país – a saber, os trabalhadores empregados nas indústrias básicas da região de Guayana, no estado Bolívar.

Nosso objetivo neste capítulo é o de analisar com maior profundidade os experimentos de controle operário realizados pela vanguarda dos trabalhadores sindicalizados da Venezuela. Ainda que se constitua um estudo de caso, acreditamos que as contradições que apresentaremos aqui constiuem uma chave interpretativa importante para o conjunto do processo bolivariano, indicando seus limites e, principalmente, a forma como setores do chavismo passaram a reproduzir práticas comuns à IV República, gerando a crise do processo ao final do governo Chávez. Iniciaremos nossa discussão com uma análise geral das correntes sindicais da esquerda venezuelana, verificando como elas se posicionaram diante das transformações do país a partir de 1998.

5.1 - O movimento sindical durante o governo Chávez

Historicamente, a sindicalização na Venezuela atinge cerca de 20% da população empregada no setor formal (inclusive após a ascensão dos governos bolivarianos). A estrutura sindical geralmente é dividida por empresa, e mesmo estabelecimentos pequenos, com 50 ou 100 trabalhadores, muitas vezes apresentam sindicato próprio (as poucas federações existentes raramente apresentam capacidade de mobilização que ultrapassasse o âmbito local). Dada a tradição reformista e conciliatória do sindicalismo do país, praticamente não havia, até o advento do processo bolivariano, trabalho de base e/ou consultas em assembleias nos momentos dos dissídios e acordos

coletivos (com exceção de algumas poucas categorias mais mobilizadas). Tudo era decidido pelas juntas diretivas, que em média variam entre sete a doze membros (dos quais os que efetivamente fazem alguma atividade sindical são três ou quatro). Como afirma Stalin Pérez,[289]

> Los sindicalistas creen que para eso fueron eligidos. Es decir, para tomar todas las decisiones por los trabajadores. En el mejor de los casos, en el período de discusión de Convención Colectiva o de Pliegos Conflictivos se llevan trabajadores de 'veedores' pero, las decisiones fundamentales, sin discusiones colectivas de los trabajadores, las deciden los sindicalistas y muchas veces no todos ellos. (Stalin Pérez, cf.: BORGES, 2010)

Neste sentido, uma das principais consequências do processo bolivariano no meio operário foi o questionamento dessas práticas, gerando uma dinâmica de maior participação da base nas questões sindicais. Quando Chávez chega ao poder, em 1998, o movimento operário venezuelano se encontrava debilitado e desorganizado. A maior parte dos sindicatos permanecia filiada à Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), dominada pela AD e desprestiagiada devido a sua postura diante das contra-reformas neoliberais nos anos 1990. De maneira geral, a parcela sindicalizada dos trabalhadores constituia um ator secundário no cenário político venezuelano, contribuindo muito pouco para a ascensão das lutas populares nos anos 1980 e 1990.

No governo Carlos Andrés Pérez (1989-1993), a CTV não ofereceu nenhuma resistência mais efetiva ao avanço do neoliberalismo; posteriormente, com Rafael Caldera (1994-1998), a central foi além, participando do conjunto de contra-reformas da "Agenda Venezuela", que atacou diretamente os direitos dos trabalhadores. Sem nenhuma consulta às bases, a cúpula sindical da CTV participou da comissão que redatou mudanças no sistema de *prestaciones sociales* (espécie de indenização paga aos trabalhadores, em caso de demissão) e no sistema de seguridade social;[290] além disso, a

---

[289] Oriundo do setor elétrico, Stalin Pérez é um sindicalista de projeção nacional na Venezuela. Ex-militante do Partido Socialista de los Trabajadores (PST), foi uma das principais lideranças sindicais no processo de formação da UNETE (que trataremos adiante) e do PSUV. Também participou com protagonismo da tentativa de implantação da *cogestión revolucionária* na estatal elétrica CADAFE. Atualmente milita no partido Marea Socialista, cisão do PSUV de cariz trotskista.

[290] No primeiro caso, a central aceitou que as indenizações fossem pagas não conforme o valor do último salário, mas conforme a média dos salários de cada mês. A reforma também permitia que os empregadores pagassem a indenização ao final do ano, mesmo se o trabalhador não fosse demitido; mas, uma vez que a inflação corroía o valor dos salários, todos os trabalhadores passaram a sacar sua *prestación* ao final do ano, como se fosse um "bônus" anual (que, com o tempo, foi "incorporado" ao valor da força de trabalho). O resultado é que o sistema perdeu sua razão de ser, deixando os trabalhadores completamente desguarnecidos no momento de uma demissão. No caso da seguridade social, a CTV apoiou sua privatização, a partir de um sistema que criava fundos de investimentos (aos quais os trabalhadores de menor renda não tinham acesso).

CTV também se comprometu publicamente com um novo acordo com o FMI, que incluía uma série de privatizações em setores-chave da economia (bancos, cimento, siderurgia, etc). Finalmente, a central também se opôs a uma proposta de democratização da estrutura sindical, apresentada ao Congresso por parlamentares do Copei e da LCR – que previa, dentre outras medidas, eleições diretas de base para os membros do comitê executivo da CTV e das federações ligadas a ela.[291] O resultado foi que, numa pesquisa sobre a confiança pública nas 12 instituições mais importantes do país, realizada ao final dos anos 1990, os sindicatos ficaram em 10º. lugar, atrás dos militares, das associações de vizinhos, do setor privado, dos tribunais, da Igreja Católica e até mesmo da polícia (ELLNER, 2003a: 214).

Foi somente com a vitória de Chávez que se iniciaram rupturas mais significativas no *status quo* do meio sindical. Nos primeiros meses de 1999, ainda como reflexo da campanha de Chávez à presidência, realizou-se uma grande plenária no Parque Central, em Caracas, que deu origem à *Frente Constituyente de Trabajadores* (FCT), primeira expressão de organização de um movimento operário-sindical chavista. Segundo Robérto López Sanchez, a plenária e as mesas de trabalho que a sucederam chegaram a reunir cinco mil trabalhadores, de praticamente todos os setores da indústria e do setor público.

> Para ese entonces no existía una definición clara de corrientes políticas existentes al interior del movimiento laboral bolivariano. Era una gran masa aluvional de directivos y activistas de movimientos de trabajadores que no tenían muy claro ni los objetivos a cumplir con el evento ni los pasos a dar al asumir el nuevo gobierno de Chávez. Entre los directivos que destacaban estaban Nicolás Maduro, Jose "Chino" Khan, Froilán Barrios y Aristóbulo Istúriz. El debate en cada mesa no pudo conocerse colectivamente al no realizarse la plenaria final del evento. Los resultados del evento nunca fueron publicados en forma sistemática, y tuvieron poco efecto en la posterior discusión que se inició al calor de la convocatoria y desarrollo de la Asamblea Nacional Constituyente. No obstante, esta asamblea del FCT sirvió para incentivar el fortalecimiento de dicho frente en las distintas regiones del país, señalando un espacio organizativo que permitía la participación de los trabajadores en el nuevo gobierno bolivariano. (SANCHEZ, 2012: 93).[292]

[291] A postura da LCR e do Copei, no entanto, representava muito mais uma tentativa de desconstrução da hegemonia *adeca* no meio sindical, e não uma oposição ao avanço do capital nas políticas relacionadas ao trabalho. De maneira geral, ao longo dos anos 1990 esses partidos também recuaram para posições de direira, adotando tacitamente o discurso neoliberal.

[292] Nicolás Maduro e José Khan advinham do setor metroviário. O primeiro havia conhecido Chávez quando este se encontrava preso em Yare; desde então, ingressou no MBR-200 como liderança civil, chegando a fazer parte do Comité Nacional do movimento. Passou a cumprir a função de elo de ligação entre o chavismo e o movimento operário, desde antes que o movimento optasse pela via eleitoral, através do MVR (ELLNER, 2014: 207). Já Froilán Barrios e Aristóbalo Ísturiz eram professores – sendo que este último, como vimos anteriormente, havia sido *alcalde* de Caracas pela LCR (1993-1996).

Até esse momento, não havia uma política clara da cúpula do movimento bolivariano para os sindicatos e o movimento operário – o que refletia o fato de que as bases sociais do governo Chávez, entre os trabalhadores, concentravam-se nos setores menos organizados, com pouca experiência sindical. Para o sindicalista Stálin Pérez, havia "*un problema desde Chávez, que no confia en la clase obrera exatamente por el nivel de corruptela y desprestígio que tenia el movimiento sindical nacional y mundial, como ha tenido los partidos politicos*".[293] Obviamente, para este quadro contribuía também o domínio *adeco* sobre a CTV e o fato de que a maioria dos sindicatos permaneciam filiados a ela. Na visão de Chávez, a CTV constituía uma "máfia sindical", integrante da institucionalidade da IV República que, juntamente com os velhos partidos, deveria ser liquidada (FERREIRA, 2012: 164).[294] Não por acaso, tão logo chegou ao poder, Chávez entrou em choque direto contra a burocracia *cetevista*, reduzindo de imediato os subsídios dados pelo Estado aos sindicatos (ELLNER, 2003a: 217).

No entanto, para além da questão do *aparelhamento* da estrutura sindical pela AD, as relações entre Chávez e o movimento sindical (seja qual fosse seu cariz ideológico) sempre foram conflituosas, se comparadas com as que se estabeleceram com outros componentes da base social chavista – particulamente a baixa patente militar e os trabalhadores precarizados de menor renda. Isso ocorria porque Chávez, embora defendesse a participação protagônica dos trabalhadores, contraditoriamente não concebia suas organizações como autônomas em relação a ele próprio e seu governo. Essa contradição não era problema para a baixa patente militar e os trabalhadores precarizados mais pobres, que mais facilmente se compatibilizavam com estruturas de comando *verticais* e *centralizadas* – no primeiro caso por razões óbvias; e no segundo, porque Chávez representava o único elo de ligação entre as diferentes organizações locais, o único ponto de apoio (na ausência de um partido orgânico que cumprisse essa função) capaz de unificar as diferentes pautas reivindicativas deste setor da classe trabalhadora. Assim, os trabalhadores mais precarizados, mesmo quando críticos à burocracia, acabaram subordinando sua participação no processo bolivariano à obediência ao governo, porque suas formas organizativas sempre apresentaram um

[293] Declaração dada ao autor, em entrevista ao autor em 1º. de maio de 2015.

[294] Em entrevista realizada em 1998, antes de ser eleito presidente, Chávez declarou: "*si no logramos la gobernabilidad, si no logramos transformar la estructura y el cuadro de fuerzas en el Congreso y en el poder judicial y los factores reales, la CTV por ejemplo, que hay que demolerla, no habremos hecho nada. Pero ahora, ¿cómo demolerla, como desmontarla? Con Constituyente Popular, con fuerzas que lleguen de verdad allí, para desmontar todo esto*" (ver DIAZ, 2009: 101)

alcance apenas local, com pouco poder de pressão política. Os momentos impressionantes em que essa parcela das camadas subalternas atuou com protagonismo – como no contra-golpe que reconduziu Chávez ao poder, em abril de 2002 – constituíram exceções; na maior parte do tempo, os únicos fatores capazes de dar organicidade à ação dos setores precarizados foram o presidente Chávez em si mesmo (através de seus discursos, do uso dos meios de comunicação, etc), ou os partidos oficialistas, sempre muito centralizados, verticalizados e difusores dos ideais de "disciplina" e "obediência", que claramente derivavam das origens militares do MBR-200 (e que se assemelhavam, ainda que por outro viés, ao funcionamento dos partidos da IV República). Para isso contribuía também as ações sabotadoras da oposição, que fomentavam a defesa da *unidade* em torno do governo, diminuindo o espaço para a divergência entre os militantes bolivarianos.

Contrariamente, o setor mais organizado da classe trabalhadora, alocado principalmente indústria e nos serviços públicos, sempre apresentou um maior poder de pressão política e uma *pertubadora* autonomia, graças aos sindicatos. Isso se manifestou na forma de inúmeras greves, desde aquelas puxadas pela oposição golpista, num primeiro momento, até as muitas outras que, posteriormente, foram deflagradas pelo próprio sindicalismo bolivariano. O fato é que o chavismo não possuia e não soube estabelecer laços orgânicos com o movimento sindical; por isso, não foi possível constituir uma estrutura e/ou um programa político específico para os trabalhadores mais organizados.

A FCT chegou a constituir uma frente difusa de mobilização, que no entanto não foi capaz de apresentar, durante o processo constituinte, um posicionamento claro em relação a estrutura sindical existente. Mesmo assim, no esteio das mobilizações em torno da campanha de Chavéz à presidência, houve categorias em que a burocracia sindical *adeca* foi deslocada de suas posições de poder em favor de novos dirigentes identificados com o processo bolivariano – com destaque para o setor automotivo.[295] Além disso, a nova Constituição fortaleceu o espírito de luta dos trabalhadores e resultou em importantíssimas conquistas trabalhistas, na contra-mão da hegemonia

[295] Segundo Stalin Pérez, "*quien estaba en lo sindicato de los automotrices era los jefes más temíbles de las bandas armadas de la Acción Democrática (...). En 1999, los trabajadores hicieron allí una revolución y impusieron un sindicato clasista, chavista*" (entrevista em 1º. de maio de 2015). Para que se tenha uma ideia do quadro neste setor, basta dizer que o presidente de um dos sindicatos do setor (Sutraautomotriz), estava no poder há 40 anos, sem realizar nenhuma eleição. (PÉREZ, 2010: 83).

neoliberal que se estabelecia globalmente na época.[296] No entanto, a desorganização do meio sindical chavista e o desinteresse do governo impediu a regulamentação de uma nova Lei Orgânica do Trabalho (LOT) – mandato que, segundo a quarta disposição transitória do texto constitucional, deveria ter sido cumprido ainda em 1999 (mas que só viria a ser feito em 2012, mediante uma *lei habilitante*).

Em setembro de 2000, Nicolás Maduro, José Khan e outras lideranças sindicais chavistas, oriundas de distintas categorias e de diversas partes do país, conformaram um esboço de corrente sindical chavista, a *Fuerza Bolivariana de Trabajadores* (FBT).[297] Minoritária no conjunto da classe trabalhadora venezuelana, a FBT questionava a possibilidade de reformar a CTV *por dentro*, diferenciando-se de outras correntes que disputavam a direção da central; para a FBT, o caminho deveria ser o de criar uma estrutura paralela, atraindo para ela o movimento operário e dando um golpe definitivo no sindicalismo tradicional. Essa proposta, porém, encontrava resistências entre os trabalhadores. A CTV tinha uma estrutura sindical sem paralelo na Venezuela, com a qual muitos trabalhadores ainda se identificavam e tinham a esperança em disputar a direção (ROSA, 2014: 54). Ademais, os membros moderados do governo, liderados pelo então Ministro do Interior, Luis Miquilena, preocupavam-se de que o chavismo fosse acusado junto à OIT de promover uma estrutura sindical *oficialista* (ELLNER, 2014: 208) – possibilidade que obviamente era debatida no interior do próprio movimento operário bolivariano, sendo objeto de receio inclusive de sindicalistas declaradamente chavistas.

Segundo Ellner, a questão da autonomia sindical dividia o sindicalismo bolivariano em dois grupos bem demarcados:

> Un grupo, que puede llamarse los "autonomistas", insite en que la lealtad a los partidos políticos y al gobierno tiene que estar subordinada a la lucha en favor de los intereses de

[296] Dentre as conquistas consagradas no texto constitucional, destacam-se: o direito a todo cidadão à Seguridade Social, entendida como um serviço público garantido pelo Estado (art. 86); o direito ao trabalho e a responsabilidade do Estado em fomentar e garantir o emprego (art. 87); a igualdade e equidade entre homens e mulheres no exercício do trabalho, com o reconhecimento do trabalho das donas de casa como parte das atividades econômicas que criavam valor agregado, produzindo riqueza e bem-estar social (art. 88); a progressividade dos direitos trabalhistas e seu caráter irrenunciável (art. 89); a redução da jornada de trabalho diurna de 48 para 44 horas semanais (art. 90); a responsabilidade do Estado em fixar um salário mínimo e ajustá-lo a cada ano, conforme o custo da cesta básica (art. 91); o direito dos trabalhadores à benefícios por antiguidade (art. 92); novas garantias de estabilidade no trabalho (art. 93); direito dos trabalhadores a conformar sindicatos e a consagração da autonomia dos mesmos em relação aos patrões e ao Estado (art. 95); a democracia sindical mediante a alternabilidade dos dirigentes sindicais por eleições universais, diretas e secretas (art. 95); o direito à contratação coletiva (art. 96); e o direito à greve (art. 97).

[297] Posteriormente rebatizada como *Fuerza Socialista Bolivariana de Trabajadores* (FSBT)

> los trabajadores. La segunda corriente, los "no autonomistas", acusam a los autonomistas de estar influenciados por el "factor extranjero" en el que los esquemas dogmáticos marxistas (algunas veces vinculados a ideas trostskistas) y los ataques continuos a la burocracia de Estado son considerados más importantes que la defensa del gobierno de Chávez. Los no autonomistas critican a los autonomistas por adherirse a un punto de vista "obrerista" que no toma en cuenta el escenario político en general, y conduce a demandas económicas excesivas o "economismo". (ELLNER, 2014: 292)

Essa distinção funciona bem como uma abordagem geral, indicando o fator que de fato era fundamental para demarcar os campos no movimento sindical bolivariano: a questão da autonomia dos sindicatos. Mas é ainda uma visão que não dá conta de descrever as tendências sindicais venezuelanas em sua complexidade. Como pretendemos demonstrar, havia divergências de fundo mais complexas, referentes à forma como cada grupo concebia o processo bolivariano e as transformações sociais que ele deveria realizar, assim como o papel que, na realização destas transformações, deveriam desempenhar as organizações da classe trabalhadora e o Estado.

De todo modo, num primeiro momento a questão principal dizia respeito à manutenção ou não das disputas no interior da CTV. Em 2000, os parlamentares chavistas mais moderados, sob a liderança de Miquilena, impediram a aprovação de uma resolução que extinguiria a CTV e unificaria os trabalhadores em uma nova confederação sindical, ainda a ser criada. Foi proposto então que a questão fosse levada a plebiscito; no entanto, o grupo ligado a Miquilena conseguiu modificar o texto da consulta popular, de modo a apenas decidir se as lideranças sindicais deveriam ser mantidas em seus cargos, ou se novas eleições deveriam ser imediatamente realizadas.[298] Com essa nova redação, o plebiscito foi realizado em dezembro de 2000, aprovando a convocação de eleições sindicais imediatas. Apesar da vitória do "Sim", o resultado do plebiscito pode ser considerado uma derrota para a chamada "linha dura" do chavismo, dada a participação de apenas 22% da população votante (FERREIRA, 2012: 166).

A FBT, rapidamente hegemonizada pelos setores não-autonomistas, continuou defendendo a criação imediata de outra estrutura sindical; mas era uma posição minoritária no meio sindical, mesmo entre os bolivarianos. A maior parte das lideranças acatou a decisão do plebiscito, decidindo por participar das eleições. A ala moderada do

---

[298] A proposição foi colocada nos seguintes termos: *"¿Está usted de acuerdo con la renovación de la dirigencia sindical, en los próximos 180 días, bajo statuto Especial elaborado por el Poder Electoral, conforme con los principios de alternabilidad y elección universal, directa y secreta, consagrados en el artículo 95 de la Constitución Bolivariana de Venezuela, y que se suspendan durante ese lapso en sus funciones los directivos de las Centrales, Federaciones y Confederaciones Sindicales establecidas en el país?"*.

MVR impôs, então, uma estratégia de "frente ampla" contra a burocracia sindical da AD, então liderada por Carlos Ortega (presidente do sindicato dos petroleiros – Fedepetrol). Assim, o MVR apoiou vários "chavistas de última hora", de histórico copeiano – como Franklin Rondón (funcionários públicos) – ou mesmo dissidentes da AD – como Rafael Rosales (petroleiros) – além de lideranças moderados do próprio partido, como Ramón Machuca (metalúrgicos do estado de Bolívar) e Francisco Torrealba (metroviários). Para a presidência da CTV, os chavistas acabaram indicando o nome de Aristóbulo Ísturiz (ex-*alcalde* de Caracas pela LCR, e então deputado do PPT), visto como mais "consensual" e "independente" em relação ao governo.

A FBT chegou a cogitar a participação nas eleições, desde que essas fossem fiscalizadas pelo Conselho Nacional Eleitoral, como exigia a nova Constituição Bolivariana; entretanto, a linha que acabou sendo adotada pela maior parte do sindicalismo chavista (incluindo a FBT), foi a de se convocar uma "Assembleia Constituinte dos Trabalhadores", da qual sairiam os nomes dos candidatos. Chegaram a conformar *consejos regionales de los trabajadores*, cujos membros eram escolhidos em assembleias locais. Alguns desses *consejos regionales*, após a vitória do "Sim" no plebiscito de dezembro de 2000, ocuparam as sedes de federações filiadas a CTV, de modo a dirigi-las até a convocação das eleições sindicais (que só viriam a ocorrer em outubro de 2001). Entretanto, a alta cúpula da FBT se recusou a apoiar essas ocupações, por entender que elas não tinham apoio entre a maioria dos trabalhadores (ELLNER, 2003a: 222).

As eleições sindicais foram marcadas por violência e fraudes generalizadas. Os bolivarianos conquistaram sindicatos importantes (como o de funcionários públicos, metroviários e setor elétrico); também pode ser considerada uma vitória a eleição de Rafael Rosales entre os petroleiros.[299] Mas, em função da falta de uma política clara do

[299] Na verdade, Rosales tentou o apoio de Carlos Ortega à sua candidatura, mas este não abriu mão de ser o candidato da AD (Ortega disputou simultaneamente a presidência da Fedepetrol e da CTV). Quando as eleições terminaram, a AD anunciou a vitória de Ortega antes do término da contagem dos votos – que teriam dado a vitória a Rosales (ELLNER 2014: 210). Configurou-se um suposto "empate" em cerca de 6000 votos, o que levou a decisão das eleições para o CNE. Segundo denúncia publicada no sítio Aporrea, em 2004, foi só neste momento que Rosales buscou apoio no governo, filiando-se ao MVR – a aproximação teria sido intermediada por lideranças da FBT, como Nicolás Maduro, Angel Rodríguez e José *El Chino* Khan, que orientaram os bolivarianos a votarem por Rosales. (http://www.aporrea.org/actualidad/a8404.html - acessado em 28 de outubro de 2016).
A aproximação de Rosales ao campo bolivariano é emblemática da *porosidade* do governo Chávez às práticas e aos quadros do *puntofijismo*. Empossado como presidente da Fedepetrol, Rosales acumularia os cargos de *Director Externo* e *Director Interno* da *Nueva PDVSA*, para os quais foi nomeado pelo governo. Dessa posição de flagrante conflito de interesses, *"ha hecho uso y abuso del poder, aupando las prácticas gobierneras que niegan participación, información, independencia y protagonismo al*

MVR para o setor sindical, na maioria das categorias a máquina burocrática da AD conseguiu impor sua vitória, inclusive com a eleição de Carlos Ortega para a presidência da CTV.[300] As evidências de fraude não foram suficientes para dobrar a resistência da linha moderada do chavismo em criar uma nova central; liderados por Machuca e Rosales, os candidatos derrotados prefeririam recorrer ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE), visando a anulação dos resultados e a convocação de novas eleições. No entanto, como muitos dos membros do CNE eram ligados a Miquilena (que, àquela altura, já havia rompido com o governo e passado à oposição[301]), o órgão optou por não atuar sobre a matéria, de modo que a burocracia *adeca* da CTV continuou hegemônica no meio sindical.

A vitória da oposição nas eleições sindicais serviu de importante alicerce para as forças oposicionistas iniciarem a série de ações sabotadoras que marcaram o primeiro governo Chávez. Porém, como vimos anteriormente, ao se aproximar dos setores golpistas, a burocracia *adeca* da CTV gradativamente perdeu influência no movimento

---

trabajador". No MVR, Rosales acumulou um grau de poder que nunca sonhara experimentar na AD, sendo o principal beneficiário *"de las empresas contratistas de personal que ilegalmente autorizó Pdvsa el 7 de enero de 2003. Fue así como los que lo han rodeado y seguido en sus patrañas, han sido ascendidos y reclasificados de niveles y grupos, y colocados en las direcciones, gerencias y cargos más destacados de PDVSA, mientras que los demás han sido relegados a cargos sin importancia, lanzados al ostracismo solicitando para ellos jubilación forzada, aislamiento y despidos"*. Foi através de Rosales que se reincorporou ao quadro da PDVSA muitos dos funcionários que haviam aderido ao *Paro Petrolero*. *"Su arte es el compadrazgo y por él pueden determinarse a sus acólitos del negociado. Practica el populismo repartiendo y prometiendo cargos y grupos, adelantando franelas, gorras y pancartas con su nombre en eventos deportivos, marchas y Alós Presidente, para armar un tinglado o encaramar una seudo-protesta donde le de gana, y presionar e impresionar. Actualmente, se encuentra militando en PODEMOS, adonde saltó para ser su Secretario Sindical y contar con el respaldo político necesario para permanecer e imponer sus componendas. Rafael Rosales, forma parte del contingente de políticos sin ideología, que sólo practica el beneficio personal para él y sus allegados, pasándole por encima a quien le impida sus propósitos o lo ignore."* (idem, ibidem)

[300] Segundo Ellner (2014: 210), a vitória de Ortega nas eleições sindicais da Fedepetrol de 2001 teria sido fraudada. Contudo, é necessário reconhecer que, naquele momento, Ortega era um sindicalista que tinha algum brilho próprio. Nos anos 1990, ele havia se oposto, entre os petroleiros, a aderir ao novo sistema de *prestaciones sociales* estabelecido pelas contra-reformas neoliberais do governo Caldera (ELLNER, 2003a: 218). Posteriormente, pesaram sobre ele acusações de corrupção; mas, mesmo assim, Ortega conseguiu recompor parte de sua liderança na categoria, por ocasião das negociações do contrato coletivo dos petroleiros, em 2000. Como lembra Ferreira (2012: 164-165), o governo – na figura do presidente da PDVSA, Héctor Ciavaldini – seguiu a mesma estratégia de *paralelismo* defendida pelos setores *no-autonomistas* da FBT, recusando-se a negociar com as entidades mais representativas dos trabalhadores petroleiros (Fedepetrol e Fetrahidrocarburos), e impondo a eles um novo tipo de "contrato moderno" que representava um retrocesso em diversos direitos. Em reação a essa atitude unilateral do governo, Ortega convocou uma greve exitosa em princípios de 2001, levando o governo a recuar e negociar com os sindicatos, o que resultou num contrato coletivo melhor. Na ocasião, o Ministro do Trabalho, Lino Martinez, criticou publicamente a posição da presidência da PDVSA em não reconhecer os sindicatos na negociação salarial (após a greve, Chávez acabou exonerando Ciavaldini e nomeando para seu lugar o Gal. Guaicaipuro Lameda). Durante todo esse processo, os setores *no-autonomistas* da FBT de Maduro, seguindo a estratégia de esvaziar a Fedepetrol para constituir um sindicato paralelo, ficaram ao lado de Ciavaldini – na prática, apoiando um acordo coletivo lesivo aos trabalhadores (ELLNER, 2003b: 166).

[301] A defecção de Miquilena ocorreu após a aprovação das 49 Leis Habilitantes de 13 de novembro de 2001.

operário, até ser definitivamente derrotada durante o *Paro Patronal*. Surgiu então um movimento operário renovado, fortemente combativo e identificado com o processo bolivariano. Assim, em 5 de abril de 2003, uma assembleia nacional de lideranças operárias reuniu-se em Caracas, onde aprovaram a criação de uma nova central – a *Unión Nacional de Trabajadores* (UNETE) – a ser provisoriamente conduzida por uma coordenação horizontal de 21 membros, representando os sindicatos e regiões fundamentais do país. Em agosto, realizou-se o primeiro Congresso da UNETE, com a aprovação de uma declaração de princípios, um código de ética sindical, uma plataforma de luta e um acordo sobre a conjuntura do país.

Em pouquíssimo tempo, a UNETE superou a CTV em número de sindicatos filiados e em potencial de mobilização – o que ficou claro no 1º. de maio de 2004, quando o número de participantes na marcha da nova central bolivariana superou com larga margem a marcha convocada pela burocracia *cetevista* (SANCHÉZ, 2012: 106). No entanto, a proposta da constituição de uma Assembleia Constituinte dos Trabalhadores, na qual as bases fundamentais da atividade sindical poderiam ser debatidas com maior profundidade, não foi adiante. Os setores da FBT mais próximos ao governo, que ocupavam cargos nos poderes Executivo e Legislativo e que, no passado, defenderam a bandeira da Constituinte dos Trabalhadores, recuaram desta proposta no momento crucial em que se radicalizou o movimento operário. Assim, o rápido e espontâneo processo de criação e registro dos novos sindicatos bolivarianos não seguiu nenhuma diretriz política unificada, traduzindo-se na integração de um enorme contingente de trabalhadores com pouca ou nenhuma vivência sindical, sem que houvesse *tempo* e *espaço* para a discussão da relação entre os sindicatos, o Estado e os partidos políticos. Dessa maneira, o velho debate sobre a autonomia sindical seguiu pendente.

Além disso, a coordenação nacional da UNETE rapidamente começou a sofrer diversas baixas: Franklin Rondón, Francisco Torrealba e outros coordenadores próximos se retiraram, por não aceitarem as críticas que lhes foram feitas sobre a forma como lidavam com os cargos e as finanças do Sindicato dos Empregados Públicos (Fentrasep); Oswaldo Vera foi eleito deputado; Jacobo Torres assumiu cargos no Ministério do Trabalho e, posteriormente, também em Miraflores e na *Cancillería*; Rafael Chacón foi absorvido pelo Ministério da Educação (chegando a representar o governo, e não os trabalhadores, em convenções coletivas de professores). O fato é que praticamente todos os principais dirigentes da FBT, tão logo começavam a se destacar

no meio sindical, ascendiam a algum cargo na estrutura de Estado – seja por meio de nomeações pelo Poder Executivo, nos mais diferentes níveis, ou através das eleições parlamentárias, nas quais se valiam do apoio de Chávez e da estrutura dos partidos oficialistas – o que esvaziava a atividade sindical.[302] Para Osvaldo "*El Rojo*" León, a FBT atuava como um braço sindical do governo, o que na prática significava a reprodução do modelo sindical da IV República.

> Al comienzo del gobierno de Chávez, Nicolás Maduro, José Gil, Oswaldo Vera, Eduardo Piñate y muchos compañeros comienzam a conformar lo que son la Fuerza Bolivariana de los Trabajadores. Era [um movimento] nacional. Y en este grupo la mayoria de los compañeros eran combativos, clasistas. Y luego esta coriente – en mi critério y opinión personal – tiende a posiciones muy burocráticas, de un sindicalismo que no se diferencia, hoy en dia en muchos sectores de ellos, al sindicalismo de Acción Democrática y Copei del pasado. Un sindicalismo bien burocrático, plegado a los asientos de poder, clientelar. Y que ha servido para que el gobierno tenga un brazo obrero que mobiliza permanentemente. És muy acritico, aunque hay sectores de ellos bien críticos y bien combativos. Pero, en su mayoria, terminan siendo deputados, ministros... Terminan burocratizados. (Osvaldo León, 2015)[303]

Dessa maneira, do núcleo inicial de coordenadores nacionais da UNETE, formado no primeiro congresso, restaram em atuação somente quatro membros – Orlando Chirino (petroleiros), Stálin Pérez Borges (setor elétrico), Marcela Máspero (indústria farmacêutica) e Eduardo Piñate (professores universitários) – o que tornava praticamente impossível responder às demandas de organização da central, que crescia exponencialmente em número de sindicatos filiados.

> Llegava a la oficina de la UNT (...) en la cinco o ses de la mañana, trabajadores que veniam de cualquier parte. Yo me recuerdo de una experiencia, muy tempranito. Me dice: "estoy aqui desde cinco de la mañana", uno de los trabajadores que estaban allí. Y eran trabajadores de transporte de Trujillo[304] (...) que tienen su sindicato, y vienen filiar su sindicato a la UNT nacional. Y recuerda que la filiación se hacia en la federación regional y la federación regional que filia, esto és por ley, estatutale. Y conseguíamos

---

[302] Sobre o processo de esvaziamento da coordenação nacional da UNETE, eleita no primeiro congresso da central, ver artigo de Stalin Pérez no sítio Aporrea: http://www.aporrea.org/trabajadores/a20863.html (acessado em 4 de maio de 2016)

[303] Entrevista realizada em 10 de maio de 2015, em Puerto Ordaz, Venezuela. Em relação aos sindicalistas citados por *El Rojo*, vale lembrar que Oswaldo Vera, Eduardo Pinãte e José Gil tornaram-se deputados. Mas, além desses, muitos outros dirigentes sindicais do primeiro núcleo da FBT assumiram postos importantes no Estado, no decorrer do processo bolivariano. É o caso, por exemplo, de Ángel Marcano, indicado para a presidência da estatal de alumínio CVG-Alcasa; José Ramon Rivero, nomeado Ministro do Trabalho; José Khan, que foi ministro, deputado e integrante da junta diretiva do Banco Central da Venezuela; e Nicolás Maduro, que depois de passar por vários cargos de alto escalão no governo, foi indicado por Chávez para sucedê-lo e, hoje, é o presidente do país. Não por acaso, como informa Sánchez (2012: 112), os dirigentes da FBT *"han tenido grandes dificultades para seguir siendo dirigentes sindicales, por haber ocupado cargos en el ejecutivo."*

[304] Província do extremo oeste do país.

> trabajadores que veniam de cualquier parte de país, a buscar a la UNT para filiarse. Era un apoio, era una experiencia. (Stalin Pérez, entrevista em 01 de maio de 2015)

Em meio a esse crescimento desestruturado da UNETE, os dirigentes restantes na coordenação nacional começaram a se dividir: enquanto Piñate permaneceu ligado à FBT, os demais conformaram novas correntes, cuja origem está diretamente ligada à crítica ao atrelamento dos dirigentes sindicais ao governo e aos partidos oficialistas. Para Stalin Perez, o processo de burocratização das lideranças da FBT não derivava de mero oportunismo, mas de uma concepção ideológica: embora críticos do sindicalismo *adeco* da IV República, tais dirigentes compartilhavam das mesmas concepções de subordinação dos sindicatos aos partidos políticos.

> Los de FBT creen que los sindicatos tienem que disciplinarse a lo que diz el partido; no creen en la verdadera autonomia del sindicato. No confian tampoco, como la pequeña burguesia y la tecnoburocracia, que los trabajadores de base pueden manejar una empresa y muito menos manejar un Estado. Entonces, allí hay una diferencia política. Algunos se reclaman stalinistas! Consideran que tiene que ser como está ocoriendo en Cuba. (...) que tiene que diciplinarse, que tiene que haver un partido único, que tiene que haver un sindicato disciplinado al partido. *Creen en eso*, creen en eso... (Stalin Pérez)[305]

Assim, Orlando Chirino e Stalin Pérez conformaram, em fevereiro de 2006, a *Corriente Clasista, Unitaria, Revolucionaria Y Autónoma* (C-CURA), de cariz trotskista; já Marcela Máspero criou o *Colectivo de Trabajadores en Revolución* (CTR) – corrente também autonomista, porém não alinhada ao trotskismo.[306] Ambas as correntes apresentavam uma posição de apoio crítico ao governo, defendendo a autonomia sindical paralelamente à formação de *Consejos de Trabajadores* no interior das fábricas, visando a edificação de uma nova forma de gestão do trabalho, baseada no controle operário da produção. Já a FBT – cujas principais lideranças, àquela altura, situavam-se geralmente fora dos ambientes de trabalho – não só defendia a subordinação dos sindicatos às diretrizes emanadas do governo e dos partidos chavistas, como também buscava se apresentar como mais "genuinamente" *bolivariana*, acusando as correntes autonomistas de serem influenciadas por ideias "exógenas" (como o trotskismo), que supostamente colocavam questões econômicas imediatas à frente do

[305] Entrevista ao autor em 1º. de maio de 2015.

[306] Para Sanchez (2012: 11), outra questão que diferenciava a CCURA da CTR era a caracterização do cenário sindical venezuelano. Para a CTR, o principal adversário, no conjunto do movimento operário, era a permanência de uma concepção sindical socialdemocrata, herdada da IV República. Já a CCURA avaliava que a FBT, embora defensora do processo bolivariano e crítica às concepções socialdemocratas, também era inimiga da organização autônoma dos trabalhadores.

avanço do processo revolucionário como um todo (o que fortaleceria a oposição de direita).

De fato, os setores autonomistas do sindicalismo boliariano sempre foram muito mais críticos em relação ao governo, não só na questão sindical, mas também em relação ao que consideraram vacilações de Chávez em dar um golpe definitivo na oposição – especialmente após o golpe de 11 de abril de 2002 e o *Paro Patronal*. Tais posições eram rebatidas pela FBT, como mostra um artigo de Eduardo Piñate, escrito em 2004, logo após a vitória de Chávez no Referendo Revogatório (o qual, segundo os setores autonomistas, não deveria ter sido aceito pelo governo, dadas as fraudes perpetradas pela oposição na coleta de assinaturas para viabilizá-lo).

> La desviación reformista no es la única que debemos enfrentar y derrotar los revolucionarios. Tan peligrosa como ella es la desviación ultraizquierdista. Algunos sectores, sobre todo pero no únicamente, provenientes del trotkismo, haciendo una lectura incorrecta del nivel alcanzado por las contradicciones de clase en el país y el nivel de conciencia alcanzado por las masas, particularmente por la clase obrera, pretenden que el socialismo en Venezuela es ya. Sistemáticamente se han opuesto a todas las iniciativas de diálogo que ha impulsado el gobierno Bolivariano, acusan injustamente a Chávez de los niveles de impunidad del que han gozado hasta ahora los golpistas de abril de 2002 o los jefes del paro sabotaje petrolero.
> (...)
> Aquí hay una serie de errores de apreciación propios de quien sustituye la realidad por sus propios deseos. En primer lugar, no es cierto que el gobierno haya dado "toda clase de concesiones" a los golpistas. Lo cierto es que el Estado (que sigue siendo en lo fundamental el mismo viejo Estado) ha sido incapaz de castigar a los golpistas, particularmente el Poder Judicial que ha sido el garante de la impunidad. Aquí los compañeros desconocen la particularidad de la transición que atraviesa Venezuela.
> En segundo lugar, ¿fue un error de Chávez aceptar ir al referendo del 15 de agosto?, (...) nos parece que no era una opción válida no aceptar ir a referéndum sobre la base de las firmas fraudulentas, eso aislaba a la revolución y favorecía las posiciones de la contrarrevolución. Al final, como lo evidenciaron los resultados del 15 de agosto y de las elecciones regionales del 31 de octubre, la revolución Bolivariana es más fuerte, tiene más apoyo popular, más solidaridad de los pueblos del mundo y la contrarrevolución es más débil.[307]

Dada a incapacidade da coordenação nacional da UNETE em dar respostas às demandas de organização da central, algumas coordenações regionais se reuniram em assembleias entre outubro e dezembro de 2005, aprovando "de baixo para cima" a convocação do segundo congresso da central, que finalmente veio a se realizar em maio

[307] Retirado de http://www.aporrea.org/trabajadores/a11117.html (acesso em 06 de maio de 2016). É importante perceber que, neste artigo, Piñate denunciava as correntes autonomistas por pretenderem reivindicar, já para aquele ano (2004), uma inflexão de caráter socialista à Revolução Bolivariana (o que, no entender de Piñate, seria algo prematuro e desconectado das condições concretas do processo). No entanto, quando Chávez proclama a bandeira do Socialismo do Século XXI, logo em princípios do ano seguinte, desaparecem todas as críticas da FBT em relação a conveniência ou não da reivindicação do socialismo, prevalecendo a aceitação acrítica das propostas do governo.

de 2006, em Caracas. Segundo Roberto Sánchez (2012: 107) – que particiou do evento representando o estado Zúlia – a correlação de forças entre os delegados se expressou da seguinte forma: entre 600 a 700 delegados se identificavam com a C-CURA; outros 300 se aglutinaram em torno da CTR; e os cerca de 200 delegados restantes se dividiam entre diferentes correntes, incluindo: a FBT; a *Corriente Cruz Villegas* (promovida pelo PCV, sendo Pedro Eusse seu dirigente mais conhecido); os *Educadores Bolivarianos* (que, em 2008, venceriam a FBT nas eleições do sindicato nacional dos trabalhadores do magistério); e a *Trabajadores por la Patria* (ligada ao PPT e liderada por Orlando Castillo).

Vendo-se em menor número e hostilizada pela plenária, a FBT partiu para a confrontação aberta com a mesa diretora dos trabalhos, hegemonizada pelos setores autonomistas.

> Las primeras intervenciones de Máspero y Franklin Rondón (FBT) recibieron pitas ensordecedoras de parte de los asistentes, hasta el punto de que Orlando Chirino (C-CURA) debió intervenir para solicitar que dejaran hablar a Máspero. (...) La perspectiva del evento era que tanto las conclusiones como la posterior elección de la nueva directiva de la UNETE estarían considerablemente influidas por C-CURA. En ese contexto, un sector sindical afecto a la FBT intentó subir a la tarima aduciendo que no les permitían intervenir, lo que provocó un corto enfrentamiento a golpes con sectores sindicales de C-CURA. Aunque dicho impasse fue rápidamente controlado (al ocurrir el hecho ni Orlando Chirino ni Stalin Pérez, principales dirigentes de C-CURA, se encontraban en la tarima del Congreso), sirvió de pretexto para que todas las demás corrientes excepto C-CURA se retiraran del congreso. El evento continuó y concluyó con más de 600 delegados, pero su legitimidad quedó en entredicho por lo sucedido. (SANCHEZ, 2012: 107)

Deve-se ressaltar que, embora minoritária no meio sindical venezuelano, a FBT tinha uma força política desproporcionalmente grande, graças à proximidade com o governo. O discurso de seus dirigentes era chancelado por Chávez – que, em diversas oportunidades, reafirmou a tese de que a autonomia sindical era uma demanda de setores da classe trabalhadora que colocavam interesses particularistas à frente do interesse geral de defender a Revolução. Tal discurso, antes sustentado contra a CTV – que, de fato, era francamente contrária ao governo e ao processo bolivariano como um todo – passou a ser dirigido também contra setores bolivarianos do movimento operário.[308] Enquanto as demais correntes se valiam principalmente do trabalho de base,

[308] Podemos citar duas ocasiões emblemáticas em que Chávez, pessoalmente, criticou a autonomia sindical, mesmo entre os setores comprometidos com a Revolução. Um delas aconteceu em uma conferência de sindicalistas bolivarianos no Teatro Teresa Careño, em Caracas, em outubro de 2002 (um momento-chave para o movimento operário, às vésperas do *Paro Petrolero*); na ocasição, a posição pessoal de Chávez acabou sendo um dos fatores que impediu o entendimento em torno da proposta de

a FBT tinha livre acesso aos meios de comunicação oficiais (sejam as rádios ou os canais estatais de TV) e aos aparelhos de Estado, de onde vocalizavam um discurso no qual as disputas sindicais eram apresentadas como fruto dos interesses "divisionistas" da C-CURA, da CTR e demais correntes autonomistas (desqualificadas como "trotskistas", "sabotadoras", etc).[309]

> Existía entonces un claro contraste entre una visión negativa del proceso vivido por la UNETE, sustentada por Eduardo Piñate y la corriente que él representa, la FSBT, y una visión positiva, en la cual coincidían Orlando Chirino y Marcela Máspero, que valoraba lo acontecido como un proceso de formación de conciencia y construcción organizativa en los trabajadores venezolanos. Mientras uno desvalorizaba los debates entre dirigentes, diciendo que "*nada aportan a los trabajadores ni a la revolución*", los otros consideraban que parte del proceso de participación obrera había puesto en duda todos los liderazgos preestablecidos, y los debates son expresión de un nivel de conciencia superior de los trabajadores. (SANCHEZ, 2012: 111)

Na prática, as disputas fatricidas entre as correntes bolivarianas – que ocorriam não só entre autonomistas e não-autonomistas, mas também no interior de cada uma dessas tendências – acabaram favorecendo o discurso da FSBT, que qualificava o livre

---

uma nova central sindical chavista, o que favoreceu a CTV (ver ELNNER, 2014: 211). Posteriormente, em março de 2007 – quando a questão da autonomia sindical já havia provocado o *racha* na UNETE, prejudicando a organização dos trabalhadores – Chávez deu uma declaração em cadeia nacional de rádio e TV, na qual claramente se posicionou ao lado da FBT, contra os setores autonomistas: *"Se requiere el brazo, el partido y los sindicatos, pero no cada uno por su lado, no autónomos. Con los sindicatos pasa lo mismo que con los partidos, que quieren autonomía y tomar decisiones; eso no puede ser así, no vinimos a hacer* bochinche *sino una revolución."* (Hugo Chávez, cf.: DIAS, 2009: 101). Em português, o termo "bochinche" pode ser traduzido como "bagunça".

[309] Em artigo publicado em agosto de 2007, Stalin Pérez comentou a forma como a FBT (já enão rebatizada para FSBT) se utilizava dos meios de comunicação para atacar as correntes autonomistas do meio operário venezuelano e a UNETE, da qual haviam se desligado (na citação à seguir, Stalin se refere à central com UNT): *"En el vespertino 'El Mundo' salió una entrevista al diputado Oswaldo Vera, miembro de la Coordinación Nacional de la UNT y responsable de la FSBT. (...) Bajo el lamentable título de 'La UNT no representa a los trabajadores' dicen cosas tales como 'la Fuerza Socialista Bolivariana de Trabajadores representa el 80% de los afiliados a la UNT'(...) Hemos solicitado al vespertino 'El Mundo' un derecho a réplica. (...) Este señor Vera no pasa por los portones de las empresas ni va a ningún centro de trabajo a hablar con los trabajadores, prefiere disparar contra la UNT desde la prensa. (...) Basta con ver las listas de sindicatos y federaciones afiliadas a la UNT para constatar que la gran mayoría no responde a este sector y en gran parte de nuestros afiliados, no han visto a Vera ni una sola vez en su vida. Aún, contando a su favor desde que nombraron a José Ramón Rivero de Ministro del Trabajo, con los servicios de esta institución gubernamental para buscar hacer crecer su minoritaria corriente. Están chantajeando a los sindicalistas que acuden a las Inspectoría del Trabajo para que se hagan asesorar por los dirigentes, abogados y gestores que responden a su grupo. Sin embargo, la mayoría de los dirigentes han tenido dignidad y no se han dejado manipular (...) Increíblemente Vera acusa a CCURA y a la CTR de tener fuerza mediática y no en las bases, y esto es insólito y hay que tener una buena cara dura como la de Oswaldo para llegar a decir eso. Es él quien está hablando para un medio que le dedica su contraportada entera; es la FSBT la que tiene un programa semanal en VIVE TV y otro en Radio Nacional, tiene el Ministerio del trabajo y varios Diputados de la Asamblea nacional. La fuerza mediática en general la tienen los sectores acomodados al poder, los que no van a las empresas pero visitan a diario la Asamblea Nacional, los que no participan de las luchas pero si de muchos eventos oficiales, los que ante cada problema acatan sin una sola crítica lo que viene de arriba. La fuerza mediática, sin duda esta del lado de la FSBT"*.
Ver em http://www.aporrea.org/poderpopular/n98849.html (acessado em 06 de maio de 2016).

debate como uma ameaça à *unidade* necessária em torno do governo Chávez. Para isso, contribuia também a relativa inexperiência do movimento operário venezuelano, que, embora vivesse seu momento de maior ascensão na história, carregava uma herança de décadas de uma estrutura sindical baseada em negociações de cúpula, completamente atrelada ao Estado e sem espaço para o debate interno. No final das contas, o ineditismo da disputa franca entre as correntes sindicais acabou enfraquecendo não só a UNETE e as correntes autonomistas, mas também o conjunto do movimento operário. Como Stalin Pérez recordaria, tempos depois,

> Los trabajadores tuvieron esa experiencia [de disputas sindicais] imediatamente. Todos. Por un lado la FBT, junto con un sector – que no era de FBT – de Franklin Rondón; por otro lado Marcela [Máspero], al princípio junto con nosotros, Chirino y C-Cura; después separaran C-Cura y Marcela; y después separaran C-Cura y nosotros[310]... Y entonces ¿que vió los trabajadores? Se empezaron a desmoralizar, empezó a ocurir lo fenómeno en las regiones, de burocratización de los sindicatos. Y fomos incapazes – entre ellos yo – de ver que estaba ocoriendo en nuestras proprias narices un proceso de burocratización acelerado. (...) El resultado final és esta división del movimiento sindical, que no ha criado una poderosa organización democrático-revolucionária, (...) no se ha avanzado mucho. Se ha retrocedido, a respecto a lo que ha ocorido en 1999, 2000, 2001... y que se impulsó mucho al partir de 2002, 2003. (Stalin Pérez, entrevista em 01 de maio de 2015)

Diante desse quadro, a FSBT, apesar de continuar minoritária no meio sindical, conseguiu enfraquecer a organização autônoma dos trabalhadores. Já em janeiro de 2007, o então deputado Oswaldo Vera, ligado à FSBT, declarou à imprensa que os trabalhadores deveriam aproveitar o Primeiro de Maio daquele ano para propor uma alternativa "mais sólida" de organização, já que a UNETE havia *"desvirtuado su objetivo que terminó diluyéndose por los desacuerdos entre las cinco corrientes"* (cf.: SANCHEZ, 2012: 112). Nessa época, a FSBT defendia o esvaziamento dos sindicatos em favor dos Conselhos de Trabalhadores, propostos pelo Ministério do Trabalho como uma nova forma de organização política que, diferentemente dos sindicatos, não estaria voltada apenas para reivindicações econômicas, e sim para o controle da produção. Entretanto, como veremos, a mesma FSBT mudaria seu posicionamento tão logo os trabalhadores (especialmetne nas indústrias básicas de Guayana, mas não só) começaram experiências de autogestão e cogestão nas quais os conselhos funcionavam de forma independente em relação à burocracia estatal.

---

[310] Na passagem de 2007 para 2008, como veremos, Stalin Pérez passa a fazer parte de outra corrente, dissidência da CCURA, chamada *Marea Socialista*.

No final de 2007, Orlando Chirino é demitido da PDVSA, em retaliação às denúncias que vinha fazendo acerca da instalação de empresas mistas na atividade petroleira, que abriam espaço para toda sorte de práticas de corrupção. A essa altura, o governo assumia uma posição cada vez mais intransigente em relação às divergências políticas. Quando, em dezembro, propõe o referendo da Reforma Constitucional, a esquerda de orientação marxista na Venezuela se divide: Chirino e a C-CURA passam definitivamente à oposição, propondo o voto nulo no referendo e se retirando da UNETE; Stalin Pérez e outras lideranças políticas (como os fundadores do *Aporrea*, Gonzalo Gomez Freire e Juan Garcia Vilória), mantém a posição de apoio crítico à Chávez e defendem a aprovação da Reforma Constitucional, fundando então uma dissidência da C-CURA – o *Marea Socialista*, de cariz trotskista – que permanceu na UNETE e no PSUV.

A derrota no referendo de 2007 expressou claramente as divisões na base de apoio do chavismo e na esquerda venezuelana em geral. Chirino e a C-CURA fundam uma nova central sindical de oposição – a *Frente Autónomo de Defensa del Empleo, el Salario y el Sindicato* (FADESS) – que passa a convocar marchas e protestos contra o governo, e que atualmente chega agregar em suas fileiras até mesmo alguns dissidentes da CTV (que continua existindo, agregando partidos como a AD, o Copei e o Bandera Roja). A FSBT respondeu com a proposta de criar uma nova central sindical pró-governo, à qual caberia dar uma resposta contundente à derrota de Chávez no referendo do ano anterior. Assim, em agosto de 2008, em uma assembleia que reuniu mais de mil delegados provenientes de todo o país, é criada a *Central Socialista Bolivariana de Trabajadores* (CSBT); no entanto, a nova organização não conseguiu legalizar-se no Ministério do Trabalho, mantendo-se *"más como una consigna política que como una organización realmente constituida (...) y ante los Congresos de la OIT continuó ejerciendo esa representación la Unión Nacional de Trabajadores."* (SANCHEZ, 2012: 120). A CTR e a Marea Socialista mantiveram-se na UNETE.

Essas divisões fizeram com que o movimento sindical se fragilizasse justamente às vésperas de um novo momento de ascensão da luta operária, que ocorreu na região de Guayana, no contexto da reestatização da Siderúrgica de Orinoco S.A. (SIDOR), que trataremos adiante. Atualmente, o quadro geral do movimento sindical venezuelano é desolador: os setores bolivarianos que passaram a oposição, agrupados na FADESS, se tornaram cada vez mais minoritários e sem expressão; a UNETE e a CSBT (que veio

finalmente a se legalizar, em 2011[311]), apresentam uma dinâmica interna muito insipiente, sem capacidade de mobilizar os trabalhadores; a CTV, que estava praticamente extinta, ensaia uma recuperação em meio à "terra arrasada", porém muito longe de recuperar a força que possuía até 2002. De maneira geral, a luta sindical venezuelana mantém-se ativa apenas em algumas categorias, com disputas acirradas e greves ocasionais, mas sem estrutura e capacidade de mobilizar os trabalhadores para além do âmbito local.

Pode-se dizer que a FSBT acabou se consolidando como a corrente politicamente mais forte, se considerarmos a importância dos sindicatos que controla. O grupo *Alfredo Maneiro*, encabeçado por Franklin Rondón, controla o Fetrasep, dos funcionários públicos (a maior categoria do país); no setor automobilístico, quase todos os sindicatos são controlados pelo grupo *Los Guayones*, liderado por José Mora (o grupo também controla alguns sindicatos dos trabalhadores da empresa estatal de telecomunicações, CANTV); na região metalúrgica de Guayana, o *Movimiento 21*, atualmente liderado por José Gil e Luis Marcano, perdeu recentemente um sindicato importante das indústrias de alumínio (o Sintralcasa), mas manteve o controle do *Sindicato Único de Trabajadores de la Industria Siderúrgica y sus Similares* (Sutiss), da Siderúrgica SIDOR (que é a maior da região); finalmente, a FSBT também manteve o estrito controle sobre a categoria dos petroleiros[312]. Já a CTV e a FADESS se tornaram cada vez mais próximas, sendo fortes no setor alimentício – especialmente nas empresas do grupo Polar (onde contam com o apoio patronal, contra o governo bolivariano). A UNETE, em termos de número de sindicatos e trabalhadores filiados, se manteve como a maior central até fins do governo Chávez, sendo a representante da Venezuela na OIT; controla sindicatos em diferentes categorias / regiões, sendo os mais importantes os das fábricas recuparadas, dos professores e da Mitsubishi; e segue com maior capacidade de mobilização nos locais de trabalho e em atividades de rua (como

[311] Segundo Flávia Bishain Rosa, a legalização da CSBT só foi possível porque esta central conseguiu "adquirir um novo impulso por se apoiar nos debates da reformulação da Lei Orgânica do Trabalho – já que o governo vetou a participação da UNETE na comissão Presidencial sobre o tema" (ROSA, 2014: 116).

[312] A categoria dos petroleiros foi unificada em uma única federação após o mandato de Rafael Rosales na Fedepetrol. Em 2005, os três principais sindicatos da categoria (Fedepetrol, Fetrahidrocarburos y Sinutrapetrol) decidiram fundir-se em uma única organização, para simplificar e agilizar as convenções coletivas da categoria. A unificação, porém, arrastou-se até 2009 – após diversos retrocessos e eleições impugnadas – quando Wills Rangel (sindicalista próximo à burocracia da PDVSA, do Estado e do PSUV) foi eleito presidente da nova *Federación Unitaria de Trabajadores de la Energía, Petróleo, Gas, Similares y sus Derivados de Venezuela* (FUTPV). Rangel permanece na presidência do sindicato até os dias de hoje.

marchas, protestos, etc) – ao menos se comparada às demais centrais. No entanto, a central também se enfraqueceu enormemente, além de se dividir em inúmeras correntes internas.

Atualmente, as disputas sindicais deram lugar a uma prática rotineira de paralelismo sindical e de enorme intolerância entre as correntes em disputa – incluindo algumas vezes a prática do *sicariato*, isto é, do assassinato sob encomenda de líderes operários e sindicais.

> Desde hace 3 años para acá [isto é, de 2007 a 2010], los sindicatos de empresas están infectados del paralelismo sindical. Hay 2 y hasta más sindicatos en muchas empresas o centros de trabajos. El fagelo del paralelismo ensancha los niveles de intolerancia. En los sítios de trabajo endonde hay un solo sindicato, en algunos de ellos, los grupos de trabajadores que ganan la mayoría del sindicato, hacen despedir a la las minorías que lograron participar en las elecciones o si no, optan por no tomarlas en cuentas en las decisiones de la organización sindical.
> En el sector de la construcción principalmente, la disputa por controlar las obras si hace con frecuencia, a punta de pistola, con fuerza, con violencia y sicariato. El saldo de muertos y heridos és muy alto y vergonzoso. El ambiente en este sector és de peligro constante. Esta violencia es sintomática y si está trasladando a otros sectores y en algunas regiones del país en particular.
> Esa triste realidad hace que los centros de trabajo sean lugares de permanente enfrentamientos y anarquía, prevaleciendo él irrespeto al la minoría o la intolerancia con los que opinan distinto al que tienen la supuesta mayoría. (PÉREZ, 2010: 69)

Nas indústrias automobilísticas, o grupo *Los Guayones* não somente persegue seus adversários, como consegue que eles sejam demitidos das empresas – o caso mais grave ocorreu na Mitsubishi, onde trabalhadores foram assassinados e lideranças sindicais demitidas, sem que o governo tomasse as medidas cabíveis (idem: 74-75). Neste quadro, aumenta a interferência do Estado nas atividades sindicais, judicializando eleições, impugnando candidaturas, etc (quase sempre em favor da FSBT). Em 2015, o CNE suspendeu as eleições sindicais na Sidor, quando ficou claro que sindicalistas ligados à UNETE derrotariam o *Movimiento 21*. Procedimentos semelhantes ocorreram entre os funcionários públicos – onde a Fetrasep ficou mais de cinco anos sem discutir um contrato coletivo e se recusando a convocar novas eleições sindicais (sempre com o respaldo do CNE) – e no Metrô de Caracas – onde o CNE teria dado vitória para uma chapa com menor quantidade de votos (PEREZ, 2010: 71). A repressão de Estado também aumentou consideravelmente, com o uso da polícia ou de tropas da Guarda Nacional contra paralizações, greves e ocupações de fábrica.[313] Lideranças sindicais não-alinhadas ao governo (mesmo quando identificadas com o processo bolivariano)

[313] Os casos mais emblemáticos foram os da Sanitários Maracay, SIDOR e Mitsubish, que tratamos no capítulo anterior.

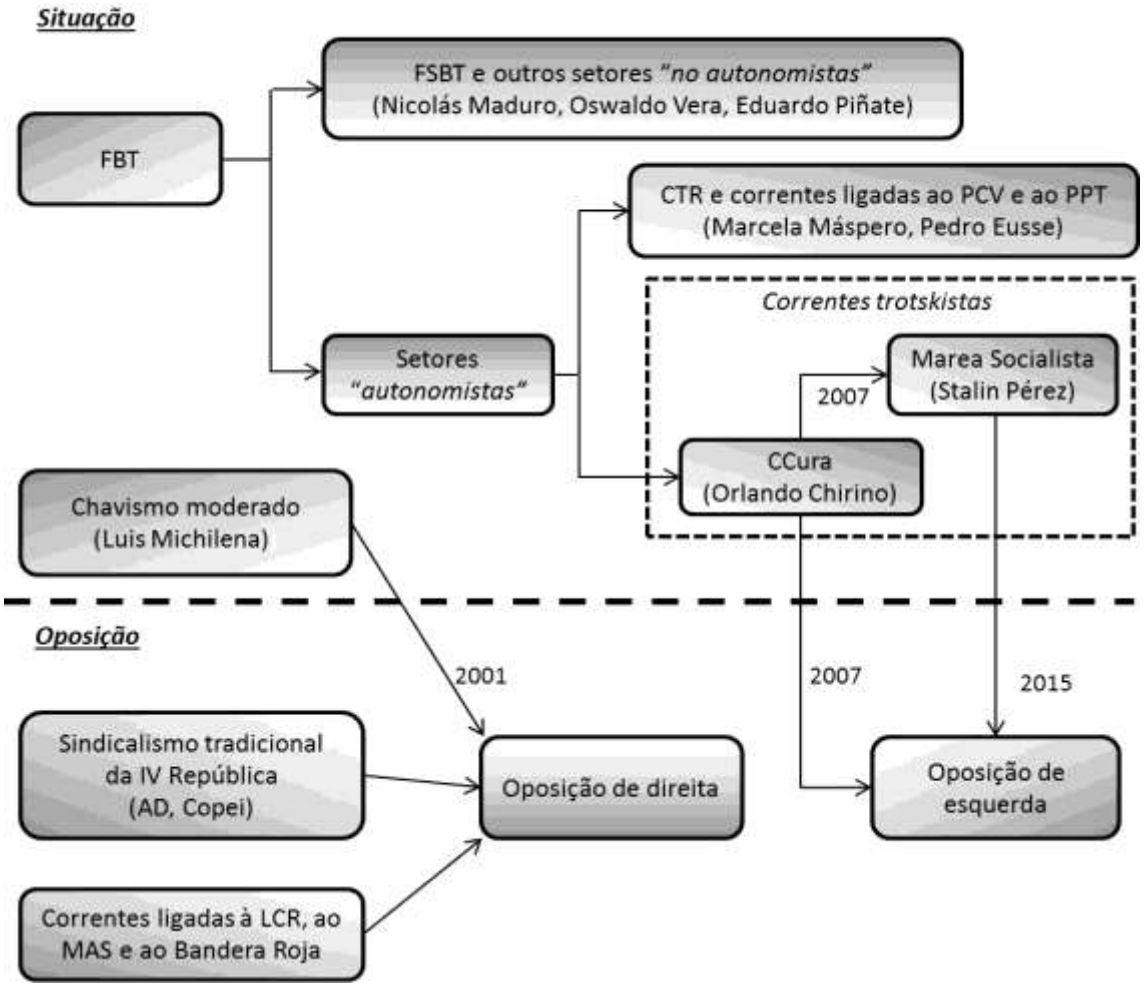
passaram a ser criminalizadas: em Guayana, o dirigente sindical Rubén González foi demitido e condenado a sete anos e meio de prisão, por participar de uma greve de duas semanas na *Ferrominera del Orinoco*.[314] Outro problema grave – que discutiremos adiante com maior profundidade – é que os sindicatos ligados à FSBT e à oposição se opõem ferozmente aos organismos de controle da produção pelos trabalhadores, seja por entendê-los como formas de paralelismo sindical, ou simplesmente por serem contrários às experiências de *control obrero*.

> Los sindicalistas, al saber que hay funcionarios que pretenden usar a los CST [Consejos Socialistas de Trabajadores] y DP [Delegados de Prevención] en contra de las organizaciones sindicales, siempre les ven como rivales y así los enfrentan. No ven a estos organismos como complementarios y necesarios sino como peligrosas competencias. Estos sindicalistas temen de organismos que colindan con sus funciones, pero sobre todo, con los que puedan tener carácter de doble poder. Ese sector de sindicalistas se resistirá contra las propuestas de Constituyente de trabajadores y la de Nuevo Modelo Sindical, como muchos de ellos se oponen férreamente a las experiencias de transformación del modelo productivo que encierra la propruesta de control obrero (PÉREZ, 2010: 70)

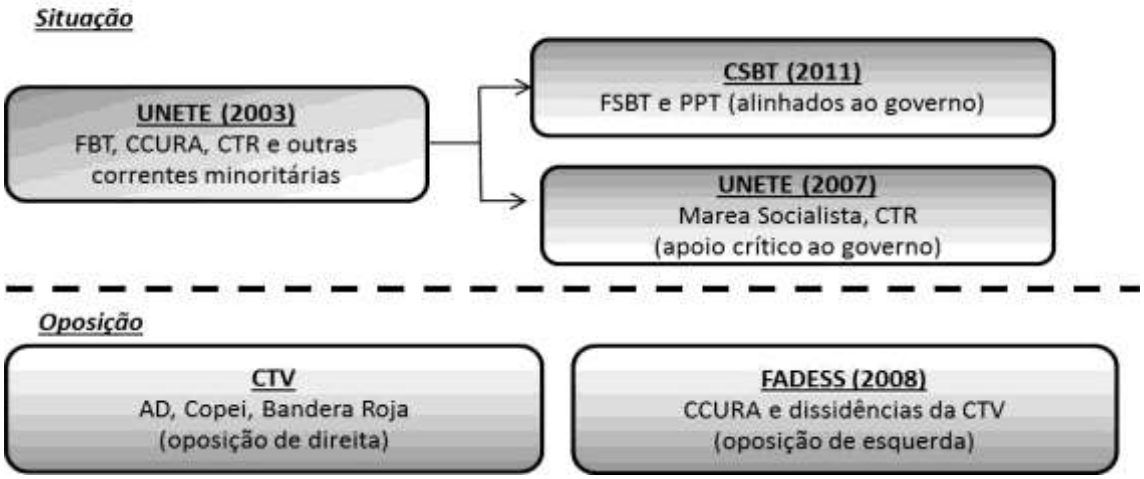
O quadro abaixo traça um esquema geral de como o movimento sindical venezuelano se reconfigurou ao longo do governo Chávez.

[314] A sentença contra González foi anulada pelo Judiciário após uma série de protestos quase redundar em uma greve geral na região, em 2009. Os processos contra os sindicalistas mais combativos se baseavam em uma variada gama de acusações, tais como "formação de quadrilha", "instigação à delinquência", "obstaculizar vias públicas", "causar danos aos bens do Estado", "resistência à autoridade", etc (ROSA, 2014: 119).

ESQUEMA GERAL DAS PRINCIPAIS CORRENTES SINDICAIS VENEZUELANAS



CENTRAIS SINDICAIS



5.2 - A *cogestión revolucinária* nas empresas estatais

Como já afirmamos, a partir do *Paro Patronal* inicia-se um movimento de ocupação de fábricas na Venezuela, que abriu espaço para a bandeira do controle operário da produção, com a formação de *conselhos* no interior das fábricas. Veremos agora como esse processo se deu em empresas estatais, dando origem à experiência da *cogestión* revolucionária.

5.2.1 - A cogestión *na CADAFE*

O primeiro setor estatal em que a experiência de ocupação de fábricas evoluiu para uma proposta mais sistematizada de participação dos trabalhadores na gestão da produção foi o setor elétrico, no qual a mobilização operária já era relativamente mais intensa e participação dos trabalhadores na gestão já constituía uma demanda do movimento sindical. A razão deste pioneirismo do setor elétrico reside na crise vivida pela estatal *Compañía Anónima de Administración y Fomento Eléctrico y sus Empresas Filiales* (CADAFE), desde os anos 1990.

Até então, a empresa colocava como prioridade o fornecimento de energia elétrica a todo o país, independentemente dos custos; mesmo pequenas cidades e povoados do interior tinham fornecimento garantido, e era comum que os órgãos públicos não pagassem suas contas de energia elétrica. A CADAFE se caracterizava por uma enorme dependência tecnológica: cerca de 90% dos insumos e maquinário da estatal eram importados, o que implicava também na contratação de assessoria técnica de empresas internacionais. Isso criava um ambiente propício para a corrupção, com ex-gerentes da CADAFE atuando como intermediários das empresas fornecedoras de peças e assessoria (HARNECKER, 2005: 9). A partir governo Rafael Caldera (1993-1998) se inicia um acelerado processo de sucateamento e divisão da empresa em diversas filiais, visando facilitar sua posterior privatização.[315] A descentralização administrativa favoreceu ainda mais a corrupção na empresa, comprometendo a tal ponto a qualidade dos serviços prestados que chegaram a ocorrer revoltas populares contra a estatal, como relata o sindicalista Angel Navas.

[315] Vale ressaltar, a esse respeito, que a Ley de Privatización (1992), aprovada ainda no governo Carlos Andrés Perez (1989-1992), estabelecia que as empresas suscetíveis de serem privatizadas (como a CADAFE) não poderiam receber investimentos do Estado. Isso fez com que todo o setor elétrico passasse quase toda a década de 1990 praticamente estagnado em termos de expansão de suas estruturas de geração, transmissão, distribuição e comercialização (HARNECKER, 2005: 12).

> Nosotros llegamos a un nivel en que la población nos tomaba las oficinas comerciales. En este sentido tuvimos problemas. Las pobladas llegaron hasta a quemarnos unas oficinas con personas adentro, por el mal servicio que prestaba la empresa. Eso nos estaba generando una presión increíble, porque nosotros teníamos una cultura de servidores públicos que tenían una relación excelente con la población; durante muchos años nosotros fuimos una empresa de fomento eléctrico: llevábamos la electricidad, sin importar el costo que tuviera, hasta el último pueblito. Esa era nuestra naturaleza. Y empezamos a ver que la población nos veía como enemigos, porque nos pedían que le lleváramos alumbrado y no teníamos cómo y cuándo se quemaba un transformador, no se lo podíamos arreglar. Pasaban semanas y una urbanización o una barriada completa se mantenía sin energía, y, al mismo tiempo, las tarifas aumentaban. Eso generaba mucho descontento en la población. Había empezado dentro de la empresa una política rentista. No importaba ya el fomento sino la renta. Estaban creando las condiciones para privatizarla. Buscaban que el Estado quedara como el malo de la película y hablaban que todo se resolvería privatizando la empresa. (Angel Navas, cf.: HARNECKER, 2005: 8)

Para os trabalhadores, a possível privatização significava a possibilidade iminente de demissões e/ou perda de direitos. Além disso, ficava claro que a corrupção e o processo de sucateamento da empresa comprometia seriamente o setor, implicando na possibilidade concreta de um colapso elétrico no país. Por estas razões, conformou-se entre os funcionários da CADAFE uma vanguarda que, mesmo antes da ascensão de Hugo Chávez à presidência da República, já pleiteava a participação de trabalhadores na gestão da empresa e se opunha à burocracia *adeca* que dominava o sindicato da categoria – a *Federación de Trabajadores del Sector Eléctrico* (Fetraelec). Não por acaso, nas eleições sindicais de 2001 (convocadas após a vitória do "sim" no referendo sindical daquele ano), o setor elétrico foi um dos primeiros a assistir a ascensão de um sindicalismo identificado com o processo bolivariano, com a eleição de Angel Navas como presidente da Fetraelec.

> Esto es un proceso largo; no fue un planteamiento de un mes, ni siquiera de un año, sino que venía de varios años. Gobiernos tras gobiernos, venían con la misma política: planteaban privatizar y nos decían que nos iban a despedir. Pero, para privatizar tenían que hacer leyes y también tenían que conseguir los recursos para entregar las prestaciones sociales de los trabajadores que serían despedidos. Por otra parte, se trataba de licitaciones internacionales y existía una serie de obstáculos jurídicos, políticos, económicos. Todo esto dio tiempo para que los trabajadores pudiéramos reaccionar y prepararnos contra esa posición. El deterioro de la empresa generó el caldo de cultivo para organizarnos y para reaccionar con fuerza. A Cadafe no le pasó como a Viasa [companhia aérea privatizada no governo Caldera] ni a otras empresas del Estado, que fueron vendidas de un solo golpe. La nuestra, por ser una empresa tan grande, no la podían comprar tan fácilmente. Como era muy difícil que un solo agente comprara todo el sector eléctrico, comenzaron por dividirla en pedacitos y a ajustarse a la *Ley Orgánica del Servicio Eléctrico*. (Angel Navas, cf.: HARNECKER, 2005: 7)

Com a chegada de Hugo Chávez ao poder, o processo de privatização foi interrompido, mas a situação da CADAFE permaneceu crítica, com a empresa

praticamente falida e o fornecimento de energia elétrica ao país seriamente ameaçado. Por ocasião do *Paro Patronal* de 2002-2003, os trabalhadores ocuparam a empresa e impediram a interrupção de suas atividades (o que poderia ter sido fatal para o governo naquele momento). Diante disso, Chávez nomeou uma nova Junta Diretiva para a empresa, com participação paritária entre representantes da burocracia estatal e lideranças sindicais identificadas com o processo bolivariano (das quais se destacavam Angel Navas e Joaquín Osório); paralelamente, conformou-se um *Comité de Refundación*, que propôs formas de participação dos trabalhadores na gestão em diversos níveis, de modo a recuperar a empresa e enfrentar os esquemas de corrupção encastelados em seu interior. *Foi a partir dessa experiência que surgiu a bandeira da* cogestión, *que depois se tornaria uma nova consigna do governo Chávez.*

Stalin Perez recorda que os trabalhadores do setor tinham consciência de que o termo *cogestión* fora utilizado para designar experiências que deveriam ser evitadas:

> Ante la cualificativa de cogestion [os trabalhadores] teníam muchas dudas y cuestionamientos, por la experiencias que se havian dado en otras partes del mundo, como Iugoslávia. Pero aqui no hiciemos muchas resistencias al nombre "cogestión". Acompañamos como un processo revolucionário porque en lo início, en esa experiencia que se dio en el sector eletrico, fue de verdad revoluciónario. Los trabajadores empezaron a tener control de la empresa, empezaron a tener cambios profundos" (Stalin Pérez, entrevista ao autor em 25 de janeiro de 2015).

O pesquisador Guillermo Cerceau[316] salienta que a *cogestión* não surgiu a partir de um marco teórico definido, mas sim como uma resposta *prática* aos problemas enfrentados por empresas estatais em estado crítico. Apesar disso, alguns setores revolucionários criticaram a ideia da cogestão *"como si se tratara de un proceso claramente definifo, precisamente acotado conceptualmente, cuando en realidad se trata de término que se refiere a un conjunto bastante amplio de experiencias, muchas de ellas en constante reelaboración y cuestionamiento"* (CERCEAU, 2007: 12). De fato, setores da esquerda bolivariana estavam cientes de que, nos anos 1970, a ideia da "cogestão" havia sido usada em países capitalistas da Europa para promover uma falsa ideia de "democratização" das relações produtivas. Como indicam Carlos Carcione e Martín Poliak,[317]

---

[316] Guillermo Cerceau é escritor e conferencista argentino, residente na Venezuela desde 1973. Especialista em temas culturais, é autor de diversos livros, artigos e resenhas de livros.

[317] Martín Poliak e Carlos Carcione são militantes argentinos ligados à IV Internacional. O primeiro autuou como acessor dos coletivos de controle operário em Guayana, além de colaborar com os movimentos sindicais favoráveis ao controle operário. Já Carlos Carcione atuou na Venezuela como

> En la década de los ’70 del siglo pasado, se puso de moda en Europa la llamada “democracia industrial”. Esta no era más que la respuesta de una burguesía aterrada que veía con espanto las secuelas del mayo Francés, la oleada de helgas en Italia de 1969-1970, y el ascenso generalizado de los trabajadores europeos. Esta “democracia industrial” consistía en darle participación a los trabajadores en la dirección de las empresas (sin participar en las decisiones fundamentales) con el objetivo de mejorar la producción y al mismo tiempo desarticular las luchas políticas y económicas que estaban acorralando a la burguesía.
> (...)
> Las nuevas administraciones al respectar y asimilarse a las estructuras capitalistas de las empresas y al propio Estado, terminan subordinando el Controle Obrero al capital y a la burocracia y los impulsores de control obrero se terminan transformando en administradores de la crisis. (CARCIONE & POLIAK, 2010: 59-60)

O desafio, portanto, era evitar o modelo europeu e impulsionar outra forma de cogestão que, nas condições venezuelanas, pudesse apontar para o socialismo. Seja como for, é fundamental ressaltar desde já que a proposta da *cogestión* só veio a ser aceita pelo governo bolivariano no caso de empresas em estado crítico de sucateamento, que caminhavam para processos de privatização – tais como a CADAFE e a *CVG. Aluminio del Caroní S.A* (Alcasa), que trataremos adiante.[318] Nas estatais financeiramente sadias e lucrativas, como a PDVSA e a *Compañía Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela* – CANTV (que havia sido privatizada em 1991, mas foi reestatizada por Chávez em 2007), nunca foi aceita nenhuma alternativa em relação às formas verticalizadas e tradicionais de gestão (ainda que, nesses casos, políticas de reestruturação produtiva neoliberais, tais como as terceirizações, foram evitadas pelo governo). Posteriormente, após as lutas que resultaram na reestatização da SIDOR, em 2008, ocorreu uma significativa tentativa de ampliação do modelo de cogestão para o conjunto das empresas metalúrgicas da região de Guayana; mas, como veremos, também ali se tratava de empresas com sérias dificuldades econômicas, e a postura do governo foi vacilante: ora apoiando a tomada de decisões pelos trabalhadores, ora fortalecendo as formas verticais de gestão da produção. O resultado é que as práticas de *cogestión* variaram enormemente de empresa para empresa, e nunca se conformou um modelo único de participação dos trabalhadores nem tampouco uma legislação específica para tal. Na prática, a cogestão configurou-se muito mais como uma alternativa para empresas estatais praticamente falidas, aceita por um governo que não

---

pesquisador ligado ao Centro Internacional Miranda (CIM); é integrante do conselho editorial da Revista Comuna (editada pelo CIM) e editor da revista internacional Propuestas para el Socialismo del Siglo XXI.

[318] A sigla C.V.G. significa Corporación Venezolana Guayana, espécie de autarquia que controlava o conjunto das estatais da região.

poderia privatizá-las sem comprometer completamente a coerência de seu discurso político.

O caso da CADAFE foi precursor dos debates nacionais sobre o tema. Para Joaquin Osório, nomeado por Chávez como representante dos trabalhadores na *Junta Directiva* da empresa, a *cogestión* significava:

> Poder en manos de los trabajadores, es el derecho y el deber de los trabajadores de participar en la administración de la empresa. Es un sistema de gestionar y de administrar que incluye al Estado, a los trabajadores y a los usuarios, en igualdad de condiciones: la cogestión es el modelo alternativo al viejo y fracasado sistema verticalista, burocrático y corrupto que llevó a las empresas del Estado a la situación de calamidad donde se encontraban. (Joaquín Osório, cf.: CERCEAU, 2007: 13).

Logo após a nomeação de trabalhadores para a *Junta Directiva* da empresa, em um contexto ainda marcado pelo surgimento de *conselhos* em seu interior (em virtude do *Paro Patronal*), elaborou-se um documento denominado *Declaración de Princípios*, que foi incorporado ao contrato coletivo e assinado pela Fetraelec. A análise deste documento revela que os trabalhadores buscaram legitimiar suas propostas de participação na gestão com base tanto em artigos não regulamentados da Constituição Bolivariana, quanto nos discursos do presidente Hugo Chávez.[319] Não se tratava,

---

[319] A Declaración de Princípios da CADAFE/Fetraelec remetia diretamente aos seguintes artigos da Constituição:
"Artículo 62: Todos los ciudadanos y ciudadanas tienen el derecho de participar libremente en los asuntos públicos, directamente o por medio de sus representantes elegidos o elegidas.
La participación del pueblo en la formación, ejecución y control de la gestión pública es el medio necesario para lograr el protagonismo que garantice su completo desarrollo, tanto individual como colectivo. Es obligación del Estado y deber de la sociedad facilitar la generación de las condiciones más favorables para su práctica.
Artículo 70: Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía, en lo político: la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la revocatoria del mandato, la iniciativa legislativa, constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos y ciudadanas cuyas decisiones serán de carácter vinculante, entre otros; y en lo social y económico, las instancias de atención ciudadana, la autogestión, la cogestión, las cooperativas en todas sus formas incluyendo las de carácter financiero, las cajas de ahorro, la empresa comunitaria y demás formas asociativas guiadas por los valores de la mutua cooperación y la solidaridad.
La ley establecerá las condiciones para el efectivo funcionamiento de los medios de participación previstos en este artículo.
Artículo 184: La ley creará mecanismos abiertos y flexibles para que los Estados y los Municipios descentralicen y transfieran a las comunidades y grupos vecinales organizados los servicios que éstos gestionen previa demostración de su capacidad para prestarlos, promoviendo:
4. La participación de los trabajadores y trabajadoras y comunidades en la gestión de las empresas públicas mediante mecanismos autogestionarios y cogestionarios."
Além disso, o documento também citava trechos de um discurso de Chávez realizado em março de 2003, no ato de juramentação da Junta Diretiva da PDVSA: *"debe haber una información clara no solo al gobierno sino ao país nacional. Este gobierno es un gobierno, así los hemos dicho, obreirista, yo le tiendo la mano al obrero, no solo al obrero petrolero, a los obreros de Guayana, sino a los obreros de todo el país. Cuenten los trabajadores con la comprensión y el apoyo del gobierno (...) Pero hau que ir más allá de esta nueva visión (...) es necesario que incorporemos como parte del plan estratégico, de*

portanto, da implementação de um programa consolidado, proposto pelo governo, mas de uma ação *de baixo para cima* dos trabalhadores, que tomava por base ideias gerais inscritas no discurso bolivariano, visando materializá-las em práticas concretas.

O modelo implantado se caracterizava por uma hierarquia de "comitês" eleitos que convivia com a estrutura administrativa tradicional, que não foi extinta. Na base da empresa, conformaram-se os *Comités de Participación*, que reuníam os trabalhadores por local de trabalho; em um nível acima, abarcando questões que extrapolavam os problemas imediatos de cada setor, figuravam os *Comités de Proceso*; finalmente, no nível mais alto (que, na estrutura gerencial tradicional, equivalia às vice-presidências), conformaram-se os *Comités de Gestión*. Cada comitê realizava reuniões semanais, onde se procurava tomar decisões por consenso que, em teoria, tinham um *carácter vinculante* – isto é, deveriam ser obedecidas pelos gestores que ocupassem a posição correspondente ao nível do comitê. Entre 2003 e 2004, quando ainda vigorava na empresa o clima de intensa mobilização que se seguiu ao *Paro Patronal*, o sistema funcionou relativamente bem.

No entanto, com o tempo os diretores e gerentes da empresa movimentaram-se para restabelecer suas antigas prerrogativas. Muitos argumentavam que, enquanto a *cogestión* não fosse regulamentada, não se sentiam obrigados a cumprir as decisões tomadas pelos trabalhadores. Por esta razão, o sistema só avançou quando os gestores estavam em sintonia com a proposta do controle operário. Na CADAFE, o único caso em que isto se deu de forma sistêmica foi na *Compañía Anónima de Electricidad de los Andes* (CADELA), filial da região andina, surgida após a divisão administrativa da empresa, nos anos 1990. Nas demais filiais e na chamada *Casa Matriz*, em Caracas, a *cogestión* passou a ser totalmente ignorada ou aplicada apenas parcialmente, em meio a conflitos entre os organismos autogestionários e a burocracia tradicional. Em filiais como a *Elecentro* e *Eleoccidente*, chegaram a ocorrer perseguições aos trabalhadores identificados com a *cogestión*, assim como a prática do paralelismo sindical, em que a administração da empresa desconhecia a Fetraelec e negociava diretamente com sindicatos controlados pela oposição (HARNECKER, 2005: 12-13).

---

manera progresiva, figuras como la cogestión obrera (...) esto es fundamental, la cogestión de los trabajadores para la toma de decisiones para el controle de operaciones. La República necesita que los trabajadores tengan mayor presencia, mayor protagonismo y un mayor capacidad de gestión y discusión en el debate". (ver CERCEAU, 2007: 10).

Para além da cultura gerencial avessa à tomada de decisões *desde abajo*, havia também o desejo de parte dos gestores em manter inalterados os esquemas de corrupção assentados há anos na empresa.

> Al principio fue maravilloso, todo un ejemplo. Pero luego el sector de profesionales, el sector burocrático, que siempre tuvo el control sobre la empresa, empezó a conspirar y a decir que eso era un peligro, un riesgo. Porque ellos antes elegían con qué empresa podían subcontratar y estas empresas subcontratistas generalmente están vinculadas a los que ocupan cargos ejecutivos, eran de socios o de testaferros… tenían montados sus negocios… esa burocracia conspiró y convenció al gobierno. Entonces llegó un momento en que el presidente Chávez quedó como en un "sándwich", atrapado entre dos panes. (Stalin Pérez)[320]

Outro fator que trouxe dificuldades para o avanço da *cogestión* foi a influência exercida sobre Chávez por parte de assessores cubanos, chamados a opinar sobre a implantação de formas de controle operário. Sindicalistas ligados a C-CURA apontam a influência de Orlando Borrego – ex-guerrilheiro próximo a Che Guevara, que se formou em Economia e participou da planificação em Cuba – como particularmente relevante para o fortalecimento das posições burocráticas, em detrimento da participação dos trabalhadores.

> ¿Y nosotros qué queríamos? En el triangulo, nosotros en lo que era la propiedad ni siquiera estábamos planteando que se entregara a los trabajadores, que se les diera propiedad, que se les diera acción, no era nuestro planteamiento. Era la participación en la gestión, y nosotros decíamos que era corto, por el carácter. Es como las cooperativas, no tienen que ver nada con el socialismo, las cooperativas pueden ayudar muchísimo en el avance, de ir avanzando hacia el socialismo, en el periodo de transición. Pero en definitiva, son entidades que tienen propiedad. ¿Y qué paso?, trajeron a un tipo que no sabía nada, y te lo digo sin pedantería de ningún lado, llamado Orlando Borrego, que fue secretario del Che. Vino a dar un taller sobre cogestión y fue una cosa horrible. Yo ese día fui atacado por Borrego porque me opuse rotundamente a los argumentos queriendo transpolar esto con la experiencia de Yugoslavia. Cuando yo también había leído, poco, pero si tenía nociones de lo que estábamos hablando y eran dos cosas distintas. (Orlando Chirino)[321]

> La cogestión, partindo do que el [Orlando Borrego] vió en Iugoslávia, és mala. Además, consideraba que era muy peligroso. Eso fue lo que sempre ha argumentado, le dió la basis de sustentación a la ideia del sector burocrático de lo Executivo – que nunca estuvieron de acuerdo con el control obrero porque le quitaban donde ellos más o menos hacen negócios, vinculan a sus famílias, cobran comisiones – que era que una empresa estratégica como el sector elétrico, como PDVSA, no pudiera estar bajo el control de los trabajadores, porque podían llegar *adecos* o tipos contrários a la revolución, y van a tener control, sino de la empresa, por lo menos de algunos sectores de la empresa que eran estratégicos. (Stalin Pérez, entrevista ao autor em 01 de maio de 2015)

---

[320] Entrevista a Miguel Riera, retirada de EL VIEJO TOPO, n. 249, out-2008, pp. 49-50. (disponível em http://dev.elviejotopo.com/web/archivo_revista.php?arch=1122.pdf, acesso em 08 de junho de 2016)

[321] Entrevista concedida ao periódico El Libertário (http://periodicoellibertario.blogspot.com.br) em 2009, disponível em http://www.globallabour.info/es/2010/07/hay_una_batalla_politica_en_el.html (acesso em 13 de junho de 2016).

Para G. Cerceau, um dos maiores problemas enfrentados pela cogestão na CADAFE foi o isolamento político da Fetraelec, porque além da oposição dos setores burocráticos e da direita em geral, a proposta também sofria críticas advindas dos próprios setores revolucionários. O sindicato da categoria encontrou-se relativamente isolado mesmo entre os setores mais organizados do movimento operário bolivariano, já que não havia ainda uma central sindical claramente identificada com a proposta (como vimos, o processo de criação da UNETE foi marcado por conflitos e não teve capacidade de dar uma direção unificada ao movimento operário bolivariano).

> No faltaron los cuestionamientos de sectores revolucionarios en el sentido de que los trabajadores querían "apropiarse" de la empresa, de que pretendían manejarla a su antojo, o de que ponían sus intereses por encima de los del colectivo. Como consecuencia de esta falta de comprensión, se llegó a acusa a FETRAELEC de "conspiración", de "desestabilizadora".
> Desde la "izquierda", por el contrario, se le hacían las criticas opuestas. Puesto que el planteamiento reconocía y exigía la participación del Estado, era considerado "reformista", era asimilado a experiencias reformistas, conciliadoras. Las críticas provenientes de numorosos grupos de izquierda estaban dirigidas a deslegitimar el carácter revolucionario de esta propuesta (CERCEAU, 2007: 21-22)
>
> [Faltava] una central obrera con capacidad de actuar efectivamente, es decir, más allá de las declaraciones, o de un movimiento obrero organizado que hubiera podido contribuir, de diversas maneras y en varios niveles (desde en apoyo logístico, la asesoría, la capacidad de movilización, hasta la validación social de la representatividad y legitimidad de FETRAELEC frente a los otros actores y al Estado). (idem, ibidem: 25)

Com todas suas limitações, porém, a experiência da *cogestión* na CADAFE demonstrou que um sindicato orientado por uma concepção classista poderia, para além das reivindicações puramente econômicas, impulsionar também formas de gestão da produção protagonizadas pelos trabalhadores. Essa característica diferenciava a experiência do setor elétrico em relação à ocorrida na estatal de alumínio CVG Alcasa, onde a proposta da cogestão partiu do próprio Estado, e recebeu a oposição aberta do sindicato que representava os trabalhadores da empresa.

5.2.2 - A cogestión *na Alcasa*

A produção de alumínio segue uma cadeia formada por: i) extração da bauxita; ii) produção de alúmina; iii) redutoras de alumínio primário; e iv) produção de derivados de alumínio e laminados. Como se trata de uma atividade industrial que requer quantidades imensas de energia, a Venezuela aparece com vantagens comparativas em relação a outros países, tanto por suas reservas de bauxita quanto pela

abundância de petróleo. Neste sentido, em 1960 foi firmado um acordo entre o Estado venezuelano e a transnacional estadunidense *Reynolds Aluminium*, segundo o qual seria construída uma empresa mista em partes iguais. Sete anos depois, entrou em operação a *C.V.G. Aluminio del Caroní S.A*, mais conhecida como Alcasa.

A partir de 1977, o governo iniciou uma nova fase de expansão da empresa, que deveria resultar em sua "*venezulanización*". Lançando mão de dívida pública, o Estado venezuelano aumentou sua participação acionária para 85%, através de um fundo estatal denominado *Fondo de Inversiones de Venezuela* (CAMPOS, 2012: 45).[322] Pouco tempo depois, na década de 1980, o preço do alumínio começou a cair, levando a empresa a uma severa crise, com prejuízos acumulados ano após ano. Mesmo assim, os governos da época seguiram realizando grandes investimentos, até adquirir o controle absoluto da empresa em 1983. Logo em seguida, o Congresso aprovou um grande projeto de expansão, da ordem de 10 bilhões de bolívares (apesar do momento desfavorável para o mercado de alumínio e dos resultados deficitários da empresa). Na prática, esse investimento atendia principalmente a interesses de grandes grupos econômicos do setor (inclusive estrangeiros), já que a Alcasa foi estimulada a se associar a capitais privados na criação de uma série de empresas *aguas abajo* na cadeia do alumínio, tais como a *CAVELUM*, *BWA de Venezuela*, *FOMA de Venezuela*, *RUALCA*, *ALEUROPE* e outras (idem, ibidem: 46). Como o financiamento original não foi suficiente para todas essas iniciativas, a empresa acabou por recorrer a empréstimos com bancos estrangeiros, endividando-se cada vez mais. Mesmo assim, surgiram na região de Guayana outras cinco empresas estatais no setor: Venalum, Bauxilum, Carbonorca, Alucasa e Alunasa. A Alcasa, então com cerca de 4 mil trabalhadores, manteve-se como a maior empresa de alumínio da Venezuela.

Em janeiro de 1989, o Banco Mundial apresentou um informe acusando as estatais de alumínio venezuelanas de não atuarem segundo "*reglas del juego claras*", já que suas gerências administravam preços que não corresponderiam a critérios econômicos reais (cf.: idem, ibidem: 47). O Ministério da Justiça venezuelano, durante o governo recém-eleito de Carlos Andrés Perez, encomendou uma auditoria à Anelo Segundo Espinoza, funcionário do consulado venezuelano em Miami. O chamado "*Informe Espinoza*" indicou toda sorte de práticas lesivas tomadas pela administração da Alcasa: notas superfaturadas; mecanismos de contratação fraudulentos; ausência de

[322] Teodoro Campos é doutor em Desenvolvimento de Recursos Humanos e professor da *Universidad Católica Andrés Bello*. Politicamente, alinhava-se à oposição liberal ao governo Chávez.

controle de custos; etc. Além disso, todas as indústrias de alumínio venezuelanas eram tecnologicamente dependentes, de modo que havia muito pouco beneficiamento do produto em solo nacional, com quase toda a produção constituindo-se em alumínio primário, comprado por refinarias internacionais.

Da mesma forma como ocorrera com outras estatais venezuelanas, a Alcasa passou por um processo de sucateamento ao longo dos anos 1990, visando sua privatização. Àquela altura, além das dívidas com o setor financeiro, a Alcasa também apresentava enormes passivos junto a outras empresas da região – como a Bauxilum, fornecedora de alúmina – o que comprometia todo o setor. A crise na empresa era tão grave que outras estatais menores, como a Venalum, apresentavam resultados melhores que a Alcasa. Quando Chávez assumiu o poder, em 1999, o mercado mundial mantinha-se em uma conjuntura de preços baixos da tonelada de alumínio, e tudo indicava que a privatização da empresa seria realizada, restando apenas a dúvida sobre o modelo do leilão. Os governos da IV República haviam tentado vender num mesmo bloco a empresa mais atrativa (Venalum) e a menos atrativa (Alcasa); Chávez, em seu primeiro mês de governo, propôs inicialmente um modelo distinto, que previa o leilão da Venalum e associações estratégicas com transnacionais no caso da Alcasa e da Bauxilum (idem, ibidem: 49), mas a ideia não foi adiante. Em 2001, a partir da nomeação do general Francisco Rangel Gomez para a presidência da CVG, foi anunciada a construção da Linha V de expansão da Alcasa, através de um convênio com a transnacional francesa Pechiney, que previa uma ampliação da Bauxilum a ser paga com alúmina produzida pelas estatais da região (num sistema semelhante ao dos *royalties* do petróleo).[323] Em 2003, um novo convênio foi anunciado com a transnacional Glencore (novamente, pago com parte da produção) e com a construtura estadunidense Daniels.

[323] Francisco Rangel Gomez ingressou na Academia Militar da Venezuela em 1975, na mesma turma de Chávez. Fez parte do governo desde 1999, ocupando primeiramente o cargo de *Ministro da Secretaria de la Presidencia*, e a partir de 2001 a presidência da CVG. No dia 12 de abril de 2002, no contexto do golpe contra Chávez, renunciou ao cargo em entrevista à um canal de TV local. Na ocasião, declarou não estar "identificado" com as ações tomadas naquele dia; mas ao mesmo tempo pareceu aceitar o golpe como fato consumado, ao endereçar "ao presidente da República" (isto é, a Pedro Carmona Estanga) sua reúncia, e ao não se declarar em estado de "desobediência", como então se proclamaram alguns oficiais leais ao presidente Hugo Chávez (a entrevista pode ser vista no endereço eletrônico https://www.youtube.com/watch?v=fkmApSkavXY, acessado em 21 de novembro de 2016). Para muitos chavistas, a atitude de Gomez demonstrou covardia e traição a Chávez; mesmo assim, ao se restabelecer a legalidade, Gomez foi reconduzido à presidência da CVG, de onde sairia somente em 2004.

Segundo um relatório publicado no sítio *Aporrea* e assinado por Armando Suarez (um dos trabalhadores da Alcasa),[324] a *Glencore* (ex-*Rich Company*) tinha um capital declarado de US$ 1,1 bilhão, e era conhecida como uma das empresas mais corruptas do mundo. Seu proprietário, Marc Rich, foi condenado em 1983 por uma investigação conjunta da Comissão de Valores de Nova York e do FBI, que revelou um conjunto de crimes praticados pela empresa em seus negócios nas áreas de mineração e petróleo. Para fugir da condenação pela justiça estadunidense, Rich naturalizou-se espanhol e transferiu seus negócios para a Europa, com base na Espanha e Suiça. De lá, continuou estabelecendo toda sorte de negócios ilícitos, tendo entre seus parceiros comerciais a *Hallyburton*, de Dick Cheney (ex-vice-presidente dos EUA, na gestão Bush Jr.), a máfia russa e o ditador sérvio Slobodan Milosevic. Rich quase foi condenado pela Justiça francesa, quando se descobriram negócios ilegais de uma de suas empresas (a *Metal Europa*). A pedido do Rei Juan Carlos da Espanha, recebeu indulto de Bill Clinton em 1998, tornando-se depois um dos principais financiadores da campanha de Hillary Clinton ao Senado.

Na Venezuela, os negócios de Marc Rich eram representados por Roberto Jorge Wellisch, que estabeleceu o que veio a ser denominado "Cartel do Alumínio": um *pool* formado pela Glencore e outras empresas e bancos locais, geralmente criados em sociedade com membros do governo. Os métodos do Cartel incluiriam o suborno, a chantagem e o uso dos meios de comunicação privados para destruir reputações e/ou fazer ataques políticos; também faziam lobby junto à burocracia do Estado venezuelano, desde o alto escalão, em Caracas, até o governo local do estado Bolívar e a burocracia da CVG. Dessa maneira, o Cartel praticamente controlava as vendas das estatais Alcasa e Venalum, através das comercializadoras *Gerald Metals* e *JB Commodities*. Em sociedade com o Gal. Francisco Rangel Gomez, à época presidente da CVG, os representantes do Cartel abriram em Guayana uma filial da mexicana BEFTCOM, que comprava o alumínio venezuelano (Rodrigo Gonzales, diretor da matriz da BEFTCOM no México, se tornaria posteriormente genro de Rangel Gomez).

É importante ressaltar que, em empresas como a Alcasa, o programa de comercialização determina que tipo de material se produz e como se produz, já que todo o processo produtivo é definido em função dos interesses dos clientes. Por essa razão, quem controlasse a comercialização da Alcasa acabava também influenciando

[324] Ver http://www.aporrea.org/internacionales/a30725.html, acessado em 27 de junho de 2016.

decisivamente o setor de produção. Além disso, através do Banco Guayana (que tinha Wellish como membro do conselho diretor) o Cartel também direcionava a compra de insumos e a aquisição de seguros da Venalum, além de participar de negócios de outras estatais da região (como a Ferrominera e a Bauxilum, além da Alcasa). Finalmente, também fundaram uma filial da *Alloys Metals* (do ramo de tubos metálicos), em sociedade com vários ex-membros de alto escalão da CVG (como Lenin Berroeta e Sanchez Marquez) ou do governo do estado Bolívar (como Francisco Mata e o próprio Rangel Gomes).

A partir de 2004, enquanto se discutiam aspectos conflitivos dos convênios estabelecidos, dois fatores se conciliaram para uma mudança nos planos do governo: por um lado, o preço do alumínio começou a subir, impulsionado pela demanda chinesa e indiana;[325] e, por outro, houve a inflexão à esquerda no conjunto do processo bolivariano e do governo Chávez, após as vitórias sobre as ações de sabotagem da oposição (como o golpe de 11 de abril, o *Paro Patronal* e o Referendo Revogatório de 2004). Neste novo quadro, Chávez desmantela completamente a direção da CVG e das indústrias básicas da região, incluindo Rangel Gomez e alguns de seus correligionários.[326] Para ocupar esses postos, é convocado um setor do MVR mais próximo às ideias marxistas, liderado por Victor Álvarez Jr. (nomeado titular do *Ministério de Indústrias Básicas y Minería* – Minban)[327] e Carlos Lanz (nomeado presidente da Alcasa). O convênio com a Glencore foi imediatamente suspenso, e se iniciou a busca por um novo modelo para o setor das indústrias básicas.

Vimos que Carlos Lanz participara na luta armada venezuelana militando pelo PRV – corrente que reivindicara as raízes históricas do processo revolucionário na Venezuela, com influência do marxismo crítico de Mariátegui. Preso durante o período *puntofijista*, Lanz se aproximou de uma perspectiva conselhista, de início inspirado por autores como Anton Pannekoek e Herman Gorter, e posteriormente Antonio Grasmci. Aproximou-se de Chávez quando este esteve preso em Yare, e conversaram sobre os

---

[325] Apesar da alta dos preços, as estatais do setor seguiam apresentando resultados ruins. A Alcasa, com uma produção de cerca de 190 mil toneladas de alumínio por ano, apresentou perdas de Bs. 48 bilhões em 2003 e Bs. 173 bilhões em 2004. A Venalum chegou a apresentar um ganho de US$ 60 milhões em 2004, com uma produção de 430 mil toneladas; mas, no ano seguinte, mantendo a mesma produção, apresentou prejuízo de Bs. 80 milhões (CAMPOS, 2012: 50).

[326] Na verdade, Gomes sairia da CVG para disputar, pelo MVR, as eleições para governador do estado Bolívar (onde se localiza a região de Guayana). Com apoio de Chávez, venceu o pleito de 2004, com 58,85% dos votos. Acabaria estabelecendo um longo período no governo do estado, sendo reeleito em 2008 e 2012 (já pelo PSUV).

[327] Durante o governo Chávez, Álvarez havia sido presidente do Banco de Comercio Exterior, diretor de PDVSA e director executivo do *Consejo de Desarrollo Industrial*.

déficits da experiência revolucionária recente da Venezuela, representada pelo *27 de Febrero* de 1989 e pelo *4 de Febrero* de 1992.[328] A partir dessa aproximação, Lanz integrou o Estado-Maior do MBR-200, propondo o que ele classificou como uma *"linea militar revolucionária"*. Incorporou-se à equipe de campanha de Chávez, participando da elaboração do programa educacional e chegando a fazer parte da equipe do Ministério da Educação; posteriormente passou por vários outros ministérios, com diferentes projetos, até integrar, sob o comando de Elias Jaua, a equipe da *Misión Vuelvan Caras*, onde fora encarregado da formação política nos cursos de cooperativismo, sob a perspectiva do *desarrollo endógeno radical*[329].

Nessa época, conheceu o então ministro Victor Álvarez Jr, em um evento onde discursou sobre a implantação do conceito de desenvolvimento endógeno em instituições financeiras. Álvarez havia acabado de receber de Chávez a missão de montar o Ministério das Indústrias Básicas e estabelecer suas estratégias, e conversou com Lanz sobre a possibilidade de promover mudanças estruturais nas indústrias básicas de Guayana. Dessa conversa partiu o convite para que Lanz assumisse a presidência da CVG Alcasa, com a responsabilidade de implantar um modelo de *cogestión* na empresa (com a ressalva de que o governo não permitiria tomar nenhuma iniciativa semelhante nas demais indústrias da região).

> En mi caso yo tenía claro que la cogestión es un enfoque reformista, de la socialdemocracia. (...) Cuando yo discuto con el Ministro y con compañeros que han estado en CVG, yo dijo que me voy a jugar la cogestión con la visión de control obrero, de consejos de fábrica. No la visión de la cogestión que administra la crisis, desde un ponto de vista capitalista, sino le propuso la cogestión con cambios en las relaciones de producción, bajo el enfoque de control obrero. (Carlos Lanz).[330]

Não seria a primeira vez que Carlos Lanz tentaria impulsionar em Guayana a proposta do *control obrero*. Em 1975, como dissidente do PRV, ele participou da formação dos Grupos de Comando Revolucionário (GCR), juntamente com outros egressos da luta armada (como Osvaldo "El Rojo" León, dissidente do Bandera Roja). Pleiteando a guerrilha urbana e a formação de conselhos de fábrica, logo passaram a

---

[328] Para Lanz, o Caracazo caracterizou-se como uma *"revolución sin armas; violenta pero sin la presencia del Exercito"*; já a insurreição militar de 1992, tal como a experiência da luta armada inspirada no foquismo, não teve participação popular e acabou isolada. Cf. entrevista ao autor em 14 de janeiro de 2015.

[329] Sobre o conceito de *dessarrolo endógeno radical*, ver capítulo 3.

[330] Entrevista ao autor em 14 de janeiro de 2015. Salvo referência em contrário, todas as próximas citações de Carlos Lanz referem-se a esta entrevista.

militar na região de Guayana, que era conhecida por sua numerosa classe operária. Osvaldo León, ainda hoje trabalhador da Alcasa, lembra da atuação do grupo.

> En año 1975 fuimos los primeros en Venezuela en reivindicar como liniamiento central de nuestra politica la línia del consejo de trabajadores y del controle obrero. Una organización relativamente pequeña; funcionavamos en cinco o ses ciudades del país. El primero que viene a esta zona és Carlos Lanz y Cristóbal Colmenares, que caen presos. Y luego toca a mi retomar el trabajo comenzado por ellos aqui. Yo llego en Guayana en año 1978, y havia algunos compañeros nuestros aqui. Y la propuesta nuestra era fundamentalmente una consigna general: control obrero y consejos de trabajadores. Fuimos acusados de anarquistas. La ortodoxia en este momento era bien fuerte, la concepción era completamente sindical. Y nosotros no teníamos una posición anti-sindical, pero si cuestionavamos la concepción burocrática en este momento en la Central de Trabajadores – en este tiempo dominada por la Acción Democrática y Copei. Una central completamente patronal. Y comenzamos el trabajo político en dos empresas aqui fundamentales, con una agitación de control obrero y consejos de fabrica, en Sidor y Alcasa. (Osvaldo "El Rojo" León)[331]

Nos anos 1980, o grupo de León conseguiu conformar 18 delegados nas bases operárias da Sidor, e logo depois ganham as eleições sindicais no *Sindicato Único de Trabajadores de la Industria Siderúrgica y sus Similares* (Sutiss),[332] com uma aliança de esquerda que reunia militantes da Causa R (que estava em formação); do Comitê de Lutas Populares (braço legal do Bandera Roja); do Ruptura (braço legal do PRV); da Liga Socialista (ligada a uma dissidência do MIR, chamada Organização Revolucionária); e mais alguns coletivos independentes de trabalhadores. A CTV logo interveio no sindicato, argumentando que essa frente era ilegítima; com o apoio da burocracia de Estado, a central destituiu a junta diretiva do Sutiss e também a maior parte dos delegados de base ligados à esquerda. Os militantes de base formaram então o que ficou sendo conhecido como *Comitês Obreros Departamentales*, que dentro de SIDOR eram os que tinham mais legitimidade entre os trabalhadores, servindo de resistência contra a intervenção no sindicato. Ao longo da década de 1980, os militantes desses comitês conformaram uma espécie de braço operário do movimento Desobediência Popular, que à época atuava nas periferias das grandes cidades venezuelanas e que teria importante papel durante o *Caracazo*. Finalmente, a partir de 1998, vários desses militantes começam a se aproximar do movimento bolivariano, fazendo parte do núcleo inicial da FBT.

---

[331] Entrevista ao autor em 10 de maio de 2015.

[332] O Sutiss representava os trabalhadores da SIDOR e outras metalúrgicas. Os trabalhadores da Alcasa se representavam através do Sintralcasa.

À época da nomeação de Carlos Lanz para a presidência da Alcasa (fevereiro de 2005), o alumínio se apresentava como um dos setores mais fortemente oligopolizados da mineração mundial. Segundo Lanz, a rede produtiva de alumínio

> está fuertemente monopolizada en un grupo relativamente pequeño de empresas. En tal sentido, tres o cuatro grandes multinacionales controlan la mayor parte de las reductoras en el mundo. Estas empresas son verdaderos oligopolios del aluminio, ya que en el sector dominan y tienen control desde la producción hasta el comercio, lo que le da poder de intervenir y manipular los precios y las cantidades del producto en el mercado (LANZ, 2009: 12)[333]

As condições de desatualização tecnológica e sucateamento da Alcasa eram críticas. Praticamente não havia manutenção preventiva, mas apenas *corretiva*, o que redundava em constantes interrupções da produção para correção dos problemas. Havia ainda enormes passivos trabalhistas e ambientais (a indústria de alumínio é extremamente poluidora), além de dívidas com empresas fornecedoras. No total, o passivo financeiro da Alcasa chegava a US$ 403,35 milhões, dos quais US$ 258 milhões estavam vencidos em 2005 (o que equivalia a nove meses de faturamento da empresa). Como resultado de todos esses problemas, a planta de laminação, por exemplo, operava com apenas 73% da capacidade verificada em 2004 (ano em que a produtividade da empresa já estava profundamente comprometida), e a maior parte da produção era de lingotes (que era o produto de menor valor agregado). Além disso, havia um nível altíssimo de conflitividade laboral, fruto das dívidas da empresa com trabalhadores da ativa e aposentados, o que gerava constantes greves e protestos. Finalmente, o setor de comercialização também apresentava múltiplas distorções: o mercado nacional absorvia apenas 35% da produção; 27% das exportações eram feitas

[333] O texto da citação constitui um dossier elaborado por Lanz em 2009, onde ele procurou sistematizar sua visão sobre o processo da cogestión na Alcasa (disponível em https://www.yumpu.com/es/document/view/40269333/dossier-sobre-cvg-y-las-empresas-del-sector-aluminio-284-mb/3 - acesso em 12 de julho de 2016). Neste texto, Lanz informa que, até 1999, as cinco maiores produtoras de alumínio primário do mundo eram as multinacionais Alcoa (3.382.735 ton/ano); Alcan (1.611.490 ton/ano); Reynolds (1.181.065 ton/ano); Billiton (886.890 ton/ano); e Pechiney (828.827 ton/ano). No ano 2000, inicia-se um processo de fusões, no qual a Alcoa adquiriu a Reynolds, e a Alcan adquiriu a Alusuisse (à época com uma produção de 254.254 ton/ano); no mesmo ano, se formou também um grande consórcio russo de refinarias (o Aluminy), que juntamente com os dois conglomerados anteriores passou a controlar 33% da produção de alumínio primário no mundo. O domínio sobre os preços mundiais de alumínio é facilitado pelo fato de que esse produto pode ser armazenado por muito tempo, sem sofrer modificações em sua conformação física. O preço de referência para a tonelada é estabelecido pela *London Metal Exchange* (centro mundial de comércio de metais não-ferrosos), com base nos níveis de alguns depósitos autorizados, nos quais se busca manter um estoque suficiente para a satisfação da demanda mundial por três meses. Ao manipular os inventários desses depósitos, as maiores empresas do setor conseguem promover altas ou baixas nos preços (obviamente em interação com outros fatores, como a concorrência, a demanda real pelo produto, etc).

diretamente aos clientes, sendo todo o restante comercializado com revendedoras (os EUA constituíam o principal mercado final, abocanhando 66% do total exportado). As pequenas empresas e cooperativas nacionais, por sua vez, compravam o alumínio de distribuidoras, a preços muito maiores do que os comercializados diretamente pela Alcasa (LANZ, 2009: 30-32)

Em princípios de 2005, a *renovación gerencial* era uma bandeira que unificava praticamente todas as correntes locais do sindicalismo bolivariano; entretanto, de maneira geral, tratava-se fundamentalmente da reivindicação de uma mudança de nomes: sairiam os burocratas identificados com a IV República, e ascenderiam novos gerentes identificados com o governo Chávez e de alguma maneira legitimados pela base. Uma transformação mais profunda na estrutura administrativa e nas formas de gerência do trabalho não contituía, naquele momento, uma reivindicação hegemônica no conjunto dos trabalhadores da Alcasa (apesar da experiência de ocupação de fábricas ocorrida durante o *Paro Patronal*). Havia, como mencionamos, um setor de vanguarda que militava há muitos anos pelo controle operário da produção (como o *Colectivo Control Obrero*, de Osvaldo "El Rojo" León), assim como outras correntes *autonomistas* do sindicalismo bolivariano que, de maneira geral, defendiam a coexistência entre sindicatos e conselhos de trabalhadores (caso dos grupos locais que, nos anos subsequentes, ingressariam nas correntes C-CURA, CTR e *Marea Socialista*). Mas, mesmo no caso dessas frações do movimento operário, o que se imaginava era que os conselhos se formariam por iniciativa orgânica dos trabalhadores, com apoio (e eventual *direção*) dos sindicatos, e não por iniciativa do Estado. Como recordou Nieves Tamarone,[334] o questionamento das formas tradicionais de gestão do trabalho, que veio a ser proposto por Lanz, foi uma completa novidade para a maior parte dos trabalhadores: *"Para ellos fue: explicarles el proceso, entenderlo y asumirlo. Pero 'desde arriba', porque era el presidente de la empresa que estaba llevandoles la propuesta. Y les planteaba viren a la participación, impulsando la participación"*.[335] De todo modo, as frações sindicais *conselhistas* e *autonomistas* tenderam a se alinhar à gestão de Carlos Lanz, avaliando que sua proposta de cogestão era conveniente ao aprofundamento do processo revolucionário – já que havia se avaliava que não estavam

[334] Nieves Tamorone foi militante do *Partido Socialista de los Trabajadores*. Moradora da região de Guayana, ingressou na CVG-Alcasa em 2005, participando da gestão Carlos Lanz. No âmbito sindical, era próxima dos setores que posteriormente comporiam o *Marea Socialista*.
[335] Entrevista ao autor em 09 de maio de 2015.

maduras as condições para um processo mais radical de tomada das fábricas e estabelecimento do controle operário.

Já outro setor do movimento operário, também identificado com o processo bolivariano, esperava que a *cogestión* significasse apenas a nomeação, para os cargos de gerência, de lideranças sindicais combativas e comprovadamente fiéis ao governo Chávez. Era formado por sindicalistas da FBT (como Angel Marcano e José Gil), que haviam orbitado a gestão do general Francisco Rangel Gomes na CVG, e que depois apoiaram seu governo no estado Bolívar. Esse grupo conformou o chamado *Movimiento 21*, uma corrente sindical local com presença em diversas estatais da região. Em 2005, uma chapa ligada a esse movimento havia acabado de vencer as eleições do sindicato dos trabalhadores da Alcasa (Sintralcasa), levando à direção Trino Silva (presidente) e Angel Marcano (secretário de finanças).[336] Formalmente, apoiavam a implantação da cogestão, até por se tratar de uma diretriz de Chávez, defendida também pelo Ministério das Indústrias Básicas; no entanto, a partir de suas posições de poder no Sintralcasa e dos laços que mantinham com a burocracia estatal, desde o início disputaram com Lanz o *controle sobre a implantação da proposta.*

No âmbito dos aparelhos de Estado, Lanz e a FBT localizavam-se em campos distintos, já que o primeiro claramente representava uma fração minoritária à esquerda, que só graças à ascensão do movimento de massas, entre os anos 2002-2004, conseguiu *furar* o "bloqueio burocrático" e ocupar posições de maior prestígio. Ainda que Lanz estivesse ao lado de Chávez desde a campanha presidencial e fosse respeitado intelectualmente (o que lhe permitiu ocupar cargos importantes, relacionados à formulação de programas educacionais, profissionalizantes, cooperativistas, etc), e apesar de possuir alguma interlocução com o ministro Victor Álvarez (com quem compartilhava a visão-de-mundo marxista), seus vínculos com os demais setores-chave

[336] A respeito da vitória do *Movimiento 21* nas eleições sindicais da Alcasa, em 2005, é preciso levar em consideração que, nessa época, o conjunto do movimento sindical bolivariano ainda se encontrava reunido de forma relativamente indistinta na FBT. Em geral, os trabalhadores reconheciam no *Movimiento 21* lideranças combativas, que não só defendiam os interesses econômicos dos trabalhadores, como também haviam derrotado o sindicalismo *adeco-copeiano* e resistido ao *Paro Petrolero*. Além disso, tratava-se do grupo que mais facilmente se identificava com o governo Chávez, graças a sua proximidade com o MVR e com o governo *chavista* de Francisco Rangel Gomes, no estado Bolívar. Entretanto, veremos adiante que este grupo rapidamente perdeu representatividade entre os trabalhadores, na medida em que se contrapuseram à gestão Lanz. Nos anos subsequentes, a correlação de forças entre as bases pendeu claramente para as correntes *autonomistas*; mesmo assim, o *Movimiento 21* manteve o controle do Sintralcasa por muito tempo, através de uma série de manobras chanceladas pelos órgãos governamentais (Poder Judiciário, CNE, etc), que protelavam as eleições sindicais até o momento em que a direção do sindicato julgava-se capaz de vencê-las. A disputa fatricida entre as correntes chavistas foi tal que, em 2015, uma chapa da oposição de direita venceu as eleições sindicais da Alcasa.

do governo eram frágeis e, neste sentido, ele era relativamente um *outsider* no aparelho estatal.[337]

Em janeiro de 2005, o Minbam buscou "preparar o terreno" para a implantação da cogestão, promovendo um encontro entre a nova direção da Alcasa, os dirigentes do sindicato, os *directores laborales* da empresa[338] e outros representantes escolhidos entre os trabalhadores. A ideia era pacificar as relações conflitivas existentes tanto entre as correntes sindicais locais – onde, no âmbito da FBT, havia um conflito entre um grupo liderado por José Gil e outro, liderado por Trino Silva – quanto entre a nova direção da empresa e os representantes sindicais. Desse encontro nasceu a *Declaración de Macágua*, na qual os presentes se comprometiam em atuar unitariamente em favor da cogestão. O texto da declaração se embasava em princípios constitucionais que garantiam a participação cidadã em assuntos públicos (Art. 62 da CRBV) e a busca por formas associativas de produção (Art. 70, 118 e 184); definia como sujeitos do processo cogestionário o Estado, os trabalhadores e a comunidade ao redor, e para isso propunha a criação de espaços organizativos para a incorporação desses atores, através de assembleias e eleições de comissões de trabalho por departamentos. O saneamento financeiro da empresa era um objetivo imediato a ser alcançado, juntamente com a adequação tecnológica, a detecção de necessidades de formação profissional e a constituição de cadeias produtivas com cooperativas e outras empresas *aguas abajo* e *aguas arriba*. Também propunha a *democratização do saber* tanto no processo produtivo quanto em sua administração, com a discussão sobre custos, eficiência, qualidade, etc. Por fim, propunha a manutenção preventiva e corretiva dos impactos

---

[337] Em entrevista ao autor, Lanz confirmou seu isolamento político no Ministério das Indústrias Básicas: *"Havia una contradición con la estructura del ministerio. Tenemos diferencias. (...) Hubo conflictos en el enfoque. (...) Me han orientado para que sea una empresa socialista. Yo no tengo interese en ser presidente de empresa, en absoluto. Yo no estaba [en Alcasa] por razones burocráticas ni de grupos."* É importante mencionar também, como demonstração do relativo isolamento de Lanz no governo, que durante sua gestão na Alcasa (entre 2005 e 2007), Chávez não realizou uma única visita à empresa, mesmo se tratando da experiência que, segundo o próprio oficialismo, apresentava-se como a mais avançada no tocante à democratização das relações fabris.

[338] O cargo de *Director Laboral* era previsto na Ley Orgánica del Trabajo (LOT), mas nunca havia sido regulamentado. Chávez deu-lhe um caráter definitivo em 25 de abril de 2006, através de um decreto regulatório denominado *Reglamento de la Ley Orgánica del Trabajo*; desde então, todas as estatais venezuelanas passariam a ter, incorporadas às suas juntas diretivas, dois *Directores Laborales* (um eleito por voto direto, e outro indicado pelo sindicato da categoria). (ver em http://www.derechos.org.ve/pw/wp-content/uploads/06_laborales.pdf, acesso em 19 de junho de 2016). No entanto, a partir de 2004 vinham sendo estabelecidos, mais ou menos informalmente, *directores laborales* nas estatais venezuelanas. No caso da Alcasa, havia quatro deles em 2005: Mary Briceño, Elio Sayago, Morela Cordero e Edgar Caldera. Eleitos por voto direto da base, pode-se supor que gozassem de bastante representatividade junto aos trabalhadores – talvez até mais do que a dos dirigentes do Sintralcasa, se levarmos em consideração que os confusos pleitos sindicais venezuelanos eram tradicionalmente marcados por todo tipo de distorções (incluindo violências, fraudes, etc), e na Alcasa não era diferente.

ambientais; a autodisciplina no trabalho; um sistema de salários e seguridade mais justo; e um novo regime de compras e serviços, com novas relações com o mercado nacional e internacional (CAMPOS, 2012: 56) (LANZ, 2009: 24-29).

Lanz elaborou uma estratégia para a implantação da *cogestión* baseada em três etapas: i) construção de *viabilidade política* para o processo, através da renovação gerencial, do pagamento dos passivos trabalhistas e da busca por relações de trabalho mais justas e humanizadas; ii) implantação de um modelo de cogestão que implicasse em *mudanças nas relações produtivas*; e iii) vinculação da empresa ao debate nacional sobre conselhos de fábrica, empresas socialistas e um novo modelo produtivo. Para lograr esses objetivos, o método implantado foi o do diálogo aberto com os trabalhadores, em assembleias que passaram a se realizar cotidianamente nos portões da fábrica.

> En la primera asembleia que yo tuve en el portón de la fábrica, ante 2 mil trabajadores, yo planteei abiertamente que no sabia nada de alumínio. Yo no iba como gerente técnico a explotar los trabajadores, sino con una misión de convertir esta fábrica en otra cosa. Y que eso me obligava desde el comiezo a plantear que, por ejemplo, yo aseñalava abiertamente a los trabajadores de la empresa que ningun patrón, privado o público, jamás cancela, en términos de dividendos, de diñero, lo que el trabajador produce. Porque hay trabajo excedente, no pagado, hay plus-trabajo, plus-valia, etc, y yo estaba consciente que los trabajadores iban a producir mucha plus-valia, y que íbamos hacer esfuerzo para distribuyer esta plus-valia de otra manera. (...) Por eso nunca van a tener comigo un problema reivindicativo. Los benefícios laborales no voy discutir, sino vamos hacer justícia social, vamos a compenzar este proceso. (Carlos Lanz)

Nos dias seguintes à apresentação da proposta aos trabalhadores, Lanz procurou responder aos anseios pela renovação gerencial, levando a questão para ser debatida em assembleia. Tão logo o tema entrou na pauta, as lideranças do *Movimiento 21* imediatamente aproveitaram a oportunidade para tentar aprovar, sem aprofundar a discussão com os trabalhadores, a nomeação de pessoas de sua confiança para os cargos de gerência. Sob aplausos de grupos próximos à burocracia sindical, foram apresentados nomes de alegada "capacidade técnica", que já ocupavam postos de chefia (o que constrangia os trabalhadores em uma votação aberta, em assembleia). A *Directora Laboral* Mary Briceño, em declaração à imprensa local, afirmou que os dirigentes do Sintralcasa atropelaram compromissos estabelecidos anteriormente, por ocasião dos encontros para a elaboração da *Declaración de Macágua*. Segundo Briceño, naquela oportunidade foram acordados os nomes para uma *gerencia terna provisória*, que assumira as funções até que se implantasse, em cada local de trabalho, *comités cogestionários* através dos quais os trabalhadores elegeriam os gerentes definitivos.

Dessa maneira, supunha-se, seria garantida a eleição de representantes comprometidos com a causa da cogestão e do controle da produção pelos trabalhadores.

> Mary Briceño, directora laboral de Alcasa, denunció que es preocupante la falta de seriedad como se está direccionanto el proceso de cogestión en la reductora de aluminio, explicando que se suscribió una "Declaración de Macágua" dando inicio al proceso de cogestión y no se está cumpliendo, pese a que fue Carlos Lanz quien conminó a los factores que hacen vida política y sindical para que se firmara el acuerdo. "Allí se llegó a la conclusión de implementar la cogestion y cómo seriá la actuación de los trabajadores, puesto que convenimos en la escogencia de los gerentes para direccionar el proceso". Resaltó que por consenso, los firmantes de la "Declaración de Macágua" pusieron en mesa una terna de los gerentes de las diferentes gerencias que consideraban críticas para impulsar el proceso. "Allí todos los factores estuvimos de acuerdo, escogimos nombres y las gerencias para una etapa de transición". A juício de Briceño, es inconcebible que cuando todo estaba claro, de repente ven unas asembleas en el portón I como una especie de circo donde salen muchos nombres a relucir rompiendo con el acuerdo y por el contrario, evidenciando una absoluta falta de seriedad al respecto. "El ministro también dijo textualmente que las personas que deberían ocupar esos cargos deberían ser altamente comprometidas con el proceso, con ascendencia política moral en los trabajadores y altamente técnico; nada de eso se está cumpliendo, sino que se escogen mediante una *rebatiña*[339] de aplausos". Finalmente, dijo que tampoco se está cumpliendo con la solicitud de escoger a los gerentes a través de los comités cogestioarios que se formarían en cada una de las áreas de trabajo para darle la participación protagónica a los trabajadores. "Los comités cogestionários sólo se han avanzado en el área de celda y planta de carbón, por ello esta rebatiña de nombres rompe con lo acordado" culminó.[340]

Com a revolta da base e das demais correntes sindicais, a discussão se estendeu por três dias, sempre com assembleias na entrada principal da fábrica. Finalmente, se aprovou a escolha de gerencias ternas mediante eleições diretas, universais e secretas. Para a maior parte dos trabalhadores, esta foi a maneira mais democrática de se resolver as divergências existentes entre as correntes sindicais. *Directoras laborales* como Morela Cordero e Mary Briceño declararam-se favoráveis àquela forma de eleger os gerentes, ressaltando que, durante o período em que se formariam as comissões eleitorais, deveriam ser impulsionados também, em cada área, os comitês

---

[339] O termo "rebatiña" não tem tradução para o português. Significa a ação de disputar algo com outras pessoas, como balas ou moedas jogadas ao ar (em inglês, o termo mais próximo seria *scramble*).

[340] Asembleas del portón I desvirtuaron cogestión laboral IN: NUEVA PRENSA, 3 de março de 2005, p. 2A. Na mesma reportagem, constam também as críticas de Rafael Sucre, membro do comité de Higiene y Siguridad da empresa: *"en la asemblea de ayer sólo se suscitó un circo en el portón porque se están escogiendo unos gerentes a la manera antigua bajo la dedocracia, no estamos de acuerdo con esta situación, ya que deben ser escogidos por la base y los trabajadores de las diferentes gerencias para que elijan a sus gerentes; sin embargo en el porón todos levantaban la mano de acuerdo al amiguismo"*. Já Trino Silva elogiou a assembleia, que a seu ver havia nomeado legitimamente os gerentes de Pessoal, Logística e Operações.

cogestionários.[341] Quando vieram as eleições das gerências ternas, a participação chegou a 95% dos 2.700 trabalhadores ativos da empresa.

O passo seguinte foi o pagamento dos passivos trabalhistas. Tratava-se de uma questão fundamental, não somente por uma questão de justiça, mas fundamentalmente para construir as condições políticas sem as quais nenhuma transformação estrutural nas relações produtivas é possível. Lanz estava bem ciente dessa questão: *"no hay cambios revolucionários con pasivos laborales (...) lo pagamos los viejitos, jubilados y pensionados. Después lo metimos con los própios trabajadores activos (...) al final terminamos con casi zero. Zero deuda, zero pasivo."*[342] Mais do que isso, foram também concedidos aumentos salariais. Em abril de 2005, a direção da Alcasa anunciou um reajuste de 15% para todos os trabalhadores da empresa. Como resultado, o número de horas paradas por motivo de conflitividade laboral despencou (de um total de 266 horas, em 2004, para apenas 4 horas, em 2005) (FERREIRA, 2012: 192).[343]

Com a direção da empresa convocando assembleias cotidianamente nos horários de trabalho, os trabalhadores foram mantidos "em uma espécie de assembleia permanente" (FERREIRA, 2012: 199). Dessa experiência surgiu uma estrutura organizativa formada por coletivos de trabalho (instância molecular de base), conselhos de delegados eleitos por área e comissões de trabalho específicas, também eleitas. Todos esses coletivos se subordinavam à instância máxima das Assembleias, que poderiam ser por área, departamento ou geral. Essa dinâmica resultou em uma reengenharia na empresa, com a fusão de certas gerências e a criação de outras novas, em áreas como Economia Popular, Formação Permanente, Comunicação Estratégica e Cultura e Esportes.

Toda essa estrutura, porém, dependia da manutenção de uma cúpula diretiva que, *desde arriba*, se mantivesse favorável à participação dos trabalhadores. Isso porque

---

[341] Alcasianos decidieron elecciones secretas para escoger gerentes IN: NUEVA PRENSA, 5 de março de 2005, p. 2A

[342] Entrevista ao autor em 14 de janeiro de 2015.

[343] A esse respeito, recuperamos a posição de Mészáros, que ressalta a importância da luta socialista se materializar em conquistas palpáveis para os trabalhadores: "A demonstração teórica do curso racional da ação cooperativa completa (ou seja: socialista/comunitária) (...) deveria ser complementada pela articulação *material* de sua verdade. Por isso, Marx teve de insistir em que 'a arma da crítica não pode substituir a crítica pelas armas, a força material deve ser derrubada pela força material... *não basta o pensamento esforçar-se por sua realização, a própria realidade deve esforçar-se para chegar ao pensamento'*. Ao mesmo tempo, ele também indicava a saída para o dilema implícito dessa visão, ressaltando que 'a teoria também se torna uma força material quando agarra as massas. ... A teoria pode ser realizada num povo *apenas na medida em que seja a realização das necessidades desse povo'*" (MÉSZÁROS, 2011: 218)

os estatutos da empresa continuaram os mesmos; portanto, formalmente os conselhos eram apenas consultivos, com o poder permanecendo na velha estrutura hierárquica.

> Este planteamiento [da *cogestión revolucionária*] nos confrontó y nos sigue confrontando con los estatutos que han regido la vida de la empresa, durante 39 años, donde como Sociedad Anónima (orientada por la lógica mercantil) se asume como misión la producción y venta de aluminio. En tal sentido, todo el proceso cogestionario que hemos adelantado se ha asumido fuera de dicho marco regulatorio, presentándose un conflicto entre legitimidad y legalidad. Se nos ha presentado el dilema de aplicar y desarrollar la CRBV o acatar normas obviamente anacrónicas (estatutos internos, Código de Comercio, Ley de licitaciones, etc.). (LANZ, 2009: 75)

Como, porém, a presidência era favorável à participação dos trabalhadores nas decisões, estabeleceu-se uma dinâmica na qual os níveis gerenciais, seja por convicção ou por pressão *de cima*, eram levados a respeitar as decisões tomadas pelos trabalhadores. O foco da ação de Lanz, na presidência da empresa, não era o estabelecimento de metas e/ou cobrança de resultados financeiros, mas sim a conformação de uma *direção político-pedagógica* que orientasse os gerentes a socializar as decisões técnicas e contábeis, de modo a permitir (e estimular) o surgimento de uma nova forma de gestão orientada pelos trabalhadores. Para tanto, tornaram-se regulares as reuniões entre a presidência e o conjunto dos gerentes eleitos, nas quais os problemas de cada setor eram debatidos de forma integrada e articulados à questões sociais, econômicas e ambientais mais amplas, que ultrapassavam os limites da fábrica e envolviam a preocupação tanto com o *desarrollo endógeno* local quanto com o aprofundamento do processo revolucionário como um todo. Ao mesmo tempo, debatia-se como a cogestão poderia evoluir para o questionamento das formas de alienação e subordinação do trabalho ao capital.

Como parte dessa dinâmica, os livros contábeis da empresa foram abertos e debatidos publicamente. Embora a participação dos trabalhadores não tivesse poder deliberativo, as decisões tornaram-se mais transparentes, e as sugestões vindas das mesas de trabalho e conselhos eram geralmente respeitadas pela junta diretiva. Graças a isso, foi possível não só combater o burocratismo e a corrupção, como também *democratizar o saber*, combatendo a compartimentação das tarefas e responsabilidades através da discussão ampla e aberta de todos os aspectos técnicos e contábeis da empresa.

> En CVG Alcasa desde el comienzo del proceso cogestionario, hemos asumido la práctica de la delegación y descentralización de la capacidad de decisión y de las

> funciones, concretado en un nuevo modelo de gestión. En esa dirección, el cambio gerencial no sólo se ha remitido a la elección directa de los gerentes de las áreas operativas y administrativas, sino que hemos impulsado una especie de profilaxis antiburocrática, la cual está signada por:
> La democratización del saber y el diálogo permanente.
> La transparencia informativa y libre acceso a los documentos restringidos.
> El trabajo en equipo y colegiación de las decisiones.
> La delegación de funciones para aplanar las estructuras gerenciales.
> La simplificación de trámites y el combate a la cultura del papeleo.
> (...)
> El presupuesto participativo permite combatir la parcelación y fragmentación del conocimiento, ya que muchas veces **"vemos los árboles pero sin mirar el bosque"**, es decir, no vemos más allá del estrecho marco de nuestro campo de trabajo sin comprender las múltiples conexiones en el proceso político-social, sin valorar adecuadamente la complementación y reciprocidad que debe existir entre las diversas iniciativas, planes y programas, sin desarrollar la cooperación y la solidaridad entre todos. (LANZ, 2009: 76)

Paralelamente, realizaram-se grandes esforços de formação política, com a criação de grupos de facilitadores e a realização de inúmeros debates e palestras sobre temas caros à experiência em curso (como cooperativismo, autogestão, democracia protagônica, planejamento estratégico, etc). Esses esforços resultaram na inauguração, em julho de 2005, do *Centro de Formación Socio Político Negro Primero*, que funciona até hoje em um espaço dentro da fábrica. Ali foram centralizadas as tarefas de formação política, inovação tecnológica, comunicação, educação ambiental, etc.

A experiência como um todo transbordou para além dos portões da Alcasa. Seguindo a estratégia de envolver toda a comunidade de Guayana, Lanz passou a realizar, a partir de março de 2005, assembleias públicas semanais na *Plaza del Hierro*, na cidade de Puerto Ordaz (onde se localiza a Alcasa). O objetivo, segundo os informativos da empresa, era

> seguir multiplicando el conocimiento y adhesión al proyecto cogestionario, por lo cual están convocados a participar los representantes sindicales y trabajadores de las diversas empresas tuteladas de la CVG, así como miembros de las comunidades organizadas, de las UBES, universidades y todos aquellos grupos o personas interesadas en obtener mayor conocimiento y sumarse a la Cogestión como alternativa de democratización real del capital.[344]

O envolvimento da comunidade não se dava apenas na discussão dos rumos da Alcasa, mas também na promoção de *Empresas de Produción Social* e cooperativas, de modo a promover o *desarrollo endógeno* da região. Assim, a Alcasa passou a fornecer telas cortadas e a adquirir uniformes da *Cooperativa Textil San Buenaventura* e da *Asociacion Textil Pueblo Guri*. Também forneceu matéria-prima para a *Fundación de*

[344] Ver em http://www.aporrea.org/actualidad/n57635.html, acessado em 27 de junho de 2016.

Reservistas Productivos Indígenas, Rurales y Urbanos de la Patria (FUREPIRUPA) – que produzia carrocerias e peças para microônibus para a região de Guayana – e para a *Alumifénix* – que produzia utensílios de alumínio para cozinha e indústrias. Em todos esses casos, o *Centro de Formación Negro Primero* foi acionado para oferecer cursos de formação técnico-política específicos para os trabalhadores dessas EPS's, além de auxiliá-los na elaboração de projetos visando a obtenção de créditos junto ao *Fondo para la Producción Social* (LANZ, 2009: 35-36). Paralelamente, buscou-se também uma melhor integração entre as estatais que compunham a Confederación Venezolana Guayana, com a ampliação das trocas entre elas. Assim, por exemplo, a Alcasa ampliou as compras de parte da produção da *CVG Carbonorca*, adquirindo ânodos anteriormente reservados para a exportação.[345]

É praticamente unânime na comunidade alcasiana o reconhecimento de que a gestão Lanz procurou de fato democratizar as decisões dentro da empresa. Osvaldo León, ainda que não classifique a experiência como revolucionária (na medida em que se tratava de um modelo impulsionado desde o Estado), faz questão de ressaltar que, durante sua vigência,

> se deron hechos bien importantes, porque las mesas eran las que decidían el camino a tomar en la empresa. Quien és que comprava; cuanto comprava. (...) Abriron los libros contábiles, que eran secretos. En las juntas directivas por lo menos se discutía. No se decidia en las juntas directivas de los trabajadores, pero por lo menos se sabia lo que estavan discutiendo. Porque [antes] sempre foran secretos, ¿no? Hubo muchos elementos democráticos en esa gestión de Carlos."[346]

Após um ano de cogestão, era perceptível que o processo de sucateamento da empresa começava lentamente a ser revertido. Mesmo sem maiores investimentos por parte do Estado, a empresa recuperou seus índices de produtividade, graças principalmente ao combate às práticas de corrupção, à nova estratégia de comercialização (baseada em uma cesta de produtos mais flexível, com a exploração de novos mercados internacionais) e à articulação das plantas de carvão, redução, fundição e laminação. A aquisição de novos moldes para a produção de cilindros de chapas permitiu a redução na produção de sucata, levando a linha III de redução a atingir sua máxima capacidade instalada já em outubro de 2005.[347] Entre janeiro e março do ano seguinte, a Alcasa bateu seu recorde histórico de vendas por mês, com um total de 20

---

[345] Ver http://www.aporrea.org/actualidad/n59569.html, acessado em 24 de junho de 2016.
[346] (entrevista em 10 de maio de 2015)
[347] Ver em http://www.aporrea.org/actualidad/n85056.html, acesso em 24 de junho de 2016.

mil toneladas – resultado que, conciliado ao aumento dos preços internacionais do alumínio, apontava para uma possível recuperação econômico-financeira da empresa.

A situação, porém, ainda era crítica, e sem investimentos seria impossível manter os resultados positivos atingidos em princípios de 2006. Uma plena recuperação da empresa só seria possível com a ampliação da linha V, mas o convênio com a Glencore, firmado com este propósito, havia sido interrompido pelo ministro Victor Alvarez e por Carlos Lanz, tão logo foram nomeados. Para além das muitas denúncias de corrupção associadas ao Cartel do Alumínio, havia motivos técnicos que justificavam a suspensão dos acordos: segundo Álvarez Jr, o modelo proposto para o negócio (que previa o pagamento em alumínio através do sistema de *royalties*) comprometeria 70% da produção da empresa por 12 anos (CAMPOS, 2012: 50), inviabilizando a nova política de vendas que, como se comprovou na prática, era necessária para recuperar a empresa;[348] além disso, o acordo resultaria na expansão da produção de artigos primários, com baixo valor agregado, pouca tecnologia de ponta e sem nenhuma resposta para os danos ambientais enormes provocados na região.

A presidência da Alcasa apresentou ao governo um projeto distinto para a Linha V, baseado em um pré-acordo com as transnacionais *C-H Holding Group* (Suiça) e *Mattero Coveri* (Itália), que previa a transferência de tecnologia para a construção de uma planta transformadora de alúmina em peças automotrizes e aeronáuticas; além disso, o convênio previa a adequação da empresa às necessidades ambientais (CAMPOS, 2012: 50), e ampliaria a produção de 240 mil para 450 mil toneladas por ano, cobrindo toda a demanda do mercado interno. Contudo, a viabilização dessa expansão implicava em um investimento total de US$ 710 milhões (sendo 300 milhões só para o laminador da empresa).[349] Segundo Campos (2012: 52), Chávez concordou com a proposta de Lanz, anunciando que aprovaria um aporte inicial de US$ 104 milhões para a compra de equipamentos e as obras necessárias. Além disso, a direção da empresa conseguiu aprovar, junto ao *Fonden*, projetos que somavam um crédito total de US$ 680 milhões para investimentos na Linha V e no laminador.

No entanto, o tempo passava e os investimentos não eram realizados de fato, agravando a situação da empresa e, na prática, comprometendo o sucesso da cogestão.

---

[348] À época, Lanz chegou a propor uma iniciativa ousada de questionamento do papel da *London Metal Exchange* na definição dos preços do alumínio, através da formação de um "preço país" baseado na fundação de uma espécie de "OPEP do alumínio". Sem apoio governamental, porém, a proposta não avançou.

[349] Ver em http://www.aporrea.org/actualidad/n85056.html, acessado em 24 de junho de 2016.

Sem recursos, a Alcasa fechou o ano de 2006 com prejuízos da ordem de Bs. 240 milhões, apesar da alta dos preços do alumínio. Entre dívidas e investimentos que deveriam ser feitos, a empresa apresentava um déficit total de mais de 1 bilhão de dólares (CAMPOS, 2012: 53).

Mas, se as linhas de crédito já haviam sido aprovadas, porque o dinheiro não era liberado? A quem interessava, dentro e fora da empresa, o fracasso da experiência da *cogestión*? Na análise de Teodoro Campos, além dos dois *atores* fundamentais do processo – o Estado e os trabalhadores (em tese, representados pelo sindicato) – haveria também outros atores *não visíveis*, denominados por ele como *"actores emergentes"*, os quais agiam conforme "*su influencia política, o a sus responsabilidades institucionales o a sus intereses económicos*" (CAMPOS, 2012: 56-57). Tais atores viam a reestruturação da Alcasa como uma oportunidade para ocupar, legitimamente ou não, posições de poder na empresa, e tendiam a agir segundo essa perspectiva.

> Estos actores emergentes en algunas oportunidades se aglutinaban alrededor de personas adscritas a la gerencia de la empresa, en otras, alrededor de determinados representantes del movimiento sindical y, en algunas otras ocasiones, alrededor de factores políticos y económicos externos a la empresa por cuanto, eventualmente, algunos representantes de SINTRALCASA llegaron a plantearse que el problema de la cogestión en ALCASA se encontraba, paradójicamente, fuera de ALCASA. Esta configuración de intereses expresados en grupos formales o informales, con agendas explicitas o no, así como los intereses económicos que se verían afectados por una gestión compartida entre el Estado y los trabajadores, fueron definiendo el contenido de los debates, la dinámica de las acciones de la junta directiva y la necesidad de buscar apoyo político en instancias del alto gobierno (CAMPOS, 2012: 57).

Entre os trabalhadores, havia um conflito muito visível, que colocava em lados opostos a FBT e as correntes favoráveis ao *control obrero*.

> La dirigencia sindical en aquel momento dentro de Alcasa era el Movimiento 21, que pertenecia a la Fuerza Bolivariana de los Trabajadores, que és afecta al gobierno, que és del proceso [bolivariano]. 2005, 2006, 2007... a todos esos años estaban ellos en la dirigencia sindical. Fue esa burocracia que se opuso al control obrero, que no creen en el control obrero. No creen en la participación de los trabajadores, y lo decian abiertamente: "los trabajadores tienen que tener a un jefe, que asigno *yo*, que responda a *mis intereses*." Ellos querían poner gerentes que responderían a los intereses de esta dirigencia sindical, siquiera a los intereses da la empresa. (...) Por eso el enfrentamiento. (...) És bien complejo. A veces no és facil entenderlo como dos corientes que están dentro del mismo proceso revolucionário apuntan a intereses totalmente distinctos. Un a los intereses de la burocracia, y incluso intereses económicos. Y la otra coriente que apuntava, pues, a lo control de los trabajadores sobre la producción, a la democrácia participativa y protagónica de los trabajadores. Son dos corientes con dos posiciones totalmente distinctas: una burocrática, otra democrática. (Nieves Tamarone)

Independentemente da influência de interesses particularistas nas ações da FBT, havia também um problema de fundo, relacionado à *cultura do trabalho* existente na empresa. Os sindicalistas da FBT, sempre se apresentando como os mais leais defensores do presidente Chávez, tinham o apoio dos setores da gerência para os quais as formas de gestão verticais deveriam ser reimplantadas imediatamente, assim como o contrato de expansão da produção de alumínio primário da *Líniea V*, nos moldes do acordo com a Glencore, sob pena da empresa ir à falência. Mesmo gerentes eleitos pela base compartilhavam dessa visão – o que pode parecer contraditório à primeira vista, mas faz sentido se levarmos em conta que a ideia do *control obrero*, de fato, estava sendo introduzida na Alcasa relativamente *de fora para dentro*, isto é, do Estado para o interior da empresa. Em que se pese a presença de uma vanguarda sindical bem ativa, que defendia o controle operário, a verdade é que a *cogestión* não nasceu de um processo orgânico de *tomada das fábricas pelos trabalhadores*, mas de uma diretriz que partiu do Ministério das Indústrias Básicas. Além disso, o principal órgão de representação coletiva dos operários – o sindicato – estava sob o controle da FBT, que era contrária a transformação das formas verticais de gestão.

Recordemos que a renovação gerencial da empresa não havia ocorrido conforme o planejado. A opção pelo voto direto e secreto dos trabalhadores foi feita de forma relativamente apressada, para dirimir os problemas causados pelas disputas entre as correntes sindicais. Com isso, as eleições se deram em um momento em que ainda era muito incipiente o avanço *subjetivo* dos trabalhadores, em termos de consciência de classe, questionamento da alienação, crítica às formas tradicionais de gestão do trabalho, etc. É claro que a instituição de eleições internas constitui uma prática democratizante que, por si mesma, estimula a emancipação da consciência dos trabalhadores; mas há uma *temporalidade própria* entre uma coisa e outra. Na Alcasa, o ambiente fabril no qual se deram as eleições gerenciais era ainda permeado por um *senso-comum* capitalista, que continha em si mesmo os germes para a manutenção de uma gestão de cunho tradicional, verticalizada e tecnocrática. Analisando a questão retrospectivamente, Osvaldo León considerou que a abertura irrestrita para candidaturas, naquele momento inicial, acabou por gerar resultados contraditórios.

> Uno de los grandes errores que cometimos fue haver democratizado completamente las elecciones de los gerentes. Un primer proceso, y allí lo ganó mucha gente de la derecha – que tenian liderasgo, havian sido jefes por toda la vida, etc. Influió mucho en los trabajadores la concepción técnica o tecnocrática de trabajo, todavia. De sentir que havia persona com mayor saber que ellos. (Osvaldo León)

Essa concepção acabou se refletindo em conflitos entre a presidência da empresa e os setores intermediários da administração, para os quais a saída para a crise só poderia se dar pela maximização da extração de sobretrabalho. Questões como a produtividade, jornada de trabalho, desenvolvimento econômico, etc, eram sempre vistas pelos setores intermediários a partir de uma ótica produtivista e não-emancipatória.

> Lo que estavamos planteando [desde a presidência da empresa] era la superación del capitalismo. Eso és un dilema que no esta resolto. En aquele tiempo era una pugna, que por cierto no se dió como un debate (...) lo que hicieron fue utilizar la descualificación. Por ejemplo, el concepto de productividad, desde lo punto de vista técnico, és el incremento de la explotación. És una racionalización para efectivamente eliminar o reduzir los tiempos muertos (...) los tiempos en los cuales hay cierta descontinuidad, o movimientos que no son necesarios. Se asocia la productividad a un concepto de eficiencia técnica, y no se valoriza toda la complejidad que tiene el concepto de productividad. Yo puso en discusión ese concepto de productividad, y allí entramos en un choque con la própia dirección técnica, con los tecnócratas, que son productivistas, economicistas, que creen que el socialismo se construye con ese concepto de produtividad que és de la lógica capitalista. Entonces me acusaron de tener una "vocación de quiebra".
> (...)
> Havia un debate sobre crescimiento, desarrollo. Pero un crescimiento por si mismo. Para humanizar el trabajo, yo plantei al início la reducción de la jornada. Incorporé un nuevo turno en el sentido de incorporar los desempleados (...). Un proceso productivo haciendo más flexibles las normas de rendimiento. Alguien puede pensar que eso no és productivo, pero se vamos a los valores hay un incremento de masas de plusvalia. No la tasa de plusvalia, sino la masa de plusvalia. Eso se explica en la ley del valor. La reducción de la jornada de trabajo era una respuesta que dei a la reducción de los trabajadores. Me acusaron que tres mil trabajadores son mucho para una fábrica que funciona con mil y ducientos en Noruega. Y yo decía que eso era incorrecto, en términos del própio capitalismo. En el capitalismo, tanto la tasa cuanto la masa de plusvalia lo que define és la ganancia. (...) Si la fuerza de trabajadores que si incorpora es de trabajadores organizados, producem una mayor ganáncias. Incluso en el capitalismo. (Carlos Lanz)[350]

Paralelamente, a paralisação dos projetos de ampliação da Linha V – causada, sobreturo, pela não liberação dos recursos formalmente aprovados pelo governo – foi aproveitada politicamente pela FBT e pelo governador Rangel Gomez, que acusavam Lanz de haver impedido a recuperação da empresa ao cancelar o convênio com a

[350] Sempre buscando legitimidade nas bases bolivarianas do governo Chávez, Lanz embasou sua proposta de redução da jornada no artigo 90 da Constituição Bolivariana, que definia que *"se propenderá a la progresiva disminución de la jornada de trabajo dentro del interés social y del ámbito que se determine y se dispondrá lo conveniente para la mejor utilización del tiempo libre en beneficio del desarrollo físico, espiritual y cultural de los trabajadores y trabajadoras."* Partindo desse artigo constitucional, foi elaborado um documento chamado *"Lecturas sobre la reducción de la Jornada de Trabajo"*, o qual foi debatido em um seminário realizado com comissões da empresa e do Sindicato.
(ver em http://www.aporrea.org/actualidad/n79287.html, acessado em 25 de junho de 2016)

Glencore (o qual, segundo as promessas feitas à comunidade de Puerto Ordaz, geraria muitos empregos).

> Yo planteava que no era producir más, sino transformar lo que producíamos. Havia un proyecto de V Línea que planteava producir una cantidad de toneladas adicional a la que producíamos nosotros. Yo me opuso a eso y fue una batalla fuerte. Porque ahí havia un interese comprometido entre la gente de la Glencore, que queria que producíamos más alumínio primário. Y arrastaron sectores de los trabajadores y de la comunidad, pensando que ia ser una oferta de empleo, una nueva línea para los trabajadores desempleados – y mucha gente iba hacer negócios. (Carlos Lanz)

Lanz certamente contava com o apoio majoritário dos operários da Alcasa. No entanto, a FBT e o grupo político de Rangel Gomez (ao qual se articulava o Cartel do Alumínio) se valiam da proximidade com Chávez e a burocracia de Estado para articular uma campanha sistemática, junto aos veículos de imprensa locais, visando desqualificar a experiência da cogestão e apresentá-la como "contra-revolucionária".

> Habia un grupo que comenzó a cuestionar lo que yo estaba haciendo (...) con apoyo de grupos sindicales que estaban enfrentandose allí historicamente. (...) Mucha gente empezaron a decir que yo estaba haciendo eso porque tenía aspiración a ser gobernador, que estaba usando como plataforma política distincta. Eso fue un conflitcto especificamente con el gobernador del estado Rangel Gomes, que forma parte de este entramado de intereses en esas empresas. Y eso fue un factor de contradicción, porque empezaron a hacer una campaña de descrédito. No hubo un único debate, nunca se discutiron con nadie. No discutian commigo el enfoque. Eran "el time del presidente Chávez", y descualificavan el proceso. E eso, en fin de cuenta, era como un conflicto permanente, porque se mobilizaron a un grupo de trabajadores desempleados por un sindicato que se llama chavista, y que terminaron a manipular por eso. En vez de defender los intereses históricos de los trabajadores, una posición de clase, presionaron por sus intereses burocráticos. (Carlos Lanz)

Visando neutralizar essas pressões, Lanz propôs, em julho de 2006, que seu cargo fosse legitimado em um referendo consultivo, aberto à participação de todos os trabalhadores. O resultado foi incontestável: dos 1963 votantes, 1800 ratificaram a presidência, enquanto os contrários somaram apenas 144 votos.[351] Com esse respaldo quase unânime, buscou-se uma forma de contornar o problema dos estatutos da empresa e consolidar os avanços realizados até aquele momento. A saída encontrada foi semelhante à realizada na CADAFE: inserir, no contrato coletivo de fevereiro de 2007, uma clásula especial que garantia *"en términos contractuales, los saldos del ejercicio de la democracia de los trabajadores"* (LANZ, 2009: 57).

[351] O resultado final contou também 19 votos nulos.
Ver em http://www.aporrea.org/actualidad/n81453.html, acessado em 25 de junho de 2016.

> Hay una cláusula que se denomina "cláusula 145". Que és una cláusula que se consigue lo que estoy planteando por la primera vez en la legislación. Porque la "constitución" para Alcasa era lo contrato colectivo, la convención colectiva. (...) En el sindicato, para la gente nuestra que estaba en la discusión no estaba claro lo que era que se estaba buscando, y lo que estaban concentrados era lo problema salarial. Tuvimos nosotros que intervenir en eso. Era una comisión que se incorporaba, y yo personalmente me incorporé en la discusión del contracto colectivo, para quedar registrado que nosostros estavamos elaborando un contracto colectivo distincto. (...) Y ahí lo metimos exactamente todo los elementos de la democracia de los trabajadores, la reducción de la jornada, presupuesto participativo, los elementos de la humanización del trabajo como filosofia. (Carlos Lanz)[352]

Ficava claro para os adversários de Lanz que sua gestão não poderia ser derrotada internamente, e a única forma de liquidá-la seria sufocando a empresa em termos financeiros, negando-lhe qualquer financiamento até que, por fim, Victor Álvarez e Carlos Lanz renunciassem a seus cargos. A pressão surtiu efeito: em setembro de 2006, Álvarez renunciou ao posto de Ministro, sendo substituído pelo economista e ex-sindicalista José "El Chino" Khan (uma das lideranças da FBT).[353] Com isso, a situação de Lanz ficou insustentável, e ele apresentou sua renúncia ao final de 2007 – justamente o ano em que o governo iniciou a inflexão centralizadora que comentamos no capítulo anterior.[354]

Para Nieves Tamarone, a postura do governo demonstrou que não havia apoio interno para a proposta do controle operário.

> Todavia en el gobierno, en aquel momento, aunque Chávez tuvo su momento de lucidez, no creen que los trabajadores estean preparados para asumir el poder y el control de las empresas. (...) [A cogestão] fue saboteado desde adentro. Y [fue] una de las razones por la que el profesor Carlos Lanz se vay. No lo destituen, ello decide irse porque no ve apoyo de gobierno a su gestión. (...) Cuando se presentó los proyectos de adecuación tecnológica para la planta, Chávez aprueba esos proyectos. (...) [Pero] esos

---

[352] Segundo o dossier elaborado por Lanz ao final de sua gestão, o contrato coletivo de fevereiro de 2007 superava *"el estrecho marco economicista y lochero"*, propondo uma série de pontos *"donde se concretan las nuevas conquistas socio-históricas (...) de democracia obrera y Consejo de Fábrica. En este instrumento (que es la pequeña constitución de la empresa) se recogen en términos contractuales, los saldos del ejercicio de la democracia de los trabajadores (elección directa, rendición de cuenta, revocatoria del mandato) que hemos venido desarrollando en el proceso cogestionario"* (LANZ, 2009: 57)

[353] José Khan já era deputado quando foi nomeado para o lugar de Álvarez, onde permaneceu até o final de 2007 (quando então deu lugar a Rodolfo Sanz); voltaria ao Minbam no período 2010-2011, sendo depois nomeado para a junta diretiva do Banco Central da Venezuela e, mais recentemente, para a presidência da *Comisión de Administración de Divisas* (CADIVI) – órgão importantíssimo da economia venezuelana, encarregado de vender divisas aos venezuelanos. Desde essa posição, José Khan teve grande responsabilidade na crise econômica que se gestou na Venezuela em 2012 (ano em que, como vimos, Chávez já estava em tratamento do câncer, não podendo governar *efetivamente* o país), e que *explodiu* no governo Maduro, em 2013 (quando o CADIVI foi renomeado para *Centro Nacional de Comercio Exterior* (CENCOEX)). Já Victor Álvarez, ao abandonar a pasta do Minbam, nunca mais aceitou nenhum cargo público.

[354] Ao contrário de Victor Álvarez, Lanz continuou fazendo parte do governo Chávez, retornando ao Ministério da Educação, onde coordenou programas de formação marxista do PSUV.

> 104 millones jamás llegaron a la planta, nunca llegaron a Alcasa. (...) Eso és una forma de frenar el avance de la producción de la empresa. En cuanto a la dirigencia sindical (...) con la misma actitud anti-democrática, saboteadora – porque no creía en la participación de los trabajadores – tampoco se le puso un freno. Más bien, desde el gobierno, se les permitió, fue muy permisiva con esa dirigéncia sindical. Y eso por supuesto evidenciaba que no havia apoyo a la gestión de Carlos Lanz, desde el gobierno. (Nieves Tamarone)

A pressão pela renúncia de Lanz se explica pelo fato de que quem dirigisse a *implantação* da cogestão definiria também *que modelo* seria implantado e, consequentemente, *quem controlaria a empresa*. O modelo defendido por Lanz e pelas correntes sindicais *autonomistas* e *conselhistas* buscava a gradual passagem da administração da empresa para conselhos de trabalhadores, esvaziando o poder dos cargos de gerência – os quais eram pretendidos pelas lideranças da FBT, que certamente seriam nomeadas caso Lanz e Victor Álvarez saíssem do caminho (como de fato ocorreu). Além disso, o modelo de cogestão que vinha sendo implantado na gestão Lanz buscava conciliar as transformações nas relações produtivas com a política mais geral do *desarrollo endógeno,* defendida por Chávez; neste sentido, propunha incorporar tecnologias de beneficiamento e modificar a política de comercialização, dando preferência ao comércio com empresas nacionais, visando integrar o setor a uma política industrial mais diversificada. Tal proposta inevitavelmente entrou em choque com os interesses do "Cartel do Alumínio" e seus representantes locais no âmbito político-sindical, os quais pretendiam manter a estrutura vertical de administração e expandir a produção de alumínio primário para a exportação, através da manutenção dos convênios com as empresas monopolistas extrangeiras.

Deve-se ressaltar que nem todos os integrantes do *Movimiento 21* eram favoráveis à manutenção da Alcasa como uma empresa subordinada a interesses internacionais, focada na produção de alumínio primário. Certamente que havia, entre eles, elementos que representassem esses interesses; mas algumas de suas lideranças eram sinceras defensoras da modernização e diversificação produtiva da Alcasa, *desde que* isso não implicasse em transformações no controle centralizado da empresa por parte do Estado, através de seus prepostos locais no âmbito sindical. Para muitos sindicalistas da FBT, os conselhos eram perigosos porque abririam espaço para a participação, na gestão da empresa, de trabalhadores vinculados às forças da oposição (ideia que, como vimos, tinha respaldo entre os consultores cubanos que assessoravam o

presidente Chávez, como Orlando Borrego).[355] Além disso, a FBT criticava os conselhos por desviarem os trabalhadores para a administração da empresa, abandonando a luta sindical por ganhos econômicos.[356]

Mas a razão de fundo, no entender do próprio Carlos Lanz, residia nas divergências internas a respeito de qual deveria ser o modelo de transição socialista defendido pelo chavismo.

> Ahí se alinean intereses, puntos de vista y contradiciones que el própio gobierno nacional no ha logrado superar. Eso está pendiente. Lo que estoy planteando és una radiografia donde se han encontrado diferencias muy marcadas. (...) No se plantea "cual revolución" o "cual socialismo". Puede ser un capitalismo de Estado, con un nivel de explotación, que reparte los dividendos... Pero al final de cuentas eso no és revolución. ¿De que revolución estamos hablando? Hay de discutir el modelo de desarrollo, el enfoque más de fondo, de cual socialismo estamos hablando, que experiencia socialista estamos reivindicando. Lo han reivindicando a los chinos, la cosa más salvage que yo veo! (...) Eso és una estafa intelectual, un embuste. Igual que no fue socialista en Unión Soviética, porque eso és otro problema: ese és un socialismo fracasado. Esa experiencia socialista no queremos repetir. (...) Hay una ausencia terrible de conocimiento de la teoria revolucionária. Una gente empírica, pragmática, que está haciendo política en nombre de la isquierda. O dogmáticos de estilo soviético, de los manuales de la URSS. Yo soy parte de una coriente marxista crítica que está haciendo lecturas de las obras clasicas, y lo está haciendo en términos de la adecuación a lo momento histórico. ¿Y eso cruzava con la experiencia en Alcasa? Claro que le cruza. Cuando hablo de reducir la jornada de trabajo, buscando el tiempo libre, ¿que és lo que interesa a nosotros? No és producir más por producir más, sino producir racionalmente. Y que los dirigentes que estean al frente tengan en cuenta la liberación, la emancipación del trabajo. ¿Que és la emancipación del trabajo? El tiempo libre. Buscar una manera de desarrollar el concepto de tiempo libre. Eso lleva al desarrollo cultural (...) que la gente pueda desfrutar de otra manera la recreación, el desporte, la cultura... Tiempo libre cualificado. Eso és planteamiento de la revolución. Trabajar por trabajar nos hace esclavos, ser enajenado. (Carlos Lanz)[357]

---

[355] Em entrevista ao autor, Lanz recordou que algumas lideranças sindicais ligadas a Causa R apoiaram (ao menos em parte) a experiência da cogestão na Alcasa: *"yo tenía apoyo, contraditoriamente – y hay gente que dice que esto seria una crítica – de gente que venía de Causa R. (...). Apoiaron una parte del proceso. Alguna gente me acusa de que nosotros fortalecimos a los sectores opuestos a lo proceso [bolivariano]"*.

[356] Neste sentido, verifica-se que não é verdadeira a acusação, tantas vezes feita pela FBT, de que as correntes *autonomistas* eram excessivamente "economicistas". Ao contrário: quando realmente esteve em jogo o controle da produção pelos trabalhadores, quem se pautou pelo "economicismo" foram justamente os sindicalistas mais *burocratizados*, ligados ao grupo de Maduro e José Khan.

[357] É claro que Lanz estava ciente dos limites da emancipação do trabalho no âmbito de uma única empresa: *"Unos de los elementos de enseñansa de Alcasa és que la revolución és global. La revolución en un solo país, yo estoy convencido que no és posible, y menos en una sola fábrica. Yo nunca pensé que iriamos hacer una revolución aislados. Por eso planteamos un cambio en la región, en conjunto. Por eso propusimos un plan estratégico para la CVG, y para la población de Guayana un plan de desarrollo. Nos atrevimos a plantear eso porque planteamos la criación de una corporación de alumínio, para que sea un sector que hiciera compras (...) con interdependencia, reciprocidad, sinergia entre una y otra empresa, al igual que los sectores, digamos, lejanos del proceso. Con integración vertical y horizontal"*. Pode-se dizer que o modelo imaginado por Lanz para a CVG guardava semelhanças com o das *Empresas Consolidadas* propostas por Che em Cuba, através do Sistema Orçamentário de Financiamento (PERICÁS, 2004). No entanto, em ambos os casos a ideia não foi adiante, sucumbindo ante um modelo de capitalismo de Estado baseado na estatização das fábricas e na manutenção das relações de troca regidas pela Lei do Valor (sendo o caso venezuelano muito mais tímido em suas transformações, se comparado ao exemplo cubano).

A partir de 2008, com a saída de Álvarez e Lanz, Chávez promove uma renovação no setor. Como novo Ministro das Indústrias Básicas, é nomeado Rodolfo Sanz, que era próximo a sindicalistas da FBT de Guayana, como José Gil e Angel Marcano (que, à época, eram deputados).[358] A presidência da Alcasa, por sua vez, foi entregue a Ramón Betancourt (ex-presidente da Venalum), que se cercou de um grupo bem heterogêneo de sindicalistas – incluindo Roger Parra, que era ligado à Trino Silva (FBT), e Henry Arias, que era próximo à Causa R – os quais selaram um pacto de não-agressão com o grupo de Rodolfo Sans (mais homogeneamente ligado à FBT).[359] No entanto, as diferenças entre eles apareceriam nas eleições departamentais (isto é, estaduais) de 2008, quando Arias e Betancourt acabaram apoiando António Rojas Suárez – que já havia governado o estado Bolívar pelo MVR no período 2000-2004, mas àquela altura passara à oposição – enquanto a FBT alinhou-se ao lado de Rangel Gomez.[360]

Para a *Frente Socialista de Trabajadores de Alcasa* – grupo formado por trabalhadores defensores do *control obrero*, liderados por Belinda Ortíz – o novo presidente da Alcasa era simpatizante da AD, e durante sua gestão na Venalum havia estabelecido relações com representantes de empresas ligadas ao Cartel do Alumínio:

---

[358] Rodolfo Sanz se elegeu deputado no início do mandato de Chávez, tendo participado da Assembleia Constituinte. Nomeado ministo, permaneceu no cargo até princípios de 2010, quando então foi nomeado presidente da Sidor. De lá, deslocou-se para a política externa, ocupando os cargos de *vicecanciller* para América Latina e Caribe e, finalmente, embaixador no Equador. Em 2012, assumiu a secretaria executiva da Aliança Bolivariana das Américas (ALBA)

[359] Novamente, percebe-se aqui o oportunismo da FBT em suas críticas contra a experiência da *cogestión* na Alcasa. Enquanto Lanz esteve na presidência da empresa, foi acusado de "abrir brechas" para o fortalecimento da oposição nos conselhos que se formaram no interior da fábrica; entretanto, após sua saída, os mesmos que antes o criticaram convocaram militantes da Causa R para participar da gestão da empresa. O problema, portanto, relacionava-se ao tipo de gestão que se procurava implantar, não importando quem o fizesse.

[360] António Rojas Suárez era um militar ex-integrante do MBR-200, e havia participado do *4 de Febrero*; porém, sobre ele pairavam suspeitas de que, às vésperas do levante, teria participado (juntamente com soldados de baixa patente, ligados ao Bandera Roja) de um plano para assassinar Chávez. Sobre o ocorrido, Chávez declarou em 2004:*"El actual gobernador del estado Bolívar fue captado por Bandera Roja, cuando me di cuenta detuve la rebelión militar. Desde las filas de Bandera Roja, decidieron que había que matarme, una noche casi lo logran. En San Joaquín fueron a buscarme, eso fue en diciembre del 91, me fui a un sitio donde estaban esperando para matarme, me bajé del carro, hubo una discusión acalorada, les dije: si quieren mátenme, pero esa rebelión no va hasta que no lo decidamos en directorio, no voy a actuar bajo presión de nadie"*. O episódio não impediu que, em 2000, Suárez recebesse o apoio de Chávez para ser eleito, pelo MVR, governador do estado Bolívar (exercendo o mandato imediatamente anterior ao de Rangel Gomes). Sobre o apoio à candidatura de Suárez, Chávez declarou que: *"lo perdoné y acepté que fuera candidato a la gobernación de Bolívar propuesto por una gente, fui a levantarle el brazo y ahí está otra vez. Pido perdón porque mi corazón a veces se excede de indulgencia"*. O resultado do pleito de 2008, no entanto, selou a reeleição de Rangel Gomes, com apoio de Chávez e da FBT.
(ver http://www.poderopedia.org/ve/personas/Antonio_Rojas_Suarez, acessado em 04 de julho de 2016).

> En Venalum estaba estrechamente relacionado a Tyrone Serrao Baptista, presidente de HTR Representaciones (que representó a ABB Trading, empresa suplidora de químicos para la industria del aluminio), Rafael Sánchez Márquez, Gerardo Serrao (hoy presidente de la AIMM), socio de César Romero y Roberto Wellisch [representante da Glencore]".[361]

Mas, se é assim, como se explica a nomeação de Betancourt para a presidência da Alcasa, se ele era aliado de sindicalistas da oposição (Henry Arias, por exemplo, havia apoiado o golpe do 11 de Abril de 2002, tentou paralisar a Alcasa durante o Paro Petrolero, esteve na marcha de 1°. de maio em defesa de RCTV e apoiou as *guarimbas* dos estudantes da UCAB e outras universidades privadas, em 2004)? Para a *Frente Socialista de Trabajadores de Alcasa*, a questão é que os setores sindicais ligados a Rodolfo Sanz e Ramón Betancourt tinham *"enfoques políticos coincidentes"*, ainda que entre eles existissem *"diferencias en los intereses económicos, ya que cada uno tiene sus propias aspiraciones y se vinculan a grupos económicos diferentes"*.[362] Neste sentido, "lotearam" a empresa e o Ministério para atender a todos os interesses econômicos em disputa.[363]

A gestão Betancourt foi marcada por uma série de negócios escusos e sabotagens, denunciados publicamente pela *Frente Socialista de Trabajadores de Alcasa*.

> Con el argumento de la adecuación tecnológica y el aumento de la producción, hacen una solicitud de préstamo a un consorcio privado por un monto de 1.700 millones de dólares, que termina en Bancoex; solicitud que es recibida por el hoy ministro de Industrias Básicas y Minería Rodolfo Sanz, quien la rebota solicitando información al Vice Ministro Jesús Paredes. Esta solicitud no contó con el visto bueno del Ministerio de Planificación, ni de ninguna instancia del estado. Resulta particularmente curioso que el monto necesario para la construcción de la V Línea y las adecuaciones tecnológicas asciende a 1.080 millones según las evaluaciones técnicas actuales, no ha habido explicación alguna sobre la diferencia entre dicho monto y los 1.700 solicitados por la presidencia y parte de la Junta Directiva. Cabe acotar que esta fue una Junta Directiva "de pasillo", y recogieron las firmas de los suplentes y algún principal echándoles vaya a saber qué cuentos.
> Otro de los negocios de este grupo se realiza con el plan "hallaquero". Valiéndose de la necesidad de los desempleados, implementan un plan de empleo rápido para la época

[361] Ver em http://www.aporrea.org/contraloria/a49705.html (acesso em 12 de julho de 2016)

[362] Além dessas questões, Campos (2012:53) afirma que Betancourt era *"amigo de la infancia"* do novo Ministro Rodolfo Sanz, o que explica sua nomeação para a presidência da Alcasa.

[363] Mesmo no interior do grupo sindical de Betancourt também se verificavam esse tipo de divisões: Henry Arias se articulava com Humberto Parado (profesor de metalurgia de la Unexpo, assessor de empresas do Cartel) e com o deputado Alexis Romero (que havia sido demitido por Carlos Lanz, sob a acusação de participar de negócios ilícitos); já Betancourt se relacionava com os Serrao e, através deles, com César Romero e Roberto Wellisch (Glencore).
Ver em http://www.aporrea.org/contraloria/a49705.html (acesso em 12 de julho de 2016)

> decembrina, y para financiarlo recurren a la venta de chatarra de aluminio, uno de los lomitos de los negocios oscuros en Alcasa. La empresa intermediaria es "Odrhiven", que viene de Valencia disfrazada de cooperativa con el nombre de "Coseman 2005", que también va a administrar el plan hallaquero, con lo cual el plan mata dos pájaros de un solo tiro. Por si esto fuera poco, los pagos a los desempleados los hacen con xeques provenientes de la Alcaldía de San Diego, Estado Carabobo, alineada políticamente con la oposición, y como somos mal pensados, parece que hay un tercer negocio involucrado.
> Están comprometiéndose a efectuar la reparación de las grúas con la Global Resources Co. pagando con suministro de aluminio, en condiciones desfavorables para la empresa.[364]

Visando ganhar algum apoio na base dos trabalhadores, Henry Arias promoveu um velho expediente, típico das disputas sindicais venezulenas: a contratação descontrolada de pessoal. Com isso, Betancourt ganhava o apoio de uma parte da base – o total de empregados subiu de 2800 para 3217, desviando recursos da produção para para dar conta deste aumento de pessoal, que não era justificado por necessidades reais da empresa. Paralelamente, teria ocorrido também uma série de sabotagens internas, incluindo roubo de equipamentos.[365] Para a *Frente Socialista de Trabajadores de Alcasa*, o objetivo final desses grupos era *"que la situación de Alcasa se complique lo máximo posible, llevarla a una crisis que le sirva de plataforma política para enfrentar al gobierno"*. [366]

Betancourt não durou muito na presidência da empresa, sendo substituído por César Aguilar em meados de 2008. Contudo, o novo presidente manteve o mesmo padrão de administração, até que se iniciou um novo ciclo de lutas que marcaria toda a região de Guayana, gerando novas reviravoltas.

5.3 - A nacionalização da Sidor e o *Plan Guayana Socialista*

Inaugurada em 1964, a Siderúrgica del Orinoco (SIDOR) é a maior indústria da região de Guayana, e uma das maiores siderúrgicas da América Latina. Outrora um símbolo da *"Gran Venezuela"*, a empresa seguiu, a partir dos anos 1990, o conhecido roteiro do neoliberalismo latino-americano, sendo deliberadamente sucateada ao mesmo tempo em que se desenvolveu uma intensa propaganda em prol de sua privatização, finalmente realizada em 1997. A privatização da Sidor recebeu o apoio de grande parte

---

[364] Ver em http://www.aporrea.org/contraloria/a49705.html (acesso em 12 de julho de 2016)

[365] Dentre as sabotagens denunciadas pela Frente Socialista de Trabajadores de Alcasa, estavam o roubo de motores elétricos da planta de carvão, cabos de fibra ótica e materiais nos armazéns da fábrica. Além disso, a direção da empresa não apresentou um plano de vendas no tempo previsto, prejudicando a operação da empresa. (ver em http://www.aporrea.org/contraloria/a49705.html, acessado em 05 de julho de 2016).

[366] Ver em http://www.aporrea.org/contraloria/a49705.html, acessado em 05 de julho de 2016.

dos dirigentes sindicais regionais da época (à exceção de alguns membros mais combativos[367]). Sessenta por cento das ações da empresa foram adquiridas pelo *Amazonia Consortium*, controlado pelo grupo ítalo-argentino Techint, com participação da mexicana Hylsamex e da brasileira Usiminas; 20% das ações permaneceram com a *Corporación Venezolanana Guayana* (CVG); e o restante foi repartido entre os trabalhadores da empresa. A partir de 2004, o grupo Techint inicia uma rápida expansão: adquire a *Matesi* – uma das *briqueteras* locais, fornecedoras da Sidor[368] – e, no ano seguinte, a totalidade das ações da Sidor, da Hylsamex e outras empresas na Argentina e na Itália. Desde então, o conglomerado passa a negociar suas ações na Bolsa de Valores de Nova York, passando a se chamar *Ternium*.[369]

Quando Chávez ganhou as eleições presidenciais de 1998, os mais combativos dentre os *sidoristas* (como são conhecidos os trabalhadores da empresa) alimentaram a esperança de que a privatização fosse revista, já que o então candidato se comprometia a reverter as privatizações nos setores estratégicos. Porém, ao contrário, o Estado venezuelano passou a fornecer uma série de incentivos fiscais e empréstimos à empresa, sob o pretexto de superar o sucateamento, mantendo-a funcionando e pagando os salários dos trabalhadores. Essa política foi confirmada pelo próprio governo, em um documento do *Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual* (órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores da Venezuela), publicado em abril de 2008.

> Para el año 2003 la empresa estaba considerablemente endeudada con el Estado venezolano, como lo confirma actualmente el ministro de Industrias Básicas y Minería (MIBAM), Rodolfo Sanz. El análisis de los documentos de Ternium Sidor muestran registros de pasivos ambientales y laborales, deudas financieras, una demanda de Petróleos de Venezuela (PDVSA) por 200 millones de dólares vinculada al suministro de gas, además de la deuda con los trabajadores por los retrasos en la conformación del contrato colectivo y la situación de los subcontratos (figura que está prohibida en la legislación laboral venezolana); sin tomar en cuenta la cantidad de demandas que enfrenta Ternium Sidor por accidentes laborales de los empleados en sus puestos de trabajo.[370]

---

[367] Dentre esses, destaca-se Elio Sayago, que acabou sendo demitido da empresa. Tempos depois, Sayago conseguiu empregar-se na Alcasa, onde rapidamente se destacou como importante liderança do movimento operário, sendo eleito *director laboral* da empresa. Logo depois, participou ativamente da experiência da *cogestión* durante a gestão Carlos Lanz.

[368] O processo siderúrgico da Sidor utiliza as *briquetas* – pequenas esferas formadas pela mescla de diferentes minérios – como matéria-prima para a fabricação do aço. Em Guayana, havia um setor briquetero formado por empresas privadas no entorno da siderúrgica.

[369] Ver http://www.techint.com/pt-BR/ternium.aspx - acessado em 03 de novembro de 2016.

[370] Ver em *Sidor en tres tiempos:Del neoliberalismo al socialismo del siglo xxi* IN: OBSERVATÓRIO SOCIALISTA DE VENEZUELA, n. 6, Abril de 2008: Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual – Ministério del Poder Popular para Relaciones Exteriores – Gobierno Bolivariano de Venezuela. O documento em questão pode ser acessado no endereço www.institutopedrogual.edu.ve (acesso em 03 de novembro de 2016).

Graças a essas facilidades, a Sidor aumentou sua produção, chegando ao recorde de 4,3 milhões de toneladas de aço líquido, em 2007. Porém, como relata Jesus Herrera (em entrevista ao autor em 15 de maio de 2015)[371], esse incremento produtivo escondia uma série de problemas.

> La privatización dejó un saldo productivo muy elevado. (...) Pero, cuando vimos la otra parte (...) estaban producindo planchones, bobinas, a precio subsidiado – el gás, la eletricidad, el agua... todo practicamente estava subsidiado. Bajo una política desleal, estaban llevandose a los mercados internacionales los planchones y las bobinas. Sendo subsidiados, dejavan la pérdida para la empresa y las ganancias la generavan en sus sucursales hacia México, o en Brasil o en Argentina. (Jesus Herrera)[372]

Este tipo de política oligopólica era operacionalizado a partir da *Junta Directiva* da Sidor, onde sete dos onze membros eram também diretores de empresas filiais do grupo Techint.

TABELA 4 – Junta Diretiva da SIDOR (2007)

Executivo	Nacionalidade	Cargo na Junta Diretiva da Sidor	Cargo em empresas filiais
Paolo Rocca	Italiano	Presidente	Presidente da *Tenaris*
Rinaldo Campos Soares	Brasilero	Director, y vice-presidente	Vice-presidente da *Usiminas*
Roberto Bonatti	Italiano	Director	Presidente da *San Faustín*
Carlos Condorelli	Argentino	Director	Vice-presidente de fianzas da *Tenaris*
Bertoldo Machado Veiga	Brasilero	Director	Presidente da *Usiminas*
Bruno Marchettini	Italiano	Director	Membro diretivo da *San Faustín*, *Tenaris* y *Siderar*
Gianfelice Mario Rocca	Italiano	Director	Presidente da *junta directiva* da *San Faustín* e da *Rocca &*

[371] Jesus Herrera é trabalhador da Sidor desde os tempos da IV República. Militante sindical, foi um dos fundadores da *Frente de Delegados Siderúrgicos de Prevención de Salud y Seguridad Laboral*, surgida já durante o governo bolivariano. Participou ativamente das lutas contra o Paro Patronal de 2002-2003 e pela nacionalização da Sidor, em 2008. Posteriormente, foi um dos militantes mais ativos da empresa na luta pelo *control obrero*, sendo um dos *voceros* do setor de laminação à frio (que, no caso da Sidor, foi o que mais avançou na formação de conselhos operários). Participou da formação das correntes bolivarianas *autonomistas* na região de Guayana (primeiro C-CURA e, posteriormente, Marea Socialista).

[372] Stalin Pérez Borges confirma as afirmações de Herrera, em entrevista publicada no sítio eletrônico Aporrea, em 31 de janeiro de 2008: *"Ternium es una Corporación que tiene plantas en Argentina, Brasil, México, Italia y en otros países del mundo y para cuadrar sus cuentas utiliza mecanismos de evasión de impuestos y de no compartir ganancias como en el caso de Sidor, pasando ventas que hace, de una empresa a otra. La realidad es tan palpable de sus grandes ganancias en Venezuela, que ya tienen otras 4 grandes empresas en Guayana y otros planes para expandirse más".* (ver http://www.aporrea.org/trabajadores/n108402.html, acessado em 03 de novembro de 2016).

			Partners
Daniel Novegil	Argentino	Director	Vice-presidente executivo da *Ternium*
Pedro Pablo Kuczynski	Peruano	Director	-----
Ubaldo Jose Aguirre	Argentino	Director	-----
Adrián Lajous	Mexicano	Director	-----

Fonte: *Sidor en tres tiempos:Del neoliberalismo al socialismo del siglo xxi* IN: OBSERVATÓRIO SOCIALISTA DE VENEZUELA, n. 6, Abril de 2008)[373]

Enquanto a empresa aumentava sua produção e gerava lucros enormes para os acionistas do grupo Ternium,[374] a situação dos trabalhadores se deteriorava drasticamente. Em primeiro lugar, porque desde o início da administração privada a Sidor praticou abertamente a terceirização – que acabaria proibida na Venezuela, em legislação aprovada em 2007. O número de empregados diretos, que historicamente chegava a 18 mil trabalhadores, baixou para cerca de 4 mil, sendo o restante subcontratado em empresas terceizadas (ROSA, 2014: 77). Além disso, a Ternium-Sidor também arrochou os salários e cortou benefícios de seus empregados diretos.

> La empresa dejó de reconocer un beneficio que tenían los trabajadores como la homologación o mejor dicho, reposición o revisión del salario. Cada año la empresa, vía a méritos, recomponía la perdida que el salario del trabajador tenía producto de la inflación. Eso lo mantienen casi todos los trabajadores de la zona, menos los de Sidor. Ahora son solo 4 mil los trabajadores fijos y el doble de esa cifra son los tercerizados. Estos últimos viven en peores condiciones que los fijos, los que ya no tienen buenos salarios ni son tan buenas sus condiciones de trabajo. Y la misma comunidad o región de Guayana no recibe los beneficios asistenciales y sociales que se recibía desde Sidor, cuando esta era del estado. Más bien la CVG y el estado ha auxiliado a Ternium y esta no ha hecho el justo reparto que le corresponde al estado y a sus trabajadores poseedores de acciones de la empresa. (Stalin Pérez)[375]

> Lo que nosostros criticamos en esa época, fue la anuencia de parte del gobierno en permitir a la transnacional Ternium desconocer los beneficios de los trabajadores, sea social o económico. (...) Bajo una politica de flexibilización laboral, donde se llevó a precarizar el trabajo, reduciendo la existencia de 18 mil trabajadores fijos a apenas 4.500, con 12 mil trabajadores tercerizados. Y donde estos compañeros tercerizados practicamente no tenían los beneficios sociales – de vacaciones, utilidades o prestaciones, ni la formación, participación. Simplesmente eron vistos como unos

[373] Os mesmos dados também estão disponíveis em http://www.aporrea.org/venezuelaexterior/a54212.html (acesso em 03 de novembro de 2016)

[374] Segundo uma análise dos relatórios anuais da Ternium-Sidor, publicado em abril de 2008 no sítio eletrônico Aporrea, os executivos e diretores da Ternium S.A., que não chegavam a 50 pessoas, repartiram entre si 12,8 milhões de dólares em salários e US$ 667 milhões em dividendos, somente no ano de 2007. No mesmo período, os 22 mil trabalhadores fixos da empresa e outros 4 mil contratados – espalhados pela Venezuela, Argentina e México – receberam um total de US$ 847 milhões (ver http://www.aporrea.org/venezuelaexterior/a54212.html, acessado em 03 de novemb ro de 2016).

[375] Declaração dada ao sítio eletrônico Aporrea e publicada em 31 de janeiro de 2008, disponível em http://www.aporrea.org/trabajadores/n108402.html (acesso em 03 de novembro de 2016)

> objetos, como unos recursos renovables, y quién no le aliñavan a la politica eron despedidos. No havia la estabilidad laboral como tal (Jesus Herrera).[376]

Como se não bastasse, as condições de segurança no trabalho eram terríveis, gerando um enorme incremento no número de acidentes de trabalho.

> En esa época, el índice de acidentes fatales se incrementó enormemente. Llegaron a matarse, por causa de acidentes laborales, 23 trabajadores en la época de la transnacional. (...) El índice de acidentes fatales fue incrementado a tal caso que llegaron practicamente a no notificar la ocorencia de los acidentes y a ocultarlo, con la intención de que sus indices de riesgos se mantuviesen bajos, y hacer creer al pueblo venezolano que Sidor venía cumpliendo con toda sus politicas [de segurança]. (Jesus Herrera)

Paralelamente a todos esses problemas, os *sidoristas* viviam um processo crescente de mobilização, que vinha desde as lutas contra a privatização e contra o locaute empresarial de 2002-2003. Desse processo resultou a conformação de um heterogêneo grupo de lideranças denominado *Alianza Sindical*, que reuniu desde militantes que se aproximariam das correntes *autonomistas* da UNETE (como José Melendez, Elio Sayago, José Tata e Jesus Herrera), até outros que, após a nacionalização da empresa, se aproximaram da FSBT (como José "Acarigua" Rodríguez), além de outros trabalhadores que permaneceram independentes. Nas eleições sindicais de 2005, a Alianza Sindical, mesmo dividida em diferentes chapas, conseguiu derrotar o grupo de Ramón Machuca, elegendo "Aricagua" como novo presidente do sindicato e José Melendez como Secretário de Finanças. A nova direção sindical, inteiramente identificada com o chavismo, promoveu várias paralizações no ano seguinte, confiante de que teria o governo ao seu lado, contra a transnacional. Entretando, rapidamente ficou claro que não haveria apoio automático do governo em favor dos trabalhadores.

> Os *sidoristas* realizaram uma paralisação de três dias para exigir melhores condições de trabalho e denunciar os problemas com a falta de segurança – os terceirizados sequer recebiam equipamentos de proteção. A manifestação resultou na acusação formal por parte do Ministério Público, a três dirigentes sindicais e 11 trabalhadores, como autores ou coautores dos crimes de "apropriação indevida qualificada", "restrição à liberdade de trabalho" e "descumprimento do regime da zona de seguridade". (ROSA, 2014: 78)

À época, Chávez já havia proclamado a bandeira do socialismo do século XXI, e empreendia uma política de estatizações que atingia diversos setores considerados

[376] Entrevista ao autor em 15 de maio de 2015.

estratégicos, tais como telecomunicações, cimento, distribuição de combustível, aeroportos, eletricidade, dentre outros. No entanto, no que tange à Sidor, a posição do governo era vacilante. Por um lado, acusava a Ternium de dar preferência a mercados extrangeiros (o que obrigava a Venezuela a importar tubos longos chineses para sua indústria petroleira), e por isso ameaçava nacionalizar a siderúrgica; para evitar essa medida, os diretores da Sidor, em reunião com o Ministro das Indústrias Básicas, se comprometeram em ampliar as vendas no mercado interno, a preços preferenciais (incluindo os tubos longos), além de realizar investimentos da ordem de US$ 500 milhões de dólares e aceitar o estabelecimento, dentro da empresa, de uma comissão do ministério que vigiaria o cumprimento do acordado (ELLNER, 2014: 171). Por outro lado, a situação dos trabalhadores não era levada em consideração, criando um clima geral de descontentamento em relação à postura do governo, principalmente porque outras empresas privadas estavam sendo estatizadas. Segundo um relatório escrito por diferentes correntes sindicais, a postura vacilante de Chávez se explicaria por

> un problema político: la política errada del gobierno bolivariano en sus relaciones internacionales. La posición de Chávez frente a los gobiernos de los Kirchners, revindicados como gobiernos populares, pero que detrás de los cuales están grupos de poder económico poderosos como Techint, hizo que, para no crear malestar, el gobierno pusiera fuera de la discusión la posibilidad de la renacionalización de SIDOR. Pero con amigos como Techint y los Kirchners, no se puede construir el socialismo.[377]

Em 2007, nas negociações da convenção coletiva, os trabalhadores reivindicaram aumentos salariais e a incorporação à *nómina* da empresa de 9 mil trabalhadores terceirizados; a empresa, porém, respondeu com a proposta de incorporar apenas 600 trabalhadores, além de um aumento salarial que estava muito aquém das perdas acumuladas desde a privatização. O impasse se arrastou ao longo do ano, levando os trabalhadores a realizar diversas paralisações e aumentando a pressão

---

[377] Ver Trabajadores: experiencias en revolución IN: COMUNA – PENSAMIENTO CRÍTICO EN LA REVOLUCIÓN, N. 1, out-dez de 2009: Centro Internacional Miranda, p. 37.
O Centro Internacional Miranda é um órgão educativo adscrito ao *Ministerio del Poder Popular para la Educación Universitaria*. Desde princípios do governo Chávez, funcionou como um centro de estudos e debates, onde participam não só intelectuais e militantes da esquerda venezuelana (boa parte deles identificados com o marxismo), como também estrangeiros. Com o tempo, à medida que suas publicações e eventos se tornaram cada vez mais críticos ao governo (e conforme os espaços para dissidências foram se fechando cada vez mais, especialmente após a ascensão de Nicolás Maduro à presidência), o órgão deixou de contar com qualquer apoio governamental. A Revista Comuna era dirigida por Luis Bonilla Molina, tendo em seu conselho editoral diversos intelectuais importantes do campo bolivariano e/ou marxista, como Vladimir Acosta, Victor Álvarez Jr, Javier Biardeau, Luís Britto García, Eva Golinger, Gonzalo Gomez, Edgardo Lander, Roberto Lopez, Jose Carlos Carcione, e outros. Dentre os colaboradores internacionais, destacam-se Emir Sader, Theotonio dos Santos, Claudio Katz, Eric Toussant e outros.

política pela nacionalização. Em janeiro de 2008, o governo resolveu intervir nas negociações através de uma comissão de arbritragem formada pelo governador do estado Bolívar, Francisco Rangel Gomez; o *Ministro del Popular para el Trabajo y la Seguridad Social*, José Ramón Rivero; e o *Ministro del Poder Popular para las Industrias Básicas y Minería*, Rodolfo Sáenz. Porém, conforme relatou José Melendez, a postura dos representantes do governo (com apoio da FBT) não era de "arbitragem", mas sim de apoiar incondicionalmente a transnacional, impondo aos trabalhadores a proposta feita pela empresa.[378] Os *sidoristas* não aceitaram e, em resposta, marcharam até a sede da CVG, ameaçando a empresa com uma greve de duração indefinida. Em março, em meio a uma paralisação de 80 horas, os trabalhadores resolveram bloquear a principal avenida da cidade de Puerto Ordaz, onde se localiza a siderúrgica.

> O protesto foi feito com a devida autorização, mas teve um desfecho trágico. Durante a manifestação, aproximaram-se várias ambulâncias do serviço de emergência. O bloqueio foi brevemente desfeito para que as ambulâncias pudessem passar. Mas quando estas se encontravam às costas dos trabalhadores, revelou-se a emboscada. As ambulâncias estavam repletas de policiais que tinham como objetivo finalizar o protesto. Deu-se início à pancadaria (...). Assim, o protesto que finalizava uma greve de 80 horas, acabou com a repressão da polícia e da Guarda Nacional no dia 14 de março de 2008. Fora utilizadas bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, que feriram os operários. Os carros dos trabalhadores, que estavam no local, foram destroçados pelos policiais. Mais de 50 pessoas foram presas, acusadas de cometer delitos por fechamento de vias públicas. Este fato adquiriu grande visibilidade nacional (ROSA, 2014: 79).[379]

A repressão desmedida promovida pelo governo (por ordem do governador Francisco Rangel Gomez) acabou fortalecendo a luta dos *sidoristas*. Os trabalhadores de outras empresas da região organizaram piquetes e reuniões em solidariedade à luta na Sidor, ameaçando realizar uma greve geral nas indústrias básicas. Pressionada, a Comissão de Arbitragem impôs a realização de um referendo para decidir se os trabalhadores aceitariam ou não a proposta da Ternium; a consulta, organizada pela própria empresa, se fez de forma claramente tendenciosa, com controle nas entradas da

---

[378] Ver em http://www.aporrea.org/energia/n112025.html, acesso em 04 de novembro de 2016.

[379] Rosa cita declarações de Leonel Ernesto Grisett, trabalhador da Sidor que afirmou ter ficado cinco dias hospitalizado, em função dos golpes recebidos e até mesmo de tiros à queima roupa com munição de chumbo (ROSA, 2014: 79). Outro relato importante, citado por Carla Ferreira (2014: 213), foi dado pelo advogado Edwin Sambrano Vidal, vinculado ao PSUV. Segundo Vidal, a maior parte das prisões foi realizada *depois* da manifestação já ter sido desfeita; a polícia e a Guarda Nacional perseguiram e prenderam aleatoriamente pessoas encontradas com uniformes da empresa nas ruas próximas ao local do protesto (alguns foram detidos horas depois, quando voltavam para buscar seus carros). Houve tortura, porque muitos trabalhadores foram agredidos depois de já estarem presos. Os trabalhadores detidos só foram libertados após 40 horas, quando já se reuniam às portas do Palácio da Justiça de Guayana cerca de 2000 pessoas.

fábrica para que somente os trabalhadores “confiáveis” pudessem votar (ROSA, 2014:78). Em resposta, o sindicato decidiu promover um novo referendo nos portões da fábrica, entre os dias 1 e 3 de abril de 2008. Para garantir a lisura do processo, foram convidados como observadores o Ministério Público; o CNE; a *Defensoría del Pueblo*; o Ministério do Trabalho; o governador do estado; os prefeitos das cidades próximas; e até mesmo a Fedecámaras e representantes da Ternium. O resultado foi incontestável: dos 3338 votantes, apenas 65 aceitaram a proposta da empresa.

Àquela altura, o movimento operário de Guayana ganhava as manchetes de todo o país, “nacionalizando” o conflito entre os *sidoristas* e a transnacional, e pressionando Chávez a tomar partido dos trabalhadores. Os metalúrgicos da Sidor, a despeito de todas as divergências no âmbito das centrais sindicais, conseguiram articular um *Comité Nacional de Solidaridad con los Trabajadores de Ternium*, integrado por mais de 100 sindicatos do país (FERREIRA, 2012: 212). No dia 4 de abril, logo após a divulgação do resultado do referendo, os trabalhadores realizaram nova marcha até o campus da Universidade Bolivariana do estado Bolívar, onde o Chávez acompanhava uma cerimônia de formatura. Ante essa pressão, o presidente finalmente se viu obrigado a tomar uma posição pública.

> El presidente Chávez intervino en un programa de TV en directo el 6 de abril, para dejar sentada su posición. Entre otras cosas, recordó que los trabajadores de SIDOR y de otras industrias básicas de Guyana se opusieron al lock-out patronal del 2002, "aun cuando recibieron amenazas de muerte, e incluso cuando se cortó el suministro de gas desde Anaco, y marcharon a Anaco. Y se enfrentaron con la policía". Añadió que las condiciones de los trabajadores eran "horribles" y que "el gobierno revolucionario ha de exigir a cualquier empresa, nacional o multinacional, latinoamericana, de Rusia o de cualquier parte del mundo, que cumpla con las leyes venezolanas", refiriéndose a la ley aprobada el 1º de mayo del año pasado que prohíbe la subcontratación. También anunció que había dado instrucciones al Vicepresidente Ramón Carrizales para que reuniera con el líder del SUTISS, Acarigua, y luego con la compañía para tratar de resolver la cuestión.
> Añadió que su gobierno "respeta el marxismo, las corrientes marxistas y el método marxista" y que es un gobierno "obrerista", y que "sabrá cómo tomar las medidas necesarias". Explicó que él siempre trata de "buscar un acuerdo, la negociación y así sucesivamente, pero en relación con SIDOR, a partir del día de ayer, yo dije ya basta". Chávez también añadió que su intervención fue el resultado de la visita que le hicieron los trabajadores de Sidor, que fueron a la reunión de graduación en Bolívar días antes, para conocer su opinión del conflicto. Señaló que tuvo duras palabras con el gobernador regional de Bolívar durante la represión de la Guardia Nacional en contra de los trabajadores, y que también había hablado con el comandante de la Guardia Nacional para recordarle las "vieja instrucciones para cuidar a los trabajadores".[380]

[380] Relato dado por Jorge Martín, e publicado no sítio eletrônio rebelion.org (ver http://www.rebelion.org/noticia.php?id=65896, acesso em 04 de novembro de 2016)

Após este comunicado, Chávez exonerou o Ministro do Trabalho Ramón Rivero e enviou o vice-presidente Ramón Carrizales à Guayana, para negociar diretamente com os representantes da Ternium.[381] Como não houve nenhum acordo, Chávez deu a ordem para nacionalizar a empresa, no dia 9 de abril de 2008. No ato de nacionalização, declarou em transmissão pela TV:

> Todo eso lo vamos a reordenar en función del proyecto socialista. No se trata de que SIDOR vaya volver a ser lo que era antes de la privatización. SIDOR era una empresa capitalista de Estado. Con un Estado capitalista. Hoy, yo no presido a un Estado capitalista. ¡No! un Estado Socialista. Así que SIDOR tiene que convertirse en una empresa socialista. He designado presidente de la nueva siderúrgica socialista del orinoco al ministro Rodolfo Sáenz, Ministro para las Industrias Basicas y Minería. Mi camarada, compañero, luchador, le deseo suerte, Rodolfo. No podemos fracasar. Y pido para él el apoyo de todos los trabajadores, de todas las trabajadoras, del pueblo de Guayana. Unidos! Solo unidos lo lograremos! (Hugo Chávez, cf.: FERREIRA, 2012: 215)

Embora tenha representado uma vitória dos trabalhadores, a nacionalização não implicou em uma imediata transformação estrutural nas formas de gestão da empresa. Rodolfo Sáenz, novo presidente nomeado por Chávez, era próximo à burocracia sindical da FSBT e defensor de um controle centralizado e vertical sobre as indústrias estatais; além disso, como ministro, havia atuado em favor da Ternium, contra os *sidoristas*. Ao invés de ordenar a incorporação dos terceirizados, tal como reivindicava o movimento operário, Sáenz declarou ser favorável a que eles continuassem empregados nas empresas contratadas, ou que se criasse uma EPS que se responsabilizasse por eles. Com isso, a luta dos terceirizados se prolongou por anos, com greves e protestos – não só em Guayana, como também em Caracas, onde as manifestações desses trabalhadores praticamente se converteram "em parte da paisagem caraquenha, tal a sua frequencia" (FERREIRA, 2012: 216).[382]

---

[381] Após a exoneração, Rivero foi nomeado por Rangel Gomez somo *Secretário General de la Gobernación del estado Bolívar* (ver em http://www.aporrea.org/trabajadores/a83766.html, acesso em 08 de novembro de 2016).

[382] Chávez protelou uma solução definitiva, em meio a problemas jurídicos de todo tipo (já que algumas empresas contratadas apresentavam passivos trabalhistas que o Estado não pretendia pagar). Em 2011, um protesto desses trabalhadores em Caracas (fechamento da Av. Urdaneta) foi reprimido com violência pela polícia (FERREIRA, 2012: 216). Neste mesmo ano, no Teatro Municipal de Caracas, durante as comemorações dos 10 anos da promulgação da *Ley de Tierras* e da derrota do *Paro Patronal*, Chávez acusou publicamente o sindicato dos trabalhadores terceirizados de haver, no passado, corroborado com o processo de privatização. Para ele, as exigências do sindicato eram exageradas ("contaminadas" pelo egoísmo da sociedade capitalista), e sua atuação prejudicava a produção do aço necessária à Misión Vivienda: *"El tema de los tercerizados de SIDOR: deben saber los trabajadores de SIDOR que cuenten conmigo (...) pero a mí no me pueden pedirme que arregle de un plumazo de lo que allí ocurrió no sé durante cuantos años y ellos aceptaron, además, el sector privado. Se lo aceptaron. Y muchas veces lo cohonestaron. Algunos líderes sindicales que se pusieron de acuerdo con los patronos privados de*

Apesar do problema em relação aos terceirizados, a nacionalização deu novo impulso aos coletivos de base que lutavam por transformações mais profundas nas Indústrias Básicas, e que haviam estado em relativo descenso desde a derrota da *cogestión revolucionária* na Alcasa. A conjuntura, porém, era muito difícil, dado o aprofundamento da crise econômica no país e a queda nos níveis de produção de grande parte das empresas nacionalizadas – inclusive das indústrias básicas de Guayana, quase todas com graves problemas financeiros, sucateamento tecnológico e elevadíssimos níveis de corrupção. No caso da Sidor, os problemas começaram tão logo a empresa foi estatizada, porque a Ternium levou consigo todo o seu portifólio de fornecedores e clientes.

> Cuando la transnacional Ternium vió que era iminente [a nacionalização], se llevaron el mercado siderúrgico. Todas las empresas provedoras de matérias-primas, de insumos, de repuestos, que tenía la siderúrgica Sidor (...) [Porque] se los subministrava los repuestos y los insumos de lo exterior, todo era un monopólio allí, de ellos mismos. Ellos tenían las empresas provedoras de repuestos y insumos. Una vez que se dá la nacionalización, ellos se van con el mercado y se iban con esto a sus provedores. (...) Todo eso desaparece. Sidor practicamente, durante el año 2008, 2009 hasta parte de 2010, estubo sobreviviendo con sus inventários, con lo poco que se quedava de los inventários de repuestos, de insumos, hasta que llegó a un punto crítico, en año 2009, donde se llegó a precarizar más la situación dado el fenómeno de El Ñino, que nos dejó una recesión energética, y que tuve que bajar el nivel de muchas empresas, la parte productiva de Sidor paró bastante. (...) Producto de la recesión energética y a los bajos niveles de producción, el flujo de caja de la siderúrgica se voy malo, las pérdidas que se generaron fueron tan abruptas que eso llevó a generar pasivos con los provedores, con los trabajadores, con la misma comunidad. Empezó a generar un ambiente de desconfianza, en donde muchas empresas – no alliñadas a la politica del gobierno, pero que tenían los insumos – no querian hacer negociaciones con la siderúrgica. Ellos querian el pago de *caché*, o con 50% de adelante, cosa que no disponía la siderúrgica. (...) Muchas de esas empresas extrageras le pedían al gobierno una garantia para poder le despachar [os produtos]. Y mediante esas garantias estabelecian unas condiciones. Y llegó a pasar que decían que el gobierno no ha depositado los dólares o euros, como estava acordado, y esas se negaron a despachar. En el caso de las empresas nacionales, bajo la incertitumbre que havia en la siderúrgica, la recesión productiva, el endeudamento, muchas no querian hacer negócios con la empresa. (Jesús Herrera)

---

entonces ahora pretenden – algunos, no todos – que venga yo y arregle todo eso ya, en menos de un año. Hace poco yo llamé a uno de ellos y le dije algunas cosas. Porque estaban parando la producción de las cabillas. Y haciendole daño aquí al pueblo, a la gran Misión Vivienda Venezuela. Yo dije: ¿ustedes no se dan cuenta de lo que están haciendo? Incluso les dije, mira: si quieren ustedes quemen eso, quémenlo. Pero así no trabajo. Yo no voy a gobernar así bajo chantaje. No lo voy hacer. No voy a ser chantajeado por quienes dicen que me apoyan. No! O tú estás conmigo o tú estás contra mí! – le dije! (...) O están con la revolución o no! Yo les reconosco razón, hasta el momento en que empiezan a sabotear a la propia empresa. (...) Y le dije a los ministros, al vice presidente Elias [Jaua], a Nicolás [Maduro]: "bueno, conversen con ellos. Ellos tienen razón. Aqui tiene que acabarse la tercerización, y lo vamos hacer, pero así no. Así no, de esa manera no." (Hugo Chávez, em declaração que pode ser conferida em vídeo, no endereço eletrônico https://www.youtube.com/watch?v=72PJc3faRKg, acessado em 06 de novembro de 2016). Com o tempo, a Sidor de fato foi ampliando o número de empregados diretos (em 2014, já no governo Maduro, a empresa apresentava uma nómina de cerca de 14 mil trabalhadores).

Em meio a todos esses problemas, Chávez convocou todas as lideranças sindicais de Guayana, de todas as correntes, para um encontro nas instalações da *CVG Ferrominera*, em maio de 2009, onde se debateria o futuro das empresas da região. Participaram cerca de 400 trabalhadores, que se dividiram em 10 mesas, juntamente com diversos ministros que acompanharam os trabalhos – incluindo Jorge Giordani (Planejamento), Rodolfo Sanz (Indústrias Básicas), Rafael Ramírez (Petróleo), Maria Cristina Iglésias (Trabalho) e Alí Rodríguez Araque (Economia e Finanças). Cada mesa abarcou um dos aspectos centrais do funcionamento das empresas: Compras; Vendas; Operação; Saúde e Segurança; Investimentos; Ambiente; Orçamento; Divisão do Trabalho; Terceirizados; e Hierarquia e Privilégios. Durante as discussões, rapidamente se destacaram os trabalhadores provenientes da Alcasa, que já traziam algum acúmulo da experiência da *cogestión revolucionária* (na qual, além da experiência prática, foram também realizados vários debates, palestras e cursos de formação acerca dos princípios do controle operário). Em menor número, a FSBT e os ministros de Chávez, claramente favoráveis à manutenção das formas verticais de gestão, tiveram que aceitar a posição majoritária dos trabalhadores da base, de modo que os relatórios preliminares de cada mesa apontaram para transformações mais radicais nas empresas da região.

Quando esses primeiros relatórios foram entregues a Chávez, o presidente convocou uma reunião transmitida ao vivo pela TV, onde surpreendeu a todos – talvez até seus próprios ministros – ao respeitar o resultado das discussões e aderir à ideia do *control obrero.* Com os relatórios em suas mãos, Chávez anunciou a nacionalização imediata de mais seis empresas, em meio a manifestações de júbilo da plateia (que entoaram gritos de *"¡Así! ¡Así! ¡Así es que se gobierna!"*);[383] anunciou ainda que os ministros deveriam "nutrir-se" com as ideias e a experiências dos trabalhadores, e que era necessário promover uma iniciativa de grande escala na região, integrando todas as empresas na construção de um novo complexo siderúrgico *"bajo control obrero"*.[384] Nascia assim o que veio a ser chamado *Plan Guayana Socialista* (PGS).

> Tudo eso tiene que ser asumido con responsabilidad, con sentido de integración entre el gobierno y los trabajadores, con sentido de pertenencia, con sentido estratégico. (...) No

[383] As empresas estatizadas fora: *Orinoco Iron*, *Venezolana de Prerreducidos del Caroní* (VENPRECAR), *Materiales Siderúrgicos* (MATESI), *Complejo Siderúrgico de Guayana* (COMSIGUA), *Tubos de Acero de Venezuela* (TAVSA) y Cerámicas Carabobo. Um trecho do evento pode ser visto em vídeo no endereço eletrônico https://www.youtube.com/watch?v=jOJRVrc0A_s (acesso em 06 de novembro de 2016)

[384] Ver http://www.marxist.com/nacionalizadas-cinco-empresas-guayana.htm, acesso em 06 de novembro de 2016.

> és que yo estoy haciendo un llamado. ¡El llamado están haciendo uestedes mismos! Ustedes mismos están haciendo un llamado a la responsabilidad; a luchar contra las máfias; a luchar contra la corrupción; contra la mala gerencia; contra las desviaciones; los vícios de la Cuarta República que viven todavia y son una amenaza para la revolución socialista. Ustedes mismos lo han dicho. Lo que hago és recorrer este llamado. "Que se acabe la impunidad", dicieron ustedes, "los delitos". Hay gerentes y directores golpistas todavia aqui? Bueno, entonces, se és así... Yo pensé que eso ya no existía aqui. Bueno, ustedes saben que eso hay que velo también con cuidado y responsabilidad. Pero yo he tomado nota y voy a investigar, pues. Voy investigar. Eso hay que ver siempre con responsabilidad máxima y con mucha objetividad, respecto al ser humano, a todo. He tomado nota de todas esas cosas. Tengan ustedes la seguridad de que a cada dia ¡yo creo en ustedes! *¡Me la juego con ustedes! ¡Me la juego con ustedes, los trabajadores de la pátria!* (...) Yo estoy seguro (...) que Guayana se vay a convertir en la maciza plataforma del socialismo, de la construcción del socialismo, con la clase obrera como vanguardia, con la clase obrera como protagonista. Y Guayana va ser, así lo veo yo, ¡una escuela socialista! Cada fábrica una escuela, para formar – como dijo el Che [Guevara] – para producir no solo briqueta, y planchones, y acero, y alumínio, sino para producir, sobre todo, ¡el hombre nuevo, la mujer nueva, la soceidad nueva, la sociedad socialista! (Hugo Chávez)[385]

Como entender essa "virada" na postura do governo, tendo em vista a falta de apoio governamental à experiência da *cogestión* na Alcasa? Para Martín Poliak (que acompanhou o processo, participando das discussões das mesas de trabalho), Chávez não tinha, em maio de 2009, uma ideia pré-concebida a respeito do que fazer com as indústrias básicas de Guayana. Foi a atuação dos coletivos de base e das correntes à esquerda do movimento operário, nas mesas de trabalho – denunciando os estamentos burocráticos, propondo formas mais democráticas e eficientes de combater a corrupção, etc –, que levou o presidente a adotar a proposta do *control obrero.*

> Hay una confusión en como la base terminó interpretando. (...) Chávez vino a reunirse con los dirigentes sindicales bolivarianos, con todas las corientes. Allí estaba la FBT, pero estaba com mucha fuerza Marea Socialista en ese momento. (...) Hay una actividad donde hay distinctas mesas de trabajo de la clase obrera, con propuestas para las empresas. Marea Socialista, junto con el Colectivo Control Obrero de Alcasa y otros colectivos, impulsan en esas mesas la propuesta del control obrero. Cuando se lee la conclusión de la actividad, Chávez lo toma – contra todos los ministros que estaban allí, que todos teníam posición en contra. Pero Chávez dice que sí, e hace el famoso discurso [*"¡Me la juego con los trabajadores!"*] (...) que lanza el Plan Guayana Socialista. Chávez no vino a proponer el control obrero. Hay una vanguardia que se lo pide, y Chávez lo toma. Ahora, para la generalidad de los trabajadores, para el conjunto, quedo como se fuera una cosa de Chávez. (...) No se vio toda parte, porque por cadena nacional no se televisó todo el evento, se televisó el discurso de Chávez. (Martín Poliak)[386]

---

[385] Parte do discurso de Chávez, (que ficou famoso na Venezuela, conhecido pela consigna *"¡Me la juego con los trabajadores!"*), pode ser visto em vídeo no endereço eletrônico https://www.youtube.com/watch?v=jOJRVrc0A_s (acesso em 06 de novembro de 2016)

[386] A respeito da participação do governo nas mesas de trabalho, Nieves Tamarone declarou ao autor: *"El Plan Guayana Socialista empieza con una participación imenza de trabajo, de 600 trabajadores – voceros, ¿no? – de distinctas empresas (...) El gobierno nombra a vários ministros para que acompañen*

Afora o conjunto de princípios gerais formulados pelas mesas de trabalho e as declarações relativamente genéricas de Chávez em favor do *control obrero*, não houve nenhuma medida formal do governo, no sentido de transformar de fato as estruturas gerenciais. Mais do que isso: houve casos em que o governo estatizou as empresas, mas não assumiu de fato sua administração.[387] As mesas de trabalho continuaram funcionando até princípios do mês seguinte, agregando mais 200 trabalhadores. Finalmente, no dia 9 de junho, o relatório final foi entregue ao presidente.[388] O documento previa nove objetivos estratégicos: a) o controle da produção pelos trabalhadores; b) o desenvolvimento de uma práxis revolucionária (que estimulasse o advento de um "homem novo", superando o individualismo); c) a integração dos processos produtivos de todas as empresas; d) a formação ideológico-política e técnico-produtiva permanente dos trabalhadores; e) a propriedade coletiva da tecnologia por parte dos trabalhadores; f) a garantia de condições de trabalho saudáveis e seguras, com respeito às questões ambientais; g) garantia da viabilidade financeira para projetos da empresa (que poderão ser apresentados por qualquer trabalhador); h) assegurar a disponibilidade de energia para novos projetos, assim como de economia de energia no funcionamento da planta (objetivo que estava diretamente relacionado ao problema de racionamento de energia enfrentado pela Venezuela naquele ano); i) estabelecer códigos transparentes de responsabilização pública na gestão das fábricas da CVG.

Com o decorrer das discussões, surge a proposta de que todas as empresas da CVG deveriam se unificar em apenas duas grandes corporações – uma para ferro/aço, e

---

a los trabajadores en ese proceso. Pero el acompañamiento no fue tal, fue más bien controlar a los trabajadores, [para] que no se "salieron del carril". Yo lo veo así. (Nieves Tamarone)

[387] Foi o caso, por exemplo, da empresa *Orinoco Iron*, composta por várias plantas em Guayana (que, após a estatização, passou a se denominar *Complejo Siderúrgico Nacional*). Em nosso trabalho de campo, tivemos a oportunidade de entrevistar Alejandro Alves, dirigente sindical da empresa: *"El presidente Chávez expropria, era no sé que altura de 2010, y el decreto sale en 3 de noviembre. Sin embargo, ese primero decreto estubo coordinado por el ministro José Khan. José Khan, desde mi punto de vista, se alió con el patrón, con los Machado-Zuluaga. Y ese primero decreto, aun estando expropriada, no nos dava ninguna facultad para manejar la empresa, ni a los trabajadores, ni al gobierno. Quien seguía administrando la empresa era el patrón privado. Seguíamos produciendo bajo las ordenes del patrón privado, del expropriado. Lo que producíamos, ellos lo administraban, ellos lo distribuian, lo vendían, al precio que ellos querían, con la venia del ministro Khan. Con el permiso del ministro Khan. Yo estoy seguro que el comandante Chávez no sabia de eso. Producto de tantas manifestaciones por parte nuestra – llamado de atención, iba a la prensa hacer las denúncias... – en el año 2012 el gobierno asume verdaderamente las vendas de la empresa, pero dos años después."*(entrevista ao autor em 13 de maio de 2015)

[388] Uma síntese do relatório pode ser vista em https://venezuelanalysis.com/analysis/7151 (acessado em 08 de novembro de 2016). A íntegra do documento foi disponibilizada publicamente na Internet, no endereço eletrônico http://pt.slideshare.net/ClavelRangel/plan-socialista-guayana-2019-3279089 (acessado em 06 de novembro de 2016)

outra para alumínio – novamente, um modelo que lembra o das *Empresas Consolidadas* implantadas em Cuba, à época de Che Guevara (PERICÁS, 2004), mas obviamente em condições político-sociais radicalmente diferentes, uma vez que a Venezuela continuava majoritariamente regida por relações sociais capitalistas. Segundo o relatório produzido pela mesa de trabalho 1,[389] cada corporação a ser criada em Guayana teria uma estrutura básica de gestão semelhante a que fora implantada (de forma incipiente) na Alcasa: partia de comissões e mesas de trabalho por unidades de produção (UP); dali se conformariam Comitês de Coordenação por Processo (CCP), formados por porta-vozes eleitos nas instâncias de base; e, acima destes, figurava Conselho Geral de Gestão (CGG), também formado por porta-vozes eleitos. Haveria ainda a instância máxima da Assembleia, que tinha soberania sobre todas as outras e que também deveria eleger um Comitê de Saúde e Segurança e um Comitê Executivo Sindical. Um informe produzido em janeiro de 2010[390] apresentou uma representação gráfica da estrutura, que reproduzimos abaixo:

FIGURA 2 – Estrutura gerencial das indústrias de Guayana

(cf.: *Primer Plan Socialista*)

[389] Ver https://venezuelanalysis.com/analysis/7151 (acesso em 08 de novembro de 2016)
[390] Informe – Trabajadores de las mesas técnicas del Plan Guayana Socialista 2009-2019, disponível em http://pt.slideshare.net/ClavelRangel/informe-plan (acessado em 06 de novembro de 2016)

É interessante ressaltar que, desde o início das discussões, nunca ficou clara a relação que deveria existir entre os Conselhos e os sindicatos de cada empresa. Essa questão tinha antecendentes nas disputas entre as correntes sindicais da Venezuela: em 2005, quando a FSBT se afastou da UNETE, suas lideranças vieram a público defender a ideia de que os conselhos de trabalhadores deveriam substituir os sindicatos.

> Para la FSBT, esta confederación [UNETE] había cumplido su ciclo histórico, y ante la propuesta socialista realizada por el presidente Chávez, debería ser sustituida por una forma "más elevada" de organización, los "consejos de trabajadores". Para otras tendencias, como Marea Socialista, la actitud de la FSBT simplemente se derivaba de su propia debilidad como tendencia, e intentaban sustituir a la UNETE porque no podían apoderarse de su dirección. Según Marea Socialista, la FSBT utiliza la vieja receta de la burocracia: "*lo que no controlo lo destruyo*". (SANCHEZ, 2012: 115)

Quando, porém, os conselhos de trabalhadores começaram a se formar *desde abajo,* sob hegemonia de correntes historicamente defensoras do *control obrero* (como Marea Socialista e o Colectivo Control Obrero da Alcasa), a posição da FSBT mudou, passando a defender os sindicatos e a atacar os conselhos de fábricas.

> Para [Orlando] Vera y [Eduardo] Piñate,[391] su propuesta en 2007 era que los Consejos de Trabajadores, propuestos por el Ministerio del Trabajo, serían "la organización política autónoma de la clase obrera" y se propondrían conquistar "la propiedad social de los medios de producción". De esta manera, se involucraría a los obreros en el nuevo modelo de economía socialista. "Se trata de que, efectivamente, los trabajadores dirijan la sociedad y la economía". De manera general, en el discurso de los dirigentes de la FSBT pareciera sugerirse que la propuesta de los Consejos de Trabajadores actuara como sustituidora de los actuales sindicatos y de la lucha reivindicativa de los trabajadores. Sin embargo, en 2011, los dirigentes de la FSBT se pronunciaban exactamente por el modelo contrario en el marco de los conflictos en las empresas básicas de Guayana: reivindicando a los sindicatos y cuestionando totalmente al control obrero y los consejos de trabajadores creados en fábricas como Alcasa. Puede calificarse esto como expresiones de un oportunismo político y falta de principios sólidos con respecto a la lucha obrera (SANCHEZ, 2012: 113).

Para Jesús Herrera, não somente a FSBT, como o próprio o governo havia tentado, num primeiro momento, utilizar os Conselhos para esvaziar os sindicatos. Mas as correntes majoritárias do movimento operário bolivariano (como a C-CURA, em um primeiro momento, e Marea Socialista, logo depois) defenderam a coexistência entre os conselhos e os sindicatos, a partir do princípio de que estes últimos deveriam, para além das reivindicações de cunho econômico, *também* tratar de questões referentes à produção. Herrera reconhece, porém, que no contexto da criação do Plan Guayana Socialista, não estava suficientemente claro se os conselhos serviriam apenas para

[391] Lideranças da FSBT.

esvaziar o poder das burocracias das empresas ou se, ao mesmo tempo, poderiam também ser utilizados para privar os trabalhadores de suas organizações sindicais.

> No hay que negarlo que sectores del gobierno, bajo la filosofia del control obrero, han pretendido desplazar las organizaciones sindicales. Cosa que aqui en Guayana se ha hecho bastante difícil, porque nosostros, bajo la claridad que tenemos, estamos claro que el control obrero no és un instrumento del patrón; és un instrumento de la clase obrera que viene a dar una apertura a una mayor participación. Se vamos a la ley de 1997, la Ley Orgánica del Trabajo, la misma establece que las organizaciones sindicales tienen que ver con los asuntos sindicales, con los asuntos de salud y ocupacional, *y con el tema de la producción*. Sin embargo, el movimiento sindical siempre se dedicó al tema reivindicativo, a las convenciones colectivas, y dejó al lado el tema de la producción y de la salud y ocupacional. Y vimos con buenos ojos el nacimiento de los delegados de prevención, con la Ley Orgánica de Prevención, y el tema de control obrero. Y con eso creíamos que habria una mayor apertura a la participación a más trabajadores, para de cada quien indicara a los suyos. Pero que sucede? Sectores del gobierno – te dijo muy responsablemente – viron en el control obrero la posibilidad de atomizar a las organizaciones sindicales, y que todas las decisiones se tomaran bajo los consejos de trabajadores, desplazando a los sindicatos como tal – cosa que no lograron aqui en Guayana, y yo creo que en ningun otro lado se han logrado. Porque bien o mal, las organizaciones sindicales son lo más necesario dentre de la empresa, de los medios de producción. (...) El tema de los consejos de trabajadores era un peligro de los trabajadores asumiren el poder, que iba en contra los intereses particulares de las cúpulas que estaban en los sindicatos y en las empresas. [Mas] era tambíen una forma de desplazar las organizaciones sindicales – de hecho, muchos sectores de la burocracia sindical y del gobierno asumieron [os conselhos] como tal. Sin embargo, no se precataron de la claridad del movimiento obrero. Y nosotros mismos, bajo esta filosofia, esta claridad, estavamos claros: el movimiento sindical era lo suyo; el movimiento de delegados de prevención era lo suyo; y el movimiento de controle obrero era para [controlar] los medios de producción. Cosa que en verdad siempre los mantuvimos, e eso comenzó a generar este choque. Y claro, también los sectores sindicales de la burocracia también buscaron insertar gente de ellos (...) en los puestos estratégicos del control obrero. (Jesús Herrera)

O fato é que os conselhos do PGS não estavam surgindo a partir de um movimento orgânico dos trabalhadores, mas sim com base em uma associação difusa, complexa, que reunia representantes do governo e a vanguarda de diferentes correntes sindicais reunidas nas mesas de trabalho. Portanto, era inevitável que houvesse desconfianças generalizadas na base, quando começaram as tentativas de implantação da proposta. Vale lembrar, a esse respeito, que o ítem V do capítulo 3 do relatório final do PGS (relativo às formas de organização dos trabalhadores), dizia que *"se debe quitar el sindicato porque no es mecanismo de participación, sino un mecanismo de lucha"*.[392] Na opinião de Martin Poliak (que militava em favor do *control obrero*),

> Siempre hubo un enfrentamiento entre los sectores que impulsaron lo control obrero y los sindicatos. Que és una discusión profunda. Yo creo que unos de los grandes errores

[392] Ver em http://pt.slideshare.net/ClavelRangel/plan-socialista-guayana-2019-3279089, página 16, acessado em 08 de novembro de 2016.

> que cometió un sector que historicamente venían peleando por el control obrero, con sus colectivos, fue menospreziar que los trabajadores siguen creendo en sus sindicatos, por más que estean enojados con sus dirigentes. Por lo menos en esas empresas [de Guayana], la participación sindical en las últimas elecciones, en ninguna empresa bajo de unos 85%. La gente sigue vendo los sindicatos como sus instrumentos. Y se intentó imponer desde afuera otra forma organizativa, que era los consejos de trabajadores, sin partir de lo real. Entonces, los sindicatos, às veces con razón, y às veces sin razón, viram muchas veces que eso era un intento por hacer sindicatos paralelos, y salió a enfrenta-lo. En otros [casos] no, fue por control de poder. Pero en muchos casos fue por eso. Eso son conclusiones que nunca se terminon de discutir. Yo tubo esa discución con Osvaldo [León, do Colectivo Control Obrero] y otros compañeros. ¿Havia que impulsar el control obrero? [Entonces] havia que impulsalo desde las organizaciones que ya existían. Sí, estaban burocratizadas, pero haveria que hacerlo desde las organizaciones que ya existian, y las que existian eron los sindicatos. Corrompidos, con problemas... No havia un desborde, no és que la basis dijo: "bueno, vamos a impulsar el control obrero, pero los sindicatos no sirven, entonces habramos otra cosa". No, no... Fueron sectores [da vanguarda]: "Nosotros somos el comité promotor, y entonces vamos a elegir los delegados para los consejos de trabajadores; el sindicato tiene su tarea y nosotros la nuestra". Para mi eso fue una de las causas del fracaso también. (Martín Poliak)[393]

Para corroborar com seu argumento, Poliak cita um o caso da briquetera Briqven – antiga Matesi (que, como vimos, foi comprada pela Techint e depois nacionalizada por Chávez). Nessa empresa, os conflitos relativos à implantação de princípios do control obrero foram bem menores, já que a todo o processo partiu de lideranças que ocupavam simultaneamente a direção do sindicato e da empresa:

> En ninguna empresa se pode decir que hube control obrero real. Creo que, de la región, la que más avanzó fue aqui [na Briqven]. (...) Esta es una empresa que quedó abandonada por Techint, que estubo dos años paralisada, parada, sin producir, y que los trabajadores lograron volver a producir. Una empresa dificil de hacer producir. No es una textil, es una empresa dificil porque la vieja patronal se llevó todos los manuales de procedimientos, todo. Se quedó sin nada. Y casi sin recurso, porque el Estado no puso casi nada de dinero aqui. Los própios trabajadores lograron hacerla producir, organizandose democraticamente. Y aqui se quedo un hecho que la organización reconocida por los trabajadores era el sindicato, e fue el sindicato que tomó la conducción – lo que no pasó en otras empresas. En la mayoria de las empresas, siempre hubo un enfrentamiento entre los sectores que impulsaron el control obrero y los sindicatos. (...) De hecho, quien terminó presidente de esa empresa, que es Daniel [Rodríguez], era el secretario general del sindicato. *Ojo*, en mucha cosa, ello se ubicó también como "presidente", y no como "un trabajador que estaba en la presidencia". También tuvo, en determinadas cosas, la presión de la institucionalidad, porque es una presión fuerte. Se lo entiende. Pero aquí fue uno de los lugares donde más existió realmente el control de los trabajadores de lo que se hacia. (...) Aqui se rendia cuentas en la Asemblea. Aqui hubo Asembleas donde se rendia cuentas de la situación financera.[394]

---

[393] Entrevista ao autor em 13 de maio de 2015.

[394] Percebe-se que o processo de ocupação e recuperação da fábrica forjou uma aliança mais forte entre os trabalhadores, dirimindo os conflitos entre as correntes sindicais. Quando o governo nacionalizou a Matesi e – ao menos formalmente – resolveu impulsionar o *control obrero*, a proposta não foi vista como "externa", porque na prática representava uma continuação da luta que os trabalhadores da empresa já vinham realizando há algum tempo.

Havia, portanto, um ambiente complexo envolvendo a implantação dos conselhos, que se estendeu por todo o ano de 2009 – quando se realizaram diversas oficinas com os trabalhadores, visando debater as propostas do PGS e iniciar a transformação *socialista* das indústrias básicas. Chávez continuou dando demonstrações de que era favorável à proposta, aprovando um crédito de US$ 313 milhões para investimentos na CVG (através de um fundo de cooperação Venezuela-China), com a condição de que o dinheiro fosse administrado pelos trabalhadores. No entanto, em janeiro de 2010 os trabalhadores enviam um novo relatório ao presidente Chávez, informando uma *"debilidad metodológica que desde la comisión ministerial se cometió, al no reunir a los participantes de cada una de las mesas para compartir y validar, una sola visión de la corporación que queremos y el cómo debemos construirla"*.[395] Enquanto mais de 600 trabalhadores continuaram se reunindo em mesas de trabalho aos finais de semana, desde maio de 2009, as gerências das empresas seguiram funcionando da maneira tradicional, apresentando projetos isolados de expansão, sem cumprir a determinação de *integração*, prevista no PGS. Além disso, também não permitiram a participação dos trabalhadores nas definições do orçamento de 2010, e continuaram respeitando os compromissos firmados com as empresas transnacionais. Segundo o relatório entregue a Chávez,

> Mientras los trabajadores hacen propuestas para la construcción de la transformación de la materia prima para ir rompiendo la dependencia e ir generando mayor valor de uso; en las empresas Venalum, Alcasa y Ferrominera se firman convenios de venta a futuro de hierro y aluminio primario con las transnacionales Glencore y Nobel, por ejemplo. Por otro lado en Alcasa, en el mes de deciembre se envió un horno del proceso de laminación. Asimismo, en Sidor se presentó un enfrentamiento con la dirección de la empresa cuando se le solicitó el racionamiento de energía, esta dirección pretendió paralisar la producción de cabilla para nuestro pueblo y seguir procuciendo planchones por compromisos ya adquiridos con transnacionales; mientras a las empresas públicas de transformación Alucasa, Cabelum, Rialca, Alunasa y Ceproca se les niega materia prima para el funcionamiento a su capacidad instalada; en contraposición se ele garantiza el aluminio primario a la empresa privada CTA y SURAL a pesar de tener deudas con el Estado, superiores al valor de los activos de las mismas.
> (...)
> La direción actual de las empresas, aún cuando se declara comprometida con el proceso revolucionario, fue formada en el sistema ideológico burgués y en consecuencia, en su ejecución práctica prevalece la formación a la que fue sometida durante años. Por ello, se debe romper con la actual estructura organizativa burocrática, que responde a la división social del trabajo, expresada en la fragmentación del conocimiento con el cual se está negando la gestión directa y democrática por parte de los trabajadores en su conjunto.

[395] Este informe – não assinado – pode ser encontrado no endereço eletrônico http://pt.slideshare.net/ClavelRangel/informe-plan (acesso em 08 de novebro de 2016). Ele também é citado na reportagem de Ewan Roberton para o VenezuelaAnalysis.com (ver em https://venezuelanalysis.com/analysis/7151, acesso em 08 de novembro de 2016)

> (...)
> Las empresas básicas están física y funcionalmente desarticuladas, operando como "islas" donde priva el carácter mercantilista en cada una de ellas, desaprovechando sus potencialidades en conovimientos, experiencias, repuestos, tecnologías, insumos, materias primas, procesos de compras y ventas ya que tienen procesos productivos similares.[396]

Ao dirigir seu informe diretamente ao Presidente da República, os trabalhadores reafirmavam uma opinião que, até hoje, é muito comum na região de Guayana: a de que Chávez era o único membro do alto escalão do governo que realmente era favorável ao controle operário.

> *Ello* [isto é, Chávez] estaba claro. Pero dentro de su gobierno havia gente que no le convenia. En este país, el único socialista verdadero ha sido el comandante Chávez. Ninguno de sus ministros ha dado muestras de ser un socialista verdadero, revolucionário verdadero – incluyendo nuestro presidente Maduro.[397] El único revolucionário verdadero fue el comandante Chávez. Entonces, Chávez nombró a un grupo de ministros para desarrollar y impulsar el Primer Plan Socialista, entre ellos María Cristina Iglésias – que hizo un tremendo daño al trabajador al frente del Ministério del Trabajo – (...) [Jorge] Giordani, [José] "Chino" Khan... Pero esos ministros después nunca volvieron a Guayana. (...) Parece que cuando viron el verdadero fondo de lo que era el Plan Guayana Socialista, lo importante y lo interesante que era, las propuestas verdadeiramente revolucionárias que hicieron los trabajadores en este momento, tubieron miedo. Y tenían que temerles, porque vay directamente en contra esos burócratas. Entonces preferiron decir: "no vamos apoyar nadie" (Alejandro Alves)[398]

Parece ingênua a suposição de que Chávez, com todo apoio popular que detinha, precisaria se cercar de um ministério totalmente contrário às suas visões. Entretanto, essa é a visão de muitos dirigentes sindicais de Guayana, inclusive de correntes críticas ao oficialismo (como Marea Socialista). Já para a C-CURA, de Orlando Chirino (que acabaria se aproximado da oposição e de setores do empresariado, contra o governo), Chávez apenas se *preservava* por trás de seus ministros, enquanto mantinha um apoio apenas "de fachada" para o controle operário. Seja como for, o certo é que o campo bolivariano nunca fora monolítico, já que havia setores bem consolidados na burocracia de Estado que atuavam com relativa autonomia, disputando posições de poder. É o caso, sem dúvida, do grupo que se aglutinava em torno de Francisco Rangel Gomez e seu secretário José Ramón Rivero, que controlava o governo estadual e tinha influência na burocracia da CVG e nas Forças Armadas (já que Gomez era general do Exército), além de terem como aliados os sindicalistas ligados à FSBT. Outro setor burocrático influente

---

[396] Ver http://pt.slideshare.net/ClavelRangel/informe-plan (acesso em 08 de novembro de 2016)
[397] Essa declaração foi dada ao autor em 13 de maio de 2015.
[398] Alejandro Alves é trabalhador e liderança sindical do *Complejo Siderúrgico Nacional* (antiga *Orinoco Iron*). A declaração foi dada em entrevista ao autor, em 13 de maio de 2015.

em Guayana se reuniria em torno do então ministro das Indústrias Básicas, Rodolfo Sáenz – que, segundo relato publicado no sítio eletrônico *Aporrea*, havia tentando *"sustituir a la gente de Rangel, con su propia gente en la gestión en la CVG"*.[399] Ambos atuavam contra a reestruturação da CVG, visando manter a estrutura burocrática de onde poderiam realizar negociações diretas com os oligopólios transnacionais que atuam em Guayana.

Em 2010, Chávez deu nova demonstração de que pretendia de fato enfrentar esses setores, ao nomear, como presidentes das empresas de Guayana, trabalhadores indicados pelas mesas de trabalho e simpáticos a proposta do *control obrero*. Seguindo as orientações do PGS, Chávez nacionalizou o sistema de transporte da região e orientou os novos presidentes a diminuir as exportações primárias e reorientar a produção para fornecer produtos de maior valor agregado ao mercado interno. Afirmou também que considerava muito "suspeito" que alguns gerentes seguissem relutantes em fornecer informações sobre suas atividades, e que, se esta situação continuasse, tais gerentes deveriam ser removidos de seus cargos, por serem "inimigos do processo revolucionário". Em suas palavras, era necessário "derrotar a resistência à mudança" nas indústrias básicas de Guayana, assim como as práticas de terceirização ainda existentes, que consistiriam um "mecanismo perverso" que deveria ser eliminado.[400] Por outro lado, criou-se também uma "Sub-Comissão Especial" para a implementação do

---

[399] Ver em http://www.aporrea.org/trabajadores/a83766.html, acesso em 09 de novembro de 2016. O relato em questão, assinado por Nestor Torrealba e datado em 05 de agosto de 2009, afirma ainda que *"Chávez intervino en la lucha con su anuncio de 22 de julio, que llegó después de una reunión con los principales ministros y asesores implicados en el taller de transformación socialista del 21 de mayo. Chávez dijo que su gobierno estaba comprometido como aplicar las recomendaciones del 'Plan Guayana Socialista', poniéndose claramente al lado de los trabajadores. Dijo que las propuestas de los trabajadores, contenidos en el plan, 'son los nueve lineamientos estratégicos que están guiando todas las nuevas políticas y medidas concretas y especificas que estamos comenzando a decidir para la consolidación de una plataforma socialista en Guayana.' Cuando un periodista dirigió su primera pregunta en relación al plan a Sanz, Chávez intervino para responder por encima de Sanz y entregó el micrófono a Giordani, quien muchos trabajadores revolucionarios identifican como firmemente comprometido con el proceso de transformación socialista. Rangel, quien había estado en el taller del 21 de mayo, no estuvo presente en la reunión de 22 de julio.Chávez también parecía diferenciarse de otros sectores dentro del movimiento revolucionario, como los que están detrás de la columna diaria 'Un Grano de Maíz', cuyos autores están vinculados a una corriente política que incluye al ministro de petróleo Rafael Ramírez.Esta corriente ha sido vocal recientemente, argumentando de que el socialismo simplemente implica la propiedad estatal y la planificación central desde arriba - con un mínimo de participación de los trabajadores. Para Chávez, las empresas de propiedad estatal 'que todavía están en el formato del capitalismo de estado' tiene que ser administrado por sus trabajadores con el fin de convertirse en 'socialista'. El Plan Guayana Socialista es el primer ejemplo en Venezuela de un verdadera 'planificación democrática desde abajo', añadió Chávez."*.

[400] Ver em https://venezuelanalysis.com/news/5369, acessado em 09 de novembro de 2016. Em relação às terceirizações na Sidor, Chávez criticou o fato de que a empresa gastara Bs 423 milhões (cerca de US$ 93milhões) nos contratos, mas apenas 41,34% desse valor havia revertido em salários para os trabalhadores. De acordo com Chávez, tal atividade era uma maneira de entregar lucros à burguesia e de "nos deixar com as perdas" (idem, ibidem).

PGS, formada por nove *voceros* das mesas de trabalho, três ministros do governo, um representante da Assembleia Nacional e todos os novos *presidentes-obreros* nomeados por Chávez.

Essas medidas deram novo impulso para o PGS e fortaleceram as discussões e a organização dos trabalhadores. No entanto, a estrutura gerencial tradicional se manteve, e muitos *presidentes-obreros* rapidamente se *burocratizaram*, isto é, adaptaram-se às formas verticais de gestão, mais ou menos como elas estavam; de maneira geral, os *presidentes-obreros* deram prioridade à retomada da produção e, quando muito, ao combate às práticas de corrupção, mas não à transformação nas relações produtivas. Além disso, a criação da Sub-Comissão Especial, ao delegar para um grupo reduzido a definição das linhas gerais de implantação do PGS, acabou retirando protagonismo dos trabalhadores e reafirmando uma orientação "de cima para baixo" para as transformações nas indústrias de Guayana (na prática, reafirmaram a divisão social do trabalho, ainda que sob a bandeira do "socialismo"). Fundamentalmente, não se promoveu uma derrota *política* dos adversários do controle operário – a saber, a burocracia da CVG; os estamentos gerenciais médios e altos das empresas; o governo estadual de Rangel Gomez; as transnacionais compradoras de matéria-prima e fornecedoras de insumos; e a burocracia sindical da FSBT. Neste quadro, o PGS avançou de forma extremamente errática, com algumas experiências exitosas, geralmente em empresas menores, enquanto nas demais as propostas de *control obrero* nunca saíram do papel.

> Yo creo que hay varias experiencias muy importantes, que cada una tiene que ser analisada en su própio terreno. No es lo mismo la experiencia de Daniel [Rodríguez] em Matesi, una empresa pequeña, recuperada, golpeada, los compañeros pasaron un tiempo *sobreviviendo* en esa empresa, até mal tratados en cierto momento por el gobierno, porque no le davan los recursos, no le pagavan, tuvieron meses sin cobrar – que es sumamente importante, porque tienen família, se le hace dificil mantener una resistencia. Sin embargo los compañeros mantubieron allí, y Matesi fue nacionalizada. Una experiencia bien diferente la de Alcasa – que nunca se sucedió eso, era una empresa ya del Estado – o la de Sidor – que apesar de que estaba con la transnacional argentina, tenían un salário, e el trabajador tenía la posibilidad de pelearse internamente y habia unas leyes que permitiron la estabilidad. A cambio, los compañeros [de Matesi] estaban en una empresa cerrada. Son experiencias completamente diferentes. Cada una tiene que analisar en su próprio momento y en su própio contexto en que vivieron. Por eso, el control obrero – o la experiencia que se pienza de control obrero – no se pode ver uniformemente, sino con su variedad de contradicciones que se presentaron. Hube empresas en que los trabajadores fueron mucho más combativos que otras. (Osvaldo León)

Além da Matesi / Briqven, outro caso específico que merece ser mencionado é o da *Grafitos del Orinoco*. Essa pequena empresa produtora de grafite (utilizado na fabricação do aço e de determinados derivados do alumínio), tem como principais clientes a própria Alcasa e a Sidor. Ali também se deu um processo anterior de ocupação e luta dos trabalhadores pela manutenção de seus empregos, que antecedeu as experiências de controle operário. Em princípios de 2009, os antigos proprietários não chegaram a uma acordo com os trabalhadores por ocasião do contrato coletivo, e ameaçaram fechar a empresa. Iniciou-se uma ocupação que durou oito meses, até que o governo desse ganho de causa aos trabalhadores, através de um "decreto de ocupação temporária para a reativação da empresa". A partir de 2010, a Grafitos (que tem uma *nómina* de cerca de 50 trabalhadores) iniciou experiências de controle operário baseadas na tomada de todas as decisões em Assembleia. Através de um processo de tentativas e erros, inicialmente se propôs um modelo em no qual todas as decisões eram tomadas em Assembleia Geral; a fórmula acabou não funcionando e desgastando os trabalhadores (avaliou-se que nem todas as pequenas decisões cotidianas precisavam ser debatidas com o conjunto dos trabalhadores). Assim, evoluiu-se para outro modelo que concilia Assembleias periódicas onde comitês de trabalho (eleitos para áreas específicas, como finanças ou produção), prestavam contas de suas atividades. Os salários de todos os trabalhadores passou a ser igual (antes, o presidente chegava a ganhar cerca de 15 vezes o salário de um operário) e implantou-se a rotação de todos os postos de trabalho; obviamente, as relações pessoais dentro da fábrica e o sentimento de liberdade dos trabalhadores melhoraram sensivelmente.[401] Em 2011, a Grafitos chegou a bater seu recorde histórico de produção; porém, com os problemas enfrentados nos principais clientes da empresa (Sidor e Alcasa), os resultados da Grafitos começaram a piorar a partir de 2012. Segundo reportagens da imprensa local, a empresa se manteve em uma espécie de “limbo jurídico”, já que a propriedade formal continuava nas mãos dos antigos patrões, ainda que a operação fosse responsabilidade do Estado (na prática, dos próprios trabalhadores, através das modalidades de controle operário); além disso, o governo não realizou os investimentos necessários para a continuidade da produção.[402] A partir de 2015, a empresa passou a paralisar suas atividades periodicamente, já que

[401] Ver https://venezuelanalysis.com/analysis/7151 (acessado em 08 de fevereiro de 2017)
[402] Ver http://www.primicia.com.ve/trabajo/denuncian-abandono-en-grafitos-del-orinoco.html, acessado em 08 de fevereiro de 2017.

seus clientes na própria região de Guayana não pagavam pelas compras realizadas junto à empresa.[403]

Apesar das especificidades de cada empresa, alguns avanços gerais ocorreram em praticamente todo o setor das indústrias básicas. As nacionalizações criaram um ambiente muito mais favorável à atividade sindical e à organização dos trabalhadores, e neste sentido houve uma *curva* de politização ascendente, positiva, além de melhorias salariais nas convenções coletivas e do avanço na incorporação dos terceirizados (inclusive na Sidor). A maior liberdade para a organização gerou conquistas importantes, como a conformação, em maio de 2011, da Assembleia Geral do PGS – que se tornou um espaço semanal de debates, onde cada grupo de trabalho apresentava as especificidades da luta em cada empresa, trocando experiências e estratégias para fazer avançar o *control obrero*. No mesmo mês, cerca de 900 trabalhadores (representando mais de 100 empresas de 21 dos 24 estados da Venezuela) se reuniram nas instalações da Sidor para realizar o *I Encuentro Nacional de Consejos de Trabajadores*. Durante dois dias, se organizaram 30 mesas de trabalho para elaborar um levantamento geral sobre os avanços e retrocessos do controle operário nas indústrias venezuelanas. O relatório final do encontro deu bastante ênfase ao problema representado pela burocracia de Estado:

> Los Trabajadores y trabajadoras han venido expresando un severo cuestionamiento a la conducta de las gerencias designadas por el gobierno nacional que asumen un comportamiento burocrático de freno y bloqueo a las experiencias de control obrero que intentamos realizar los trabajadores. Esto constituye uno de los principales obstáculos para el desarrollo y extensión a nivel nacional de las experiencias de control obrero y gestión socialista de las empresas. Las y los trabajadores y dirigentes sindicales que participamos en este encuentro, defensores de las experiencias de control obrero y gestión socialista de las empresas, expresamos nuestra preocupación por el enfrentamiento provocado por una gerencia burocrática que busca dividir a los trabajadores a través del funesto método de distorsionar las organizaciones naturales de la clase trabajadora, oponiendo artificialmente y burocráticamente, las funciones de los Consejos de Trabajadores a la de las organizaciones sindicales, buscando sustituirlas, cuando el proceso de la transición revolucionaria, lo políticamente correcto, es entender que cumplen funciones distintas pero que se complementan en la tarea de edificación del modelo de producción socialista.[404]

---

[403] Ver http://www.primicia.com.ve/trabajo/trabajadores-paralizan-grafitos-del-orinoco.html, http://www.eldiariodeguayana.com.ve/se-paro-grafitos-del-orinoco/, e http://www.eluniversal.com/noticias/economia/lamentan-abandono-grafitos-del-orinoco-tras-expropiacion_48541 (acessados em 08 de fevereiro de 2017).

[404] O relatório final do encontro está disponível em http://luchadeclases.org.ve/control-obrero-leftmenu-167/7013--manifiesto-del-i-encuentro-nacional-por-el-control-obrero-y-los-consejos-de-trabajadoras-y-trabajadores-, acessado em 16 de novembro de 2016).

Ainda em 2011, foi criada a *Universidad Bolivariana de los Trabajadores "Jesus Rivero"* (UBT), que passou a oferecer cursos de formação política – com ênfase no estudo do marxismo – e ensino técnico-gerencial. Funcionando inicialmente em Guayana, em um espaço cedido pelo governo na cidade de Puerto Ordaz, a UBT criou ramificações em outras partes do país, oferecendo cursos no interior de várias empresas. Em nosso trabalho de campo, tivemos a oportunidade de acompanhar algumas aulas na sede da UBT de Puerto Ordaz, em 2015, e percebemos que, apesar dos avanços na organização e conscientização dos trabalhadores, ainda é comum encontrar visões relativamente limitadas acerca do controle operário – como a ideia de que ele se resume a algumas formas de *consulta* e *prestação de contas*, por exemplo; ou de que signifique tão somente a ocupação dos postos de gerência por trabalhadores oriundos da base; ou ainda a ideia de que os trabalhadores, por falta de formação técnico-gerencial, não estão prontos para gerir as fábricas. De maneira geral, tanto os professores / facilitadores quanto boa parte dos alunos entendem a transformação *prática* das formas de controle sobre o processo produtivo como algo a ser realizado em um futuro *posterior* à formação política dos trabalhadores – a qual, por sua vez, seria operacionalizada pelo Estado, através de iniciativas de caráter político-pedagógico (como os cursos da UBT), e não pela luta *concreta* dos trabalhadores pelo controle efetivo dos meios de produção.[405] Parte desse esforço educativo assumiu o caráter de *capacitação técnica* dos operários para atividades "de nível gerencial" (como planejamento, comercialização, etc), deixando em segundo plano o questionamento da própria *existência* desses níves gerenciais e das formas hierárquicas de gestão – o que reafirma a concepção de que os trabalhadores são vistos como incapazes de controlar a produção *porque* lhes faltaria "conhecimento gerencial". É verdade que também presenciamos, no âmbito da UBT, discussões críticas sobre o sistema capitalista, inclusive com aprofundamento em conceitos do marxismo, análise de outras experiências revolucionárias, discussão sobre a alienação do trabalho, etc; além disso, a postura dos facilitadores / professores e a

[405] A esse respeito, vale lembrar que a realidade das empresas maiores – como a Sidor, a Alcasa e a Ferrominera – constituía uma exceção em termos de mobilização operária. Na caso das empresas privadas nacionalizadas por Chávez, o movimento operário era muito incipiente (com algumas exceções, como a Matesi e a Grafitos del Orinoco). Na verdade, no caso dos trabalhadores das empresas privadas, a ocupação, expropriação, e controle operário das fábricas não estava no horizonte político dos operários; por isso, as nacionalizações promovidas pelo governo Chávez foram recebidas com surpresa, como uma dádiva vinda "de cima" (porque, de fato, não havia luta social no interior das fábricas que "justificasse" ou "impusessse" essas transformações). Além disso, no caso dessas empresas, os pequenos sindicatos existentes – e aqui é necessário recordar que a organização sindical na Venezuela, em geral, se dá *por empresa* – apresentavam um caráter conciliatório, comumente controlados pelos patrões, mesmo quando os dirigentes sindicais se diziam "bolivarianos".

própria dinâmica dos cursos – sempre muito horizontais, buscando a construção coletiva do conhecimento, através da participação ativa dos alunos – deixam evidente que há um sincero esforço dos envolvidos em, de fato, promover avanços qualitativos na consciência dos trabalhadores, de uma forma democrática. No entanto, na medida em que o cotidiano das fábricas permanece regido pelas mesmas *práticas*, o resultado é que a experiência nos cursos da UBT se mantém *externa* à experiência no trabalho – e isso apesar dos avanços reais ocorridos, em termos de liberdade para a discussão política interna e organização (sindical ou não) dos trabalhadores. Assim, debatem-se, por exemplo, o surgimento e os descaminhos dos *soviets* na Revolução Russa de 1917; mas não se *experimenta* esse questionamento e essas transformações na *vida real*, concreta, porque as estruturas alienantes de dominação sobre os produtores diretos – isto é, os trabalhadores – permanecem mais ou menos as mesmas.

Por mais que os coletivos de base e as correntes *autonomistas* do movimento operário continuassem a pressionar a estrutura burocrática e os interesses ligados a ela, sempre que surgiu alguma possibilidade real de se colocar em xeque a *estrutura de poder* instaurada, o discurso tecnicista se impôs, eventualmente com medidas mais duras e repressivas. O ponto máximo de conflito acabou ocorrendo na Alcasa, devido a uma série de fatores. Ao contrário da Sidor, onde só depois da nacionalização foi possível iniciar um lento trabalho de organização dos trabalhadores em conselhos, na Alcasa já existia um legado deixado pela gestão Carlos Lanz. Os trabalhadores encontravam-se mais organizados e conscientes a respeito dos fundamentos do *control obrero*; havia uma sistematização maior nos esforços em formação política (centralizados no *Centro de Formación Socio Político Negro Primero*), e lideranças de base mais ativas; finalmente, havia também o fato de que o *presidente-obrero* nomeado para a empresa – Elio Sayago – era um dos principais quadros da região, tendo sido braço direito de Lanz durante a experiência da *cogestión revolucionária.*

Na verdade, pode-se dizer que foi justamente a situação de conflito criada na Alcasa, após a renúncia de Carlos Lanz, que levou Chávez a nomear os *presidentes-obreros.*

> Cuando llega Cesar Aguilar,[406] todas esas libertades, esa participación, es cortada. Y ahí empieza un proceso de paros nuevamente, de protestas hacia la administración, solicitando la participación de los trabajadores nuevamente, como se tenía. Y parte de la

[406] Como vimos, Aguilar foi nomeado presidente da empresa em 2008, após um curto período de gestão de Ramón Betancourt (que, por sua vez, havia substituído Carlos Lanz).

> salida del presidente César Aguilar es devido a toda esa serie de protestas y reclamos y denúncias que permanentemente hacían los trabajadores. (...) Fue muy mediático. Utilizamos muchos los medios de comunicación, las páginas como Aporrea, para hacer mucha denúncia. Todo eso llegó al presidente de la república y por eso viene de nuevo a Guayana. Y es precisamente en Alcasa donde llega el presidente, hacer el anuncio del cambio de los presidentes de las empresas. (Nieves Tamarone)

Apenas dois dias depois da posse de Sayago, os integrantes da FSBT da Alcasa, liderados pelo então deputado José Gil e por Angel Marcano, vieram a público para desconhecer sua designação como presidente.[407] Exploravam o fato de que, originalmente, Sayago era um trabalhador da Sidor e, portanto, supostamente não detinha os "requisitos técnicos" para ser presidente da Alcasa. Ao mesmo tempo, Sayago era identificado como inimigo das transnacionais, o que lhe rendeu a oposição imediata tanto dos gerentes que negociavam com elas por interesses particulares, quanto por aqueles que consideravam inviável um rompimento mais radical com o capital estrangeiro, posto que a empresa encontrava-se em estado de avançado sucateamento e dependia das transnacionais tanto para repor peças e insumos como para vender seus produtos.[408] Quando Sayago tentou reimplantar as práticas que marcaram a *cogestión revolucionária* (como a organização dos conselhos, as eleições para as gerências, etc) e, principalmente, quando suspendeu os contratos de vendas a futuro com as transnacionais, o grupo de *alcasianos* ligados ao Movimiento 21 – que ainda presidia o sindicato – buscou mobilizar os trabalhadores para paralisar a empresa, utilizando-se como argumento os enormes passivos trabalhistas que, de fato, existiam. Em julho de 2010, o Movimiento 21 conseguiu realizar uma pequena greve que, no entanto, não contou com ampla adesão nas bases; em novembro, chegaram a ocupar a *Casa Presidencial* (residência funcional do presidente da empresa), em "denúncia" contra as gerências de finanças, logística e comercialização (a desocupação só foi encerrada após a intervenção do Ministro das Indústrias Básicas, José "Chino" Khan).

Paralelamente, repetia-se contra Sayago a mesma estratégia de sufocamento financiero utilizada anteriormente contra a *cogestión revolucionária*. O investimento de

---

[407] O fato foi denunciado pela *Frente Socialista de Trabajadores de Alcasa* (ver em http://www.aporrea.org/trabajadores/a118307.html, acessado em 17 de novembro de 2016).

[408] Essa questão estava presente no Informe produzido pelas Mesas de Trabalho do PGS em 2009, que afirmava *"Nuestras empresas son, tecnológicamente, dependientes de las empresas transnacionales, no diseñamos ni construímos equipos, piezas, máquinas, repuestos y partes en general y se establece como política principal la simple ustitución de éstos comprados a transnacionales. Lo que amerita una nueva organización donde el trabajo la formación y la investigación se unifiquen para lograr el desarrollo científico-tecnológico soberano y fortalecer el mantenimiento, operación, modificación, fabricación y diseño consciente de nuestros trabajadores (as)."* Ver http://pt.slideshare.net/ClavelRangel/informe-plan, acessado em 09 de novembro de 2016.

US$ 403 milhões, anunciado por Chávez para a Alcasa, ficara retido no Ministério das Indústrias Básicas; com isso, se inviabilizava a retomada da produção e o pagamento dos passivos trabalhistas. Assim, a nova gestão era conduzida a um inevitável fracasso operativo, que era capitalizado pela oposição de direita – para quem a proposta do *control obrero* era impraticável e/ou indesejável – e pela FSBT – que formalmente defendia o PGS, mas sempre qualificando os setores sindicais autônomos, favoráveis a Sayago, como "irresponsáveis", "ultraesquerdistas", "quinta coluna", etc. Tais ataques eram vocalizados para todo o país através dos veículos de impresa – sejam privados ou estatais; do outro lado, os coletivos autônomos buscavam os meios de comunicação alternativos para defender a gestão de Sayago e a implantação de um tipo de *control obrero* independente e organizado desde as bases.

É evidente que os trabalhadores desejavam o pagamento dos passivos trabalhistas; contudo, a maior parte deles sabia que a gestão Sayago simplesmente estava impedida de fazê-lo, porque a empresa encontrava-se praticamente falida. O conflito atingiu novos patamares em janeiro de 2011, quando o sindicato declarou oficialmente uma nova greve, sem o respaldo de nenhuma assembleia e com o apoio apenas de uma pequena parcela dos trabalhadores, mais próxima às estruturas burocráticas e/ou sindicais. O próprio método utilizado para o estabelecimento da greve denunciava que a maior parte dos trabalhdores era contrária, já que a paralisação só foi possível com o recurso à violência: um grupo ligado ao *Movimiento 21* invadiu a empresa e retirou – à força – todos os gestores ligados a Sayago (o próprio presidente foi agredido, retirado da empresa e mantido cativo até o final do dia); em seguida, os portões da empresa foram fechados com cadeados e guardados por homens armados, que impediram os trabalhadores de entrar nos dias seguintes. Como numa versão distorcida do *Paro Patronal*, a "greve" fora instaurada à revelia dos próprios trabalhadores; mas, dessa vez, por dirigentes sindicais identificados com o chavismo.

> Cuando está Elio Sayago se retoma otra vez la propuesta de elecciones, pero ya empieza, la parte sindical junto con la administración de la empresa, a pelearse. (...) La dirigencia sindical queria controlar las gerencias, todas las intancias de participación que se estaban abriendo para los trabajadores, ellos queriam. Y hacen un paro. Cierran la empresa. Sacan el presidente. Secuestran. Sacan el presidente de dentro de la empresa. (...) Cerraron los portones, no dejaran pasar a nadie. Yo iba a trabajar, y no podia entrar en la planta. Nos ponían afuera, y cerraron los portones. Y a quien tentara entrar, bueno... Por la fuerza, la cosa era fuerte. Fue con violencia. De golpes con compañeros que intentaron abrir los portones para entrar. Tenían que quedarse a golpes con otros trabajadores. (...) Fue enfrentamiento entre los mismos sectores que apoyavan el gobierno, y eso fue lo más triste. No nos podimos poner de acuerdo. El sector de la FBT, en su afán de controlar, querian controlar las partes de administración, ventas... sin

> importarles lo que querían los trabajadores. Hicieron la guerra a Elio Sayago, dijo asi en esos términos. Lo sacaron de su oficina. A mucha gente la sacaron de las oficinas. A mi me sacaron de mi oficina (...) Llegaron a la fuerza: "¡Saca sus cosas!" Y le tiran sus cosas y te sacan, a la fuerza. No es que "oh, señorita, pase por aqui", no... Es a la fuerza. Cerraron los portones, cuando los trabajadores querian ingresar para ir a sus puestos de trabajo, no lo dejavan. Y hubo violencias, hubo golpes, una situación dificil. (...) La violencia aqui [isto é, na Alcasa] fue de trabajadores contra trabajadores. (Nieves Tamarone)

Na *Revista Comuna*, Stalin Perez escreve um artigo onde desnuda os interesses por trás da paralisação da empresa pela FSBT

> Estas acciones son desarrolladas en la mayoría de los casos sin ninguna consulta a los trabajadores, y es por ello que para garantizarlas deben proceder a pone candados en los portones y a las pemanentes amenazas, con armas incluidas, al mejor estilo adeco-copeyano.
> El caso más aberrante es el de CVG Alcasa. Sintralcasa, con José Gil de abanderado se lanzaron a un conflicto sin medir las consecuencias, la situación y futuro de Alcasa ni de la estabilidad de los trabajadores. La excusa son las múltiples deudas pendientes con los trabajadores. Pero estas vienen desde las administraciones anteriores con las que ellos en concupancia convivieron. En realidad, este conflicto vino dado por que están por la cabeza de Elio Sayago quien fue electo Presidente de la empresa y las ambiciones electorales de José Gil de ganar las elecciones sindicales que están por darse.
> Ambiciones que, según lo que opinia la mayoría de la nómina dicen que coinciden con las ganas que tienen de controlar los 403 millones de dólares aportados por el Estado para invertir en la planta. Ya son públicas sus vinculaciones con las transnacionales Glencore, Nobele y una empresa china llamada Chinalco. (BORJES, 2010)[409]

No dia seguinte ao início da greve, ao tentar entrar na fábrica, Sayago foi novamente agredido e impedido pelos grupos armados que guardavam os portões. Havia o risco da situação desembocar em um conflito de proporções imprevisíveis, porque a maior parte dos trabalhadores se apresentou para trabalhar, aglomerando-se diante da minoria armada. Sayago chegou a puxar uma assembleia fora da fábrica; no entanto, ele se recusou a solucionar o impasse por meio da ação direta dos trabalhadores, preferindo tentar uma negociação com os setores sindicais da FSBT.

> Esa huelga se pudo ganar al segundo dia, pero Elio no quiso ganarla. (...) Cuando Elio hizo una asemblea, la gente fue donde estaba Elio y la gente le pedia a Elio que queria entrar a trabajar. Y Elio dice que no, porque el queria evitar el enfrentamiento. La gente le pedia a Elio que se pusiera al frente y entraba toda la gente a trabajar, porque sabian que esta huelga podia terminar de liquidar produtivamente a Alcasa. (...) Después, con el tiempo, cuando la huelga se empieza a estender, por un lado la gente ve que no havia decisión de Elio para entrar; y tambien empieza a pensar – lo que ocurre mucho aqui en Guayana – "Bueno, yo estoy en contra, pero ¿y se consiguen algo? Se consiguen un *real*... bueno, a mi se vay a tocar tambien una parte, entonces esperemos a ver que pasa". (...) El problema es que las reivindicaciones económicas no se podia satifacer

[409] É importante fazer a ressalva que Elio Sayago não havia sido eleito pelos trabalhadores para o cargo de presidente, mas sim nomeado por Chávez (contudo, anteriormente ele havia sido eleito por voto direto para o cargo de *Director Laboral*),

> desde dentro de Alcasa. Era imposible. La mayoria de las reivindicaciones que se levantaron en este conflicto (...) era por deudas. Todos lo sabían, incluso quien lo conducía la huelga, que era imposible que Alcasa pagar a eso. Todos sabían que iba a pedir el dinero al gobierno central. El problema es que Elio no hizo. Elio debia ponerse al frente de eso: "¿Ustedes dicen que lo problema es las deudas? Bueno, Yo me pongo en la cabeza. Vamos todos juntos a Caracas a exigir al gobierno que nos de el dinero para pagar la deuda. Pero no paralisemos la planta, porque en la situación crítica en que está vá ser peor para nosotros". Ahí Elio iria ganar a todos los trabajadores, hubiera dejar sin argumentos [à FSBT]. Pero no estaba dispuesto el a realizar una mobilización en Caracas sin la autorización de los ministros. Eso fue el problema de Elio. Tenía miedo que lo acusasen de rebelde, de insubordinado. (Martín Poliak)

Tivemos a oportunidade de entrevistar Elio Sayago, no dia 12 de maio de 2015, quando ele já não trabalhava na Alcasa, mas sim na equipe nacional do Conselho Universitário da *Universidad Bolivariana de los Trabalhadores Jesus Rivero*. Perguntado sobre os interesses que estavam por trás das ações de sabotagem contra sua gestão, ele respondeu de forma evasiva:

> Ahí fundamentalmente lo que estaban involucrados fue la dirigencia sindical y la oposición también. Era la dirigencia sindical, un sector del gobierno y la oposición. (...) Nosostros formamos un Consejo de Coordinación de Proceso, de gerencia. Ahí estavan invitados todo el mundo. Estaban invitados el sindicato, los comités de higiene y seguridad, los diferentes gerentes, las mesas de trabajo, todos. El quién no asistia era porque no queria asistir. Nosostros también teníamos discusiones a parte con el sindicato porque el sindicato tiene un papel que uno tiene que respetar. El problema fundamental es que... Sí, es verdad, nosotros en lo campo de la gestión no tuvimos privilégios con nadie. O sea, no es que íbamos a tomar decisiones, en la parte de produción y de los proyectos, con el sindicato a parte. Nosotros invitamos todo mundo, a todos los trabajadores. Y quizás esta fue el problema en esencia. De que, como se viene con la cultura de la representatividad, por supuesto este choca cuando há involucramiento de los trabajadores. (...) Ellos, en conversaciones, decían que la clase trabajadora no estaba preparada todavía para asumir la dirección de las empresas. (...) Yo, por ejemplo, simpre he intentado no personalizar los procesos sociales. Nosotros estamos dentro de la lucha de clases. Y en la lucha de clases vay a haver muchas expresiones del mundo de la representatividad. En la gerencia, en la parte sindical, dentro de los ministérios, del gobierno... todo, todo. Va haber expresiones de las transnacionales. Son "seicentos" años de vinculaciones económicas con una estructura de todas nuestras empresas: PDVSA, alumínio, hierro... todo. O sea, eso no se acaba porque Chávez llegó al poder. Ahora, eso no implica el movimiento social, que es donde está justamente pendiente de ver como se canaliza la dimensión social, independientemente de los actores que están involucrados. Y eses actores que están involucrados, algunos vemos com mayor posibilidad el avance de los trabajdores, y otros con menos, y otros lo niegan. Normal. (Elio Sayago). [410]

[410] Em outras ocasiões – como durante o *I Encuentro Nacional de Consejos de los Trabajadores* – Sayago denunciou publicamente as pressões que estava enfrentando na Alcasa, acusando formalmente o governador do estado Francisco Ragel Gomez de tentar removê-lo de seu cargo na presidência da empresa (ver https://venezuelanalysis.com/analysis/7151, acesso em 16 de novembro de 2016). No entanto, ao ser transferido para outras funções no governo, Sayago passou a evitar conflitos diretos com os setores da FSBT.

Em parte, a posição recuada do *presidente-obrero* se explicava porque era muito evidente que a truculência dos dirigentes sindicais da FSBT era respaldada pelas instituições de Estado.

> Claro que el gobierno los apoyavan [isto é, apoiava a FSBT], y desde el gobierno regional también recebieron apoyo. Tanto és así que cuando hacíamos denúncias a la Fiscalía, en la Guardia Nacional, en la Policia, ningun destos órganos encargados de proteger la ciudadania se hacian presentes. Ni siquiera la Defensoría del Pueblo (...) Ninguna destas instituciones se presentó en la empresa. Porque todos "le davan", a través por supesto del gobierno del estado Bolívar. Porque aqui el gobiernador del estado Bolívar contruela todas esas instituciones. (Nieves Tamarone)[411]

O impasse permaneceu e a paralisação se estendeu por longos 34 dias, comprometendo ainda mais a empresa e sem chegar a um acordo definitivo quanto aos passivos. Apesar de todas as dificuldades, os trabalhadores continuaram tentando impulsionar o PGS ao longo de 2011, particularmente na Alcasa (depois da "greve"). A estrutura de conselhos foi implementada na empresa, convivendo paralelamente com a estrutura gerencial tradicional. As decisões mais importantes eram tomadas no âmbito dos Comitês de Coordenação por Processo e do Conselho Geral de Gestão, com participação de *voceros* representantes dos conselhos locais; algumas questões também foram levadas à Assembleia Geral. Foi com base nos debates realizados nesses espaços que os trabalhadores elaboraram e aprovaram um plano emergencial de investimento da ordem de 30 milhões de dólares, a ser realizado em conjunto com empresas nacionais compradoras de alumínio. Por este plano, a Alcasa forneceria uma quantidade de metal equivalente à capacidade de processamento e/ou beneficiamento das empresas compradoras, que em troca realizariam em conjunto o empréstimo à Alcasa, sem cobrar juros.[412]

Tal acordo estava longe de representar uma solução definitiva para os muitos problemas da empresa, mas é importante por demonstrar a questão fundamental que estava em jogo naquele momento: os defensores do *control obrero* pretendiam diminuir as relações comerciais com o capital imperialista, minando sua influência e impedindo a reprodução do modelo que garantia às transnacionais não só o acesso a alumínio barato, como também à toda sorte de negócios lucrativos ligados à manutenção da dependência

---

[411] Além dos trabalhadores da Alcasa, também alguns representantes das cooperativas que negociavam com a empresa chegaram a apresentar denúncias junto à *Físcalia General del Pueblo*, de que estariam sendo ameaçados por homens armados ligados aos sindicalistas da FSBT (ver em http://www.aporrea.org/actualidad/n175384.html, acessado em 17 de novembro de 2016).

[412] Ver em http://www.aporrea.org/actualidad/n186974.html , acessado em 18 de novembro de 2016.

– como os contratos privilegiados para vendas de máquinas e insumos; o controle internacional de preços; os contratos de assistência técnica; etc. Tratava-se, portanto, de uma manifestação de um mesmo conflito geral, ligado ao modelo de industrialização primário-exportador dependente implantado na Venezuela desde os primórdios da exploração petrolífera. A burocracia da CVG, o governo local de Gomez e a FSBT cumpriam o papel da burguesia local que, neste modelo de "desenvolvimento", alia-se ao capital estrangeiro para reproduzir continuamente um sistema desigual de trocas que, na verdade, só pode se manter ao longo do tempo à custa do saqueio (sempre em benefício do capital imperialista e seus aliados) das riquezas naturais do país. A ascensão do chavismo deslocou os grupos que tradicionalmente se beneficiavam destes *"lugares de acumulação"*, mas não os eliminou em si mesmos (o PGS consistiu, justamente, em uma tentativa neste sentido). Tais *lugares* vieram a ser preenchidos por novos agentes, mais ou menos amalgamados com os antigos, que desde então passaram a atuar como qualquer fração da classe burguesa – isto é, partiram da defesa de interesses privados imediatos, mas gradativamente evoluíram para uma articulação mais ampla, envolvendo interesses corporativos até, finalmente, passarem a defender interesses de classe.

É com base nessa trama que agiam tanto os gerentes locais que se recusavam a compartilhar informação, no nível da fábrica, até os altos ministros que ordenaram o sufocamento financeiro da empresa. Parte dos trabalhadores passou a aceitar, a contragosto, a ideia de que somente com a destituição de Sayago seria possível salvar a empresa, uma vez que, do contrário, o governo simplesmente não realizaria os investimentos necessários. Àquela altura, os negócios com as transnacionais estavam praticamente interrompidos, e Sayago já havia sido proibido – supostamente por ordem dos ministros Jorge Giordani, Nicolás Maduro, José Khan e Maria Cristina Iglésias – de participar das reuniões da Sub-Comissão Especial do PGS (a que ele tinha direito de estar presente, por ser presidente da Alcasa). Quando Chávez passou a se ausentar para para realizar seu tratamento de câncer em Cuba, já em 2012, a pressão se tornou insuportável. Em fevereiro, o vice-presidente Elias Jaua anunciou a exoneração de Sayago e sua substituição pelo sindicalista Angel Marcano, ligado à FSBT e ao grupo de Francisco Rangel Gomez; ao mesmo tempo, anunciou também que, finalmente, o investimento de 403 milhões de dólares seria liberado pelo Ministério das Indústrias Básicas.

Jaua argumentou que a ordem havia partido do próprio Chávez; mas a maior parte dos trabalhadores – não só da Alcasa, como de todas as indústrias básicas de Guayana – viu a medida como uma espécie de "golpe" da direita chavista, que se aproveitou da situação delicada do presidente para sepultar definitivamente o PGS e restabelecer os esquemas de corrupção e os laços de dependência entre as empresas da região e as transnacionais. Angel Marcano deixou isso claro logo em sua primeira semana como presidente da empresa, quando demitiu nove gerentes (alguns dos quais eleitos pelos trabalhadores de base), e cessou imediatamente de participar das reuniões com os conselhos. Rapidamente se organizou uma resistência que ultrapassou os muros da Alcasa. Mais de 50 entidades organizadas da região de Guayana – incluindo movimentos sociais, *consejos comunales*, associações de classe, rádios comunitárias, coletivos culturais, etc – uniram-se aos coletivos operários de base para conformar uma frente que ficou conhecida como *Colectivos Patrióticos de Resistencia Popular Revolucionaria de Guayana*. O objetivo da frente era atuar no ano eleitoral com vistas ao aprofundamento do processo revolucionário, enfrentando não só os partidos da oposição como também a burocracia de direita cada vez mais encastelada no governo. Em princípios de março de 2012, a frente lançou um manifesto, assinado também pelo Partido Comunista da Venezuela e pela direção nacional da UNETE.[413]

> Rechazamos, en forma firme y combativa, la burda maniobra de la Corporación Venezolana de Guayana (CVG) y su presidente, Rafael Gil Barrios, de destituir al trabajador presidente Elio Sayago de la Unidad de Producción ALCASA, para colocar allí a un operador sindical de las mafias que se han adueñado de Guayana desde hace más de 40 años
> (...)
> El problema no es la salida de un presidente sino el retroceso antidemocrático en el método que conspira contra el modelo de gestión de Control Obrero. (...) El camarada Sayago desde su primer día de gestión mantuvo una posición siempre firme de acabar con la entrega de nuestra materia prima a las transnacionales, y especialmente lo referido a la venta del aluminio primario a las empresas GLENCORE y NOBLE, lo cual suscitó grandes enfrentamientos entre los sectores clasistas de izquierda realmente

[413] No âmbito do PSUV, àquela altura, o cerceamento à liberdade de crítica era praticamente total, principalmente naquela conjuntura específica – com o presidente Chávez disputando uma eleição em pleno tratamento do câncer. O único político do PSUV a assinar o manifesto dos *Colectivos Patrióticos* foi Adel El Zabayar, então deputado da Assembleia Nacional pelo estado de Bolívar. O posicionamento de Zabayar gerou uma reação imediata de Rangel Gomez, que invocou a questão da fidelidade partidária, cobrando disciplina em relação às decisões da cúpula de governo, e passou a atacar o deputado em seus comunicados semanais nas rádios de Guayana. Em resposta aos abusos de poder e aos ataques de Rangel Gomez, Zabayar pediu formalmente ao Procurador-Geral da Venezuela que o governador fosse submetido a um exame psiquiátrico. Gomez demonstrou que o pedido não era de todo descabido, ao retornar à rádio para chamar Zabayar de "covarde" e convida-lo para que resolvessem suas diferenças pessoalmente, nas ruas de Puerto Ordaz, através de uma briga.
(ver https://venezuelanalysis.com/analysis/7151, acessado em 21 de novembro de 2016).

> comprometidos con este proceso revolucionario y los sectores de la derecha endógena, agrupados en la Fuerza Bolivariana de Trabajadores (FBT), quienes desean perpetuar el control que poseen sobre las empresas básicas de Guayana desde el año 2.000, cuando el otrora general activo Francisco Rangel Gómez (actual gobernador del Estado Bolívar) tomó posesión de la presidencia de la CVG.
> (...)
> Elio Sayago denunció en varias oportunidades con nombre y apellido (Últimas Noticias, 22 de julio de 2011) a las personas que estaban detrás del plan de quiebra económica de ALCASA, tales como el ex ministro del MIBAM José Khan, y el gobernador Francisco Rangel Gómez, con sus operadores sindicales y políticos: José Gil, José Ramón Rivero y Ángel Marcano, quienes a pesar de vestirse de rojo coinciden en acción política con los sectores económicos oligárquicos de la oposición, enemigos históricos de la clase obrera.
> (...)
> En ausencia del presidente Chávez, con su conocimiento o no, se impone un operador transnacional en la presidencia de ALCASA, a pesar que en las recientes elecciones sindicales de ALCASA recibieron el mayor rechazo electoral en los 44 años de esa factoría. Esta ofensiva con rasgos de violencia continúa en ALCASA, donde ya se inició el despido laboral y se expresa en otros sectores de la región donde se han cerrado programas de radio de la vanguardia revolucionaria obrera. Estas acciones se podrían haber predicho al conocerse la designación de Rafael Gil Barrios como presidente de la CVG, pues se iniciaba así la reconquista de las pocas empresas que no estaban bajo el control de la FBT. Así mismo, estos sectores político-económicos han estado articulando en Caracas, aprovechando la ausencia del camarada comandante Chávez, para también apoderarse del control de SIDOR, la otra productora que ha demostrado independencia de la FBT y apego a los lineamientos del Plan Guayana Socialista. (REMITIDO PÚBLICO NACIONAL DESDE GUAYANA, SOBRE LA SITUACIÓN DE LAS EMPRESAS BÁSICAS)[414]

Visivelmente debilitado pelo tratamento contra o câncer, Chávez só retomou suas atividades em maio, passando a se concentrar na difícil disputa eleitoral que se avizinhava. Seja por concordar com as posições da burocracia de Estado ou por não poder combatê-las nas condições (políticas e pessoais) em que se encontrava, o fato é que o presidente não voltou atrás na nomeação de Angel Marcano, apesar de toda a mobilização dos trabalhadores. O moral do movimento operário em relação ao PGS entrou em uma espiral descendente desde então. Ainda que muitos conselhos continuem existindo até hoje (assim como os cursos da UBT), na verdade toda a CVG passou a ser administrada através das formas verticalizadas tradicionais. Pior ainda: após a morte de Chávez, os níveis de produção decaíram de forma vertiginosa, levando praticamente todas as empresas básicas a operar em níveis muito abaixo de sua capacidade instalada. Tornou-se muito comum a insólita situação de trabalhadores comparecem nos horários de expediente, mas não trabalharem de fato, já que as empresas ficam paradas na maior

[414] O documento encontra-se disponível na Internet, divido em duas partes. A citação acima pode ser vista em http://www.workerscontrol.net/es/geographical/%C2%A1chavez-con-la-clase-obrera-%C2%A1la-derecha-endogena-y-la-oposicion-con-las-transnacionales (acessado em 21 de novembro de 2016). Há também uma segunda parte do documento, disponível em http://www.workerscontrol.net/es/geographical/remitido-publico-nacional-parte-ii (acessado em 21 de novembro de 2016).

parte do tempo (por falta de insumos, peças, combustível, etc). Os salários só continuaram a ser pagos graças ao recurso à renda petroleira (cada vez mais escassa). Na prática é como se a burocracia parasitária lograsse "espalhar sua lógica" entre os próprios trabalhadores – que, mesmo não concordando com essa situação, passaram a receber sem trabalhar, o que mantém certa paz social na região, enquanto as empresas acumulam dívidas e problemas gravíssimos de sucateamento. É claro que os próprios trabalhadores percebem a insustentabilidade desse cenário, e são muitas as manifestações no sentido de retomar a produção para salvar o parque industrial de Guayana; porém, dado o autoritarismo crescente do governo e o colapso econômico do país, nada pode ser feito.

O relato de Alejandro Alves, trabalhador e liderança sindical do *Complejo Siderúrgico Nacional* (antiga *Orinoco Iron*) é emblemático da situação crítica das indústrias básicas de Guayana na atualidade.

> [Em 2012] la producción de la empresa fue de 250 mil toneladas de acero, bajo la administración privada.[415] Fue la última producción. En el año 2013, bajamos a 245 mil toneladas de acero. Ahí bajamos 4 mil toneladas. Pero ya en 2013 estávamos bajo la administración del Estado, el patrón no existia. En el año 2014, bajamos 90 mil toneladas. Estamos hablando que en el año 2014 apenas podimos producir, o poner en marcha, 36% de la capacidad instalada de esta planta, porque no tenemos insumos, no tenemos repuestos, porque hay una mala gerencia. Ahora, estoy hablando de esta planta; cuando hablamos de la empresa total, lo que podimos alcanzar fue 28% de la capacidad instalada. ¿Que significa? Que no estamos produciendo bien bajo la administración del Estado. ¿Producto de que? Repito: corrupción, burocratismo, ineficiencia. Eso es lo que hay. Este año, 2015, para esta fecha, en mes de mayo, esa planta deberia ter producido más de 140 mil toneladas de acero. Sin embargo, lo que podimos producir – durante 15 dias, nada más – fue 19 mil toneladas de acero (...) Estamos paralisados desde 23 de noviembre de 2014 hasta hoy, 12 de mayo. (...) [Os trabalhadores] vienen hacer cosa de limpieza, mantenimiento, até onde podemos. Pero en realidad estamos sin hacer nada. El presidente Chávez entregó, a la gerencia nuestra, una empresa productiva; le entregó bolívares, 398 millones de bolívares; 21 millones de dólares; le entregó insumos; y, por supuesto, le entregó ya productos para vender. (...) ¿Como es posible que apenas dos años después nuestra empresa estea casi quebrada? Ellos alegan que no hay dólares, pero nosotros veníamos produciendo! ¿Donde está los bolívares de lo que veníamos produciendo? (...) Sidor esta produciendo a pérdidas. Vamonos a Alcasa: Alcasa están tratando de levantarla (...) han tentado de todo, y esa empresa no arranca, no termina de producir. (...) Se nos vamos a Venalum, está en el piso; Venalum nunca ha podido recuperar ni la mitad de su producción. Se vamos entonces a Carbonorca, está en el piso también. Y eso lo vemos todos los dias. Se vamos a Bauxilum, está en el piso, totalmente en el piso. Se vamos entonces a Friosa – que era la empresa distribuidora de alimentos más grande de sur-oriente de país – nuestro gobierno la quebró, lo expropió para quebrarla. (...) Esa és nuestra realidad. ¿Matesi? No termina de arrancar. (...) Lo que mantiene la sociedad traquila, que no hay un estalido social, es que, pese a lo que no estamos produciendo, estamos cobrando. Aunque no estamos produciendo, el Estado venezolano nos paga. Pero eso no es lo que queremos. No queremos ser parásitos.

[415] Como vimos anteriormente, no caso da antiga Orinoco Iron (conjunto de plantas que estatizadas, que passou a se chamar Complejo Siderúrgico Nacional), a administração da empresa continuou em mãos privadas até 2012, embora a nacionalização tenha se dado por decreto em 2010.

> Queremos produzir. (...) Se no hubiese los ingresos que hay de la renta petrolera, aun que los precios han bajado bastante, pero sigue entrando algo (...) aqui nos comeramos uno con otro. Porque ¿como tu mantiene a la gente de Venalum, pagandose sin producir? ¿Bauxilum, pagando sin producir? ¿Sidor, pagando sin producir? Alcasa; Carbonorca; CVG Refratário; Caldere; Grafitos; el Complejo Siderúrgico... ¿Como? Estamos hablando que están pagando sin producir a unos 21 mil trabajadores. Eso es gracias al petróleo, no gracias a una buena gerencia. (Alejandro Alves)

Vale lembrar que a relativa paz social de Guayana não é mantida apenas graças ao pagamento dos salários. A ascensão do estamento burocrático, juntamente com o vazio de poder deixado pela morte de Chávez, desatou todos os freios que, até então, mantinham (relativamente) sob controle a prática do *sicariato* e o crime organizado ligado à extração e comércio ilegal de minério. Nessas condições, qualquer militância mais crítica se tornou muito perigosa.

> El gobierno [de Nicolás Maduro] tiene, con la FBT, sectores armados para atacar a sindicatos como nosostros. Eso casi nadie quieren decir. Casi nadie tienen valor para decir lo que estoy diciendo en este momento. (...) Cuando José Luiz Hernandez, presidente de Sutiss, ha querido hacer manifestaciones, hay habido gente de la FBT que vay allá a disparar, que vay a sembrar el terror, a sembrar miedo. Eso todo mundo lo sabe, pero nadie quiere decirlo. Hay que decirlo. El gobierno, en esta ciudad, en ese estado, lamentablemente, se tu lee la prensa, vay a encontrar que en las minas hay *pranes*.[416] *Pranes* de oro. Y están matando a nuestros mineros, a nuestros mineros artesanales.[417] (...) Esos *pranes* están apoyados por sectores del gobierno, por militares. En nuestro estado está la máfia del oro; la máfia de hierro; la máfia de las cabillas; la máfia de refratário, la máfia de diamante; la máfia de alumínio... Es una realidad. Entonces, muchas de esas máfias hacen pacto con los sindicatos. Y cuando sale un sindicato que de verdad le duele la empresa (...) hay de descualificarlo. Imediatamente, ¿que es lo primero que dicen? "Es un *quinta columna*". "Tiene una agenda oculta". "Se reune con la oposición". Entonces, yo puedo ser afecto al gobierno, y tu sea de la oposición; pero hay puntos en comunes entre tu y yo. No todos los sindicatos de la oposición son golpistas. No todos los dirigentes sindicales de la oposición son golpistas. No todos los dirigentes políticos de la oposición son golpistas. Entonces, ¿porque muchos sindicatos, como lo nuestro, preferimos llevar las cosas *allí* [isto é, com cautela]? ¿Sin ir más allá? Bueno, temiendo por la integridad fisica no solo nuestra, como también de nuestros afilliados. Tenemos miedo de salir a manifestar por algo, y que venga los grupos armados de la FBT o del gobierno, y nos pega al plomo. Eso es verdad. Cuando tu denuncia eso, ante muchos sectores del gobierno que saben que es *cierto* [isto é, que é verdade] – diputados, políticos... – se quedan callados. Hay una sociedad de cómplices. ¿Por que? O és cómplice porque apoyan esas acciones, o és cómplice porque omítese. Yo he conversado con algunos diputados este tema, y me dicen que "no es el momento político", que "no estamos para cazar una pelea que no vamos a ganar", que "es peligroso"... Bueno, em medio de todo eso, es cómplice también, porque no quiere hacer nada. Se Bolívar hubiese posto a pensar también en todo peligro que era armar una revolución para liberar medio continente, no lo havia hecho! (Alejandro Alves)

---

[416] O termo "pran" significa uma espécie crime organizado que controla alguma atividade específica (geralmente liderado de dentro das prisões).

[417] O caso dos *Pranes de Oro* de Guayana tornou-se mundialmente conhecido através de um documentário, produzido pelo jornalista espanhol David Beriain e veiculado no canal de TV *Discovery Max*. Mais detalhes, ver https://www.youtube.com/watch?v=kZFEX2q9o4E, acessado em 21 de novembro de 2016.

Para complicar ainda mais o quadro, é necessário lembrar que, àquela altura, boa parte da administração pública estava controlada por militares – tendência que existia desde princípios do governo Chávez, mas que aumentou muito após sua morte. Em Guayana, a maior parte dos altos postos gerenciais na CVG e das empresas passaram a ser ocupados por militares.

> En la mayoria de las empresas [de Guayana] son militares [os presidentes]. En Sidor hay un militar. En tres de las cuatro briqueteras hay militares. En Venalum hay un militar. (...) En Ferrominera hay un militar... En casi todas las empresas están los militares. En el Estado, en general. Por eso, cuando alguién dice "golpe de Estado", dijo yo: "¿Que falta?". Ya toda la estructura del Estado están manejando los militares. (...) Chávez jamás puso militares controlando todo. Por supuesto le dió mucho más peso... Habría que hacer un exercício, pero de gabinete del cuerpo de ministros, hoy, la majoria son militares. No sé que porcentage – y habría que compararlo con los ministerios que tenía Chávez –, pero está claro que la participación de los militares hoy, en la estructura del Estado, es el doble, por lo menos, de lo que habría con Chávez. Casi todas las intancias fundamentales lo controlan los militares. Cada nuevo organismo que se crea – y Maduro *"toda la semana"* cria un organismo – todos son con los militares. En lo ministério de indústrias se pone un militar (en la mano de Diosdado [Cabello] también). La corporación siderurgica lo dirige un militar. De hecho, en PDVSA, que no havian logrado entrar, ya en PDVSA Industrial – que es toda la parte industrial de PDVSA, que nos es del petróleo – lograron por un militar, lograron entrar tambien. (Martín Poliak)

No discurso de Primeiro de Maio de 2015, Maduro argumentou que os trabalhadores "não estavam ainda preparados" para tomar em suas mãos o controle da produção. Ao mesmo tempo, disse que iria "reimpulsar o *Plan Guayana Socialista*". No entanto, é muito evidente, para qualquer um que visite Guayana, que sua promessa caiu no vazio, sendo recebida com total incredulidade pelos trabalhadores. E não poderia ser diferente, já que uma transformação socialista não poderá ser realizada por aqueles que, desde o início, sabotaram todas as tentativas que se deram neste sentido. Assim, a região de Guayana, que num dado momento da história recente da Venezuela foi um símbolo do aprofundamento do processo bolivariano, com as tentativas mais avançadas de transformação das relações produtivas, tornou-se um triste monumento da vitória de uma "nova fração burguesa" contra-revolucionária, nascida no seio do próprio chavismo.

CONCLUSÃO

Em seus escritos carcerários, Antonio Gramsci dedicou grande parte de seu esforço intelectual para demonstrar que, nas sociedades capitalistas mais complexas – denominadas por ele através do conceito de *Ocidente* –, o Estado não está cristalizado somente nas estruturas propriamente estatais; ele transborda para toda a sociedade e encharca a própria cultura, encastelando-se em poderosos organismos da sociedade civil. A manutenção do poder pela burguesia, portanto, não depende apenas do controle do aparato estatal *stricto sensu* (que, obviamente, continua exercendo um papel fundamental), mas também de certo nível de consenso na sociedade civil, articulado pela ação dos aparelhos privados de hegemonia (APH), tais como associações empresariais, imprensa e mídia, escolas e universidades privadas, organizações filantrópicas, conselhos, institutos de pesquisa, indústria cultural, organizações não-governamentais (ONG's), etc.[418]

É principalmente a partir da ação dos APH, na sociedade civil, que se formulam e se tornam hegemônicos os projetos políticos e as visões-de-mundo através dos quais uma ou mais frações dominantes da burguesia impõem seus próprios interesses como expressão de uma "vontade" nacional-popular, *dirigindo* as frações burguesas aliadas e *dominando* as camadas subalternas. A transformação deste quadro impõe, aos trabalhadores, a tarefa de se contrapor à hegemonia burguesa no âmbito cultural, o que só poderá ser realizado com a elaboração de um projeto alternativo de sociedade, calcado em uma visão-de-mundo contra-hegemônica alicerçada em sólidas formas organizativas na sociedade civil. Simplesmente tomar o poder do Estado é insuficiente (e, a princípio, impossível) sem que se conforme, na sociedade civil, uma contra-hegemonia cultural capaz de legitimar a tomada do poder visando a transformação da sociedade.

Para isso, os trabalhadores precisariam desenvolver um *partido revolucionário*, que nos termos de Gramsci não se confunde com as "legendas" que tradicionalmente participam do jogo eleitoral – ou da *pequena política*, isto é, da "política de bastidores",

[418] Nas palavras de Gramsci, "no Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma relação apropriada e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional." (GRAMSCI, 2000: 262)

das discussões parlamentares, etc. Para Gramsci, o *partido* necessário à transição ao socialismo seria um organismo capaz de articular as lutas fragmentadas dos trabalhadores, de modo a *sintetizar os germes de vontade coletiva, tornando-os universais e totais*, e de realizar a necessária *reforma intelectual e moral* que, atuando concomitantemente com as transformações nas relações de produção, permitisse a tomada do poder pelos trabalhadores. Ao se colocar em questão se a reforma cultural pode se dar sem uma anterior reforma econômica, Gramsci é bem claro em responder que "uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, *o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral*" (GRAMSCI, 2000: 19, grifos meus).

Se considerarmos justas as assertivas de Gramsci, temos que responder a duas questões fundamentais, para o entendimento do processo bolivariano: 1) se a Venezuela pode ser considerada uma sociedade de tipo *ocidental*; e 2) se haveria no país, no contexto do processo bolivariano, um organismo capaz de cumprir as necessárias funções do partido revolucionário. Antes de responder a esses questionamentos, é preciso atentar para o fato de que Antonio Gramsci é "um marxista que recusa a fossilização dos conceitos ou sua imposição à realidade histórica"; além disso, os pares conceituais empregados por ele – tais como Ocidente e Oriente; sociedade civil e sociedade política; consenso e coerção; direção e domínio; dentre outros – jamais se apresentam como "mutuamente excludentes" (MATTOS, 2009: 78). Portanto, mais correto seria dizer que, nas díades de Gramsci, um termo pressupõe a existência do outro, e a questão principal, a ser avaliada empiricamente, é a *proporção* entre eles, o *peso* de cada um numa dada situação concreta.

Isto posto, consideramos correto admitir que a Venezuela apresenta características compósitas de sociedades Orientais e Ocidentais. Por um lado, historicamente grande parte da população se via excluída da participação (mesmo que mais ou menos *passiva*) nas formas associativas da sociedade civil. Até pelo caráter histórico de *enclave* da indústria do petróleo, parcamente articulado com o restante das atividades econômicas do país, é como se a sociedade civil venezuelana incluísse apenas a uma parcela da população que, de uma forma ou de outra, estivesse mais próxima da atividade petrolífera e/ou das demais atividades econômicas *irrigadas* com os recursos oriundos do petróleo. As massas pauperizadas se reproduziam de forma quase *paralela* em relação à essa parcela politicamente mais ativa da população,

raramente participando das eleições e sendo relegada ao esquecimento nas favelas e periferias das cidades, na quase total ausência de serviços públicos – ainda que, por outro lado, também desenvolvessem formas organizativas próprias que, porquanto não fossem reconhecidas formalmente pelo Estado, tinham relevância local e também incidiam no âmbito das disputas políticas em geral.

As especificidades da Venezuela como país petroleiro-rentista fazem com que a tomada de postos-chave no Estado permita um controle relativamente global sobre o conjunto da acumulação de capital no país, já que é por intermédio dos aparelhos de Estado que se definem os circuitos de circulação da renda petroleira – fundamentais para a formação e reprodução do capital portador de juros e de todas as frações burguesas mais importantes. Isso dá ao Estado um papel econômico semelhante ao esperado em sociedades *orientais*, porque toda a acumulação é mais ou menos dependente de um único setor controlado pelo Estado (a própria reprodução física da sociedade, grosso modo, depende desse setor). Além disso, se analisarmos a dicotomia coerção-consenso na história do país, verificaremos que há um inegável peso maior do primeiro componente, não só nos períodos ditatoriais como também durante a chamada *democracia puntofijista* – que na prática era um sistema bastante fechado à participação popular e muito autoritário. Se a prevalência da coerção não é suficiente para afirmar o caráter *oriental* de uma sociedade (dado que muitas democracias de tipo Ocidental também apresentam elevados níveis coercitivos, e o consenso pode servir justamente para legitimar a coerção), ao menos indica uma incapacidade relativa dos aparelhos privados de hegemonia em formular consensos fortes o suficiente para prescindir da aberta repressão de Estado.

Por outro lado, a própria indústria petrolífera, até por seu caráter abertamente predatório, sempre se preocupou com a questão da formulação de consensos mínimos no campo cultural. De forma até pioneira (no contexto latino-americano) realizou grandes esforços de Relações Públicas, com investimentos nas áreas de publicidade & propaganda, imprensa escrita, programas educacionais, programas de TV, promoção de artistas e escritores, etc, sempre buscando difundir uma visão-de-mundo compatível com a manutenção da estrutura socioeconômica petroleiro-rentista. Com o advento do sistema *puntofijista*, houve um aumento da associatividade na sociedade civil venezuelana, com o surgimento de APHs de todo tipo: associações empresariais, clubes, mídia, *think-tanks*, ONG's, etc. Além disso, a imensa rede de clientelismos que emanava do Estado – capitaneada por burocratas, deputados, *alcaldes*, sindicalistas,

lideranças partidárias, etc – integrava de alguma maneira as camadas mais pauperizadas ao debate político nacional (mesmo que a abstenção eleitoral desses setores continuasse relativamente alta, se comparada às camadas médias). No auge do sistema *puntofijista*, houve uma significativa melhora no padrão de vida dos trabalhadores – em termos de índices de escolaridade, serviços de saúde, expectativa de vida, serviços públicos, redução da mortalidade infantil, etc – o que angariou apoio popular ao regime e se traduziu na participação dos sindicatos (através da CTV) nas decisões de Estado; também as formas organizativas da burguesia – especialmente a Fedecámaras – participaram da elaboração das políticas de Estado (MARINGONI, 2009: 65, 67). Nas últimas décadas do século XX, a burguesia buscou, através de seus APH's, romper gradualmente o isolamento em relação aos setores mais marginalizados da população, propondo ações comunitárias junto às favelas e periferias das grandes cidades, com fins de angariar consenso para seus projetos de poder.

Portanto, houve certo desenvolvimento da sociedade civil organizada, particularmente nas quatro últimas décadas do século XX. Porém, na medida em que tal desenvolvimento ocorreu paralelo ao avanço do entrelaçamento de interesses entre as frações burguesas locais, a tecnoburocracia da PDVSA e o capital estrangeiro, na prática ele redundou em um processo gradativo de fechamento do debate público sobre a captação e distribuição da renda do petróleo. Ou seja, a sociedade civil se desenvolveu paralelamente ao isolamento político da discussão pública mais importante da sociedade venezuelana – na verdade, foi *justamente neste sentido* que se orientaram os aparelhos privados de hegemonia da burguesia venezuelana: legitimar que as decisões referentes à indústria petroleira fossem *exclusividade* de uma pequena parcela da sociedade, a única capaz de tomar as decisões mais "corretas" para todos (por uma questão de "meritocracia", "saber técnico", etc). Dentre os momentos-chave desse *encapsulamento* da indústria petroleira, destaca-se a própria "nacionalização" do petróleo, promovida nos anos 1970 (que, como vimos, acarretou em um isolamento das decisões relativas ao petróleo, e não na democratização do debate), e a chamada "abertura petroleira", iniciada nos anos 1990. A continuidade desse processo, através da adesão das frações dominantes à ideologia neoliberal privatista, fez com que os interesses imediatos desses grupos e do capital estrangeiro (sempre associados à tecnoburocracia de Estado) se divorciassem cada vez mais em relação aos do restante da sociedade, incluindo praticamente todo o conjunto das camadas subalternas e mesmo parte das frações burguesas mais frágeis.

Grande parte da sociedade venezuelana considerava uma ameaça a "redução do Estado" e a privatização da PDVSA, propostas pela *agenda* neoliberal. Por mais que esse sentimento fosse muitas vezes difuso e pouco articulado politicamente, de fato ele apontava para um dado bastante concreto da conjuntura: o que estava em jogo era a diminuição dos fluxos de renda petroleira que: i) abasteciam as políticas assistencialistas/clientelistas que atendiam os trabalhadores mais pobres; e ii) forneciam divisas baratas sem as quais era impossível manter o padrão de vida da classe média e os negócios dos pequenos e médios empresários. Em outras palavras, a adoção do neoliberalismo como bandeira, por parte das frações burguesas dominantes, incidiu diretamente nos mecanismos que, até então, mantinham os níveis mínimos de consenso ao modelo petroleiro-rentista, criando uma crise política prolongada que se arrastou por toda a década de 1990. De todos os países do continente, talvez a Venezuela fosse o mais refratário ao pensamento, ao discurso e às políticas neoliberais, os quais não puderam se afirmar sobre bases institucionalmente estáveis, apesar de todas as tentativas realizadas pelos governos Carlos Andrés Perez e Rafael Caldera. O principal fator dessa especificidade venezuelana reside, sem dúvidas, no peso relativo do Estado para o conjunto da reprodução social, tanto no que diz respeito ao controle da atividade petrolífera – onde somente o Estado poderia, em nome da nação, cumprir o papel de *proprietário* das reservas de petróleo – quanto na distribuição das divisas provenientes dessa atividade, absolutamente essenciais para o conjunto das atividades econômicas e para a rede de subsídios e políticas assistencialistas que atendiam as camadas subalternas. Isso fez com que fosse muito difícil para as frações dominantes construir um consenso em torno da consigna mistificadora do "Estado mínimo", isto é, da diminuição do papel do Estado nas atividades produtivas (supostamente em favor dos serviços sociais, os quais eram, na Venezuela, muito claramente dependentes do próprio Aparelho Econômico do Estado). A única alternativa de manutenção do poder passou a ser a escalada crescente da coerção estatal contra as camadas subalternas, que arcavam com os ônus sociais da falência do modelo; mas, dado o esgotamento das formas de consenso, a violência de Estado foi vista como injusta, ilegítima, criando um ciclo vicioso que retroalimentou a revolta da população, levando a Venezuela a um quadro que, no nosso entendimento, pode ser classificado como de *crise de hegemonia*.[419]

[419] É praticamente unânime na bibliografia a caracterização dos anos 1990 como de crise geral de legitimidade do sistema *partidocrático* inaugurado pelo *Pacto de Punto Fijo* (ELLNER, 2014; LOPEZ-MAYA, 2006 e 2009; DENIS, 2001; MARINGONI, 2009; FERREIRA, 2012; CORONIL, 2013; dentre

A vitória eleitoral de Chávez foi produto dessa crise. Chávez representou uma vontade nacional-popular de amplas e profundas transformações, traduzida na ideia da *refundação da República*. No entanto, o *conteúdo* dessas transformações nunca esteve muito claro. Sua Revolução Bolivariana era tão difusa quanto a base social que o levou ao poder por meio do voto, e os únicos compromissos que estavam relativamente claros desde o início eram o rompimento com o neoliberalismo e a proposta de superar os limites de participação política inscritos no sistema representativo liberal, através de uma nova Constituição que incorporasse as práticas *assembleísticas* existentes nos movimentos populares.[420] Em termos de luta de classes, o triunfo de Chávez nas eleições presidenciais de 1998 iniciou um longo e complexo período, no qual nem os trabalhadores atingiram a condição hegemônica, de modo a conduzir o conjunto da sociedade para a realização de um projeto *próprio* de emancipação, nem tampouco os grupos dominantes conseguiram abortar o processo crescente de organização e conscientização das camadas subalternas, através dos artifícios tradicionalmente utilizados em situações semelhantes (a saber: os golpes e os diferentes tipos de regime de exceção que os sucedem).

Chávez acabou se constituindo no elo que manteve unida a ampla e heterogênea base social que, de forma fragmentária, apoiou o processo de transformação da sociedade, e que se expressou eleitoralmente nos partidos que compuseram o Polo Patriótico – cujas diferenças ideológicas entre si eram muito significativas, reproduzindo em seu interior interesses de diferentes frações de classes. Não foi possível estabelecer uma organicidade entre a ação da cúpula de Estado e dos movimentos de base, porque *não se constituiu um organismo capaz de fazer a intermediação entre esses dois polos*. As práticas meramente eleitoreiras, que personificavam o bolivarianismo em Chávez, tiveram que ser aceitas em maior ou menor grau tanto pelos grupos mais radicais quanto pelos setores mais moderados do

---

outros). Alguns autores, mesmo não partindo de um referencial gramsciano (como BATTAGLINI, 2011) falam em uma "nova hegemonia" no pós-1998. Já Rafael Seabra (2014), que trabalha com referenciais teóricos semelhantes aos nossos, também caracteriza os anos 1990 venezuelanos como um momento de *crise de hegemonia.*

[420] Tais fatores diferenciam o caso venezuelano da experiência da Unidade Popular no Chile, que muitas vezes (e muito a *grosso modo*) é apontada como similar. No caso chileno, Salvador Allende foi eleito presidente com base em um programa que apontava abertamente para a construção do socialismo por via eleitoral; por outro lado, se comprometeu desde o início a respeitar as instituições liberais presentes na Constituição chilena. Chávez, ao contrário, só reivindicaria o socialismo em 2005; mas, desde 1998, deixou claro que pretendia superar as formas liberais de participação política, através de uma nova carta constitucional. Dentre muitas outras diferenças relevantes entre um caso e outro, convém ressaltar ainda que Allende foi eleito com 36,2% dos votos; já Chávez venceu todas as eleições presidenciais que disputou, sempre com uma margem superior a da metade dos votos válidos.

chavismo – ainda que os motivos de uns e outros fossem diferentes: para os setores à esquerda, o presidente tornava possível levar o processo adiante, na ausência de outro organismo ou ator político capaz de fazê-lo de forma organizada; para os setores moderados, ele era o "homem forte" capaz de manter o processo de transformações dentro de certos limites "aceitáveis", evitando choques mais violentos e imprevisíveis (ou *não desejáveis*) entre as frações de classes em luta. Em todo caso, a aceitação da liderança de Chávez tornou-se incontornável porque, sem ela, desfazia-se a *unidade* que dava a *força* do processo bolivariano.

Para os teóricos liberais – segundo os quais o Estado quase sempre aparece como um *ente* dotado de vontade própria, que "paira" acima da sociedade e representa os interesses *de governos* ou, quando muito, *da burocracia* – é "suficiente" interpretar o processo bolivariano simplesmente como o resultado das "decisões" ou dos "interesses pessoais" de Chávez e seus assessores mais próximos. Se, no entanto, nos propusermos a complexificar a análise, considerando o Estado como uma manifestação de relações sociais concretas, é necessário articular o funcionamento do governo com o conjunto de interesses e de ações de classe que permearam o processo bolivariano ao longo do tempo. Por essa razão, preferimos trabalhar com a ideia de uma autonomização *relativa* do Estado, que na realidade é um fenômeno recorrente em situações de crise de hegemonia e que, no caso da Venezuela, tem a ver também com as características históricas de sua estrutura de classes.

Nos termos que apresentamos acima, a principal referência teórica que embasa a noção de autonomização relativa do Estado é *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, de Karl Marx. Nessa obra, Marx faz uma análise da luta de classes na França de meados do século XIX, que resultou no golpe de Estado de 1852. Embora Marx não tenha proposto uma *definição conceitual*, ele demonstrou como o método do materialismo histórico pode explicar certas circunstâncias específicas em que o Estado se torna *relativamente autônomo* em relação às classes e frações de classe em disputa. Seguindo suas indicações, a tradição marxista posterior consolidou o conceito de *bonapartismo*, tornado uma chave interpretativa vigorosa que pode ser utilizada para a análise de diferentes contextos históricos, e que muitas vezes é reivindicada para caracterizar a experiência chavista (ROSA, 2014; ITURBE, 2007; ARAÚJO, 2008; DEMIER 2007; PSTU, 2008, LBI-QI, 2010).

Seriam regimes bonapartistas aqueles em que a burguesia não encontra meios para exercer *diretamente* a dominação sobre o conjunto das camadas subalternas, e por

isso precisa abdicar do comando direto do Estado em favor de um *líder* que, por assim dizer, parece elevar-se "acima" da luta de classes, atuando como um "árbitro" que mantém a "paz social" e a "ordem" por meio da burocracia e das Forças Armadas. O *líder* assegura a dominação burguesa porque defende a propriedade privada dos meios de produção e os interesses fundamentais do capital, atacando os setores mais organizados das classes trabalhadoras. Contudo, geralmente é apoiado por outros setores subalternos (como o campesinato ou o lumpem-proletariado), e às vezes também contraria interesses imediatos de associações burguesas da sociedade civil. Por fim, seria também uma característica dos regimes bonapartistas o cerceamento das liberdades e dos direitos políticos, suplantando a democracia em favor de formas autoritárias de governo.

Gramsci formulou o conceito correlato de *cesarismo*, que remete às conjunturas nas quais, pela ameaça de destruição mútua das forças políticas em disputa, abre-se espaço para um líder "heroico", que expressa uma solução de tipo arbitral. Entretanto, em Gramsci o cesarismo pode apresentar diferentes significados históricos, sendo progressista ou regressista conforme as forças que ajuda a triunfar – mesmo que esse auxílio se dê, em qualquer dos casos, "com certos compromissos e acomodações que limitam a vitória" (GRAMSCI, 2000: 76). Gramsci salienta, porém, que no mundo moderno a "ação histórico-política imediata e iminente" só pode se encarnar miticamente em um indivíduo – e não em um *partido* – nos casos em que a sociedade se vê diante de um "grande perigo iminente, grande perigo que cria precisamente, de modo fulminante, o fogo das paixões e do fanatismo, aniquilando o senso crítico e a corrosividade irônica que podem destruir o caráter 'carismático' do *condottiero*" (GRAMSCI, 2000: 16); mesmo assim, nesses casos a ação política tenderá a apresentar um caráter mais *reativo* do que *propositivo*, quase sempre "do tipo restauração e reorganização, e não do tipo peculiar à fundação de novos Estados e de novas estruturas" (idem, ibidem).

Mais ou menos no mesmo período em que Gramsci escrevia esses apontamentos, Trostki também desenvolveu ideias semelhantes, ao focalizar certos governos latinoamericanos do início do século XX – tais como o do general Cárdenas (1934-1940), no México, e a ditadura estadonovista de Vargas (1937-1945), no Brasil. Para Trostki, muitos governos da América Latina constituíram uma forma *sui generis* de bonapartismo, típica de países periféricos nos quais a burguesia se vê *espremida* entre a presença decisiva do capital estrangeiro e a forte pressão exercida *debaixo*, pela classe

trabalhadora em acelerado processo de proletarização. Nessas condições, ele pode se converter em um instrumento do capital estrangeiro, submetendo os trabalhadores a uma ditadura policial, ou pode *manobrar* o proletariado (inclusive fazendo-lhes concessões), para deste modo dispor de certa *margem* de ação em relação ao imperialismo internacional (TROTSKI, 2009: 139).

Acreditamos que os conceitos de *bonapartismo sui generis* e *cesarismo* constituem chaves interpretativas que auxiliam enormemente a análise do governo Chávez. Entretanto, é importante não partir desses conceitos para *tomar por explicação* o que, na verdade, *precisa ser explicado* (o próprio Gramsci, ao apresentar o conceito de cesarismo, alertou para o fato de que este constitui "uma fórmula polêmico-ideológica, e não um cânone de interpretação histórica" (GRAMSCI, 2000, 77)). É necessário analisar o desenvolvimento concreto de cada processo para, a partir daí, propor conceitos e uma explicação teórica que torne inteligível seus *sentidos históricos*.

É possível afirmar que foi a oposição intransigente do empresariado venezuelano que motivou o governo a abandonar suas propostas iniciais de conciliação de classes em favor de um programa mais à esquerda, que a princípio não era cogitado. É verdade que o governo se mostrou firme no propósito de realizar reformas profundas (como a nova Constituição e a Reforma Agrária) e reaver o controle soberano sobre o petróleo, desautorizando a autonomia da PDVSA; contudo, para além dessas iniciativas, não estavam colocadas transformações mais radicais nas relações de produção, nem muito menos o rompimento com o sistema capitalista (ao menos em princípios do governo). Mas nessa equação é necessário considerar também a pressão exercida pelas massas. A desapropriação de terras e empresas privadas (assim como a implantação de formas de *cogestión* nas empresas estatais) só ocorreram após ocupações promovidas pelos trabalhadores. Também as experiências dos *Consejos Comunales* e *Comunas* surgiram como experiência de luta antes que fossem institucionalizadas (e impulsionadas) pelo governo. Isso indica que Chávez se viu obrigado a incorporar demandas que surgiram da ação concreta das camadas subalternas organizadas, *e não somente por uma pressão exercida de forma passiva*.

Também é preciso ressaltar que Chávez ascendeu ao poder porque reivindicou a *transformação* e não a *manutenção* da ordem vigente. Não deve ser menosprezado o fato de que seu governo, de fato, rompeu com a "agenda" político-ideológica neoliberal, que vinha sendo aplicada na Venezuela e que se impôs intransigentemente no sistema capitalista mundial, apesar de toda a resistência em contrário. Pode-se argumentar que o

chavismo significou uma alternativa de *manutenção da paz social* – e, portanto, da ordem instituída –, na medida em que impediu que as contradições entre as classes evoluíssem para uma situação de confronto aberto e definitivo; no entanto, nada garante que esse confronto evoluísse, na Venezuela, para uma derrota da burguesia e a abertura de um processo mais consistente de transição ao socialismo. Exercícios especulativos sobre o que *poderia ter sido* são úteis em determinadas circunstâncias, mas não podem substituir a análise da sociedade em seu movimento concreto. O fato inescapável é que o neoliberalismo tornou-se hegemônico em praticamente todo o mundo, inclusive em países nos quais ocorreram sublevações massivas contra ele. A chegada de Chávez ao poder, malgrado todas as contradições de seu governo, fez da Venezuela um dos principais focos de resistência às políticas neoliberais (contribuindo inclusive para a ascensão de outros governos também críticos ao neoliberalismo, como o de Evo Morales, na Bolívia).

Além disso, deve-se salientar que a "paz social" chavista não *ocultou* os conflitos existentes na sociedade venezuelana, como geralmente ocorre em governos de tipo bonapartista, mas sim os tornou objeto de debate público. Os compromissos de conciliação e/ou diálogo com as forças *da ordem* foram feitos com base no reconhecimento das desigualdades existentes e no compromisso em buscar erradicá-las ou diminuí-las o máximo possível – algo que, obviamente, não se deveu somente às intenções do governo, mas principalmente pela pressão das camadas subalternas. Mesmo a proposta chavista de desenvolvimento e diversificação das forças produtivas – que não pressupõe o rompimento com o capitalismo e, a princípio, poderia inclusive interessar à burguesia – se justificou politicamente pelo reconhecimento de que o modelo petroleiro-rentista beneficiava apenas uma pequena parte da sociedade venezuelana, situada no topo da escala social, e que *por isso* deveria ser alterado. Porém, na medida em que a acumulação de capital na Venezuela estava *organicamente estruturada* segundo este modelo, a proposta de superação do rentismo petroleiro acabou evoluindo, com o tempo, para uma crítica ao sistema capitalista como um todo.

Outra complexidade no entendimento do processo bolivariano diz respeito ao caráter sempre muito contraditório do discurso chavista: estimulou a organização popular, mas também apresentou traços inegáveis de *personalismo*; defendeu uma democracia mais substantiva, mas quase sempre centralizou as decisões (e, com o tempo, passou a se fechar cada vez mais, cerceando os espaços de diálogo mesmo entre

as forças bolivarianas[421]); etc. Mas, a despeito dessas contradições, é inegável que, no âmbito cultural, Chávez cumpriu um papel importante no que diz respeito às disputas ideológicas e à conformação de uma visão de mundo contra-hegemônica, anti-capitalista, especialmente se focarmos os trabalhadores com menor experiência de organização e militância política. Mais ainda: o chavismo incidiu também em um contexto mais amplo, influenciando outros países e contribuindo para a ascensão de alternativas políticas de esquerda progressista no continente (com especial destaque para os governos Evo Morales, na Bolívia, e Rafael Correa, no Equador). Está praticamente fora de discussão que a política externa do governo Chávez representou um elemento contestador da ordem imperialista mundial, além de ensejar o fortalecimento dos laços políticos, culturais e econômicos entre os países mais pobres do sul, especialmente na América Latina.

Também merece uma análise mais criteriosa a questão do *carisma do líder*, previsto nos conceitos de bonapartismo e cesarismo: trata-se de um fator que *precisa ser explicado*, e não simplesmente tomado como consequência "inevitável" da situação de crise de hegemonia que origina este tipo de fenômeno. Por isso procuramos indicar, no capítulo 2, os elementos que *historicizam* a projeção do chavismo e do ideário bolivariano. Como vimos, o discurso chavista foi construído a partir da sistematização de elementos culturais cujas raízes encontram-se fincadas no tecido social venezuelano; eventualmente, tais elementos poderiam ser utilizados para a manutenção da dominação de classe, da alienação, etc. – como ocorrera tantas vezes na história venezuelana, através do chamado *culto à Bolívar*. Mas não foi o caso. O bolivarianismo proposto por Chávez *dialogou com as práticas de luta que vinham sendo empreendidas pelos setores mais combativos da classe trabalhadora*. Foi isso que, em última instância, levou largas parcelas das camadas subalternas a se identificar com o governo, levando Chávez a ocupar o vácuo de poder deixado pela situação de crise de hegemonia. A esse respeito, convém salientar também que o carisma de Chávez antecede sua ascensão ao poder e foi construído a despeito de toda a propaganda ideológica promovida pelos grupos

[421] Vale ressaltar, a esse respeito, que o cerceamento do debate, durante o governo Chávez, jamais atingiu os níveis que depois se verificariam no governo de Nicolás Maduro, no qual as vozes divergentes, mesmo no campo chavista, passaram a ser efetivamente ignoradas ou mesmo perseguidas. Com Chávez, mesmo após as inflexões centralizadoras do governo, houve um avanço significativo na participação autônoma dos trabalhadores organizadas *pela base* (em níveis muito maiores, por exemplo, do que os existentes na IV República).

dominantes, o que o diferencia da maioria das lideranças de tipo bonapartista.[422] O próprio MBR-200, em sua origem no meio militar, deve ser visto como expressão desse conjunto de alternativas de luta que floresceram na sociedade venezuelana, a partir da crise do rentismo petroleiro nos anos 1980-1990.

Parte das características centralizadoras do governo Chávez já estavam inscritas no MBR-200 e depois se confirmaram no *Movimiento Quinta República* e no PSUV. Mas essa centralização representou também uma adequação a padrões históricos da Venezuela. O Estado venezuelano, por suas características petroleiro-rentistas, *sempre* apresentou padrões centralizados e relativamente autônomos de funcionamento, independentemente do governo e/ou do regime que vigorasse no país. Neste sentido, a *autonomização relativa do Estado*, ocorrida durante o governo Chávez, não foi somente uma consequência da crise de hegemonia dos anos 1990 e/ou das características bonapartistas do regime, porque *também* decorre de estruturas econômicas, sociais e políticas que *antecedem* o processo bolivariano e que, por isso, inevitavelmente o perpassariam. Neste sentido, talvez seja mais correto inferir que o governo Chávez representou uma tentativa (mal sucedida, é verdade) de rompimento com padrões históricos de centralização e autonomização relativa do Estado na Venezuela – o que pode ser percebido logo em princípios do governo, por ocasião da aprovação da nova Constituição Bolivariana, quando se inseriram artigos que visavam descentralizar o poder no país. No geral, o processo bolivariano foi dinâmico, e não se pode dizer que sua direção tenha sido dada sempre pela cúpula de governo, com o beneplácito apenas *passivo* de setores subalternos (como prevê o conceito de bonapartismo). A chegada de Chávez ao poder, longe de desmobilizar os trabalhadores ou atentar abertamente contra sua liberdade de associação e/ou manifestação, na verdade diminuiu sensivelmente a repressão e deu novo impulso à organização pela base e aos protestos populares, fomentando inclusive que eles assumissem um caráter mais político, e não *apenas*

[422] Getúlio Vargas, por exemplo, só se tornou uma grande liderança popular *após* a tomada do poder, quando então pôde se utilizar de todos os recursos de propaganda proporcionados pelo Estado (incluindo aí a censura, implementada no período do Estado Novo); além disso, Vargas era um oligarca (ainda que de uma fração relativamente secundária) que ao menos em sua primeira experiência no poder (1930-1945), contou com o apoio mais ou menos explícito de boa parte da burguesia brasileira – à exceção da burguesia paulista, que em 1932 tentou demovê-lo do poder, mas posteriormente também se alinhou ao programa varguista. Chávez, ao contrário, se tornou uma grande liderança popular antes de chegar ao poder, e enfrentou desde sempre a oposição sistemática e praticamente unânime das frações burguesas dominantes. É verdade que também soube utilizar – e muito bem – os recursos do Estado para promover sua personalidade e liderança; mas nunca recorreu à censura, sendo obrigado a travar um combate ideológico incessante com os meios de comunicação privados – experiência que Vargas também experimentou, mas apenas em seu segundo governo (1950-1954). A explicação do carisma de Chávez, portanto, é mais complexa e guarda especificidades em relação a outras experiências de tipo bonapartista.

reivindicativo.[423] Além disso, Chávez tornou o Estado muito mais *permeável* à ascensão de lideranças advindas do movimento popular (como Roland Denis, que chegou a participar do governo), assim como para egressos de correntes políticas de esquerda oriundas da luta armada (como Carlos Lanz e Ali Rodriguez Araque) e intelectuais identificados com a causa do socialismo (como Jorge Giordani e Victor Álvarez Jr.).

A nosso ver, a própria instabilidade crônica do governo Chávez conspira contra sua caracterização como "aparentemente acima da luta de classes". Em grande parte, isso se deve justamente às reformas concretizadas pelo processo bolivariano na Constituição de 1999, que democratizaram – e não cercearam – o sistema político do país, tornando-o mais permeável às pressões das classes subalternas e removendo *parte* da "blindagem" que, historicamente, o Estado venezuelano sempre apresentou em relação à participação dos "de baixo". O choque com os interesses burgueses encastelados nos aparelhos de Estado foi inevitável, e como resultado o governo Chávez nunca apresentou um padrão previsível e coerente. Além das pressões *externas* ao chavismo, representada pela oposição sistemática dos setores empresariais, dos EUA e da maior parte da pequena burguesia, a dinâmica geral da luta de classes tensionou o governo também *internamente*, impondo avanços ou recuos em suas propostas ao sabor das disputas no interior da burocracia de Estado.

Tomando emprestada a metáfora do "Estado Mágico", de Fernando Coronil (2014) – mas utilizando-a de acordo com as categorias conceituais que norteiam esse trabalho –, podemos dizer que a "mágica" do Estado petroleiro-rentista venezuelano consiste, justamente, na sua capacidade de reposicionar as frações de classe existentes ou mesmo de *criar* novas frações para assegurar sua própria perpetuação. Em outras palavras, o Estado petroleiro-rentista sempre conseguiu – inclusive no governo Chávez – configurar e reconfigurar a estrutura de classes de modo que ela se mantenha sempre funcional à reprodução do aparato estatal tal como ele é. Parece estranho afirmar, desde uma perspectiva marxista, que o Estado possa *criar* uma estrutura de classes a sua imagem e semelhança, porque isso equivaleria a subverter a concepção marxiana de que

[423] Obviamente, falamos aqui de uma diminuição *relativa* da repressão de Estado: foi muito menor do que nos anos anteriores ao chavismo, mas não deixou de existir. Em geral, nos casos mais graves de repressão aos trabalhadores, a responsabilidade coube principalmente a governos locais, e não tanto à alta cúpula do Executivo Nacional (o que não significa que o governo Chávez também não tenha recorrido à repressão em alguns momentos). De todo modo, Chávez nunca desatou os meios coercitivos de Estado *em larga escala* – algo que qualquer outro governo, nos padrões latinoamericanos (e mesmo mundiais), certamente faria se enfrentasse situações críticas como as que Chávez enfrentou (quebra de hierarquia militar; golpe de Estado; locautes patronais; protestos oposicionistas massivos; etc). Cumpre ainda salientar, por fim, que os níveis coercitivos dispararam após a ascensão do governo Maduro.

o Estado só pode ser compreendido a partir das lutas de classes que se desenrolam na sociedade civil. Mas a questão é que, na Venezuela, a dominação burguesa precisou conformar uma fração de classe específica que, desde princípios do século XX, aparece como integrante formal dos aparelhos de Estado e controla – de maneira *exclusiva* – os órgãos de captação e distribuição da renda petrolífera (ainda que estes, formalmente, não constituam sua *propriedade privada*[424]). Em outras palavras, uma parcela da burocracia estatal, desde a formação do Estado-Nacional venezuelano moderno (que coincide com o começo da exploração petrolífera em larga escala), assumiu um *caráter de classe*, constituindo-se como uma fração burguesa específica – uma "fração burguesa de Estado", por assim dizer – que se perpetua no poder graças às suas ligações com o capital estrangeiro, e que *moldou* a estrutura de classes venezuelana conforme os interesses dessa aliança. É o que se conhece na Venezuela como *la gente del petróleo*, isto é, a parcela da sociedade que, não sendo necessariamente possuidora de meios de produção (embora não raro também se torne[425]), controla o setor mais importante da economia, reproduzindo-se historicamente de forma quase *isolada* do restante do país. Ela não se confunde com a burocracia tradicional – isto é, com os funcionários que operacionalizam, desde os aparelhos estatais, interesses de frações classe das quais eles próprios não fazem parte – porque, em função do caráter de *enclave* da indústria petrolífera, essa "fração burguesa de Estado" consegue se reproduzir segundo *interesses próprios*, acumulando capital no processo e usufruindo de toda sorte de privilégios que lhe são exclusivos. É claro que ela também está associada a outras frações, cujos interesses também operacionaliza (como o setor bancário e a burguesia importadora); mas sua autonomia é sensivelmente maior, se comparada à burocracia tradicional, porque todo o conjunto da burguesia local depende dos petro-dólares gerenciados por ela, e é ela que apresenta ligações mais orgânicas com as multinacionais petrolíferas (responsáveis, *na prática*, pela extração do petróleo).

---

[424] A rigor, a propriedade pode se apresentar de diversas *formas* jurídicas, sendo a propriedade privada individual apenas uma delas. O importante é averiguar o poder de controle dos meios de produção que diferentes formas de propriedade proporcionam às frações de classe dominantes. No capitalismo, qualquer forma de propriedade estatal atende aos interesses gerais da acumulação privada e, neste sentido, funciona como uma forma de *capital social* – a rigor, controlada pela burguesia, dado o controle hegemônico que ela tem sobre o Estado. Isso vale, inclusive, para as formas de *capitalismo de Estado* do Leste Europeu, onde os meios de produção funcionavam como propriedade *de fato* (ainda que não *de direito*) da burocracia de Estado, que os utilizava para fins de acumulação e exploração do trabalho.

[425] Como mostra o exemplo de Sosa Pietri – que, como vimos, utilizou-se do cargo de presidente da PDVSA para fundar a Compañia Nacional de Válvulas, nacionalizada posteriormente por Chávez. Também na região mineradora de Guayana demonstramos muitos casos em que funcionários do Estado (e mesmo dirigentes sindicais) também fundaram empresas ou se associaram a outras já existentes.

Ao longo da história venezuelana, praticamente todas as grandes transformações políticas do país se relacionaram a mudanças na composição da "fração burguesa de Estado" responsável pela captação e distribuição da renda petrolífera. Porém, até o final dos anos 1990, o que geralmente ocorria era uma recomposição que abria espaço para novos atores sociais, sem modificar a essência deste *lugar da produção*. Foi a proposta da privatização da PDVSA que rompeu com este padrão porque, se bem sucedida, a *gente del petróleo* se tornaria definitivamente uma fração burguesa como outra qualquer, sem o compromisso que, ao menos formalmente, ela era obrigada a manter perante o país – isto é, o de representar os interesses da sociedade na gestão da exploração petrolífera e da renda que dela advém. A estratégia inicial do governo Chávez foi a de, evitando choques decisivos com as multinacionais petrolíferas, conciliar-se tanto com os setores populares organizados quanto com parcelas do empresariado, para concentrar seus esforços no enfrentamento da *gente del petróleo*; quando, porém, ficou claro que não seria possível *rachar* a unidade burguesa em torno do projeto neoliberal, o governo aproximou-se cada vez mais para uma ruptura com o conjunto dos grupos dominantes e, por consequência, com o próprio sistema capitalista. Se desde o início Chávez tinha a intenção de caminhar rumo ao socialismo, pelo menos até o final de 2004 foi necessário "esconder" essa bandeira, fazendo um *jogo duplo* perante a sociedade e, inclusive, dentro do próprio governo (o que não seria novidade para ele, já que, como vimos, essa já tinha sido sua estratégia na formação do MBR-200, quando os militares desconheciam suas ligações com organizações de esquerda e militantes da luta armada).

Ocorre que a pré-condição fundamental para uma transição ao socialismo – a tomada do poder *pelo conjunto dos trabalhadores* – não estava colocada. A burguesia permanecia encastelada nos aparelhos de Estado e, na sociedade civil, havia ainda um longo caminho a percorrer. Embora existisse uma base social disposta a lutar pelo socialismo (na verdade, ela ainda existe *aos milhões* na Venezuela), não surgiram formas organizativas que permitissem a transformação da força potencial em força real, especialmente no ritmo que demandava o governo bolivariano, premido pelas disputas eleitorais e pelos inúmeros compromissos naturais de um Estado que permanecia sendo um *Estado Burguês*. A cada processo eleitoral, o processo revolucionário foi colocado em xeque pela oposição, defensora da interrupção das transformações no país e do retorno aos pressupostos do modelo petroleiro-rentista. Sem obter uma vitória definitiva contra esses interesses, o governo Chávez se viu em um beco sem-saída: precisava

seguir vencendo os pleitos eleitorais para dar prosseguimento ao processo revolucionário; para isso, se viu na necessidade de manter programas sociais e níveis de consumo das classes trabalhadoras – que só poderiam ser obtidos, nas condições de curto prazo demarcadas pelas eleições, com o recurso ao rentismo petroleiro. Essa contingência se revelou ainda mais forte em virtude das sucessivas crises econômicas enfrentadas pelo país (causadas sobretudo pela própria ação sabotadora dos grupos dominantes), as quais amplificaram enormemente o *magnetismo* exercido pelo uso da renda petroleira, visto como "economicamente mais racional" no sentido de evitar um completo colapso econômico. Ressalte-se que o problema não reside na manutenção de mecanismos formais de participação política representativa (como a diversidade de partidos, as eleições periódicas aos Poderes Legislativo e Executivo, etc), mas no fato de que não houve uma derrota definitiva da burguesia – isto é, não havia uma *Ditadura do Proletariado*. As formas representativas de participação política e a pluralidade de partidos, em si mesmas, podem ser funcionais a um processo revolucionário, *desde que* favoreçam o necessário debate sobre a construção do socialismo, e não funcionem como um espaço para uma periódica e sistemática tentativa de liquidação do processo, a partir de uma eventual vitória eleitoral de uma burguesia que não foi definitivamente derrotada no terreno social, político e cultural.

Aqui, faz-se necessário recuperar o sentido original, proposto por Marx, para o conceito de *ditadura do proletariado*. A popularização desse conceito obscureceu o fato de que, sob o capitalismo, também vigora uma *ditadura de classe* (no caso, burguesa). Trata-se de uma ditadura de classe na medida em que o Estado não só é incapaz de transformar o conjunto das relações sociais existentes, de modo a superar o capitalismo, como na verdade constitui a principal salvaguarda dessas mesmas relações (particularmente, as relações sociais de produção). É *por isso* que o Estado, sob o capitalismo, é sempre um *Estado Burguês*, independentemente de se materializar em instituições mais autoritárias ou mais democráticas, com direitos mais ou menos estabelecidos para os trabalhadores. Quando Gramsci ressaltou que a tomada do poder, nas sociedades avançadas, pressupõe um longo processo de *guerra de posições* na sociedade civil, ele não estava com isso querendo dizer que a ditadura do proletariado – isto é, a dominação *de classe* exercida pelos trabalhadores – tornou-se desnecessária. O que ele tentou salientar é que o caminho dos trabalhadores havia se modificado, porque a tomada do aparato estatal *stricto sensu* não resumia mais, nessas sociedades, *todo o processo de tomada do poder*. A forma como se dará a transição ao socialismo pode ser

mais acelerada no tempo ou através de um processo de mais longo prazo; mas, seja como for, trata-se de uma questão a ser respondida *posteriormente* à tomada do poder pelo proletariado (por mais que alguns de seus aspectos já se anunciem, à medida que os trabalhadores avançam rumo à hegemonia promovendo transformações na sociedade que expressam o projeto histórico da classe trabalhadora). Portanto, o problema não está necessariamente no possível aspecto *processual de longo prazo* da transição ao socialismo, até pelo fato de que, muito provavelmente, o conjunto das relações sociais que conformam o capital não poderá *imediatamente* dar lugar a outras relações, socialistas, e por isso o período de transição pode ter um caráter de "reformas graduais".[426] Mas essas só podem ser realizadas se os trabalhadores – através de um Estado e de formas organizativas que sejam expressão de seus projetos históricos – tiverem o poder em suas mãos, submetendo a burguesia e impedindo-a de conduzir a sociedade de volta às relações capitalistas.[427]

Na estratégia de duplo poder, a tomada do Estado é apenas um preâmbulo para sua destruição e substituição por outro poder, construído "fora" dos aparelhos estatais; não há, portanto, *transformação* do Estado. A rigor, Chávez chegou a flertar com essa estratégia, com a proposta de criação de um *Estado Comunal* que deveria gradualmente substituir o Estado petroleiro-rentista; mas, se tomarmos como referência a experiência da Revolução Russa – paradigma fundamental da *fórmula* do duplo poder – as diferenças são imensas. Na Rússia, o Estado soviético (isto é, a estrutura de conselhos que conformou o duplo poder) não fora construída por iniciativa do Estado czarista, mas

---

[426] A este respeito, convém recuperar a análise de Charles Bettelheim sobre as transformações no Leste Europeu nos anos 1960, que apontavam para a restauração do capitalismo (o que veio finalmente a se concretizar no final do século XX): "O que caracteriza o socialismo, por oposição ao capitalismo, não é (...) a existência ou a inexistência de relações mercantis, da moeda e dos preços, mas sim a existência da dominação do proletariado. É pelo exercício desta ditadura em todos os níveis – econômico, político, ideológico – que as relações mercantis podem ser progressivamente eliminadas, por meio de medidas concretas adaptadas a situações e a conjunturas concretas. Esta eliminação não pode ser 'decretada' nem 'proclamada': exige uma estratégia e uma tática políticas. Na sua falta, as mais belas proclamações podem conduzir ao resultado inverso do que se afirma (e pensa) querer atingir." (SWEEZY & BETTELHEIM, 1978: 34)

[427] No nosso entendimento, de forma alguma as concepções gramscianas podem ser confundidas com as experiências que se convencionaram caracterizar como *reformistas* – isto é, aquelas que, pretendendo-se revolucionárias, se baseiam em políticas de conciliação de classes que não questionam os *fundamentos essenciais* do Estado, mas apenas se valem das conquistas democráticas dos trabalhadores para, através delas, supostamente chegar ao socialismo a partir de *reformas* graduais de longo prazo. Como tais experiências invariavelmente *naturalizaram* as relações sociais de produção capitalistas – e, mais ainda, promovem sua reprodução ampliada – seu resultado acabou sendo o fortalecimento gradual do capital, até o ponto em que mesmo as conquistas político-sociais já realizadas pelos trabalhadores são, no momento oportuno, solapadas pelo capital, abrindo períodos de retrocessos para a classe trabalhadora. Portanto, as "reformas graduais" a que nos referimos acima não se confundem com o chamado *reformismo*, porque no nosso caso estamos tratando de transformações que se darão *após* a tomada do poder pelo proletariado, e não durante a vigência de um governo de conciliação de classes.

pela organização autônoma dos próprios trabalhadores. Na Venezuela, ao contrário, a conformação das *comunas* partiu principalmente do Estado – por mais que algumas experiências pioneiras tivessem sido iniciadas pela ação concreta dos trabalhadores. Não por acaso, a proposta foi sabotada por governos locais e burocratas de diferentes níveis, que comumente não se alinhavam aos *delineamientos* propostos por Chávez.[428] No cômputo geral, ao final dos quase 14 anos de governo chavista, o Estado petroleiro-rentista venezuelano continuou a ser o que sempre fora: um Estado de tipo burguês.

Uma vez que a constituição de um *duplo poder* avançou muito pouco, prevaleceu no governo bolivariano a opção de procurar uma *via* ao socialismo baseada em uma *transição de longo prazo capitaneada pelo Estado*. Contudo, para isso seria absolutamente necessária a transformação estrutural nos aparelhos estatais, na medida em que eles possuem uma "materialidade própria" que não se modifica pela simples ascensão de novos atores políticos em suas instituições (POULANTZAS, 2000: 266). Da mesma forma, seria demagógico supor que as massas populares, através de dispositivos de democracia direta que flanqueiam o *Aparelho Econômico de Estado* – mantido inalterado no essencial – possam controlar a tecno-burocracia estatal e promover "de fora" transformações estruturais nas relações produtivas. Isso porque, em última instância, o Aparelho Econômico constitui a principal salvaguarda dessas mesmas relações, não só em sua ação prática – no caso venezuelano, através principalmente do controle dos circuitos de distribuição da renda petroleira – como também na defesa intransigente dos fatores fundamentais da acumulação (propriedade privada, controle monetário, instituição de um livre mercado de troca baseado na Lei do Valor, etc).[429]

---

[428] A nosso ver, a ideia de que novas relações sociais de produção podem ser implantadas "de cima para baixo", a partir de um Estado *de tipo burguês*, sem considerar a cultura e a *práxis* local e sem advir *organicamente* da ação dos trabalhadores, é tributária de uma concepção voluntarista, centralizadora, burocratizada e por vezes autoritária de socialismo. Nicos Poulantzas – que era um defensor declarado de uma via democrática e *processual de longo prazo* para a transição socialista – já nos anos 1970 criticava certo *tecnocratismo*, que acredita "nas capacidades intrínsecas de um Estado racionalizador-administrador para efetuar, luminosamente orientado por *experts* de esquerda, uma transição para o socialismo" (POULANTZAS, 2000: 194). Isso é impossível porque as correlações de força de classe *perpassam os tecidos do Estado*, isto é, estão cristalizadas em suas instituições e em todas as relações que governam seu funcionamento; portanto, a transformação para o socialismo não pode ser feita por via "administrativa" – o que pressuporia uma concepção distinta de Estado, na forma de um "Estado-ferramenta" supostamente "neutro", que poderia ser usado tanto para o capitalismo como para o socialismo. Na verdade, a transição demanda *modificações estruturais* no Estado, algo que não ocorreu na Venezuela (apesar das transformações institucionais progressistas inscritas na nova Constituição Bolivariana).

[429] Embora Poulantzas quase não seja lembrado como referência pelas principais lideranças do processo bolivariano, é notável como muitas de suas concepções se aproximam das estratégias traçadas pelo governo Chávez. Poulantzas afirmava, por exemplo, que o Estado e as relações sociais de produção constituem um *todo dialético* e, portanto, a transformação estrutural do Estado deveria ser feita tanto "de

O problema é que seria muito difícil promover transformações estruturais no Estado, devido não só à ausência de um *partido revolucionário*, como também ao fato de que o próprio campo bolivariano era muito fragmentado, abrindo espaço tanto para revolucionários autênticos quanto para toda sorte de oportunistas. A presença militar, por exemplo, criava muitos desequilíbrios. Isso porque, embora fosse considerada estratégica por Chávez – porque, em sua visão (e também na de muitos outros militantes bolivarianos), foi a *unión cívico-militar* que deu a força ao processo bolivariano, superando as falhas do *Caracazo* (a luta do "povo sem armas") e das insurreições militares de 1992 (a luta das "armas sem povo") – a presença militar nos aparelhos de Estado implicou na constituição de blocos de poder que só através de Chávez podiam ser mantidos *relativamente* sob controle, e mesmo assim mediante muitas concessões a interesses particularistas desses setores, muitas vezes contrários aos objetivos estratégicos do governo.

O caso do estado Bolívar, politicamente dominado pelo Gal. Rangel Gomez, é típico desses desequilíbrios. Embora estivesse alinhado ao chavismo no campo político-eleitoral, Gomez mantinha laços com as empresas multinacionais que, historicamente, se beneficiavam do modelo primário-exportador das indústrias básicas da região de Guayana. Como presidente da *Corporación Venezolana Guayana*, tornou-se sócio de filiais de empresas estrangeiras compradoras do alumínio produzido pelas estatais venezuelanas; por isso, se posicionou contrário à *cogestión revolucionária* implantada neste setor, a qual pretendia não somente modificar os padrões primário-exportadores, que beneficiavam as multinacionais, como também impulsionar formas de controle operário da produção. Eleito governador do estado Bolívar, Rangel Gomez se alinhou com correntes do sindicalismo bolivariano (no caso, a FBT, de Nicolás Maduro) que,

---

dentro para fora" quanto "de fora para dentro" – isto é, tanto pela conquista de posições estratégicas nos aparelhos estatais (visando transformá-los estruturalmente), quanto "pelo desenvolvimento de movimentos e na proliferação de dispositivos de *democracia direta na base* e *de centros autogestores*" (POULANTZAS, 2000: 265, grifos meus). Também afirmava que não seria possível subverter o núcleo das relações de produção em um primeiro momento da transição socialista, já que isso poderia provocar um desmoronamento econômico que comprometeria a via democrática para o socialismo; para ele, seria imprescindível manter a marcha da economia – que permaneceria capitalista, por um dado período – enquanto se combate apenas a hegemonia do capital monopolista (idem, ibidem: 202). Porém, como vimos ao longo deste trabalho, Chávez nunca atacou frontalmente o capital monopolista (no máximo, combateu a *gente del petróleo* oriunda da IV República, e nacionalizou alguns bancos), e o avanço dos centros autogestores não só foi insuficiente para modificar estruturalmente o Estado, como inclusive foi solapado pela própria burocracia estatal (já que era impulsionado pelo próprio governo, muitas vezes desautorizando ou reprimindo a ação autônoma dos trabalhadores). Com isso, o Aparelho Econômico de Estado não foi estruturalmente transformado, e a manutenção da "marcha da economia" (a rigor necessária) se deu com base no fortalecimento do rentismo petroleiro.

porquanto defendessem Chávez e se declarassem "socialistas", sempre se posicionaram contrárias a transformações mais profundas nas relações produtivas.

Sem dúvida, foi quando se tratou de transformar efetivamente as relações produtivas no âmbito industrial que afloraram no processo bolivariano suas principais contradições, que na verdade refletem também algumas das divergências históricas da esquerda socialista mundial (as quais já haviam se tornado explícitas em diversas experiências, como no Leste Europeu e em Cuba). Grande parte dos setores *burocratizados* do chavismo não viam contradição no fato de se reivindicarem "socialistas" ao mesmo tempo em que se opunham sistematicamente às experiências de controle operário na produção industrial. Isso porque, na verdade, era (e ainda é) muito presente em grande parte do PSUV as concepções economicistas / produtivistas, típicas do (mal) chamado "socialismo real", que praticamente resumem a transição ao socialismo a um processo de aumento acelerado da produção de mercadorias e de acesso ao consumo pelos trabalhadores. O socialismo, nesta concepção, aparece como uma *consequência "natural"* da abundância de mercadorias possibilitada pelo desenvolvimento *técnico* das forças produtivas – ou, melhor dizendo, como uma democratização do acesso ampliado à mercadoria, e não como um *questionamento da própria forma mercadoria, da maneira como ela é produzida, por quem e para que*. Desaparece, nesta concepção de socialismo, a luta pela superação da subordinação do trabalho a uma lógica que lhe é externa, que domina o conjunto das relações sociais e que está, portanto, no cerne da luta de classes.

Obviamente, não se trata apenas de um problema de concepção revolucionária, mas também de uma questão de disputa de poder. O controle da produção pelos operários resultaria no esvaziamento dos espaços na máquina burocrática e sindical a partir dos quais era possível acumular capital e/ou operacionalizar interesses de grandes grupos econômicos. Os militantes bolivarianos que, porquanto fossem sinceramente socialistas, defendiam formas de transição economicistas e centralizadas (e, por vezes, autoritárias) acabaram por mesclar-se a outros setores que visavam ocupar os postos de poder na máquina estatal e na direção dos sindicatos visando unicamente reproduzir formas tradicionais de acumulação, típicas da "fração burguesa de Estado" venezuelana. Conforme cada caso, essa mescla pode ter sido motivada tanto pela *conversão* às práticas corruptas da IV República, quanto pelo oportunismo de se apoiar em grupos poderosos para impor seus pontos de vista contra a esquerda bolivariana. Seja como for, o fato é que se conformou um amplo setor do chavismo defensor de um controle sobre o

aparato produtivo *desde arriba*, sem nenhuma participação autônoma dos trabalhadores. Em muitos casos, a oposição dos setores *burocratizados* do chavismo aos conselhos de fábrica foi motivada pela sincera convicção de que estes poderiam favorecer o controle da produção por grupos não comprometidos com o presidente Chávez e com o processo bolivariano como um todo; mas, ao se contraporem ao controle da produção pelos trabalhadores, esses grupos *burocratizados* acabaram por impedir o aprofundamento do processo, favorecendo tanto a burguesia quanto a conversão de setores cada vez mais amplos do campo bolivariano à corrupção pura e simples.

Do ponto de vista da "fração burguesa de Estado", as experiências de *cogestión revolucionária*, tanto nas indústrias básicas de Guayana quanto em outras estatais, *não podiam dar certo* (isto é, não podiam ser *toleradas*), porque elas comprometeriam formas de acumulação que historicamente se reproduziam na Venezuela, baseadas na exploração das riquezas naturais do país através de formas lesivas ao interesse público que, muitas vezes, eram inclusive insustentáveis economicamente (o que se resolvia graças ao aporte de renda petroleira para esses setores). Desde que o funcionamento normal das empresas não comprometesse esses interesses (como ocorria durante a IV República), não haveria ressalvas em se reproduzir o modelo; o "problema" ocorreu quando, devido ao processo bolivariano, os operários se organizaram em torno da consigna do controle operário, e passaram a questionar não somente as práticas corruptas típicas das indústrias venezuelanas e do sindicalismo *cetevista*, como também o próprio sociometabolismo do capital em seu ponto mais sensível – isto é, nos locais de trabalho, nas relações de produção. Deste momento em diante, para os agentes ocupantes dos postos de poder na máquina burocrática, nas gerências das indústrias estatais e na direção dos sindicatos, tornou-se mais importante sufocar financeiramente as experiências, impedir seu funcionamento e, se necessário, arruinar as empresas envolvidas. Em tese, isso poderia inviabilizar as estatais venezuelanas como locais de poder de onde a "fração burguesa do Estado" obtinha seus ganhos; mas esse problema foi "solucionado" pela adoção de formas ainda mais deterioradas de corrupção, com a transformação das indústrias estatais em meras captadoras de renda petrolífera, sem nenhum ou quase nenhum interesse produtivo. A única contrapartida necessária era o silenciamento dos trabalhadores, através do desrespeito à democracia sindical, do uso da violência contra as correntes de esquerda e da manutenção dos salários em dia para *pacificar* a grande massa de operários.

Chávez oscilou entre apoiar as iniciativas autônomas dos trabalhadores e se alinhar aos interesses de grupos burocráticos na máquina estatal, no PSUV, na cúpula de Estado e nas Forças Armadas. Uma transformação mais profunda nas relações de produção inevitavelmente desencadearia contra ele interesses poderosos que poderiam provocar rupturas importantes no bloco de poder chavista (no caso de Guayana, o general Rangel Gomez e o "Cartel do Alumínio", por exemplo, constituem exemplos dessas forças disruptivas). Se pensarmos na PDVSA e suas empresas associadas, certamente a preocupação do governo era ainda maior. O que aconteceria, por exemplo, se Chávez promovesse abertamente o controle da indústria petrolífera pelos trabalhadores? Seria um caminho cujas consequências são difíceis de dimensionar, mas que certamente modificaria substancialmente não só a correlação de forças de classe na Venezuela, como mesmo o equilíbrio geopolítico mundial, dada a importância do país como exportador de petróleo. Qual seria o posicionamento dos EUA? Como se comportariam os setores moderados do chavismo? Haveria apoio irrestrito das Forças Armadas venezuelanas? Tais perguntas provavelmente sequer chegaram a ser feitas, já que Chávez nunca cogitou uma inflexão desta natureza no processo revolucionário, preferindo "contornar" os pontos mais sensíveis e apostar no cooperativismo e nas comunas, que eram muito menos "perigosas" para o equilíbrio de poder que o mantinha à testa do processo bolivariano. O que é certo é que *Chávez não teria condições de liderar um processo de ocupações em larga escala*, que fatalmente sairia de seu controle (até pelo fato de que ele nunca possuiu laços orgânicos com o operariado industrial). Haveríamos de perguntar que atores sociais assumiriam, no lugar de Chávez, o papel de direção de um processo como esse – e, neste caso, convém ressaltar as dificuldades organizativas do próprio movimento sindical venezuelano, marcado não só por uma tradição reformista e conciliatória, herdada da IV República, como também pelas disputas fatricidas que ocorreram mesmo entre as correntes da esquerda operária. Além disso, seria preciso questionar se o próprio campo bolivariano não se fragmentaria (facilitando uma contra-ofensiva burguesa) caso Chávez fosse alijado da direção do processo – nunca é demais lembrar que o operariado venezuelano, até por seu tamanho relativamente diminuto, tinha pouca influência sobre o conjunto das classes subalternas e não pode ser apontado como ator central do processo bolivariano.

É claro que, por outro lado, a própria classe trabalhadora poderia encontrar respostas efetivas para todos esses problemas. Durante o Paro Patronal, os trabalhadores conseguiram derrotar a oposição antichavista através da ocupação da indústria

petrolífera; posteriormente, na região industrial de Guayana, houve um considerável avanço na conformação de conselhos de fábrica e nas discussões sobre a democratização das relações de produção. Parte desses avanços, a bem da verdade, foram impulsionados *desde arriba* – como no caso da *cogestión* na CVG Alcasa, que foi capitaneada pela gestão Carlos Lanz (com apoio de setores do movimento operário local). Mas também houve um impulso que se deu pela iniciativa autônoma dos trabalhadores, como nas experiências surgidas no contexto da nacionalização da Sidor, que redundadaram na proposta do *Plan Guayana Socialista*. Mas, novamente, é necessário frisar que mesmo em Guayana – região conhecida pela combatividade de seu movimento operário – havia uma grande heterogeneidade de experiências, havendo grandes avanços em alguns casos (geralmente nas empresas menores), e dificuldades de todo tipo em outros.

Neste contexto, Chávez chegou a sinalizar algum apoio para o controle operário, ainda que sempre priorizando a recuperação das empresas e a manutenção dos níveis produtivos, e não necessariamente modificações nas formas tradicionais de gestão fabril. Além disso, ele se recusou a apoiar iniciativas semelhantes em empresas estatais lucrativas, e nunca se alinhou decididadamente às correntes da esquerda bolivariana que de fato apoiavam os conselhos de fábrica e o controle da produção pelos trabalhadores – certamente porque tais correntes eram pertubadoramente autônomas, ao contrário dos grupos mais acríticos e leais à sua liderança, como aqueles ligados ao atual presidente, Nicolás Maduro.[430] Como já salientamos, Chávez não possuía laços orgânicos com a esquerda sindical venezuelana, e na verdade sempre imperou entre ambos um estado de desconfiança mútua, que ora se traduziu pelo "apoio crítico" dessas correntes ao governo, ora por críticas mais abertas e contundentes. Ao longo do processo, quanto mais forte se mostrou a burguesia no terreno das disputas por hegemonia na sociedade civil, mas se reforçou o "argumento", proclamado pela FBT de Maduro, da necessária (e acrítica) "unidade" das correntes sindicais ao governo. Assim, o avanço da oposição antichavista e do burocratismo no meio sindical bolivariano foram fenômenos que se retroalimentaram.

Desde princípios de seu segundo mandato, Chávez imaginou que poderia aproveitar o *momentum* das grandes derrotas da oposição para, através de uma inflexão

[430] Não por acaso, após a ascensão de Maduro à presidência, houve o rompimento de importantes ex-ministros de Chávez (como Hector Navarro, Ana Elisa Osório e o Jorge Giordani) e de correntes de esquerda do PSUV (como Marea Socialista), que passaram à oposição de esquerda.

centralizadora na cúpula do Estado (frise-se: um *Estado Burguês*, que inclusive mantinha suas características petroleiro-rentistas), suplantar as contradições de seu campo e promover um aprofundamento acelerado do processo, modificando estruturas estatais e apontando para transformações nas relações produtivas. Consideramos um equívoco supor, na análise dessa opção estratégica, que qualquer tipo de centralização política signifique *necessariamente* um retrocesso em um processo de transição ao socialismo. A nosso ver, conforme as condições concretas da luta política, a centralização pode se revelar necessária, ao menos em termos *táticos* – o próprio Lênin defendeu ferrenhamente a centralização das decisões após a tomada do poder pelos Bolcheviques (inclusive com a implantação, nas fábricas, de formas de controle da produção que reforçavam a alienação do trabalho).[431]

É certo que, no caso venezuelano, a centralização também se devia – ao menos em parte – aos traços personalistas de Chávez. O líder da Revolução Bolivariana era um homem de *ação*, de traçar planos e fazer cumpri-los (ele próprio admitia que não tinha muita paciência para o que caracterizava como "debates intermináveis" no campo da esquerda). Mas, ao mesmo tempo, Chávez era também um estudioso que debatia questões teóricas e práticas – não somente com seus ministros, como também com muitos intelectuais e lideranças políticas ao redor do mundo. Era ainda um leitor compulsivo, sendo muito perceptível o progresso de suas concepções políticas e teóricas ao longo do processo bolivariano. Além disso, embora fosse apresentado pela mídia como o estereótipo do *caudillo* que não aceita contestações, na verdade também soube admitir publicamente vários de seus erros, de uma forma que a imensa maioria dos

[431] Diante de um quadro marcado pela Guerra Civil, pela completa desestruturação da economia e do Estado e pela morte de milhões de trabalhadores (além da deserção de outros tantos, especialmente nos níveis gerenciais superiores das empresas russas), Lênin defendeu uma centralização severa das decisões econômicas, com pouquíssima autonomia para as indústrias e as unidades de produção rurais, além da adoção de práticas tayloristas de controle sobre o trabalho. Lênin estava ciente – e já havia expressado isso em textos no Pravda em 1913, 1914 e 1917 – que o taylorismo representava uma extrema exploração e alienação sobre o trabalhador. No entanto, ele reconhecia que esse método de organização do trabalho continha de fato um *núcleo racional* que gerava maior produtividade, e esse fator era crucial em 1918 – uma vez que, para Lênin, a tarefa mais urgente naquele momento era prover uma base material mínima, sem a qual o próprio Estado não poderia sobreviver, levando à derrota da Revolução já em seu nascedouro. O aumento da produtividade também poderia liberar trabalhadores para a participação nas atividades políticas, necessárias à construção do socialismo; por fim, a adoção da "gerência científica do trabalho" poderia também solucionar parcialmente o problema da carência de quadros técnicos preparados (não só para as funções gerenciais nas empresas, como também no Estado). Portanto, em função de circunstâncias conjunturais e com base em argumentos *pragmáticos* e *táticos*, Lênin defendeu a necessidade (ao menos momentânea) de centralizar as decisões e inclusive a de adotar formas burguesas de controle sobre o trabalho, contra a posição *autonomista* dos sindicatos controlados por Mencheviques e anarquistas (hostis ao governo revolucionário), e também contra a posição dos operários mais qualificados.

grandes líderes políticos jamais ousa fazer. Para a maioria da militância bolivariana (seja ela mais ou menos crítica) o compromisso de Chávez com o processo revolucionário era autêntico, e sem dúvida ele foi o governante venezuelano que mais dialogou com os movimentos sociais, e que mais deu abertura para a participação dos trabalhadores nas políticas de Estado. No âmbito das disputas ideológicas, não se pode negar que Chávez, através do recurso ao ideário bolivariano, inseriu a polarização política do país em uma narrativa que a tornou *politicamente inteligível em termos de classe* (e não se tratava apenas de um recurso discursivo, posto que dialogava com a cultura popular e com as experiências concretas de luta das camadas subalternas). Neste sentido, Chávez estimulou e, mais ainda, *participou ativamente* do processo de reconhecimento dos trabalhadores venezuelanos não somente como *classe em si*¸ como também como *classe para si* (os termos empregados podem não ter sido esses, mas o resultado foi o mesmo). Sob este ponto de vista, e apesar das imprecisões, improvisos e mesmo das incoerências de seu discurso, o *"Comandante"* cumpriu um papel positivo, e não por acaso passou a ser *identificado com o próprio processo de conscientização*.

Por tudo isso, muitos militantes da esquerda chavista consideraram que a inflexão centralizadora do governo, porquanto guardasse riscos, era uma estratégia correta *diante das circunstâncias*. É claro que havia outros setores do chavismo que apoiavam a centralização por motivos muito diferentes; mas Chávez serviria como salvaguarda, mantendo a orientação do processo no sentido do socialismo, por maiores que fossem suas idas e vindas. Contudo, o que ocorreu na prática foi que essa linha estratégica levou o conjunto do governo bolivariano (incluindo os governos locais, a burocracia em seus diversos níveis, etc) a *tutelar* as formas organizativas dos trabalhadores, retirando delas sua iniciativa e atentando contra a bandeira da *democracia participativa e protagônica*, que constituía um dos pilares fundamentais do discurso e da legitimidade da Revolução Bolivariana. Ao final, quem se beneficiou da inflexão centralizadora, nas condições em que ela se deu, foram os setores do chavismo que, porquanto se declarassem revolucionários, defendiam um "socialismo" verticalizado, baseado no controle dos meios de produção não pelos trabalhadores, mas pela burocracia de Estado. Tal fato comprometeu os esforços na *guerra de posições* que se travava na sociedade civil, abrindo espaço para que a burguesia gradualmente *recuperasse o terreno perdido* – o que ficou explícito já na vitória no referendo constitucional de 2007, e posteriormente confirmado nas eleições que se seguiram, marcadas pelo fortalecimento progressivo da oposição. O avanço do Estado petroleiro-

rentista no controle dos meios de produção, através das políticas de estatizações e de controle da circulação de mercadorias essenciais, deu apenas uma *falsa impressão* de que o processo bolivariano estava se aprofundando; na verdade, o que ocorria era o fortalecimento da oposição de direita (na sociedade civil) e dos setores que apoiavam-se em Chávez para ocupar o *lugar da produção* representado pela "fração burguesa de Estado" – que, inclusive, acabou fortalecida, na medida em que mais e mais empresas foram estatizadas e entregues ao controle desses setores. A morte de Chávez trouxe novas e gravíssimas contradições, fortalecendo uma tendência de aprofundamento do capitalismo dependente venezuelano, com a reprodução ampliada do *saqueio* das riquezas naturais do país em benefício de grandes conglomerados estrangeiros associados à frações burguesas locais, dentro e fora do Estado – o que fica dramaticamente evidente na proposta do *Arco Minero del Orinoco*, apresentada pelo governo de Nicolás Maduro.

As dificuldades que se apresentam na nova conjuntura, porém, serão enfrentadas por uma classe trabalhadora que, ao longo do processo bolivariano, realizou enormes avanços organizativos e subjetivos, além de importantes conquistas em termos de direitos democráticos e sociais. O processo bolivariano, malgrado todas as suas contradições, foi capaz de realizações históricas notáveis. Talvez a maior delas tenha sido a constituição de uma forte coesão política *de tipo classista* entre diferentes grupos sociais subalternos (camponeses, operários, trabalhadores precarizados, indígenas, funcionários públicos, militares de baixa patente, etc), que se unificaram em torno da identificação com a ideologia bolivariana.

Como lembra E. P. Thompson (1987: 10), a identidade de classe entre os trabalhadores não é consequência inevitável e mecânica das relações de produção, ainda que elas determinem a *experiência de classe* e expressem mais claramente a subordinação do trabalho a uma lógica que lhe é exterior, estranhada (isto é, a lógica do capital). A consciência de tipo classista, capaz de unificar as diferentes frações da classe trabalhadora, não surge como mero *reflexo* da estrutura econômica, mas sim é *construída* pelos trabalhadores, em um *processo* que parte de elementos culturais preexistentes e, ao mesmo tempo, da experiência social concreta do trabalho. Em outras palavras, nem a consciência de tipo classista e muito menos a construção das condições para a superação da condição de classe (o socialismo) advém por mero fatalismo; trata-se de uma *possibilidade*, a ser concretizada (ou não) pelos trabalhadores, a partir das condições concretas de sua existência. É neste sentido que o processo bolivariano

deixou uma marca indelével na história recente do país, trazendo de volta ao cenário político a questão da luta de classes e do socialismo como objetivo histórico dos trabalhadores. Este feito, por si só, é uma realização impressionante, se levarmos em consideração o atual momento histórico de fragmentação da classe trabalhadora e de desagregação de suas lutas em pautas cada vez mais específicas. Ao contrário do que ocorreu em boa parte do mundo, na Venezuela a questão da luta de classes, no nível subjetivo, não esmoreceu ou se eclipsou por trás da emergência de outros conflitos também existentes na sociedade (como os conflitos de gênero, raça, orientação sexual, a luta ambientalista, etc); foram esses conflitos que passaram a ser enxergados a partir de uma perspectiva classista. Vale lembrar que, na virada do século, foram muitos os países em que ocorreram movimentos massivos *de tipo insurrecional* (ou "de rua") contra o neoliberalismo – tais como o *Caracazo*, que iniciou o processo bolivariano. Mas esses tipos de movimentos geralmente não consubstanciaram ameaças reais ao sistema capitalista, mesmo quando envolveram milhares e mesmo milhões de pessoas (caso da Primavera Árabe, dos movimentos de massa na Grécia, na Turquia, na Espanha, no Brasil, na Argentina, etc). É claro que nada impede que nestes países venham a se conformar, num futuro mais ou menos próximo, projetos contra-hegemônicos mais consistentes; mas, até o momento, por vias *de tipo insurrecional*, a hegemonia do capital e do neoliberalismo não foi seriamente abalada em nenhuma parte, a não ser na Venezuela (e também em outros países mais ou menos inspirados na experiência venezuelana, como a Bolívia).

Neste sentido, a grande herança deixada pela Revolução Bolivariana foi a forma como as insurreições e protestos massivos de rua, apesar de seu caráter "anárquico" e multifacetado, resultaram na massificação de uma consciência de tipo classista entre os trabalhadores, alicerçada em formas organizativas que recuperaram em larga escala a bandeira do socialismo. Será a partir dessa conquista que os trabalhadores venezuelanos poderão confrontar-se com as novas contradições surgidas com o desaparecimento de Chávez. Sem seu principal líder, o heterogêneo campo bolivariano fragmentou-se: enquanto alguns grupos disputam posições no Estado, sem haver um projeto estratégico claro que os unifique (a não ser a própria manutenção do conjunto desses grupos no poder), os movimentos sociais e a esquerda bolivariana em geral estão cada vez mais alijados das decisões governamentais. A oposição de direita ensaia um retorno ao poder pela via eleitoral; mas, ao mesmo tempo, o legado chavista se mantém como bandeira de luta, assim como a defesa do socialismo (ainda que esteja por se realizar um debate

mais profundo e amplo sobre o modelo de transição). O fato é que os trabalhadores venezuelanos, por mais que desejem ver solucionados os problemas econômicos imediatos, dificilmente aceitarão retrocessos nos direitos conquistados desde 1999. Urge recuperar a organização protagônica pela base, tanto contra a direita tradicional quanto contra os setores burocráticos, de modo a impedir que a profunda crise social dissolva a *solidariedade de classe* entre os trabalhadores – que é, sem dúvidas, a maior conquista da Revolução Bolivariana. É claro que muitas questões permanecem em aberto, e a conjuntura atual da Venezuela demanda que se avaliem criticamente os equívocos cometidos ao longo do processo. Mas, para aqueles engajados na construção de uma sociedade emancipada, o exemplo dos trabalhadores venezuelanos, em sua luta no campo e nas cidades, no interior do Estado e nas ruas, nas favelas e nas fábricas, constitui um importantíssimo legado.

BIBLIOGRAFIA

ACUÑA ORTIGOZA, Marianela. *Del Capitalismo de Estado al Socialismo Del Siglo XXI. In Aporrea, 2008. Disponível em: www.aporrea.org/ideologia/a57373.html*

AGUILAR CASTRO, Vladimir. *La tortuosa configuración hegemónica en Venezuela In heramienta*, n.21 Oct. 2002 http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-21/la-tortuosa-configuracion-hegemonica-en-venezuela

_____, *Venezuela balances e perspectivas: Tendencias políticas después del 27 de febrero de 1989*. Merida, Universidad de Los Andes, 2009.

ALMADA, Isaías. *Venezuela: povo e Forças Armadas*, São Paulo: Editora Caros Amigos, 2007.

ALMEIDA, Lucio Flavio Rodrigues. *America Latina: Entre os antissistemicos e o neonacional-desenvolvimentismo* Artigo apresentado VI Congreso Latinoamericano de Ciencia Politica- ALACIP 2012a.

_____. Nacionalitarismo, anti-imperialismo e democracia: um desafio teórico-prático que se repõe para o marxismo do século XXI. In *Lutas Sociais*, 28 PUC, 2012b.

ALVAREZ R. Victor. El genoma económico del extrativismo-rentista IN: CAROSIO, Alba; BANKO, Catalina; PRIGORIAN, Nelly (org). *América Latina y el Caribe – Un continente, múltiples miradas*, Caracas: Fundación Centro de Estúdios Latinoamericanos Rómulo Gallegos / CLACSO, 2014.

ANDERSON, Perry. *Las antinomias de Antonio Gramsci. Estado y revolución en Occidente*. Barcelona, Editorial Fontamara, 1978.

ANTILLANO, Andrés. La lucha por el reconocimiento y la inclusión en los barrios populares: la experiencia de los Comités de Tierras Urbanas. IN: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 11, n. 3, 2005, pp. 205-218.

ANTUNES, Jair. *Hugo Chávez, Marx e o 'Bolivarismo' do século XXI*, 2007 http://www.wsws.org/pt/2007/feb2007/po5-f17.shtml

ARANTES, Paulo. Alarme de incêndio no gueto francês. Margem Esquerda N° 12, Nov 2008, p. 32-36. São Paulo, Boitempo Editorial.

ARCARY, Valerio. *As esquinas perigosas da história. Um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista*. FFLCHUSP. Tese de Doutorado em História. 2000. Disponível em

http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24052002-150419/pt-br.php. Acesso em novembro de 2011.

ARAUJO, Orlando. La industrialización de Venezuela. IN: MAZA ZAVALA et al. *Venezuela. Crecimiento sin desarrollo*. Cidade do México, UCV/Editorial Nuestro Tiempo, 1982.

ARAÚJO, Rafael Pinheiro. *Por uma análise comparativa dos hodiernos processos políticos da Bolívia e Venezuela liderados respectivamente pelos mandatários Evo Morales e Hugo Chávez*. 2008. Disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213034609_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.pdf, acesso em 10 de maio de 2014

ARENAS, Nelly. El gobierno de Hugo Chávez: populismo de otrora y de ahora. *Revista Nueva Sociedad* n.200, 2005 Disponivel em www.nuso.org/upload/articulos/3295_1.pdf, acesso em 24 de junho de 2015

_____, El gobierno de Hugo Chávez: de La Assemblea Nacional Constituyente a La propuesta de reforma constitucional. In *Autoritarismo o democracia? Hugo Chávez e Evo Morales* Coords. Julio Aibar e Daniel Vázquez FLACSO Mexico, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim. Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo, Boitempo, 2008.

ASTORGA, Pablo. La industrialización en Venezuela 1936-1983). El problema de la abundancia. In: CÁRDENAS, H, OCAMPO, J. A, THORP, R (orgs). *Industrialización y estado em América Latina*. México, Fondo de Cultura Económica, 2003.

AZZELLINI, Dario *"Democracia Participativa y Protagónica" En Venezuela; La búsqueda de una nueva democracia, la construcción de dos lados y los Consejos Comunales como mecanismo de autogobierno local*, Tese de doutorado, Puebla: Benemémerita Universidad Autónoma de Puebla, 2010.

AZZELINI, D. Economía solidaria, formas de propiedad colectiva, nacionalizaciones, empresas socialistas y co-autogestión en Venezuela. In: *ORG & DEMO*, Marília, v.10, n.1/2, p. 5-30, jan./dez., 2009

BALOYRA, Enrique. Oil prices and budgets in Venezuela. 1938-1968. *Latin American Research Review*, vol. 9, n.2, 1974, pp.28-72.

BAMBIRRA, Vania. La revolución cubana, una reinterpretación. Editorial Nuestro Tiempo. México, 974.

_____. O capitalismo dependente latino-americano. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013

BAPTISTA, Asdrúbal. El capitalismo rentístico - Elementos cuantitativos de la economía venezolana IN: *Cuadernos del Cendes*, v. 22, n. 60, Caracas, dez. 2005 <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?pid=S1012-25082005000300005&script=sci_arttext>, acesso em 26 de abril de 2015

_____ El relevo del capitalismo rentístico. Hacia un nuevo balance del poder. Caracas, Fundación Empresas Polar, 2006.

_____. *Teoría económica del capitalismo rentístico*. Caracas: Banco Central de Venezuela, 2010

BAPTISTA, Mariana Bruce Ganem. *A "Democracia Participativa y Protagónica", o Povo e o Líder: A Experiência dos Consejos Comunales na Parroquia 23 de Enero*, Dissertação de mestrado, Niterói: 2011.

BARAN, Paul, SWEEZY, Paul. *El capital monopolista*. 14ª ed. Cidade do México, Siglo XXI, 1979.

BATTAGLINI, Oscar. *El betancourismo 1945-1948: rentismo petrolero, populismo y golpe de Estado*. Caracas, Monte Ávila, 2008.

_____. *Ascenso y caída del puntofijismo*. Caracas: Editorial Galac, 2011

BENÍTEZ, Henrique. Presidente Chávez define Socialismo Del siglo XXI. In *APORREA*, 2005. Disponível em: www.aporrea.org/ideologia/a17224.html Acesso em: 10/08/2012.

BIARDEAU, Javier. *Os errores del estalinismo burocrático frente al Socialismo del Siglo XXI*. In Aporrea, 2007. Disponível em: http://www.aporrea.org/ideologia/a30750.html

_____. ¿El proceso de transición hacia el nuevo socialismo del siglo XXI? Un debate que apenas comienza. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, 2007, v.13, n.2, mayo-agosto, pp.145-179.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhistas: Magia e técnica, arte e política*, São Paulo: Brasiliense, 1987.

BILBAO, Luis. Venezuela en revolución: renacimiento del socialismo. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2008.

_____. Chávez después del golpe y el sabotaje petrolero. Conversaciones con Luis Bilbao (II). Buenos Aires, Capital Intelectual, 2003.

_____. Chávez y la Revolución Bolivariana. Conversaciones con Luis Bilbao. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2002. .

BLANCO MUÑOZ, Agustín. Habla el comandante. Caracas, UCV, 1998.

_____. La lucha armada: hablan 5 jefes. Caracas, UCV, 1980.

BOBBIO, Norberto. Marx, el Estado y los clásicos. In: SANTILLÁN, José Fernández (org.). Norberto Bobbio: el filósofo y la política. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1996.

BODAS, José, GALLARDO, Richard, BARRETO, José Joaquín. Control obrero, cogestión y cooperativas. Revista Paradigmas y Utopías, Cidade do México, n.8, 2007. pp.405-438.

BORJAS, Beatriz, RODRÍGUEZ, Juan, ROMERO, Juan E. Las relaciones entre el poder civil y el poder militar en Latinoamérica: el caso venezolano, 1958-1998. *Revista de Historia de América*, n.125, México, Secretaría General del Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1999.

BORGES, Stalin Perez. Hacia un Nuevo Modelo Sindical IN: *Revista Comuna; pensamiento crítico en la revolución*. n.3, Caracas: Fundación Centro Internacional Miranda, 2010.

BORÓN, Atílio. Socialismo Del siglo XXI: Hay vida después Del neoliberalismo? In *Poliética*, ano 2 n.8, p.41-55, 2009. Disponível em: www.polietica.com.ve/polietica8/socialismo_siglo_xxi.pdf

BRITO FIGUEROA, Federico. Tiempo de Ezquiel Zamora. Caracas, Ediciones UCV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2001.

BUZZETO, Marcelo. As lutas sociais e políticas na Venezuela Bolivariana. In *Lutas Sociais*, 19/20 p.176-192, 2008.

CALCANO, Luis Gómez. Crisis de legitimidad e inestabilidad política em Venezuela. Revista Venezolana de Economia y Ciências Sociales, Caracas, vol, 2, n. 3, abrilseptiembre 1995

CANO, Wilson. Venezuela: imites para uma nova política econômica. Campinas: Economia e Sociedade, V. 11, n. 1 (18), p. 95-127, jan./jun. 2002.

CAPUTO, Orlando, PIZARRO, Roberto. Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales. CESO, Santiago do Chile, 1971.

CARCIONE, Carlos. Economia política para construir un nuevo modelo productivo. IN: CAROSIO, Alba; BANKO, Catalina; PRIGORIAN, Nelly (org). *América Latina y el*

Caribe – Un continente, múltiples miradas, Caracas: Fundación Centro de Estúdios Latinoamericanos Rómulo Gallegos / CLACSO, 2014.

CARDAÑA, Pablo. Venezuela: crise de governabilidade chavista, 2010 http://www.movimentonn.org/jornal/noticia/internacional/1873

CARVALHO, José M. de, DORNAS, Danilo S. O lugar de Spinoza na história da filosofia, o modelo interpretativo de Joaquim de Carvalho. Artigo que serviu de base para o relatório final entregue à Divisão de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação da FUNREI como resultado do PIBIC/CNPq, anos 2000/2001. <http://www.consciencia.org/spinozadanilo.shtml>, Google Academics consultado em 1 de julho de 2011.

CARUSO, Danilo Spinola. Reestruturação produtiva e movimento operário em Volta Redonda. Dissertação de Mestrado, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

CASTELLANO, Alberto e MACHADO, Gustavo. La Tasa de Interés real y la inversión privada em Venezuela: uma relación causal?Período 1978-2002. Maracaibo: Revista de Ciencias Sociales v.11 n.3, set. 2005.

CASTRO GOMES, Angela. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge, REIS FILHO, Danial Aarão (orgs.). As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. V.1.

CHAVEAU, Agnés e TÉTART, Philippe. Questões para a História do Tempo Presente. EDUSC. Bauru, 1999.

CHÁVEZ FRIAS, Hugo. *El libro azul*. Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 2013.

CHESNAIS, François. Dez teses sobre a mundialização do capital. In: FERREIRA, Carla e SCHERER, André. A ditadura do capital financeiro no Brasil: reflexões e alternativas. Lajeado, Univates, 2005.

CHIRINO, Orlando. *Los socialistas revolucionarios somos la Tercera Opción. El 2 de deciembre rechacemos la Reforma Constitucional. Vota Nulo.* Disponível em http://www.marxismo.org/?q=node/1207. Acesso em janeiro de 2012.

_____. *El Paro Saboteo Patronal. Una acción contrarrevolucionaria para derrocar al gobierno y cambiar el curso de la revolución en Venezuela.* Ponencia presentada en el IV Encuentro Iberoamericano sobre Derechos Laborales y Seguridad Social (Caracas, outubro de 2005). Disponível em: < http://www.aporrea.org/trabajadores/a17554.html>. Acesso em junho de 2012.

CÍCERO, Pedro.H.M. Revolução Bolivariana e lutas sociais: o confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Fríaz *Dissertação de Mestrado* apresentado no programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IFCH, Unicamp, 2010.

COFAE. Fabricio Ojeda, dignidad y firmeza revolucionaria. Colección Historia. Caracas, n° 3, 2007.

COGGIOLA, Osvaldo. , Hugo Chavez: entre o bolivarismo e o bonapartismo In *Internacional,* s/data. http://www.correiocidadania.com.br/antigo/ed159/internacional2.htm Acesso em junho de 2012.

CORDOVA, Armando. La estructura económica tradicional y el impacto petrolero em Venezuela. Caracas In: CORDOVA, A., SILVA MIQUELENA, Hector. Aspectos teoricos del subdesarrollo. Caracas, UCV, 1977.

_____. Consideraciónes acerca del tipo de desarrollo alcanzado por la economía venezolana In: CORDOVA, A., SILVA MIQUELENA, Hector. Aspectos teoricos del subdesarrollo. Caracas, UCV, 1977b.

CORONIL, Fernando. *El estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Caracas: Editorial Alpha, 2013

CORREO DEL ORINOCO. *Inverten más de US$ 600 millones para impulsar el desarrollo económico y productivo del país.* Caracas, 29 de maio de 2012. Disponível em < http://www.correodelorinoco.gob.ve/nacionales/invertidos-mas 600-millones-dolares-para-impulsar-desarrollo-economico-y-productivo-pais/>. Acesso em junho de 2012.

CRAZUT, Ramón. La siembra del petróleo como postulado fundamental de la política económica venezolana. Esfuerzos, expectativas y frustraciones. Caracas, UCV/BCV, 2006.

CUEVA, Agustín. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina. São Paulo, Global, 1977.

DAVILA, Luis Ricardo. Imaginário político venezolano. Ensaio sobre el trienio octubrista. Caracas, Alfadil, 1992.

DAVIS, Mike. Planeta favela. São Paulo, Boitempo, 2008.

DAHL, Robert. Poliarquia. Participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997.

DEL ROIO, Marcos. *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926),* São Paulo: Xamã, 2005.

DEMIER, Felipe Abranches. Do movimento Operário para a Universidade. Dissertação de Mestrado. Rio de janeiro: PPG-UFF. Orientação: Marcelo Badaró, janeiro, 2008.

_____. *A natureza do governo Chávez: uma contribuição teórica para o debate .O culto da esquerda a Chávez vs uma análise marxista sobre seu governo* . 2007 <http://www.soberania.org/Articulos/articulo_3085.htm>. Acesso em janeiro de 2014

DENIS, Roland. *Los fabricantes de la rebelión. Movimiento popular, chavizmo y sociedad en los anos noventa*. Caracas, Editorial Primera Línea y Editorial Nuevo Sur, 2001.

_____. *Por unas Comunas 'sin ley'.* Aporrea, 19/10/2010. Disponível em < http://www.aporrea.org/ideologia/a110539.html>. Acesso em abril de 2011.

_____. Consideraciones sobre el "Partido Único" Aporrea, 03/10/2006. Disponível em www.aporrea.org/poderpopular/n25837.html>. Acesso em maio de 2012.

_____. Llegó la hora del pueblo. Aporrea, 04/12/2007. Disponível em <www.aporrea.org/ideologia/n46306.html>. Acesso em maio de 2012.

_____. Los tres movimientos de la reforma: el andar contínuo de la conspiración, el fortalecimiento de la derecha roja, el despertar del movimiento popular. Aporra, 15/11/2007. Disponível em www.aporrea.org/actualidad/n44760.html>. Acesso em maio de 2012.

_____. Rebelión en Proceso, dilemas del movimiento popular luego de la rebelión de 13 de Abril. Caracas, Ediciones Nuestra America Rebelde, s/d.

DIETERICH, Heinz. Hugo Chávez: Un nuevo proyecto latinoamericano. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 2001. Sur, 2001.

_____. Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI. Buenos Aires, Nuestra América, 2005.

DIETERICH, Heinz. *El sistema político de La Revolución Bolivariana es esencialmente carismático y bonapartista* <In http://www.redaccionpopular.com/node/3500> (s/data). Acesso em março de 2015.

_____. Hugo Chávez y o *Socialismo Del Siglo XXI: Caracas: Alcadía de Caracas, 2005. Disponível em: www.carpediem.org.ve/imagenes/Dieterich.pdf.* Acesso em novembro de 2013

DI TELLA, Torcuato. Para uma política latino-americana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

DOS SANTOS, Theotonio. Economia política da dependência. In: Democracia e socialismo no capitalismo dependente. Petrópolis. Vozes, 1991.

DOSSE, François. A História em Migalhas, dos Annales à Nova História. São Paulo, EDUSC, 2003.

DUNO, Pedro. *Los doce apostules; proceso a la degradación política*. 4 ed. Valencia: Vadell Hermanos, 1975.

EL TROUDI, Haiman. La Politica Económica Bolivariana y los dilemas de la transición socialista en Venezuela. Caracas, CEPES/Monte Ávila, 2010.

ELIZALDE, Rosa Miriam e BÁEZ, Luis. Chávez Nuestro. Testemonios inéditos. La Habana, Casa Editorial Abril, 2004.

ELLNER, Steve, SALAS, Miguel Tinker (orgs.). Hugo Chávez and the decline of an "Exceptional Democracy". Raanan Rein Tel Aviv University, Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2007. Disponível em <http://www1.tau.ac.il/eial/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=246>, acesso em outubro de 2008.

ELLNER, Steve. Las estrategias «desde arriba» y «desde abajo» del movimiento de Hugo Chávez. Caracas: Cuadernos del Cendes v. 23, n.62, maio 2006.

_____. Neoliberalismo y antineoliberalismo en América Latina: el debate sobre estrategia. Caracas, Editorial Tropykos, 2005.

_____. Hugo Chávez y Alberto Fujimori: análisis comparativo de dos variantes de populismo. Caracas: Rev. Venez. de Economia y Ciencias Sociales. 2004, vol. 10, no. 1 (ener-abr), pp. 13-37.

_____. Tendencias recientes en el movimiento laboral venezolano: autonomía vs control político. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, vol. 9, n.3, Universidad Central de Venezuela, septiembre-diciembre 2003, p. 157-178.

_____. Venezuela imprevisible. Populismo radical y globalización. In *Revista Nueva Sociedad*, n.183, 2003. Disponível em www.nuso.org/upload/articulos/3096_1.pdf

_____. *El Fenómeno Chávez – sus orígenes y su impacto (hasta 2013)*. 2 ed. Caracas: Fundación Centro de Estúdios Latinoamericanos Rómulo Galégos, 2014.

ENGELS, Federico. La situación de la clase obrera en Englaterra. In: MARX, Karl, ENGELS, Federico. Obras Fundamentales. V. 2. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1981.

FERNANDES, Florestan, *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, 5 ed., São Paulo: Globo, 2005

FERREIRA, Jorge (Org.) . O populismo e sua história. Debate e crítica. 1. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. V. 1.

FERREIRA, Carla C. C. *Ideologia bolivariana: as apropriações do legado de Simon Bolívar em uma experiência de povo em armas na Venezuela. O caso da Guerra Federal (1858-1863)*. Dissertação de Mestrado em História. IFCH-PPGHISTUFRGS. Porto Alegre, 2006.

_____. *A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petroleiro-rentista (1989-2010)*. Tese de doutorado em História, IFCH-PPGHISTUFRGS.Porto Alegre, 2012

FERRI, Franco. El problema del control obrero. In: GERRATANA et al. Consejos obreros y democracia socialista. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, n.33, 1972.

FOA, Lisa. Los soviets y octubre. In: GERRATANA et al. Consejos obreros y democracia socialista. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, n.33, 1972.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história, Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010

FOSTER, John Bellamy. The new age of imperialism. *Monthly Review*, Nova York, 2003, vol. 55, n.3, julho-agosto. Disponível em <http://monthlyreview.org/2003/07/01/the-new-age-of-imperialism>. Acesso em dezembro de 2011.

FRANK, Andre Gunder. *El desarrollo del subdesarrollo. Selecciones de Monthly Review en Castellano*, Santiago do Chile, 1966.

FREDERICO, Celso. *O jovem Marx: 1843-1844: as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FURTADO, Celso. *Ensaios sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2008.

GARCÍA-GUADILLA. María Pilar. Ciudadanía y autonomía en las organizaciones sociales bolivarianas: los Comités de Tierra Urbana como movimientos sociales. *Cuadernos del CENDES*, Caracas, n.66, septiembre-diciembre 2007, pp. 47-73.

_____. Sociedad civil: institucionalización, fragmentación, autonomía, *in* ELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel (org). La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto. Caracas: Editora Nueva Sociedad, 2003.

GARCÍA-GUADILLA, Maria Pilar; CARRERO, Ernesto Roa. *Sociedad Civil, Democracia Liberal y Economia de Mercado: las organizaciones sociales liberales en venezuela*. CLACSO, 2007. Retirado de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa97/guadillacarrero.pdf, acesso em 22 de agosto de 2014.

GARCÍA PONCE, Guillermo (entrevista a Agustín Blanco Muñoz). In: BLANCO MUÑOZ, Agustín. La lucha armada. Hablan 5 jefes. Caracas, UCV, 1980.

GARRIDO, Alberto. La historia secreta de la revolución bolivariana. Caracas: Editorial Venezolana, 2000A.

_____. La Revolución Bolivariana, de la guerrilla al militarismo. Revelaciones del Comandante Arias Cárdenas. Caracas: Produciones Karol, 2000B.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da Pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre> Editora Tchê!, 1987.

GERMANI, Gino. Politica e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedde de massas. São Paulo, Mestre Jou, 1973.

GERRATANA et al. Consejos obreros y democracia socialista. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, n.33, 1972.

GIANASTACIO, V. O sufixo –ismo na história das gramáticas da língua portuguesa e sua produção lexical. In: Anais do I SIMELP – Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa.. São Paulo, FFLCH-USP, 2008. Disponível em: <http://www.usp.br/gmhp/publ/GiaA1.pdf>. Acesso em agosto de 2009.

GIORDANI, Jorge. 2009. *La transición venezolana al socialismo*. Caracas, Vadell Hermanos, 2009.

_____. *La transición venezolana y la búsqueda de su propio camino*. Caracas, Venezuela, 2007.

_____. *Encuentros y Desencuentros en una Construcción Bolivariana*. Caracas: Vadell Hermanos, 2014.

GOLLINGER, Eva. Venezuela: A Threat to Washington? In Postcards from the Revolution: 2012. Disponível em: www.chavezcode.com

_____. *El Código Chávez – Descifrando la intervención de los Estados Unidos en Venezuela*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

GORZ, André. Adeus ao proletariado. Para além do socialismo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

GOTT, Richard. A la sombra del libertador. Hugo Chávez y la transformación de Venezuela. Caracas, Imprenta Nacional, 2002.

GOTT, Richard. Hugo Chávez y la revolución bolivariana, Madrid: Foca, 2006

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.

_____. *Escritos Políticos*, v. II, Lisboa: Serra Nova, 1977

_____. *Cadernos do Cárcere*, (6 vol.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002

_____. El movimiento turinés de los consejos de fábrica. In: GERRATANA et al. Consejos obreros y democracia socialista. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, n.33, 1972.

GUERRA, José. *El capitalismo de estado em Venezuela. 2007 Disponível em: www.perenvenezuela.org.ve/publicaciones/jose%20guerra/J_Guerra_El_capitalismo_de_Estado_en_Venezuela_Talcual_06-08-2007.pdf*

GUERRERO, Modesto Emilio. Quién inventó a Chavez? Buenos Aires, Ediciones B, 2007.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A crise de Poder no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

GUTIÉRREZ, Alejandro. Políticas macroeconómicas y sectoriales: impactos sobre el sistema agroalimentario nacional (1999-2003). In: TAYLHARDAT, Leonardo, CASTILLO, Ricardo, MORALES, Agustín. Globalización, integración económica y seguridad alimentaria. Caracas, Editorial Tropykos, 2005.

HARNECKER, Marta. Hugo Chávez Frias. *Um homem, um povo*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HASSAN, Mostafa. Economic Growth and Employment Problems in Venezuela. Nova York, Praeger, 1975.

HAWBWACHS , Maurice. A memória coletiva. São Paulo, Editorial Vértice, 1990.

HAYEK, Fredrich von (1944). O caminho da servidão. EDIÇÕES 70, 2009.

HARVEY, David. The new imperialism. Nova York, Oxford University Press, 2003.

HELLINGER, Daniel. Nationalism, Globalization and Chavizmo. Artigo preparado para o Encontro da Latin American Studies Association, Washington DC, September 2-8, 2001. Disponível em <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2001/HellingerDaniel.pdf>. Acesso em outubro de 2008.

ITURBE, Alejandro. *O que é o governo Chávez?* São Paulo. *Marxismo Vivo*,15, 2007.

IZARRA, William. En busca de la revolución. Venezuela, Producciones Karol, 2001.

JAGUARIBE, Hélio. O Nacionalismo na atualidade brasileira. Rio de Janeiro, Ministerio da Educacao e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

JONES, Bart. Hugo Chávez. Da origem simples ao ideário da Revolução Permanente. São Paulo, Editora Novo Conceito, 2008. (versão ebook)

KARL, Terry Lynn. Petróleo e pactos políticos: a transição para a democracia na Venezuela, p.297-329. In: O'DONNELL, G. e SCHMITTER, P. e WHITEHEAD, L. (orgs.).Transições do regime autoritário: América Latina. São Paulo, Vértice, 1988.

KATZ, Claudio. Las disyuntivas de la izquierda em America Latina. Buenos Aires, Ediciones Luxemburg, 2008.

_____. El porvenir del socialismo. Ed. Herramienta e Imago Mundi, Buenos Aires, 2004.

LACLAU, Ernest. Política e Ideologia na Teoria Marxista. Capitalismo, fascismo e populismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. Populismo não é um conceito pejorativo (entrevista). Folha de São Paulo, 7 de maio de 2006.

_____. La razón populista. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. Buenoas Aires, 2007.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques. A história nova. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

LANDER, Edgardo. Petróleo e democracia na Venezuela: do fortalecimento do Estado à subversão soterrada e à insurreição aberta IN: OURIQUES, Nildo (org). *Raízes do Libertador – bolivarianismo e poder popular na Venezuela*, 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

LEBOWITZ, Michael. Build it now: Socialism for the twenty-first century. Links. International Journal of Socialist Renewal. Dossier No. 3. Disponível em <http://www.links.org.au>. Acesso em novembro de 2010.

LACLAU, Ernesto. *Entrevista para CLARÍN*, Ernesto Laclau: o populismo no es uma amenaza para America Latina. Em 19/05/2007. Disponível em aporrea.org/venezuelaexterior/n95134.html Acesso em 20/08/2012.

LBI -QI , *Chávez aprofunda bonapartismo para enfrentar polarização política e social* n.189 out.2010 http://www.lbiqi.org/jornal-luta-operaria/no-189-fevereiro-2010/chavez-aprofunda-bonapartismo-para-enfrentar-polarizacao-politica-e-social/

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço* – versão e-book. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

LE GOFF, Jacques. Memória. *In* História e memória. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.

LE BON, Gustave. Psicologia das multidões. Lisboa, Delraux, 1980.

LÊNIN, Vladmir U. Obras Completas, 1985, v. 31.

LIÑAREZ, Pedro Pablo. La lucha armada en Venezuela. Caracs, UBV, 2006.

LOMBROSO, Cesare. O homem delinquente. Ricardo Lenz Editor, 2001.

LOPES, Juarez Brandão. Sociedade industrial no Brasil. São Paulo, Difel, 1964.

LÓPEZ MAYA, Margarita, GÓMEZ CALCANO, Luis e MAINGÓN, T. De Punto Fijo al Pacto Social: Desarrollo y Hegemonía en Venezuela: 1958-1985. Caracas, Fondo Editorial Acta Científica Venezolana, 1989.

LOPEZ MAYA, Margarita. La protesta popular venezolana entonces y ahora: ¿cambios en la política de la calle? IN: *Politeia*, Caracas, v. 26, n. 30, jan de 2003 . Disponível em <http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-97572003000100009&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 21 agosto de 2014

_____. Luta hegemônica na Venezuela: a crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez, trad. Flávia Benedito (do original *Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio. 2ª ed. Caracas: Alfadil, 2005*) versão ebook, 2009

LÓPEZ MAYA, Margarita, LANDER, Luis. El socialismo rentista de Venezuela ante la caída de los precios petroleros internacionales. Caracas, Cuadernos del CENDES Año 26, Nº 71, mayo-agosto 2009, pp. 66-87. 2005.

_____ . Del viernes negro al referendo revocatorio. Caracas. Alfa Grupo Editorial, 2005.

_____. Movilización, institucionalidad y legitimidad en Venezuela. Caracas: Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales, 2003, vol. 9, nº 1 (ener.-abr.), pp. 211-226.

_____. The Venezuelan Caracazo of 1989: Popular Protest and Institutional Weakness. Journal of Latin American Studies No. 35, pp. 117-137. Cambridge University Press. United Kingdom, 2003.

_____. Lucha popular, democracia, neoliberalismo: protesta popular en America Latina en los años de ajuste. Caracas, Nueva Sociedad, 1999.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado IN: *Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, n. 1, maior de 1998.

_____. (org) *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 3 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

_____. *A política do desenvolvimento desigual e combinado – a teoria da Revolução Permanente*. São Paulo: Sundermann, 2015

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. São Paulo, n. 32, pp. 119-41, jun. 2012.

LUCENA, Hector. Reestructuración productiva en Venezuela: balance laboral. In: DE LA GARZA, Enrique, NEFFA, Julio César (orgs.). Trabajo y modelos productivos en América Latina. Buenos Aires, CLACSO, 2010.

_____. La crisis política en Venezuela: repercusiones y respuestas del movimiento sindical. In: DE LA GARZA, Enrique (org.). Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina. CLACSO, Buenos Aires, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma o Revolución. In: Obras Escogidas. Bogotá, Editorial Pluma, Tomo I, 1976.

MACHILLANDA, José. Cinismo político y golpe de Estado. Caracas, Italgráfica, 1993.

_____. Poder político y poder militar en Venezuela. 1958-1986. 2ª ed. Caracas, Ediciones Centauro, 1988.

MANDEL, Ernest. Conselhos Operários, consejo obrero, autogestión. Ediciones Era, 1974.

MARCANO, Cristina e TYSZKA, Alberto Barrera. Hugo Chávez sem Uniforme. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 2004.

MARINGONI, Gilberto. Venezuela que se inventa. Petróleo, poder e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2004.

_____. A Revolução Venezuelana. Coleção Revoluções do Século 20. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctiva de la dependencia*. Cidade do México: Era, 1973.

_____. *El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile*. Cidade do México, Era, 1976.

_____. Las razones del neodesarrollismo. In: SADER, Emir. *Antologia de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis. Vozes, 2000.

_____. *Subdesenvolvimento e revolução*. 3 ed. Florianópolis: Insular: 2012

MARX, Karl. O 18 brumário de Luis Bonaparte. São Paulo, Boitempo, 2011.

_____. *O Capital – Crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002, 3 Vols.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos.* São Paulo: Martin Claret, 2006

_____. Sobre a questão judaica. São Paulo, Boitempo, 2010.

_____. A guerra civil na França. São Paulo, Boitempo, 2011.

_____. El capital. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1962.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. 1 ed. revista, São Paulo: Boitempo, 2010.

MASPERO, Marcela. *Nos queda poco tiempo* (entrevista). El Viejo Topo, Barcelona, octubre 2008, n. 249.

MATTOS, Marcelo Badaró, "Qualificando a intervenção: conceitos de Gramsci, análise histórica da sociedade brasileira e projeto político socialista", in *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*, Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2009.

MASUR, Gerhard. Simón Bolívar. Bogotá: Fica, 2008

MEDÓFILO, Medina. Chávez y la globalización. Revista Venezolana de Economia y Ciencias Sociales, Caracas, 2001, vol. 7, n. 2, mayo-agosto, pp. 115-128.

MELCHER, D. Cooperativismo en Venezuela: Teoría y práxis In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 14, n. 1, enero-abril, 2008, Caracas: Universidad Central de Venezuela

MENDES, Flavio da Silva. *Hugo Chávez em seu labirinto – o movimento bolivariano e a política na Venezuela*, São Paulo: Alameda, 2012

MENDES, Valdenésio. Aduci. Democracia e participação. Os Conselhos Comunais na Venezuela. Florianópolis, UFSC-Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2011. Tese de Doutorado.

MENELEU NETO, José. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de Exército Industrial de Reserva. In: TEIXEIRA, Francisco, OLIVEIRA, Manfredo (orgs.). Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez/UECE, 1996.

MÉSZÁROS, István. O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico. São Paulo: Editorial Boitempo, 2007.

_____. Bolívar e Chávez: o espírito da determinação radical IN: *Margem Esquerda*, n.8, São Paulo: Boitempo, 2006. Disponível em <

https://blogdaboitempo.com.br/2014/03/05/bolivar-e-chavez-o-espirito-da-determinacao-radical/> acesso em 13 de fevereiro de 2017.

_____. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2004.

_____. *Para Além do Capital*. 1 ed. revista, São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.

_____. Filosofia, Ideologia e Ciência Social, ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

_____. *Marx: A Teoria da Alienação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MILIBAND, Ralph, POULANTZAS, Nicos, LACLAU, Ernesto. *Debates sobre el Estado capitalista*. Buenos Aires, Ediciones Imago Mundi, 1991.

MOMMER, Bernard: *Petróleo Global y Estado Nacional.* Caracas: Comala.com, 2003.

_____. *Petroleo subversivo*. In: ELLNER, S. (org.).

_____. *La Cuestión Petrolera*. Caracas: Fondo Editorial Darío Ramirez, 2010.

MONTILLA, J.J. La inseguridad alimentaria en Venezuela. In: TAYLHARDAT, Leonardo, CASTILLO, Ricardo, MORALES, Agustín. Globalización, integración económica y seguridad alimentaria. Caracas, Editorial Tropykos, 2005.

MONTOVANI, Emílio Terán. *El fantasma de la Gran Venezuela; Un estudio del mito del desarrollo y los dilemas del petro-Estado en la Revolución Bolivariana*. Caracas: Fundación Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, 2014.

MOORE JR, Barrington. As origens sociais da ditadura e da democacia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES, Wallace. *Brasil e Venezuela: Histórico das Relações Trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez*, Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

MORAES FERREIRA, Marieta de. História, tempo presente e história oral. Revista de História Topoi nº 5. IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

NEGRI, Toni, HARDT, Michael. Império. Bogotá, Ediciones Desde Abajo, 2001.

NETO, Octáveio Amorim. De João Goulart a Hugo Chávez: A política venezuelana à luz da experiência brasileira. IN: *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, Vol. VIII, nº2, pp.251-274.

NORA, Pierre. Entre memória e história. O problema dos lugares. *In* Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, Brasil, 1981.

NOVAES, Henrique T. Qual Autogestão? IN: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 22, Rio de Janeiro: Sete Letras, junho 2008

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da razão dualista e ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OSORIO, Jaime. El hiato entre Estado y aparato: capital, poder y comunidad. *Argumentos*, Cidade do México, Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco, vo.23, .64, septiembre-diciembre 2010, pp. 63-86.

_____. El Estado en el centro de la mundialización. 2ª ed. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 2009.

ORTA, Celio S. Los obstáculos al crecimiento autosostenido de la agricultura venezolana. In: MAZA ZAVALA et al. Venezuela. Crecimiento sin desarrollo. Cidade do México, UCV/Editorial Nuestro Tiempo, 1982.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.199-223, jan./dez. 2004.

PALMA, Gabriel. Four sources of "De-industrialization" and a new Concept of the "Dutch Disease". In: OCAMPO, José Antonio (org.). Beyond reforms: structural dynamics and macroeconomic volatility. Standford, Standford University Press, 2005.

PARKER, Dick. El desarrollo endógeno: ¿camino al socialismo del siglo XXI? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas, 2007, v.13, n.2, mayoagosto, pp. 59-85.

_____. El chavismo: populismo radical y potencial revolucionario. Caracas: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, 2001, vol.7, n.1 (ene.-abr.), pp.13-44.

_____. Chávez y el chavismo: una aproximación. Caracas: Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, 2000, vol.6, n.1 (ene.-abr.), pp.71-80.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004.

PERELLI, Carina. Las fuerzas armadas latinoamericanas después de la guerra fria. Nuvea Sociedad. Caracas, n.138, julio-agosto, pp. 80-95. julio-agosto, 1995.

PÉREZ ALFONSO, Juan Pablo. Hundiéndonos en el excremento del diablo. 4ª ed. Caracas, Editorial Lisbona, 1975.

PÉREZ BORGES, Stálin. *La reforma constitucional*. Disponível em http://www.marxismo.org/?q=node/1207. Acesso em janeiro de 2012.

PESSANHA, Elina G. da Fonte e MOREL, Regina L. M. Classe trabalhadora e populismo. Reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro. *In* FERREIRA, Jorge (Org.) . O populismo e sua história. Debate e crítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, V1.

PINSKY, Jaime (org). *História da América através de textos.* 11 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PINO ITURRIETA, Elias. El Siglo XX venezolano conversado com Elias Pino Iturrieta. In: BAPTISTA, Asdrúbal (org). Venezuela Siglo XX. Visiones y testimonios. Caracas, Fundación Polar, 2000. Tomo 3.

PINTO, José. *Bolívar y la Reforma Agraria*, 2005. Disponível em <http://www.soberania.org/Articulos/articulo_1590.htm> acesso em 13 de fevereiro de 2017.

PIZARRO, Roberto e GARRETÓN, Manuel A. (org). Transición al socialismo y experiencia chilena. Santiago do Chile: Centro de estudos socioeconomicos (CESO) e Centro de estudios de la realidad nacional (CEREN), 1972.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol 5, no. 10, pp. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val do Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, lota e senso comum. In: AMADO e FERREIRA, Marieta de Moraes (org). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

POSTERNAK, Léo. Populismo no Brasil de 1945 a 1964: as interpretações da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo, do ISEB e do pensamento econômico liberal. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ, 2008.

POULANTZAS, Nicos. Poder político y clases sociales en el Estado capitalista. Cidade do México, Siglo XXI, 1969.

PSTU, *Chávez dá um giro a direita*, 2008. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=7962&ida=0>. Acesso em setembro de 2013.

QUINTERO, Inés, ACOSTA, Vladimir. *El Bolívar de Marx*. Caracas, Editorial Alfa, 2007.

_____. (org). *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

QUINTERO, Rodolfo. La antropologia del petroleo. Cidade do México, Siglo XXI, 1972.

_____. Historia del movimiento obrero em Venezuela. In: CASANOVA, Pablo González (org). Historia del movimiento obrero en América Latina, 1984.

RABY, Diana. Democracia y revolución: América Latina y el socialismo hoy. Caracas, Monte Ávola, 2008.

RAMOS, Sergio. Chile, uma economia de transición? Santiago de Chile: Cuadernos Centro de Estudios Socio-economicos (CESO) de la Universidad de Chile, Editorial Prensa Latinoamericana, 1972.

RAMOS ROLLÓN, María Luisa. *De las protestas a las propuestas: identidad, acción y relevancia política del movimiento vecinal*. Madri, Nueva Sociedad, 1995.

RANGEL, Domingo Alberto. *La oligarquía del dinero.* 3 ed., v. 3, Caracas: Editorial Fuentes, 1972.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. *In* FERREIRA, Jorge (Org.) . O populismo e sua história. Debate e crítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, V.1.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Caracas, Imprenta Nacional, 2000.

RESCANIERE, Gerónimo Pérez. *De Cristóbal Colón a Hugo Chávez Frías*. v. 3, Caracas: Palabroria, 2011

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cidade e capitalismo periférico: em direção à experiência popular. Revista Margem Esquerda Nº 12, Nov 2008, p. 25-31. Boitempo Editorial. São Paulo.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. *Petróleo e Processo Bolivariano: uma análise da disputa pelo controle do petróleo na venezuela entre 2001 e 2003*, Dissertação de mestrado, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

_____. Populismo radical e processo bolivariano: o conceito de populismo de Ernesto Laclau nas análises da Venezuela contemporânea. In Revista *AEDOS*, UFRGS, v.2, n.5, 2009. Acesso em 20/08/2012. Disponível em: seer.ufgrs.br/aedos/article/view/11049/7324.

RODRÍGUEZ, Simon. *Obra Completa*. Caracas. Ediciones de la Presidencia de la República. 2v, 2001.

ROJAS, P. Rodríguez. *A 50 años de la visita de Nixon a Venezuela*. Disponível em < http://www.aporrea.org/ideologia/a56675.html> Acesso em 14 de fevereiro de 2017.

ROSA, Flávia Bischain. *O movimento operário na Venezuela do século XXI: dilemas da reorganização sob o governo Chávez.* São Paulo: Sundermann, 2014.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *O contrato social (princípios de direito político)*, 19 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

SÁEZ MERIDA, Simón. La Izquierda, la lucha y la Revolución Cubana. *Últimas Noticias*, Caracas, 29/08/1980, Suplemento Culturla, p.p. 34-5.

_____. Movimiento vecinal y democracia: la sociedad contra el Estado-partido. *Revista* SIC, Caracas, Centro Gumilla, n.500, diciembre 1987, pp. 522-4.

SALAS, Miguel Tinker. *Una herencia que perdura; petróleo, culutra y sociedad en Venezuela*. Caracas: Editorial Galac, 2014.

SALCEDO BASTARDO, José Luis. Historia Fundamental de Venezuela. Caracas, UCV, 1996.

SAMBRANO, E. *Crónicas proletarias en la Revolución Bolivariana.* Disponível em <www.aporrea.org> . Acesso em março de 2008.

SÁNCHEZ, Nelson (Harold). La Revolución Bolivariana arrancó con el frente militar de carrera (entrevista a Alberto Garrido). In: GARRIDO, Alberto. La historia secreta de la Revolución Bolivariana. Conversaciones con Harold, Puerta Aponte y Camilo. Médida, Editorial Venezolana, 2000.

SCHAPOSNIK, Eduardo. Democratización de las fuerzas armadas venezolanas. Caracas, ILPIS, 1985.

SEABRA, Raphael Lana. *A via venezuelana ao socialismo*, Curitiba: CRV, 2014.

SERENI, Emilio. La categoría de formación económico-social. In: LUPORINI, Cesare, SERENI, Emilio. El concepto de “formación económico-social”. Cuadernos de Pasado y Presidente, Buenos Aires, n.39, 1973.

SIMÃO, Aziz. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difel, 1966.

SILVA, Fernando Teixeira da e COSTA, Hélio. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In FERREIRA, Jorge (Org.) . O populismo e sua história. Debate e crítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V.1.

SILVA MICHELENA, Hector. Problemas de la ocupación en una economía petrolera. In: CORDOVA, Armando, SILVA MICHELENA, Hector. Aspectos teoricos del subdesarrollo. Caracas, UCV, 1977.

SKURSKI, Julie. Forging the nation. Chicago, University of Chicago, 1985. Mimeo.

SWEEZY, Paul et al. Teoría del proceso de transición. México, Cuadernos de Pasado y Presente, n.46. S/d.

SWEEZY, Paul; BETTELHEIM, Charles. *A transição para o socialismo*, Lisboa: Edições 70, 1978TROTSKY, León. *Escritos Latino-Americanos*, São Paulo, Iskra, 2009.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEMERARO, Giovanni. *Realizar a América Latina pelos movimentos populares*, Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2009.

SIRINELLI, Jean F. "Idéologie, temps et histoire". In: Agnès Chauveau et Philippe Tétart. Questions à l'histoire des temps présents, Éd. Complexe, Paris, 1992

SOTELO VALENCIA, Adrián. La reestructuración del mundo del trabajo: superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo. Cidade do México, Editorial Itaca, 2003.

STOKKUM, Rebeca van. El barrio y su visión de las políticas públicas. Caracas, CENDES-UCV, 2008

SUÁREZ FIGUEROA, Nancy (org.). Programas Políticos Venezolanos de la primera mitad del siglo XX. Caracas, Universidad Católica Andrés Bello, 1977, Tomo II.

TERTULIAN, Nicolas. O conceito de ideologia na ontologia de Lukács. Revista Margem Esquerda, Ensaios Marxistas No. 11. Boitempo Editorial. São Paulo, 2008.

TROTSKY, León. Escritos. Tomo X. Bogotá, Editorial Pluma, 1977. Disponível em <http://www.ceip.org.ar/escritos/presentacion1.htm>. Acesso em junho de 2009.

_____. *Escritos Latino-Americanos*, São Paulo, Iskra, 2009

TAYLHARDAT, Leonardo, CASTILLO, Ricardo, MORALES, Agustín. Globalización, integración económica y seguridad alimentaria. Caracas, Editorial Tropykos, 2005.

USLAR PIETRI, Arthuro. Sembrar el petróleo. In: SUÁREZ FIGUEROA, Naudy. Ed. Programas Políticos Venezolanos de la primera mitad del siglo XX. Tomo II. Caracas, Universidad Católica Andrés Bello, 1977, p. 165.

VALERO, Jorge (org). *Democracias Nuevas o restauradas – El caso Venezuela*. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2012

VARGAS, Luis, NÚÑES, Cristina. Cooperativismo y Economía Social en la república Bolivariana de Venezuela IN: *Comuna, pensamiento crítico en la revolución*, n. 3, ano 2, Caracas: Fundación Centro Internacional Miranda, set-nov. 2010

VEISMAN. Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. São Paulo: Revista Ensaio. Editora Ensaio, 1989. no. 17/18, pp 399-444.

VERA, Leonardo. Cambio estructural, desindustrialización y pérdidas de productividad: evidencia para Venezuela. Caracas, Cuadernos del CENDES Año 26, Nº 71, mayoagosto 2009, pp. 89-115.

VIEIRA, Luiz Vicente. Constituinte e participação popular no processo político venezuelano IN: OURIQUES, Nildo (org). *Raízes do Libertador – bolivarianismo e poder popular na Venezuela*, 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

WILPERT, Gregory. *Venezuela hacia el Socialismo del Siglo XXI*. Caracas, Monte Ávila Editores, 2010.

WOOD, Ellen. Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

WOODS, Alan. La revolución bolivariana. Un análisis marxista. Caracas, El Perro y la Rana, 2006.

_____. *Reformismo o Revolución. Marxismo y socialismo Del siglo XXI (Respuesta a Heinz Dieterich) IMMECA, Mérida, 2008*

ZAGO, Ângela. La rebelión de los Ángeles. Caracas, Warp Ediciones, 1998.

ZAVALA, Domingo Maza. La economía de Venezuela contemporánea y sus proyecciones. In: ZAVALA et al. Venezuela. *Crecimiento sin desarrollo*. Cidade do México: UCV/Editorial Nuestro Tiempo, 1982.

_____. História de meio século na Venezuela: 1926-1975. IN GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (Org.). *América Latina: história de meio século*. Volume 2. Brasília: Editora da UnB, 1988

ZAVALA, Domingo M. et. al. Venezuela y PDVSA. Caracas: Cátedra J. P. Pérez Alfonso – Universidad Central de Venezuela, 2003

SITIOGRAFIA

blogdaboitempo.com.br

www.aporrea.org

www.elmundo.com.ve

www.el-nacional.com

www.rebelion.org

www. venezuelanalisys.com